



CADERNOS DO CHDD

ANO 11 • NÚMERO ESPECIAL • 2012



FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



Ministro de Estado
Secretário-Geral

Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente

Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA



Diretor

Embaixador Maurício E. Cortes Costa

A *Fundação Alexandre de Gusmão* (FUNAG), instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, bloco h,
anexo 2, térreo, sala 1
70170-900 - Brasília, DF
Telefones: (61) 2030 6033 / 6034
Fax: (61) 2030 9125
www.funag.gov.br

O *Centro de História e Documentação Diplomática* (CHDD), da Fundação Alexandre de Gusmão / MRE, sediado no Palácio Itamaraty, Rio de Janeiro, prédio onde está depositado um dos mais ricos acervos sobre o tema, tem por objetivo estimular os estudos sobre a história das relações internacionais e diplomáticas do Brasil.

Palácio Itamaraty
Avenida Marechal Floriano, 196
20080-002 - Rio de Janeiro, RJ
Telefax: (21) 2233 2318 / 2079
www.funag.gov.br/chdd
chdd@funag.gov.br / chdd.funag@veloxmail.com



CADERNOS DO CHDD







SUMÁRIO

VII	Carta do Editor	
IX	Apresentação	
	<i>Embaixador Manoel Gomes Pereira</i>	
13	O Vinte e Cinco de Março	
101	O Brasil na Exposição de São Petersburgo (1884)	
	Artigos, discursos e palestras	
261	Mensagem da Senhora Presidente da República, por ocasião da Sessão Solene de Abertura do Ano do Centenário de Morte do Barão do Rio Branco, em 10 de fevereiro de 2012.	
	<i>Dilma Rousseff</i>	
263	Palavras do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, por ocasião da Sessão Solene de Abertura do Ano do Centenário de Morte do Barão do Rio Branco, em 10 de fevereiro de 2012.	
	<i>Antonio de Aguiar Patriota</i>	
267	O barão do Rio Branco no centenário de sua morte: memória, inspiração, legado.	
	<i>Luis Felipe de Seixas Corrêa</i>	



- 279 Celebração do primeiro centenário da morte do barão do Rio Branco.

Manoel Gomes Pereira

- 285 Entrevista do Embaixador Rubens Ricupero para a revista *Digesto Econômico*.

Rubens Ricupero

- 299 Barão do Rio Branco.

Paulo Brossard

- 301 Pronunciamento do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores em sessão solene da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, alusiva ao centenário da morte do Barão do Rio Branco.

Antonio de Aguiar Patriota

- 307 O Barão do Rio Branco como historiador.

Luís Cláudio Villafañe G. Santos

- 337 Barão do Rio Branco: cem anos depois.

Murilo Melo Filho

- 343 Percepções e ações do barão do Rio Branco na perspectiva histórica de nossos dias.

Rubens Barbosa

- 351 Rio Branco e a memória nacional.

Celso Lafer

- 359 O ufanismo vai cedendo nos cem anos de Rio Branco.

Matias Spektor

- 365 Um barão pra presidente.

Bruno Graça Simões

- 377 O barão do Rio Branco e o projeto da América do Sul.

Clodoaldo Bueno

- 411 Memórias sobre Rio Branco.

Álvaro Lins



CARTA DO EDITOR

O Centro de História e Documentação Diplomática não poderia deixar de participar da celebração do primeiro centenário do desaparecimento do Barão do Rio Branco, que constou de seminários, exposições, livros, conferências e sessões solenes, distribuídos ao longo de todo o ano de 2012.

Autor das pesquisas e levantamentos para as exposições “O Barão e a Caricatura: Rio Branco no traço dos caricaturistas” e “Rio Branco: 100 anos de Memória”; da organização editorial do livro “O Barão do Rio Branco e a Caricatura: coleção e memória”; e da compilação de artigos de imprensa de autoria do Barão, o Centro atendeu à convocação da Comissão Organizadora da Celebração do Primeiro Centenário da Morte do Barão do Rio Branco, presidida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, e encerra o compromisso assumido com a publicação deste número especial dos Cadernos do CHDD.

Os artigos de imprensa que o Barão escreveu sob seu próprio nome, sob pseudônimo ou, até, anonimamente, vêm sendo publicados pelos Cadernos desde seu primeiro número e, somados a outros, inéditos, passaram a compor um novo volume, incorporado à coleção das Obras do Barão do Rio Branco, há muito esgotadas e ora reeditadas, ao ensejo do centenário. Como que para confirmar não se tratar, ainda, de “obras completas”, um passo adiante nas pesquisas levantou novos



textos: este número, assim, traz a público uma coletânea dos primeiros artigos escritos por José Maria da Silva Paranhos Júnior de que se tem notícia, quais sejam os de seu tempo de estudante no Recife.

Complementarmente, foi incluído o texto do folheto de divulgação do pavilhão do Brasil na Exposição de Horticultura de São Petersburgo, em 1884. O original, depositado no Arquivo Histórico do Itamaraty, foi escrito em francês e agora transposto para o português, pela mesma equipe que traduziu os textos em língua estrangeira das Obras. Não faz parte daquela coleção por não ser inteiramente da lavra do futuro Barão do Rio Branco, então delegado do Brasil e responsável pelo pavilhão, que tinha no café seu principal item, detalhadamente apresentado à sociedade russa pelos autores do folheto.

A organização deste Caderno Especial coube ao Embaixador Manoel Antônio da Fonseca Couto Gomes Pereira, Coordenador Geral do Comitê Executivo da Comissão para a Celebração do Primeiro Centenário da Morte do Barão do Rio Branco. O embaixador esteve à testa de toda a celebração e recolheu, ao longo do ano, os muitos comentários aparecidos na imprensa sobre a figura e os feitos do patrono da diplomacia brasileira, neste ano do centenário. Como um dos objetivos do Centro de História e Documentação Diplomática é facilitar o acesso à pesquisa, pareceu oportuno reuni-los neste volume, em benefício dos pesquisadores que venham a debruçar-se sobre o tema.

Maurício Eduardo Cortes Costa



APRESENTAÇÃO

O presente volume dos *Cadernos do CHDD* encerra a celebração do primeiro centenário da morte do Barão do Rio Branco.

A iniciativa de sua publicação decorreu da necessidade de se reunirem trabalhos inéditos do grande chanceler e textos – discursos e artigos – motivados pela efeméride e publicados no decorrer deste ano, num só volume, colocado à disposição dos estudiosos e do público.

Este número está dividido em duas partes.

A segunda parte se abre com mensagem da presidente Dilma Rousseff, por ocasião do início da celebração da efeméride, em 10 de fevereiro de 2012. O texto destaca o legado de Rio Branco, a confirmação da nossa vocação pacífica. Salienta ainda a preocupação do grande chanceler na aproximação com nossos vizinhos e na abertura de espaços de autonomia no plano internacional.

Seguem-se-lhe as palavras do senhor ministro Antonio Patriota, na mesma ocasião. O chanceler destaca a vida e a obra de Rio Branco e a tarefa de contínua atualização de seu pensamento, reservada à diplomacia brasileira.

Ainda em 10 de fevereiro passado, o embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, orador convidado, sob o título “O barão do Rio Branco no centenário de sua morte: memória, inspiração, legado”, expendeu considerações sobre o homem, sua obra e seu legado, concluindo que



sua gestão no Ministério das Relações Exteriores “lançou as bases” de diretrizes de política externa que se mantiveram vigentes desde então: o atlantismo, de um lado, ou seja, a ambição global da política exterior do Brasil, então expressa pela aproximação com a potência emergente, os EUA, e, de outro, o imperativo da aproximação e da cooperação com os vizinhos sul-americanos.

Em artigo para o *Zero Hora*, de Porto Alegre, Paulo Brossard, jurista e ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, relembrou, em 13 de fevereiro, aspectos da vida e da obra de Rio Branco, destacando seu trabalho como advogado do Brasil nas questões de Palmas, da Guiana Francesa e do Acre.

Em 2 de abril seguinte, em pronunciamento perante a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, o ministro Patriota voltou salientar os traços marcantes da biografia do chanceler e seu legado para nós: “precisamos ser cada vez mais sul-americanos e cada vez mais sintonizados com o momento vivido pelo conjunto da comunidade das nações”.

Do seminário comemorativo do centenário, iniciativa do Centro de Integração Empresa-Escola de São Paulo (CIEE-SP), realizado em 20 de junho de 2012, são aqui transcritas duas palestras.

A primeira, do embaixador e ex-ministro das Relações Exteriores Celso Lafer, intitulada “Rio Branco e a memória nacional”, é uma interessante análise sobre o caráter fundacional da gestão do grande chanceler em relação à diplomacia brasileira.

Por seu turno, o embaixador Rubens Barbosa, em “Percepções e ações do barão do Rio Branco na perspectiva histórica de nossos dias”, analisa o papel do chanceler como precursor da promoção comercial, como defensor da modernização e equipamento das forças armadas, como incentivador da integração regional, tendo o Brasil como líder e propugnador da defesa intransigente do Brasil.

Em instigante artigo, “O ufanismo vai cedendo nos anos de Rio Branco”, Matias Spektor “esquadrinha criticamente a trajetória do chanceler e os mitos que há um século se forjam em torno dele”.

Em entrevista intitulada “Um barão que valeu milhões”, publicada na revista *Digesto Econômico*, da Associação Comercial de São Paulo, o embaixador Rubens Ricupero comenta a importância das ações de Rio Branco para a história do Brasil. Considera-o o verdadeiro *Founding Father* da diplomacia brasileira.



Este número dos *Cadernos* inclui, ainda, interessante artigo intitulado “Um barão pra presidente”, no qual o terceiro-secretário Bruno Graça Simões comenta o movimento para lançar Rio Branco como candidato à sucessão de Afonso Pena, em 1909. O artigo foi originalmente publicado no número 5 da revista *Juca*, editada pelos alunos do Instituto Rio Branco.

Figuram, ademais, três textos, originalmente publicados na *Revista Brasileira*, da Academia Brasileira de Letras.

Em “Barão do Rio Branco: cem anos depois”, Murilo Mello Filho relembra a entrada de Rio Branco na ABL e faz um rápido esboço de sua biografia e de sua atuação como jornalista e diplomata.

No artigo “O Barão do Rio Branco como historiador”, Luís Claudio Villafañe G. Santos, diplomata e historiador, informa que:

Sua visão da história era, sem dúvida, pragmática e tinha implícito o objetivo de projetar uma determinada imagem do Brasil, que confirmava e validava os valores e as práticas da ordem saquarema, na qual foi criado e socializado politicamente. Uma história conservadora, centrada na diferenciação entre o Brasil e seus vizinhos em vista da suposta superioridade em termos de grau de civilização conferida pela monarquia, que nos aproximava do modelo europeu e nos distanciava da América republicana. Uma monarquia parlamentar em que prevaleceria o consenso e a conciliação, traduzidos na ordem e na obediência às hierarquias e valores tradicionais.

O último artigo, de Álvaro Lins, intitula-se “Memórias sobre Rio Branco” e é datado de julho de 1942. Na nota explicativa, datada de fevereiro de 1945, à biografia do grande chanceler, Álvaro Lins faz referência a convite, feito três anos antes pelo então secretário-geral do Itamaraty, embaixador Maurício Nabuco, para escrever a obra, cuja primeira edição coincidiu com o centenário de nascimento de Paranhos Júnior. Diante desses fatos, lê-se com redobrado interesse o artigo de Álvaro Lins, que expunha as dificuldades que poderia vir a encontrar em sua tarefa e sua própria concepção sobre como realizá-la.

A primeira parte recolhe dois inéditos de Rio Branco.

Apresentam-se, inicialmente, os cerca de 20 artigos que escreveu, em 1865/1866, sobre as questões do Prata e a política interna, para o hebdomadário *O Vinte e Cinco de Março*, sua primeira contribuição de





imprensa. Esses textos não foram incluídos no novo volume X – Artigos de Imprensa – das *Obras do Barão*, porque a coleção do jornal só foi encontrada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro posteriormente ao envio daquele volume para impressão.

O outro é o “Catálogo Geral da Exposição de Cafés do Brasil em São Petersburgo”. Paranhos Júnior foi o comissário do pavilhão brasileiro na Exposição Internacional de Horticultura, realizada na então capital do império russo, em 1884. O texto original foi escrito em francês e agora traduzido.

Os dois textos estão acompanhados de introduções específicas.

Manoel Gomes Pereira





O VINTE E CINCO DE MARÇO







APRESENTAÇÃO

No fim de 1865, terminado o quarto ano de Direito na Faculdade de São Paulo, José Maria da Silva Paranhos Júnior mudou-se para o Recife, onde iria concluir seu curso na academia daquela cidade.

Luiz Viana Filho informa que essa transferência se deveu a que monsenhor Joaquim Pinto de Campos, correligionário e amigo do conselheiro Paranhos, havia conhecido o jovem acadêmico no Rio de Janeiro e afeiçoara-se a ele. Campos acabou por convencer seu amigo a permitir a transferência do filho para o Recife. Naquela cidade, Juca Paranhos passou a colaborar com artigos para o hebdomadário *O Vinte e Cinco de Março*, desde seu primeiro número.

A coleção de *O Vinte e Cinco de Março*, de que tive notícia graças à gentileza do Embaixador Alvaro da Costa Franco Filho, foi encontrada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, por pesquisadores do Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD), da FUNAG. Passada a oportunidade de incluí-los nas “Obras do Barão do Rio Branco”, no volume X, que reuniu a produção jornalística de Paranhos Júnior, nada impede que os artigos escritos pelo então acadêmico Juca Paranhos sejam editados nos *Cadernos do CHDD*, especialmente neste número, votado à celebração do primeiro centenário da morte do Barão do Rio Branco.

O jornal era de propriedade de Pinto de Campos. Luiz do Nas-



cimento¹ informa que teve curta existência (4 de novembro de 1865 a 13 de dezembro de 1866), tendo sido publicados 55 números. Sua linha política, tal como definida em artigo-programa, clamava: “Ataquemos de frente os desvarios dos que, sem reboço algum, calcam e recalcam as nossas liberdades públicas e rasgam, uma a uma, as páginas daquela liberalíssima Constituição que o Império jurou no memorável dia 25 de março de 1824”.²

A amizade entre Paranhos e Pinto de Campos explicará a presença de Juca Paranhos nas páginas do periódico. Os artigos escritos pelo futuro chanceler, ainda com 20 anos de idade, tratam principalmente da Guerra do Paraguai, que havia começado um ano antes, com o apresamento do vapor *Marquês de Olinda* e a prisão do coronel Frederico Carneiro de Campos, presidente nomeado da província de Mato Grosso.

No entanto, desde 1862, o Império era dirigido pela chamada Liga Progressista, que reunia liberais e conservadores moderados. À Liga, se opunha o Partido Conservador, do qual o senador Paranhos era um dos próceres.

Com o insucesso da missão Saraiva ao Uruguai e o retorno do conselheiro ao Brasil em setembro de 1864, o gabinete Furtado decidiu substituir aquele plenipotenciário por Paranhos, à vista de sua grande experiência nos assuntos do Prata. O novo ministro iniciou sua missão em dezembro seguinte, já iniciada a guerra contra Solano López.

Os artigos criticam a condução da guerra, atacando tanto o gabinete de turno, quanto os chefes militares no terreno. As críticas são particularmente ferinas com respeito a Tamandaré, que se deixara ficar inerte em Buenos Aires, à testa da esquadra e que tinha, anteriormente, criado problemas ao senador Paranhos no Uruguai onde, como chefe da esquadra que bloqueava Montevideú, quis tomar a chefia da missão brasileira, que de direito cabia ao ministro do Brasil.³

As críticas à condução militar do conflito com o Paraguai só arrefeceram com a assunção do gabinete liberal de Zacarias de Góis e Vas-

1 NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa de Pernambuco* - vol. V (Periódicos do Recife, 1851-1875). p. 229-231. Recife: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 1970. Disponível em http://www.fundaj.gov.br/geral/200anosdaimprensa/historia_da_imprensa_v05.pdf. Acesso em 25 set. 2012).

2 NASCIMENTO, Luiz do. Op. cit., p. 230.

3 DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. pp. 253 e 254. Doratioto relata as dificuldades profissionais e pessoais da atuação de Tamandaré.



concelos, em 3 de agosto de 1866,⁴ que teve o marquês de Paranaguá e o visconde de Ouro Preto, ambos conservadores, como ministros da Guerra e da Marinha, respectivamente. Esse gabinete bipartidário propiciou a nomeação de dois militares conservadores, o futuro duque de Caxias e o visconde de Inhaúma, como comandantes do Exército Nacional e da Esquadra Imperial, além da reorganização do exército e da renovação da esquadra.

Quarenta anos mais tarde, teve Rio Branco oportunidade de re-memorar essa mudança de situação política, a atuação de Paranaguá e de Ouro Preto durante a guerra, em discursos pronunciados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Em 30 de janeiro de 1908, o chanceler, novo presidente do IHGB, homenageou Paranaguá, a quem sucedia. “Foi ao ministro da Guerra e ao ministro da Marinha daquele tempo – a Paranaguá e a Afonso Celso – que, felizmente, coube preparar os elementos da vitória, entregues ao generalíssimo Caxias, em cujas mãos experientes o Imperador concentrara a direção suprema de todas as forças brasileiras em operações”.⁵

Em 16 de maio de 1910, por ocasião da inauguração do retrato de Ouro Preto no Instituto, Rio Branco relembrou, no momento em que a esquadra se renovava – com o recebimento, em abril anterior, do *Minas Gerais*, o primeiro dos *dreadnoughts* encomendados a estaleiros ingleses – a atividade do homenageado como ministro da Marinha:

É um belo passado o do ministro que, aos 30 anos, na administração da Marinha – pelo extraordinário desvelo que empregou no rápido esforço da nossa esquadra em operações, no provimento de todos os elementos precisos – soube preparar alguns dos mais brilhantes feitos da história naval do Brasil. (...) Sou desse tempo, em que os estaleiros do nosso Arsenal de Marinha construíam em poucos meses os encouraçados de rio que tornaram possível o forçamento da passagem de Humaitá.⁶

O Tratado da Tríplice Aliança foi negociado em cerca de 15 dias, com a Argentina e o Uruguai, pelo conselheiro Francisco Otaviano de Almeida Rosa, prócer liberal e sucessor de Paranhos no Prata. Inicial-

4 Artigo de 18 out. 1866, p.90.

5 RIO BRANCO, Obras do Barão do. *Discursos*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores/Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. v. IX, pp. 206-207.

6 RIO BRANCO, Obras do Barão do. *Discursos*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores/Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. v. IX, p. 284.



mente, a Argentina opôs-se ao tratado, só aceitando iniciar tratativas depois que Solano López invadiu a província de Corrientes (13 abr. 1865). O tratado foi datado de 1º de maio de 1865 e considerado secreto, fato comum na diplomacia internacional até a Primeira Guerra Mundial. Sua divulgação, em 1866, no Parlamento britânico, deu a Juca Paranhos a oportunidade de criticar o documento, discutido, aliás, pelo ministro do Brasil, sem instruções específicas, que não teve tempo de solicitar.

Diferentemente do que afirmou Paranhos Júnior,⁷ o Conselho de Estado tomou conhecimento do tratado, ainda que indiretamente, antes de sua divulgação pelo governo britânico. Na consulta formulada em 27 de novembro de 1865, feita por intermédio do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sobre proposta argentina de tratado de paz definitiva com o Paraguai, aquele ministério encaminhou, entre outros subsídios, cópia do referido tratado.⁸ O parecer veio imediatamente, em dois votos, de 7 de dezembro de 1865. O primeiro, do visconde do Uruguai e de José Antônio Pimenta Bueno, depois marquês de São Vicente. O segundo, divergente, foi assinado pelo visconde de Jequitinhonha. Ambos comentam o tratado de 1º de maio, apontando suas deficiências.

Curiosamente, no artigo intitulado “A Tríplice Aliança”, publicado em 24 de maio de 1866, o jovem Paranhos criticou a natureza secreta do tratado, à qual atribuía várias deficiências, algumas semelhantes às apontadas nos votos mencionados anteriormente.

Esse artigo abre uma série de textos em que, desprendendo-se das questões internas, Juca Paranhos abordou a política do Império no Prata e a própria Guerra do Paraguai, de cuja história fez uma rápida resenha⁹. Neles, o jovem acadêmico – que teve excelentes professores dos temas do Prata e do Paraguai no pai e no marquês de São Vicente, que, na década de 1840, havia sido encarregado de negócios em Assunção e era correligionário do conselheiro Paranhos – retomou o tema de sua predileção, desde a juventude.

Com efeito, em 1861, aos 16 anos, escrevera a biografia do capitão de fragata Luís Barroso Pereira, herói da Guerra da Cisplatina, que

7 Artigo de 24 maio 1866, p.40.

8 *O Conselho de Estado e a política externa do Império*: consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros (1863-1867). Parecer 7/65. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. p. 173-194.

9 Artigos de 1, 7, 14 e 28 jun., às pp. 46, 51, 55, 67; de 6 e 19 jul., às pp. 71, 73; e de 30 ago. 1866, à p.76. Retoma o tema no artigo de 11 out. 1866, à p. 87.



morreu em combate em julho de 1823. Publicou, em 1864, os *Episódios da Guerra do Prata*, também sobre a Guerra da Cisplatina. É de 1865 a biografia de outro herói daquela guerra, o general José de Abreu, barão do Cerro Largo, que lhe propiciou, aliás, a admissão como sócio no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1867), apadrinhado por Joaquim Manuel de Macedo.

Nos artigos sobre o Prata, especificamente nos de 14 e 21 de junho de 1866, Juca Paranhos trata das relações com a Inglaterra, com quem o Império rompera, devido às exigências, consideradas descabidas, do seu ministro no Rio, William Christie. Comentando o reatamento, ocorrido em setembro de 1865, o articulista aproveita para alfinetar o governo liberal sobre a questão da indenização paga antecipadamente pelo Brasil e pela forma, a seu ver pouco digna, com que o governo aceitou restabelecer as relações bilaterais.

Tema ainda ligado às questões do Prata é o artigo de 16 de novembro de 1865, intitulado “O Conselheiro José Maria da Silva Paranhos”, que é, de fato a tradução de um dos primeiros artigos (senão o primeiro) que escreveu para a revista *L'Illustration Française*, como seu correspondente no Brasil. O artigo traça um rápido, mas substancial perfil do estadista conservador, salientando, ao final, sua missão no Rio da Prata (1864-1865). Este foi apenas um dos artigos que Juca Paranhos escreveu para apresentar os principais chefes políticos e militares envolvidos com a guerra do Paraguai. Outro, nessa mesma linha, trata do visconde de Inhaúma, a propósito da tomada do forte Establecimiento.¹⁰

Em dois artigos, “AS REPÚBLICAS VIZINHAS” (20/09/1866) e as “REPÚBLICAS DO PACÍFICO” (04/10/1866), Juca Paranhos menciona as dificuldades que o Brasil enfrentava com os países limítrofes: diferenças de língua, de mãe pátria e de regime político, aduzindo que “Em nossas questões com qualquer dos Estados vizinhos, os demais manifestam simpatias pelos nossos contrários”. No artigo de 4 de outubro, comentou – a propósito de protesto do Chile, Bolívia e Peru contra a continuação da guerra – que a atitude do governo liberal, em lugar de buscar resolver pacificamente as dificuldades com o Uruguai e com o Paraguai, optou por uma solução de força. Destacou o papel da propaganda para convencer terceiros países da justeza das posições brasilei-

10 RIO BRANCO, Obras do Barão do. *Artigos de Imprensa*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores/Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. vol. X. pp. 27 e 28.



ras, considerando o governo paraguaio mais hábil que o brasileiro em buscar apoio externo.

O tema das relações entre o Brasil e seus vizinhos é recorrente no pensamento de Rio Branco. Sua preocupação já era a de que o Brasil deveria manter-se em paz e trabalhar em conjunto com seus vizinhos. Esse sentimento veio a acentuar-se na função de chanceler, que viria a assumir, 40 anos depois, como mostram os exemplos a seguir.

Na abertura do III Congresso Científico Latino-Americano (6 de agosto de 1905), manifestou que:

Mas não é só o progresso, o desenvolvimento da cultura intelectual, da riqueza e do poder da nossa pátria que desejamos, é também a crescente prosperidade de todos os povos do nosso continente. Mesmo quando o Brasil, vivendo sob outro regime, que não o atual, (...) e a diferença de forma de governo podia fazer crer em indiferenças de ideal político, mesmo então não foram menos amistosos os nossos sentimentos para com as repúblicas limítrofes, e nunca nos deixamos dominar do espírito agressivo, de expansão e de conquista que mui injustamente nos têm querido atribuir.¹¹

No encerramento da III Conferência Internacional Americana (27 de agosto de 1906), sublinhou que:

Nem população densa, nem dureza de vida material podem tornar o Brasil suspeito aos povos que ocupam este vosso continente da América. Às repúblicas limítrofes, a todas as nações americanas só desejamos paz, iniciativas inteligentes e trabalhos fecundos para que, prosperando e engrandecendo-se, nos sirvam de exemplo e estímulo à nossa atividade pacífica, como a nossa grande e gloriosa irmã do norte, promotora dessas úteis conferências.¹²

A edição da coleção de artigos escritos por Juca Paranhos no início de sua mocidade, em sua primeira experiência jornalística, tem a finalidade principal de colocar ao alcance dos estudiosos e do público, textos inéditos do grande chanceler.

É, pois, com muito prazer, que o Centro de História e Documentação Diplomática e a FUNAG apresentam a seleção dos textos de

11 RIO BRANCO, Obras do Barão do. vol. IX, p. 128.

12 RIO BRANCO, Obras do Barão do. vol. IX, p. 149.



CADERNOS DO CHDD

autoria do jovem José Maria Paranhos Júnior, publicados no hebdomadário *O Vinte e Cinco de Março*, do Recife, entre 1865 e 1866.

Manoel Gomes Pereira





O VINTE E CINCO DE MARÇO¹

JORNAL POLÍTICO

A guerra

Entre os flagelos sem número, que nos trouxe em triste apanágio o incestuoso consórcio político chamado *Liga Progressista*,² o que a todos sobre-excede e se avanta por suas naturais e inevitáveis consequências desastrosas, é o terrível flagelo da guerra.

A sabedoria de todos os séculos, considerando a guerra como a maior e a mais cruenta das calamidades públicas, procurou sempre evitá-la por meio de uma política avisada, cautelosa e prudente, que sabe pôr em ação todos os inesgotáveis recursos da dialética oficial, da diplomacia e do parlamentarismo; e quando o direito não consegue impor-se com o uso destas armas pacíficas da razão calma e refletida, só então reconhece a necessidade indeclinável de recorrer ao meio extremo da força armada como última razão dos Estados – *ultima ratio regum*.³

O cristianismo e a civilização vieram inocular mais profundamente estas ideias no espírito de todos os povos cultos e o Brasil tem dado provas repetidas de que sabe governar-se por estas grandes máximas de direito internacional, quando se tem oferecido ocasião de as pôr em prática.

Com relação às repúblicas do Prata e, nomeadamente, às repúblicas do Uruguai e do Paraguai, devemos ser ainda mais cautelosos e prudentes, procurando terminar sempre as nossas contestações por meios pacíficos, a fim de fazermos desvanecer as antigas preocupações

- 1 Semanário fundado no Recife por monsenhor Joaquim Pinto de Campos, de duração efêmera (1865-1866). Pinto de Campos era ligado ao Partido Conservador e amigo do então Conselheiro Paranhos. O nome do jornal faz referência à data (25/3/1824) do juramento da Constituição Imperial por dom Pedro I. (M.G.P.)
- 2 A Liga Progressista resultou da aliança dos conservadores moderados com os liberais e governou no período de 1862 a 1868. (Cf. <<http://bernardo.diniz.sites.uol.com.br/gov.htm>>. Acesso em: 27 ago. 2012). As críticas de Juca Paranhos à Liga se devem ao fato de que era um movimento político adversário dos conservadores puritanos que passaram à oposição, dentro do Partido Conservador, agremiação que tinha como um dos líderes o Conselheiro Paranhos, seu pai. (M.G.P.)
- 3 N.E. – O último recurso do rei.



que ali e na Europa se têm generalizado, de que o Brasil procura fixar os seus limites naturais nas grandes correntes de água do Prata, do Paraná e do Paraguai, absorvendo as repúblicas do Uruguai e do Paraguai e as províncias de Entre Ríos e Corrientes, da Confederação Argentina.

Ainda mais, pedia a prudência que nos não empenhássemos em uma guerra estrangeira, sem estarmos suficientemente preparados para isso, com um bom exército de tropas regulares e com todos os aprestos bélicos indispensáveis. A imprevidência, nestes casos, traz como consequência necessária a perda de homens, a perda de tempo e o aumento extraordinário das despesas.

Os estadistas da *Liga Progressista*, porém, não entendem assim as coisas e, se assim as entendem, obram muito pelo inverso.

As nossas complicações com a República do Uruguai não tinham chegado ainda ao ponto extremo de não poderem ser resolvidas pelos esforços constantes e em combinados da diplomacia; e de precisarem, portanto, do emprego da força armada.

As reclamações que deram motivo à enviatura do sr. conselheiro Saraiva⁴ não eram recentes; pedíamos garantias para os cidadãos

- 4 O gabinete liberal do Conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos decidira enviar ao Rio da Prata, em missão especial, o Conselheiro José Antonio Saraiva, um dos chefes liberais. Em 12 de maio de 1864, foi Saraiva recebido pelo governo uruguaio de Atanásio Cruz Aguirre. Paralelamente, reforçava o Governo Imperial a esquadra no Prata, sob o vice-almirante barão de Tamandaré, também ligado ao Partido Liberal, e o exército na fronteira norte do Uruguai, às ordens do marechal-de-campo João Propício Mena Barreto. Seguindo as instruções recebidas, Saraiva buscou obter satisfação de agravos recebidos, pedindo, “(i) que o governo da República fizesse efetivo o devido castigo, se não de todos, ao menos daqueles criminosos reconhecidos, que passeavam impunes, ocupando até alguns deles postos no exército uruguaio, ou exercendo cargos civis do estado; (ii) que fossem imediatamente demitidos e responsabilizados os agentes de polícia que haviam abusado da autoridade de que se achassem revestidos; (iii) que se indenizasse competentemente a propriedade que, sob qualquer pretexto, tivesse sido extorquida aos súditos do Império e; (iv) que fossem postos em plena liberdade todos os brasileiros que houvessem sido constrangidos ao serviço da República.”. Infrutífera a gestão, seguiram-se negociações com apoio de Rufino de Elizalde, ministro das Relações Exteriores da Argentina, e Edward Thornton, ministro da Grã-Bretanha em Buenos Aires, que culminaram com a apresentação, em 4 de agosto, de um ultimato ao governo uruguaio. Curiosamente, naquele momento, o Brasil não mantinha relações diplomáticas com a Grã-Bretanha, devido à questão Christie. Devolvido o ultimato, a 10 de agosto seguiram-se represálias da Esquadra Imperial. Simultaneamente, o exército ultrapassou a fronteira do Uruguai. Rompidas as relações entre os dois países, Saraiva passou a Buenos Aires em 11 de agosto, para retornar ao Brasil, deixando a Tamandaré tratar com o governo de Aguirre. Sobre o assunto, ver as notas preparadas por Paranhos Júnior ao livro de L. Schneider *A Guerra da Triplíce Aliança* contra o Paraguai. (M.G.P.)



brasileiros residentes no território da república; pedimos a punição dos assassinos de nossos concidadãos, dos salteadores da propriedade dos brasileiros. Tudo isso, como se vê, é da máxima importância e do mais vital interesse para o Império, é verdade; mas é preciso confessar também que, não nos achando em circunstâncias de podermos empreender a guerra desde logo, convinha tentar novos recursos diplomáticos, enquanto ao menos nos preparássemos para exigir pela força das armas o que não conseguíssemos obter pela força do direito que nos assistia, ou pela intervenção diplomática de algum poderoso aliado nosso e da república vizinha.

A missão especial do sr. conselheiro Saraiva – cujos talentos como administrador e como parlamentar estamos longe de contestar – foi, pois, uma verdadeira calamidade, porque acelerou o desfecho que deveríamos protrair até que pudéssemos empreender a luta com todos os elementos de pronto e seguro triunfo. Acreditamos sinceramente que o sr. conselheiro Saraiva, posto que sem prática alguma de carreira diplomática, ter-se-ia saído melhor de sua missão, se não estivesse adstrito às instruções que recebeu do famoso gabinete que o enviou. A este é que cabe toda a responsabilidade do mau sucesso da missão Saraiva.

Demais, o *ultimatum* de 4 de agosto do sr. Saraiva não era ainda uma declaração de guerra. Se em vez do fatídico e inepto ministério de 31 de agosto, estivesse à frente dos negócios públicos um gabinete prudente e previdente, a guerra não teria sobrevindo tão pronta e por modo inteiramente novo na história da política internacional.

Sem ter havido formal declaração de guerra e, por isso mesmo, com a violação flagrante do direito das gentes, romperam por nossa parte as hostilidades contra o governo da república. Quem autorizou este ato imprudente e preposterado, que provocou desde logo vivas reclamações por parte dos representantes da França, da Inglaterra, da Itália e de outras potências da Europa? Quem o praticou, sabemos nós que foi o sr. visconde de Tamandaré; e, se é certo que o ministério de 31 de agosto não só lhe não pediu contas disso, mas antes lhe conservou as honras de chefe da nossa esquadra nas águas do rio da Prata, é claro que o sr. João Pedro Dias Vieira⁵ e os seus companheiros aceitaram a responsabilidade do ato imprudente e irregular do sr. vis-

5 João Pedro Dias Vieira (1820-1870), magistrado, professor e político brasileiro, foi ministro dos Estrangeiros e da Marinha em 1864 (gabinete liberal de Zacarias de Góis e Vasconcelos), deputado geral, presidente de província e senador do Império de 1861 a 1870. (M.G.P.)



conde de Tamandaré⁶, que foi imediatamente acrescentado em honras e proveitos.

Temos, portanto, que a guerra é um presente da *Liga Progressista*, que foram os srs. Dias Vieira, Furtado⁷ & companhia os que a quise-ram a promoveram, com grande detrimento do país, que poderia estar, mas que não estava preparado para ela.

Em janeiro de 1863, quando a Grã-Bretanha nos veio insultar no porto da capital do Império, fez-se um apelo ao patriotismo da nação, pedindo-se dinheiro para as urgências da guerra que parecia iminente. De todos os ângulos do Império, foram recursos para o Tesouro, e essa contribuição voluntária e patriótica excedeu a cifra de 2 mil contos de réis.

Vinte meses depois antecipa-se, sem necessidade instantânea, uma guerra com a pequena república vizinha e o Brasil acha-se, ainda, completamente desprovido de soldados, de espingardas, de artilharia, de munição de guerra, de trem de campanha, de tudo finalmente quanto é de primeira necessidade para a guerra!

Reúnem-se à pressa alguns milhares de soldados bisonhos, saídos de repente das províncias setentrionais do Império e são transportados imediatamente para um clima desabrido e inóspito, como são as cercanias de Montevidéu. Uma grande parte deles vão sem armas, falecem-lhes as munições de guerra, não levam uma barraca para se agasalhar e nem sequer a roupa necessária para resistir aos rigores da estação fria.

Se não tinham armas, nem munições de guerra, o que foram aí fazer? Se o convênio de 20 de fevereiro não tivesse evitado a luta e salvado a honra nacional, o que fariam diante dos muros de Montevidéu esses milhares de recrutas com a mão abanando?

E depois do convênio, o que ficaram ali fazendo? Estava de todo terminada a nossa desavença com a república vizinha; tínhamos, posto

6 Joaquim Marques Lisboa, o Almirante Tamandaré (1807-1897), herói nacional e patrono da Marinha de Guerra do Brasil. Em 1864, já com o título de barão de Tamandaré, assumiu o cargo de comandante-em-chefe das operações navais brasileiras no Rio da Prata. A postura crítica de Paranhos Júnior em relação a Tamandaré decorria dos problemas que este criou ao Conselheiro Paranhos no Uruguai, além de ser ligado ao Partido Liberal. Curiosamente, e à diferença de outros heróis militares brasileiros, como o liberal Osório ou o conservador Caxias, as datas de seu nascimento e morte não estão registradas nas *Efemérides Brasileiras*. (M.G.P.)

7 Francisco José Furtado (1818-1870), juiz e político brasileiro, foi ministro da Justiça, presidente do Conselho de Ministros (16º gabinete, liberal, de 31 de agosto de 1864 a 12 de maio de 1865), deputado geral, presidente de província e senador do Império de 1864 a 1870. (M.G.P.)



que indiretamente, dado força moral ao Partido Colorado e concorrido para a elevação do general Flores, mais popular, seguramente, do que os Aguirres⁸, os Suvielas⁹, Carreras¹⁰ e seus companheiros; tínhamos obtido do governo da república satisfação plena das injúrias recebidas e a solene promessa de serem finalmente satisfeitas todas as nossas outras reclamações. Ali, nada mais nos restava fazer, enquanto que um dever sagrado nos chamava ao solo da pátria, invadido pelo selvagem do Paraguai, a fim de defendermos a integridade do Império e a vida, a propriedade e a honra de nossos concidadãos da província de Mato Grosso.

E, todavia, lá ficam – em marchas e contramarchas – as nossas tropas na campanha do Uruguai! Atulham-se os hospitais e, em poucos meses, a morte dizima 6.000 soldados antes que o nosso exército disparasse o primeiro tiro do atrevido invasor.

Quem é o responsável por essas milhares de vítimas da peste, da fome e do frio? Quem é o responsável pela invasão do território brasileiro na província do Rio Grande, cujas fronteiras setentrionais se

- 8 Atanasio de la Cruz Aguirre Aguado (1801-1875), político uruguaio, foi deputado em 1852 e senador em 1861, pelo Partido Blanco. Era presidente do Senado quando assumiu interinamente a Presidência da República, em 01 mar. 1864, durante a guerra civil causada pela insurreição de Venâncio Flores e do Partido Colorado, que recebera o apoio do Império do Brasil e do presidente argentino Bartolomé Mitre. Seu governo teve de enfrentar, inicialmente, a pressão diplomática do Brasil e a invasão do território uruguaio por forças do Império. Em resposta a esses fatos e seguro do apoio de Francisco Solano López, presidente do Paraguai, que já iniciara hostilidades contra o Brasil, declarou nulos e fez queimar em praça pública (dez. 1864), os tratados de 1851, que estabeleciam a aliança entre os governos brasileiro e uruguaio. Em 15 de fevereiro de 1865, sitiada Montevidéu pelas tropas de Venâncio Flores e do Brasil, entregou o poder ao presidente do Senado, Tomás Villalba, que capitulou em seguida. (M.G.P.)
- 9 Jacinto Susviela (1825-1911), jurista e político uruguaio, vinculado ao Partido Blanco, mas sem militância efetiva até 1864, quando foi designado ministro da Guerra e da Marinha pelo presidente interino Atanasio Aguirre. Depois da queda de Aguirre, emigrou para a Argentina, onde viveu até 1905, dedicado ao exercício da advocacia. Militante contra a presidência Mitre, chegou a ser preso, regressando ao Uruguai em 1905. (M.G.P.)
- 10 Antonio de las Carreras, diplomata uruguaio, foi ministro das Relações Exteriores no período 1858-1860 e durante a presidência Aguirre. Era chefe dos “Amapolas”, facção do Partido Blanco que buscava o apoio paraguaio contra o Brasil. Segundo Francisco Doratioto, em *A maldita guerra*, foi enviado por Aguirre ao Paraguai em julho de 1864, ocasião em que teria insuflado Solano López contra o Brasil. Entregou-lhe uma carta de Aguirre, com o pedido de intervenção paraguaia no Prata. Deposto Aguirre, Carreras refugiou-se no Paraguai, onde foi aprisionado por López, torturado e fuzilado. Sobre esse assunto, ver a biografia do Visconde do Rio Branco (publicada em 27 set. 1868) e hoje parte integrante das *Obras do Barão do Rio Branco*, vol. VII, p. 200. (M.G.P.)



conservavam completamente desguarnecidas, quando já tínhamos um exército forte de mais de 50 mil homens?

O responsável, o único responsável, é o fatídico ministério de 31 de agosto, representante genuíno da *Liga Progressista*.

Desde o princípio da guerra que todos reconheciam a necessidade de confiar o comando em chefe do nosso exército a um general prestigioso e experimentado. O Brasil inteiro indicava o nobre marquês de Caxias como único homem capaz de desempenhar satisfatoriamente esta importante comissão. Pelo elevado posto que ocupa no exército, pela grande consideração e estima de que goza entre os oficiais e soldados, pelos seus conhecimentos de guerra e pela consumada experiência – que adquiriu em duas comissões de que foi encarregado no sul, em 1846 e em 1851 –, por tudo isto devia ser ele o general encarregado da direção das operações militares no sul.

O próprio ministério não desconhecia isso e não se ignora que o nobre sr. general Beaurepaire Rohan¹¹, ministro da Guerra, propusera a nomeação do sr. marquês de Caxias. Mas os seus colegas, que aos ditames da razão e aos legítimos interesses do Império antepõem os ódios e malquerenças políticas, recusaram o apoio à proposta, e o sr. marquês de Caxias não foi nomeado, porque é conservador e porque todas as certas vantagens que o Brasil tirasse de sua nomeação seriam em pura perda da política da *Liga Progressista*.

Ainda mais. Para tirarem ao nosso exército toda a possibilidade de ser dirigido pelo nobre marquês, despediram da pasta de Guerra o sr. Rohan, e [a] entregaram ao sr. visconde de Camamú¹², cuja incapacidade para tudo quando se refere a sua profissão de militar só pode ser comparada a sua consumada perícia na arte de cortesão.

Parece que o gênio tutelar dos desacertos dirigia o destino do Império e deixava que o paraguaio insolente invadissem a província de São Pedro do Sul e continuasse a talar desassombrado a de Mato Grosso.

11 Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire-Rohan, visconde de Beaurepaire-Rohan (1812-1895). Militar, ministro da Guerra (ago. 1864 – fev. 1865), durante o gabinete liberal de Francisco José Furtado. (M.G.P.)

12 José Egídio Gordilho de Barbuda Filho, segundo visconde de Camamu (1808-1867), militar, chegou ao posto de marechal de campo em 1839. No confronto da Ponte da Azenha, movimento inicial da Revolução Farroupilha, não conseguiu deter o avanço das forças de Bento Gonçalves sobre Porto Alegre, em 19 set. 1835. Sucedeu o visconde de Beaurepaire-Rohan no Ministério da Guerra, no período de 2 de fevereiro a 12 maio de 1865. (M.G.P.)



Tudo se fazia ao acaso no tocante à defesa do Estado. Não havia, nem se tratava de nenhum plano de defesa. Os nossos próprios triunfos de Riachuelo e de Cuevas¹³ foram verdadeiras surpresas.

Os homens competentes entendiam e entendem que, desde que López declarou guerra à República Argentina, ou antes a Mitre, contando com a sublevação do Partido Federal, a base de nossas operações deveria ser a campanha do Rio Grande, pois, facultada a passagem pelo território argentino, deveríamos ir a Assunção pelo mesmo caminho por onde os paraguaios vieram a São Borja.

As vantagens desta base de operações, aconselhadas pela topografia, seriam infalíveis e imensas debaixo de todos os pontos de vista. Nosso exército cobriria nossas fronteiras; não teria sido dizimado pelas enfermidades de que foi vítima no Estado Oriental; teria tido tempo de disciplinar-se; o soldo da nossa tropa ficaria no país. Se López se animasse a vir buscar-nos aí, nos encontraria fortes; se invadissem Corrientes, tanto pior para ele, iríamos a Assunção sem grandes dificuldades; se nos esperasse ali, para lá seguiríamos reforçados com o exército aliado, que, atravessando Entre Ríos, iria fazer junção conosco em Corrientes.

A este plano de operações, aconselhado pelo interesse brasileiro, preferiu-se desguarnecer nossa fronteira, a fim de guardar a casa do vizinho!

As coisas marcharam tão desordenadamente, que o S. M. o Imperador julgou conveniente deixar a corte e seguir para o teatro da guerra!

No momento mesmo em que S. M. chegou a Uruguaiana, tudo era confusão no campo dos aliados; não havia quem comandasse em chefe o exército aliado – ou antes, havia quatro comandantes em chefe, que tantos foram os que assinaram as propostas a Estigarribia – quando é certo que, pelo Tratado da Tríplice Aliança, o comando em chefe no território do Império deveria caber ao general brasileiro. A um chefe de bandidos como Estigarribia, que assolara e roubara São Borja, Itaqui, Uruguaiana e toda campanha do Rio Grande, fizeram-se proposições de capitulação como não foram oferecidas em tempo algum aos mais honrados generais.

13 Em 12 de agosto de 1865, a esquadra brasileira, comandada pelo Almirante Barroso, forçou as barrancas de Cuevas, no rio Paraná, onde 3.000 paraguaios comandados pelo coronel Bruguez, com trinta e tantas peças de artilharia de diversos calibres entre 12 e 32, se haviam fortificado para impedir-lhe o passo. Sobre isso, ver as notas de Paranhos Júnior ao livro de L. Schneider, *A guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai*. (M.G.P.)



Ninguém sabe ainda o rumo que levarão as coisas, mas pode-se prever que esta guerra desastradamente feita até o presente há de continuar mal, pois que o Imperador não pode transpor a fronteira para acompanhar o exército até o Paraguai, e o resultado provável é que as hesitações e as incertezas na direção das operações hão de continuar. Iremos a Assunção, mas depois de termos arruinado nosso Tesouro, depois de termos distraído por tempo indefinido muitos milhares de braços da agricultura, depois, enfim, dos maiores sacrifícios.

Vejamos agora como a *Liga Progressista* dirige os Negócios da Guerra, no interior, e será isto o assunto de outro artigo.

* * *



O VINTE E CINCO DE MARÇO

JORNAL POLÍTICO

O conselheiro José Maria da Silva Paranhos

A *Ilustração Francesa* dignou-se de honrar uma das páginas do seu número 1.181,¹⁴ de 14 de outubro do corrente ano, com o retrato do grande estadista brasileiro, o senador José Maria da Silva Paranhos, seguido de um ligeiro esboço biográfico de tão distinto e elevado cavaleiro, assim concluído:

“M. da Silva Paranhos,
publicista e homem de Estado brasileiro.”

M. da Silva Paranhos (José Maria) é um dos homens mais distintos do Brasil. Nasceu aos 16 de março de 1819 na Bahia, onde seu pai, rico negociante português, gozava de estima geral. A morte prematura de seus pais lançou-o da opulência na pobreza.

Abraçou, em continente, a carreira do ensino e foi professor da Academia do Rio de Janeiro. Pouco tempo depois, lançou-se na imprensa periódica. Em 1845, começou a redigir o *Novo Tempo*, jornal que representou um papel importante dos debates políticos do país. Foi eleito deputado à Assembleia Provincial do Rio e nomeado, sucessivamente, secretário e vice-presidente dessa província. Em 1847, os eleitores do Rio inscreveram o seu nome em primeiro lugar na lista dos deputados ao parlamento brasileiro. O sr. Paranhos era, naquela época, o redator principal do *Correio Mercantil*, órgão de um partido influente. No ano das lutas parlamentares, tornou-se redator em chefe do *Jornal do Commercio*, a mais antiga e a mais importante folha do Brasil, que se distingue dos outros por sua neutralidade nos negócios políticos.

Em 1851, o sr. Paranhos acompanhou, na qualidade de secretário, a embaixada do finado marquês de Paraná ao Rio da Prata. Depois da queda de Oribe e de Rosas, derrotados pela intervenção das forças bra-

14 Esta curta mas substancial informação sobre o Conselheiro Paranhos, dirigida essencialmente aos leitores estrangeiros da revista, terá sido, muito possivelmente, da autoria de Juca Paranhos, à época correspondente no Brasil daquela publicação francesa, para a qual enviou informações e croquis sobre a guerra do Paraguai, durante quase toda a duração do conflito. (M.G.P.)



sileiras, o sr. Paranhos ficou em Montevidéu, sob o título de ministro do Brasil, e esforçou-se em consolidar a nova ordem de coisas estabelecidas depois da batalha de Monte Caseros. Em 1853, foi enviado de novo ao parlamento pela província do Rio e nomeado ministro da Marinha, no mesmo ano. No seguinte ano, ocupou a pasta dos Negócios Estrangeiros, resignando-a em 1857.

O sr. Paranhos desempenhou, ao sair do ministério, missões especiais no Prata e no Paraguai. Chamado à pasta dos Estrangeiros em 12 de dezembro de 1858, ele a deixou de novo em 10 de agosto de 1859. No ano seguinte (3 de março) foi nomeado ministro da Fazenda, pasta que ocupou até 24 de maio de 1862. Derrotado por uma coalizão parlamentar, o sr. Paranhos enfileirou-se na oposição.

A província de Mato Grosso deu-lhe um assento no Senado.

O governo brasileiro confiou-lhe de novo o ano passado uma missão no Rio da Prata.¹⁵

Como publicista, orador, diplomata e homem de Estado, tem o sr. Paranhos revelado talento eminente e deve ser olhado como um dos maiores vultos do Brasil.

* * *

- 15 Fracassada a missão Saraiva, o Conselheiro Paranhos foi convidado pelo gabinete liberal de Francisco José Furtado, sendo Dias Vieira ministro de Estrangeiros, para chefiar nova missão ao Prata. Chegou a Buenos Aires em 2 de dezembro, já começada a guerra contra Solano López. Inicialmente, Paranhos tentou obter o apoio de Mitre contra o Paraguai, mas este se recusou, alegando que só entraria na guerra se a Argentina fosse invadida. As tropas brasileiras de terra e mar, em coordenação com as forças de Venâncio Flores, combatiam Aguirre. Em 19 jan. 1865, informou ao governo argentino e às representações estrangeiras que o Brasil reconhecia Flores como beligerante e anunciava a intervenção armada do Brasil para pacificar o Uruguai. As hostilidades prosseguiram até 16 fev. 1865, dia seguinte ao fim do mandato de Aguirre, quando Paranhos foi procurado para dar início às negociações. Em vista da invasão de Mato Grosso por tropas paraguaias, Paranhos comunicara, de Buenos Aires, em 27 jan. 1865, ao governo argentino e ao corpo diplomático estrangeiro, o estado de guerra entre o Império e o Paraguai. Em 20 fev. 1865, na vila da União, já sob a presidência interina de Tomás Villalba, foi assinada a Convenção de Paz, pela qual, entre outros, Venâncio Flores era reconhecido em todo o Uruguai e pelas potências neutras como o chefe supremo do país. Em 04 mar. 1865, o Diário Oficial publicou a demissão de Paranhos, “porque o acordo celebrado [em 20 de fevereiro] não atendeu tanto quanto devia as considerações que fizemos anteriormente”. Apud “Biografia do Visconde do Rio Branco”, citada. (M.G.P.)



O VINTE E CINCO DE MARÇO
JORNAL POLÍTICO

O sr. conselheiro Paranhos

Há certas causas, que muito se parecem com as pedras preciosas, que quanto mais lapidadas, tanto mais brilham e mais revelam a opulência de seus quilates.

A demissão do sr. conselheiro Paranhos pertence ao número destas causas fecundas. Quanto mais se discute, mais coisas há que dizer em favor do demitido.

Ninguém pensaria que, depois dos luminosos discursos por ele proferidos na tribuna vitalícia¹⁶, pudesse apresentar a questão sob novos aspectos, aduzir novas razões que viessem corroborar a formidável sentença, com que o supremo tribunal da opinião havia fulminado o ato atroz do ministério de 31 de agosto. Sim, ninguém o pensava; mas o contrário sucede.

O sr. conselheiro Paranhos acaba de reunir num belo livro todos os seus extensos arrazoados parlamentares, acompanhados de vigorosos suplementos, que derramam nova luz sobre a questão e que tornam cada vez mais patente a iniquidade da demissão, e a justiça do demitido.

Os fatos que analisa, os documentos que confronta, os episódios que encadeia, as circunstâncias que adiciona, as coincidências que aproveita, a dexteridade com que desenvolve as provas, o vigor com que multiplica as deduções, a ironia finíssima com que castiga seus acusadores, a sátira pungente com que [ar]roxeia as faces do inepto ministro que ousou desgraduá-lo do conceito e estima do mundo, são primores incontrastáveis do excelente, do mimoso e do interessante livro do sr. conselheiro Paranhos! Se vivera noutros tempos, menos funestos à virtude, e sob influência doutros costumes, menos viciados pelo filtro da corrupção, já o sr. Paranhos teria recebido das altas regiões do poder imperial uma e mais demonstrações reparadoras da ofensa que sofreu no seu melindre de homem, no seu crédito de diplomata e na sua dignidade senatorial!

16 O Senado do Império era conhecido também como a “Câmara Vitalícia”. (M.G.P.)





Não importa, o ilustre brasileiro continua a receber da opinião nacional e estrangeira todas as compensações. O seu nome é hoje a maior confusão para seus adversários. O ex-ministro Dias Vieira vê o olho severo do sr. Paranhos acompanhá-lo por toda a parte. Faz lembrar-me certo modo, o olho de Abel seguindo por todos os lados o sanguinolento Caim.¹⁷

* * *

17 Voltando ao Brasil, Paranhos preparou sua defesa durante meses e, em 05 jan. 1865, por ocasião da discussão do voto de graças, com que o Legislativo respondia à Fala do Trono, fez a sua defesa, em discurso que durou cerca de 8 horas. Segundo o Barão do Rio Branco, na biografia citada, “...maioria do Senado e os espectadores aplaudiram entusiasticamente o ilustre orador, e ao sair este, depois das 20h30, foi surpreendido por uma verdadeira ovação do povo, que o esperava na rua”. (M.G.P.)





Ano II

Quinta-feira, 19 de abril de 1866

Número 21

O VINTE E CINCO DE MARÇO

JORNAL POLÍTICO

A guerra

Cada vapor, que chega do sul do Império, é uma nova decepção para a população.

Anunciam-se vitórias e o próximo fim da luta com o Paraguai; e, no entretanto, o exílio se dilata.

Há mais de um ano que a província de Mato Grosso foi invadida; há mais de um ano ali domina o estrangeiro.

Um só ato de repulsa não praticamos. Os paraguaios apossaram-se da parte dessa nossa província que lhes conveyo, estabeleceram autoridades e tranquilos dominam o nosso território, como se já fosse terreno da república!

As operações militares pelo lado do Prata nenhuma vantagem nos hão conseguido.

Da nossa esquadra, exceto o feito casual de Riachuelo, não se contam senão histórias *mal contadas*.

Quando a esquadra move-se, depois de diuturna pausa, lá vão os nossos navios encalhar.

Que aflitivo destino nos reserva a Providência!

Um exército de mais de 40 mil homens estanceia, há meses, junto do Passo da Pátria¹⁸; e quando o rio é para nós obstáculo invencível, os paraguaios passam e repassam o mesmo rio, e vêm degolar os soldados da vanguarda do exército aliado, que *dormiam*!

O tempo próprio para a campanha está findando: e se por todo o corrente mês não dermos ação decisiva, teremos de esperar pelo verão seguinte.

18 A esquadra imperial, às ordens de Tamandaré, bombardeou as posições paraguaias no rio Paraná, permitindo o desembarque de dez mil soldados, comandados por Osório. O combate do Passo da Pátria se deu entre os paraguaios e os Voluntários da Pátria, comandados por Deodoro da Fonseca, que tomaram a posição em 23 abr. 1866. (M.G.P.)



É com essa incúria e desacerto, que o governo responde à confiança com que a nação lhe concedeu dinheiro e sangue!

É tempo de erguer-se a nação e tomar contas em tão momentoso assunto, a fim de que estigmatize ministros negligentes, ou condene gerais incapazes.

Sim; não é possível ver, indiferentes, que o nosso exército perdesse mais um ano no meio de tão rigoroso clima, dizimando-se ingloriamente.

Já milhares de vida temos perdido, sem dar ao menos um combate. Já milhares de contos de réis havemos despendido sem proveito.

Desperte o país: olhe para os seus negócios, e não serão desperdiçados o sangue e o dinheiro que, com tanto civismo, entregou-se ao governo.

Ministros, instrumentos de uma política pessoal; ministros facionários, bradavam que nada valia a horda selvagem do bárbaro ditador do Paraguai.

Ignorantes e imprudentes, arrojaram-nos à guerra homens sem patriotismo, que desatendiam aos interesses gerais da nação para só cuidar de insignificantes misérias de política tacaña.

O que fazem hoje esses homens? Que conta dão dos sacrifícios da população?

Quando, aos conselhos da experiência que ditaram a convenção de 20 de fevereiro, deu-se estrondosa preferência à inconsideração e presunçosa arrogância de um vice-almirante sem ilustração, nem fortuna militar, foi fácil prever a má direção dos nossos negócios no Prata.¹⁹

O sucesso vai mostrando a extensão do erro. E convém prosseguir?

Cumpramos reprovar o erro e provocar mais acerto e critério.

Os ministros deixam as pastas e ocultam na obscuridade a própria incapacidade: mas a vergonha de tantas misérias fica indelével no caráter nacional.

Os negócios da guerra passam-se em segredo para a nação, que só conhece a parte dos sacrifícios. Nisso há grave ofensa à sisudez da nação: se as operações estratégicas devem permanecer no ministério, os recursos, a situação, a marcha da guerra e os intentos do governo devem patentear-se à população.

19 Crítica à atuação do Almirante Tamandaré, que comandou a esquadra no Prata e encarregado do bloqueio do porto de Montevideú, quando o Senador Paranhos ali estava, em missão oficial. (M.G.P.)



É tempo do governo justificar-se de tanta morosidade: é tempo de se conhecer toda a profundez[*u*] do mal para se cogitar no remédio.

A nossa imprevidência facilmente ergueu, sob o sigilo do governo, esse Humaitá, que hoje tão custosamente empreendemos arrasar.

Tal é o efeito da política tenebrosa, de que a nação não participa.

* * *



O VINTE E CINCO DE MARÇO

JORNAL POLÍTICO

A guerra

Continua a guerra, sem êxito favorável ao Império.

Continua o sangue precioso de vítimas ilustres a correr, sem proveito da grande causa.

Continua o dinheiro do Estado a sorver-se pelas mãos da dilapidação, sem aumento de recursos profícuos.

A nossa honra e o nosso brio continuam sem desagravo: os cofres se exaurem, por mais que encham.

O denodo dos nossos soldados prostra-se, ante a direção miserável das operações militares confiadas a generais incapazes.

Tudo se faz por aprendizagem. O almirante da esquadra vai aprender; o general do exército aprende ainda; e quem paga o ensino?

O brio nacional, a vida dos soldados e a bolsa da nação.

E quem é causa tanta calamidade?

O estado dos fatos mostra, como evidência, que somos sacrificados ao cálculo de uma política mesquinha e sem aspiração alguma nobre e elevada.

Sabe o país que a política progressista, exaltada no meio da geral estupefação do país, não tinha base na opinião.

Infeliz na questão inglesa, atrapalhada com a questão peruana, aturdida com o inesperado lance do corsário americano na Bahia, quis essa política especular nas margens do Prata.²⁰

Concebeu, em sua louca presunção, que as repúblicas vizinhas se intimidariam com um assomo nosso.

20 Com as referências à questão Christie, à questão peruana (o incidente com os vapores de guerra peruanos *Morona* e *Pastaza*, no porto de Belém, em 1862, cf. http://ronaldogoncalves.com.br/artigos/Artigo_8.pdf, acesso em 30/8/2012), e ao incidente envolvendo o navio ianque USS *Wachusett*, que capturou irregularmente, em outubro de 1864, na baía de Todos os Santos, o navio confederado CSS *Florida* (cf. http://en.wikipedia.org/wiki/USS_Wachusett_%281861%29, acesso em 30 /8/2012), Juca Paranhos põe em destaque a “incompetência” da Liga Progressista em matéria de política externa, que seria acentuada com o fracasso da missão Saraiva. (M.G.P.)



Sem preparar o país, sem consultá-lo e sem ter preparativo algum, que a mais curta previdência exige, o ministério do *progreso* mandou a Montevideu um *ultimatum* que desafiou a guerra.

Levantada esta, entenderam os diretores do *progreso* que nos nossos vizinhos cederiam ao temor da luta com o poderoso Império e que a política desprotegida da *liga* surgiria como vingadora do brio da nação, tomaria vulto na opinião do país.

Falharam os cálculos do heroísmo e da imprudência, e abriu-se uma luta que a prudência evitaria, elevando a dignidade nacional e recatando interesses da máxima importância para o país.

A guerra, que ceifa tantas vidas; a bancarrota, que exhibe o seu medonho aspecto; a depreciação de nossos brios – eis o fruto do cálculo da *liga* nesta parte.

Desde que somos nação, jamais tivemos quadra tão desastrosa; e jamais uma *política* causou tão graves danos ao país.

A política *progressista* tem chamado sobre si as maldições da pátria.²¹

* * *

21 Juca Paranhos atribui à Liga Progressista a responsabilidade pela guerra do Paraguai. (M.G.P.)



O VINTE E CINCO DE MARÇO

JORNAL POLÍTICO

A Tríplice Aliança

I

Acabamos de ler, com surpresa e dor profunda, o Tratado da Tríplice Aliança, segundo cujas estipulações empreendemos a guerra contra o ditador do Paraguai.

Na verdade, nenhum coração brasileiro pode ver, sem mágoa, o modo por que se menosprezam os interesses do país e se desperdiçam o nosso dinheiro, post[e]rgando a nossa própria honra.

Nesse tratado, sacrificam-se princípios da alta política e obriga-se a nação ao dispêndio de enormes somas e de precioso sangue em que se cure a causa pública.

Tão conveniente tratado ficou oculto; e só agora dele a nação tem notícia, porque o governo inglês o fez publicar para o conhecimento do Parlamento britânico.²²

É o tratado mais um padrão ignominioso da nossa política no Prata nesses tempos fatais do domínio progressista.

Homens sem fé, nem sentimentos da dignidade nacional sacrificaram o país ao cálculo de mesquinho predomínio na política interna.

A abjeção a que nos reduz o tratado levou certamente o[s] autor[es]²³ do mal a mantê-lo secreto; e secreto ainda estaria, se o estrangeiro não o divulgasse.

22 O Tratado da Tríplice Aliança (1º maio 1965), foi negociado em segredo. Um dos negociadores, Carlos Calvo, ministro das Relações Exteriores do Uruguai, entregou cópia, sob promessa de reserva, a William Lettson, ministro inglês em Montevideú, que o encaminhou a seu governo. Em 02 mar. 1866, o governo inglês tornou-o público (Doratioto, Francisco. *Maldita Guerra*, p. 88). Obrigado a renunciar, Carlos Calvo recrimina o primeiro-ministro inglês. (cf. Benítez G., Luis. *Historia diplomática del Paraguay*. Assunção: El Gráfico S. R. L., 1972, pp. 219-220). Foram negociadores, pelo Brasil, o Conselheiro Francisco Otaviano de Almeida Rosa e, pela Argentina, Rufino de Elizalde. Francisco Otaviano, que secretariara a missão Saraiva, sucedeu Paranhos na missão ao Prata e negociou o tratado, do qual a Argentina só aceitou participar depois de invadida Corrientes pelo Paraguai, em 13 abr. 1865. (M.G.P.)

23 N.E. – As letras entre colchetes estão rasuradas no original.



Para a honra de alguns caracteres nobres dos nossos homens públicos, cumpre declarar que consta não ter sido semelhante tratado levado à apreciação do Conselho de Estado, nem antes, nem depois do concluído.

Nem para se estabelecerem as bases desse tratado, nem para se lhe dar a devida ratificação foram ouvidos os legítimos conselheiros da Coroa. Essa falta, se é real, como corre, é por certo gravíssima e digna de sério reparo.

A fim de conhecer-se até que ponto nos é prejudicial e desairoso o tratado, basta uma sucinta análise de suas disposições: e o leitor, em face desse tratado cobrirá o rosto, vendo as amarguras da pátria atraíçoadada.

Vejam, esse Tratado da Tríplice Aliança, que se anuncia no artigo^{1º}.

II

O artigo 2º não fixa as forças, com que deve cada aliado concorrer para a guerra; e, assim, cada um é juiz das forças de que pode dispor. Se entrar na campanha com um batalhão, tem satisfeito a obrigação contraída.

O que resultou daí? A guerra é feita por nós e em proveito alheio.

De fato, o exército argentino compõe-se de 4 a 5 mil homens, que o Brasil sustenta, dividindo, até, com ele as rações dos soldados brasileiros, como vimos suceder no Passo da Pátria.

O exército oriental é quase nenhum, constando apenas de 1.200 homens; e, para que o general Flores tivesse o²⁴ que comandar, preciso foi compor-se um exército com divisões brasileiras e argentinas!

A força brasileira é de 50 mil homens e a sua esquadra tem sido um forte peão, sobre que a guerra tem girado até agora.

Se ela houvesse sido batida em Riachuelo, ou se nós a não tivéssemos mandado para as águas do Prata, o ditador López haveria entrado em Buenos Aires sem encontrar dois batalhões para lhe embargarem o passo.

O artigo 3º fixa a única obrigação da República Argentina, cujo presidente *obriga-se* a comandar os nossos soldados: e achandoisso [*sic*] pouco, queria também dispor da esquadra.

24 N.E. – Vogal rasurada no original.



Nesse artigo há um ataque à soberania do Brasil, tirando-se ao nosso monarca a livre escolha dos seus generais e almirantes: os aliados designam por seus nomes os generais que devem comandar os exércitos brasileiros por mar e por terra.

Bem patente é o fim de tão extravagante e censurável estipulação. Queria-se arredar a eventualidade de ver o nobre marquês de Caxias à frente dos nossos exércitos; isso podia fazer sombra ao partido que, do sr. F. Octaviano, fez diplomata e conselheiro. Portanto determinou-se, positivamente, que o general Osório comandaria as nossas forças de terra; e que as de mar ficassem sob a direção do visconde de Tamandaré, arredando-se também a possibilidade de ser chamado qualquer outro oficial da armada brasileira, que não agradasse à política progressista.

E semelhante estipulação pode merecer a aprovação de um governo sensato?

Se, porventura, o general, ou o almirante designados desmerecessem da confiança do Império, seríamos obrigados a depender dos aliados para qualquer mudança; e quem não vê os graves inconvenientes de tão desassissada condição?

Quantas considerações nos sobrevêm ao espírito, forçando-nos a clamar que neste artigo foi a nação vilmente traída e sacrificada aos cálculos da política partidária!

O artigo 4º, que declara serem os transportes por conta dos governos respectivos, é nulificado pelo artigo 5º. O Brasil tem todos os meios de transporte e fica obrigado a fornecê-los; e como Buenos Aires e Montevideu os não têm, nós temos dado todo o transporte, de sorte que a obrigação dos nossos aliados tem sido nenhuma. Assim são as nossas vantagens pelo tratado!

O artigo 6º não passa de mera ilusão para o Brasil, porquanto, dando o tratado imensas vantagens à Confederação Argentina, como se vê do artigo 16, a incita a tratar secretamente com o ditador do Paraguai e por sua parte dar por finda a guerra, expondo-se ainda o nosso exército ao perigo de uma isolamento no meio dos inimigos, acima e abaixo dos rios Paraná e Paraguai.

O artigo 7º entrega a sorte do governo paraguaio ao general Mitre, porque lhe dá o comando de uma legião de paraguaios expatriados e descontentes, da qual infelizmente [*sic*], depois da vitória hão de sair os influentes diretores das eleições e os escolhidos para o novo governo do Paraguai.



O artigo 9º apenas assegura a independência do Paraguai por cinco anos, isto é, pelo espaço de tempo necessário para o governo argentino preparar a incorporação do Paraguai na Confederação Argentina, realizando-se assim a absorção do Paraguai.

III

Para compreender seu artigo 16, convém lançar as vistas sobre o mapa geográfico. Do exame das localidades e fronteiras, vê-se que tudo nesse artigo é ilusório para nós.

O limite do Igureí e do Apa é o *uti possidetis*: o Brasil, pois, não ganha um palmo de terra que valha coisa alguma.

As concessões de território feitas à Confederação Argentina por este artigo excedem de 740 milhas pela margem direita do rio Paraguai e são terrenos a que a Confederação Argentina nunca teve direito e nunca o alegou, ao menos; e, sobre tais terrenos, as repúblicas do Paraguai e da Bolívia disputaram entre si.

Por ajustes com esta última república, tinha ela cedido terrenos nas margens do rio Madeira do Brasil com a promessa de compensá-los por outros, que lhes davam a navegação da *Bahia-negra*.

Por este artigo 16, § 2º, o Brasil fica impossibilitado de cumprir a sua palavra; fica a Bolívia privada de território na margem do Paraguai, a que tinha direito; fica com menor interesse na navegação deste rio; fica, portanto, nossa inimiga, em vez de nossa auxiliar, quando se tratasse de questões de navegação do rio Paraguai!

Não sabemos se se trata de reparar, por notas reversais, o erro deplorável do diplomata brasileiro em relação a este importantíssimo ponto.

Se se não salvar o Brasil dessa responsabilidade, muito nos virá a prejudicar no futuro semelhan[te] estipulação.

IV

A política de todos os governos do Brasil desde 1810, política já consagrada pelo governo de d. João VI, foi impedir que se reconstituísse em uma só república o antigo vice-reinado espanhol de Buenos Aires.

Desde aquela época que o Paraguai separou-se, governa-se independente de Buenos Aires; e o Brasil sempre favoreceu e sustentou



a independência do Paraguai e procurou o seu reconhecimento por todas as potências.

Se não houvéssemos derrubado o ditador João M. de Rosas, e ele nos tivesse vencido, em 1852, a primeira consequência seria a conquista e incorporação do Paraguai. Podemos pois afirmar, que o Brasil tolerar que a República do Paraguai fosse absorvida pela Confederação Argentina, preciso era que os seus exércitos e esquadra tivessem sido destruídos.

O tratado dá como resultado da vitória, que se espera, essa destruição de nossa política secular naquelas regiões!!

Reconhecendo à Confederação Argentina o domínio da margem direita do rio Paraguai, o tratado entregou a República do Paraguai, atada de pés e mãos, à mesma confederação que pode[r]a, do seu território, bombardear Assunção e preparar um ataque aonde julgar conveniente.

Senhora de uma margem do rio, não há ponto em que a navegação deste lhe fique exclusiva, sendo a Confederação Argentina meeira: o Brasil, pois, fica inibido de prevalecer-se da sua superioridade marítima para operar contra qualquer das duas repúblicas e, quando a outra não seja sua aliada, não poderá bloquear os portos do Paraguai.

A política de ter entre nós e a Confederação Argentina os quebra-mares das repúblicas do Uruguai e do Paraguai (como na Europa são a Suíça e a Bélgica)²⁵, a fim de evitar na maior extensão possível os pontos de contato com aquela confederação – essa boa política secular, adotada por todos os governos, de vantagem clara e intuitiva – está estragada. O artigo 16 do tratado acaba com ela e põe-nos em contato com a Confederação Argentina na maior extensão possível de fronteiras.

Pode-se dizer que o erro do plenipotenciário brasileiro, confeccionando, e o descuido do nosso governo, aceitando-o, aniquilaram os esforços da diplomacia portuguesa e brasileira de tantos anos!

Toda superioridade de sacrifícios, de força e de valor está do nosso lado; todo o ganho de território, de influência, de poder e de triunfo político é para a Confederação Argentina.

Enfim, no artigo 2º do protocolo, como último escárnio, estipula-se a divisão, em partes iguais pelos aliados, do armamento que se achar

25 Os “quebra-mares” lembram a frase “Colocamos algodão entre dois cristais”, dita por lorde Ponsonby, mediador entre o Brasil e a Argentina, por ocasião da assinatura, em 28 ago. 1828, da Convenção Preliminar de Paz ou Tratado do Rio de Janeiro, que concedia independência ao Uruguai. (M.G.P.)



no Paraguai. A tomada é feita por um exército brasileiro de 50 mil homens, um de 5 mil argentinos e um de 1.200 orientais: a divisão, porém, é em partes iguais. Que igualdade! A formiga aqui logra ao leão.

Eis o que é o Tratado da Tríplice Aliança; eis como se zomba do senso nacional; eis como se ludibria dos interesses públicos; eis como se malbarata os sacrifícios generosos de um povo enobrecido por tanta dedicação; eis, finalmente, os funestos resultados da diplomacia progressista!

E não devemos recear novas misérias e novos vilipêndios?

* * *



O VINTE E CINCO DE MARÇO

JORNAL POLÍTICO

A Tríplice Aliança

O *Diário de Pernambuco* publicou ainda um segundo artigo sobre o assunto de nossa epígrafe, que aqui vai transcrito²⁶:

I

A leitura do tratado, que celebramos com a Confederação Argentina e com a República Oriental para fazermos a campanha contra o Paraguai, enche-nos de mágoa e vergonha. Ao ver sacrificados tão importantes interesses do país, soltamos um brado. Cumpre que negócios da maior magnitude para a nação não corram sem exame.

Vivemos em um país livre e a imprensa trai a sua missão, vendo impassível atentados contra interesses momentosos.

A imprensa deve esclarecer a nação acerca de todos os fatos sociais: cabe-lhe abrir a discussão, quando esses fatos se apresentam.

Se por um lado a imprensa acusa a imperícia, a imprevidência e mesmo a traição de um governo, por outro pode mostrar o engano dessas acusações. Assim se esclarecerá o juízo consciencioso da nação.

A imprensa livre tem esta imensa e inapreciável vantagem.

Quando trata-se de uma guerra estrangeira, que nos custa milhares de vidas e milhares de milhões, não é lícito, sem traição do país, deixar que se cometam graves erros e que tudo marche à revelia.

O governo de um país qualquer não é infalível; está sujeito ao erro: portanto, a discussão é indispensável para mostrar a verdade.

Deixar o governo praticar *quanto quiser* sem reparo algum, não é seguir princípios livres: é próprio, sim, dos preceitos dos governos de origem muçulmana [*sic*].

Qual o brasileiro que, ao ler tratado publicado em Londres pelo governo inglês, já reproduzido em nossas páginas, se não contriste e aflija?

26 N.E. – O artigo abaixo transcrito foi publicado no *Diário de Pernambuco*, no dia 26 de maio de 1866. É cópia literal do que vai abaixo transcrito.



E o que é calar-se, em tão momentosa circunstância, quando esse tratado estala como perniciosa bomba no meio da população, confiada em outros auspícios da guerra?

Trata-se, porventura, de uma eleição de aldeia, em que pode tolerar-se a indiferença?

Não: joga-se a vida de milhares de nossos concidadãos, arrisca-se a fortuna do Estado por muitos anos. Portanto, não é lícito conservar-se queda a imprensa, quando transpiram sintomas manifestos de erros gravíssimos, que comprometem interesses materiais e sacrificam a dignidade nacional.

Levantando a nossa voz, para que se examine o tratado que se apresenta com visos de traição à causa do país, em proveito do estrangeiro e de uma facção interna, cumprimos um dever sagrado de bom cidadão. Temos profunda consciência disto.

II

No entretanto, vemos no *Jornal do Recife* que se nos argui por que despertamos o ânimo nacional, quando devia prosseguir o *mistério*.

Mas o que se diz no artigo publicado no *Jornal do Recife*?

Cousa nenhuma que contrarie as nossas asserções. Falamos com o tratado na mão: não é possível resistir à evidência das coisas.

O nosso censor não contesta que as vantagens da guerra são para a Confederação Argentina e que os sacrifícios são para o Brasil.

Devemos vingar a nossa honra vilipendiada pelo Paraguai; mas fazer da guerra um instrumento da grandeza alheia, não é tolerável.

Cumpre-nos vingar a injúria recebida; isso, porém, não quer dizer que o governo malbarate os sacrifícios da nação e os converta em resultados funestos para o futuro do país.

Faça-se a guerra com os menores sacrifícios possíveis e colham-se dela as melhores vantagens. É o que queremos e o que deseja o país. Para isso, cumpre esclarecer o próprio governo, se ele caminha errado.

O tratado, tal qual se apresenta, é desvantajoso e ignominioso para a nação: convém, pois, despertar o governo para reconhecer o erro e emendá-lo.

Esse é o dever da imprensa e isto é o que fazemos. Admira que o *Jornal do Recife*, órgão da imprensa, desconheça e contrarie princípios tão vulgarizados e aceitos.



Quer que a imprensa se reduza ao encômio do poder? Não é essa a sua missão augusta.

Esclarecer a opinião, dilucidando as questões, é um grande serviço ao governo, que não pode deixar de estimar a luz para seguir caprichos desarrazoados.

III

Diz o *Jornal do Recife* que vamos fazer uma guerra *de civilização*, na qual não devemos armar conta de lucros e perdas.

Está enganado. Ninguém deu à nação alguma da terra o direito de civilizar as outras, levando-lhes a *civilização* na ponta das baionetas.

Este princípio barbariza o mundo, estabelecendo o *poder da força* e acabando com a *força do direito*, para entregar as nações fracas ao arbítrio das nações fortes.

É assim que a França veio *civilizar* o México e que a Espanha vai *civilizando* o Chile e o Peru.²⁷

A civilização é como a *fé*: não se impõe, adquire-se.

Não, nós não vamos ao Paraguai *civilizá-lo*; mas, sim, pedir a reparação de ofensas e prevenir futuros prejuízos e motivos de contenda. É isto o que nos permite o direito das nações e a isto limitará o bom senso do Governo Imperial a missão do nosso exército.

Se prevalecesse o *insólito* princípio do *Jornal do Recife*, ter-nos-íamos constituído *paladino* das nações, para não dizer, melhor, *d. Quixote* político dos povos.

Repitamos: incitando a discussão do Tratado da Tríplice Aliança, cumprimos um grande dever de jornalista.

Apresentamos os inconvenientes que se deduzem do tratado; mostrem, os defensores de *tudo quanto o governo faz*, que estamos em erro.

É isso que desejamos; é isso o que provocamos. Infelizmente, o nosso censor não tocou em um só dos pontos arguidos por nós; traz,

27 O autor se refere a dois episódios de imperialismo europeu na América na segunda metade do século XIX, ambos coincidentes com a Guerra de Secessão norte-americana. O primeiro (1864), quando a França promoveu a subida do arquiduque Maximiliano da Áustria ao trono do México. Retirando-se os franceses, o imperador estrangeiro foi derrubado e fuzilado (1867); o segundo, foi a chamada guerra contra a Espanha (1865-1866), em que a esquadra espanhola atacou o Chile e o Peru, para cobrar antigas dívidas. (<http://batallashistoricas.bligoo.com/content/view/79449/LA-GUERRA-CON-ESPANA-1865-1866.html>. Acesso em 30/8/2012). (M.G.P.)



porém, a balela de que tratamos uma guerra estrangeira e devemos, por isso, deixar o governo obrar *desembaraçadamente*.

Contestamos esse perigoso princípio.

Obre o governo livremente; mas, não arbitrariamente, sem consultar os interesses gerais do país.

Se não bastasse-nos o exemplo de grandes nações antigas e modernas, bastava-nos o fervor do patriotismo para nos aconselhar que não é lícito deixar o governo *desatinar*, quando seus erros se vão manifestando, só porque temos guerra com o estrangeiro.

Em guerras notáveis, os governos de diversos países hão sido chamados a contas para emendar erros funestos e, assim, se há salvado a causa nacional.

Mal estaríamos se se devesse atender, como quer o *Jornal do Recife*, à intenção do monarca. Por este princípio ato nenhum do governo estaria sujeito à discussão. O absurdo de semelhante proposição é manifesto. A vontade irresponsável da Constituição jamais se considera nas discussões políticas, nem pode ser um obstáculo a elas.

IV

Convém notar o que, acerca do nobre marquês de Caxias, ponderou o *Jornal do Recife*, quando disse que não devíamos fazer questão de nome. É, exatamente, por isso que censuramos a disposição do tratado, que designou o nome dos generais que deviam comandar na campanha.

Se a questão de nome não tem importância, para que o tratado estipulou nomes? A estranheza da estipulação é que nos leva a ver o manifesto espírito de política facciosa que ditou esta parte do tratado.

O tratado foi quem amesquinhou a grande causa, fazendo questão de nomes.

O nobre marquês tem muita glória e muitos serviços para merecer os aplausos da nação, que altamente o indigitava no solene momento da guerra. Cabia, nos cálculos de uma política pouco generosa, arredar a possibilidade de sua presença para a direção da campanha. Assim o fez.

Se os nomes nada importavam, não se devia mencionar nomes no tratado, deixando-se ao Governo Imperial a livre escolha dos seus generais, em todo o tempo e em qualquer circunstâncias. Nisso havia mais dignidade e incontestáveis vantagens.



V

O país está sobre tudo. a ele [*sic*] deve-se a verdade.

Por isso mesmo que os interesses da guerra são de alcance supremo, convém à nação proceder com tino e critério.

Os governos caem; mas o país fica. As facções levantam-se e batem-se rapidamente; mas, os seus erros podem ser fatais ao país.

Combatamos o erro por amor do país e deixemos os ministros e as facções, que são coisas transitórias. Caiba a outros a triste *glória* de se fazerem órgãos de seus desabafos e paixões. A *especulação* jamais nos moverá a pena. Os grandes interesses *nacionais, sim. O público nos faz justiça.*

Erratum – Em o precedente artigo, aonde diz “legião de paraguaios... da qual *infelizmente* depois da vitória devem sair os influentes, etc.”, deve ler-se “*infalivelmente*”.

* * *



O VINTE E CINCO DE MARÇO
JORNAL POLÍTICO

Política do Brasil no Rio da Prata
A guerra com o Paraguai
A Tríplice Aliança

Encetando este estudo, temos a fofa²⁸ pretensão de combatermos mais virilmente o Tratado da Tríplice Aliança do que o há feito o *Diário de Pernambuco*. Pretendemos somente desenvolver algumas das proposições por ele emitidas no brado de indignação que, como bom brasileiro e antigo sacerdote da imprensa, soltou ao ler esse tratado, em o qual os nossos mais vitais interesses ficaram esquecidos; pelo qual ficaram despedaçados os elos de nossa política em homenagem à República Argentina.

Deixando ao ilustre redator do *Diário de Pernambuco* a polêmica que encetou, deixando-lhe o encargo – que, aliás, não podemos disputar-lhe – de responder ao *Jornal do Recife*, que tomou a defesa do tratado, ocupar-nos-emos somente de esboçar a nossa derrota, no sentido político.

I

A política do Brasil no Rio da Prata tem duas fases bem distintas, mas ambas convergentes ao mesmo fim: obstar o engrandecimento territorial da República Argentina.

Esta seguia, e segue política diametralmente oposta: a de formar um Estado poderoso e forte, compreendendo na confederação e sob o mesmo laço político, todo o território que tinha constituído, antes de 1810, o Vice-Reinado de La Plata.

Um das fases desta política prende-se às guerras que fizemos para fixarmos os nossos limites no Prata, fazendo do Estado Oriental a província Cisplatina, pretensão que a [sic] muito abandonamos.

A outra fase, porém, é aquela em que, decididos a abrirmos mão dessa pretensão, resolvemos reconhecer a independência do Estado

28 N.E. – Vaidosa, enfatuada.



Oriental, a fim de que, formando um estado separado da confederação, se interpusesse como garantia entre ela e o Império. Era, ainda, o prosseguimento da mesma política.

Daí data a luta que, um tanto por nós fomentada – pelo estado revolucionário do Rio Grande – desde 1835 sustentou a República Oriental contra a confederação, repelindo Oribe, lugar-tenente de Rosas. Compreendendo, então, o Brasil o verdadeiro alcance da política de Rosas, que pretendia destruir a independência de fato do Estado Oriental, garantia de estabilidade e, como barreira entre o Império e aquele incômodo vizinho, propôs-se a manter essa independência negociando, para esse fim, o tratado de 14 de maio de 1843, tratado que não foi ratificado pelo ditador porque a pacificação obrigaria a moderar a sua ação em Montevideu e porque consolidaria o país e a prosperidade do Rio Grande, que contrariava seus ulteriores projetos.

Isto despertou a nossa atenção e açodou a aliança, que desde então empreendemos, dos estados situados a leste dos rios Paraná e Paraguai, os quais eram, ao norte, o Paraguai independente de fato, senão de direito; ao sul, o Estado Oriental independente de direito, senão de fato; e as províncias intermediárias de Corrientes e Entre Ríos. A extensão desses estados – 40 mil léguas quadradas; e sua população, cerca de 2 milhões – era certamente capaz de manter o equilíbrio entre o Brasil e a Confederação Argentina, a que sobretudo visávamos, no intuito de termos paz duradoura.

Para executar esse plano, cumpria pacificar quanto antes o Rio Grande e reconhecer a independência do Paraguai, o que teve lugar pela declaração de junho de 1844.

Cumpria, outrossim, pôr-se o Brasil de acordo com a França e a Inglaterra, que haviam garantido a independência do Estado Oriental; e essa foi a missão do visconde de Abrantes na Europa.²⁹

As bases propostas, então, pelo governo brasileiro eram:

29 “Em 1844, o visconde de Abrantes, em missão na Europa, tentou negociar uma ação coletiva para pacificar o Rio da Prata, juntando Brasil, Inglaterra e França. Os países europeus até decidiram agir contra o ditador da Confederação, mas dispensaram a participação brasileira, alegando que não queriam criar complicações diplomáticas. Em 26 de novembro de 1845, uma esquadra anglo-francesa bloqueou o porto da capital argentina e ocupou a ilha de Martín García, ponto estratégico para a navegação no Prata. Em dois meses a vitória foi garantida, e os europeus finalmente atravessaram as águas dos rios Paraná e Paraguai para vender mercadorias.” Doratioto, Francisco. *Hermanos?*, in <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/hermanos>, acesso em 3/9/2012. (M.G.P.)



1. Manutenção da independência do Estado Oriental conforme a convenção de 27 de agosto de 1828.
2. *Impedir que a independência da República do Paraguai fosse violada.*
3. Termo da guerra entre Buenos Aires e Montevideu, que tendia a comprometer a independência deste Estado.
4. Regular os meios de resolver no futuro as dificuldades que se pudessem suscitar entre esses três Estados.

Sabe-se que a França e a Inglaterra, por motivos mais capciosos do que reais, afastaram a intervenção armada do Brasil.³⁰ Sabe-se que o general S. Martín, então na Europa e infenso a Rosas, declarou desde logo que essa mediação armada daria em resultado antes firmar do que abalar o poder de Rosas.³¹

Sabe-se que o Bloues do rio da Prata confirmou a previsão do general S. Martín, cujo efeito visível foi aumentar o prestígio de Rosas.

Os pobres de espírito (e seu número é avultado) deviam conceber a mais alta ideia de um homem, que tratava de potência a potência com os reis da França e de Inglaterra.

As coisas se mantiveram ao sabor de Rosas.

Os esforços de Sarmiento, Mitre, Valera³², Alzini³³, d'Alberdi foram impotentes até que Urquiza, a personificação do *gancho*, caudilho

30 Nota no original – “Quanto aos meios, diz M. de Brossard, os dois governos repeliram em princípio a cooperação do Brasil. Pensaram ser mais prudente não empenhar este Império em sua luta com seus vizinhos, evitando assim, para o futuro, numerosos motivos de rivalidade entre a corte do Rio de Janeiro e as repúblicas beligerantes.” [*Alfred de Brossard, adido à missão extraordinária da França ao Prata e que publicou, em 1850, a obra “Considérations historiques et politiques sur les Républiques de la Plata dans leurs rapports avec la France et l’Angleterre”, diz que, quanto aos meios, os dois governos repeliram em princípio a cooperação do Brasil. Pensaram ser mais prudente não empenhar este Império em sua luta com seus vizinhos, evitando assim, para o futuro, numerosos motivos de rivalidade entre a corte do Rio de Janeiro e as repúblicas beligerantes.* (M.G.P.)]

31 Nota no original – “Minha firme convicção – dizia ele, em sua carta de 20 de dezembro de 1845, inserida no Morning Chronicle – é que as partes interventoras não obterão, com os meios adotados, o fim a que se propõem. Sua intervenção não terá outro efeito, senão prolongar indefinidamente os males, que querem remediar; não há intervenção humana que possa assinar um termo a pacificação a que aspiram.”

32 Florencio Valera (1807-1848), escritor e a voz (dos unitários) mais temida por Juan Manuel de Rosas. Exilado em Montevideu desde 1828, uniu-se a outros escritores e intelectuais unitários para opor-se a Rosas. Foi assassinado em 1848, provavelmente por ordem de Rosas. Cf. http://www.todo-argentina.net/biografias/Personajes/florencio_varela.htm, acesso em 30/8/2012. (M.G.P.)

33 Possivelmente, Adolfo Alsina (1829- 1877), jurista e político unitário argentino, foi governador da província de Buenos Aires e vice-presidente da república. (M.G.P.)



de Rosas por muito tempo o vencedor de India Muerta, mas seu êmulo se ergueu contra ele em 1848.

O que fazia obrar Urquiza não era, certamente, nem o patriotismo, nem o sentimento da pátria insultada, tiranizada, paralisada em seu desenvolvimento, mas seu interesse pessoal e, talvez, a perspectiva de mais vastas operações comerciais, tomando o lugar de Rosas.

Obstáculo por seu caráter à organização futura da república era, todavia, um poderoso instrumento para derribar a tirania de Rosas.

A Inglaterra e a França afrouxavam, Rosas estava em seu apogeu: a Inglaterra tratava com ele, a França tinha pressa em desembaraçar-se deste longo e ruinoso negócio.

Foi então que o Brasil, vendo que a mediação armada da França e Inglaterra não produzia o fruto que esperava e que a sua política encontrava sério embaraço na conservação de Rosas, tomou a peito entrar na luta, fazendo causa comum com os inimigos de Rosas.

Entendeu-se com Urquiza e este com Virazoro³⁴, governador de Corrientes, e entre si formaram aliança – primeira que fez o Brasil com Estados do Prata. Com essa aliança, se fez a campanha de 1852.

Sabe-se, geralmente, quais as bases desse tratado.

O Brasil entrava com 12.000 homens, com sua armada e subsídios.

Vencido Rosas em Montevideú, prosseguiu-se a campanha em Buenos Aires, que findou pelo glorioso ataque de Monte Caseros.

Em toda essa política, sustentada à custa de seu sangue e de seu dinheiro, o Brasil prosseguiu na linha de conduta que se tinha traçado.

Pacificado Buenos Aires e durante a efêmera administração de Urquiza, e após a batalha de Pavon, que firmou o predomínio dos Unitários, o Brasil pôde ter descanso e aplicar seu cuidado ao engrandecimento e prosperidade do país.

Prosseguiremos.

* * *

34 Benjamín Virasoro (1812-1897), militar argentino, governador da província de Corrientes (entre 1847 e 1852), membro destacado do Partido Federal. Em 1º maio 1851, aderiu ao pronunciamento de Urquiza, pelo qual a província de Entre-Ríos deixava de obedecer a Rosas. Virasoro foi chefe do estado maior do “Exército Grande”, formado por Entre-Ríos e Corrientes e que, com o apoio do Brasil e do Uruguai, em 2 fev. 1852 venceu Rosas, na batalha de Monte Caseros. (M.G.P.)



O VINTE E CINCO DE MARÇO
JORNAL POLÍTICO

Política do Brasil no Rio da Prata
A guerra com o Paraguai
A Tríplice Aliança

II

Esboçando a política do Brasil, é quase escusado repetir que diametralmente oposta foi e é a seguida em Buenos Aires.

O vice-reinado do Prata constituía por si só um grande império. Mantido ele em sua quase integridade e regido por instituições democráticas, atraindo – por sua posição geográfica, seu clima e indústria – a emigração europeia, oferecendo aos emigrantes largos proveitos na criação de gados, charques e comércio, tinha em si elementos de grande propriedade e importância política.

A consolidação e a firmidão dessa posição territorial e política era a que legitimamente pretendia atingir a confederação.

Um Estado com tais elementos de força, banhado por dois rios da importância do Uruguai e Paraná era, por essa mesma importância e pelos seus costumes e índole, um vizinho sumamente perigoso e incômodo ao Brasil.

Assim é que a confederação via com maus olhos frutificar a política brasileira e desmembrar[em]-se da confederação os Estados do Paraguai e a Banda Oriental, e se consolidarem.

Nunca, porém, desistiu a confederação de suas pretensões e sempre fomentou, mais ou menos, os movimentos que – sobretudo em um desses Estados, o Oriental – eram periódicos, já por causa de suas instituições políticas que traziam (e trazem, sempre) despeitas as ambições pessoais, já pela supremacia do exército e as rivalidades de seus chefes. A conquista do poder teve sempre em campo a revolução.

O Paraguai, porém, por sua posição, pela supremacia dos jesuítas e, sobretudo, por causa da ditadura de Francia e López, que lhe sucedeu, se manteve queto e como que segregado da comunhão hispano-americana.



O seu isolamento, essa mesma sombria e feroz ditadura livrou-o do estado permanente de revolução, em que aliás têm vivido as outras repúblicas do Prata e, mesmo, as de além dos Andes.

Eis aqui definida em largos traços a nossa política no Rio da Prata, eis aqui definidos os nossos interesses ali, eis aqui demonstrado o interesse que ao desenvolvimento dessa política opunha e opôs sempre a Confederação Argentina, com o mesmo fim a que nos propúnhamos e nos propomos.

Daí as contínuas lutas, as nunca terminadas discussões de limites, os interesses sempre em jogo, o embate incessante.

O Brasil, como se vê, triunfa em sua política. A confederação pouco e pouco reconhecia que os nossos interesses se podiam conciliar com os seus.

A sua forma regular de governo depois da queda de Rosas, a mesma generosidade do Brasil, a sua boa-fé e, sobretudo, a necessidade para confederação de se constituir e de promover os melhoramentos materiais, de desenvolver o seu comércio e indústria, abrindo vias de comunicação e franqueando seus rios ao comércio do mundo, fizeram-nos crer que por muito tempo reinaria entre o Brasil, a confederação, e os Estados Oriental e Paraguai, cuja independência reconhecera, fomentara e garantia.

A nossa política entrou, por isso, em uma fase diversa e verdadeiramente civilizadora – a da conciliação dos interesses recíprocos, a do desenvolvimento comercial – e daí vem que os seus esforços convergiram para dois pontos:

Fixar os seus limites com a República Oriental para impedir as lutas parciais, os desacatos, as invasões da fronteira do Rio Grande e reciprocamente.

Abrir a navegação dos rios Paraná e Paraguai para tornar fácil a comunicação com a província de Mato Grosso, quase segregada do resto do Império pela dificuldade de se comunicar por terra, atravessando-se largos desertos ainda infestados de hordas selvagens e grande número de obstáculos materiais.

Estas são as causas remotas e latentes da guerra que sustentamos com o Estado Oriental, felizmente acabada pela convenção de 20 de fevereiro, e a guerra atual com o Paraguai.

Com relação ao Estado Oriental, sabe-se quais as causas próximas e imediatas de dissidência.

Sem falarmos na liquidação da dívida enorme a que ficou o go-



verno oriental obrigado pela campanha de 1852 e pelos largos subsídios que lhe prestamos – o que teve sempre despertada a má vontade daquele governo para conosco – digamos só o que mais aproximadamente reatou a guerra de 1865.

A campanha oriental é povoada em grande parte por brasileiros.

O Rio Grande, limítrofe daquele estado, com o qual já vimos que nunca ficaram definitivamente ajustados e livres de qualquer controvérsia os nossos limites, exerce a mesma indústria da criação do gado e do charque.

Ou porque o território da Campanha Oriental seja mais apropriado ainda do que o nosso para tal indústria; ou porque ali encontrem os nossos criadores mais facilidade para a exportação, ou saída a seus produtos; ou por outra qualquer razão e circunstância que não cabe averiguar – o fato existe e quase que se pode dizer, sem medo de errar, que a campanha oriental é mais povoada por brasileiros do que por orientais, que têm ali mais capitais do que eles e mais crescidos proveitos e interesses.

Os interesses estão, assim, em jogo permanente e reciprocamente se queixam uns e outros de roubos, incêndios, assassinatos e dilapidações.

A contínua passagem dos gados pela fronteira, os direitos do charque entraram, por sua parte, nesta luta, nesta rivalidade, nestas reclamações que nunca se liquidam a contento das partes, sendo até hoje infrutíferos todos os esforços da diplomacia, assim como o serão por muito tempo ainda, enquanto o homem for o rival, o inimigo de outro homem, enquanto estiverem em campos opostos, enquanto houver antagonismo de raça, de ideia, de governo e de *interesses*; de interesses, sobretudo.

E, a falar com imparcialidade, é às vezes difícil de distinguir de que lado está a razão.

Não esqueçamos que contribui poderosamente para esse estado de coisas ser o Brasil um país onde infelizmente existem escravos: por modo que, ao passo que os brasileiros se queixam dos orientais, que fomentam a fuga desses e os acolhem como livres; os orientais, pelo seu lado, se queixam de que os brasileiros escravizam os seus patrícios de cor.

É preciso ter a coragem da verdade. Os fatos frequentes dessas diversas categorias – em um país em que, nem a lei, nem a autoridade brilham pela sua força e pelo seu prestígio – incitavam constantemente



vindicta e pode-se dizer que o desagravo era de cada um, conforme a sua força e os seus meios, sendo que a intervenção da autoridade, quando a havia, era mais imprudente ainda pela parcialidade e pela legalidade aparente de que o ato era revestido.

O Rio Grande atroava o governo com suas queixas e os seus representantes pediam providência em altos gritos.

Todos sabem, porque os fatos são ainda de ontem, que a missão Saraiva foi devida a esses clamores. Um fato revoltante e no qual mais se atacara a dignidade nacional do que os indivíduos que dele foram vítimas: e a vinda do general Netto³⁵ à corte determinou sobretudo o pedido de reclamações de que fora incumbido o conselheiro Saraiva.³⁶

* * *

- 35 Antônio de Sousa Netto (1803- 1866), político e militar, foi o segundo maior líder da Revolução Farroupilha (1835-1845), no Rio Grande do Sul. Abolicionista ferrenho, mudou-se para o Uruguai após a revolução, com os negros que decidiram acompanhá-lo. Em 1851, entrou na guerra contra Rosas com uma “Brigada de Voluntários Rio-Grandenses”, organizada inteiramente à sua custa. Como Brigadeiro Honorário do Exército, viu seu grupo transformar-se na Brigada de Cavalaria Ligeira. Voltou a combater na guerra contra Aguirre e, depois, na Guerra do Paraguai. À frente da brigada, fez a vanguarda de Osório na invasão do Paraguai (Passo da Pátria, 16 abr. 1866). Na batalha de Tuiuti, defendeu o flanco da tropa brasileira; ferido, foi removido para um hospital em Corrientes, onde faleceu. (M.G.P.)
- 36 Nota no original – “Veja-se a nota do sr. conselheiro Paranhos ao corpo diplomático do Rio da Prata em data de...” [sic]



Ano II

Quinta-feira, 14 de junho de 1866

Número 29

O VINTE E CINCO DE MARÇO

JORNAL POLÍTICO

*Relações com a Inglaterra*³⁷

Desde setembro do ano passado anunciou-se ao país o restabelecimento de nossas relações diplomáticas com a Inglaterra.

Soube o país que o rei de Portugal servira de obsequioso mediador na contenda; todavia, ficou ignorado sob que condições essas relações se reataram.

Já lá se vão oito meses e apenas agora se revelam algumas circunstâncias da negociação.

Na Fala do Trono do corrente ano mencionou-se apenas que havíamos estabelecido nossas relações com o governo inglês. O relatório do ministro dos Negócios Estrangeiros devia esclarecer a nação; mas, até agora, se há retardado a publicação desse documento oficial.

A discussão ultimamente havida na Câmara Temporária³⁸ revela que a solução da questão não nos foi lisonjeira.

Pagamos e pagos ficaram os prejuízos resultantes do naufrágio do *Prince of Wales* nas costas do Albardão; não tivemos, porém, indenização alguma pelo apresamento e detenção dos navios brasileiros nos nossos mares territoriais!...

Se pagamos o naufrágio do *Prince of Wales*, qual será o navio velho inglês, naufragado em nosso litoral, cuja perda não paguemos? É o Brasil o *segurador geral* da propriedade britânica.

Se toleramos que a esquadra inglesa aprehe e detenha nos nossos mares os nossos navios mercantes, o que vale a nossa soberania e que garantias tem o nosso comércio?

Sob tão desairosas condições fez-se o reatamento das nossas relações diplomáticas com a Inglaterra, que o próprio conde de Lavradio, ministro plenipotenciário português, interventor na negociação, julgou

37 O artigo ataca o encaminhamento da Questão Christie pela Liga Progressista. A questão encerrou-se quando, em 23 set. 1865, o ministro inglês Edward Thornton apresentou credenciais a dom Pedro II, em Uruguiana. (M.G.P.)

38 Isto é, a Câmara dos Deputados. (M.G.P.)



excessivas certas concessões da nossa parte, as quais importavam a denegação de *manifesta e inquestionável justiça* para o Brasil.

Tínhamos estabelecido como pontos capitais:

- 1º satisfação pelos fatos que acompanharam a execução das represálias pela esquadra inglesa;
- 2º cumprimento pleno da sentença arbitral do rei da Bélgica;
- 3º indenização ao comércio brasileiro pelos danos sofridos com o apresamento dos nossos cinco navios mercantes, detidos na enseada da ilha das Palmas.

O que conseguimos? Quase nada, porque o governo inglês limitou-se a mandar-nos o embaixador declarar:

- 1º que o governo da rainha de Inglaterra negava toda a intenção de ofensa à dignidade do Império;
- 2º que o mesmo governo sentia pesar pelas circunstâncias, que acompanharam a suspensão das relações amigáveis entre os dois países.

Eis com o que julgou o governo do Brasil satisfeita a questão de honra do país.

E o que de menos podíamos exigir? Quereríamos algum novo insulto para lembrança das passadas ofensas aos nossos brios?

Se nos convinha o restabelecimento das relações diplomáticas com a Inglaterra, a esta também convinha esse restabelecimento.

Devíamos manter os três pontos das nossas exigências, tão justas e moderadas. Ceder delas, como fizemos, foi nova ignomínia para o país.

Até quando seremos ludibrio da fraqueza e da incapacidade?

* * *



Ano II

Quinta-feira, 21 de junho de 1866

Número 30

O VINTE E CINCO DE MARÇO

JORNAL POLÍTICO

*Política do Brasil no Rio da Prata**A guerra com o Paraguai**A Tríplice Aliança*

III

Para não sairmos do nosso propósito e, principalmente, porque os fatos são de sobejo conhecimento, não analisaremos aqui nem o caráter e natureza da missão Saraiva, nem o modo por que se houve ela no Rio da Prata.

O estado de guerra intestina do Estado Oriental, a luta encarniçada que há tempos sustentava Flores contra o Partido Blanco de posse do poder, as queixas que esse governo dizia ter do Brasil – a quem atribuía o fato gravíssimo de apoiar Flores em sua rebeldia contra ele, governo legal – que era, mesmo, em parte o que motivava as violências e ofensas de que se queixava o Brasil, pediam e recomendavam, da parte do governo e da missão especial, o maior critério, a maior moderação, o maior tento e prudência, a par de um conhecimento profundo dos nossos negócios e interesses no Rio da Prata.

Debaixo dessa relação o conselheiro Saraiva era o menos apropriado para o desempenho da missão, sendo que a opinião pública indicava como só competentes para missão tão melindrosa dois nomes, que especialmente tinham, em alto grau, as qualidades requeridas e, sobretudo, o último predicado. Qualquer dos apontados pela opinião pública era mais que competente para a situação em que tão imprudente se tinha colocado o governo para dar satisfação aos deputados do Rio Grande e ao general Netto, situação que nos arrastava desde logo a uma guerra para a qual não estávamos preparados.

Era assim que, quase deliberadamente, íamos empreender uma jornada sem nenhum dos meios de efetuá-la.

Esse resultado era fácil de prever, desde que a missão era apoiada por uma esquadrilha e desde que a imprensa semioficial declarava, por um de seus órgãos mais acreditados, o *Correio Mercantil*, que o con-



selheiro Saraiva era uma escolha feliz, porque era no Império a alta expressão da *nova era* que se fazia mister também preciso implantar no Rio da Prata, desde que íamos dispostos a reconhecer em Flores a qualidade de beligerante e desde que, íamos dispostos a reconhecer em Flores a qualidade de beligerante, e desde que finalmente mais ou menos, ia-se a um país estrangeiro pedir satisfação de tropelias e violências, nas circunstâncias referidas, pronunciando-se o governo pelos órgãos do seu partido contra a situação ali dominante, contra o governo legal do Uruguai.

Não entra em nosso propósito, tampouco, analisar os passos do diplomata e as suas conferências com Mitre, presidente da República Argentina, que justa ou injustamente passava ante o mesmo governo do Uruguai como motor, ou fomentador, do movimento revolucionário dirigido por Flores.

Tampouco faremos detida análise da mediação inconveniente em que se intrometeu o nosso plenipotenciário para *pacificar* o Estado Oriental: seu primeiro *échec*.

E sim, finalmente, nos ocuparemos do modo por que deu por finda o mesmo conselheiro Saraiva a sua missão e a quase ridícula posição que assumiu, então, o nosso almirante, ao declarar ao corpo diplomático estrangeiro o começo das represálias que ia efetuar, dando como que instruções acerca do seu procedimento e da neutralidade que deviam guardar; o que deu lugar a uma resposta coletiva, do mesmo corpo diplomático, um tanto severa³⁹.

E tudo sem prévia declaração de guerra e sem que explicássemos ao mundo e às potências ali, altamente interessadas, os nossos motivos de obrar.

O *ultimatum* do sr. conselheiro Saraiva e a nota do sr. visconde de Tamandaré serão sempre um padrão... nos fastos diplomáticos do Rio da Prata.

Seria longo enumerar todos os desacertos do governo e da missão Saraiva, que só por socorro da Providência deixaram de nos ser fatais.

Em boa hora, porém, retirou-se o sr. Saraiva do Rio da Prata para ser substituído pelo sr. senador Paranhos, um dos que, desde o começo, foi indigitado pela opinião pública como competente para a falada missão; em boa hora, dizemos, porque a nossa situação ali me-

39 Nota-circular do vice-almirante barão de Tamandaré, em 02 fev. 1865. Cf. Schneider, L. *A Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai*. Porto Alegre: Editora Pradense, 2009. pp. 494-495. (M.G.P.)



lhorou consideravelmente sob a direção deste cavalheiro, encetando desde logo a sua missão por um notável *memorandum* que, explicando os nossos agravos e a nossa política, deu força e prestígio às nossas reclamações e à nossa atitude no Rio da Prata.

Infelizmente, ele herdava uma posição um tanto esquerda, que achou criada e aceita e com a qual não podia romper, mas foi isto mesmo que realçou o desenlace que se obteve.

Daí em diante, aceitos os fatos anteriormente praticados e coerentemente com eles, o Brasil marchou e saiu com honra dessa luta com o Uruguai, sem enfraquecimento de sua política, sem derramamento de sangue, pode-se quase assim dizer, com prestígio de uma campanha gloriosa ferida em Paissandu e com o triunfo incruento alcançado pelo feliz convênio de 20 de fevereiro.

De um inimigo, fizemos um amigo e aliado.

Em tudo isto a República Argentina manteve-se ostensivamente neutral; não sendo nosso propósito tratarmos da guerra com o Estado Oriental, finda com honra para o Império, não podíamos, contudo, deixar de nos referir a ela pelo laço que a prende à guerra com o Paraguai.

Agora, que entramos na apreciação dos fatos que trouxeram como resultado a atual guerra com o Paraguai, que foi a que motivou o Tratado da Tríplice Aliança, temos necessidade de nos remontarmos a épocas anteriores, a fim de encadear os fatos que, no nosso modo de ver, se prendem aos que engendraram a guerra atual; para isto, é-nos forçoso fazer uma digressão, em a qual analisaremos em traços gerais a política do Paraguai em relação ao Brasil e ao Rio da Prata, e reciprocamente.

É este o segundo ponto da nova fase da política do Império, propondo-se abrir a livre navegação aos rios Paraná e alto Paraguai, mantendo ao mesmo tempo a independência de fato do mesmo Estado do Paraguai.

* * *



O VINTE E CINCO DE MARÇO

JORNAL POLÍTICO

Relações com a Inglaterra

Já deste assunto falamos no precedente número e viram os leitores que as nossas relações com a Inglaterra se reataram pouco airosoamente para os nossos brios.

Rompendo com o governo britânico, cumpria não ceder daquilo que a estrita justiça nos concedia. Assim, porém, não sucedeu.

As coisas tiveram o êxito que agradou ao governo britânico. As injustiças para conosco praticadas tiveram plena sanção e nós, nenhuma reparação obtivemos.

Foi mais uma decepção por que o país passou, nas questões que se hão suscitado de 1863 para cá.

É importante o objeto e não podemos deixar de tocar de novo na questão para lamentar a triste fatalidade que, no infausto período da dominação progressista, acompanha o país em todas as questões de honra.

Cedendo nós à arrogância britânica, fomos novamente ludibriados e postergamos os nobres sentimentos de dignidade nacional.

O negociador português, mediano na [questão], estabeleceu os pontos sob os quais devíamos prosseguir na justa exigência do nosso direito.

Convinha atender ao bloqueio dos navios do nosso comércio, à detenção dos vasos mercantes brasileiros em nossas águas territoriais e à sentença arbitral do rei dos belgas, que manifestava a iniquidade com que procedera o ministro inglês, em relação à suposta ofensa da marinha britânica pelo fato da prisão dos oficiais do *Forte*.

Em consideração de tudo isso, o *memorandum* do mesmo negociador português concluía pela forma seguinte:

Acreditamos, portanto, que para obter-se uma reconciliação justa, sólida e completa entre os governos inglês e brasileiro é de necessidade que o governo britânico, por uma nota dirigida ao plenipotenciário da



potência mediadora, se obrigue a mandar à Corte do Brasil um ministro plenipotenciário encarregado:

- 1º de assegurar que o governo britânico não teve, jamais, a intenção de ofender a dignidade, nem de violar a soberania territorial do Império do Brasil;
- 2º que, resultando da sentença do rei dos belgas não ter havido, na prisão dos três oficiais da fragata *Forte*, nem intenção de ofensa, nem ofensa à marinha britânica, o governo de S. M. Britânica declare que deplora todos os atos que foram praticados para vingar uma ofensa que nunca existiu;
- 3º que o governo de Sua Majestade declare, também, que lamenta alguns dos fatos que acompanharam as represálias;
- 4º que o governo inglês admite que as reclamações pelos prejuízos provenientes da captura dos cinco navios brasileiros sejam submetidas a uma comissão mista anglo-brasileira ou a uma liquidação arbitral.

Estabelecidos estes pontos, que salvavam a nossa dignidade, o governo brasileiro reconheceu que eles eram impreteríveis.

Mas, o gabinete inglês propôs modificações que significavam a denegação da justa reparação, que nos era devida, e a sanção completa da violência e injustiças contra nós praticadas.

O nosso governo compenetrrou-se dessa ideia e não duvidou declará-la ao rei de Portugal, interventor obsequioso na questão. Foi assim que o Governo Imperial, rejeitando as modificações propostas pelo *Foreign Office*, exprimia deste modo:

Em tais circunstâncias, não cabendo – como repetidamente o tem declarado – ceder das condições que lhe são impostas pela soberania e dignidade nacional, não menos que pela própria honra, entende o Governo Imperial que o que resta é sobrestar na negociação e esperar que o tempo e a opinião esclareçam melhor o gabinete de St. James a respeito da justiça que ao do Brasil assiste nesta deplorável questão.

Do que deixo exposto, concluirá sem dúvida S. Exa. que, pensando o Governo Imperial assim e julgando do *seu rigoroso dever não prescindir das condições que propôs o ilustrado governo de S. M. Fidelíssima*, por intermédio do seu digno representante, *por serem as compatíveis com a dignidade do Império*, não pode o mesmo Governo Imperial aderir à modificação de que se ocupou o telegrama mencionado, relativamente à terceira das condições



oferecidas pelo nobre conde de Lavradio, máxime desde que telegrama diz apenas que *talvez* seja aceita pelo gabinete britânico.

Se as coisas assim se passaram, se o nosso governo declara inaceitáveis as modificações propostas pelo gabinete britânico e imprescindíveis as condições apresentadas por nossa parte, como depois abandona essas condições e aceita aquelas modificações?!...

Eis o que aceitamos, sujeitando-nos à vontade do conde John Russel:

O ministro plenipotenciário de S. M. Britânica junto à República Argentina, o sr. Thornton, será enviado em missão especial ao Brasil.

À sua chegada, solicitará a honra de uma audiência do Imperador.

Exprime à S. M. Imperial o pesar com que Sua Majestade soube das circunstâncias que surgiram por ocasião da interrupção das cordiais relações existentes entre as duas cortes; declarará que o governo de Sua Majestade nega, pela forma mais solene, toda intenção de ofender a dignidade do Império brasileiro.

Sua Majestade aceita plenamente e sem reserva o laudo do rei dos belgas, e será feliz de nomear um ministro para o Brasil, logo que S. M. Imperial estiver resolvido a reatar as relações diplomáticas.

E isto satisfaz tantas afrontas e tanto vilipêndio?

A consciência nacional, peremptoriamente, declara que não.

O Governo Imperial, tomando a posição firme e digna que a princípio tomou, cumpria um dever. Infelizmente cedeu; e, cedendo, quebrou os nossos brios.

Se não podíamos obter da Inglaterra a devida reparação das injúrias sofridas porque somos fracos em relação a essa grande potência europeia, mantivêsemos o silêncio, que nos nobilitava e nos incitava a confiar no futuro.

Tudo consumou-se com menoscabo da nossa honra e desprezo do nosso direito.

Assim o quis o governo do Brasil.

* * *



O VINTE E CINCO DE MARÇO

JORNAL POLÍTICO

*Estudo sobre a política do Brasil no Rio da Prata**A guerra com o Paraguai**A Tríplice Aliança*

IV

O Paraguai, ao desligar-se do vice-reinado para formar um Estado independente –isto há de haver um meio século – começou logo a viver sob o jugo do dr. Francia. Alguns traços do caráter deste homem, o qual como que se personificou em seus sucessores, transmitindo-lhes a ditadura, não será aqui digressão mui fora de propósito.

O Paraguai ainda hoje é, politicamente, o que ele quis que fosse; o país em que são surdas as paixões políticas; o país segregado; a China guarani; o país extreme da anarquia, que tem caracterizado as outras repúblicas do Prata, das quais se isolaram por conveniência da sua mesma independência, ainda que – por isso mesmo – sujeito ao ferrenho despotismo de três ditaduras; e, assim, lhe impôs fatalmente Francia a sua vida, o seu caráter, as suas decepções, o seu misantropismo.

Na aurora de sua independência, um homem marcou-lhe o destino, imprimindo-lhe a sua personalidade.

Não se pode conhecer o Paraguai, não se pode compreender o papel que ele desempenha no meio das repúblicas do Prata, sem conhecer-se Francia e ter-se uma ideia de como pôde ele imprimir-lhe o cunho de sua mão firme, raivosa, desoladora.

Francia era filho de um brasileiro, que vivia em Assunção. Fez estudos na Universidade de Córdoba e, de volta a Assunção, como alcaide e advogado, tornou-se logo notável. Explicam alguns a sobriedade de seu caráter pela recusa que Zavala, rico colono, fizera de sua mão para uma filha sua de quem ele se enamorara.⁴⁰

40 “Antes de chegar ao mais alto cargo de seu país, o doutor Francia se enamorou de Petrona Rafaela Zavala e a pediu em casamento. Seus pais o recusaram e Petrona se casou com Juan José Machaín. Nomeado Ditador Supremo, Francia baixou um decreto mal-dizendo as famílias Zavala e Machaín até a quinta geração e prendeu e, posteriormente, mandou fuzilar a Juan José Machaín.” Cf. <http://ladiaria.com.uy/articulo/2011/5/la-leccion-de-zabala/>, acesso em 3/9/2012. (M.G.P.)



Desde então retirou-se Francia da sociedade. Isolado, era todavia procurado e consultado como um dos mais notáveis legistas de Assunção.

Jamais causa injusta manchou seu ministério.

Era, na posição que assumira, o apoio do forte contra o fraco.

Herdeiro de um módico patrimônio, jamais procurou aumentá-lo.

Achando-se, um dia, possuidor de 800 patações, jogou-os porque achou essa soma demasiado avultada para um homem.

Pouco sociável, estudioso, mas libertino, ficou celibatário.

Repelia por sistema todos os sentimentos ternos e, assim, não foi suscetível nem ao da amizade.

Dá a inflexibilidade do seu caráter.

Tal era o homem que, depois da deposição do governador espanhol, Velasco⁴¹, foi chamado para fazer parte da primeira junta, na qualidade de secretário, com Yedros⁴² e Caballero⁴³.

Francia preponderou nesta junta, que foi substituída por um governo consular. Reuniu-se um Congresso, em 1813.

O governador era quem fazia *comparecer* os principais habitantes dos diversos distritos para formar o congresso.

Esses deputados compareciam mais como acusados do que como legisladores, e tinham pressa de votar o que deles se exigia para voltarem a suas casas e se eximirem da presença do governador, que lhes inculcia terror.

Habitados a obedecer cegamente ao governador, votaram em 1813 o que este quis.

41 Bernardo de Velasco y Huidobro (c. 1765-c. 1822), militar espanhol e último governador da Intendência do Paraguai, deposto em maio de 1811, viveu no Paraguai até a morte. (M.G.P.)

42 Fulgêncio Yegros y Franco de Torres (1780-1821), militar e político paraguaio, é considerado o Pai da Pátria. Militar de maior prestígio entre os envolvidos na Revolução de Independência, foi o chefe da Junta Governativa, criada em junho de 1811 e composta, ademais, por Francia e Pedro Juan Caballero. Manteve uma posição favorável à confederação que integrasse o Paraguai, Corrientes, o Uruguai, Entre-Ríos, Santa Fé e o Rio Grande do Sul, de maneira a enfrentar o afã expansionista do Rio de Janeiro e de Buenos Aires. Em 1820, implicado em uma conspiração para derrubar Francia, já Ditador Supremo, foi preso, torturado e fuzilado. Cf. www.biografiasyvidas.com/biografia/y/yegros.htm, acesso em 3/9/2012. (M.G.P.)

43 Pedro Juan Caballero (1786 -1821), militar e político paraguaio, foi um líder do processo de independência do Paraguai. Participou da primeira Junta Governativa do país. Com a designação de Francia como Ditador Supremo, em 1814, Caballero passou a engrossar as fileiras da oposição ao isolacionista e autocrático regime. Preso com outros conspiradores, em 1820, suicidou-se na prisão. Cf. www.biografiasyvidas.com/biografia/c/caballero_pedro_juan.htm, acesso em 3/9/2012. (M.G.P.)



Foram nomeados dois cônsules: Francia e Yedros.

A política, desde então inaugurada por Francia, consistiu em se fazer temido no interior e isolar quanto possível o país, a fim de evitar a guerra civil, que devastava as outras províncias do antigo vice-reinado.

Em 1814, na reunião de outro Congresso, Francia, apesar da docilidade de Yedros, não quis mais, nem ostensivamente, partilhar com ele o poder.

Propôs a nomeação de um só magistrado e a ditadura. Francia foi nomeador ditador por três anos.

A esse tempo, em todo o Paraguai, haveria talvez vinte pessoas, que conhecessem a significação da palavra ditadura.

O Congresso, com o título de excelência, votou-lhe um subsídio de 9:000 patações.

Francia apenas quis aceitar o terço dessa soma, dizendo que o Estado tinha mais necessidade de dinheiro do que ele.

Esta prova de desinteresse, nunca a desmentiu ele, em tempo algum.

As tropas dedicadas a Yedros se insurgiram para opor-se à investidura de Francia.

O comandante Pedro Caballero, inimigo pessoal de Francia e amado dos soldados, os apaziguou.

Ação generosa, sem dúvida, mas fatal ao país.

Se Caballero tivesse começado a guerra civil, o Paraguai teria sido preservado de um flagelo mais temível, qual o de um despotismo baseado sobre o terror e que não podia durar, senão pela recrudescência desse mesmo terror.

Francia, singular em tudo, apenas instalado, começou desde logo – só, sem que se lhe conhecesse nenhum amigo, sem jamais consultar a quem quer que fosse – a fundar o despotismo silencioso que ia completar, para este desgraçado país, todos os ensaios de estupidez e idiotismo que se tinha já praticado sobre os guaranis.

Seu primeiro cuidado foi a reforma de sua própria vida: o jogo e as mulheres foram por ele completamente abandonados e mostrou a maior austeridade em seus costumes.

Insensível por natureza, desligado de todo laço social, misantropo por temperamento, implacável em seus ódios, perseverante até em suas manias, era Francia uma dessas figuras sombrias, de lábios pálidos e cerrados, sobre os quais raramente aparece um frio e sinistro sorriso.

Francia tinha em si mesmo fé cega, como todo homem que vive



isolado; cheio de orgulho, tinha tanto desprezo por seus compatriotas, como repulsão pelos estrangeiros. O mais sanhudo despotismo, a prisão, a tortura, os fuzilamentos foram seus meios de ação.

Tal era o homem que devia, por sua política, conservar esse país no estado de barbárie em que se manteve durante a ditadura de Francisco López e em que, ainda hoje, se acha mergulhado, sob dominação igualmente tirânica.

Ainda que a independência do Paraguai fosse alcançada a esforços da junta central de Buenos Aires e por seu delegado Sommelero, que foi quem indicou o triunvirato, este, todavia, assumiu logo a sua independência e procedeu fora das inspirações da Junta e de Sommele-ro⁴⁴, que foi lançado em prisão.

A nota redigida por Francia e remetida à Junta de Buenos Aires é um notável documento, porque assinala a política que foi, ao depois, constantemente seguida no exterior.

O tratado de 12 de outubro de 1811, confirmado em 1813, assentou de direito a sua independência da confederação.

O Paraguai, desde então, ficou sendo, e ainda é, a transfiguração histórica do dr. Francia. A vida daquele desgraçado povo é a refração permanente de sua alma atrabiliária. O povo do Paraguai é uma massa sem vida, é uma existência atrofiada, uma vítima que se resigna a todos os excessos de crueldade. Não se levanta na voz, não brota um pensamento, não se escuta uma palavra.

Tudo conserva o cunho da mão de Francia e respira o veneno de seu alento letal.

Tal fundador, tal país e tal política.

Despotismo e isolamento.

* * *

44 Pedro Alcántara de Somellera (1774-1854), jurista e político argentino, foi deputado por Buenos Aires ao Congresso Geral Constituinte (1824-1827) e, portanto, subscritor da Constituição Argentina de 1826. Organizou e dirigiu o movimento revolucionário de 14 e 15 de maio de 1811, que provocou a queda do governador Bernardo de Velasco e o fim do domínio espanhol. Como se opôs à política de Francia de separar o Paraguai de Buenos Aires, foi acusado de “porteñismo” e preso incomunicável em Assunção, por três meses. Diante da notícia da chegada da missão diplomática de Manuel Belgrano, foi libertado e embarcado com a família, chegando a Buenos Aires em novembro de 1811. Cf. http://es.wikipedia.org/wiki/Pedro_Alcántara_de_Somellera, acesso em 3/9/2012. (M.G.P.)



O VINTE E CINCO DE MARÇO

JORNAL POLÍTICO

A guerra

A nossa luta com o Paraguai vai desastrosa para o Brasil.

Por ora, sacrifícios enormes e resultado nenhum. A nossa honra pede desagravo. A bravura das nossas tropas decai ante a incapacidade dos generais, ou ante o desacerto do plano de guerra.

O morticínio nos combates e a devastação da peste rareiam as fileiras dos nossos valentes soldados.

Quem responde por tanto mal? Quem cobre as famílias de luto e a nação de vergonha?

Como o bárbaro paraguaio se nos antepõe e nos esbarra! Ao passo que armamos dispendiosos vasos de guerra e os mandamos desafrentar-nos, vemo-los estacados ante os toscos troncos de árvores lançados ao rio! Ao passo que cobrimos o nosso soldado de custoso fardamento, enviamos com fuzis aperfeiçoados, os vemos assaltados e trucidados pelo *gauro* descalço e apenas armado de lança e clavina!

A consciência pública ergue ingente brado, que lança culpa da presente calamidade sobre a política egoística e antipática, que ergueu como partido um punhado de homens ambiciosos e faltos de patriotismo. Só o predomínio e o engrandecimento pessoal tiveram em vistas, em seus planos de subversão às regras do governo constitucional, quando não trepidaram fazer a nefasta *liga* contra os interesses reais do país.

Cada vapor, que nos traz notícias da guerra, é uma nuvem de crepe que se estende sobre as famílias inteiras.

O sangue generoso da nação foi entregue a mãos inábeis e – que mais é – ao arbítrio de um general estrangeiro.

O Brasil, o cívico Brasil em luta de honra com o inimigo estrangeiro, não achou um filho para colocá-lo à frente das nossas coortes. Não, não achou. Mister foi mendigar general estrangeiro⁴⁵, a quem confiou o desagravo nacional. *Proh dolor!*⁴⁶

45 Juca Paranhos critica de novo a escolha de comandante estrangeiro, o general argentino Mitre, para o comando em chefe dos exércitos aliados na guerra do Paraguai, por força do artigo 3º do Tratado da Tríplice Aliança. (M.G.P.)

46 Oh, dor! (M.G.P.)



E continua assim essa política mesquinha a zombar da nação inteira?

Enquanto a nação debate-se em agonia extrema, vendo dilapidados os seus tesouros, vendo espargido tanto sangue nobilitado pelo amor pátria, e vendo improfícuos os seus esforços, os políticos *da época do progresso*; os *filhos derrocados* do degenerado marquês de Olinda⁴⁷, só sabem dar testemunhos de escândalo na Câmara Temporária e desautorizar o país, ante nacionais e estrangeiros.

Ora é um deputado, que diz em face ao ministro da Coroa: “És um miserável!”; ora é o ministro, que se arroja a dizer aos eleitos do povo: “não discutimos porque não queremos”!

Aonde vai isto? Contemple a nação a situação e o perigo, e erga-se um espírito para salvar-nos!

O *santelmo* do país, o augusto monarca, inspire-se no espírito nacional, e achará forças e recursos bastantes para a obra meritória que, a altos brados, reclama a sorte do Império.

* * *

47 Pedro de Araújo Lima, marquês de Olinda (1793-1870), regente e presidente do Conselho de Ministros do Império do Brasil. Chefiou o gabinete (12 maio 1865 a 03 ago. 1866) em que o conselheiro Saraiva (que acabara de negociar, em Buenos Aires, o Tratado da Tríplice Aliança) atuou como ministro dos Negócios Estrangeiros. (M.G.P.)



O VINTE E CINCO DE MARÇO

JORNAL POLÍTICO

*Estudo sobre a política do Brasil no Rio da Prata**A guerra com o Paraguai**A Tríplice Aliança*

V

Após a anarquia, que se seguiu à morte do ditador Francia, os chefes militares alcançaram outra tirania, outro verdugo à cadeira presidencial. Francisco López orou sobre o túmulo de Francia, rogando que lhe transmitisse a intenção de sua obra de exterminação e barbárie; e, seguro dos recursos que em si mesmo continha o país para conservar o despotismo, lançou-se ao governo nos mesmos rumos já descobertos e explorados por seu antecessor.

López tinha toda a sagacidade guarani e esta combinava com seus instintos, fez dele um sucessor inimitável de Francia. López amou a opulência, ao contrário de Francia, e só isto estabelece a diferença radical que os distinguia.

As modificações que López introduziu em seu governo são o seu maior título da glória. A que, principalmente, apresentam os seus panegiristas é haver López levantado a interdição estabelecida por Francia, abrindo o Paraguai e arrancando-o do isolamento em que vivia submergido.⁴⁸

Para apreciar em seu justo valor esta obra de López, importa resolver previamente esta outra questão.

Por que e para quem encerrou Francia o Paraguai?

O ditador consumou esta obra iníqua para assegurar a independência do Paraguai contra o Rio da Prata, fazendo-o inacessível à influência de sua política e civilização. O círculo de preocupação de Francia

48 Nota no original – “DU GRATY, A. M. *La Republique du Paraguay*.” [Alfred Louis Hubert Ghislain Marbaix du Graty (1823-1891), naturalista, geógrafo e historiador belga, escreveu o livro “*La Republique du Paraguay*”. Teria regressado à Bélgica em fins de 1861, ou princípio de 1862, como encarregado de negócios do Paraguai nesse país e na Prússia. Segundo Doratioto (*op. cit.*, p. 70), Du Graty era representante comercial paraguaio em Bruxelas e Berlim. (M.G.P.)]



foi este: “Suscitar antagonismo contra o argentino; estabelecer uma marcha retrógrada e rápida, que levasse a nação à barbárie; e, como resultado do segundo pensamento, inspirado pelo primeiro, isolar o país de toda influência e progresso”.

Mas, este isolamento secava, de um golpe, a fonte da riqueza pública e privada, sufocando o comércio estrangeiro.

Ora, com o empobrecimento do país, se empobrecia o Estado; porém, a Francia não causava cuidado essa pobreza – a ele, que não amava a opulência.

López, porém, que abrigava a paixão da avareza em todo seu selvagem esplendor e que viu o país pobre, teve que meditar sobre as causas, que a motivavam e curá-las.

Assim, convencido, que o sistema tinha já produzido os seus frutos, pareceu-lhe que podia abrir mão dele sem inconveniente, podendo, assim, acumular recursos que, a seu tempo, o fariam temível a seus vizinhos.

Suscitou então a questão a Rosas, começou a armar-se em trem de guerra, abriu os portos da república, monopolizando o comércio dos principais produtos e estabelecendo regulamentos da alfândega.⁴⁹

Ao passo que não deixa de ser verdade que o comércio adquiriu desenvolvimento durante sua presidência, também é verdade que ele único era comerciante no Paraguai e que a única fortuna particular, que ele produziu, foi a de sua família e a de seus agentes nos mercados estrangeiros.

O movimento comercial deste país é uma farsa, iníqua e perversa, com que os déspotas escarnecem da miséria do povo, que disputa aos animais seu alimento.

Nada faz tão dolorosa a pobreza da vítima do que a opulência de seu verdugo.

Que importava o tirano abrir os portos da república, se tudo conciliava, assim procedendo.

Francia havia por tal modo aterrado o povo, que López, em vez de uma nação a corromper, encontrou uma massa submissa, disposta a suportar todos os desmandos do poder.

Com resignação semelhante à do fatalista, que não acha em seus reveses a combinação de atos de que possa escapar, mas um feito necessário, produzido por uma lei imutável, o povo paraguaio – embrute-

49 Nota no original – “Repert. ac Paraguay an. 1844.”



cido pelo despotismo – não tem, em seu coração atrofiado, sentimento algum de liberdade e de justiça.

Rosas em Buenos Aires e López no Paraguai: um, representando hipocritamente o nacionalismo; e, outro, o patriotismo cioso. O antagonismo e a constituição orgânica da Confederação do Rio da Prata, como a República Argentina o entendia, manteve sempre desperta – umas vezes viva, outras vezes mal sopeada – a luta que resultava desses dois sentimentos políticos, que se excluía.

Ambos exploravam o sentimento público para conservarem viva essa rivalidade.

* * *



O VINTE E CINCO DE MARÇO

JORNAL POLÍTICO

*Política do Brasil no Rio da Prata**A guerra com o Paraguai**A Tríplice Aliança*

VI

Dissemos que o tratado de 12 de outubro de 1811 assentara em direito a independência do Paraguai da Confederação Argentina, mas falamos com o sentimento brasileiro e com o do governo, que sempre sustentou essa independência de fato e de direito; mas não era esse, certamente, o pensamento argentino, nem o assentamento e base de sua política.

Colhe-se de diversos documentos, em face da luta entre os governos Paraguai, e Argentino, desde 1840 até 1852.⁵⁰

Que a Confederação Argentina jamais reconheceu em direito a independência do Paraguai, declarada em 1811 e confirmada em 1813.

O artigo 5º da convenção celebrada, em 2 de outubro de 1811, entre as juntas governativas de Buenos Aires e do Paraguai não importava – sustentava a confederação – o reconhecimento da independência, implicitamente negados pelos respectivos convites, que nos anos de 1813 e de 1824 lhe fez o governo argentino, a fim de que concorresse aos congressos constituintes.

Francia, encerrando o Paraguai, isolando-o e cortando toda a relação com o Rio da Prata, cortou o nó com a espada de Alexandre; mas depois de sua morte a questão reapareceu, interessando logo os instintos de López, em cujos interesses entrava conservar vivas as paixões

50 Nota no original – “Os documentos relativos a esse antagonismo e luta se podem ver na coleção de tratados celebrado pela República Argentina com os governos estrangeiros. “Publicação oficial. Buenos Aires, 1863. Gaceta Mercantil”. “Arquivo Americano”. “El Paraguay Independiente” (publicação periódica reimpressa em 1859. Assunción. 2 v.). Pode-se também consultar a M. Moussy: “Description de la Confédération Argentina”. t. 1º e 3º; M. du Graty: “La République du Paraguay”; Don José Maria Paz: “Memórias Póstumas”; Bartolomeu Mitre: “Histórias de Belgrano”; Domingues: “História Argentina”; etc, etc.”



tão habilmente exploradas por seu antecessor, fazendo-se lhe indispensáv [sic] reviver os debates, que haviam de trazê-las novamente à arena. Convocou, pois, o Congresso em 1842, o qual, em 25 de novembro, ratificou a declaração da independência do Paraguai, passando logo a comunicar o ato a Rosas, em 28 de dezembro.

Assim preocupou López o ânimo de seus concidadãos e conseguiu retemperar o vigor da tirania, na mesma fonte em que remoçava a pesada ditadura.

Em 26 de abril de 1843, respondeu Rosas ao governo do Paraguai – que, a esse tempo, era consular – *negando* o reconhecimento, que se lhe solicitava. Em três razões capitais se fundou Rosas, as quais se resumem nas seguintes:

- 1ª que, sendo o Paraguai um país mediterrâneo, cujas vias fluviais podem cerrar, a seu capricho, os governos limítrofes, *que são dominadores de suas embocaduras, carecia* de suficiente liberdade no uso de sua soberania, visto não ser difícil fazer-se-lhe guerra comercial, que o empobreceria em pouco tempo;
- 2ª que o Paraguai *carecia* da capacidade política, que se requer para entreter relações complicadas com os estrangeiros e se expunha a não desempenhar papel airoso em seus negócios internacionais;
- 3ª que, unido com os laços da federação à República Argentina, nada teria que temer, nem por sua posição geográfica, no que era relativo à soberania dos rios, e ao desenvolvimento de seu comércio, nem quanto às questões estrangeiras, que *por si só* não era capaz de prevenir.

Neste documento está expressada, de um modo positivo, a política da confederação.

As notas, cambiadas em maio de 1834 e agosto de 1844 entre os dois governos, não adiantaram um passo à questão, nem modificaram a pretensão dos dois Estados.

Iríamos mui longe se, porventura, quiséssemos aqui historiar toda a disputa havida ente os dois governos.

Para o nosso propósito, basta o que vai dito; ao que somente acrescentaremos que – apenas a batalha de Monte Caseros pôs ao governo argentino em estado de empreender sua organização definitiva e de restabelecer suas relações com os seus vizinhos – um enviado do di-



retor provisório das províncias reunidas em confederação, o sr. d. Santiago Derqui, reconheceu a independência do Paraguai, em 17 de julho de 1852, e firmou um tratado de amizade e comércio, que, não sendo aceito pelo Congresso, foi depois de algumas questões diplomáticas substituído pelo que celebrou, em 1856, o general d. Thomaz Guido, em o qual se estabeleceu o adiamento para o regulamento de limites até 1862. Já antes a província de Buenos Aires, separada da confederação, depois da revolução de setembro, havia igualmente reconhecido a independência do Paraguai, sancionando a livre navegação dos rios pela lei de 18 de outubro de 1852.

Parecia que estes atos decisivos e terminantes deviam ter posto termo a toda luta entre os dois governos, mas, assim não aconteceu por que ficou, subsistente e irritante, a questão de limites entre esses dois governos, e sempre contestada e posse de um grande território.

A questão de navegação também ficou adiada, porque nunca recebeu solução completa.

O Paraguai, apresentando um simulacro de progresso e civilização sob a ditadura de López, 1º resistiu sempre ao progresso real, resistiu sempre – com eficácia, ainda que indiretamente e por meio de regulamentos restritivos – à livre navegação do alto Paraguai.

Mas, antes de tratarmos deste assunto, que se prende também estreitamente às causas que motivaram a guerra declarada ao Brasil e de que logo nos ocuparemos, digamos brevemente em que consistia a questão de limites, que permaneceu aventada entre os governos argentino e paraguaio. Sempre foi pretensão do Paraguai estender seus limites territoriais até o Aguapeí, compreendendo neles o território que formava o antigo departamento de Candelaria. Pelo lado da República Argentina, alegava-se que o Paraguai não tinha título algum positivo em que apoiasse seu direito sobre tão extensa porção de território *argentino*.

O argumento em que se apoiava o Paraguai era ter sido o território das Missões sempre unido ao Paraguai e, como título, apresentava a sentença arbitral proferida em 1727, entre os bispos Palos e Fajardo⁵¹, para dirimir a competência da jurisdição, que os dividia, sobre a quem competisse a do departamento da Candelaria.

51 Pedro Fajardo, bispo de Buenos Aires (1716-1729), acordou com José Palos, bispo do Paraguai, os limites entre ambas dioceses (jun. 1727), aceitando como marco o rio Paraná e os povoados de Candelária, São Cosme e Santa Ana como subordinados à atividade pastoral do bispo assuncenho. (M.G.P.)



E, com efeito, a dita sentença adjudicou a jurisdição do mencionado departamento ao bispo do Paraguai.

Reconhecendo o governo argentino que as Missões e o Paraguai estiveram conjuntamente sob o governo de Velasco ao tempo em que foi proclamada a independência, alegava ser esta circunstância acidental e concluía por um argumento *ad majorem*, o qual é o seguinte:

Se o Paraguai pretende que os povos das Missões devem seguir sua sorte, é lícito à confederação sustentar que é o Paraguai que deve seguir a destas e, como as províncias das Missões foram representadas nos Congressos Argentinos e formaram parte da República depois da revolução, segue-se *que o Paraguai vem a ser parte integrante da confederação*.

É este o último reduto da política Argentina, que não recebeu solução pelo tratado de 1856.

O tratado de 1852 reconhecia por linha divisória o rio Paraná, adjudicando-se ao Paraguai a ilha de Yacyretá e, à confederação, a ilha de Apipé; concedia ao primeiro plena soberania sobre o Paraguai até sua confluência com o Paraná, sancionando assim a pretensão do Paraguai sobre esta vasta porção do Chaco, contra o que reclamou o governo da Bolívia, mas, como dissemos, esse tratado foi substituído pelo de 1856, que adiou o regulamento dos limites, salvas as posses das ilhas acima mencionadas, que ficaram reconhecidas.

* * *



O VINTE E CINCO DE MARÇO

JORNAL POLÍTICO

As repúblicas vizinhas

O Brasil é um Estado monárquico, que acha-se rodeado de vários Estados de instituições republicanas.

Esse contraste de princípios de governo traz uma certa indisposição dos nossos vizinhos para conosco

Não é de hoje, que isto se observa. Em nossas questões com qualquer dos Estados vizinhos, os demais manifestam simpatias pelos nossos contrários.

É preciso, pois, que o nosso governo proceda sempre com muito critério e tino, em nossas relações com todas as repúblicas sul-americanas. Elas fazem como que um corpo, que nos é estranho, e nos será contrário nas questões supremas da grande política dos povos americanos.

Repetidos fatos denunciaram esse espírito inlenço a nós. Diferentes em princípio de governo e em origem de raça, os Estados espanhóis não confraternizam conosco, como convinha, nos interesses gerais das populações americanas.

Se hoje as distâncias nos conservam fora de grandes colisões de interesses, no futuro assim não sucederá. Quando a população dos estados limítrofes, como Bolívia, Peru, Nova Granada e Venezuela se puser em contato com a massa da população brasileira, teremos motivos diários de colisões; desde já, a uma política previdente cabe ir traçando o grande desenho das nossas relações futuras.

Vá servindo de prenúncio o que agora mesmo acontece: Bolívia, Peru e Chile mostram decidida simpatia pelo Paraguai.⁵²

Sem o mínimo fundamento, à exceção da Bolívia⁵³, esses Estados revelam seus cordiais sentimentos pelo nosso adversário. Protestam contra a guerra em que nos empenhamos contra o Paraguai, como se

52 A propósito, ver Doratioto, op. cit., pp. 262-264. (M.G.P.)

53 A Bolívia protestava contra o artigo 16, § 2º do Tratado da Tríplice Aliança, que julgava comprometer seus direitos sobre o rio Paraguai e a baía Negra, além de partes do Chaco. (M.G.P.)



não fosse esse quem nos excitou à guerra, e quem foi o agressor ousado e sem causa alguma justificável.

Cumpra que nos encaminhemos a ter decidida superioridade nos meios de força e nos atos de justiça. Cumpra que não ofendamos; mas cumpra, também, que não toleremos ofensas, que disso estejam certos os nossos vizinhos.

Assim viveremos em paz com eles, nos engrandeceremos e sere-mos todos felizes.

A nacionalidade da raça portuguesa, grande pela extensão do solo e vigor das instituições políticas, pode conciliar-se e viver em harmonia com a democracia de origem espanhola, grande pelo número dos Estados e forte pela homogeneidade de sentimentos.

É para essa política altamente grande e importante para o país, que o governo deve voltar vistas de prevenção, se quer que o Brasil seja na América o que os destinos prometem.

* * *



O VINTE E CINCO DE MARÇO

JORNAL POLÍTICO

A guerra

As notícias do último vapor vindo da corte nos informam que o nosso Exército e a nossa Esquadra estavam em nova fase de atividade.

Depois de prolongada estacção em frente das fortificações inimigas, parece que vamos tentar alguma coisa de importante e decisivo.

As cartas e correspondências do Prata davam as nossas forças de mar, e talvez as de terra, empenhadas em grande luta.

Talvez a grande batalha esteja dada.

O formidável canhoneio, de que falam as cartas de Corrientes, indicava um grande feito. Por 7 horas sucessivas troava o canhão; e, infelizmente, não pode o navio, que de Corrientes partiu, esperar alguns momentos para trazer-nos notícias mais positivas.

Era tempo de satisfazer a expectativa nacional já tão cansada.

Veremos o que nos traz o próximo vapor; e fazemos votos para que as armas do Império hajam desagradado a nossa honra, tão comprometida pela imprevidência dos generais.

Cumpre, a todo o transe, acabar a luta. Novas complicações surgem; e quanto mais se prolonga a decisão da nossa causa, tanto mais se aumentam as nossas dificuldades.

O governo deve ir de acordo com o pensamento nacional.

A causa é da nação.⁵⁴

* * *

54 Ataque aliado à posição fortificada de Curupaiti (22 set. 1866), às margens do rio Paraguai. Nessa ação, os aliados sofreram a maior derrota da guerra. (M.G.P.)



O VINTE E CINCO DE MARÇO

JORNAL POLÍTICO

A guerra

O pacote francês trouxe-nos os pormenores da tomada de Curuzu⁵⁵, bateria situada na margem esquerda do Paraguai, entre o Curupaiti e a lagoa Piriz. Esse feito de armas coube ao 2º Corpo do Exército Imperial, ao mando do sr. visconde de Porto Alegre.⁵⁶

Foi mais uma vitória brilhante, que compramos à custa de muito sangue precioso.

Entretanto, a expectativa pública não foi satisfeita ainda desta vez. Não veio, e parece que tão cedo não virá, a notícia do ataque geral.

Depois de concertado, sofreu o plano de operações uma nova alteração. Parece que o ataque das linhas paraguaias em Tuiuti só terá lugar depois da queda de Curupaiti, que deve ser investida ao mesmo tempo por terra e água, pelos viscondes de Porto Alegre e de Tamandaré.

As conferências dos generais sucedem-se umas às outras, o que importa dizer que reina por lá grande incerteza e que a terminação da guerra não é empresa tão fácil de ser levada a cabo, como nos têm feito acreditar as folhas governistas.

López tem uma extensa linha de fortificações, que o resguarda desde Tuiuti até Humaitá. É o resultado do tempo que perdemos inepetamente, dando lugar a que ele aumentasse os seus meios de resistência.

A tomada de Curuzu custou-nos a perda da sétima parte das nossas forças e a do belo encouraçado *Rio de Janeiro*.⁵⁷

55 Ocorrida em 03 set. 1866. (M.G.P.)

56 Manuel Marques de Sousa, visconde e conde de Porto Alegre (1804-1875), militar brasileiro, de família fidalga e de generais. No início da Guerra do Paraguai, mesmo aposentado, apresentou-se como voluntário. Participou da guerra à frente do 2º Corpo do Exército, base de cavalaria da Guarda Nacional gaúcha, e foi o comandante brasileiro das forças que obrigaram os paraguaios, invasores do Rio Grande do Sul, a se renderem em Uruguaiana, na presença do Imperador D. Pedro II e dos presidentes Bartolomeu Mitre e Venâncio Flores. Comandou a vitória do exército aliado na 2ª batalha de Tuiuti. (M.G.P.)

57 Construído no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e lançado ao mar em fevereiro de 1866, o encouraçado Rio de Janeiro, atingido por torpedos, foi a pique em 02 set., durante a batalha de Curuzu. (M.G.P.)



O almirante Tamandaré declarara antes aos generais aliados que havia reconhecido o rio até Curupaiti, acrescentando que nenhum perigo havia em desembarcar nas proximidades desse forte as tropas do sr. Porto Alegre. Entretanto, *no lugar explorado*, surgiu inopinadamente uma formidável bateria cuja expugnação custou-nos mais de 1.000 homens fora de combate e, *nas águas reconhecidas*, voou um dos nossos melhores encouraçados, em consequência da explosão de três torpedos!

O vice-almirante Parker deve partir dentro em poucos dias para o sul. Irá render o atual comandante da esquadra em operações? Não podemos afirmá-lo; o que é certo, é que é uma necessidade reclamada imperiosamente. Não basta, para ser-se general, a bravura. O general deve possuir, ao lado dela, inteligência, conhecimentos profissionais e muita prudência. Os fatos têm demonstrado que, no sr. Tamandaré, não se encontram estes últimos dotes. Se a substituição do honrado e intrépido barão d'Herval – que, aliás, tinha o bom senso de reconhecer que não estava à altura da posição a que fora chamado – foi uma necessidade, a do sr. Tamandaré também o é, e de muito maior monta.

Livre-me Deus de mais alguns reconhecimentos, como esse que o bravo almirante acabou de fazer ao forte de Curupaiti! Bastarão eles para dar cabo de toda a nossa esquadra e do nosso já tão reduzido exército.

Quantos erros e quanta inexperiência nesta guerra! Se, desde o começo, se houvesse lançado mão dos dois ilustres generais que a opinião pública apontava, esta luta, que parece hoje interminável, já estaria concluída de há muito.⁵⁸

* * *

58 Juca Paranhos volta a criticar o almirante Tamandaré. (M.G.P.)



O VINTE E CINCO DE MARÇO

JORNAL POLÍTICO

As repúblicas do Pacífico

O penúltimo vapor chegado do sul trouxe-nos a importante notícia do protesto feito pelas repúblicas do Chile, Bolívia e Peru contra a continuação da guerra, que os aliados sustentam no Paraguai.

Não nos espantou essa notícia. É mais uma complicação criada pela incúria e desmazelo dos habilíssimos governos que nestes últimos anos têm dirigido o país.

Bastaria para dar-nos a medida da penetração e sisudez dos corifeus desta situação, a imprudência e a precipitação com que trocaram os benefícios da paz pelos males da guerra.

Verdadeiros bolônios no poder, ignorando tudo, e tudo supondo de fácil execução, acreditaram eles, que um simples ato de arrogância bastaria para intimidar os *blancos* de Montevideú, dando ao mesmo tempo força moral e prestígio ao governo que o praticasse.

A guerra for decidida da noite para o dia, com a mesma facilidade e sem-cerimônia com que nestes últimos anos sobe ao poder qualquer homem desconhecido e obscuro. Não se tratou, antes, de preparar o país para a luta, nem de cercá-lo das simpatias das nações estrangeiras.

Tudo foi lentidão, inépcia e esquecimento.

O protesto do desconfiado e vaidoso ditador do Paraguai foi recebido com o mais solene desprezo.

Se, pelos meios diplomáticos, tivéssemos tentado desvanecer as suspeitas do pueril ditador, talvez a tempestade que depois desabou tivesse sido conjurada. A questão oriental terminar-se-ia prontamente e estaríamos hoje livres de uma guerra, que, absorvendo todos os nossos recursos, veio adiar para muito longe o brilhante futuro deste país.

Não pensaram, porém, assim, os hábeis políticos do progresso. Entenderam que esse protesto não lhes devia merecer a mínima atenção e persuadiram-se que seria para o Brasil tarefa *fácil e útil* convencer pelas armas ao audacioso ditador.

Travada a luta, enquanto nos jornais europeus ferviam os artigos a favor dos nossos inimigos, o governo descuidava-se de recomendar aos seus agentes que defendessem a causa do Império.



No Pacífico, essa causa corria também à revelia.

Além da repugnância que inspiram entre esses povos as instituições do Brasil, havia outros motivos que os levavam a olhar com desconfiança para nós.

Um deles foi ter-se o Governo Imperial recusado a enviar ao Congresso Sul-Americano um representante seu⁵⁹. O outro é mais forte, foi a cláusula contida no artigo 16 do Tratado de Aliança, pelo qual o Chaco, que pertencia – em partes – à Bolívia, foi entregue à Confederação Argentina.

Por esse artigo do tratado, fomos ofender a uma nação amiga para aumentar o território de uma outra, que dentro em pouco tempo será rival poderosa do Império.

O ditador do Paraguai, apesar de ser um *selvagem*, não se esqueceu de aproveitar-se habilmente dessas circunstâncias e de trabalhar para atrair à sua causa as repúblicas do Pacífico.

Seus esforços foram, afinal, coroados pelo mais feliz sucesso.

Se a acampanha prolongar-se no sul por mais tempo, ninguém pode prever quais serão as consequências dos erros e do descido dos nossos estadistas.

Mais uma complicação!...

* * *

59 Por iniciativa peruana, reuniu-se o Segundo Congresso Americano de Lima (1864), a fim de estabelecer uma confederação de caráter defensivo. Peru, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala, Argentina e Venezuela concordaram em organizar uma confederação, pois se sentiam ameaçados pelas frequentes intervenções estrangeiras no continente e constituíam um perigo à segurança dos Estados americanos. O Império Brasileiro evitou a reunião de Lima e, mais tarde, essa ausência foi criticada na Câmara brasileira. (M.G.P.)



O VINTE E CINCO DE MARÇO

JORNAL POLÍTICO

*Estudo sobre a política do Brasil no Rio da Prata**A guerra com o Paraguai**A Tríplice Aliança*

VII

Cabe-nos agora historiar a guerra, que atualmente sustentamos com o Paraguai, e dizer em breves termos o que lhe deu causa e origem.

O manifesto ou *memorandum* do nosso ministro o sr. conselheiro Paranhos⁶⁰ é peça que resume admiravelmente o histórico dessa guerra bárbara que nos fez o Paraguai – quando dele bem descuidados andávamos – e por isso o trazemos à memória dos nossos leitores; mas, o sr. conselheiro Paranhos falou a linguagem diplomática, falou aos conhecedores e sabedores da política e por isso pôde, em feixe, concisamente recontar atos e fatos que se passaram em grande lapso de tempo, presumindo sabidos e concluídos os tratados e as pendências que eles ultimaram, ou de novo suscitaram em sua inteligência e execução.

A natureza deste estudo é, porém, mais exigente, sendo por isso necessário remontarmos-nos a épocas mais remotas. É para satisfazer essa necessidade que acrescentaremos algum desenvolvimento ao *memorandum* de que logo nos ocuparemos.

Sem falarmos no tempo da ditadura de Francia, tempo em que foram quase nulas as relações entre o Brasil e o Paraguai, aberto somente ao comércio brasileiro em Itapúa; sem falarmos na habilíssima diplomacia do sr. conselheiro Pimenta Bueno⁶¹, que ali granjeou por tal

60 Trata-se da circular, datada de Buenos Aires em 27/1/1865, assinada pelo conselheiro Paranhos, dirigida ao corpo diplomático naquela capital, em que comunica o estado de guerra entre o Império e o Paraguai. Cf. Schneider, L., op. cit., pp. 538-543.

61 José Antônio Pimenta Bueno, marquês de São Vicente, (1803-1878), magistrado e político brasileiro, foi presidente das províncias de Mato Grosso e Rio Grande do Sul, ministro dos Negócios Estrangeiros e da Justiça, presidente do Conselho de Ministros, membro do Conselho de Estado. Primeiro encarregado de negócios brasileiro no Paraguai, no dia 14 set. 1844, assinou o ato de reconhecimento da independência daquele país, sendo o Brasil o primeiro a fazê-lo. Excelentes relações foram estabelecidas com o Paraguai, tendo o Brasil atuado como agente do reconhecimento da independência paraguaia junto a vários países, em que possuía representação diplomática. (M.G.P.)



forma as graças de López, que fazia dizer ser por ele dirigido; sem falarmos na inabilidade com que se houve o sr. Pereira Leal⁶², que entrou tanto pela desafeição e antipatia de López 1º, quanto pela simpatia e afeição houvera entrado o sr. Pimenta Bueno; deter-nos-emos na missão Pedro Ferreira, que foi ao Paraguai pouco mais ou menos como o sr. Saraiva fora no Estado Oriental.

O Brasil, descontente da política sem franqueza do Paraguai e decidido a exigir satisfação dos danos que aquela política lhe acarretara, enviou o chefe de esquadra Pedro Ferreira de Oliveira com sua divisão naval e, ao mesmo tempo, encarregado de poderes diplomáticos.

No primeiro de fevereiro de 1855, a esquadilha assomou nas Três Bocas⁶³ e aí começaram as explicações.

Pedro Ferreira conveio, afinal, em separar-se da esquadilha e ir, com um só navio, a Assunção tratar a paz.

Aí, em 27 de abril, foram assinadas duas convenções, sendo rejeitadas pelo Brasil a que estipulava a demora de um ano para a conclusão de um tratado de limites.

Mais tarde, as negociações retomaram curso.

Desta vez, chegou-se a um resultado e um tratado de navegação e de comércio negociado por d. José Berges foi assinado no Rio de Janeiro, em 6 de abril de 1836.⁶⁴

62 Felipe José Pereira Leal (1812-1880), militar e diplomata, foi presidente da província do Espírito Santo. Sucessor de Pimenta Bueno na República do Paraguai, Pereira Leal não conseguiu manter as relações diplomáticas no nível alcançado por seu antecessor junto ao homem forte do país. As relações ficaram complicadas e tensas, pela incapacidade de chegar-se a um acordo quanto à delimitação das fronteiras e à livre navegação dos rios Paraná e Paraguai. O encarregado de negócios foi expulso do Paraguai em 1853 e a nota que comunicou a expulsão ao encarregado de negócios fala apenas em manifestações públicas do encarregado contra o governo de Assunção. Cf. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros para 1853*. (M.G.P.)

63 A data se refere à chegada da divisão naval comandada pelo chefe de esquadra Pedro Ferreira de Oliveira à confluência dos rios Paraguai e Paraná (as chamadas “Três Bocas”). O oficial estava encarregado de missão diplomática junto ao governo de Assunção, para conseguir: 1º reclamar uma satisfação pela ofensa feita ao Império na pessoa do seu encarregado de negócios, Felipe José Pereira Leal.; 2º reclamar que o simples trânsito pelos rios Paraguai e Paraná, na parte em que suas águas pertencem à república, fosse franqueado aos navios e súditos brasileiros, como se acha estipulado no artigo 3º do tratado de 25 de dezembro de 1850; e 3º celebrar, se possível, os ajustes concernentes aos limites e à navegação e comércio entre os dois países em conformidade do artigo 15 do mesmo tratado. A primeira questão foi resolvida de uma maneira honrosa para o Brasil. Quanto às outras, celebrou o plenipotenciário brasileiro duas convenções que o governo imperial julgou não dever ratificar e, em consequência, o oficial foi exonerado do comando da divisão naval. (M.G.P.)

64 O plenipotenciário brasileiro foi o Conselheiro José Maria da Silva Paranhos, então



Uma convenção, da mesma data, adiava para daí a seis anos a eterna e deluada questão de limites entre os dois países.

Até então, as partes se obrigavam a manter o *uti possidetis*.

Não se pense, porém, que o tratado de 1856, de navegação e comércio, resolveu coisa alguma com relação aos interesses do Brasil.

Os arts. 2º e 18 desse tratado, que diziam respeito ao trânsito dos rios Paraná e Paraguai, fizeram logo sentir a necessidade de fixar a sua inteligência, porquanto o Brasil se reconheceu lesado em seus interesses pelos regulamentos de polícia fiscal, decretados pelo presidente López.

Esse tratado fora negociado pelo sr. conselheiro Paranhos, na qualidade de ministro de Estrangeiros, e ele mesmo foi escolhido como plenipotenciário para regular essa nova pendência.

Foi o sr. conselheiro Paranhos quem, em 1858, negociou uma convenção fluvial, assinada em Assunção em 12 de fevereiro de 1858; e foi, ao mesmo tempo, assinado um protocolo reconhecendo o rio Negro como fronteira dos dois Estados sobre a margem direita do Paraguai.

A convenção – e protocolo – pôs fim a uma questão de longos anos, muito irritante e que trazia sempre viva a ameaça de serem seriamente embaraçadas as relações comerciais das províncias centrais do Império.

Aí se detiveram as nossas pendências.

O mais está suficientemente explicado no *memorandum* do sr. conselheiro Paranhos, de que vamos ocupar-nos no artigo seguinte.

* * *

ministro dos Negócios Estrangeiros no gabinete de 6/9/1853, chamado da Conciliação e chefiado por Honório Hermeto Carneiro Leão, marquês do Paraná. (M.G.P.)



O VINTE E CINCO DE MARÇO

JORNAL POLÍTICO

*A guerra e o governo*⁶⁵

O sangue generoso de nossos bravos soldados ainda uma vez correu a jorros nos campos do Paraguai. Não é uma vitória estéril em resultados, como o foram as brilhantes e sangrentas ações de Estero-Bellaco e Tuiuti, que temos hoje de deplorar: é um revés doloroso, um desastre que veio pôr patentes, até mesmo aos otimistas, o criminoso desleixo com que o governo se tem havido na direção da guerra.

A coragem indômita do soldado brasileiro teve que estacar diante dos muros de Curupaiti, depois de dois anos de preparativos em que ao governo não faltou, para debelar a guerra, o concurso patriótico de todas as parcialidades políticas do país.

Quantas vidas preciosas ceifadas sem proveito! Quantos milhões esbanjados sem vantagem para a causa da nação! Quem diria que esta guerra, tão fácil de ser levada a cabo com honra e glória para o Brasil, tomaria tão agigantadas e assustadoras proporções?

A responsabilidade de tudo isso recai inteira sobre os imprudentes que, criando mil dificuldades para o Brasil, só têm sabido aumentá-las com sua imprudência e inação.⁶⁶

A fortaleza de Curupaiti não existia no começo desta guerra; havia apenas, nesse ponto do rio Paraguai, um pequeno posto militar. A lentidão dos nossos movimentos, consequência da morosidade com que o governo acudia às necessidades do exército, foi quem criou-nos todos os embaraços com que hoje lutamos. Cada hora que se perdia, importava o desperdício de centenas de contos, a morte de muitos bravos que se finavam nos hospitais e o aparecimento de novos obstáculos, acumulados pelo inimigo, que se valia da nossa inércia para trabalhar com obstinação no aumento dos seus meios de defesa. Foram esses dias de imperdoável inação que fizeram surgir os Curuzus e Curupaitis, e enfraqueceram as fileiras do nosso brilhante e numeroso exército.

65 N.E. – Artigo de autoria duvidosa, embora o plural utilizado (artigos e documentos) sugira uma compilação de informações extraídas do órgão mencionado, complementadas por informações obtidas em fontes não divulgadas, que dão margem a supor, ao menos, a participação de Paranhos Júnior.

66 Mais críticas ao governo liberal, então no poder. (M.G.P.)



Quando a opinião pública, justamente indignada, raciocina por esse modo ao contemplar o doloroso desencadeamento dos sucessos da guerra, os amigos do governo só têm uma resposta, estribilho eterno com que pretendem responder a todas as censuras. “Não estávamos preparados para a luta”, tal é a desculpa frívola e banal que lhes acode sempre aos lábios.

Compare-se, porém, a atitude do Brasil na luta, que sustentamos em 1851, com a que apresenta ele na guerra atual; confrontem-se os recursos que então tínhamos, com os que temos hoje; hoje em que, além de tudo, o governo achou um poderoso auxílio na subscrição agenciada por ocasião da questão inglesa, cujo produto fora todo aplicado, pouco antes, a compras de armamentos e petrechos bélicos; veja-se, sobretudo, a celeridade com que então nos preparamos, sem que houvéssimos despendido a vigésima parte do cabedal que esta guerra tem consumido.

E, porventura, não foram sérias as complicações que a política de Rosas fez surgir? A derrota desse tirano e de Oribe era tarefa de fácil realização? O primeiro dispunha de 46.600 homens, o segundo de 12.000 homens. Contávamos apenas com o auxílio de Urquiza, cujo o exército orçava por uns 20.000 soldados.

O Governo Imperial compreendeu que a situação era grave e que, quando se trata de operações militares, a rapidez é a primeira condição da vitória.

Eram então ministros o marquês de Monte Alegre⁶⁷, Manoel Felizardo⁶⁸, os viscondes do Uruguai⁶⁹ e de Itaboraí⁷⁰, o conselheiro Eusé-

67 José da Costa Carvalho, primeiro barão, visconde e marquês de Monte Alegre, (1796-1860), político, magistrado, membro da Regência Trina Permanente e primeiro-ministro do Império do Brasil (8 out. 1849 a 11 maio 1852, no 5º gabinete do 2º Reinado, liberal). É desse período a política de intervenção armada do Brasil no Rio da Prata, contra Oribe e Rosas. (M.G.P.)

68 Manuel Felizardo de Sousa e Melo (1805-1866), militar, professor, jornalista, magistrado e político. Conservador, foi ministro da Marinha e da Guerra, entre 1848 e 1853. Também teve participação nas ações contra Oribe e Rosas. (M.G.P.)

69 Paulino José Soares de Sousa, visconde do Uruguai (1807-1866), político e jurista, foi ministro dos Negócios Estrangeiros (1843-1844 e 1849-1853), com influência na extinção do tráfico de escravos e na guerra contra Oribe e Rosas. Chefiou a delegação brasileira na comissão mista Brasil-França (1855-1856) que negociou, sem sucesso, a fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa. Essa questão só seria resolvida cinquenta anos depois, por esse então jovem jornalista, que viria a ser conhecido por Barão do Rio Branco. (M.G.P.)

70 Joaquim José Rodrigues Torres, visconde de Itaboraí (1802-1872), jornalista e político filiado ao Partido Liberal, em 1837 transferiu-se para o Partido Conservador. Foi presidente do Conselho de Ministros. (M.G.P.)



bio⁷¹ e o barão de Muritiba⁷², o que importa dizer que tínhamos então um governo ilustrado e enérgico.

Esses distintos brasileiros trataram logo de colocar à frente do exército o sr. Caxias, tomando todas as providências, que exigiam as circunstâncias melindrosas em que nos achávamos.

A 30 de junho, o nobre marquês de Caxias, cuja popularidade entre os rio-grandenses ninguém pode contestar, tomou posse da presidência da província de S. Pedro do Sul e começou a organizar o exército, reunindo a Guarda Nacional e os contingentes de linha, que acudiam de todos os ângulos do Império, movidos pelo impulso mágico do governo de então. *Dois meses depois*, a 4 de setembro, invadia ele o Estado Oriental à frente de mal luzida força de 20.000 praças e a campanha concluiu-se, dentro em pouco tempo, com glória para o Brasil, com pouco sangue e com mui pequeno dispêndio de dinheiros públicos. Conseguimos tudo isso unicamente pela energia e presteza com que o governo mobilizou o exército, sem dar tempo ao inimigo para fortificar-se.

É crível que em 1864 estivéssemos em piores circunstâncias do que em 1851? Não tinha o governo atual, para lançar mão, melhores recursos do que os que encontrara o gabinete de então?

Examinem-se os sucessos de 1855, tempo em que não existia ainda o espírito militar que nasceu com a questão Christie, fazendo com que o nosso mundo oficial despendesse os dias em passeios às fortalezas e se ocupasse exclusivamente na aquisição de armas e munições de guerra; comparem-se os sucessos de então com os que se têm dado ultimamente.

Se em 51 levantamos, em sessenta dias, uma força de 20.000 homens e, nesse curto período, abrimos a campanha; em 65 gastou o governo *quatro meses* para invadir a Banda Oriental com um exército forte apenas de 5.711 homens; e, sete meses depois, em março, não tinha ainda reunido em Montevideu 9.000 soldados!

A irreflexão e o desmazelo começaram desde os primeiros atos do gabinete de 15 de janeiro.

71 Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara (1812-1868), magistrado e político, foi ministro da Justiça (1848-1852) e, como tal, autor de uma das mais importantes leis do império, que levou seu nome e reprimia o tráfico negreiro, prevendo sua posterior extinção. (M.G.P.)

72 Manuel José Vieira Tosta, marquês de Muritiba (1807-1896), proprietário rural, juiz, desembargador e político, foi ministro da Marinha, da Guerra e da Justiça. (M.G.P.)



Mandou-se um diplomata à República do Uruguai incumbido de apresentar um *ultimatum* ameaçador e, enquanto não foi este repellido, não se fez seguir para o sul nem um único soldado!

O governo tem olhos e não vê o que todos veem. Ainda ontem o sr. Olinda declarava no parlamento que a guerra estava terminada e que as forças de que dispúnhamos eram suficientes para derrocar o poder de López. Hoje, chega-nos a certeza de que o experiente estadista ainda uma vez claudicou, deixando-se iludir nos seus cálculos de político.

Depois de tantos erros e de tanta incúria, quem pode prever o desenlace desta guerra? Mais de vinte mil dos nossos concidadãos sucumbiram já em terras estranhas, uns de ferimentos recebidos em combate, outros de moléstias adquiridas em campanha, e o Tesouro Público abate-se já ao peso de uma dívida verdadeiramente espantosa. O governo não tem servido à causa do Brasil: tem traído aos seus deveres, servindo à causa do ditador do Paraguai.

Não podem ser mais graves e solenes as circunstâncias do país. É preciso um esforço supremo de patriotismo para conjurar as dificuldades que nos assoberbam; é mister vencer o Paraguai, mas urge também que a Coroa, melhor inspirada, cerque-se de outros homens e afaste de junto de si a indolência e a incapacidade!

* * *



O VINTE E CINCO DE MARÇO

JORNAL POLÍTICO

Por ter sido publicado com muitos erros de imprensa o presente artigo, repetimo-lo hoje:

*Estudo sobre a política do Brasil no Rio da Prata⁷⁴**A guerra com o Paraguai**A Tríplice Aliança*

A imprensa europeia tem por vezes, tratado da guerra que fazem o Brasil e aliados à República do Paraguai.

É bom que se saiba que juízo se forma na Europa acerca da guerra e que intenções se nos atribuem.

A *Revista dos Dois Mundos* e o *Jornal dos Economistas*, dentre os mais acreditados, têm encarado a questão sob diversos aspectos. Aquela, no princípio, e quando apenas estávamos empenhados em guerra com Montevidéu, apreciou mal nossas intenções e atribuiu-nos planos de conquista.

O desfecho da luta e a subsequente aliança do Estado Oriental com o Brasil responderam cabalmente a essa injusta apreciação: hoje, melhor esclarecida, a *Revista* faz-nos mais justiça, ainda que com reservas.

O *Jornal dos Economistas*, continua a ser injusto conosco: e mostra bem que não sabe do Brasil quanto seria bom que soubesse, para falar no assunto. Se nos sobrar tempo, refutaremos as asserções de um artigo que aquele jornal publicou no mês de agosto – posto que, ao que ele

73 N.E. – Este “Estudo sobre a política do Brasil no Rio da Prata...” foi publicado duas vezes, tendo sido a primeira em 25 de outubro de 1866. Foi transcrita apenas a segunda que, nessa data, veio sob a advertência que aqui está em negrito. A par da tradução, possivelmente da autoria de Paranhos Júnior, trata-se, como diz o nome, de um estudo sobre o artigo, cujo original pode, ainda hoje, ser consultado em: <http://fr.wikisource.org/wiki/La_Guerre_du_Paraguay_et_les_Institutions_des_%C3%A9tats_de_la_Plata>. Acesso em: 21 ago. 2012.

74 Nota no original – “Este artigo não entrava no nosso plano, mas a leitura da Revista nos induziu à tradução competente q ora fazemos – pelo interesse que encontramos no escrito de M. Bellecourt – precede ao que devia seguir, que será publicado com a mesma.”



diz, basta opor o artigo que acaba de publicar a *Revista* no seu número de 15 de setembro.

Vamos fazer dele alguns extratos que, supomos, serão lidos com interesse.

O artigo está assinado por M. Duchesne de Bellecourt:

A GUERRA DO PARAGUAI

Trata-se, na guerra atual, de derrubar o presidente do Paraguai, de dar a esse país uma liberdade que, parece, não reclama; e dar-lhe instituições análogas às dos Estados Unidos.⁷⁵

Se a importância de uma luta se mede pelo encarniçamento dos combatentes e pela extensão das perdas, achar-se-á talvez ainda algum interesse – mesmo depois da narração das batalhas de Custozza, de Sadowa e de Lissa⁷⁶ – em acompanhar as operações militares empreendidas ao mesmo tempo em outro hemisfério, em condições bem diferentes das que apresentam as guerras europeias.

É motivo de admiração, para quem lança os olhos sobre a carta da América do Sul, a desproporção que parece existir entre as forças respectivas dos beligerantes; admira-se que o Paraguai tenha ousado provocar a luta⁷⁷ e, sobretudo, que já não tenha sido esmagado.

Deve-se, porém, advertir que a inferioridade do Paraguai não é tal como à primeira vista se afigura e que os meios ofensivos de que os aliados dispõem não excedem muito aos de que pode usar aquele Estado para sua defesa.⁷⁸

Existe íntima correlação entre a organização política e militar de uma nação e sua potência militar.

Um exame da situação interior, especial a cada um dos Estados empenhados na luta, mostrará como o governo do Paraguai, se achou

75 Nota no original – “O M. de Bellecourt esquece que o Paraguai foi quem provocou a guerra, aprisionando – em plena paz – os nossos navios de guerra, que conduziam a Mato Grosso altos funcionários, invadindo o nosso território e, em seguida, o mesmo praticando com a República Argentina.”

76 As batalhas de Custozza, terrestre, e de Lissa, naval, foram travadas na guerra pela unificação da Itália, contra a Áustria (1866). A de Sadowa, no mesmo ano, foi a principal da guerra austro-prussiana. (M.G.P.)

77 Nota no original – “Aqui o M. Bellecourt reconhece o que já fizeram sentir.”

78 Nota no original – “O Paraguai foi o ofensor.”



só, durante algum tempo, capaz de dispor de forças relativamente consideráveis.

Do mesmo modo que a República Argentina, o Brasil sofre de insuficiência de população, sendo que a imensidade mesma de seu território é obstáculo ao emprego de todos os seus recursos.⁷⁹

Ultimamente, e sem ter-se em consideração que o mesmo estado de coisas se encontra nos países que lhe são vizinhos, tem-se pretendido que a falta procedia das instituições próprias do Império e, daí, se tem tirado censura às repúblicas que têm aceitado sua aliança.⁸⁰

Se, porém, estudar-se a Constituição do Brasil, ver-se-á que, conservando na monarquia hereditária a mesma Constituição, tem sabido dar verdadeiras garantias a todas [as] liberdades desejadas; que é baseada sobre a soberania de representação nacional, que o voto, ainda que a dois graus, pertence em suma a quase totalidade dos cidadãos; que as atribuições do Poder Legislativo são suficientemente extensas, pois que a ele, só, pertence a iniciativa em matéria de impostos e recrutamento.⁸¹

Uma larga parte foi feita a descentralização, aliás indispensável – até certo ponto – em um Império tão vasto.

Na realidade, o Brasil parece estar em melhor situação do que a de quase todos os seus vizinhos.⁸²

Seus empenhos financeiros, fielmente cumpridos, não o expõem – como acontece com a maior parte das repúblicas americanas – a reclamações contínuas da parte dos governos estrangeiros, o que lhe assegura um crédito certo na França e em Londres e apesar da crise o 4 ½ por % brasileiro era cotado, em 6 de agosto de 1866, a 70 e 71 frs.

Observa-se, enfim, que a exportação brasileira na Inglaterra – que

79 Nota no original – “Brochura de John Lelong” [Autor de “República Argentina”. Assinou contrato com o governo da província de Corrientes para introdução de colonos suíços, em 1855. Por demora na efetivação do contrato, o governo cancelou-o (Cf. Schobinger, Juan. “Inmigración y colonización suizas en la República Argentina en el siglo XIX”, p. 442. Instituto de Cultura Suíço-Argentino. Publicación n. 1. Buenos Aires: Talleres Gráficos de Didot S.R.L., 1957. Disponível em: <http://doc.rero.ch/lm.php?url=1000.10.19.20120516131641-MR/BCV_PA_9776.pdf>. Acesso em: 19 set. 2012. (M.G.P)]

80 Nota no original – “Aliás, só a Câmara dos Deputados.”

81 Nota no original – “O que parece certo ao ilustre M. de Bellecourt, é um fato comprovado pelos meios de guerra de que dispõem os aliados: o Brasil apresentou um exército superior a 30.000 homens, quando a Confederação Argentina nunca pode elevar o seu contingente a 10.000 homens, com o socorro do Brasil em armas, munições e subsídios. - O Brasil apresentou uma esquadra de navios couraçados nada inferior a da França e Estados Unidos e em relação mesmo Superior a da Inglaterra, como ficou averiguado pelo relatório do almirante britânico. Correspondência de Londres.”

82 Nota no original – “Mais aos esforços do governo do que ao direito de visita.”



era, em 1854, de 2.083.589 libras esterlinas – foi sempre gradualmente aumentando até atingir, em 1864, a cifra de 7.019.822 libras esterlinas; e a importação inglesa – que era, em 1854, de 3.081.822 libras – atingiu, em 1863, a 4.082.641 libras.

A exportação do Brasil em França, em 1864, se elevou à cifra de 85.876.698 fr., quando em 1858 era de 21.255.401 fr.

A importação de França no Brasil era, em 1864, 129.220.266 fr. e, em 1848, de 67.747.989 fr.

A população do Brasil, que contava em 1830 menos de 6 milhões de almas, chegou quase, em 1864, a 8 milhões.

Este aumento provém, parte, do excesso dos nascimentos; parte, de emigração europeia; dos índios, que o governo tem aproximado da civilização, habitando aldeias aonde se ocupam de agricultura [e] eram menos de 30.000, em 1856.

Renunciou-se, depois de ensaios malsucedidos, à colonização chinesa.

Enfim, depois que o exercício rigoroso do direito de visita, não menos que os esforços do governo⁸³, conseguiram a supressão do tráfico, a população negra, além disto dizimada pelo cólera, antes diminui do que aumenta.

Só entre todos os povos civilizados, o Brasil hesita ainda em abolir definitivamente a escravidão, e a conservação dessa instituição lhe tem afastado bastantes simpatias.

O Brasil, portanto, se acha em condições particulares que se lhe deve levar em conta.

A população indígena, de raça portuguesa, está habituada a ocupar-se nas cidades de negócios e de indústria. Repugnando absolutamente encarregar-se de trabalhos agrícolas perigosos à saúde dos brancos, sobretudo nas províncias que avizinham o Equador. O elemento estrangeiro proveniente da emigração europeia, aliás pouco numeroso, ainda não mesmo pode sujeitar-se a semelhantes trabalhos, sobretudo nas partes quentes (norte), sem correr perigo de vida.

Depois da supressão do tráfico e da conseguinte diminuição da escravatura, o preço das substâncias alimentícias têm progressivamente aumentado e o Brasil é, hoje, obrigado a tirar do estrangeiro uma parte da sua alimentação. As despesas dessa importação só podem ser cober-

83 Nota no original – “Apesar desse obstáculo, apesar da falta de estradas e de lhe faltarem quase todos os meios de mobilidade, o Brasil pôde, em tempo mui limitado, apresentar reunidos muitos elementos de guerra e um exército e esquadra respeitáveis.”



tas pelo rendimento do café e do açúcar;⁸⁴ mas, esses produtos, que são precisamente os das províncias mais quentes, tornam indispensável o trabalho dos negros.

Quando, em 1853, a República Argentina decretou a abolição completa da escravidão, eram outras suas condições: os negros eram em pequeno número e o produto de seu trabalho não contava, entre as rendas necessárias.

O Brasil, ao contrário, parece ter um interesse capital em não ser privado dos braços escravos e, desgraçadamente, é para temer que, uma vez emancipados, os negros não encarem a liberdade como um direito absoluto à preguiça.

É absolutamente preciso ao Brasil tomar medidas que tragam por fim remédio ao perigo de ver a abolição da escravidão quando, não podendo ser mais retardada, vier ela modificar instantaneamente o regime econômico em todo o Império.

Entretanto – nas atuais condições e a considerar-se a cifra da população branca – compreende-se que o Brasil hesite em adotar uma medida que, se ordenada pela humanidade, é verdade, pode todavia fazer correr grande risco à sua prosperidade e, mesmo, à sua segurança.

Estas observações não têm por fim defender a instituição da escravidão; servem, tão somente, de fazer compreender a situação particular em que se acha o Brasil. A experiência feita nas colônias inglesa e francesa operou-se em condições mui diferentes, para servir de lição.

A emancipação recente dos negros em alguns estados da América do Norte fornecerá um mais útil ensino: ser-lhe-á interdito esperar o resultado?

O Brasil, longe de pensar em uma propaganda de escravidão, procura os meios de chegar sem perigo à emancipação...

Seja como for, o meio mais seguro de levantar os obstáculos, que retardam a emancipação, é aumentar a população branca.

Debaixo desse ponto de vista, o Brasil – ainda mais do que a Confederação Argentina – tem muita necessidade de emigração: e convém dizer, pois, que se trata de apreciar os recursos e o futuro dos Estados empenhados em uma mesma querela que, se as dificuldades não nascerem, como na Confederação Argentina, da situação política, elas vêm das condições físicas contra as quais será talvez mais imprudente reagir.

Em lugar das planícies, que se estendem da margem direita do Prata, o colono que pretende arrotear, se vê além dos trópicos em presença

84 Nota no original – “A descrição está sumamente carregada.”



de florestas imensas cortadas de montanhas e de vales profundos, aonde os restos de milhares de seres acumulados em terrenos paludosos exalam, no meio de um calor tórrido, milhares de miasmas insalubres.⁸⁵

As condições climatéricas se modificam desde que a cultura, estendendo-se impedir que apodreçam sobre o solo os restos de toda espécie, e os rios de alagar periodicamente os vales.

A Ilha de Santa Catarina fornece exemplo de uma transformação desse gênero.

A província de Mato Grosso, aonde o terreno é seco em muitos lugares e aonde a elevação do solo tempera o calor; as de S. Paulo e Santa Catarina; e, mais que todas, a do Rio Grande do Sul, onde as florestas menos densas são cortadas por vastas planícies, parecem sós e aptas a receberem ultimamente a colonização europeia.

É, portanto, nas províncias mais meridionais do Império, encravadas na Bacia do Prata, avizinhando as Repúblicas do Paraguai, do Uruguai e da Confederação Argentina, que o Brasil põe a esperança de sua futura grandeza.

Concebe-se, assim, a importância que liga o Império a todas as questões que interessam seu repouso e prosperidade.

Distingue-se o móvel a que obedeceu quando, temendo o contágio da desordem e a propaganda revolucionária, ingeriu-se nos negócios interiores da República Oriental; compreende-se porque, em todos os tempos, sua política tem tido por objetivo principal o curso do Prata e de seus afluentes – o Paraná, o Paraguai, o Uruguai – e porque a posse das margens desses rios tem sido o objeto de tantas pretensões rivais.

(Continua)⁸⁶

* * *

85 Nota no original – “O sábio professor Agaveir [*Agassiz*?] mostrou que a Bacia do Amazonas ao extremo norte do Império se achava em excelentes condições para a emigração europeia.”

86 N.E. – Apesar da indicação de continuidade, este foi o último artigo a abordar a Guerra do Paraguai. O material que chegou aos nossos dias, referente a *O Vinte e Cinco de Março*, só cobre 55 edições, entre os anos de 1865 e 1866.







O BRASIL NA EXPOSIÇÃO DE SÃO PETERSBURGO (1884)

Tradução
Marlene da Silva Furtado de Mendonça





APRESENTAÇÃO

O texto que se apresenta a seguir é o catálogo geral da exposição de cafés do Brasil, por ocasião da Exposição Internacional de Horticultura de São Petersburgo, inaugurada em 5/17 de maio de 1884¹.

Escrito originalmente em francês, com um anexo bilíngue russo-francês sobre a preparação do café, o catálogo é publicado pela primeira vez em português.

O documento está dividido em duas partes. A introdução foi escrita por José Maria da Silva Paranhos Júnior, então cônsul-geral em Liverpool e comissário do pavilhão brasileiro na exposição.

A segunda parte, mais extensa, intitulada “O Café”, é reprodução de artigo, escrito para o catálogo do Brasil na Exposição Internacional de Amsterdã (1883) por Frederico José de Sant’Anna Nery, intelectual e historiador brasileiro que vivia em Paris. No parágrafo inicial desse artigo, Paranhos Júnior se refere à sua própria contribuição ao texto: “Somente acrescentamos em notas, as informações posteriores que o completam, fazendo preceder cada capítulo de um *sumário* para facilitar

¹ Até 1918, a Rússia adotou o antigo calendário juliano. Em 1884, 5 de maio naquele calendário equivalia a 17 do mesmo mês no calendário gregoriano, donde a referência invariável às duas datas no texto do catálogo.

as pesquisas. Este *sumário* refere-se igualmente ao texto primitivo e às notas que o completam.”²

Segundo Thomas Skidmore, o Império sempre se preocupou com sua imagem externa: “Intelectuais liberais estiveram envolvidos diretamente no trabalho de ‘vender’ o Brasil aos possíveis imigrantes”.³ Outros, vivendo no exterior, como Eduardo Prado e Sant’Anna Nery, o autor do artigo sobre o café, estiveram engajados diretamente na promoção externa do país. Citando a biografia apologética de dom Pedro II, pelo rabino Benjamim Mossé, Skidmore informa que Rio Branco, o verdadeiro autor da obra, publicada em 1889, passou muito tempo em Paris tentando melhorar as relações públicas do Brasil.

Paranhos Júnior dedicou-se com afincio à tarefa de apresentar o Brasil ao mundo, primeiramente à Europa, depois à emergente potência norte-americana. Desde seus artigos para a revista francesa *L'Illustration*, com que colaborou entre 1865 e 1870, em que combateu a ideia então corrente de que o Império promovia uma guerra imperialista contra o Paraguai, país mediterrâneo e muito mais fraco, até suas iniciativas como chanceler – a realização de conferências internacionais sediadas no Rio de Janeiro, a presença na Conferência de Paz da Haia e o convite a personalidades internacionais, como Georges Clemenceau, Guglielmo Ferrero e Anatole France, para visitar o país –, Rio Branco buscou ativamente promover o Brasil e torná-lo melhor conhecido no exterior.

Ao assumir o consulado-geral em Liverpool, passou a estudar as relações comerciais do Brasil com a Grã-Bretanha e o resto da Europa. No relatório de 25 de março de 1882, intitulado *O café na Grã-Bretanha*, ao ministro da Agricultura, examinou extensamente a questão do consumo da rubiácea naquele país e em outros países da Europa. Anteriormente, já em fevereiro de 1878, reclamara contra a qualidade do produto brasileiro chegado à Grã-Bretanha, que o levava a ser pouco apreciado, em detrimento dos de outras procedências. Informa Álvaro Lins que,

(...) não só a chicória vinha misturada ao café, tornando-lhe o gosto detestável, mas também fígados de cavalo, talos de couve torrados, tijolos,

2 O BRASIL na Exposição de São Petersburgo. São Petersburgo: Trenké e Fusnot, 1884. p. 34.

3 SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2. ed. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 143 e segs.



telhas, cinzas de carvão-de-pedra. (...). E enquanto os *porque-me-ufanistas* cantavam em jornais e livros a excelência do café brasileiro, naturalmente ‘o melhor do mundo’, o cônsul Paranhos enviava as suas observações realistas ao governo, advertindo os produtores (...) ⁴

Esses relatórios talvez lhe tenham garantido o convite para São Petersburgo, com o possível apoio de seu amigo e ex-companheiro do jornal *A Nação*, Francisco Leopoldino de Gusmão Lobo, então diretor do Departamento Central do Ministério da Agricultura, responsável pela participação do país naquele evento internacional. Curiosamente, o ministro, membro do gabinete liberal de Lafaiete Rodrigues Pereira, era o mineiro Afonso Pena, que 22 anos mais tarde seria eleito presidente da República, tendo o barão do Rio Branco como seu chanceler (1906-1909).

A introdução, a que Paranhos Júnior, em carta a Eduardo Lemos, escrita de Paris, a 23 de março de 1884, chamou de “Notícia sobre o Brasil”, foi preparada “para acompanhar o catálogo”, ⁵ conforme pedido de Afonso Pena. Por seu valor documental, a referida carta vem transcrita logo após esta apresentação à página 109.

Na mesma carta, Paranhos informava que o ministro ordenara:

(...) que me fossem remetidas com urgência as manifestações necessárias a fim de que esse trabalho apresentasse dados didáticos mais recentes e completos. Espero receber brevemente as informações prometidas e por estes dias começarei a preparar a Notícia (...). Pelo ofício do Centro [da Lavoura e do Comércio] de 1º do corrente, vejo que o senhor Honório de Araújo Maia não estará nesta cidade antes de 15 de abril e, portanto, é preciso ir adiantando a Notícia, que deve achar-se pronta e impressa antes de 5 de maio. ⁶

Araújo Maia deve ter trazido consigo as informações que Afonso Pena prometera. Seriam as estatísticas atualizadas que permitiram ao comissário preparar a própria notícia e as notas para o catálogo, especialmente os dados sobre pouco menos de mil fazendeiros exportadores de café; distribuídos entre as então províncias do Rio de Janeiro (464 produtores, concentrados no Vale do Paraíba), de Minas Gerais

4 LINS, Álvaro. *Rio Branco*. Brasília: FUNAG; São Paulo: Ed. Alfa Ômega, 1996. p. 88-89.

5 Idem, p. 393-394.

6 LINS, op. cit., p. 454.



(277 exportadores, localizados principalmente na Zona da Mata, na margem esquerda do Paraíba, ou às margens dos rios Pomba, Paraíba e Muriaé, afluentes daquele), de São Paulo (166 produtores, também da região do Vale do Paraíba, estendendo-se até Campinas), do Espírito Santo (27 expositores, localizados no sul e oeste da província) e Ceará (2 exportadores). Pela distribuição dos produtores/expositores, nota-se que o Rio de Janeiro ainda mantinha a primazia na produção da rubiácea, seguido por Minas Gerais. A região produtora concentrava-se no Vale do Paraíba. Mas o café já começara a buscar espaço no oeste de São Paulo, na região da terra roxa, movimento que se acentuaria rapidamente no fim do século XIX e início do XX.

Interessantes, também, são os dados sobre as empresas exportadoras de café em 1883: 132 no Rio de Janeiro e apenas 26 em Santos. A grande maioria delas seria propriedade de estrangeiros; algumas, mesmo, filiais de companhias internacionais. Sua localização reflete a importância que tinha a então capital do país no comércio do café. Era o escoadouro natural da produção das províncias do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Espírito Santo. Para Santos, se dirigia o café paulista.

Na “Notícia sobre o Brasil”, Paranhos Júnior dá, em 33 páginas, uma visão abrangente do país. Após uma brevíssima introdução sobre a história, a família imperial e a organização política, Paranhos aborda a localização geográfica, a superfície e a população. Ao mencionar a escravidão, refere-se à Lei do Ventre Livre, glória do visconde do Rio Branco. Aborda com detalhe relativo a imigração, questão a ser urgentemente resolvida, dada a crescente falta de mão de obra para a agricultura. Analisa a seguir aspectos geográficos (clima, relevo, lagos, portos marítimos e rede de navegação interior), indispensáveis ao comércio. Depois de apresentar as finanças e a dívida pública – que poderia ser sensivelmente menor não fosse a guerra do Paraguai, a “maldita guerra”, como a denominou o barão de Cotegeipe –, dá uma visão geral das forças armadas, inclusive a Guarda Nacional. Passa, então, à análise da infraestrutura de transportes e comunicações do país, da movimentação do porto do Rio de Janeiro e ao exame do comércio exterior e interno, sempre com estatísticas atualizadas. A última parte da introdução é reservada a comentários sobre a indústria, a agricultura e a pecuária bovina.

O comissário brasileiro fez realmente um esforço considerável para comprimir, em poucas páginas, tantas informações atualizadas, geralmente relativas ao ano de 1882, sobre o Brasil.



A “Notícia” terá sido o ensaio de Paranhos Júnior para os artigos que escreveu posteriormente, os verbetes sobre o Brasil na *Grande Encyclopédie*, organizada por Émile Levasseur, e a obra *Le Brésil en 1889*, organizada pelo comitê franco-brasileiro à Exposição Universal de Paris daquele mesmo ano. A Biblioteca do Itamaraty, no Rio de Janeiro, conserva o volume do catálogo que pertenceu a Rio Branco, que nele fez atualizações estatísticas, para uso em seus textos posteriores, as quais não foram incorporadas ao presente trabalho por serem, em sua maioria, retificação de dados e valores.

Seu trabalho terá sido escrito provavelmente em menos de um mês, levando-se em conta a informação contida na carta a Eduardo Lemos, de que estaria começando a introdução no fim de março, e o fato de que o manuscrito iria ser impresso em São Petersburgo, pela editora Trenké e Fusnot, antes da inauguração da exposição, em 5/17 de maio de 1884.

Note-se que, na penúltima década do século XIX, o Brasil e a Rússia desconheciam-se mutuamente. Havia, é certo, representações diplomáticas permanentes no Rio de Janeiro e em São Petersburgo. As relações culturais e comerciais eram, no entanto, mínimas. A distância e as diferenças de língua e de costumes contribuíam para que a ignorância recíproca se mantivesse.

Em um texto bastante curto, nosso comissário em São Petersburgo conseguiu resumir o máximo de informações sobre o Brasil para um público que o desconhecia. O fato de ser escrito em francês, e não em russo, permitia que cidadãos de outros países que comparecessem à exposição também fossem informados sobre o Brasil.

Parece, porém, que o texto que se pode destacar como promoção do Brasil é o pequeno anexo bilíngue russo-francês ao fim do catálogo, no qual se ensina a preparação do café. Para um povo acostumado ao consumo do chá, o produto brasileiro deveria ser uma grande novidade, tanto mais que o texto sobre o café descreve as dificuldades para que chegasse à Rússia, sendo transportado por mar na rota Rio de Janeiro-Hamburgo-Talin, antiga Reval, na Estônia, seguindo depois por via férrea a São Petersburgo. O custo do frete e o alto valor do imposto sobre o consumo na Rússia tornavam quase que impossível sua disseminação naquele país.

Não obstante, os esforços de promoção da rubiácea foram intensos, e o barão de Alhandra, ministro do Brasil na Rússia, teve a





oportunidade de receber no nosso pavilhão o czar Alexandre III e sua mulher, a czarina Maria, para uma xícara de café.

O CHDD e a FUNAG têm o prazer de entregar aos estudiosos e ao público, em tradução de Marlene da Silva Furtado de Mendonça, o Catálogo Geral do Brasil na exposição de São Petersburgo de 1884.

Manoel Gomes Pereira





Carta a Eduardo Lemos⁷

Paris, 23 de março [1884].

Apesar de decorridos tantos dias depois do meu desembarque em Bordeaux, ainda hoje sou obrigado a escrever a Vossa Excelência tão às pressas como o fiz de Lisboa. Os trabalhos com a instalação de minha mãe tomaram-me quase todo o tempo, mas a partir do 1º do mês próximo poderei começar a ocupar-me seriamente da nossa exposição de S. Petersburgo.

Recebi anteontem um ofício do Centro de Lavoura com a mesma data da carta de Vossa Excelência – 1º de março – e algumas das notícias que nessa carta teve Vossa Excelência a bondade de transmitir-me. A dificuldade relativa ao local da exposição não era ainda conhecida no Centro. Não escrevi sobre isso ao senhor barão de Alhandra, e espero, para fazê-lo, que Vossa Excelência se sirva de dizer se há alguma coisa de novo a tal respeito, e se recebeu cartas recentes do mesmo barão ou do senhor Schkabe. Nas conferências muito rápidas que tive no Rio com o senhor ministro da Agricultura e comendador Ramalho Ortigão, ficou assentado que o representante do Centro trataria de quanto dissesse respeito ao recebimento e instalação das nossas amostras de café, devendo eu chegar a São Petersburgo alguns dias antes da abertura da exposição. O senhor ministro da Agricultura falou-me também em uma notícia sobre o Brasil, para acompanhar o catálogo, e ordenou que me fossem remetidas com urgência as informações necessárias, a fim de que esse trabalho apresentasse dados didáticos mais recentes e completos. Espero receber brevemente as informações prometidas e por estes dias começarei a preparar a *Notícia*, servindo-me principalmente do notável trabalho por Vossa Excelência publicado em Amsterdã. Pelo ofício do Centro de 1º do corrente, vejo que o senhor Honório de Araújo Maia não estará nesta cidade antes de 15 de abril e, portanto, é preciso ir adiantando a *Notícia*, que deve achar-se pronta e impressa antes de 5 de maio.

Penso que Vossa Excelência está informado de que prometi ao senhor comendador Ramalho Ortigão procurar obter o concurso de um amigo meu, homem de grande instrução, ativo, que nos será sumamente proveitoso em São Petersburgo, como secretário da comissão, para a correspondência em francês, a tradução e até a redação de ar-

7 N.E. – LINS, op. cit., p. 453-455.



tigos que devam ser comunicados aos jornais. Refiro-me ao senhor J. Dumontier, major reformado de Engenheiros do Exército Francês e cavalheiro da Legião de Honra. Procurei-o há dias, falei-lhe no assunto, e posso contar com esse auxiliar desde que a nossa demora na Rússia não seja de mais de um mês ou mês e meio.

Não sei se a dificuldade relativa ao local em que deve ser exposto o nosso café e a demora do senhor Maia tornarão possível a abertura da exposição a 17 de maio (5 do calendário russo). Repito o pedido que fiz a Vossa Excelência de transmitir-me as notícias que a esse respeito haja recebido ou venha a receber de São Petersburgo ou do Rio.

O ofício do Centro da Lavoura refere-se a “um plano dos trabalhos para a Exposição e propaganda do Café na Rússia”, plano que, diz, me era remetido por cópia apensa ao mesmo ofício. Por esquecimento, deixou de ser-me enviada essa cópia. Se, depois, Vossa Excelência tiver conhecimento do plano, rogo-lhe o favor de mo transmitir, ainda que em resumo. A minha nomeação de delegado do governo foi assinada no dia 16 de fevereiro, segundo o *Diário Oficial*, mas não me chegou ainda às mãos. Como, porém, é isso coisa resolvida e não tenho outras instruções além das que verbalmente recebi no Rio, vou começar a preparar a *Notícia* de que acima falei, e não vejo o que mais possa ir fazendo desde já, antes da chegada do senhor Maia.

Estou provisoriamente neste hotel com a família e, logo que nos passemos para a casa em que devemos residir, darei aviso a Vossa Excelência.

Antes desse aviso, rogo-lhe queira dirigir para aqui as suas cartas ou telegramas. Fazendo votos pelo pronto e completo restabelecimento da saúde de Vossa Excelência e lamentando cada vez mais que a comissão brasileira na Rússia se veja privada do auxílio das suas luzes, experiência e atividade, subscrevo-me com a mais distinta estima e consideração.

De Vossa Excelência
Paranhos Júnior



O BRASIL
NA
EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL
DE
SÃO PETERSBURGO
1884

São Petersburgo
EDITORA TRENKÉ E FUSNOT
Maximilianovsky péréoulók,15
1884







PREFÁCIO

DO

CATÁLOGO GERAL

DA

EXPOSIÇÃO DE CAFÉS DO BRASIL

EM

SÃO PETERSBURGO

Mai de 1884





ÍNDICE

A Exposição brasileira em São Petersburgo.

Inauguração solene. Objetivo a que se propõe a associação Centro da

Lavoura e do Commercio121

Nota de sua excelência o senhor de Giers

ao Ministro do Brasil124

I.

Notícia sobre o Brasil

Histórico127

Família Imperial – Organização política128

Religião129

Situação – Superfície – População130

Imigração – Catequização dos selvagens133

Aspecto Geral – Clima134

Montanhas – Rios – Lagos – Portos marítimos136

Riquezas naturais138

Instrução pública – Instituições científicas – Bibliotecas –

Associações literárias, científicas, industriais e

agrícolas – Imprensa140

Instituições de caridade – Assistência pública – Instituições

correcionais – Colônias penitenciárias e disciplinares142

Finanças143

Forças Armadas – Arsenais – Colônias militares145

Correios – Telégrafos – Telefones – Bondes – Ferrovias –

Estradas – Canais – Linhas de navegação – Docas e

diques – Faróis149

Movimentação marítima151

Comércio153

Indústria155

Agricultura158

II.

O Café

I. Noções Gerais.

Sumário. – O café. – Diferentes espécies de cafeeiros. – O Brasil é o país em que a cultura do café atingiu a maior extensão. A produção de todos os outros países reunidos não chega a igualar a do Brasil. – Como se cultiva o café. – Os cafés do Brasil estudados no Conservatório de Artes e Ofícios de Paris pelo general Morin, professor Pélégot, doutor Laborie e senhor Heuzé. – Maneira de preparar o café. – Opinião do doutor Pennetier sobre os cafés do Brasil. – Análise química do café. – O café brasileiro é o mais rico em cafeína. – Análise dos cafés brasileiros pelo doutor Ludwig, diretor do laboratório de química da Faculdade de Medicina de Viena. – Opinião do doutor Lucien Martin sobre o emprego do café nas forças armadas de terra e mar. – A supressão do alcoolismo só pode ser obtida com a popularização do uso do café. – O abuso do café não é de se temer como o abuso das bebidas alcoólicas e do tabaco. – Propriedades terapêuticas do café. – Pode ser empregado como medicamento. – Suas falsificações na Europa devido às tarifas alfandegárias incidentes sobre o café. – Medidas tomadas recentemente na Inglaterra para evitar as falsificações163

II. O café sob o ponto de vista econômico.

Sumário. – Mercado ascendente da produção e do consumo. – Baixa accidental dos preços. – Consumo do café na Rússia e em outros países (*nota 44, p. 181*). – Média de consumo por habitante (*nota 44, p. 182*). – Tarifas alfandegárias incidentes sobre o café (*nota 44, p. 181*). – As sociedades contrárias ao abuso de bebidas alcoólicas deveriam ser as primeiras a exigir a diminuição das tarifas alfandegárias que pesam sobre o café177

III. As exposições de café brasileiro, a associação “Centro da Lavoura e do Commercio”.

Sumário. – A associação *Centro da Lavoura e do Commercio*. – Nomes dos membros do conselho administrativo (*nota 48, p. 182*). – Objetivo da associação. – As exposições de café feitas no Rio de Janeiro pelo *Centro da Lavoura e do Commercio* em 1881, 1882, 1883. – Propaganda no exterior. – Exposições de cafés brasileiros na América e na Europa. – Prêmios obtidos (*nota 55, p. 188*)182



III.

Estatística do Café – Preços no Rio

A) Produção do café	190
B) Produção e consumo	
Estatística dos cafés do Brasil	191
C) Exportação dos cafés do Rio e de Santos e estoques	
em 1882 e 1883	192
D) Últimas colheitas dos cafés do Rio (1862-1883)	193
E) Exportações do Rio (1800-1883)	193
F) Preços máximos dos cafés do Rio (1882 e 1883)	194
G) Estatística dos cafés de Santos: exportação (1873-1883)	
e destino dos cafés exportados em 1882	195
H) Importação de café pela Rússia (<i>nota 57, p. 195</i>)	195
I) Preços correntes do café no Rio de Janeiro em abril	
de 1884 (câmbio, preço, tarifas de exportação no Brasil,	
frete do Rio a Hamburgo, custos do transporte de	
Hamburgo a São Petersburgo, tarifas de importação	
na Rússia)	196
J) Empresas de exportação no Rio e em Santos e	
quantidade de sacos exportados em 1883	197

IV.

Opiniões de alguns especialistas sobre o café	202
--	------------

V.

Influência do tempo sobre o café	205
---	------------

VI.

Catálogo geral da Exposição Brasileira	
em São Petersburgo	207

VII.

Anexo

Brochura em russo e em francês sobre o café, distribuída aos	
visitantes da exposição brasileira	249







A EXPOSIÇÃO BRASILEIRA

EM

SÃO PETERSBURGO

1884







A EXPOSIÇÃO DO CAFÉ DO BRASIL

EM

S ã O P E T E R S B U R G O

1884

A exposição dos cafés do Brasil em São Petersburgo foi realizada pela associação *Centro da Lavoura e do Commercio* do Rio de Janeiro.

Essa associação foi concebida com o objetivo patriótico de desenvolver e aperfeiçoar a agricultura do Brasil e especialmente as culturas das diferentes espécies de café, por todos os meios a seu alcance, sob os auspícios e com a ajuda do Governo Imperial.

Nesse sentido, ela organiza todos os anos no Rio de Janeiro uma exposição de cafés, na qual são apresentadas todas as amostras de cafés do país, e na qual a associação também reúne espécimes de cafés estrangeiros para colocar os plantadores brasileiros a par dos progressos alcançados durante o ano, tanto no Brasil quanto no mundo inteiro.

Além das exposições anuais no Rio, a associação organiza periodicamente exposições nas grandes cidades da Europa e da América [*do Norte*], para apresentar aos consumidores os cafés do Brasil, que representam pelo menos 55% da produção total do globo. Eis os números que estabelecem essa relação:

– produção anual do Brasil	22.500.000	puds ¹
– produção de todos os outros		
países reunidos	<u>18.000.000</u>	puds
	40.500.000	puds

A atual exposição dos cafés brasileiros em São Petersburgo já terá sido proveitosa se efetivamente levar ao estabelecimento de relações diretas entre os dois grandes impérios da Rússia e do Brasil, cujo comércio até hoje se faz por intermédio da Inglaterra e da Alemanha.

A exposição brasileira foi inaugurada solenemente, ao mesmo tempo que a exposição internacional de horticultura, em 17 de maio (5 de maio do calendário russo).

Suas majestades o imperador e a imperatriz, acompanhados dos senhores grão-duques e das senhoras grã-duquesas, do corpo diplomá-

1 N.T. – Pud: antiga medida russa de peso equivalente a 16,4 kg.



tico e de toda a corte, dignaram-se honrar com sua visita o pavilhão da exposição brasileira.

Assim se manifestou o *Journal de St-Petersbourg* de 6 (18) de maio, a respeito dessa imponente cerimônia:

EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE HORTICULTURA

A solene abertura teve lugar esta tarde. Pela manhã, o júri internacional havia feito a avaliação suplementar da qual falamos ontem, após o que os presidentes e os secretários dos dezesseis grupos se reuniram, sob a presidência de *sua excelência o ajudante-de-ordens general Greig* para elaborar a lista das premiações.

Por volta das 14h, os membros da Sociedade Imperial de Horticultura e os expositores já haviam se agrupado no picadeiro Michel, e os convidados começavam a afluir. Dignitários da corte e altos funcionários, ministros e seus assessores, gerais, inúmeros membros do corpo diplomático e muitas damas da alta sociedade estavam reunidos na rampa de entrada da exposição. Suas altezas imperiais os senhores grão-duques Vladimir, Alexis e Sérgio Alexandrovitch, Nicolau Nicolaiévitch pai, e Michel Nicolaiévitch, bem como sua alteza real, a senhora grã-duquesa Anastácia de Mecklemburgo-Schwerin e sua alteza imperial a senhora grã-duquesa Maria Pavlovna chegaram por volta das 15h. Um grupo compacto de convidados, de membros do congresso de botânica e de horticultura e de expositores encontrava-se ao pé da rampa.

Suas majestades o imperador e a imperatriz, vindos de Gátchina², fizeram sua entrada na exposição por volta das três horas e quinze, ao som do hino nacional, tocado pela orquestra, e foram recebidos por sua alteza imperial o senhor grão-duque Nicolau Nicolaiévitch pai, augusto protetor da Sociedade Imperial de Horticultura. Sua majestade a imperatriz recebeu à sua chegada um magnífico buquê de rosas, ornado de fitas vermelhas e brancas, com as iniciais de sua majestade e que lhe foi ofertado pela senhorita de Greig. O soberano e a soberana, acompanhados pelos senhores grão-duques e pelas senhoras grã-duquesas, pelo *senhor ajudante-de-ordens general Greig*, bem como pelos membros do comitê organizador, e seguidos pelos convidados e expositores, per-

2 Cidade próxima a São Petersburgo, onde se localizava, nos séculos XIX e XX, o palácio residencial dos imperadores russos. (M.G.P.)



correram todo o vasto recinto, parando frequentemente para examinar os canteiros de flores, as plantas raras e extraordinárias e os detalhes da bela disposição da exposição.

O recinto do picadeiro apresentava um aspecto tão brilhante quanto animado durante o passeio de suas majestades e de todas as augustas personagens. Os ricos uniformes dos generais e dos dignitários, os grandes-cordões, os uniformes variados dos adidos militares estrangeiros, as elegantes toaletes das damas desenhavam-se em cores vivas através dos claros dos maciços da vegetação e contrastavam com o fundo escuro do grupo de expositores em traje de cerimônia.

Mas, infelizmente, faltava alguma coisa para o completo sucesso da solene abertura: alguns raios de sol através das janelas. Hoje tínhamos um céu de chumbo, que ensombrecia de maneira desagradável o recinto do picadeiro. Rosas e azaléas, camélias e rododendros, gerânios e espirradeiras se esforçavam para fazer brilhar as vivas cores com as quais a natureza os dotara, mas o sol lhes faltava.

Suas majestades também visitaram o pavilhão brasileiro, cujas honras lhes foram feitas por sua excelência o ministro do Brasil e pela delegação que chegou a nossa capital para organizar a exposição dos cafés. O senhor barão de Alhandra teve a honra de oferecer café a suas majestades, a sua alteza real e a suas altezas imperiais, que o aceitaram com prazer.

O pavilhão brasileiro havia sido instalado apressadamente, no último minuto. Como havíamos dito, ele se encontra no jardim contíguo ao picadeiro. O interior está ornamentado com o retrato de sua majestade o imperador dom Pedro II, várias vistas do Rio de Janeiro, bandeiras e reposteiros com as cores brasileiras. Inúmeras amostras de café estão expostas em uma fila dupla de mesas e no fundo do pavilhão se encontra um aparador completamente coberto por xícaras, para benefício dos apreciadores que quiserem degustar o café no local.

O pavilhão brasileiro estará aberto ao público todos os dias, excepto quinta-feira, 10 de maio (calendário russo, 22 de maio do calendário reformado), das 13h às 15h30, para a reunião dos membros do alto comércio.

São Petersburgo, 7/19 de maio de 1884.



Nota do Ministério Imperial de Negócios Estrangeiros da Rússia à legação imperial do Brasil em São Petersburgo

Ministério Imperial dos Negócios Estrangeiros – Departamento das Relações Exteriores. – N° 3.507. – São Petersburgo, 7 (19) de maio de 1884. – Senhor Ministro. – O ministro imperial dos Negócios Estrangeiros não deixou de comunicar ao das Finanças o conteúdo da nota da legação imperial do Brasil datada de 16 (28) de abril a respeito das amostras de café e outros produtos destinados à exposição internacional de horticultura de São Petersburgo. O senhor ministro das Finanças, considerando que o dito café não será colocado à venda, submeteu a questão das tarifas alfandegárias à apreciação de sua majestade o imperador, e meu augusto senhor dignou-se ordenar liberar totalmente do pagamento de tarifas alfandegárias o café importado pela Associação de Agricultura e de Commercio do Rio de Janeiro. – Levando essa decisão soberana ao seu conhecimento, queira aceitar, senhor Ministro, os protestos de minha mais distinta consideração. – (*Assinado*) *Giers*³. – *Senhor barão de Albandra*. Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Sua Majestade o Imperador do Brasil.

3 Nicolas Karlovitch de Giers (1820-1895), político e diplomata russo, foi ministro dos Negócios Estrangeiros de 1882 a 1895. (M.G.P.)



EXPOSIÇÃO BRASILEIRA EM SÃO PETERSBURGO

(MAIO DE 1884)

ORGANIZADA PELA ASSOCIAÇÃO

CENTRO DA LAVOURA E DO COMMERÇO
DO RIO DE JANEIRO

COM O ACORDO E A SANÇÃO DO

GOVERNO IMPERIAL DO BRASIL

Presidente do Conselho de Ministros e Ministro da Fazenda:

Sua Excelência o senhor Lafayette-Pereira, senador do Império.

Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas:

Sua Excelência o senhor Moreira Penna, deputado.

Ministro do Interior, do Ensino Público e dos Cultos:

Sua Excelência o senhor Antunes Maciel, deputado.

Ministro dos Negócios Estrangeiros:

Sua Excelência o senhor Soares Brandão, senador do Império.

Ministro da Justiça:

Sua Excelência o senhor Prisco Paraíso, deputado.

Ministro da Guerra:

Sua Excelência o senhor Franco de Sá, senador do Império.

Ministro da Marinha:

Sua Excelência o senhor Almeida Oliveira, deputado.

Diretor do Departamento Central do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas:

Senhor F. L. de Gusmão Lobo, antigo deputado.



Conselho Administrativo da associação Centro da Lavoura e do Commercio:

Presidente:

Sua Excelência o senhor visconde de São Clemente.

Vice-presidente:

Senhor Ramalho Ortigão, J. C.

Secretários:

Senhores Honório Ribeiro e H. Joppert.

Tesoureiro:

Senhor barão de Quartin.

Membros:

Senhores barão de Araújo Ferraz – Eduardo de Lemos – Miranda Jordão, C. A. de – Mello Franco, J. de – Araújo Maia, H. de – Bruno Ribeiro – e Valverde de Miranda.

Ministro do Brasil na Rússia

Senhor barão de Alhandra, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Sua Majestade o Imperador do Brasil

Comissão brasileira na Exposição de São Petersburgo

Delegado do Governo Imperial e presidente da comissão:

J. M. da Silva Paranhos, antigo deputado.

Secretário:

J. Dumontier, chefe de batalhão de engenharia⁴, aposentado.

Membros:

- H. de Araújo Maia, representante do Centro da Lavoura e do Commercio.
- doutor F. da Cunha e Souza, representante do Centro da Lavoura e do Commercio.
- A. E. Schwabe, Cônsul-geral do Brasil na Rússia.
- C. Gericke, Vice-cônsul do Brasil em São Petersburgo.

4 Posto equivalente ao de major no exército brasileiro. (M.G.P.)



I. NOTÍCIA SOBRE O BRASIL

Histórico

O Império do Brasil é um país jovem. Passaram-se apenas sessenta e dois anos desde a proclamação de sua independência.

Descoberto pelos portugueses em 1500, o Brasil só foi colonizado trinta anos mais tarde. Os primeiros colonos inicialmente tiveram que lutar contra as tribos selvagens e guerreiras que povoavam o país, em seguida tiveram que combater as invasões europeias, principalmente as dos holandeses, então no apogeu de seu poderio, que, durante uma parte do século XVII, chegaram a manter seus estabelecimentos no litoral da região norte. Após uma luta de quase trinta anos, todo o território ocupado pelos holandeses foi reconquistado e a unidade do Brasil definitivamente assegurada.

Em 1808, a família real de Bragança veio se estabelecer no Rio de Janeiro, que assim se tornou a capital da monarquia portuguesa. A partir dessa época, todos os portos do Brasil foram abertos ao comércio estrangeiro por decisão do príncipe regente, o mesmo que mais tarde foi rei de Portugal sob o nome de dom João VI.

Em 1815, o Brasil foi elevado à categoria de reino e fez parte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Quando o rei retornou à Europa (1821), o herdeiro da coroa, dom Pedro, ficou no Brasil na qualidade de príncipe regente.

Em 1822, colocando-se à frente da população brasileira, que aspirava à independência, dom Pedro proclamou a separação do Brasil, no dia 7 de setembro, em meio ao entusiasmo geral. Foi aclamado imperador (12 de outubro de 1822) e prestou juramento à Constituição.

Dom Pedro, que havia abdicado à coroa de Portugal em 1826, abdicou à do Brasil em 1831 e voltou à Europa para garantir os direitos de sua filha a princesa dona Maria.

Esse príncipe cavalheiresco morreu em 1834, com 36 anos de idade. Deixava no trono de Portugal sua filha, a rainha dona Maria, e no trono do Brasil, seu filho, sua majestade dom Pedro II, o atual imperador.



O Brasil é grato a dom Pedro I por sua independência. Deve-lhe igualmente a integridade de seu território e suas instituições políticas.

Durante a minoridade do segundo imperador, enquanto o Estado era governado por regentes, o país atravessou um período agitado por revoluções e rebeliões em várias províncias.

Em 1840 foi declarada a maioridade de sua majestade dom Pedro II. A partir dessa época a ordem foi restabelecida e assegurada em todos os lugares e o Império entrou resolutamente na via do progresso sob a sábia direção desse príncipe firme e esclarecido.

Família Imperial – Organização Política

O governo do Brasil é monárquico, hereditário, constitucional, representativo.

Sua majestade dom Pedro II, filho do fundador do Império e da imperatriz Leopoldina, arquiduquesa da Áustria, nasceu no Rio de Janeiro em 2 de dezembro de 1825, e sucedeu ao seu augusto pai em 7 de abril de 1831. Em 23 de julho de 1840, foi declarado maior e coroado em 18 de julho do ano seguinte. Em 1843, casou-se com sua majestade dona Teresa, filha de Francisco I, rei das Duas Sicílias.

A herdeira do trono é sua alteza imperial dona Isabel, princesa imperial, casada com sua alteza real o príncipe Gastão de Orléans, conde d'Eu, marechal do Exército Brasileiro, filho primogênito de sua alteza real o duque de Nemours.

Deste casamento nasceram os príncipes dom Pedro, príncipe do Grão-Pará (15 de outubro de 1875), dom Luís Maria Felipe (26 de janeiro de 1878) e dom Antônio Gastão (9 de agosto de 1881).

Do casamento da falecida princesa Leopoldina, segunda filha do imperador, com sua alteza real o príncipe Augusto, duque de Saxe, nasceram os príncipes dom Pedro Augusto (19 de março de 1866), dom Augusto (6 de dezembro de 1867), dom José Fernando (21 de maio de 1869) e dom Luís Gastão (16 de setembro de 1870).

A Constituição Política do Império data de 25 de março de 1824 e foi modificada em parte pelo Ato Adicional de 1834. Ela reconhece quatro poderes políticos: Legislativo, Moderador, Executivo e Judiciário.

O Poder Legislativo é delegado à Câmara dos Deputados e ao Senado, com a sanção do imperador.



O Senado é composto por 58 membros. Os senadores são vitalícios. Quando há uma cadeira vaga, os eleitores da província à qual ela pertence apresentam para escolha do imperador uma lista com três nomes.

Para a eleição dos deputados, a capital do Império e as províncias são divididas em distritos eleitorais desde a reforma de 9 de janeiro de 1881, que estabeleceu o sufrágio direto. Cada distrito nomeia um deputado. A Câmara é eleita por quatro anos. O imperador tem direito de dissolução.

O imperador é o chefe do Poder Executivo, que o exerce por meio dos ministros de Estado.

Há sete ministérios, a saber, da Fazenda, do Império (Interior, Ensino Público, Cultos), da Justiça, dos Negócios Estrangeiros, da Guerra, da Marinha e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

O presidente do Conselho ocupa um desses ministérios.

O Conselho de Estado é composto por 24 membros. Apesar de ser puramente consultivo, é auxiliar dos mais importantes para assegurar a boa administração. O herdeiro ou herdeira do trono faz parte do Conselho de Estado. Os outros príncipes da família imperial e o marido da herdeira presuntiva da coroa só participam dele em virtude de nomeação do imperador.

O Poder Judiciário é independente. Os juízes são vitalícios. Nas províncias mais importantes há cortes de apelação e tribunais de comércio. O Rio de Janeiro sedia o Supremo Tribunal de Justiça.

O Poder Moderador é delegado exclusivamente ao imperador, como chefe supremo da nação, a fim de que possa velar constantemente pela manutenção da independência, do equilíbrio e da harmonia dos outros poderes políticos.

As vinte províncias do Império são administradas por presidentes nomeados pelo governo imperial. Cada província tem uma Assembleia Legislativa eleita pelo povo. Em cada cidade há uma Câmara Municipal.

Religião

A religião católica romana é a religião do Estado e da quase totalidade dos brasileiros, mas todas as outras religiões são toleradas. Ninguém pode ser importunado por suas opiniões religiosas



Situação – Superfície – População

O Império do Brasil ocupa a parte oriental da América do Sul. As três Guianas e todos os Estados dessa parte do Novo Mundo, exceto o Chile [*e o Equador*], lhe são limítrofes. Ele está situado entre as latitudes 5°10'N e 33°46'10"S e as longitudes 8°21'24"L e 32°O do meridiano do Rio de Janeiro⁵.

Esse vasto império ocupa sozinho a décima quinta parte da superfície terrestre, ou seja, um quinto das duas Américas ou mais de três sétimos da América do Sul. Sua superfície é de 8.337.218 km², ou seja, 16 vezes a da França ou da Alemanha e 30 vezes a da Itália. Em extensão territorial o Império do Brasil vem depois do Império Russo, do Império Britânico e da China.

A população hoje é de apenas 12 milhões de habitantes, número bem escasso, é verdade, para um território tão vasto, mas que aumenta rapidamente, primeiro pelos nascimentos e, em seguida, e principalmente pela imigração europeia.

Esse país, de uma riqueza natural e de uma fecundidade verdadeiramente admiráveis, em que a vida é tão fácil, poderia conter sem problemas 700 milhões de habitantes, se a população fosse tão densa quanto a da Alemanha, da França ou de outros Estados europeus.

Os habitantes do Brasil pertencem, parte, às três raças, caucasiana, africana e indígena, parte ao cruzamento dessas raças, nas seguintes proporções:

- indivíduos de pura raça caucasiana um terço,
- indivíduos de raça africana ou indígena um terço, e
- indivíduos mestiços um terço

O número de estrangeiros é de cerca de 300 mil, dos quais mais da metade portugueses. Em seguida, vêm os alemães e os italianos.

O quadro seguinte dá em cada província o nome da capital, a superfície e os números da população:

5 Nota no original – “O meridiano do Rio de Janeiro fica na longitude de: 73° 27' 15” Oeste de São Petersburgo / 45° 27' 15” Oeste de Paris / 43° 7' 6” Oeste de Greenwich.”



Município da Capital

do Império

e Províncias	Capital	Superfície em km ²	População		TOTAL
			Livre	Escrava ⁶	
<i>Município Neutro</i>	Rio de Janeiro	1.394	400.000	35.568 (1879)	435.568
<i>Províncias</i>					
Amazonas	Manaus	1.897.020	80.000	942 (1879)	80.942
Pará	Belém do P.	1.149.712	320.000	23.511 (1882)	343.511
Maranhão	São Luís	459.884	370.000	60.059 (1882)	430.059
Piauí	Teresina	301.797	221.000	18.691 (1882)	239.691
Ceará	Fortaleza	104.250	722.000	---- (1884)	722.000
<i>Rio Grande</i>					
do Norte	Natal	57.485	259.000	10.051 (1882)	269.051
Paraíba	Paraíba ⁷	74.731	407.000	25.817 (1882)	432.817
Pernambuco	Recife	128.395	930.000	84.700 (1882)	1.014.700
Alagoas	Maceió	58.491	368.000	29.379 (1882)	397.379
Sergipe	Aracaju	39.090	185.000	26.173 (1882)	211.173
Bahia	Bahia ⁸	426.427	1.490.000	165.403 (1882)	1.655.403
Espírito Santo	Vitória	44.839	80.000	20.717 (1882)	100.717
Rio de Janeiro	Niterói	68.982	670.000	268.831 (1882)	938.831
São Paulo	São Paulo	290.876	890.000	168.950 (1876)	1.058.950
Paraná	Curitiba	221.319	182.000	7.668 (1882)	189.668
Santa Catarina	Desterro ⁹	74.156	190.000	11.043 (1882)	201.043
<i>Rio Grande</i>					
do Sul	Porto Alegre	236.553	500.000	68.703 (1882)	368.703
Minas Gerais	Ouro Preto	574.855	2.170.000	279.010 (1882)	2.449.010
Goiás	Goiás	747.311	185.000	6.711 (1879)	191.711
Mato Grosso	Cuiabá	1.379.651	65.000	7.051 (1876)	72.051
Totais		8.337.218	10.654.000	1.318.978¹⁰	12.002.978
Índios selvagens					600.000
				habitantes	12.602.978

6 Nota no original – “Os algarismos entre parênteses indicam o ano do último recenseamento válido de que dispomos.”

7 Hoje, João Pessoa. (M.G.P.)

8 Salvador. (M.G.P.)

9 Hoje, Florianópolis. (M.G.P.)

10 Nota no original – “A população escrava hoje (1884), não passa de 1.318.978. De acordo com os últimos dados estatísticos o número de escravos reduziu-se a 1.150.000 e o número da população livre aumentou consideravelmente. Em 1873 o número de escravos era de 1.540.796. Em dez anos houve, portanto, uma redução de 390.000.”



Eis os números da população das principais cidades:

Rio de Janeiro, capital do Império	350.000
Niterói, capital da província do Rio de Janeiro	30.000
Bahia	140.000
Recife de Pernambuco	130.000
Belém do Pará	40.000
São Paulo	40.000
São Luís do Maranhão	35.000
Porto Alegre	35.000
Ouro Preto	20.000
Rio Grande	18.000
Santos	14.000

No quadro acima os escravos representam um décimo da população. Com efeito, o Brasil, menos feliz que a Rússia, não pôde executar e terminar de uma só vez a gloriosa reforma que será a eterna honra do imperador Alexandre II, pois no Brasil toda prosperidade agrícola era baseada no trabalho dos escravos. Mas a promoção da emancipação, que não se pode buscar sem risco, concretiza-se hoje pouco a pouco, sem choques e sem prejuízo para as fontes de produção e para a prosperidade nacional.

O tráfico de escravos foi abolido desde 1851. A lei de 28 de setembro de 1871 declarou, dali em diante, livre toda criança nascida de pais escravos e destinou o produto de alguns impostos para a liberação de escravos nascidos antes da lei. Desde essa época os grandes proprietários rurais e o povo brasileiro inteiro, secundando os generosos esforços do governo imperial, ajudam na promoção da emancipação.

No último dia 25 de março¹¹, a província do Ceará emancipou todos os escravos que se encontravam em seu território e esse acontecimento foi celebrado em toda a extensão do império com júbilo público.

Já se pode entrever o dia, doravante próximo, em que o Império do Brasil só contará com homens livres.

11 [de 1884].



Imigração – catequização dos Selvagens

O governo imperial favorece a colonização da maneira mais liberal e mais inteligente. Colônias do Estado, colônias provinciais e particulares foram organizadas para acolher os recém-chegados e torná-los capazes de obter pelo trabalho uma existência abundante e segura. Todo imigrante que chega ao porto do Rio de Janeiro encontra a proteção e o auxílio da Inspetoria-Geral de Terras e Colonização, cujos agentes externos e intérpretes vão a bordo dos transatlânticos. Os novos colonos são conduzidos a um albergue mantido pelo Estado, onde são alojados e alimentados, e onde recebem todas as informações necessárias para escolher, com conhecimento de causa, de acordo com suas aptidões e seu gosto, a cidade ou colônia que preferirem. Em seguida, são transportados para a colônia de sua escolha. Lá, ainda lhes são facilitados meios para adquirir por um preço mínimo o terreno e os instrumentos de trabalho.

A solicitude paternal e os esclarecimentos da administração aos recém-chegados trouxeram seus frutos. Formou-se da Europa para o Brasil uma corrente de emigração que se acentua mais a cada dia. Essa motivação se produz espontaneamente, influenciada pelos felizes resultados assinalados pelos colonos já estabelecidos a suas famílias ou a seus amigos que ficaram na Europa. Desde há alguns anos o Brasil não possui mais no exterior, como outros países da América do Sul, agências especializadas encarregadas de promover o movimento de emigração. As chegadas de imigrantes somente no porto do Rio de Janeiro foram de:

– 9.123	em 1870	– 29.027	em 1877
– 12.331.....	1871	– 22.423.....	1878
– 18.441.....	1872	– 22.859.....	1880
– 14.931.....	1873	– 25.845.....	1882

No ano passado¹², o número de imigrantes que desembarcaram no Rio de Janeiro foi de 30 mil. Possuindo o Brasil vários grandes portos que têm ligações diretas com a Europa, acreditamos não exagerar dizendo que a média anual de recém-chegados é atualmente de 40.000.

Entre os 25.845 colonos desembarcados no Rio em 1882, contavam-se 10.562 italianos, em grande parte tirolezes e lombardos, 9.269

12 [1883.]



portugueses, 3.738 espanhóis, 1.569 alemães, 249 franceses, 239 ingleses e 219 pertencentes a outras nacionalidades. Entre esses últimos, somente 19 eram russos.

Uma Associação Central de Imigração foi fundada recentemente no Rio de Janeiro, sob a presidência do conde Henri de Beaurepaire-Rohan, general do Exército Brasileiro e antigo ministro da Guerra, e a vice-presidência do major A. Escragnolle-Taunay, membro da Câmara dos Deputados, ambos pertencentes a famílias brasileiras de origem francesa. Essa associação presta útil colaboração à Inspetoria-Geral das Terras e da Colonização e ocupa-se de todas as questões que se referem ao bem-estar e à proteção dos colonos ou ao desenvolvimento da colonização.

As colônias, formadas primeiramente sob a tutela do Estado ou das províncias, tornaram-se logo suficientemente prósperas e suficientemente fortes para serem emancipadas. Nesse número estão várias cidades classificadas entre as mais florescentes. Entre elas só citaremos a de São Leopoldo, na província do Rio Grande do Sul, cujo distrito conta com uma população de mais de 60 mil habitantes de origem alemã; as antigas colônias de Blumenau e dona Francisca, na província de Santa Catarina, que deram origem às cidades de Anaburgo e Joinville; e Petrópolis e Nova Friburgo, na província do Rio, residências de verão dos ricos habitantes do Rio. É em Petrópolis que a corte habita durante o verão.

Quanto aos índios selvagens, que formam uma população estimada em mais de 600 mil almas, o governo se esforça para conquistá-los para a civilização, com a ajuda dos missionários que os catequizam e instruem. Chega-se assim a formar povoados onde estes indígenas, abandonando a vida nômade, dedicam-se vantajosamente aos trabalhos agrícolas.

Aspecto Geral – Clima

O solo do Brasil é geralmente muito acidentado, especialmente nas regiões do centro e do norte. Extensos planaltos e vastas planícies estendem-se no interior; imensos rios, em grande parte navegáveis, banham e fertilizam o território.

O clima é quente e úmido na zona intertropical durante a estação das chuvas. Em outros lugares ele é temperado e relativamente seco.



No vale do Amazonas, sob o equador, a média termométrica anual é de 27°, mas a elevação do solo, a vegetação e as brisas do leste atenuam muito os inconvenientes do calor. Mesmo próximo ao equador encontram-se distritos em que o clima é ameno no verão e frio no inverno. Desde o Pará até a província de São Paulo o calor é bastante forte na costa, mas logo que nos afastamos do litoral a temperatura diminui sensivelmente sob a influência das cadeias de montanhas que acompanham a costa e da elevação do solo. Assim, no Rio de Janeiro faz muito calor durante o verão, mas, a pouca distância da cidade, nos subúrbios situados nos lugares circundantes mais altos, desfruta-se de um clima delicioso, temperado em toda a estação.

As províncias de Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, excetuado o litoral desta última, oferecem um clima comparável ao do sul da Europa.

Fora das terras baixas e pantanosas e das margens de certos cursos d'água, onde em certas épocas do ano reinam as febres intermitentes, não se encontram no Brasil essas doenças graves que dizem comumente grandes populações. Tal era a opinião do autor de "*Du climat et des maladies du Brésil*"¹³. Considerava este país, que visitou e onde permaneceu por longo tempo, como um dos mais saudáveis do globo, e acrescentava que o Brasil é para o Novo Mundo o que uma parte da Itália é para o Mundo Antigo.

- 13 O tratado *Du climat et des maladies du Brésil* (*Do clima e das doenças do Brasil*) foi publicado em Paris, em 1844. José Francisco foi o prenome adotado pelo francês Joseph-François-Xavier Sigaud (1796-1857), naturalizado brasileiro, formado em Estrasburgo em 1818, e que chegou em 1825 ao país onde viveria por trinta anos. Foi médico do jovem imperador Pedro II, pioneiro da imprensa nacional, editor de periódicos médicos, fundador e presidente da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e atuante filantropo (Sacramento-Blake, 1898). Para Luiz Otávio Ferreira (José Francisco Xavier Sigaud: um personagem esquecido, uma obra reveladora. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 5, n. 1, p. 125-126, 1998), na Sociedade de Medicina, Sigaud uniu "a atividade de editor científico com a de investigador interessado em explicar a situação sanitária brasileira" (p. 125), considerando-a em sua imensa diversidade e complexidade, sendo o livro *Du climat...* resultado desse ambicioso projeto de pesquisa. A obra é extensa e o autor anota cuidadosamente suas variadas fontes, obtidas no Brasil e na França, incluindo trabalhos sobre a história brasileira, obras médicas nacionais e estrangeiras, em especial aquelas sobre as moléstias tropicais e as doenças dos escravos (Dazille, Levacher, Lind, Rush, Pinto de Azeredo etc.), e muitos relatos de cronistas, viajantes e naturalistas. Entre estes, estão Marcgrave, A. de Saint-Hilaire, Spix e Martius, Koster, Lindley, D'Orbigny, La Condamine e Humboldt, modelo cuja inspiração o médico francês evoca na introdução de seu livro. (Cf.: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142008000500004>. Acesso em: 31 jul. 2012).



Na Europa preocupa-se muito com a febre amarela quando se trata do Brasil. Isso se deve aos exageros de alguns viajantes. A febre amarela fez sua aparição no Rio de Janeiro em 1850. Desde então, e de tempos em tempos, é encontrada nas grandes cidades litorâneas do império, mas jamais penetra no interior. É verdade que no Rio, como em Santos e em Pernambuco, sempre há no verão, certo número de casos de febre amarela, mas guardadas as devidas proporções, esta doença não faz mais vítimas em nossas cidades litorâneas que a febre tifoide em Paris. São principalmente os recém-chegados, se não tomam certas precauções higiênicas, indispensáveis quando se muda de clima, que são afetados por esta doença. Por isso, o governo não permite, durante a estação quente, a aglomeração de imigrantes nas cidades litorâneas. À medida que chegam, os recém-vindos são enviados para o interior e conduzidos à colônia que escolheram.

Montanhas – Rios – Lagos – Portos marítimos

O sistema orográfico do Brasil é composto por quatro grandes serras: no centro, a serra do Espinhaço ou serra da Mantiqueira; a leste a serra do Mar, que segue o mar por uma grande extensão da costa; a oeste a serra das Vertentes e, ao norte, além do rio Amazonas, as serras de Pacaraima, Acaraí e Tumucumaque.

A serra central é a mais importante, pela sua elevação e por suas inúmeras ramificações. O pico de Itatiaia, que pertence a essa serra, é o ponto mais elevado do Brasil. Sua altitude é de aproximadamente 3.000 metros.

O Brasil é banhado por quatro grandes rios, a saber, o Amazonas, o Tocantins, o Paraná e o São Francisco.

O Amazonas, vindo do Peru, tem um curso de 3.828 km em território brasileiro e recebe as águas de vários afluentes, alguns dos quais têm mais de 3.300 km de comprimento. O Tocantins e seu principal afluente, o Araguaia, têm, cada um, mais de 2.600 km de curso.

O Amazonas e o Tocantins, por si sós e por seus afluentes, servem de via de comunicação entre as províncias do Pará, Amazonas e Goiás, parte das províncias do Maranhão e de Mato Grosso, e as repúblicas da Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. O Amazonas e seus afluentes têm, somente no território do Brasil, 43.250 km navegáveis por vapor. Quanto ao Tocantins e ao Araguaia, várias companhias de barcos a vapor, subvencionadas pelo Estado ou pelas províncias do Amazonas e do Pará, fazem a navegação destes rios. Os



paquetes ingleses de Liverpool fazem o transporte entre a Inglaterra e as capitais dessas duas províncias. Outro serviço regular francês de barcos a vapor foi inaugurado ano passado entre o Havre e o Pará, que é a principal saída para os produtos da rica bacia do Amazonas.

O Paraná, formado pela junção do Rio Grande e do Paranaíba, atravessa as províncias brasileiras de São Paulo, Mato Grosso e Paraná e as províncias argentinas de Misiones, Corrientes, Entre-Rios e Santa Fé. O Paraguai é o mais importante de seus afluentes e tem como tributários outros cursos d'água igualmente navegáveis. As comunicações entre Mato Grosso e a capital do império se fazem por barco a vapor através do Paraguai, do Paraná e do Prata.

O São Francisco percorre as províncias de Minas Gerais, onde nasce, e as da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. A navegação é interrompida pela cachoeira de Paulo Afonso, mas uma estrada de ferro acaba de ser construída para ligar as duas seções navegáveis deste rio, para o qual convergem as grandes vias férreas do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.

Além dos rios que pertencem às quatro grandes bacias de que acabamos de falar, vários outros, bastante importantes, se lançam no Atlântico. Citaremos o Gurupi, o Turiaçu, o Itapicuru, o Parnaíba, o Jaguaribe, o Piranhas, o Paraíba, o Vaza-Barris, o Paraguaçu, o rio de Contas, o Jequitinhonha, o Mucuri, o rio Doce e o Paraíba do Sul. A bacia das lagoas dos Patos e Mirim, na província do Rio Grande do Sul, é sulcada por vários grandes rios que desembocam nessas lagoas, especialmente o Jacuí, o Camaquã e o Jaguarão.

Outro grande rio, o Uruguai, que tem sua nascente na província de Santa Catarina, serve de limite entre a província do Rio Grande do Sul e a República Argentina, e forma mais longe, com o Paraná, o vasto estuário do rio da Prata.

Na costa do Atlântico, que se estende por 7.920 km, as comunicações são asseguradas por inúmeras linhas de paquetes a vapor, brasileiros ou estrangeiros. Todas as províncias, exceto as de Minas Gerais, Goiás, Amazonas e Mato Grosso, encontram-se no litoral do Atlântico e ali possuem portos. As quatro províncias do interior se comunicam com o mar pelas grandes vias fluviais das quais acabamos de falar. A de Minas Gerais já está ligada à costa por ferrovias.

Os principais portos são os de Belém do Pará, São Luís do Maranhão, Parnaíba, Recife de Pernambuco, Maceió, Bahia, Vitória, Rio de Janeiro, Santos, Paranaguá, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O do Rio de Janeiro tem mais de 198 km de perímetro.



Riquezas naturais

Encontramos no Brasil diamantes, esmeraldas, safiras, rubis, topázios, berilos, granadas e cornalinas negras, azuis e verdes, conhecidas sob o nome de esmeraldas do Brasil. Exportamos em blocos consideráveis, um cristal de rocha de grande pureza, bem como ametistas, opalas, ágatas, jaspes e cristais com veios de quartzo amarelo. O ouro é abundante no Brasil e várias minas estão sendo exploradas. As mais ricas são as da província de Minas Gerais. Lá também encontramos prata, cobre, ferro, antimônio, mercúrio, estanho, zinco, chumbo, bismuto e arsênico.

O Brasil fornece granitos de diferentes cores e mármore, dos quais os mais relevantes são os mármore verdes e negros do Rio Grande do Sul. A vasta região da costa, entre 15° e 30°S, é composta quase inteiramente por rochas primitivas, tais como granitos, gnaisses, dioritos verdes e negros, quartzitos claros e escuros, pórfiros e sienito. No interior encontram-se rochas ferruginosas, arenitos puros ou ferruginosos e calcários, próprios para escultura, que podem ser polidos como mármore. O cal que se emprega nas construções do litoral é feito quase exclusivamente de casca de ostras. Encontra-se gesso fibroso na província de Minas e em várias províncias do norte. Diversas variedades de argila, brancas ou rosas, são empregadas na fabricação de faiança, de telhas, de cadinhos e de vasilha comum. O caulim, facilmente encontrável no Brasil, é quase sempre misturado com quartzo.

O carvão mineral é encontrado em várias províncias, principalmente no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. As jazidas carboníferas de Candiota e Arroio dos Ratos na primeira dessas províncias, e a de Tubarão em Santa Catarina, estão sendo exploradas e ferrovias foram construídas para facilitar o transporte. Os depósitos de linhito, as turfeiras, o xisto betuminoso, o grafite e o enxofre são abundantes.

Entre os sais mais abundantes citaremos o salitre, o alúmen, o salgema, o cloreto de sódio, os sulfatos de magnésio e de sódio. Importantes jazidas de fosfato de cálcio foram recentemente descobertas em três ilhas do arquipélago de Fernando de Noronha. Elas estão avaliadas em mais de 1.300.000 toneladas métricas.

As fontes minerais são inúmeras. Há fontes ferruginosas, alcalino-gasosas, salinas, sulfurosas e fontes termais.

As plantas alimentícias mais importantes são o café, tema que será tratado detalhadamente mais adiante, a cana-de-açúcar, o mate ou



chá do Paraguai, o milho, o arroz, o trigo, o trigo-candial, o centeio. Citaremos somente, entre as plantas frutíferas, o abacaxi, a bananeira, o coqueiro, a mangueira, a castanheira, a ameixeira, a figueira, a goiabeira e a laranjeira, bem como o pessegueiro e a pereira. A grande variedade de exposição solar e de clima nos diversos territórios do Brasil, o torna próprio para a cultura de quase todas as plantas do globo. Para dar uma ideia da prodigiosa fertilidade do solo, basta dizer que o milho rende em média 200 por 1 e, nos terrenos selecionados, até 400 por 1. O arroz, que brota abundantemente nas planícies bem regadas, produz até 1.000 por 1.

As plantas têxteis são o linho, as piaçavas (*Attalea funífera* e *Leopoldinia piassaba*), os tucuns (*Bactris setosa* e *Astrocaryum tucuman*), o coqueiro (*Cocos nucifera*), a *Acrocomia sclerocarpa*, a *Lecythis speciosa*, a *Platonia insignis*, a *Fourcroya gigantea*, a *Agave americana* e a *Agave mexicana*, a *Urena lobata* e grande número de outras plantas que permitem fabricar desde as cordas mais grosseiras até os tecidos extremamente refinados. O algodão é cultivado em todas as províncias do norte e mesmo em algumas do centro.

Possuímos várias espécies de plantas oleaginosas, desconhecidas na Europa.

A exportação da goma-copal, da borracha e das resinas constitui para o país uma importante fonte de riquezas. Somente o comércio da borracha dá ao Estado um rendimento de mais de quatro milhões de rublos por ano.

O Brasil produz a noz-moscada, a baunilha, a cânfora, o cravo-da-índia, a canela e grande número de outras plantas aromáticas.

Entre as mais belas espécies de madeira próprias para o trabalho de carpintaria, marcenaria, ebanisteria de luxo e construção naval, citaremos o pau-ferro, o pau-brasil-amarelo, o pau-cetim, o cedro vermelho ou branco e o jacarandá em diversas nuances.

Nessa nomenclatura de vegetais úteis, a carnaúba (*Copernicia cerifera*), que atende tão largamente às necessidades industriais e alimentícias do homem, merece uma menção especial. Ela cresce, sem ser cultivada, em todas as províncias do norte.

O boi, o carneiro e o cavalo se multiplicam quase sem cuidados de criação. O número de cabeças de gado está avaliado em mais de 30.000.000, representando um capital de, pelo menos, 240.000.000 rublos.

Além disso, encontramos no Brasil o veado, o porco-montês, o tatu, a cutia, o tapir, a paca, a ariranha e grande número de outros animais úteis.



O Brasil conta com as mais belas e variadas espécies de pássaros. Nomeemos somente o pelicano brasileiro, o *Cygnus nigricollis*¹⁴, a narceja, a ema, a perdiz, a codorna, o pombo, o papagaio e a arara.

Os répteis são igualmente numerosos. Os mais notáveis são a cascavel, a jiboia, o camaleão, o jacaré e finalmente a tartaruga, cuja carne fornece um excelente alimento, e que na província do Amazonas, proporciona um importante comércio de manteiga de tartaruga.

As variedades de peixes são incontáveis: o professor Agassiz, sozinho, colecionou milhares, somente no vale do Amazonas. Uma espécie, o pirarucu, é o principal alimento da maior parte dos habitantes das províncias do Amazonas e do Pará.

Instrução Pública – Instituições científicas – Bibliotecas – Associações literárias, científicas, industriais e agrícolas – Imprensa.

O ensino público é gratuito. Os números a seguir darão uma ideia do crescimento da quantidade de escolas primárias públicas e do número de alunos que as frequentam desde 1857:

<i>Escolas primárias</i>		
	<i>públicas</i>	<i>alunos</i>
1857	2.595	70.124
1866	4.435	107.483
1872	4.653	155.058
1878	5.661	175.714
1881	5.785	188.843

Além das escolas primárias gratuitas, mantidas pelos governos provinciais em cada província ou pelo Estado no município da capital do Império, existem liceus para o ensino secundário e inúmeras instituições privadas, tanto para o ensino primário quanto para os estudos preparatórios para as escolas superiores.

14 É a ave conhecida no Brasil como cisne-de-pescoço-negro, cujo nome científico atual é *Cygnus melancoryphus Salvadori*, 1895, Catalogue of the Birds in the British Museum, 27, Chenomorphae, Crypturi and Ratitae, p. 39. (Cf.: <<http://worldbirdinfo.net/Pages/BirdCitationView.aspx?BirdID=32065&Source=%2FPages%2FBirdsSearch.aspx%3FBirdField%3D7%26BirdSearch%3DANATIDAE%2528Cygninae%2529%253ASwans>>. Acesso em: 31 jul. 2012).



Entre os estabelecimentos de ensino superior ou profissional, citaremos as faculdades de Medicina do Rio e da Bahia, as faculdades de Direito de São Paulo e de Recife, a Escola Politécnica, as escolas militares, a Escola da Marinha, a Escola de Minas, a Escola Normal, a Academia de Belas-Artes, o Conservatório de Música, o Instituto Comercial, o Liceu de Artes e Ofícios, os seminários, o Instituto Imperial dos Jovens Cegos, o Instituto dos Surdos-mudos, os institutos agrícolas etc.

As principais instituições científicas, museus ou bibliotecas são:

No Rio de Janeiro, o Observatório Imperial Astronômico, o Museu Nacional, a Biblioteca Nacional (cerca de 140 mil volumes), as bibliotecas da Faculdade de Medicina, do Instituto Histórico e Geográfico, da Escola Politécnica, da Academia de Belas-Artes, da Escola Militar, da Diretoria Geral de Estatística, do Exército, da Marinha, as bibliotecas Fluminense e Municipal, a do Real Gabinete Português de Leitura, do mosteiro de São Bento e dos Conventos de Santo Antônio e do Carmo, os museus do Exército e da Marinha e o Museu Pedagógico.

No Pará, em Fortaleza, Maceió e Ouro Preto existem museus dignos de nota.

Todas as capitais das províncias e as principais cidades possuem bibliotecas mais ou menos importantes.

O Observatório Astronômico, o Museu Nacional, a Biblioteca Nacional e a Escola de Minas publicam anais científicos conhecidos e apreciados pelos sábios europeus.

Mencionaremos entre as associações científicas, literárias ou industriais cujas sedes se encontram no Rio: o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil¹⁵, que se reúne a cada quinze dias no Palácio Imperial e cujas sessões são sempre honradas com a presença do imperador (sua *Revista* já forma 47 grossos volumes); a Academia Imperial de Medicina (anais); o Instituto Politécnico Brasileiro, presidido por sua alteza real o senhor conde d'Eu (revista); a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro; o Instituto da Ordem dos Advogados; o Instituto Brasileiro de Ciências Físicas; a Sociedade Vellosiana (ciências naturais e história dos aborígenes); o Instituto dos Diretores e Professores; a Liga de Ensino no Brasil; a Imperial Sociedade Amante da Instrução; a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (revista); a Sociedade Propagadora das Belas-Artes; a Sociedade Auxiliadora das Artes Mecânicas e Liberais; a Associação Brasileira de Aclimação; a

15 Atualmente, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (M.G.P.)



Associação Hortícola e Agrícola (presidente, sua alteza real o conde d'Eu); o Centro da Lavoura e do Commercio e a Sociedade Central de Imigração.

Nas províncias, citaremos os institutos históricos e geográficos da Bahia e do Rio Grande do Sul, os institutos arqueológicos de Pernambuco e Alagoas, a Sociedade Propagadora da Instrução Pública de Pernambuco, que fundou em Recife uma escola normal.

A imprensa é representada por inúmeros jornais em todas as partes do império e principalmente na capital, nas capitais das províncias e nas grandes cidades. O Rio de Janeiro conta com mais de 40 jornais, dos quais três são redigidos em inglês; dois, em francês; um, em alemão; um, em italiano. Os mais importantes são o *Diario Official*, o *Jornal do Commercio*, a *Gazeta de Notícias*, a *Gazeta da Tarde*, o *Diario do Brazil*, a *Folha Nova* e o *Brazil*. Alguns dentre eles, quanto ao formato e número de páginas, só podem ser comparados às maiores publicações políticas e comerciais da Inglaterra ou dos Estados Unidos. Os maiores jornais do Brasil são o *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, e o *Diário de Pernambuco*, de Recife. O primeiro tem 0,71 cm de altura e 0,63 cm de largura. O número de páginas varia entre 6 e 16. Os caracteres empregados são de corpo VII. O jornal que tem a maior tiragem é a *Gazeta de Notícias* do Rio.

Instituições de caridade – Assistência pública – Casas de correção – Colônias penitenciárias e disciplinares.

As instituições e as associações de caridade são muito numerosas no Brasil. Alguns hospitais, especialmente os da Misericórdia e o Hospício Dom Pedro II no Rio de Janeiro, são verdadeiros palácios. Eles não são ultrapassados por nenhum outro estabelecimento do mesmo gênero nas principais cidades do mundo. A Misericórdia possui um patrimônio cujo valor excede 20 milhões de rublos. Além desses dois grandes hospitais, citaremos no Rio, os das confrarias de São Francisco da Penitência, do Carmo e de São Francisco de Paula e o da Sociedade Portuguesa de Beneficência. A assistência pública conta também, na capital, com um asilo da infância abandonada, um asilo de órfãos e um asilo de mendicância.

Os marinheiros dos navios mercantes de todas as nacionalidades são tratados gratuitamente nos hospitais da Misericórdia.



As províncias possuem estabelecimentos semelhantes aos da capital.

O número de associações de caridade, de beneficência e de socorro mútuo é bastante considerável.

Na capital do Império e nas capitais das províncias existem casas de correção e de detenção destinadas aos condenados ou àqueles cujo processo está em fase de instrução. A primeira, por ordem de importância, é a do Rio de Janeiro, regida segundo o sistema de Auburn e podendo receber 800 condenados. Em seguida vêm as de São Paulo, Recife e Bahia. Citaremos ainda a colônia penitenciária da ilha de Fernando de Noronha, e as sete colônias disciplinares militares situadas nas margens do Tocantins e do Araguaia.

Finanças

A receita pública compreende:

1º) As receitas municipais, que são o produto dos impostos decretados, no que se refere ao distrito da capital do Império, pelo Parlamento e pelo governo central, e nas províncias, pelas assembleias legislativas provinciais, por proposta das municipalidades.

2º) As receitas provinciais, estabelecidas por essas mesmas assembleias provinciais, com a sanção dos presidentes ou governadores.

3º) As receitas gerais do Império, resultantes dos impostos votados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, e sancionados pelo imperador.

As receitas gerais do império para o exercício financeiro de 1831-1832, o primeiro do atual reinado, foram de 11.171.520 mil-réis¹⁶. Para o ano de 1840-1841, o primeiro depois da maioridade do imperador, elas subiram a 16.310.571 mil-réis.

Desde aquela época, as receitas continuaram a seguir rapidamente um ritmo ascendente, como se vê pelos números seguintes:

1862-1863	48.342.182	mil-réis
1872-1873	109.180.063	"
1882-1883	127.972.047	"

16 Nota no original – “O mil-réis (1000 réis) do Brasil equivale, de acordo com o câmbio atual, a mais ou menos 1 rublo moeda. 1.000 réis valem, ao par, 27 pence ou 2 francos e 81 cêntimos.”



– Orçamento para o ano de 1883-1884:¹⁷

Receitas		Despesas	
	mil-réis		mil-réis
Alfândega	93.709.800	Ministério do Império	9.777.309
Taxas de navegação (faróis e docas)	400.000	Ministério da Justiça	7.278.461
Receitas internas:		Ministério dos Negócios Estrangeiros	822.907
Ferrovias	13.140.000	Ministério da Marinha	11.202.960
Telégrafos	900.000	Ministério da Guerra	14.657.212
Correios	1.500.000	Ministério da Agricultura	25.502.106
Selos	5.000.000	Comércio e Obras Públicas	
Impostos da indústria e das profissões	35.395.600 [31.995.600]	Ministério da Fazenda	60.944.105
Impostos de transmissão de bens imóveis	4.000.000	<i>Total das despesas</i>	<u>130.185.060</u>
Impostos diversos	3.955.600		
Receitas extraordinárias	1.410.000		
Receitas especiais	1.200.000		
<i>Total das receitas:</i>	<u>132.115.400</u> [128.715.400]		

– Dívida pública e ativa do Estado:

<i>Dívida pública</i>	mil-réis	mil-réis
1) Dívida externa (£19.036.500)		169.215.448
2) Dívida interna:		
– dívida consolidada	405.639.400	
– dívida anterior a 1827	313.965	
– depósitos, fundo dos órfãos, etc.	53.076.273	693.722.229
– bônus do Tesouro	46.651.504	
– papel-moeda (títulos do governo)	188.041.087	
<i>Total (mil-réis)</i>		862.907.677

17 Nota no original – “Proposta e relatório apresentados ao Parlamento, em maio de 1883, pelo Ministro da Fazenda.”



Observemos aqui que, sem a Guerra do Paraguai, que durou cinco anos e custou ao Brasil 630.000.000 de mil-réis, a dívida pública não subiria muito além de 200.000.000 de mil-réis.

O ativo do Estado consistia, em 31 de março de 1883, além das contribuições em atraso (13.407.843 mil-réis), em uma dívida da República do Uruguai com um valor total de 16.201.799 mil-réis, e uma dívida do Paraguai subindo a 241.556 mil-réis. Por outro lado, o Paraguai comprometeu-se a indenizar o Brasil das despesas da guerra.

Forças armadas – Arsenais – Colônias militares

A Força Pública é composta pelo Exército, a Marinha, os corpos policiais e a Guarda Nacional.

As forças armadas de terra e mar são recrutadas por alistamento voluntário e sorteio. Em circunstâncias extraordinárias, se complicações ameaçadoras vierem a acontecer, o governo está autorizado a elevar o efetivo das forças armadas até o número de 32 mil homens. Em caso de guerra declarada esse número pode ser aumentado de acordo com a necessidade, como aconteceu na última guerra (1864-1870), em que o Brasil manteve durante algum tempo até 80 mil homens em armas, formando os corpos do exército que operavam no sul do Paraguai e em Mato Grosso, as divisões que guardavam as fronteiras do Rio Grande do Sul, e as guarnições do interior.

Eis como se decompõe o efetivo normal do Exército em tempo de paz:

– Gerais	29	homens
– Estado-Maior de engenharia	56	 451 homens
– Estado-Maior de 1ª linha	72	
– Estado-Maior de 2ª linha	65	
– Capelães	79	
– Corpo médico	179	
– Batalhão de engenharia	800	homens



– Artilharia: Estado-Maior	42	
3 regimentos a cavalo (1 a 6 baterias e 2 a 4 baterias)	1.274	 2.624 homens
4 batalhões a pé (6 baterias cada um)	1.308	
– Cavalaria: 5 regimentos com 8 companhias	1.998	
2 corpos de caçadores a cavalo em 4 companhias	418	 2.760 homens
1 esquadrão e 5 companhias de guarnição	344	
– Infantaria: 21 batalhões em 8 companhias	8.127	 8.624 homens
8 companhias de guarnição	497	
		15.288 homens

O corpo policial tem um efetivo de 10.792 soldados ou cavaleiros.

Em 1881, a Guarda Nacional se compunha de 945.660 homens – infantaria, cavalaria e artilharia – dos quais 691.384 formavam a Guarda Nacional ativa e 254.276, a reserva. Uma lei de 1873 aboliu, fora das províncias fronteiriças, o serviço de guarnição e de polícia que recaíam sobre a Guarda Nacional que, aliás, só foi instituída para defesa do Estado e manutenção da ordem pública em circunstâncias extraordinárias. Hoje, o governo reorganiza cuidadosamente essa milícia, que prestou grandes serviços em todas as guerras que o Brasil teve que sustentar, no Prata ou no Paraguai, desde o começo do século. Em tempo de guerra, é a Guarda Nacional que fornece quase toda a bela cavalaria das forças armadas brasileiras que atuam diante do inimigo.

A Esquadra é composta por 58 navios, dos quais 14 são encouraçados; os outros são uma fragata, corvetas e canhoneiros. Além disso,



há alguns torpedeiros. A esquadra de combate destinada ao alto-mar é formada por 10 encouraçados, 1 fragata, 7 corvetas, 15 canhoneiras, 2 transportes, 8 torpedeiros e 1 brigue. Nesses números estão incluídos dois grandes encouraçados em construção em Londres, o *Riachuelo* e o *Aquidabã*, dos quais o primeiro estará terminado e pronto para partir para o Brasil no próximo mês de julho. Depois desses dois encouraçados, vêm, por ordem de importância, o *Solimões*, o *Javari* e o *Sete de Setembro*. Nos rios Uruguai, Paraguai, Amazonas e nas lagoas Mirim e dos Patos, o Brasil possui flotilhas compostas por pequenos barcos a vapor, entre os quais alguns dos encouraçados que serviram durante a guerra contra o ditador do Paraguai. O número de canhões da frota é de aproximadamente 200.

O pessoal da Marinha é composto por:

– Gerais (1 almirante, 2 vice-almirantes, 4 chefes de esquadra e 8 chefes de divisão)	15	homens
– Oficiais de 1ª linha	384	"
" do corpo sanitário	79	"
" de contabilidade	95	"
– Guardas	92	"
– Mecânicos	188	"
– Corpo dos Imperiais Marinheiros	3.000	"
– Batalhão Naval	600	"
– Aprendizizes marinheiros	1.500	"
– Artífices e aprendizizes militares	173	"
– Alunos da Escola de Marinha	57	"
– Alunos do Colégio Naval	86	"
	6.269	homens

Recapitulação:

– <i>Exército regular</i> (efetivo em tempo de paz)	15.288	
– <i>Corpo policial</i>	10.792	
– <i>Guarda Nacional:</i> Ativa	691.384	
Reserva	254.276	
		971.740 homens
– <i>Marinha</i>	6.269	
	<i>Total</i>	978.009 homens

Existem arsenais da Marinha no Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Mato Grosso. Nesses arsenais, principalmente no do Rio de Janeiro, foram construídos quase todos os navios da esquadra brasileira, inclusive os encouraçados. Durante a Guerra do Paraguai, o arsenal do Rio realizou uma ação admirável. Em agosto de 1867, o almirante da esquadra em operações pediu, para forçar a passagem do Humaitá, seis monitores. Em seis meses eles foram construídos, e a operação de passagem teve lugar em 19 de fevereiro seguinte.

Os arsenais de Guerra, em número de seis, estão no Rio de Janeiro, Pará, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. No Rio e nas províncias onde existe um arsenal, há laboratórios pirotécnicos. Em Estrela (província do Rio de Janeiro) e em Coxipó (Mato Grosso), existem fábricas de pólvora. A de Estrela tem produzido, ininterruptamente, pelo menos 160 mil kg de pólvora por ano. Em Ipanema, província de São Paulo, o ministério de Obras Públicas possui uma indústria metalúrgica que fornece todo tipo de projéteis, canhões de ferro e de aço, armas brancas e peças de metal fundido e forjado necessárias aos arsenais, além de material para as ferrovias e oficinas do Estado.

Para o ensino militar, o Brasil possui o Colégio Naval e a Escola de Marinha, as escolas militares do Rio de Janeiro e de Porto Alegre, às quais são anexados cursos preparatórios, a Escola Geral de Tiro, em Campo Grande, as escolas regimentais e as escolas de Aprendizes Artilheiros e de Aprendizes Marinheiros. Já citamos as bibliotecas do Exército e da Marinha no Rio de Janeiro. Acrescentamos que existem outras bibliotecas nas províncias para uso das guarnições.

No Rio de Janeiro são publicadas a *Revista do Exército* e a *Revista da Marinha*, redigidas pelos oficiais.

Existe na baía do Rio um asilo dos inválidos da Pátria, para os oficiais e soldados do Exército e um asilo dos inválidos da Marinha.

Sua alteza real o príncipe Gastão de Orléans, conde d'Eu, tem o grau de marechal e foi comandante em chefe do Exército Imperial durante as últimas vitórias que puseram fim à guerra do Paraguai. Atualmente é comandante-geral da artilharia.

Os grandes centros de guarnição do Brasil são o Rio de Janeiro e as províncias fronteiriças do Rio Grande do Sul e de Mato Grosso. Uma vintena de colônias militares, além das colônias disciplinares de que já falamos, foram fundadas na vizinhança das fronteiras e no interior. São destinadas a servir de centros populacionais nas regiões até aqui inabitadas.



Correios – Telégrafos – Telefones – Bondes – Ferrovias – Estradas – Canais – Linhas de navegação – Docas e diques – Faróis

Correios – O Brasil faz parte da União Postal Universal. A Direção-Geral dos Correios é subordinada ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Número de agências de correios e cartas expedidas:

1880 – 1.461 agências de correios / 29.798.600 cartas expedidas

1882 – 1.610 agências de correios / 35.845.869 cartas expedidas

Telégrafos – O império está ligado à Europa por um cabo submarino. Outros cabos ligam as principais cidades do litoral desde o Pará até o Rio Grande do Sul, prolongando-se até o Prata. As linhas telegráficas terrestres pertencem às estradas de ferro às quais elas servem, ou ao Estado. As linhas do Estado tinham a seguinte extensão nos anos de 1873, 1876 e 1882:

1873 – extensão das linhas, 3.469 km / extensão dos fios, 5.180 km / agências, 64

1876 – extensão das linhas, 5.151 km / extensão dos fios, 8.523 km / agências, 87

1882 – extensão das linhas, 7.420 km / extensão dos fios, 13.250 km / agências 136

Somando, aos 7.420 km de linhas do Estado, os 5 mil km de linhas pertencentes às ferrovias, vê-se que o Brasil possui hoje mais de 12 mil km de linhas telegráficas terrestres. As dificuldades para instalar e manter essas linhas foram e continuam sendo muito grandes, visto que em grande parte elas atravessam florestas virgens e regiões inabitadas.

A Direção-Geral dos Telégrafos está subordinada ao Ministério de Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Telefones – As linhas telefônicas foram recentemente instaladas no Rio de Janeiro, em Petrópolis e nas principais cidades comerciais. Na capital do império, além dos estabelecimentos públicos e das casas comerciais, os hotéis, restaurantes, teatros e um número considerável de casas particulares são ligados por telefones, mesmo nos subúrbios mais afastados e nas montanhas circunvizinhas.



Bondes – Todas as cidades importantes do Brasil têm linhas de bondes elétricos, mais ou menos numerosas, de acordo com a necessidade da população. Os bondes substituíram e quase fizeram desaparecer os antigos veículos de tração animal.

Ferrovias – A construção de estradas de ferro cresceu com grande intensidade a partir de 1871. Em 1867, o império só contava com 601 km de vias férreas. No começo de 1883 a extensão total das estradas de ferro era:

– Estradas de ferro em funcionamento	4.865 km
– Estradas de ferro em construção.....	2.489 km
	7.354 km

No momento em que escrevemos (maio de 1884) o Brasil possui certamente mais de 5 mil km de estradas de ferro em funcionamento. Algumas dessas linhas férreas foram construídas por companhias estrangeiras, mas a maior parte delas é obra de companhias e de engenheiros brasileiros. Assim, a província de São Paulo possui hoje toda uma rede de ferrovias, e somente a linha férrea central, que vai de Santos a Jundiaí, foi implantada por uma companhia estrangeira. Todas as outras foram construídas com capitais brasileiros e por engenheiros do país.

Estradas – Mesmo que a malha das estradas ainda não esteja tão desenvolvida como requer um território tão vasto, as comunicações já estão asseguradas nas regiões mais importantes, por largas vias bem conservadas, algumas das quais são comparáveis às melhores estradas nacionais da Europa. Entre essas, podemos citar a magnífica estrada que liga Petrópolis a Juiz de Fora.

Canais – O Brasil conta com poucos canais. O sistema fluvial, as estradas e as ferrovias tornam quase inúteis as obras de canalização. Todos os canais existentes são de simples interesse local, como o de Campos e Macaé, de Cacimbas, de Magé e de Itaguaí, na província do Rio de Janeiro; Varadouro, na de São Paulo; Coqueiros, Arapapai e Mearim, na província do Maranhão; Poxim, na província de Sergipe; e Ceará-Mirim e Trairi, na província do Rio Grande do Norte.

Linhas de navegação de cabotagem e interior – A navegação de cabotagem conta com 28 linhas de paquetes a vapor, pertencendo em sua maior parte a companhias nacionais. Elas recebem subvenções do Estado, cuja soma anual alcança 7.700.000 rublos. Em quase todos os



grandes rios cujas margens são povoadas, e nas lagoas dos Patos, Mirim e Mangaba, existem linhas de barcos a vapor, entre as quais várias são subvencionadas pelo Estado ou pelas províncias.

No que se refere às comunicações com o estrangeiro, há linhas de paquetes a vapor entre o Brasil e Londres, Southampton, Liverpool, Bordeaux, Havre, Marselha, Lisboa, Barcelona, Gênova, Nápoles, Antuérpia, Hamburgo, Bremen, Estados Unidos, Canadá, as repúblicas do Uruguai, Argentina, Paraguai, Chile e Peru, São Vicente e Dacar na África, e Nova Zelândia. Esses paquetes fazem escala em Santos, Rio de Janeiro, Vitória, Bahia, Maceió, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Pará, Serpa¹⁸ e Manaus, esses três últimos portos na bacia do Amazonas.

É de se desejar que um serviço regular de barcos a vapor ligue em breve os dois impérios da Rússia e do Brasil. O comércio entre os dois países, estabelecendo relações diretas e suprimindo intermediários inúteis, trará certamente imensos benefícios.

Docas e diques – Várias concessões de docas foram concedidas pelo governo. As docas do Rio de Janeiro, já em serviço, são muito conhecidas pelo comércio estrangeiro. Citemos ainda os magníficos diques da Marinha de Guerra no Rio de Janeiro, talhados na rocha da ilha das Cobras, em frente ao arsenal.

Faróis – O sistema de faróis ainda não está completo, mas o governo aumenta seu número dia após dia e ele já existe nas extremidades de todos os portos frequentados e nos pontos em que a navegação oferece algum perigo. Bem recentemente, em 2 de dezembro de 1883, inaugurou-se a luz elétrica, com a iluminação do belo farol da ilha Rasa, muito conhecido pelos navegadores e que assinala a entrada do porto do Rio de Janeiro.

Movimentação marítima

Os números seguintes indicam a movimentação da navegação no Brasil nos últimos anos e dos quais não pudemos conseguir os dados exatos.

18 Hoje, Itacoatiara, no estado do Amazonas. (M.G.P.)



Ano		Entrada de navios		Saída de navios	
		número de navios	tonelagem	número de navios	tonelagem
1879	<i>Longo curso</i>	3.368	2.414.985	3.087	2.368.554
	<i>Cabotagem</i>	5.946	1.829.752	5.746	1.176.006
		9.314	4.244.737	8.833	3.544.560
1880	<i>Longo curso</i>	3.380	2.397.526	2.897	2.046.579
	<i>Cabotagem</i>	6.760	1.953.489	6.536	2.178.499
		10.140	4.351.015	9.433	4.225.078

Esta é a movimentação do porto do Rio de Janeiro nos dois últimos anos:

Ano		Entrada de navios		Saída de navios	
		número de navios	tonelagem	número de navios	tonelagem
1882	<i>Longo curso</i>	1.288	1.197.671	1.164	1.140.439
	<i>Cabotagem</i>	1.439	400.130	1.642	535.558
		2.727	1.597.801	2.806	1.675.997
1883	<i>Longo curso</i>	1.218	1.220.332	1.067	1.207.821
	<i>Cabotagem</i>	1.414	454.739	1.588	540.891
		2.632	1.675.071	2.655	1.748.712

Na movimentação do porto do Rio, em 1883, contam-se somente 5 navios de nacionalidade russa, 2 na entrada e 3 na saída. Dos 1.218 navios que entraram, somente um vinha da Finlândia¹⁹; dos 1.067 navios que saíram somente um tinha a Finlândia como destino. Assim,

19 Entre 1809 e 1917, a Finlândia foi um grão-ducado autônomo dentro do Império Russo. (M.G.P.)



neste momento, não existem, ou quase isto, relações diretas entre os dois vastos impérios da Rússia e do Brasil. Todo o comércio, todas as trocas, ainda se fazem pela via indireta dos portos da Alemanha ou da Inglaterra!

Comércio

Já dissemos que os portos do Brasil foram abertos ao comércio de todas as nações desde o ano de 1808, quando a família real de Bragança chegou ao Brasil. Até então, o comércio se fazia por intermédio dos portos de Portugal, e o montante de importação e exportação somados, só atingia o valor de 22.600.000 mil-réis (ou rublos papel).

A partir de 1808, as trocas se desenvolveram rapidamente e hoje em dia o valor anual do comércio marítimo ultrapassa 500.000.000 mil-réis.

Os quadros estatísticos do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro mostram que, desde 1839, o comércio externo marítimo e interprovincial no Brasil cresce a uma taxa média anual de 20,67%. A França, que na Europa é o país em que o comércio se desenvolve proporcionalmente com mais vigor, só atinge uma média de 10,2%.

Eis aqui o montante do comércio do Brasil, inclusive os metais preciosos e independentemente do comércio de trânsito:

Comércio exterior:

	Importação (mil-réis)	Exportação (mil-réis)	Total (mil-réis)
1870-71	137.264.000	166.949.400	304.213.400
1871-72	158.318.000	193.418.900	351.736.900
1872-73	156.730.600	215.893.100	372.623.700
1879-80	172.744.300	221.928.800	394.673.100
1880-81	180.458.700	233.567.700	414.026.400
1881-82	184.113.300	216.709.800	400.823.100

Comércio interprovincial:

	Importação (mil-réis)	Exportação (mil-réis)	Total (mil-réis)
1879-80	105.149.500	75.563.300	180.712.800
1880-81	78.953.300	76.890.300	155.843.600
1881-82	91.428.300	83.471.100	174.899.400



Assim, em resumo, o valor total do comércio marítimo, tanto externo quanto interprovincial, exclusive o comércio de trânsito, elevou-se, nos últimos anos, a:

	Importação (mil-réis)	Exportação (mil-réis)	Total (mil-réis)
1879-80	277.893.800	297.492.100	575.385.900
1880-81	259.412.000	310.458.000	569.870.000
1881-82	275.541.600	300.180.900	575.722.500

No conjunto do comércio externo por via marítima, os diferentes países contribuíram na seguinte proporção:

	Importação	Exportação	Total em média
1. Grã-Bretanha	51,47%	45,30%	48,38%
2. França	19,49	13,46	16,48
3. Estados Unidos	4,67	20,90	12,78
4. Estados do Prata	9,13	4,75	6,94
5. Portugal	5,01	4,73	4,87
6. Alemanha e Áustria	5,21	3,43	4,32
7. Espanha	1,49	1,41	1,45
8. Rússia, Suécia e Noruega	0,33	2,44	1,39
9. Bélgica	1,51	0,64	1,07
10. Itália	0,44	0,81	0,63
11. Chile e outros Estados do Pacífico	0,49	0,71	0,60
12. Dinamarca	0,19	0,88	0,53
13. Holanda	0,15	0,03	0,09
14. Outros países	0,42	0,51	0,47
	100,00	100,00	100,00

Principais artigos de importação do Brasil:

Tecidos de algodão, lã, linho e seda; vinhos, licores, cerveja, farinha de trigo, arroz, banha de porco, azeite de oliva, bacalhau, manteiga, queijo, sal, especiarias, chá, conservas, legumes e frutos da Europa, carvão mineral, ferro e metais industriais, trilhos e material para as estradas de ferro e a navegação a vapor, máquinas agrícolas e indus-



triais, ferramentas em ferro, armas de fogo, petróleo, pinho, alcatrão, cimento, velas, aniagem para sacos, faiança, porcelana e cristais, espelhos, móveis e tapeçaria, pianos e instrumentos musicais, papel, livros, produtos químicos, medicamentos, águas minerais, calçados, chapéus, moedas de ouro, quinquilharias, cutelaria, relojoaria, joalheria, perfumaria, passamanarias, vestimentas, modas e artigos de Paris.

O grande comércio de importação é feito por negociantes brasileiros ou estrangeiros. Entre esses últimos figuram, na primeira fila, os ingleses e os portugueses. Em seguida vêm os alemães, os franceses e os italianos.

Principais artigos de exportação:

Café, açúcar, cacau, farinha de mandioca, tapioca, mate (chá do Paraguai), castanha-do-pará, carnes salgadas, aguardente de cana, melão, ipecacuanha, urucum, borracha, algodão bruto, tabaco, jacarandá e outras madeiras, couros, peles, pelos, crinas, lãs, chifres, gorduras, ouro, diamantes e outras pedras preciosas.

O quadro da página seguinte mostra a quantidade e o valor dos principais artigos de exportação do Brasil dos anos 1839-40, e dos três últimos anos em que pudemos obter os dados oficiais, os de 1879-80, 1880-81 e 1881-82. Assim poderemos ver como a produção aumentou a partir de 1840.

Indústria

Mesmo que o Brasil ainda não seja um país industrial propriamente dito, tem feito grande progresso sob esse aspecto e está muito adiantado em relação aos outros países da América do Sul. Existem, na capital do império e nas províncias, importantes fábricas e grande número delas são providas de máquinas a vapor, que empregam pessoal numeroso. Algumas, pela importância de seu ferramental e perfeição de seus produtos, rivalizam com as das nações mais avançadas, como o provam os inúmeros prêmios que têm obtido nas exposições internacionais. O Estado, por várias vezes, subvencionou as manufaturas de importância fora do comum e sempre encorajou as empresas produtivas.

No interior do país produz-se açúcar em grande escala, aguardente de cana, licores de café, cacau e outros, vinagre, cerveja, vinho de caju e de outras frutas; e, nas províncias do sul, vinho de uvas, farinhas



Exportações do Brasil	Quantidade				Valor (mil-réis)			
	1839-40	1879-80	1880-81	1881-82	1839-40	1879-80	1880-81	1881-82
Café(kg)	83.037.374	157.036.317	219.569.022	244.888.012	20.176.363	126.259.900	126.134.000	104.752.700
Açúcar	81.452.317	216.461.155	161.258.398	246.769.276	10.887.444	31.333.700	25.935.100	36.445.900
Borracha	417.862	6.880.482	6.722.638	6.840.210	257.590	12.242.500	11.855.700	12.005.400
Algodão bruto	10.260.394	11.356.264	12.719.261	21.916.228	3.984.425	5.186.700	5.114.600	9.662.300
Couros, peles	8.862.517	25.263.685	21.537.201	20.245.102	3.017.897	8.979.900	8.269.500	7.894.100
Tabaco	4.350.714	22.539.572	19.900.188	23.646.845	657.443	7.660.800	7.553.600	7.912.300
Mate (chá do Paraguai) ..	2.549.303	14.063.731	14.275.036	15.952.872	226.778	2.521.900	2.702.100	2.697.800
Castanha-do-pará	----	6.738.580	5.698.505	4.985.200	----	1.473.800	1.112.700	1.052.000
Diamantes(gramas)	2.275	13.546	19.519	11.646	186.800	1.007.100	1.307.500	861.200
Cacau(kg)	2.958.360	1.539.954	1.122.649	1.969.789	40.274	1.002.500	704.600	985.000
Farinha de mandioca	1.088.790	4.158.659	2.473.592	3.127.614	137.408	335.000	267.000	107.600
Aguardente de cana (litros)	6.036.697	3.308.328	2.704.934	2.120.931	629.775	336.500	309.400	281.200
Lãs(kg)	166.344	420.144	327.269	345.800	23.352	138.800	142.500	151.200
Crinas		478.429	416.773	458.450		309.500	275.800	334.100
Produtos diversos					2.598.471	23.160.200	41.883.600	31.567.000
				TOTAL	42.824.020	221.948.800	233.567.700	216.709.800



de mandioca, de milho e de trigo, tapioca e outras féculas; chá, mate (chá do Paraguai), guaraná, óleos comestíveis e combustíveis, manteiga, queijos, geleias, chocolates, carnes em salmoura e secas, extrato de carne e caldos concentrados, peixe seco e em salmoura, fumo de rolo, charutos e cigarros, sabão, velas de sebo, de cera ou de carnaúba (*Copernicia cerifera*), borracha, cola, couros secos e curtidos, tecidos comuns para confecção de sacos para café e açúcar, tecidos finos para vestimentas, corda, estopa, cerâmica destinada ao uso doméstico.

Além disso, existe na capital do império e nas das províncias, grande número de fábricas e oficinas destinados a produzir artigos de consumo, que anteriormente só vinham do exterior. Tais são no Rio de Janeiro as fábricas de produtos químicos, de espelhos, de instrumentos óticos, de navegação, de geodésia e de cirurgia; as fábricas de chapéus de palha, de feltro e de seda; de calçados, de vestimentas, de oleados, de tapetes; de couros em verniz e em marroquim; de vidro, de faianças finas e comuns; de pedras artificiais, de ladrilhos, de mosaico, de tinturas, de móveis comuns e de móveis artísticos; de carrocerias, de vagões para estrada de ferro e bondes, de máquinas e instrumentos agrícolas, de óleos, de sabão, de velas e círios, de destilação, de cerveja, de massas alimentícias, de papéis lisos ou estampados, de verniz, de papelão, de rapé, de charutos e cigarros, de mármore artificial, de lapidação de diamantes, de luvas, de flores de tecido e de plumas, grande número das quais obteve no exterior medalhas e distinções que testemunham em favor da perfeição desses produtos. Na cidade do Rio e em suas cercanias, quarenta e cinco jazidas de granito dão trabalho a mais de mil talhadores de pedra. Em várias capitais e em diferentes cidades e vilas, existem, como no Rio, oficinas de bijuteria, de relojoaria, de selaria, de cordoaria, de latoaria, de vestimentas, de flores de tecido e de plumas, de rendas, de trabalhos em crochê e bordados, de trabalhos em couro. Esses últimos são fabricados com rara perfeição no Rio Grande do Sul, no Paraná, em São Paulo e em Minas Gerais.

As fiações e fábricas de tecido são hoje muito numerosas. A mais importante é a fábrica “Brazil Industrial”, perto do Rio, na vila de Macacos.

Entre as usinas instaladas no Rio citam-se 24 fundições de máquinas, de ferro, de bronze, de latão e de cobre, relevantes por seu ferramental e pela perfeição de suas obras. Conta-se também nas províncias com grande número de fundições.

Na baía do Rio há estaleiros navais pertencentes a empresas privadas, que podem construir grandes navios.



O Brasil faz parte da União Internacional para a Proteção da Propriedade Industrial, nos termos da convenção assinada em Paris em 20 de março de 1883.

Agricultura

A agricultura é a mais importante fonte de riqueza pública no Brasil. O solo, ainda coberto em grande parte por florestas virgens, é de uma fecundidade admirável, de modo que os lavradores encontram grande compensação por seu trabalho. Assim, os rendimentos da colheita do trigo e do centeio, que na Europa são de 20 por unidade semeada, de 8 a 12 na Ásia, e na República Argentina de 15 a 25, no Brasil são de 30 a 60 e, mesmo, de 70 em algumas partes da província do Rio Grande do Sul. O milho, como já dissemos, dá em média 200 por unidade, e em alguns lugares 300 e 400. O arroz dá até 1.000 por 1. Os feijões dão 80 e até 200 por 1 na província do Paraná. Citam-se terras produzindo:

- por hectare: 4.266 a 4.742 kg de algodão
- " " 3.554 kg de café
- " " 7.344 kg de tapioca
- " " 9.390 litros de milho
- " " 18.730 litros de [farinha de] mandioca

A vegetação tão variada e tão vigorosa da zona tórrida e dos trópicos é encontrada no litoral, nas planícies e nas regiões pouco elevadas das províncias do norte e do centro, enquanto que, em grande parte dessas mesmas províncias, a elevação do terreno, assim que se atravessa a serra paralela à costa e os vastos planaltos do interior, permite o cultivo de todos os frutos, legumes e cereais dos climas temperados. Nas províncias do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, situadas fora dos trópicos e bem mais afastadas do equador que as outras províncias do império, o solo produz em toda parte, tanto nas regiões montanhosas como nas planícies e no litoral, as plantas da Europa meridional, e apresenta condições extremamente favoráveis a todas as culturas das zonas temperadas. Enquanto que em certos distritos se cultivam o café, a cana-de-açúcar, o algodão, o tabaco, o cacau e a baunilha, o chá e todas as plantas da Ásia; em outros distritos, algu-



mas vezes imediatamente vizinhos, as plantações de trigo, de cevada, de centeio, de vinhedos, de pereiras, macieiras e pessegueiros dão um excelente rendimento.

O erudito Agassiz diz:

Em virtude do clima e da situação geográfica do Brasil, as zonas vegetais não são tão delimitadas quanto em outros países, portanto, seria possível dividir o território do Império sob o aspecto agrícola em três grandes regiões. A primeira, estendendo-se das fronteiras da Guiana até a Bahia, ao longo dos grandes rios, é especialmente caracterizada pelos produtos silvestres da floresta, a borracha, o cacau, a baunilha, a sal-saparrilha, e uma variedade de gomas, de resinas, de cascas, de fibras têxteis, ainda desconhecidas do comércio dos dois mundos e às quais seria fácil acrescentar as especiarias, cujo monopólio pertence até agora às ilhas da Sonda. A segunda região, da Bahia a Santa Catarina é a do café. A terceira, de Santa Catarina ao Rio Grande do Sul inclusive, acrescentando os altos planaltos centrais, é a dos cereais, e em conexão com sua cultura, a criação de gado. O arroz, que nasce facilmente em todo o Brasil, e o algodão, que dá belas colheitas em toda parte, unem essas três zonas. O açúcar e o tabaco preenchem as lacunas e completam o encadeamento.

Os grandes plantadores brasileiros ocupam-se quase exclusivamente do cultivo do café, da cana-de-açúcar e do algodão. Os produtos dessas três culturas formam mais de dois terços do montante das exportações brasileiras, como demonstra a tabela já publicada no artigo sobre o comércio e onde se notará também a importância crescente da produção da borracha na rica bacia do Amazonas.

O cultivo do linho, nas províncias do Paraná e do Rio Grande do Sul, dá, pelo desenvolvimento que essa planta ali alcança, melhores resultados que na Europa. Em outras províncias, as hastes de grande número de vegetais fornecem fibras têxteis destinadas, por sua brancura e resistência, a fazer concorrência ao linho.

O cultivo do algodão teve um crescimento prodigioso no Brasil durante a Guerra de Secessão, nos Estados Unidos. Sem abandonar suas outras grandes culturas, os plantadores brasileiros chegaram a exportar anualmente enormes quantidades de algodão, suficientes para preencher o déficit produzido pela guerra. A província de São Paulo, que jamais havia plantado um só pé de algodão, as de Alagoas, Pará-



ba do Norte²⁰ e Ceará, onde essa cultura havia sido abandonada, chegaram a quintuplicar rapidamente a produção algodoeira, junto com as de Pernambuco e Maranhão. Na Exposição Universal de Paris em 1867, um prêmio especial foi outorgado ao Brasil, cujos habitantes, com sua energia, puderam prover largamente o mercado europeu de uma matéria prima indispensável.

O tabaco cresce espontaneamente no Brasil e o aperfeiçoamento do seu cultivo tende a se desenvolver. O tabaco da Bahia é o melhor.

A viticultura encontra excelentes condições em São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e em alguns distritos das províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, mas os vinhos brasileiros são todos consumidos no país e ainda não figuram como produtos de exportação.

A seringueira (*Siphonia elastica*), que fornece a borracha, é uma árvore selvagem, originária das florestas que cobrem o vale do Amazonas. Há alguns anos começou-se a cultivá-la no Pará. Esse rico produto brasileiro tem sua reputação estabelecida em todos os mercados do mundo, onde obtém preços muito elevados como sendo a melhor das borrachas.

A mandioca (*Manihot utilisima*)²¹, que no Brasil tem mais de 30 variedades, nasce em quase todas as terras das zonas intertropicais e temperadas, mas sobretudo, nas terras secas, não compactas, e principalmente, nas arenosas. É com a raiz da mandioca que se produz a famosa tapioca do Brasil, a farinha de mandioca, diversas massas, o amido, um molho conhecido pelo nome de tucupi e bebidas alcoólicas. O cultivo da mandioca exige tão poucos cuidados e as diferentes preparações a que as raízes são submetidas são tão fáceis e tão baratas, que mesmo supondo uma baixa de 50% nos atuais preços de venda, a tapioca e a farinha ainda dariam enormes lucros aos plantadores.

Em várias províncias, o cultivo do lúpulo dá os melhores resultados e grande parte da cerveja consumida no país é de fabricação nacional. O cultivo da maçã, a horticultura propriamente dita e a jardinagem, tiveram grande impulso desde alguns anos.

Quase todo o solo do Brasil, principalmente o das províncias situadas entre o Rio Grande do Norte e o Rio de Janeiro, inclusive, produz abundantemente a cana-de-açúcar. Frequentemente, essas plantações dão bons rendimentos durante dezesseis, dezoito e vinte anos. Em

20 N.T. – Antiga denominação de João Pessoa.

21 O nome científico designa a mandioca doce, aipim ou macaxeira (Cf.: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Aipim>, acesso em 9/8/2012). (M.G.P.)



Mato Grosso, plantações de quarenta anos conservam um vigor satisfatório. A cana-de-açúcar se reproduz com tal intensidade nessa província, nas bordas dos rios, que frequentemente é necessário desbastar as plantações, segundo o testemunho do viajante italiano Bossi.

A cultura da cana é lucrativa no Brasil mesmo nas terras silicosas, que lhe são menos favoráveis. Nas áreas recentemente desmatadas chega-se a colher, ao final de quinze meses, 100 mil quilos de cana por hectare, ainda que cultivando plantas leguminosas no mesmo terreno. Um único lavrador pode, empregando o arado, cuidar de dois hectares cultivados de cana e obter um lucro anual de 3.976 francos, vendendo a cana à razão de 19 francos e 88 centimos por mil quilos. Recentemente quatorze províncias obtiveram concessões para 51 usinas centrais, destinadas à fabricação de açúcar e de aguardente de cana. Para a instalação dessas usinas, o Estado garantiu juros de 6 a 7% sobre o capital investido, que foi de 29.850.000 rublos. Também está sendo considerada a instalação de usinas centrais para o café.

A criação de gado encontra condições muito favoráveis em quase todas as províncias, principalmente nas vastas pastagens do interior, regadas por água, em Minas Gerais, Bahia e Piauí, e nas belas planícies do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. Os rebanhos são quase abandonados a si mesmos e os cuidados com a criação são praticamente nulos.

Deu-se ao Brasil o nome de *País do Café*. Efetivamente, ele merece este nome, visto que sozinho fornece 55 % da produção total do globo.

Essa produção total de café é atualmente de 660.000.000 quilos por ano. Ela se divide deste modo:

– O Brasil produz	360 milhões de kg, ou seja
.....	22 milhões de puds.
– Os outros países reunidos	
produzem	300 milhões de kg, ou seja
	18 milhões de puds.
Total	660 milhões de kg, ou seja
	40 milhões de puds.

E, no entanto, em 1800, o Brasil só exportava 13 sacos de café!

Em 1817, já exportava 66.985 sacos; 97.498, em 1820; 484.222, em 1830; 1.037.981, em 1840; 3.765.122, em 1876.



Hoje, produz, por ano, mais de 6.000.000 sacos de 60 quilos cada um.

O erudito Agassiz, que visitou o Brasil há vinte anos, assim se exprimiu a respeito da cultura do café:

Quis me assegurar dos fatos relativos à cultura do café no Brasil desde 50 anos atrás. *O imenso desenvolvimento desse ramo da indústria e a rapidez do movimento, principalmente em um país em que os braços são tão raros, fazem parte dos fenômenos econômicos mais impressionantes de nosso século.* Graças a sua perseverança e às condições favoráveis resultantes da constituição do solo, os brasileiros obtiveram uma espécie de monopólio do café. Mais da metade do que se consome no mundo é de procedência brasileira. E, no entanto, o café do Brasil tem pouca reputação, e é mesmo cotado a um preço inferior. Por quê? Simplesmente porque *grande parte das melhores variedades produzidas nas fazendas brasileiras é vendida sob o nome de Java, de Moca, de Martinica ou de Bourbon.* Ora, a Martinica exporta por ano 600 sacos de café; Guadalupe, cujo produto é conhecido no comércio sob o nome da ilha vizinha, colhe 6.000, nem mesmo o suficiente para abastecer o mercado do Rio de Janeiro por 24 horas; a ilha de Bourbon não fornece muito mais. Quase todo o café vendido sob estas denominações, algumas vezes mesmo sob a de Java, é oriundo do Brasil, e o assim chamado *Moca*, frequentemente, nada mais é que os pequenos grãos redondos dos cafeeiros brasileiros.

A explanação a seguir colocará o leitor a par dos detalhes que se referem especialmente à questão do café.



II. O CAFÉ

“Este licor tão caro ao poeta,
Que fazia falta a Virgílio e que Voltaire adorava.”
(*Dellile*)

Não podemos fazer melhor, para colocar nossos leitores ao corrente da questão do café, do que reproduzir quase por completo, o excelente artigo publicado ano passado na França, por ocasião da exposição dos cafés brasileiros em Paris. Esse artigo, já reproduzido no preâmbulo do catálogo brasileiro da Exposição Internacional de Amsterdam, foi redigido por um distinto membro da imprensa parisiense, o senhor de Sant’Anna-Nery, que tratou a questão com grande competência. Somente acrescentamos, em notas, as informações posteriores que o completam, fazendo preceder cada capítulo de um Sumário para facilitar as pesquisas. Tal Sumário refere-se igualmente ao texto primitivo e às notas que o completam.

I. Noções Gerais

Sumário. O café. Diferentes espécies de cafeeiros. – O Brasil é o país em que a cultura do café é a mais extensa. A produção de todos os outros países somada não chega a igualar a do Brasil. – Como se cultiva o café. – Os cafés do Brasil estudados no Conservatório de Artes e Ofícios de Paris pelo general Morin, professor Péligot, doutor Laborie e senhor Heuzé. – Maneira de preparar o café. – Opinião do doutor Pennetier sobre os cafés do Brasil. – Análise química do café. – O café brasileiro é o mais rico em cafeína. – Análise dos cafés brasileiros pelo doutor Ludwig, diretor do laboratório de química da Faculdade de Medicina de Viena. – Opinião do doutor Lucien Martin sobre o emprego do café nas forças armadas de terra e mar. – A supressão do alcoolismo só pode ser obtida com a vulgarização do uso do café. – O abuso do café não



deve ser temido como o abuso das bebidas alcoólicas ou do fumo. – Propriedades terapêuticas do café. – Pode ser usado como medicamento. – Suas falsificações na Europa em consequência das tarifas alfandegárias. – Medidas tomadas ultimamente pela Inglaterra para evitar as falsificações.

O cafeeiro é originário da Etiópia, do Iêmen, da Arábia. É um arbusto da família das *rubiáceas* que só gosta das terras em declive e que exige um clima cuja temperatura permaneça entre 10° e 30° C.

Sob o ponto de vista da *plantação* e do *cultivo*, os holandeses foram os verdadeiros propagadores do café, como os turcos o haviam popularizado sob o ponto de vista do *consumo*.

Existem várias espécies de cafeeiros.

- O café *arábica*: cafeeiro moca ou franco
cafeeiro murta
cafeeiro de Áden
cafeeiro bastardo
- O café *mauritania*: café marrom das ilha Reunião
- O café *monrovia*: cafeeiro-do-Gabão
- O café *laurina*
- O café *amarelo*: cafeeiro selvagem com cerejas *amarelas*, o mais rico de todos em cafeína, e que se encontra nas florestas de Botucatu, na província de São Paulo, no Brasil.
- O café *vermelho*: cafeeiro comum do Brasil.

O Brasil é o país em que a cultura do café²² alcançou a maior extensão, é onde parece melhor prosperar e é também onde se encontram as mais ricas plantações. A Colômbia, a Guatemala, a Venezuela, a Nicarágua, São Salvador, a Costa Rica, o México, também fornecem

22 Os cafés finos são os arábicas, cujos grãos maduros podem ser vermelhos ou amarelos, dependendo da variedade (cultivar), ou seja existe o Bourbon Amarelo (que de forma geral produz as bebidas mais finas) e o Bourbon Vermelho, tão bom quanto aquele, mas talvez menos fino de paladar. Os amarelos são mais sensíveis às pragas e doenças, de forma que os vermelhos são mais cultivados. Segundo o Instituto Agronômico de Campinas – IAC, o nível de cafeína é praticamente o mesmo em grãos amarelos ou grãos vermelhos, de 0,9 a 1,2, para cafés arábicas. Depois de torrado, o nível de cafeína no arábica fica em torno de 1,0. Nos cafés africanos (robusta), o nível é de 2,0. (Informação prestada, em 27/7/2012, pelo doutor Roberval Corrêa de Rezende Bueno, fazendeiro de café em Carmo do Rio Claro, MG)



certo quinhão, mas a produção de todos esses países somada não chega a um terço dos cafés fornecidos pelo Brasil²³.

Uma subdivisão prática admite dez ou doze cultivares de inúmeras linhagens, que diferem entre elas por preços tão diversos quanto sua qualidade, seu aroma e sua origem.

Essa distinção é essencial e iremos ver a nomenclatura exata das diferentes linhagens de café entregues ao consumo pelo comércio:

América

Brasil: ²⁴	Rio de Janeiro (<i>Rio, Rio lavado, Capitania</i>)
	Santos (<i>Santos, Santos lavado</i>)
	Minas Gerais
	Bahia (<i>Bahia, B. Caravelas, B. Muritiba, B. Valença, B. Maragogipe</i>)
	Ceará
	Andaraí
	Pernambuco
	Amazonas
Antilhas:	Haiti ou São Domingos (<i>São Marcos, Mole, Gonaives, São Domingos, Port-de-Paix, Porto Plata, Cabo haitiano, Porto Príncipe, Jacmel, Jérémie, Aquin, Cayes</i>).
	Jamaica (<i>J. plantado, J. comum</i>)

23 Nota no original: “A produção total anual é hoje de 666 mil toneladas métricas, a saber:
Produção do Brasil300 mil toneladas
Produção dos outros países366 mil toneladas
666 mil toneladas”

24 Nota no original: “Completamos a classificação dos cafés do Brasil de acordo com as notas que nos foram fornecidas pelo senhor Araújo Maia, que representa na Rússia, com o doutor Cunha e Souza, o *Centro da Lavoura e do Commercio*.
– *Cafés do Rio*: Andaraí, Moca brasileiro, Botucatu, Leroy, Ceilão brasileiro, Maragogipe, Murta, Bourbon brasileiro, e as 14 qualidades seguintes: fino, superior nº 1, superior nº 2; 1ª boa nº 1; 1ª boa nº 2; 1ª regular (média) nº 1 e 1ª regular nº 2; 1ª comum nº 1 e 1ª comum nº 2; 2ª boa nº 1 e 2ª boa nº 2; 2ª comum nº 1 e 2ª comum nº 2; Escolha. Esses diferentes tipos de café se dividem ainda em cafés *lavados* e *não lavados*.
– *Cafés de Santos (São Paulo)*: as mesmas variedades do Rio.
– *Cafés Capitania*: os da província do Espírito Santo.
– *Cafés de Minas Gerais*: as mesmas variedades do Rio. São exportados via Rio.
– *Cafés da Bahia*: Bahia, Bahia Caravelas, Bahia Muritiba, Bahia Valença, Bahia Maragogipe e as 14 variedades do Rio.
– *Cafés do Ceará*: as 14 variedades do Rio.”



	Porto Rico, Martinica, Guadalupe (<i>Habitant, Bonifieur</i>) Cuba (<i>Santiago de Cuba, Havana</i>)
América Central:	Guatemala (<i>G. comum, G. polido</i>) Nicarágua Sabanilla Costa Rica (<i>C. comum, C. polido</i>) Honduras São Salvador
Venezuela:	Porto Cabello (<i>P. polido</i>) La Guaira Maracaibo
Peru:	Carabaya Huanaca
Bolívia:	Yungas
Guiana:	Caiena (<i>Costa de Remire, Montagne d'Argent, Kaw, Oyac</i>)

África

África Ocidental:	Madeira Cabo Verde Senegâmbia (<i>Cazengo, Rio Nunez</i>) Gabão (<i>Gabão, Benguela, Monróvia</i>) São Tomé (<i>Príncipe</i>) Angola (<i>Encoge, Cazengo</i>)
África Oriental:	Ilhas Reunião (<i>Bourbon pontudo, Bourbon redondo, variedades moca, murta, Leroy, St-Leu, Mauritania</i>) Maiote Nossi-Bé ²⁵ Moçambique (<i>Inhambane</i>)

25 Ilha próxima à costa noroeste de Madagascar. (M.G.P.)



	Madagascar (<i>Tamatave</i>) Zanzibar (<i>Moca zanzibar</i>) Berbera
Arábia:	Moca (<i>Moca de moca, Moca de Áden, Hodeidah, Kusma, Dejebi, Áden</i>).

Ásia

Índia:	Bombaim (<i>moca de Bombaim</i>) Mangalore Mysore Malabar Wynaad ²⁶ Tellitcherry ²⁷ Nilgberries ²⁸ Salem ²⁹ Ceilão ³⁰ (<i>Ceilão nativo, Ceilão plantado</i>)
Índia	Cochinchina ³¹
Transgangética:	Cingapura
Arquipélago Indiano:	Java (<i>Préanger, Demerary, Menado, Tagal, Malang, Solo, Tjilatjap, Samarang, Cheribon, Tenger, Kadoe, Pecalongan, Passarocan</i>). Palembang ³² Padang ³³ Célebes ³⁴ (<i>Paré-paré, Boenge, Makassar</i>) Sumatra Luçon ³⁵ (<i>Manila, Zamboang</i>)

26 Planalto no estado de Kerala, sul da Índia. (M.G.P.)

27 Ou Thalassay: cidade e porto na costa do Malabar, Índia. (M.G.P.)

28 Serras Azuis ou serra Nilgiri, região no estado de Tamil Nadu, sul da Índia. (M.G.P.)

29 Cidade no estado de Tamil Nadu, sul da Índia. (M.G.P.)

30 N.T. – Atual Sri Lanka.

31 N.T. – Nome dado à região ao sul do atual Vietnã.

32 Capital da província da Sumatra do Sul, na Indonésia. (M.G.P.)

33 Cidade na ilha de Sumatra, Indonésia. (M.G.P.)

34 Hoje, Sulawesi, uma das ilhas que formam a Indonésia. (M.G.P.)

35 É a maior ilha do arquipélago das Filipinas. (M.G.P.)



Taiti
Nova Caledônia

O cafeeiro é cultivado em quincôncio³⁶, na encosta de colinas meio sombreadas, onde as águas pluviais não são muito abundantes.

Procede-se por semeadura e geralmente ao final de um ano, as jovens plantas estão suficientemente fortes para poderem ser replantadas em covas regularmente dispostas e separadas umas das outras em intervalos de aproximadamente 4 metros. É somente por volta do quarto ano que o cafeeiro começa a produzir no Brasil, mas logo a quantidade de cerejas que gera vai sempre aumentando. Alcança, então, de 3 a 5 metros de altura e uma circunferência de 0,50 a 0,60 centímetros. Com 8 ou 9 anos de idade, o cafeeiro está em plena produção e dá frutos durante cerca de quarenta anos, quando se tem o cuidado de podar e retirar os galhos mortos.

No Brasil, procuram-se de preferência terrenos virgens e arborizados para iniciar uma lavoura cafeeira, que no final de sete anos está em plena produção. Uma vez escolhido um terreno nessas condições, as árvores são abatidas e queimadas. Depois, feito o plantio, deixa-se os cafeeiros crescerem naturalmente, tendo-se o cuidado de protegê-los contra as ervas daninhas, que sem isso invadiriam rapidamente a plantação. Sabe-se que o cafeeiro não suporta nem um calor muito forte, nem um frio um pouco mais intenso. No Brasil, comumente, ele só se desenvolve bem entre os paralelos de 18° e 25°.

Calcula-se que, no Brasil, um hectare de terra convenientemente preparada pode receber 900 cafeeiros.

Antes da baixa, que atingiu o mercado de café durante os últimos anos e cujas causas estudaremos mais adiante, o rendimento médio por trabalhador, inclusive mulheres, crianças e velhos, em uma fazenda brasileira, era de 1.704 francos³⁷.

As lavouras brasileiras se estendem, mais ou menos fecundas, do rio Amazonas até a província de São Paulo, e abarcam aproximadamente 20° de latitude. Do litoral à extremidade ocidental da província de Mato Grosso, contam-se 25° de longitude. A área total em que se pode cultivar o café está avaliada em mais de 3 milhões de km²!

36 Plantação de vegetais (árvores, mudas, arbustos, vides etc.) de modo equidistante, dispostos em quadrado, com um no centro. (M.G.P.)

37 Nota no original: “Ver *O Império do Brasil na Exposição de Filadélfia*. Rio de Janeiro, 1876, um vol. com mapas.”



Pretendeu-se, talvez com razão, que alguns plantadores brasileiros não preparam seus terrenos com tanto esmero quanto os do Ceilão e de Java, o que dá um certo amargor, um sabor de “*terroir*”³⁸ ao café do Brasil. Queremos observar que esse gosto de “*terroir*” está longe de ser desagradável, e que, de resto, enfraquece consideravelmente quando se tem o cuidado de guardar o café por um ou dois anos antes de usá-lo, precaução que é preciso tomar, aliás, com todos os cafés. Esse defeito, ou essa qualidade, que apresentam todos os cafés autênticos, são muito apreciados pelos *gourmets* da América do Norte.

Pedimos emprestado ao general Morin os resultados do trabalho que empreendeu no Conservatório de Artes e Ofícios, em conjunto com o eminente professor de química, o senhor Péligré³⁹. Esses especialistas concordam em reconhecer que o café, como os vinhos generosos, exige a prova do tempo para adquirir suas mais requintadas qualidades. É a idade que faz o bom café.

Os cafés mais secos, cuja cor é em geral, amarelo pálido, têm uma densidade *gravimétrica* de aproximadamente 500 gramas por decímetro cúbico, enquanto os que têm uma aparência esverdeada e cuja colheita não data de mais de um ou dois anos, pesam em média 680 gramas e às vezes mais, por decímetro cúbico, sem compactação.

No entanto, sendo o café sempre vendido por peso, o comércio tem interesse em entregá-lo o mais verde e o mais pesado possível, porque o consumidor hesitaria em pagar a diferença de preço correspondente à densidade.

Isso é tão verdadeiro que os comerciantes só podem entregar, mesmo os melhores cafés da costa da África, chamados mocas de Zanzibar, cafés de *dois anos* no máximo, ao preço médio de 5 francos por quilo, enquanto que, se os cafés estivessem perfeitamente secos, valeriam mais de 7 francos, levando em conta a perda pela desidratação.

O aroma do café está, portanto, em relação direta com a sua desidratação pelo tempo.

Procedência	Data da		Densidade dos grãos por litro	N. de grãos por decilitro
	colheita	Estado dos grãos		

38 N.T. – Região rural sob o ponto de vista de sua produção agrícola, de suas particularidades rurais.

39 Nota no original: “Ver nas *Annales du Conservatoire des Arts et Métiers: Note sur les diverses variétés de café et, en particulier, sur les cafés du Brésil*, pelo general Morin.”



Moca (<i>almirante de Rigny</i>)	1828	grãos regulares, finos	500 gr.	510
Moca de Áden	1874	muito misturados	606 gr.	554
Moca Zanzibar	1874	id.	600 gr.	476
Java	----	regulares grossos	455 gr.	338
Reunião	1869	finos, pontudos nas extremidades	630 gr.	488
Brasil	1872	regular grosso	52 gr.	294
Brasil – Rio	n. 16	1867	460 gr.	300
	n. 17	1871	regulares grossos	544 gr. 292
	n. 18	1872	586 gr.	354
Venezuela	1865	ovoides médios	654 gr.	400
São Salvador	1873	id. id.	662 gr.	---
Cochinchina	muito secos	pequenos	614 gr.	544
Rio Nunez		id.	580 gr.	618
Nossi-Bé		médios	584 gr.	432
Nossi-Bé (<i>selvagem</i>)		ovoides muito pequenos	440 gr.	752
Gabão		grossos irregulares	490 gr.	336
Caledônia		médios	570 gr.	442
Ceilão	meio secos	finos	580 gr.	452
grossos (desidratados artificialmente)				
Brasil (<i>Espírito Santo</i>)	1875	artificialmente)	567 gr.	318

Alguns processos físicos poderão, talvez, um dia substituir esse coeficiente de anos necessários, e nos permitir consumir o café na plenitude de seu sabor.

O resultado desse quadro comparativo mostra que o *café brasileiro* é, de todos os cafés, o maior e o mais regular.

Além disso, esse café parece exigir menos tempo para desidratação que os outros cafés, visto que sua densidade gravimétrica é:

- em 8 anos, 460 gramas
- em 4 anos, 544 gramas
- em 3 anos, 586 gramas



Em um ano, depois de desidratação artificial, sua densidade é de 567 gramas por litro. Isso quer dizer que o café brasileiro se presta melhor que nenhum outro aos processos artificiais de desidratação, que poderiam facilmente, se bem realizados, dar a um café de um ano o aroma e a densidade gravimétrica de um café de dez anos.

Os plantadores brasileiros devem, sobretudo, dirigir seus esforços nesse sentido, se quiserem se assegurar de possuir as melhores qualidades, em todos os mercados do mundo.

No Brasil, a colheita do café começa em abril ou maio e se prolonga às vezes até novembro em consequência de irregularidades na maturação.

A preparação prematura do café não é de importância negligenciável para sua qualidade. Alguns conselhos a esse respeito não serão supérfluos. São poucas as casas onde se sabe preparar conveniente e racionalmente um excelente café.

O café deve ser torrado somente algumas horas antes do consumo. O café torrado velho libera um elemento oleoso que se altera ao ar livre e lhe dá um gosto acre e algumas vezes insuportável.

No máximo, pode-se conservar o café torrado um dia ou dois, em vasilha fechada.

O aparelho chamado torrador de café, vulgarmente empregado, não é ruim, sob a condição de se evitar os movimentos bruscos e os choques violentos.

É preciso usar fogo forte e regular de carvão de madeira em completa ignição.

Sob a ação do fogo, o grão de café aumenta seu volume em uma proporção de 1,50, 1,60 ou mesmo 1,75. A perda no torrador varia de acordo com o grau de ressecamento do café. Para que o café seja convenientemente torrado até a coloração marrom, deve perder de 0,13 a 0,18 de seu peso. Se chegasse a uma perda de 0,20, estaria demasiadamente torrado, demasiadamente oleoso e mancharia o papel.

A dosagem das xícaras comuns de um decilitro deve ser de 25 grãos por um decilitro e meio de água.

A água da infusão deve estar em uma temperatura um pouco inferior ao grau de ebulição.

As vasilhas em faiança, em porcelana ou em vidro devem ser as únicas aceitas para os filtros. Qualquer metal ou aparelho a vapor deve ser rejeitado.



O general Morin, o senhor Péligot, o doutor Laborie, o senhor Heuzé da Sociedade de Agricultura, os Srs. Bignon e Magny, *restaurateurs*⁴⁰ bem conhecidos, promoveram em 1875, a degustação de diversos cafés entregues para consumo.

Sua experiência não pôde ser feita em condições vantajosas para o café brasileiro. Enquanto trabalhavam com outros cafés muito secos, que já haviam perdido completamente seu gosto de verde, só puderam degustar o café brasileiro do ano.

Apesar dessa causa real de inferioridade, o café do Brasil foi considerado excelente e obteve uma colocação muito boa na classificação geral.

Os degustadores dividiram os cafés em três categorias, que nos parecem bastante razoáveis, de acordo com o sabor e o aroma:

1. os cafés secos, com um aroma muito pronunciado que permite misturá-los;
2. os cafés secos, menos aromáticos, mais suaves, podendo ser bebidos puros;
3. os cafés jovens.

Ora, na primeira classe, o café brasileiro de 2 anos pôde competir com os cafés de idade muito mais avançada. Ocupou o 8º lugar na classificação, com a nota muito bem colhido, *muito bom*, ainda não suficientemente envelhecido.

Antes dele só havia 5 espécies de moca muito envelhecidos, um Martinica de 3 anos e um Ceilão também de 3 anos.

O café amarelo foi considerado muito bem colhido, muito bom e muito forte para mistura.

O senhor Péligot constatou, além disso, que o café amarelo é muito mais rico em cafeína que o café vermelho.

Na segunda categoria dos cafés secos suaves, o café brasileiro vem em segundo lugar. O Saint-Leu da Reunião foi considerado preferível a ele. Os cafés do Rio, São Paulo, Campinas, Santos, Capitania, Espírito Santo foram avaliados como muito bem colhidos, muito secos, com um *gosto franco e agradável*.

Na classificação provisória dos cafés jovens, o café brasileiro sobe sem contestação ao primeiro lugar. É, de todos os cafés, o que tem menos necessidade de envelhecer para ser considerado passável, senão

40 N.T. – Proprietário de restaurante, em geral com conhecimentos de gastronomia.



totalmente bom. É essa vantagem que faz sua superioridade comercial sobre todos os outros cafés do mundo.

O café de Minas Gerais foi considerado de gosto forte, mas bom, que deve ganhar muito com o envelhecimento.

Eis a conclusão dos trabalhos do senhor Péligot e do general Morin sobre os cafés do Brasil:

Excetuados os cafés da Arábia, da Martinica e da Reunião que na realidade só entram com 0,052 de nosso consumo total na França, são os cafés do Brasil que merecem a preferência do nosso comércio, não somente por causa do cuidado com que são colhidos, mas também por suas boas qualidades. O comércio e os consumidores franceses devem, portanto, fazer votos para que essa cultura se desenvolva e se aperfeiçoe cada vez mais naquele rico e fértil país.

O doutor Georges Penetier, diretor do Museu de História Natural de Rouen, acrescenta o que segue, às palavras lisonjeiras e encorajadoras que acabamos de citar:

Alguns cafés do Brasil têm aroma igual ao da Martinica. Grande número destes cafés suficientemente secos tem um gosto franco e muito agradável. Podem ser aceitos para consumo como equivalentes ao café da Reunião e parecem superiores a todos os cafés procedentes de outros países da América.

As análises químicas mais recentes do café mostram:

– Água	12 % em média
– Celulose	34 "
– Matérias graxas	10 a 13 "
– Glicose dextrina	
Ácido cafeico	 15 a 16 "
Ácido cítrico e outras matérias não azotadas	
– Matérias azotadas	
Cafeína, legumina	 17% em média



— Substâncias minerais

6 a 7

"

As matérias graxas que dão ao café cru seu odor são, portanto, relativamente pouco numerosas.

A cafeína é o que domina no café. Esse alcaloide foi descoberto por Runge. Cristaliza-se em filamentos sedosos, brancos, inodoros, ligeiramente amargos e voláteis. A cafeína é muito rica em azoto. Constitui um excelente nutriente, visto que contém 30 % de seu peso em azoto.

Por sua composição, esse princípio ativo do café é idêntico à teína do chá, à teobromina do cacau e à guaranina do guaraná.

O senhor Vandencorput descobriu a presença da cafeína nas folhas do cafeeiro na proporção de 2 %.

A torrefação modifica a composição química do café. A parte lenhosa se decompõe em parte e se torna friável, a dextrina e a glicose se transformam em uma matéria marrom, amarga, solúvel em água, um princípio oleoso muito aromático, muito volátil, a cafeína se expande sob a ação do fogo. A maior parte da cafeína permanece, mas uma porção se decompõe em metilamina.

A quantidade de cafeína varia de acordo com a espécie do café.

Em 500 gramas de café submetidos à análise, encontrou-se:

— Café amarelo do Brasil	1,82
— Martinica	1,79
— Alexandria	1,26
— Java	1,26
— Moca	1,06
— Caiena	1,00
— São Domingos	0,89

Não somente o café brasileiro é, de todos, o mais rico em cafeína, mas é ainda o que passa à água a maior quantidade de princípios solúveis, até 45 %.

Bem recentemente, um jovem médico brasileiro, o doutor C. Teixeira, querendo apreciar em seu valor exato as diferentes variedades de café, teve a boa ideia de pedir ao doutor Ernst Ludwig, o erudito diretor do laboratório de química da Faculdade de Medicina de Viena, para fazer a análise de duas diferentes linhagens de café brasileiro que lhe apresentou. O professor Ludwig procedeu à análise destas amos-



tras, segundo o método de Dragendorff. O resultado dessa análise⁴¹ demonstrou que o café brasileiro supera os cafés das mais diversas procedências pela proporção de cafeína que contém. Ele é superior ao Ceilão nativo e ao plantado, aos cafés da Martinica, da Alexandria, de Java, de Moca, de Caiena, de São Domingos. Com efeito, segundo a análise do professor Ludwig, em concordância com outros químicos famosos, a proporção de cafeína contida no café brasileiro varia entre 1,16 e 1,75%.

A análise química que acabamos de mostrar indica os principais efeitos que o café pode produzir sobre o organismo.

O café estimula o pensamento, ativa a imaginação, coloca em movimento todas as faculdades intelectuais e provoca insônia nas pessoas que não fazem dele uso habitual.

Os senhores Gasparin e Payen constataram que os consumidores de café necessitam de muito menos alimento para se saciar que aqueles que não o consomem regularmente. Além disso, esses estudiosos se deram conta das causas desse fenômeno. Reconheceram que o café, sem diretamente alimentar muito, diminui de maneira notável as funções de desassimilação. São sobretudo os pobres, os trabalhadores, os soldados e todos os homens que comem pouco ou que comem mal, que devem principalmente se entregar ao consumo do café.

Nos países da cerveja e da cidra, o café se torna um tônico de primeira necessidade.

O doutor Lucien Martin, no jornal *Hygiène Pratique*, dedica um excelente artigo à demonstração dos excelentes resultados que se poderia obter com o emprego racional do café nas forças armadas de terra e mar.

Ele constata que a supressão do álcool só pode ser decidida se for substituído por um líquido que ofereça as mesmas propriedades sem apresentar os mesmos resultados funestos.

Além disso, o café ingerido em uma temperatura elevada age por seu calor e protege as pessoas do frio a que podem estar expostas. Mais ainda, o açúcar que se acrescenta a essa bebida é um alimento respiratório de primeira ordem.

O café – diz – é verdadeiramente indispensável às tropas, não somente para sustentá-las, excitá-las e aquecê-las, mas também para preservá-las ou curá-las da diarreia, uma doença frequente em campanha ou na mar-

41 Nota no original – “Vide *Der Kaffee von Brasilien*, Viena, 1883. Citaremos também uma publicação bem recente do doutor F. da Cunha e Souza: *Brasil-Kaffee*. Viena, 1884.”



cha, que esgota e abate rapidamente o soldado mais vigoroso. O café é, portanto, um agente terapêutico preventivo, seguramente o melhor de todos. É também, graças a ele, que se têm à mão um modo de ação agradável e eficaz contra as febres intermitentes que são muito comuns. Uma distribuição suplementar de café, do qual se faria uma decocção com os grãos não torrados, poderia substituir a ração terapêutica de sulfato de quinina, que no verão e no outono é fornecida à guarnição de alguns postos. Ela seria ainda mais útil porque o soldado, acreditando que a *quinina lhe queima* o estômago, decide não tomar o medicamento que lhe foi distribuído, mas sim conservá-lo para vendê-lo aos habitantes.

A conclusão lógica dessas linhas é a necessidade de distribuir aos soldados rações cotidianas de pelo menos 25 gramas de café. Seria desejável que as famílias pobres pudessem obter, por pessoa, a mesma quantidade dessa bebida de primeira necessidade. Não há que se temer seu abuso como o do álcool e do tabaco. O senhor Pouchet, em seu *Traité élémentaire de botanique appliquée* cita um caso muito curioso a este respeito. Diz: “Vimos, em um albergue de Leus-le-Bourg, no sopé do Monte Cenís, uma boa mulher de 116 anos, que tinha o hábito de beber 25 a 30 xícaras de café por dia”.

Depois desse exemplo é inútil citar Voltaire e sua longevidade.

Em resumo, o café age sobre o encéfalo, aumentando a energia de suas funções. Impede a desassimilação dos tecidos vivos. Os médicos podem empregá-lo vantajosamente para combater as enxaquecas, as nevralgias, as coqueluches, as febres intermitentes, e à guisa de reagente para impedir o envenenamento pelos narcóticos⁴².

Mas, para obter todos esses bons efeitos, é indispensável que o café seja puro, sem alterações, sem falsificações prejudiciais.

O café não deve ser colhido de plantas doentes ou ensacado antes de estar perfeitamente seco.

O café moído, principalmente, é objeto de inúmeras falsificações.

Frequentemente, é composto de tipos inferiores, de cafés estra-

42 Nota no original: “Ver Dr. Meplain, *Du Café, étude de Théraputique Physiologique* (Paris, 1868, Louis Leclerc, Livreiro-Editor); Dr. Guégan, *Considérations sur l'Emploie du Café dans le traitement des métrorrhagies* (Paris, 1881, A. Parent, Imprimeur da Faculdade de Medicina); Dr. Villemus, *Du Café et de ses principales applications thérapeutiques* (Paris, 1875, A. Derenne); Dr.C. Teixeira, *Der Kaffee* (Viena, 1883); Dr. Cunha e Souza, *Brasil-Kaffee* (Viena, 1884); Barão de Teresópolis, *Discurso no 4º Congresso Internacional de Higiene e Demografia* em Genebra (1882).”



gados, de resíduos de cor caramelo. Também lhe acrescentam chicória torrada e falsificada.

A maneira de testar esses pós está ao alcance de todos.

É suficiente jogar uma pitada de café em uma xícara de água. Se uma parte do pó sobrenada e outra se deposita, se a água se colore imediatamente, é porque o café está adulterado.

Nossos laboratórios de química fariam bem em submeter à análise e à proscrição essas mercadorias prejudiciais que nos vendem sob o belo nome de café.

Esse é o exemplo que a Inglaterra acaba de nos dar. Um conjunto de regras importantes a respeito do café e da chicória acaba de ser editado. Um regulamento especial taxa com um imposto de meio pênny por 112 gramas de todas as substâncias vegetais que são apresentadas como podendo ocupar o lugar do café ou da chicória. Cada pacote deve ter um quarto de libra e ter um selo removível que indique a natureza e as proporções do conteúdo. A pena de confisco com multa de 20 libras é aplicada a todos os infratores dessas disposições. Quem fizer uso de selos já utilizados é passível de uma multa de 100 libras. O café puro e a chicória pura, não são submetidos a esse regulamento; no entanto a mistura de café e chicória deve ter a etiqueta legal. Dessa maneira, os sucedâneos do café não poderão ser vendidos sem o conhecimento dos compradores, e pagarão tributos mais elevados que o café e a chicória puros.

II. O Café sob o Ponto de Vista Econômico

Sumário. Mercado ascendente da produção e do consumo. – Baixa acidental dos preços. – Consumo do café na Rússia e em outros países. – Média de consumo por habitante. – Tarifas alfandegárias sobre o café. – As associações contra o abuso das bebidas alcoólicas deveriam ser as primeiras a pedir a diminuição das tarifas alfandegárias que pesam sobre o café.

Para formar uma opinião sobre o futuro do artigo, é preciso fazer uma conta exata da progressão da produção e do consumo. Até aqui, a estatística parece estabelecer que o consumo excede a produção, apesar das aparências em contrário.

Assim, de 1855 a 1878, quer dizer, em vinte e três anos, a produ-



ção geral aumentou em 48%, o consumo em 60%. Portanto, o equilíbrio só foi rompido em favor do consumo.

Se o consumo avança 12 % sobre a produção, como explicar a depreciação de 40% no preço do produto em dois anos? Devemos, portanto, procurar em outra direção a solução do problema.

O que se rompeu não foi o equilíbrio entre a produção e o consumo, mas entre a oferta e a demanda, o que não é a mesma coisa.

No Brasil, saltamos sem transição do transporte no lombo das mulas para a locomotiva. As colheitas atuais nos chegam, portanto, pelo menos dois meses mais cedo que antes. Em vinte e dois dias os vapores as transportam para os países consumidores. Outrora eram precisos oitenta dias aos navios à vela para fazer o mesmo trajeto. Eis, no total, quatro bons meses ganhos, e em consequência, 4/12 da colheita que são oferecidos ao consumo antes que a colheita precedente tenha sido escoada. A demanda não aumenta na mesma proporção que a rapidez da oferta.

A produção não está em causa aqui. Mesmo que o Brasil não produzisse um saco de café a mais, o mesmo fenômeno econômico se teria manifestado.

Para as colheitas da Índia o raciocínio é ainda mais justo. Os navios à vela dobrando o cabo da Boa Esperança e os vapores atravessando o istmo de Suez depositam nos entrepostos da Europa duas colheitas em um intervalo muito curto. Para *um* pedido há, portanto, *duas* ofertas, graças à *rapidez das chegadas*.

A essas causas gerais, é preciso acrescentar para o Brasil outras causas secundárias, como por exemplo, a grande colheita de 1880 – a má distribuição das expedições do interior, com os plantadores despachando às vezes mais de 30.000 sacos por dia, ao passo que, se re-partissem suas remessas mais uniformemente pelos doze meses, essas deveriam ser somente a metade; – mais os exageros dos telegramas, oferecendo os cafés abaixo da cotação para obter ordens etc.

É um erro basear-se nos grandes estoques e na enormidade do estoque do Havre para acreditar em um forte aumento da produção. O acúmulo dos estoques nos portos marítimos é somente consequência das facilidades de comunicação que existem no mundo inteiro.

Estamos, portanto, na presença de uma situação transitória devida aos *novos meios de transporte*⁴³.

O choque aconteceu. Ele não se repetirá mais enquanto não se

43 Nota no original – “Vide circular de 28 de fevereiro de 1882 dos senhores Busch e Comt^e do Havre”.



descobrir meios de transporte tão superiores aos meios atuais, quanto estes o são aos antigos.

Isso posto, a estabilidade dos transportes estando assegurada, a diferença atual entre a oferta e a demanda só pode diminuir, visto que, na realidade, *é o consumo que aumenta*.

Quanto à produção mundial, pode-se avaliar como segue:

- 95 milhões de quilogramas em 1832
- 300 milhões de quilogramas em 1855
- 600 milhões de quilogramas em 1880

Até 1878 o preço dos cafés foi se elevando constantemente. O café brasileiro seguiu essa marcha ascendente, mesmo permanecendo sempre 15 a 20 francos abaixo da cotação das outras origens.

Essa inferioridade de preço, devida aos sistemas econômicos de produção, fez com que a França procurasse o café brasileiro. Ele lhe foi vendido com o nome de Reunião, Martinica, Zanzibar, etc.

Desde 1879 os preços dos cafés brasileiros não cessaram de baixar.

Os 4.337.418 sacos de café Rio exportados em 1881, que ao preço médio do ano anterior teriam representado uma soma de 122.000.000 de mil-réis, deram, ao preço médio de 1881, somente 96.000.000 de mil-réis, o que representa uma depreciação de 21,4%. Santos exportou em 1880/1881, 1.204.198 sacos.

Por outro lado, embora o consumo do café não cesse de aumentar à medida que os preços se tornam mais moderados, o comércio a varejo se mantém sempre sob extrema reserva, obstina-se a não mais querer fazer provisões e só compra na medida de suas necessidades imediatas, sendo encorajado a esse sistema pelo fluxo do produto nos últimos anos. Não é, portanto, surpreendente, que nesse estado de coisas os estoques se acumulem nos principais portos marítimos, enquanto não existe quase nada no comércio a varejo.

Mas enfim, há limite para tudo, e não se pode supor que um artigo tão sério e tão importante como o café possa cair a um valor irrisório, mesmo que desacreditado no momento e um pouco abandonado pela opinião pública.

Está provado por números oficiais e autênticos:

1. que a produção do café brasileiro sempre foi crescente;



2. que o consumo deste café no estrangeiro seguiu inclusive uma progressão ascendente; e
3. que desde 1879-1880 os preços do café brasileiro estão sempre diminuindo.

A que atribuir essa enorme e persistente desigualdade? Os cafés brasileiros sofrem a concorrência estrangeira? Isso não parece resultar das estatísticas de exportação. Pelo contrário, a cada dia, os Santos, de São Paulo, substituem e suplantam os procedentes de São Domingos; o estoque brasileiro é sozinho superior a todas as outras chegadas de café. É preciso, portanto, procurar em outro lugar a razão dessa baixa de preço. Evidentemente a encontramos na *diferença considerável que existe entre a oferta e a demanda*. Não há mais equilíbrio entre o consumo e a produção. Como sair desse embaraço? Só se vê um remédio: *abrir novos mercados e baixar as tarifas alfandegárias*.

Esperamos que os governos compreendam enfim todas as vantagens que resultarão para a saúde e a riqueza pública a supressão dos tributos sobre um produto tão indispensável quanto o café.

A produção excessiva, a extensão bastante considerável dada continuamente à cultura do café, em detrimento de outras plantações na América do Sul, também são a causa dessa crise. No entanto não é preciso diminuir essa cultura por essa razão, mas sim suspender todos os obstáculos que se opõem à criação de novos mercados. Visto que a Europa e as Américas consomem em média 600.000.000 kg. de café por ano, e que esses países podem consumir regularmente três ou quatro vezes mais, nos parece mais lógico e mais vantajoso *expandir os mercados que restringir a produção*.

As estatísticas provam que o consumo do café está na razão inversa da elevação das tarifas alfandegárias. Em outros termos, quanto mais são elevadas as tarifas alfandegárias sobre o café em um país qualquer, menos o consumo se desenvolve.

Façamos falar os números e escutemos os do ano de 1879.

Proporcionalmente, é na Holanda que o consumo do café é mais importante, visto que é de 8,012 kg por habitante. Na Holanda os cafés entram livres de tarifas.

Na Bélgica, onde o café só paga 13,20 F por 100 kg, o consumo por habitante é de 5,400 kg.

Nos Estados Unidos, onde o café não é sujeito a nenhuma tarifa alfandegária, e na Suíça, onde só paga 3 F por 100 kg, o consumo é de 3,500 kg e 3,600 por habitante.



Depois desses países, o consumo desce imediatamente a um número inferior. Na Alemanha, onde o café paga 50 F de tarifas alfandegárias por 100 kg, o consumo por habitante não é maior que 2,470 kg.

Na Áustria, onde se pagam 16 florins-ouro por 100 kg, o consumo é ainda mais baixo (1,050 kg).

Na França, graças às tarifas quase proibitivas de 156 F por 100 kg o consumo não é de mais que 1,460 kg. por habitante. Um francês consome, portanto, aproximadamente seis vezes menos café que um holandês, perto de quatro vezes menos que um belga. Um suíço ou um habitante dos Estados Unidos consomem duas vezes mais café que um francês, e um alemão consome o dobro⁴⁴.

- 44 Nota no original – “Eis, de acordo com o senhor Lischine, Encarregado de Negócios da Rússia no Rio de Janeiro, o montante da importação dos cafés para a Rússia durante os últimos anos. Acrescentamos somente os números de 1882 e 1883, que acabamos de encontrar nos jornais de São Petersburgo.

1877	287,038	puds, ou seja,	4,701	toneladas métricas
1878	417,221	" "	6,731	" "
1879	472,448	" "	7,638	" "
1880	500,064	" "	8,191	" "
1881	424,431	" "	6,952	" "
1882	508,877	" "	8,331	" "
1883	387,141	" "	6,338	" "

Comparemos agora estes números com os do consumo nos Estados Unidos e de alguns países da Europa, segundo o *Relatório do Consulado Geral do Brasil em Liverpool* de 20 de março de 1882 (toneladas métricas).

	1880	1881
Estados Unidos da América do Norte	166,463	185,297
Alemanha	94,200	104,153
França	57,720	64,780
Áustria	31,428	36,000
Bélgica	22,753	25,361
Grã-Bretanha	14,732	14,478

A Rússia, de todos os países da Europa, é onde se consome menos café: de 6.300 a 8.000 toneladas métricas por ano. A Suíça, que é um país muito pequeno, consome 11.000. O consumo na Rússia é de menos de 0,100 kg por habitante.

Ao anunciar, há alguns meses, a intenção do *Centro da Lavoura e do Commercio* do Rio, em fazer uma exposição de cafés na Rússia, o *Novoye Vremya* de São Petersburgo, acrescentava o seguinte: “A estatística do café mostra um excedente da produção sobre o consumo, e isso prova que os preços elevados que pagamos por esse artigo nos são impostos artificialmente. Esse exagero nos preços deve-se à ação dos intermediários estrangeiros que enviam aos nossos mercados cafés do Brasil sob os supostos nomes de Java, Moca, etc.”

As tarifas alfandegárias do café na Rússia, que eram de 1 rublo e 65 copeques por *pud*, foram elevadas em 1º de junho de 1882 para 2 rublos e 50 copeques pagáveis em ouro (*Relatório do ministro do Brasil na Rússia*, barão de Alhandra, ao *ministro da Fazenda do Brasil*).



Regra geral: lá, onde reina o horrível *taberneiro*, semeador do *delirium tremens*, não há cafeterias. O domínio do mazagrã⁴⁵ termina onde começa o dos *perroquets*⁴⁶.

As associações contra o abuso de bebidas alcoólicas deveriam ser as primeiras a exigir a diminuição das taxas alfandegárias que pesam sobre o café na França e em outros lugares.

As vitrines dos magazines não incluem nenhuma amostra do Brasil e, no entanto, esse país exporta, sozinho, mais que todos os países produtores reunidos. A produção total de café do mundo inteiro estava estimada, em 1878, em 491 milhões de quilogramas. Somente a do Brasil era de mais de 250 milhões de quilos!⁴⁷

III. As Exposições de Café Brasileiro, a “Associação Centro da Lavoura e do Comércio”

Sumário. A associação *Centro da Lavoura e do Comércio*⁴⁸. – Nomes dos

Vejamos agora quais são as taxas alfandegárias, em moeda francesa, e a média anual, em quilogramas, do consumo por habitante em alguns países, começando pela França, onde as taxas sobre o café são exorbitantes:

França	156,00	por cem quilogramas.	Consumo 1,46	por habitante
Rússia	61,08	"	"	0,10 "
Alemanha	50,00	"	"	2,47 "
Áustria	37,50	"	"	1,05 "
Bélgica	13,20	"	"	5,40 "
Suíça	3,00	"	"	3,60 "
Holanda	isento	"	"	8,12 "
Estados Unidos	isento	"	"	3,50por habitante.”

45 Café frio, servido em copo grande, a que se adiciona água. (M.G.P.)

46 N.T. – Na França, coquetel feito com a mistura de *pastis*, xarope de menta e água, que dá uma cor verde à bebida, lembrando a cor de um papagaio (*perroquet*).

47 Nota no original – “Já observamos que a produção total anual de café é hoje de 666 milhões de quilogramas, dos quais 360 milhões produzidos pelo Brasil e 306 milhões por todos os outros países reunidos.”

48 Nota no original – “O *Centro da Lavoura e do Comércio* é uma associação jovem e poderosa cujos membros representam, por suas casas comerciais no Rio de Janeiro e seus estabelecimentos agrícolas na zona cafeeira, interesses de importância considerável.

O presidente é um dos mais ricos agricultores do Brasil, o *visconde de São Clemente*, irmão e associado do simpático *visconde de Nova Friburgo*, ambos dignitários do Império e viadores de sua majestade. a Imperatriz.

O vice-presidente é o comendador *Ramalho Ortigão* (Joaquim da Costa), negociante de café no Rio de Janeiro, espírito muito esclarecido, homem enérgico e muito devotado aos interesses da agricultura.

Os secretários são o senhor *Honório Ribeiro*, um dos mais ilustres advogados do Rio de Janeiro e o senhores *H. Joppert*, rico negociante.



membros do conselho de administração. – Objetivos da associação. – As exposições de café no Rio de Janeiro organizadas pelo Centro da Lavoura e do Commercio, em 1881, 1882, 1883. – Propaganda no exterior. – Exposições de cafés brasileiros na América e na Europa. – Prêmios obtidos.

A desoneração não é o único meio de devolver aos cafés brasileiros preços verdadeiramente rentáveis, estendendo e multiplicando o consumo dessa mercadoria alimentícia de primeira ordem e de primeira necessidade.

Existe outro, de eficácia quase igual, que, até esses últimos tempos, havia sido totalmente negligenciado. Queremos falar das *Exposições* e das *Bolsas* de café.

Com efeito, é evidente que para difundir um produto, é preciso antes de tudo torná-lo conhecido.

Ora, coisa verdadeiramente incrível, o café brasileiro que, em 1881, fornecia a metade do consumo mundial (300 milhões de quilogramas), o café brasileiro não era conhecido em nenhum lugar sob seu verdadeiro nome!

Consumia-se o café brasileiro sem sabê-lo. A Europa por sua vez, absorvia 2.135.442 sacos de 60 kg. Nenhuma dessas variedades levava o nome autêntico do produtor de origem e nada podia revelar a procedência do café.

Várias linhagens do São Paulo são apresentadas no comércio como de Malabar, de Mysore e de Bangalore.

Os cafés brasileiros despolpados passam como originários da Guatemala.

O *Capitania* do Brasil substitui vantajosamente o café do Haiti.

Os cafés lavados do Rio e de Santos são frequentemente vendidos como cafés de La Guaira e da Martinica.

Os lavados superiores exibem frequentemente a marca da Jamaica, e os de qualidade média se vendem todos os dias como Manilas incontestáveis.

Para colocar ordem nesse estado de coisas, para impedir a fraude

O tesoureiro é o jovem *barão de Quartín*.

Os outros membros do conselho de administração são: os senhores *barão de Araújo Ferraz*, *Eduardo de Lemos* (o mesmo que organizou a bela exposição brasileira de Amsterdã), *Miranda Jordão*, *Araújo Maia* (comissionado para a presente exposição de cafés na Rússia), *Mello Franco*, *Valverde de Miranda* e *Bruno Ribeiro*, todos grandes agricultores ou grandes negociantes.



no mercado do atacado e do varejo, para propagar cada vez mais o consumo dos cafés brasileiros, e conter a baixa persistente dos preços, o ministro da Agricultura, do Comércio e das Obras Públicas, conselheiro Buarque de Macedo⁴⁹, pôs em prática uma combinação que parece assegurar excelentes resultados.

No mês de junho de 1881, o inteligente ministro consultou alguns importantes negociantes e alguns agricultores influentes a respeito das medidas a tomar para afastar ou atenuar a crise.

Conferências foram organizadas.

O *Centro da Lavoura e do Commercio*, que corresponde mais ou menos à nossa Société d'Agriculture⁵⁰, se fez representar nessas conferências.

Esse grupo é composto por homens muito versados nas questões agrícolas e econômicas do país.

O *Centro da Lavoura e do Commercio* estudou sem delongas a questão que lhe foi submetida pelo ministro.

Tratava-se de resolver esse problema:

Quais são os meios mais eficazes que se pode empregar para melhorar a atual situação do mercado de café do Brasil, sob o ponto de vista da expansão do consumo?

O *Centro* estabeleceu as seguintes disposições, que submeteu ao ministro em 15 de julho de 1881:

- Todos os anos, durante o mês de outubro ou de novembro, será realizada no Rio de Janeiro uma exposição geral de café brasileiro, compreendendo, sobretudo, os provenientes do Rio, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo.
- O governo imperial fornecerá transporte gratuito e outras facilidades aos produtos destinados à exposição.
- Uma exposição de desenhos e modelos de máquinas agrícolas será agregada à exposição de café.
- Enquanto durar a exposição, serão realizadas conferências sobre questões econômicas relativas ao café.
- As companhias de estradas de ferro oferecerão lugares a preços reduzidos às pessoas que desejarem visitar a exposição.
- Após o encerramento de cada exposição anual, as amostras expostas serão divididas em séries e enviadas à Europa e à Amé-

49 Nota no original – “Falecido em 1881.”

50 Sant’Anna Nery vivia na França. (M.G.P.)



rica do Norte, para serem expostas sob a responsabilidade dos cônsules brasileiros.

Era decretar de uma só vez exposições nacionais e internacionais.

O ministro aprovou essas sábias medidas, e em 14 de novembro de 1881 a primeira exposição de café do Brasil ocorreu no Rio de Janeiro.

Uma comissão organizadora foi nomeada pelo *Centro da Lavoura e do Commercio*.

A exposição se realizou nos salões da Imprensa Nacional.

O próprio imperador, que se interessa com tanta solicitude por todo progresso e todo desenvolvimento econômico de seu país, inaugurou essa bela exposição.

Os produtos ocupavam quatro salões.

No salão de honra, uma coleção de cafés metodicamente classificados informava o visitante sobre a história da produção e as inúmeras transformações que o produto sofreu antes de ser entregue para consumo.

As salas ao lado continham 1.145 amostras diversas, enviadas por um milhar de expositores de diferentes províncias produtoras. 574 amostras vinham da província do Rio de Janeiro, 371 pertenciam à de Minas Gerais, 130 haviam sido expedidas de São Paulo, 18, do Espírito Santo, e 52 tinham origens diversas.

Finalmente, no quarto salão se encontravam os cafés estrangeiros que deviam servir como ponto de referência para os plantadores brasileiros.

Entretanto, todas as pessoas competentes que visitaram essa exposição, e que estudaram as diferentes amostras que ela continha, chegaram à seguinte conclusão:

Os cafés do Brasil apresentam *uma diversidade, uma variedade*, que não se encontra em nenhum outro país produtor; as melhores linhagens podem ser *comparadas às espécies mais apreciadas dos outros países*; faltam apenas ao café brasileiro alguns cuidados materiais de ensacamento para lhes assegurar sem contestação o primeiro lugar.

Eis os termos com que o *Jornal do Commercio*, do Rio, resumia sua apreciação: “Exceto o café de Moca, cultivado em uma zona bastante limitada, e quase não encontrado na Europa, os cafés estrangeiros que



se encontram expostos não ultrapassam os produtos brasileiros em qualidade⁵¹.”

Podemos acrescentar: – nem em quantidade.

A exposição de 1882, que foi aberta em 22 de outubro, continha uma variedade de produtos e de amostras superiores a que havia sido enviada no ano precedente pelas mesmas províncias.

Contavam-se mais de 1.500 linhagens.

A exposição foi encerrada em 24 de novembro. Constataram-se nessa segunda exposição alguns aperfeiçoamentos nos cafés e nos métodos de ensacamento⁵².

Logo depois da primeira exposição de 1881, o *Centro da Lavoura* apressou-se a colocar em execução a segunda parte de seu programa.

Decidiu-se que uma parte dos produtos que havia integrado a exposição do Rio de Janeiro seria enviada ao exterior para ser novamente exibida.

Essa exposição internacional itinerante devia ser realizada em Paris, Berlim, Viena, Londres, Nova Iorque, Montreal e Buenos Aires.

Cada um dos cônsules brasileiros acreditado nessas capitais da Europa e da América do Norte recebeu 200 sacos de 50 quilos, a fim de organizar essas exposições em seu distrito consular.

Foi o barão de Ibiramirim, cônsul-geral do Brasil em Londres, que teve a honra de ser o primeiro a inaugurar, e em parte a suas expensas, essas exposições parciais.

A partir do mês de abril de 1882, expôs no Palácio de Cristal, em Sydenham, os produtos de seu país.

Assim, os ingleses puderam apreciar o que é e quanto vale o café brasileiro.

Quase na mesma época, o cônsul-geral em Liverpool⁵³, informa-

51 Nota no original – “Diz-se que o café moça foi descoberto em 1285. Dois séculos depois, a cultura dos cafeeiros dessa espécie se desenvolveu no Iêmen, e estende-se hoje em dia nas encostas das montanhas que ladeiam a vasta planície de 220 quilômetros de extensão ao longo do mar Vermelho, onde se encontram as cidades de Beih-el-Fakih e Moca. A produção anual do Iêmen está estimada em 5 milhões de quilogramas. O Egito, a Síria e Constantinopla consomem a maior parte dela. O verdadeiro moça chega à Europa em quantidade muito pequena.”

52 Nota no original: “A terceira exposição anual de cafés feita no Rio de Janeiro pelo *Centro da Lavoura e do Commercio* foi aberta em 8 de dezembro de 1883, na presença de sua majestade o Imperador. Mais de 2.000 amostras de cafés das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas, Espírito Santo e Ceará foram apresentadas por 1.400 expositores.”

53 José Maria da Silva Paranhos Júnior, o futuro barão do Rio Branco.(M.G.P.)



va a seu governo em um relatório muito extenso e muito estudado, a situação do consumo do café na Grã-Bretanha e nos outros países da Europa⁵⁴.

Em junho de 1882, Salvador de Mendonça, cônsul-geral do Brasil nos Estados Unidos, instalava uma exposição de cafés em Nova Iorque. Os Estados Unidos consomem grande parte dos cafés de origem brasileira. Com efeito, é em Nova Iorque, que agora se concentra inteiramente a concorrência entre o café do Brasil, da América Central, da Venezuela e do México, onde uma companhia americana recentemente criada, sob a direção de capitalistas e negociantes, já começa a explorar enormes áreas plantadas com cafeeiros, no estado de Colima. Há alguns anos, Baltimore tinha quase o monopólio dos cafés do Brasil, que até o momento, ainda são os que constituem a maior parte do consumo dos Estados Unidos. Mas, há vários anos, a importação desses cafés recuou e concentrou-se em Nova Iorque, como se fez pouco a pouco com todos os gêneros de importação, que são distribuídos em seguida, pelas empresas da metrópole, para todos os Estados Unidos, o Canadá e mesmo a Europa.

Desde o mês de março de 1882, o cônsul-geral do Brasil fornecia aos principais importadores do café brasileiro em Nova Iorque informações mais precisas sobre a situação atual e futura do principal produto agrícola de seu país. Ele concertava, com aqueles negociantes, a criação de uma Bolsa de cafés.

A Bolsa foi constituída por 112 importadores e negociantes. O cônsul-geral do Brasil naturalmente foi um dos primeiros convidados para a cerimônia de inauguração, que transcorreu brilhantemente, nos escritórios da nova Bolsa, situados no centro do bairro empresarial. Decidiu-se em princípio, somente se ocupar dos cafés chamados “Rio”, e abriram-se as operações afixando dois boletins recebidos do Rio de Janeiro por cabo, indicando a situação do mercado na capital brasileira.

No Canadá e em Trieste os cônsules do Brasil, e em Berlim, a *Sociedade Central de Geografia Comercial*, também organizaram exposições de café brasileiro com grande êxito.

54 Trata-se do relatório de 25 de março de 1882, citado por Álvaro Lins em *Rio Branco*, e intitulado *O café na Grã-Bretanha – Informação apresentada a sua excelência o senhor Conselheiro Manuel Alves de Araújo, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, por José Maria da Silva Paranhos, cônsul-geral em Liverpool*, 1882. Álvaro Lins o considera, juntamente com o relatório sobre navegação e comércio entre o Brasil e Liverpool, os dois principais documentos da atividade consular de Paranhos Júnior. (M.G.P.)



Em Buenos Aires, durante a Exposição Continental, o café brasileiro obteve pleno sucesso e mereceu as mais altas distinções.

E enfim, Paris, a capital do *bom gosto*, acaba de ser convidada a apreciar os cafés do Brasil.

Foi o cônsul-geral do Brasil na França, Maciel da Rocha, quem ficou encarregado de organizar a exposição de 200 sacos de amostras que lhe foram expedidos pelo *Centro da Lavoura e do Commercio*.

A pedido do barão de Itajubá, encarregado de negócios do Brasil junto ao governo da República Francesa, o governo francês permitiu que o café destinado à exposição entrasse com isenção de tarifa, excetuada a quitação dos tributos caso fosse consumido na França. Do mesmo modo, o governo francês colocou gentilmente à disposição do consulado os salões do primeiro andar do Palácio da Indústria durante o período do Concurso Agrícola do mês de janeiro de 1883⁵⁵.

Esperamos que essa primeira exposição de café brasileiro em Paris contribua mais que qualquer outra para a apreciação e difusão desse excelente produto.

Ficariamos felizes em ver os importadores franceses darem prefe-

55 Nota no original – “Por essa exposição de café, em Paris, a *grande medalha de ouro do Concurso Agrícola anual* foi outorgada em 16 de fevereiro de 1883 à associação *Centro da Lavoura e do Commercio*, e nesse mesmo ano de 1883 os cafés do Brasil obtinham na Exposição Internacional de Amsterdam um triunfo ainda mais brilhante. Nessa cidade, que é o grande entreposto dos cafés holandeses, tão apreciados na Europa, o *Centro da Lavoura e do Commercio*, obteve pela sua exposição de cafés um *grande diploma de honra*, distinção que não foi outorgada a nenhum café de outra procedência. Além desse grande diploma, o júri concedeu 6 medalhas de ouro, 11 de prata, 15 de bronze e 15 menções honrosas a plantadores brasileiros, e o governo holandês enviou ao Brasil um delegado, o senhor van Delden, para estudar a cultura do café.

Na exposição de Berlim (1882), realizada sob os auspícios da *Sociedade Central de Geografia Comercial* de Berlim, o *Centro da Lavoura e do Commercio* e um plantador da província de São Paulo, obtiveram o mais importante prêmio, o *grande diploma de honra*. Sete grandes diplomas, nove diplomas e cinco menções honrosas foram concedidos aos expositores de cafés brasileiros. O mesmo sucesso foi obtido pelo café do Brasil nos concursos internacionais de que participou: nas Exposições Universais de 1867 e 1879 em Paris, de 1873 em Viena, de 1876 na Filadélfia e na Exposição Continental de Buenos Aires, de 1882. Em Paris, em 1867, o júri internacional outorgou a *medalha de ouro* ao café brasileiro e não concedeu nenhum prêmio semelhante aos cafés de outras procedências. Em Viena, na Filadélfia, em todos os lugares, nossos cafés obtiveram os mais importantes prêmios. Eis aqui as exposições realizadas desde 1882 no exterior pelo *Centro da Lavoura e do Commercio*: – Nova York, Boston e Saint-Louis, nos Estados Unidos; Quebec, Toronto e Montreal, no Canadá; Buenos Aires; Londres; Paris, Nice, Agen e Villeneuve-sur-Lot, na França; Genebra, Lausanne, Zurique, Amsterdam, Berlim, Copenhague, Drondjem [*provavelmente, Trondheim, hoje a terceira cidade da Noruega em população* (M.G.P.)], Viena, Trieste, Atenas, e, agora, esta de São Petersburgo.”



rência ao café brasileiro, que por suas qualidades e preços relativamente módicos, pode, melhor que seus concorrentes, satisfazer o gosto dos *gourmets* mais exigentes.

Além disso, se essa modesta exposição tiver como resultado criar em Paris alguns estabelecimentos de degustação, e convencer nossos legisladores a aliviar os tributos que pesam sobre esta mercadoria, teremos a consciência de ter realizado um trabalho verdadeiramente útil aos dois países latinos, que não devem viver somente de amizade, mas de bom café!



III. ESTATÍSTICA DO CAFÉ – PREÇOS NO RIO

Damos sob esse título algumas informações que poderão ser úteis aos negociantes.

São Petersburgo, 7/19 de maio de 1884.

A) Produção do café.

Os números abaixo indicam: para o Brasil, as *exportações*; para os outros países, a produção.

Brasil	Rio	260.000.000	quilogramas	
	Santos	105.000.000	"	
	Bahia	9.000.000	"	376.000.000
	Ceará	2.000.000	"	kg
		376.000.000	"	
Colônias Holandesas:	Java	85.000.000	kg	
	Sumatra	8.000.000	"	
	Célebes (Makassar, Manado)	6.000.000	"	100.200.00
	Curaçao	500.000	"	kg
	Suriname	700.000	"	
		100.200.000	"	
Possessões Inglesas:	Ceilão	20.000.000	kg	
	Malabar e		"	
	Cingapura ...	22.000.000	"	47.000.000
	Antilhas (Jamaica, etc.)	5.000.000	"	kg
		47.000.000	"	

América Central	45.000.000	kg
Venezuela	40.000.000	"
Haiti	30.000.000	"
Porto Rico (colônia espanhola)	7.000.000	"
Manila	4.500.000	"
Colômbia	7.600.000	"
México	1.900.000	"
Luanda (colônia portuguesa)	1.300.000	"
São Tomé e Príncipe (Golfo da Guiné – colônia portuguesa)	1.300.000	"
Cabo Verde, Ilhas de (colônia portuguesa)	150.000	"
Equador (República do)	500.000	"
Guadalupe (colônia francesa)	800.000	"
Bourbon	600.000	"
Martinica	150.000	"
Outros países	7.000.000	"
	671.000.000	kg

A média da produção anual do café hoje é, portanto, de 671.000.000 quilogramas assim repartidos, em números redondos:

Cafés do Brasil (exportados):	360 milhões de quilos (= 22 milhões de puds.)
Cafés de todas as outras procedências:	300 milhões de quilos (= 18 milhões de puds.)
	660 milhões de quilos (= 40 milhões de puds.)

B) Produção e consumo

Segundo os senhores Busch e Comt.^e do Havre

Produção (toneladas métricas):

	1880-1881	1881-1882	1883-1883
Brasil			
Rio	254.000	228.000	265.000
Santos	71.000	90.000	108.000
Bahia, Ceará	12.000	11.000	12.000
	337.000	329.000	385.000
Ceilão	22.000	28.000	13.000
Java	82.000	87.000	88.000
Padang	8.000	7.000	7.000
Makassar	6.000	8.000	8.000
Cingapura	4.000	4.000	4.000
Malabar e Manila	18.000	20.000	15.000
América Central	40.000	45.000	42.000
Porto Rico e Youco ⁵⁶	23.000	20.000	22.000
Moca e África	9.000	9.000	9.000
La Guaira	45.000	55.000	49.000
Haiti	30.000	25.000	30.000
	624.000	637.000	672.000
	1880-81	1881-82	1882-83
Consumo	595.000	632.000	627.000
Estoques no fim de			
dezembro 132.000	161.000	166.000	211.000

ESTATÍSTICA DOS CAFÉS DO BRASIL

C) Exportação dos cafés do Rio e de Santos (Brasil)

	1882	1883
	Sacos de 60 kg	Sacos de 60 kg
<i>Cafés do Rio</i>		
Para os Estados Unidos da América	2.459.132	2.314.650

56 Provavelmente Yauco, cidade da ilha de Porto Rico, conhecida como a “cidade do café”. Cf.: <<http://welcome.topuertorico.org/city/yaucos.html>>. Acesso em: 9 ago. 2012. (M.G.P.)



CADERNOS DO CHDD

Para o Norte da Europa	943.214	724.986
" o Mediterrâneo	372.487	307.507
" outros portos	425.757	307.368
	4.200.509	3.654.511
<i>Cafés de Santos</i>	1.936.500	1.898.638
Total das exportações do Rio e de Santos:		
(sacos)	6.137.090	5.553.149
(em quilogramas)	368.225.400	333.188.940
	Sacos de 60 kg	Sacos de 60 kg
Estoque no Rio em 31 de dezembro	203.000	395.000
" em Santos "	158.000	292.000

ESTATÍSTICAS DOS CAFÉS DO RIO

D) Últimas colheitas

Sacos de 60 quilogramas (1º de julho a 30 de junho)

1862-63	1.736.923 sacos	1877-78	2.632.746 sacos
1872-73	3.040.062 "	1878-79	3.705.830 "
1873-74	2.067.493 "	1879-80	2.990.058 "
1874-75	3.205.567 "	1880-81	4.401.627 "
1875-76	2.889.990 "	1881-82	3.926.372 "
1876-77	2.781.642 "	1882-83	4.556.372 "

E) Exportações do Rio

Sacos de 60 quilogramas (1º de janeiro a 31 de dezembro)

Ano	Europa etc.	Estados Unidos	TOTAL
1800	10	-----	10
1860	1.416.312	1.408.845	2.825.157
1861	1.626.841	907.293	2.533.534



Ano	Europa etc.	Estados Unidos	TOTAL
1862	1.346.266	473.390	1.819.656
1863	1.195.553	456.706	1.652.259
1864	1.140.540	671.389	1.811.929
1865	2.333.504	863.960	3.197.464
1866	1.339.892	1.928.743	2.368.635
1867	1.754.374	1.501.606	3.255.980
1868	1.368.800	1.404.129	2.772.929
1869	1.613.415	1.526.374	3.139.789
1870	1.024.473	1.680.269	2.704.742
1871	1.227.782	1.656.844	2.884.626
1872	1.077.158	1.383.193	2.460.351
1873	1.007.909	1.435.800	2.433.709
1874	1.151.782	1.521.499	2.673.281
1875	1.110.301	2.041.995	3.152.296
1876	1.317.498	1.448.424	2.765.922
1877	1.136.482	1.710.073	2.846.555
1878	1.360.816	1.670.383	3.031.199
1879	1.251.638	2.283.545	3.535.183
1880	1.676.197	1.886.857	3.563.054
1881	2.135.442	2.241.976	4.377.418
1882	1.741.458	2.459.132	4.200.590
1883	1.339.861	2.314.650	3.654.511

F) Preços máximos do café do Rio

Em réis por 10 quilogramas. 1 franco, paridade = 365 réis. Ao câmbio atual 1 franco = 456 réis.

1882

Lavado	Superior	1ª Bom	1ª regular	1ª comum
3.250 a 6.100	3.450 a 4.750	3.200 a 4.350	2.800 a 3.950	2.400 a 3.600

1883

Lavado	Superior	1ª Bom	1ª regular	1ª comum
3.250 a 7.500	3.750 a 4.600	3.450 a 5.650	3.050 a 5.400	2.650 a 5.100



G) Estatística dos cafés de Santos

Produção média, aproximadamente 2 milhões de sacos, ou seja 120 milhões de quilogramas.

Exportação de Santos (sacos de 60 quilos):

1873	542.569	1879	1.210.172
1874	666.943	1880	1.042.246
1875	826.382	1881	1.204.198
1876	754.993	1882	1.526.486
1877	628.903	1883	1.898.638
1878.....	999.007		

Destino do café exportado em 1882:

Canal e Inglaterra	244.801	sacos
França, Bélgica e Holanda	564.346	"
Lisboa à ordem e Mediterrâneo.....	125.481	"
Hamburgo e Bremen.....	348.500	"
Estados Unidos	233.308	"
Rio e cabotagem.....	10.050	"

H) Importação de café pela Rússia⁵⁷

1887	287.038	puds, ou seja, 4.701.682	quilogramas
1878	417.221	" "	6.734.060 "
1879	472.448	" "	7.638.698 "
1880	500.064	" "	8.191.048 "
1881	424.431	" "	6.952.180 "
1882	508.877	" "	8.331.334 "
1883	387.141	" "	6.338.272 "

Taxas alfandegárias, de acordo com as tarifas de 1º de junho de 1882: 2 rublos e 50 copeques (dez francos) por pud = 61,10 F por 100 quilogramas.

⁵⁷ Nota no original – “Ver na nota n. 44, p. 181 as informações que completam esses dados.”



I) Preços correntes do café do Brasil no Rio de Janeiro, abril 1884

Preços em *réis* (moeda brasileira), em *francos*, e em *rublos papel*, calculados ao câmbio de: – 1 franco = 456 réis
– 1 rublo = 1.140 réis

Por 100 quilos:

	Réis	Francos	Rublos
<i>Lavado</i>	43.000 a 59.000	94,30 a 129,38	36,83 a 50,54
<i>Superior</i>	49.000 a 51.000	107,45 a 111,85	41,97 a 43,69
<i>1ª Bom</i>	47.000 a 48.000	103,07 a 105,26	40,26 a 41,11
<i>1ª Regular</i> (médio)	44.000 a 45.000	96,49 a 98,68	37,67 a 38,54
<i>1ª Comum</i>	40.500 a 42.500	88,81 a 93,20	34,68 a 36,40
<i>2ª Bom</i>	37.000 a 39.000	81,14 a 85,53	31,69 a 33,41
<i>2ª Comum</i>	34.000 a 36.000	74,56 a 78,93	29,12 a 30,83

N.B. – O café dito *Moca* (pérولا) não é cotado oficialmente; é vendido comumente pelos preços do café superior e um pouco acima.

O café brasileiro paga um imposto de exportação de 11% calculada sobre a média de 450 réis por quilograma.

Frete do Rio a Hamburgo: 30 a 50 xelins por tonelada.

Frete do Rio a Hamburgo em 1883:

Janeiro	50 xelins a 30	Julho	20 xelins a 25
Fevereiro	25 " 30	Agosto	20 " 30
Março	30 " 35	Setembro	25 " 30
Abril	35 " 40	Outubro	25 " 30
Maio	35 " 40	Novembro	25 " 35
Junho	30 " 35	Dezembro	25 " 35

Custos de transporte de 1000 quilogramas de café de Hamburgo a São Petersburgo:

- por barcos a vapor, diretamente Rublos 7,32
- por barcos a vapor, via Reval⁵⁸,
e de lá por estrada de ferro " 23,00

58 Hoje, Talin, capital da Estônia. (M.G.P.)



- diretamente por estrada de ferro " 89.06

Tarifa de importação na Rússia: –: 61,10 francos por quilogramas, ou seja, 2,50 rublos por pud (10 francos).

Estoque:

- no Rio 475.000 sacos de 60 kg
- em Santos 350.000 " "

J) Empresas de exportação no Rio e em Santos⁵⁹

Empresas que exportaram café em 1883:

Do Rio de Janeiro

	sacos exportados
Hard Rand & Cia.	346.286
Phipps Irmãos & Cia	331.684
Edward Johnston & Cia	271.946
Berla, Cotrim & Cia	266.325
Mc. Kinnel & Cia	259.181
Arbuckle Irmãos & Cia	230.226
Norton, Megaw & Cia	201.740
John Bradshaw & Cia	182.065
Francisco Clemente & Cia	169.293
F. Sauwen & Cia	133.708
Wille Schmilinsky & Cia	114.105
C. M. Culloch Beecher & Cia	99.541
Gustavo Trinks & Cia	94.686
Kern, Hayn & Cia	61.800
Le Cocq, Oliveira & Cia	60.493
Karl Valais & Cia	57.887
C. W. Gross & Cia	53.270
E. Pecher & Cia	52.269
Mee, Allen & Darcy	50.429
J. S. Zenha & Cia	42.809
Gaye, Mattos & Cia	41.904

59 Nota no original – “Revista Comercial do ano, no *Jornal do Commercio* de 9 de janeiro de 1884.”



William Ford & Cia	39.201
Hamann & Cia	38.753
P. S. Nicolson & Cia	34.924
A. Leuba & Cia	30.996
William Hector & Cia	29.733
Mathew Biedekarcken & Cia	28.207
J. B. Doane & Cia	26.200
Pradez & Filhos	24.747
Fiorita & Tavolara	22.511
C. Castello Branco & Cia	21.959
Watson Ritchie & Cia	17.002
E. Cresta & Cia	16.534
G. Potey, Rabert & Cia	14.362
C. de Vicenzi, Oliveira & Campos	12.525
Faria Cunha & Cia	11.350
Trinks, Munch & Cia	11.173
Mendes de Oliveira & Cia	11.112
Leonel de Carvalho & Cia	8.898
Monteiro Hime & Cia	8.008
Arthur de Azevedo & Cia	6.516
L. Smith de Vasconcellos	6.300
A. Lehéricy & Cia	5.686
Álvaro Moreira & Cia	5.092
Viúva Leone, Miranda & Cia	4.957
A. M. de Siqueira & Irmãos	4.609
John Petty & Cia	4.000
John Moore & Cia	200
Hartwig Willumsen & Cia	200
Wenceslao Guimarães & Cia	188
Nowlands Irmãos & Cia	181
Joseph Julien	172
Affonso de Carvalho & Cia	167
J. J. Martins Coelho	164
P. Pereira Junior & Ricões	145
F. Alves Barbosa	121
J. Rego & Cia	116
Lopes de Sá & Cia	106
Pinto Moreira & Cia	100
G. J. Beuttenmuller	82



Teixeira Bastos & Cia	60
J. Marques	51
A. J. L. de Andade	51
José Tozzi	51
Cosme Prioli	50
J. C. da Silva Vianna	45
Borch & Cia	40
Lima Júnior & Queiroz	40
A. Pereira Amares	38
C. F. Cathiard	33
M. W. Lengruber	33
Jean da Silva-Leal	32
M. F. Garcia Rodondo	26
Manoel J. da Costa	21
Coulon	20
Roxo & Lemos	20
Kern Petersen & Cia	10
B. C. Quadros	10
J. Huber	3
A. Rezard	3
Richard Riechers & Cia	2
Haupt Gebruder	2
J. Martin	1
Outras empresas	16.518
TOTAL	3.604.511

[Do Rio de Janeiro, continuação]

sacos exportados

Ramos Varzim & Cia	3.738
Luiz Zignago	3.607
Duvivier & Cia	3.541
Joseph Fry & Cia	3.515
Almeida & Castro	13.410
J. F. Martins	2.912
Edward Ashworth & Cia	2.898
A. R. da Fonseca Marques	2.824
Ramos Soares & Cardoso	2.754
Frias Irmãos	2.467



Carneiro Irmãos & Cia	2.178
Duarte Prado & Cia	2.174
Bastos, Cunha & Cia	2.000
J. F. Correia	2.000
Samuel Irmãos & Cia	1.969
Teixeira de Castro & Malafaia	1.815
José Romaguera	1.783
Rebello & Silva	1.777
A. C. Correia Bastos	1.685
Teixeira Ferraz & Pinto	1.307
Mansell & Carré	1.301
Leandro Sanchez	1.270
Finnie Irmãos & Cia	1.250
Bastos, Cunhados & Cia	1.185
Soares, Quartim, Torres & Cia	1.111
H. Rogers & Sons	1.054
Manoel Cardoso da Silva	890
J. N. de Vincenzi & Filho	878
E. Gomes de Oliveira & Cia	756
Manoel Pereira Sampaio	753
Julio Gleck	675
A. Xavier Leite	600
J. J. dos Reis & Cia	600
R. do Couto & Cia	588
Arens Irmãos	544
Almeida Boa & Braga	509
Carregal & Bastos	500
A. F. de Souza Bastos	436
J. Berg	400
J. J. Nogueira	310
Backeuser & Meyer	301
Max Nothmann	300
Simeão Maure	300
Sebastião Pinto	300
Hall & Bellamy	277
A. L. Pereira da Silva	262
J. de Souza & Cia	245
Ribeiro Fonseca & Cia	239
Leivas & Saraiva	219

*De Santos:*

.....sacos exportados	
R. Wursten & Cia	249.511
J. Bradshaw & Cia	159.199
Carmo & Cia (em liquidação)	142.589
A. Leuba & Cia	122.470
Helworthy & Filho	116.399
Adamezyk & Heinrich	114.686
Auburckle Brothers	105.457
Zerremer Bulow & Cia.	88.925
D. Pezold & Cia.	87.581
Guye Mattos & Cia.	80.196
Lecoq, Gardner & Cia.	73.114
Boettner, King & Cia.	65.344
Kern, Hayn & Cia.	63.217
Th. Ville & Cia.	61.109
Ad. Fremmel & Cia.	56.105
T. Sauwen & Cia.	47.943
H. Sauwen & Cia.	36.226
J. Foord & Cia.	36.213
Vockerodt & Cia.	32.802
Berla Cotrim & Cia.	25.297
Mathias Costa & Santos	22.571
Edw. Johnston & Cia.	19.317
M. A. Bittencourt	18.448
Mc. Kinnel & Cia.	15.197
F. Krueger	10.444
F. S. Hampshire & Cia.	7.190
D. Leonero & Cia.	5.842
Outras empresas	13.694
Rio e cabotagem	21.256

TOTAL 1.898.638



IV.

OPINIÕES DE ALGUNS ESPECIALISTAS SOBRE O CAFÉ

– General Morin, diretor do Conservatório de Artes e Ofícios de Paris:

Todos os higienistas estão hoje em dia de acordo em reconhecer as propriedades benéficas e estimulantes do café, e em desejar que ocupe um lugar cada vez mais importante na alimentação. A experiência das últimas guerras, e especialmente a de nosso exército na África, mostrou tantas vantagens no emprego dessa substância tônica, que seu uso tornou-se regulamentar nas forças armadas, quando o soldado está exposto à fadiga ou a situações especiais de insalubridade. Tudo que pode contribuir para difundir o uso, aumentar o consumo do café como substância alimentícia, apresenta, portanto, um interesse especial sob o ponto de vista da saúde pública.

Em resumo, excetuados os cafés da Arábia, da Martinica e da Reunião, que na realidade, conjuntamente só entram com menos de 0,04 do consumo da França, *são os cafés do Brasil que merecem a preferência de nosso comércio, não somente por causa do cuidado com que são colhidos, mas também por sua boa qualidade.*

(Nota do general Morin, nos *Anais do Conservatório de Artes e Ofícios de Paris*, sobre as diversas variedades de café).

– Senhor Colliman, do *Economiste*:

O café brasileiro é sem contestação um dos melhores... A especulação recorreu ao subterfúgio e enriqueceu com o café brasileiro, que fez vender tanto sob o nome de Moca, Martinica, quanto sob o de Ceilão, Java, Reunião. O expediente teve êxito, pois as qualidades do produto se prestavam a isso maravilhosamente, e o que fala mais ainda a seu favor é que ele foi, com vantagem, disputar terreno mesmo com o café do Iêmen, no coração de sua produção e até de seu comércio.

– Professor Agassiz, dos Estados Unidos:

Graças à sua perseverança e às condições favoráveis resultantes da constituição do solo, os brasileiros obtiveram uma espécie de monopólio do café. Mais da metade do que se consome no mundo é de procedência brasileira. E, no entanto, o café do Brasil tem pouca reputação, é mesmo cotado a um preço inferior. Por quê? Simplesmente



porque *grande quantidade das melhores linhagens produzidas nas fazendas brasileiras é vendida sob o nome de Java, de Moca, de Martinica ou de Bourbon...*⁶⁰

(Agassiz – *Viagem ao Brasil*)

– Doutor Couty, na *Revue Scientifique* de Paris, de 22 de abril de 1882:

A produção de café no Brasil é enorme. Os cafés do Brasil classificados como *bons* ou *superiores* rivalizam com os melhores cafés do Ceilão, de Java, da América Central e da Martinica. As qualidades *médias* são comparáveis aos cafés do Haiti, de Manila e do Ceilão.

– O reverendo doutor D. P. Kidder, em sua obra “*O Brasil e os Brasileiros*” (Boston, 1879):

O café do Brasil, não somente nesta Exposição Universal (Filadélfia, 1876), mas nas de Paris e de Viena, obteve os maiores prêmios. A maior parte do café Moca que se vende na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, é oriunda do Brasil⁶¹.

– Doutor Ernst Ludwig, diretor do Laboratório de Química da Faculdade de Medicina de Viena:

O café do Brasil prevalece sobre os cafés de outras procedências pela proporção de cafeína que contém. Ele prevalece sobre o de Ceilão *nativo e plantado*, sobre o café da Martinica, de Alexandria, de Java, de Moca, de Caiena, de São Domingos. A proporção de cafeína contida no café brasileiro varia entre 1,16 e 1,75%.

– Doutor Georges Penner, diretor do Museu de História Natural de Rouen:

Alguns cafés do Brasil têm um aroma igual ao da Martinica. A maior parte desses cafés, suficientemente secos, tem um gosto franco muito agradável. Podem ser aceitos para consumo como equivalentes ao café da Reunião, e parecem *superiores a todos os cafés provenientes dos outros países da América*.

– Doutor Lucien Martin, no jornal *L'Hygiène Pratique*:

A supressão do álcool só pode ser decidida se for substituída por

60 Nota no original – “Ver essa passagem integralmente reproduzida na p. 159.”

61 Nota no original – “Ver na nota n. 55, p. 188, os prêmios obtidos pelo café do Brasil em diversas exposições desde 1867.”



um líquido que goze das mesmas propriedades e sem apresentar os mesmos resultados funestos. Além disso, o café ingerido a uma temperatura elevada age por seu calor e protege do frio as pessoas que podem ser expostas a ele. Mais ainda, o açúcar que se acrescenta a essa bebida é um alimento respiratório de primeira classe.

O café é verdadeiramente indispensável às tropas, não somente para sustentá-las, excitá-las e aquecê-las, mas também para preservá-las ou curá-las de uma doença frequente nas campanhas ou na marcha, a diarreia, que esgota e abate rapidamente o soldado mais vigoroso. O café é, portanto, um agente terapêutico preventivo, certamente o melhor de todos. Assim, graças a ele, têm-se à mão um meio de ação agradável e eficaz contra as febres intermitentes, que são demasiadamente comuns...

– Dr. Teresópolis⁶², no 4º Congresso Internacional de Higiene e Demografia, em Genebra (1882):

A popularização do café é, portanto, um elemento de civilização. E pode-se julgar a temperança dos habitantes de um país pela quantidade de café que se consome como bebida.

Por que não tornar obrigatório nos estabelecimentos escolares, o uso do café preto após as refeições? Bebida saudável, e com um perfume delicioso, de sabor muito agradável, a infusão do café é, por seus elementos hidrocarbonatos, um excelente estimulante respiratório. Por seus princípios nitrogenados, a cafeína, sem ser positivamente alimentícia, levanta o organismo, excita e ajuda poderosamente as funções digestivas. O café jamais tem os efeitos depressivos, hipostenizantes secundários das bebidas alcoólicas...

62 Francisco Ferreira de Abreu, barão de Teresópolis (Rio Pardo, RS, 1823 – Battignolles, França, 1885). Médico, catedrático de medicina legal e diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. (M.G.P.)



V. INFLUÊNCIA DO TEMPO SOBRE O CAFÉ

“O café melhora ao envelhecer, como o vinho em garrafas.”

(J. Dumontier)

Reproduzimos aqui uma passagem da interessante *Nota sobre diversas variedades de café e em particular sobre os cafés do Brasil*, do General Morin, diretor do Conservatório de Artes e Ofícios de Paris:

Para os cafés bem colhidos, assim como para os vinhos, e especialmente para os vinhos generosos, a idade melhora a qualidade, e uma vez alcançado o grau de desidratação conveniente, conservam-se indefinidamente. Ver-se-á que tivemos um exemplo notável em uma amostra perfeitamente autêntica, que uma circunstância pessoal colocou a nossa disposição, e que provinha de um presente feito em 1829, ao almirante de Rigny, depois do combate naval de Navarino⁶³.

Se, como o vinho, o café só adquire suas qualidades para o consumidor depois de ter passado pela prova do tempo, essa condição é também um obstáculo para que o comércio o entregue nas condições mais desejáveis. Com efeito, os cafés mais secos, cuja cor é em geral, amarelo pálido, têm uma densidade gravimétrica, determinada sem compressão, de cerca de 500 gramas por decímetro cúbico, enquanto aqueles que têm uma aparência esverdeada e cuja colheita não data de mais de um a dois anos, pesam em média de 680 a 700 gramas e às vezes mais, por decímetro cúbico. Entretanto, o café sendo vendido sempre por peso, o produtor e o comércio têm interesse em entregá-lo jovem ou verde, visto que o consumidor comum não iria querer pagar a diferença de preço correspondente à densidade. Isso é tão verdadeiro, que os comerciantes dos excelentes cafés da costa da África, chamados *moca de*

63 A batalha naval de Navarino foi travada em 20 de outubro de 1827, durante a guerra de independência da Grécia (1821-32), na baía de Navarino, na costa ocidental do Peloponeso, no mar Jônico. Uma armada otomana e egípcia foi destruída por uma força naval conjunta composta por forças britânicas, francesas e russas. É conhecida pelo fato de ser a última batalha naval da história a ser travada inteiramente com navios a vela. Cf.: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Batalha_de_Navarino>. Acesso em 10 out. 2012. O então contra-almirante de Rigny comandou a esquadra francesa naquela batalha. (M.G.P.)





Zanzibar, normalmente só podem entregar cafés de dois anos ou mais, ao preço de 4,80 F o quilograma, e raramente com a densidade de 500 gramas, porque se os cafés estivessem perfeitamente secos, valeriam mais de 6,50 F levando em conta a perda pela desidratação e o lucro pelo seu preço de compra.





CADERNOS DO CHDD

VI.
CATÁLOGO GERAL

DA
EXPOSIÇÃO BRASILEIRA

EM
SÃO PETERSBURGO

MAIO DE 1884



CAFÉS DO BRASIL
(1.000 amostras)

N. de ordem	EXPOSITORES	Distritos onde se encontram as plantações	Qualidade ⁶⁴
<i>Província do Rio de Janeiro</i>			
1	Lauriano Rodrigues de Andrade	Paraíba	lavado, bom, 2
2	Francisco Pinto de Almeida	Valença	lavado, moca, sup. 2
3	Joaquim Caetano Alves	Vassouras	lavado, bom, 2
4	Herdeiros de Manoel A. Esteves	Valença	lavado, moca especial
7	Dr. Elias Antônio de Moraes	Cantagalo	lavado, regular, 2
9	Marinho e Irmão	Sapucaia	lavado, bom, 2
11	Comendador Antônio B. Rodrigues	Barra Mansa	lavado, moca, 2
12	Herdeiros de Manoel A. Esteves	Valença	lavado, especial
13	Dr. Christóvão Rodrigues de Andrade	Paraíba do Sul	lavado, bom, 2
15	Dr. José Pereira e Silva	Resende	lavado, regular, 2
16	Francisco Carvalho de Mattos	Barra Mansa	lavado, superior, 1
17	Visconde de Nova Friburgo	Cantagalo	lavado, especial
18	Francisco Pereira Ramos	Resende	lavado, regular, 2
20	Mariana Leite & Genro	Valença	lavado, regular, 1
26	Visconde de São Clemente	Cantagalo	lavado, superior, 1
27	Dr. Antônio Lazarini	Vassouras	lavado, moca especial
28	Francisco Clemente	Cantagalo	lavado, moca 2

64 Nota no original – “Ver para a classificação dos cafés brasileiros não lavados a nota nº 24, na página 165. Quanto aos cafés lavados, eis sua classificação comercial, de acordo com o senhor Araujo Maia: – *lavado especial, lavado fino, lavado superior, lavado regular*, (bom-comum ou médio) e *lavado baixo* (comum). Os números encontrados no presente catálogo depois de cada uma destas denominações (quanto aos cafés lavados) representam somente a classificação feita pelo júri da exposição do Rio em razão da distribuição de prêmios.”



N. de ordem	EXPOSITORES	Distritos onde se encontram as plantações		Qualidade
29	Visconde de Nova Friburgo	Cantagalo		lavado, moca 2
30	Dr. José Moitinho da F. França	Resende		lavado, moca 2
32	Antônio J. B. de Andrade	Paraíba do Sul		lavado, bom, 2
33	José Tavares da Silva	Valença		lavado, regular, 1
37	Barbosa Lima e Filho	Resende		lavado, baixo
40	Antônio J. B. de Andrade	Paraíba do Sul		lavado, bom, 1
41	Dr. Leandro Bezerra Monteiro	Paraíba do Sul		lavado, regular, 1
43	Roberto de Figueiredo Laurie	Macaé		lavado, baixa
44	Herdeiros de Augusto Perret	Vassouras		lavado, regular, 2
46	Barão de Santa Maria	Vassouras		lavado, bom, 2
55	Comendador Antônio Borges Rodrigues	Barra Mansa		lavado, bom, 2
56	Dr. Pedro Dias de Carvalho	Sapucaia		lavado, regular, 2
58	Comendador Domingos T. de Azevedo Junior	Vassouras		lavado, regular, 2
60	Visconde de Nova Friburgo	Cantagalo		lavado, superior, 2
63	Visconde de Arcozelo	Vassouras		lavado, superior, 2
64	Manoel Luiz Pereira de Andrade	Vassouras		lavado, superior, 1
66	Henrique Gaspar Lamayer	Vassouras		lavado, regular, 1
67	José Ignácio de Avellar Werneck	Paraíba do Sul		lavado, bom, 1
68	Barão do Rio Bonito	Valença		lavado, especial
69	Doutor Antônio Lazarini	Vassouras		lavado, fino
70	Viúva de Carvalho Gomes & Genros	Valença		lavado, regular, 1
71	Bernardino José Borges	Cantagalo		1ª regular, 2
72	Diniz Junior, Irmão e Quartim	Santa Maria Madalena		lavado, regular, 1
73	Dietrich & Cunhados	Cantagalo		lavado, regular, 1
76	Honório Ferreira Pinto	Cantagalo		2ª boa, 2
77	Barão de Santa Fé	Valença		2ª boa, regular, 1
78	Antônio J. Pereira de Carvalho	Carmo		2ª boa, bom, 2



N. de ordem	EXPOSITORES	Distritos onde se encontram as plantações	Qualidade
79	Barão de Santa Maria	Vassouras	lavado superior, 1
80	José Antônio da Silva	Nova Friburgo	lavado regular 1
81	Angélica de Souza Araújo	Sapucaia	lavado bom, 2
83	José Antônio Roxo	Vassouras	lavado moca, 2
84	João José Pereira da Silva	Valença	lavado bom, 1
85	Petronilha da Silva Rosa	Resende	lavado baixo
87	Antônio Pinto Vicira	Carmo	lavado regular 1
89	José Leite de Sousa	Valença	lavado baixo
90	José Antero Roxo	Vassouras	lavado regular 1
92	Manoel Rodrigues A. Vianna	São João do Príncipe	lavado fino
94	Barão de Cantagalo	Cantagalo	lavado moca, 2
98	Barão de Cantagalo	Cantagalo	lavado bom, 2
99	Francisco Paulo de Almeida	Valença	lavado superior, 1
100	João Gualarte de Sousa Sobrinho	Cantagalo	lavado regular 1
101	Manoel Thomas de Aquino Leite	Santo Antônio de Pádua	lavado regular 3
104	Antônio Leite de Aquino Barros	Santo Antônio de Pádua	lavado regular 3
105	Luiza de Avelar Lengruber	Carmo	lavado regular 2
106	Herdeiros de Manoel A. Esteves	Valença	lavado regular 1
112	Barão da Bemposta	Sapucaia	lavado regular 2
114	Visconde de Arcozelo	Vassouras	lavado regular 4
116	Maurício Haritoff	Piraí	lavado regular 1
117	Mariana C. M. França	Resende	lavado regular 1
118	Barão de Vargem Alta	Piraí	lavado regular 2
121	Mário de Lellis & Silva	Valença	moca, 1
122	Comendador Pompêo A. Cezar da Costa	Santo Antônio de Pádua	moca, 3
125	Herdeiros de Manoel Antônio Esteves	Valença	lavado moca sup. 1
128	Matheus Gomes do Val	Valença	moca 1
133	Francisco Marcondes Machado	Sapucaia	moca 3



N. de ordem	EXPOSITORES	Distritos onde se encontram as plantações	Qualidade
134	Lúcio Corrêa de Castro	Paraíba do Sul	moca 4
138	Cecília de M. Monteiro de Barros	Piraí	moca 2
139	Barão de Massambará	Vassouras	moca 2
140	Eleutério Alves Barbosa e Silva	Resende	moca 4
142	Comendador Lucas A. M. de Barros	Piraí	moca 3
144	Doutor Antônio Moreira de Castilho	Paraíba do Sul	moca 1
146	Senador Martinho A. da Silva Campos	Paraíba do Sul	moca 4
147	Carvalho de Faro	Valença	lavado moca especial
149	Carvalho de Faro	Valença	lavado moca, 1
150	Barão de Santa Maria	Vassouras	lavado moca, especial
151	Barão do Rio Bonito	Valença	moca 2
152	Barão do Rio Negro	Barra Mansa	moca 2
153	Francisco Clemente Pinto	Cantagalo	moca 2
154	Barão de Santa Fé	Valença	moca 4
155	Viúva Miranda Jordão & Filhos	Paraíba do Sul	moca superior, 1
156	Dr. Francisco G. da Rocha Werneck	Paraíba do Sul	moca 3
157	Luiz Pereira de Faro	Vassouras	moca 2
159	Barão de Oliveira Roxo	Piraí	moca 2
160	Antônio J. Barbosa de Andrade	Paraíba do Sul	moca 2
161	Dr. Francisco G. da Rocha Werneck	Paraíba do Sul	moca 2
163	Visconde de São Clemente	Cantagalo	moca 3
167	Viúva e herdeiros do Com. Manoel G. V. da Cruz	Paraíba do Sul	moca 2
168	Manoel Luiz Pereira de Andrade	Vassouras	moca 2



N. de ordem	EXPOSITORES	Distritos onde se encontram as plantações		Qualidade
169	Dr. José B. Gomes Guimarães	Barra Mansa		moca 1
170	Comendador Romualdo J. M. de Barros	Piraí		moca 2
171	Barão do Rio Bonito	Valença		lavado moca especial
177	Quintiliano & Sobrinho	Vassouras		1ª boa, 1
178	Visconde de São Clemente	Cantagalo		1ª boa, 1
179	Calvet e Irmão	Vassouras		1ª regular, 1
181	João José Vieira	Valença		1ª boa, 2
185	Barão da Vargem Alegre	Piraí		1ª boa, 2
187	Barão de Oliveira Rôxo	Piraí		1ª boa, 1
188	Francisco Maria de Brito	Vassouras		1ª boa, 2
189	Barão de Avellar e Almeida	Vassouras		1ª boa, 1
190	Maria Ignácia de A. Teixeira	Vassouras		1ª boa, 2
196	Antônio de Sousa Alves	Valença		1ª boa, 2
197	Alfredo Costa Teixeira Leite	Paraíba do Sul		1ª boa, 1
198	Francisco de Paula G. Leite & Filho	Sapucaia		1ª boa, 2
200	Marquesa do Paraná	Sapucaia		lavado regular, 2
202	Antônio dos Santos L. Thompson	Cantagalo		lavado regular, 2
203	Luiz Ribeiro da Silva	Cantagalo		lavado bom, 2
205	Barão de Cantagalo	Cantagalo		lavado bom, 2
207	Dr. Antônio Lazarini	Vassouras		lavado fino
210	Manoel Joaquim de Sousa	São Fidélis		lavado regular 2
212	Viúva Carvalho Gomes & Genros	Valença		lavado bom, 2
216	Herdeiros de M. A. Esteves	Valença		lavado bom, 1
218	Visconde de Nova Friburgo	Cantagalo		lavado bom, 1
220	João P. Junqueira	Piraí		lavado superior 2
221	Herdeiros de M. A. Esteves	Valença		lavado superior 1
222	Francisco Clemente Pinto	Cantagalo		lavado bom, 1
226	Herdeiros de João P. da Silva	Valença		lavado superior 2
227	Lacerda Brum & Irmão	Vassouras		lavado baixo



N. de ordem	EXPOSITORES	Distritos onde se encontram as	
		plantações	Qualidade
228	Lacerda Brum & Irmão	Vassouras	lavado baixo
229	Guilherme Sauerbroum	Cantagalo	lavado regular 1
230	Custódio de Sousa Pinto	Piraí	lavado moca 2
233	Dr. Antônio Lazarini	Vassouras	lavado moca 2
234	Visconde de São Clemente	Cantagalo	lavado bom, 1
235	Querobina Maria Ribeiro	Nova Friburgo	lavado regular 1
236	João Pedro Junqueira	Piraí	lavado bom, 1
237	Carvalho & Faro	Valença	lavado fino
238	Léon Périssé & Irmão	Carmo	lavado bom, 2
239	Carlos Burgues	Cantagalo	lavado bom, 2
240	Antônio Marques Pereira	Valença	lavado regular 1
241	José Joaquim Rodrigues	Nova Friburgo	lavado bom, 2
242	Visconde de São Clemente	Cantagalo	lavado fino
243	Custódio de Sousa Pinto	Piraí	lavado bom, 1
245	J. B. M. Machado	Vassouras	lavado fino
246	Comendador Domingos T. de Azevedo Junior	Valença	lavado fino
247	Comendador Domingos T. de Azevedo Junior	Valença	Maragogipe
248	Barbosa Lima & Filhos	Resende	murta
249	Comendador Domingos T. de Azevedo Junior	Valença	Bourbon
253	Visconde de Nova Friburgo	Cantagalo	fino
256	Justino Barbosa da Cruz	Cantagalo	fino
258	Comendador Domingos T. de Azevedo Junior	Valença	Le Roi
259	Carlos Burgues	Cantagalo	fino
255	Com. Domingos Theodoro de Azevedo Junior	Valença	Botucatu
254	Herdeiros de Manoel A. Esteves		Valença fino
260	Com. Domingos Theodoro de Azevedo Junior	Valença	murta
261	S. M. de Barros	Valença	superior 2
263	A. Ermelindo Ribeiro	Valença	superior 2
266	Mariana C. de Meirelles França	Resende	superior 2



N. de ordem	EXPOSITORES	Distritos onde se encontram as plantações		Qualidade
267	Pereira da Silva & Victorio	Valença		superior 1
268	Maria dos Anjos Sanchez de Paiva	Valença		superior 1
269	Barão de Sta. Maria	Vassouras		superior 1
273	João Luiz Pinheiro	Cantagalo		superior 1
276	Barão de Rio Bonito	Valença		superior
277	Manoel Antônio Rimes	Santa Maria Madalena		superior 1
278	Manoel Antônio da Silva Rosa	Resende		superior 2
280	Com. Domingos Theodoro de Azevedo Junior	Valença		Ceirão brasileiro
281	Viúva Heggender & Filhos	São Fidélis		envelhecido especial
282	Visconde de Nova Friburgo	Cantagalo		superior 1
283	Viúva Miranda Jordão & Filhos	Paraíba do Sul		superior 1
284	Herdeiros de Manoel Antônio Esteves	Valença		especial
285	Maria de Crellis e Silva	Valença		superior 2
286	Antônio Luiz Pinheiro	Cantagalo		superior 1
287	Barão de Oliveira Roxo	Piraí		superior 2
288	Barão de Oliveira Roxo	Piraí		superior 1
289	Domingos Theodoro de Azevedo Junior	Valença		Maragogipe
290	Maurício Haritoff	Piraí		superior 1
291	Luiz Soares de Gouvêa	Sapucaia		superior 1
292	Visconde de São Clemente	Cantagalo		superior 2
293	Fortunato dos Santos Gomes	Cantagalo		superior 2
294	Dr. Thomaz Vieira de Freitas	Sapucaia		moca 1
295	Quintiliano & Sobrinho	Vassouras		superior 2
296	Barão de Santa Maria	Vassouras		superior 2
297	Com. Raymundo Breves de Oliveira Rôxo	Vassouras		superior 2
298	Domingos Gomes Jardim	Resende		moca 3

N. de ordem	EXPOSITORES	Distritos onde se encontram as	
		plantações	Qualidade
299	Tito Lívio Monteiro	Resende	moca 1
303	José P. da Costa Maldonado	Valença	moca, bom 1
306	Comendador Domingos T. de Azevedo Junior	Valença	moca, bom 2
307	Visconde de São Clemente	Cantagalo	moca, bom 1
308	Visconde da Piedade	Piraí	moca, comum 1
309	Carvalho & Faro	Valença	1ª boa, 2
310	José V. dos Santos Werneck	Paraíba do Sul	1ª boa, 2
311	Dr. Francisco Quirino de R. Werneck	Paraíba do Sul	1ª boa, 1
312	Barão de Cananeia	Vassouras	1ª boa, 1
313	Justino Barbosa da Cruz	Cantagalo	1ª boa, 2
314	Francisco Silveira da Cunha	Resende	1ª boa, 1
315	Diogo Francisco Perret	Sapucaia	1ª boa, 1
316	Manoel Goulart de Sousa	Carmo	1ª boa, 2
317	Barão de Massambará	Vassouras	1ª boa, 1
319	Dr. Vicente Moncada	Cantagalo	1ª boa, 2
320	Miguel J. R. Pereira	Paraíba	1ª boa, 2
325	Manoel Dias da Silva	Sapucaia	1ª boa, 2
328	João de Araujo Maia	Valença	1ª boa, 2
330	Francisco Clemente Pinto	Cantagalo	1ª boa, 2
331	Léon Périsset & Irmão	Carmo	1ª boa, 2
332	Albino Antônio de Almeida	Resende	1ª boa, 2
333	Francisco José de Medeiros	Paraíba	1ª boa, 2
334	Francisco Soares de Gouvêa	Sapucaia	1ª boa, 2
335	Francisco de Paula de Almeida	Paraíba do Sul	lavado, superior 1
336	Mello & Irmãos	Cantagalo	1ª boa, 2
338	Alfredo Carlos de Avellar	Vassouras	1ª boa, 2
339	Manoel Alves R. Vianna	São João do Príncipe	1ª boa, 1
340	Emiliano Ferreira Pinto	Cantagalo	2ª bom, 1
341	Viúva Teixeira & Filhos	Cantagalo	1ª boa, 1
342	Eleutério Alves e Silva	Resende	1ª boa, 1
343	Silveira & Sobrinho	Resende	1ª boa, 1

N. de ordem	EXPOSITORES	Distritos onde se encontram as plantações		Qualidade
344	Herdeiros de Manoel A. Esteves	Valença		1ª boa, 1
345	Barão de Massambará	Vassouras		1ª boa, 2
346	Antônio B. Monteiro de Barros	Paraíba do Sul		1ª boa, 2
349	José Leite de Figueiredo	Paraíba do Sul		1ª boa, 1
354	Manoel Luiz P. de Andrade	Vassouras		1ª boa, 2
355	Francisco Marcondes Machado	Sapucaia		1ª boa, 2
357	Cornélio de Sousa Lima	Santa Maria Madalena		1ª boa, 1
363	Visconde de São Clemente	Cantagalo		1ª boa, 1
364	Comendador Raymundo de Oliveira Roxo	Vassouras		1ª boa, 2
368	Luiz Pereira de Faro	Vassouras		1ª boa, 1
369	Lindorf M. de Vasconcellos	Vassouras		1ª boa, 1
370	Comendador Luiz Caetano Alves	Vassouras		1ª boa, 2
374	Firmo A. Pereira & Filhos	Paraíba		1ª boa, 1
377	Antônio Lutterback	Cantagalo		1ª boa, 1
378	Antônio Lopes de Babo	Paraíba		1ª boa, 1
379	José Antônio de S. Lima	Valença		1ª boa, 1
380	Dr. Antônio J. de Chagas & Cia.	Paraíba		1ª boa, 1
381	Comendador Luiz Caetano Alves	Vassouras		1ª boa, 2
386	Comendador Romualdo J. M. de Barros	Piraí		1ª boa, 2
388	Luiz Pereira de Faro	Vassouras		1ª boa, 2
390	Viúva e Herdeiros do Com. M. G. V. da Cruz	Paraíba		1ª boa, 2
392	Barão de S. Carlos	Paraíba		1ª comum, 1
393	Joaquim L. Babo Junior	Paraíba		1ª comum, 1
397	Francisco Marcondes Machado	Sapucaia		1ª comum, 1



N. de ordem	EXPOSITORES	Distritos onde se encontram as	
		plantações	Qualidade
400	Luiza de A. Lengruber	Carmo	1ª comum, 1
402	Sílvio dos Santos Paiva	Valença	1ª boa, 2
408	João Guerreiro Bogado	Cantagalo	1ª regular, 2
410	João Pires da Veiga	Cantagalo	1ª regular, 1
411	Dietrich & Cunhados	Cantagalo	1ª regular, 1
412	Guilherme Sauerbroun	Cantagalo	1ª regular, 1
416	João Erthal	Cantagalo	1ª regular, 1
422	José Luiz de Sousa Oliveira	Valença	1ª regular, 1
425	Visconde de São Clemente	Cantagalo	1ª regular, 1
426	Francisco Antônio Gonçalves Barbosa	Paraíba do Sul	1ª regular, 2
427	Luiz Pereira de Castro	Barra Mansa	1ª regular, 2
428	Joaquim Ferreira de Azevedo	São João do Príncipe	1ª regular, 2
429	Cecília Maria de J. Nóbrega	Piraí	1ª regular, 2
430	Viúva & Filhos de Simeão G. de Assunção	Valença	1ª regular, 1
431	Barão de Santo Antônio	Paraíba do Sul	1ª regular, 2
432	Francisco José de Carvalho	Valença	1ª regular, 2
433	Barão do Rio Negro	Barra Mansa	1ª regular, 1
434	Herdeiros de João Pereira da Silva	Valença	1ª regular, 1
437	José Moreira Dantas	Valença	1ª regular, 2
439	Pedro Augusto Lacerda	Vassouras	1ª boa, 1
440	Visconde de Barra Mansa	Barra Mansa	1ª regular, 2
442	José Augusto M. de Barros	São Fidélis	1ª regular, 2
441	Antônio José Paulino	Paraíba do Sul	1ª regular, 1
445	Barão de Santa Justa	Paraíba do Sul	1ª regular, 2
447	Sabino Lopes de A. Babo	Paraíba do Sul	1ª regular, 1
450	Secundino da Silva Espíndola	São Fidélis	1ª regular, 2
451	José de Sousa Borges	Piraí	1ª regular, 1
453	Dr. Antônio Alves de A. Nogueira	Vassouras	1ª regular, 2
454	João Lopes da C. Sobrinho	Sapucaia	1ª regular, 2
457	Juliano Luiz de Carvalho	Paraíba do Sul	1ª regular, 2



N. de ordem	EXPOSITORES	Distritos onde se encontram as plantações		Qualidade
458	Comendador Lucas A. M. de Barros	Piraí		1ª regular, 1
459	Antônio Luiz da Silveira	Piraí		1ª regular, 1
460	Comendador Joaquim L. R. de Almeida & Filho	Barra Mansa		1ª regular, 2
461	Comendador José Teixeira de N. Sobrinho	Piraí		1ª regular, 2
464	Francisco de Almeida Silva	Barra Mansa		1ª regular, 2
465	Viúva e Herdeiros de M. G. Vieira da Cruz	Paraíba do Sul		1ª regular, 2
467	Antônio Ferreira de Moraes	Santa Maria Madalena		1ª regular, 2
469	Comendador Quintiliano C. da Fraga	Vassouras		1ª regular, 2
470	Sílvio Martins Ramos	Sapucaia		2ª boa, 1
471	Pantaleão Ferreira de Azevedo	Piraí		1ª regular, 2
472	João Teixeira da Nóbrega	Piraí		1ª regular, 2
473	Francisco Barbosa do Rego	Piraí		1ª regular, 2
474	Jacinto Ignácio de Mendonça	Valença		1ª regular, 1
476	João Albino Dias da Silva	Cantagalo		1ª regular, 1
477	José Caetano A. de Oliveira	Barra Mansa		1ª regular, 2
480	Dr. Galdino Antônio do Valle	Santa Maria Madalena		1ª regular, 2
481	Leite Zamith & Filhos	Vassouras		1ª regular, 2
487	Comendador Vicente A. da Silva Oliveira	Paraíba do Sul		1ª regular, 2
488	José Pereira de Barros	Resende		1ª regular, 2
489	Comendador Bruno J. dos Santos Nora	Barra Mansa		2ª boa, 1
490	João de Souza Vieira	Carmo		2ª boa, 1
492	João Altino Dias da Silva	Cantagalo		2ª boa, 1
494	Francisco Clemente Pinto	Cantagalo		2ª boa, 1
497	Antônio José de Fré	Paraíba do Sul		2ª boa, 1



N. de ordem	EXPOSITORES	Distritos onde se encontram as	
		plantações	Qualidade
499	João de Araujo Maia	Valença	1ª regular, 2
506	Theodoro de Araujo Pereira	Valença	1ª regular, 2
509	Ignácio Werneck	Sapucaia	1ª regular, 2
510	Francisco Leite Ribeiro Junior	Valença	1ª regular, 2
511	Visconde de Pinheiro	Cantagalo	lavado, boa 1
512	Lúcio Corrêa e Castro	Paraíba do Sul	1ª regular, 2
514	D. Maria José da Natividade Vieira	Paraíba do Sul	1ª regular, 1
515	Joaquim Lopes de Babo	Paraíba do Sul	1ª regular, 1
516	Antônio Vieira de Araújo Machado	Sapucaia	2ª boa, 2
517	Mathias Octavio Roxo	Piraí	1ª regular, 1
518	Caetano da Roza Martins	Vassouras	1ª regular, 1
519	Dr. Josepha Leopoldina Soares Teixeira	Cantagalo	1ª regular, 1
520	João Ferreira d'Almeida Braga	Sapucaia	1ª regular, 2
527	Theóphilo Prudenciani Ceral	Valença	1ª regular, 1
528	O Rev. Maximiano Julio Teixeira Monteiro	Sapucaia	1ª regular, 2
530	Visconde de Arcozelo	Vassouras	1ª regular, 1
533	Jria Umbelina Vieira Gulam	Valença	1ª regular, 1
535	João Pedrozo Barreto de Albuquerque	Vassouras	1ª regular, 1
536	Manuel Gomes Leal do Nascimento	Barra Mansa	1ª comum, 1
540	Viúva Marianna Böechât	Nova Friburgo	1ª comum, 1
542	José Carlos de Oliveira	São Fidélis	1ª comum, 1
543	Antônio Moreira dos Santos	Piraí	1ª comum, 2
544	Dr. Antônio da Rocha Fernandes Leão	Resende	1ª comum, 1
545	Anna C. Martins Avelino Filho	Cantagalo	1ª comum, 1
553	Ângelo Gonçalves dos Reis	Valença	1ª regular, 1



N. de ordem	EXPOSITORES	Distritos onde se encontram as plantações	Qualidade
555	Luiz José Gonçalves Neves	Cantagalo	1ª regular, 1
556	Comendador Luiz Caetano Alves	Vassouras	1ª regular, 1
557	Coronel Antônio I. Barbosa d'Andrade	Paraíba do Sul	1ª regular, 1
558	José Pinheiro da Silveira	Vassouras	1ª regular, 1
559	Dr. I. Bernardo Gomes Guimarães	Barra Mansa	1ª regular, 2
560	Augusto de Avellar Assumpção	Valença	1ª regular, 1
561	Francisco Barboza do Rêgo	Piraí	1ª regular, 1
562	Antônio de Alvarenga Freire	Resende	1ª regular, 2
574	Joaquim J. de Carvalho L. & Irmão	Paraíba do Sul	1ª regular, 1
575	Luiz Vieira de Carvalho	Cantagalo	1ª regular, 2
576	Barão do Pilar	Valença	1ª regular, 2
577	Antônio Fontes de Oliveira	Carmo	1ª regular, 2
578	Manoel José Corrêa Tavares	Paraíba do Sul	1ª regular, 2
581	Comendador Joaquim Antônio dos Passos	Paraíba do Sul	1ª regular, 2
582	Maria J. da Natividade Vieira	Paraíba do Sul	1ª regular, 1
584	Antônio José Cruz	Barra Mansa	1ª regular, 2
585	Jean Moreira da Silva Barriga	Sapucaia	1ª regular, 1
586	Antônio Cândido Rodrigues	Cantagalo	1ª regular, 2
587	Domingos Teixeira Alves	Sapucaia	1ª regular, 1
590	Francisco Lopes Martins Junior	Cantagalo	1ª regular, 1
592	Carolina Josepha da Silva Vieira	Valença	1ª regular, 1
597	Manoel Gonçalves da Rocha	Resende	1ª regular, 1
601	Carlos Caetano Alves	Vassouras	lavado bom, 2
607	Luiz Teixeira de Carvalho	Cantagalo	lavado regular, 2
609	Manoel Simões de Souza Pinto	Campos	lavado regular, 2
615	Carlos Caetano Alves	Vassouras	lavado regular, 1



N. de ordem	EXPOSITORES	Distritos onde se encontram as	
		plantações	Qualidade
624	José Rebello da Silva	São Fidélis	lavado comum, 1
626	Magalhaens Sobrinho & Irmão	Cantagalo	lavado comum, 1
627	Eugênio Júlio Curty	Cantagalo	lavado comum, 1
631	Florentino Mariano dos Santos	Paraíba	lavado regular, 2
633	Augusto Vial	Cantagalo	lavado regular, 1
634	Polycarpo José Vieira	Valença	lavado regular, 1
635	Henrique José Costat	Cantagalo	lavado regular, 1
637	Magalhaes Sobrinho & Irmão	Cantagalo	lavado regular, 2
640	José Teixeira Portugal Freixo Madalena	Santa Maria	1ª comum, 2
641	Ângelo Corrêa da Costa Machado	Sapucaia	1ª comum, 2
642	Corrêa & Filho	Cantagalo	1ª comum, 1
644	Thomaz Per. Madruga	Nova Friburgo	1ª comum, 1
645	Gabriel Teixeira Pinto Sobrinho	Resende	1ª comum, 2
646	Maria de Figueiredo Freire Madalena	Santa Maria	1ª comum, 1
647	Francisco de Araújo Leite	Barra Mansa	1ª comum, 1
648	Peregrino Vieira Machado	Paraíba	1ª comum, 1
649	Wenceslau Fernandes de Cavallero	Itaguaí	1ª comum, 2
655	Alberto Pereira Gracil	Carmo	1ª comum, 2
656	José Antônio Pinto Coelho	Cantagalo	1ª comum, 2
659	Antônio Norberto de Azevedo	Valença	1ª comum, 2
660	Maria Justina da Pacificação	Cantagalo	1ª comum, 2
661	João Maria de Menezes	Vassouras	1ª comum, 1
662	João de Souza Werneck Neto	Sapucaia	1ª comum, 1
664	Francisco Coelho de Magalhães	Cantagalo	1ª comum, 1
665	Isabel Sauerbrum Scheiner	Cantagalo	1ª comum, 1
666	Quintiliano & Sobrinho	Vassouras	1ª comum, 1



N. de ordem	EXPOSITORES	Distritos onde se encontram as	
		plantações	Qualidade
667	José da Rosa Machado	Pirai	1ª comum, 2
671	Manoel Antônio da Costa	Sapucaia	1ª comum, 1
673	Maria Joaquina V. Manso	Vassouras	1ª comum, 1
674	Joaquim Anselmo de Sousa	São João do Príncipe	1ª comum, 2
675	Silvino Coelho de Avellar	Pirai	1ª comum, 1
677	Francisco Ângelo Corrêa	Sapucaia	1ª comum, 2
679	Francisco Ludolf	Carmo	1ª comum, 1
680	Quintiliano G. Ribeiro de Avellar	Vassouras	1ª comum, 1
681	Zeferina A. das Chagas Werneck	Vassouras	1ª comum, 1
682	Francisco Vieira de Carvalho	Carmo	1ª comum, 2
685	Barão de Imbé	Santa Maria Madalena	1ª comum, 1
686	Antônio Estevão da Cunha	Barra Mansa	1ª comum, 1
689	Pamplona & Fortes	Valença	1ª comum, 1
690	Comendador Bernardino José Borges	Cantagalo	1ª comum, 1
695	Maianna Bernardina de Assis	Santo Antônio de Pádua	1ª comum, 2
699	João Baptista Drumond & Filhos	Valença	1ª comum, 2
700	Francisco José de Sousa	Sapucaia	1ª comum, 2
701	Patrício Antônio da Silva	Santa Maria Madalena	2ª boa, 1
702	Barão de Sousa Lima	Valença	1ª comum, 2
704	Guimarães & Moreira	S. Antônio de Pádua	1ª comum, 1
706	Carvalho & Cia.	Barra Mansa	1ª comum, 2
707	Avila Leal & Cia.	Resende	1ª comum, 1
709	Fernando Antônio Ferraz	Valença	1ª comum, 1
712	Doutor Carlos Theodoro de Bustamante	Barra Mansa	1ª comum, 2
713	José Leite de Souza	Sapucaia	1ª comum, 1



N. de ordem	EXPOSITORES	Distritos onde se encontram as	
		plantações	Qualidade
714	Rita Joaquina H. da Conceição	Vassouras	1ª comum, 1
716	Henrique Vieira da Cunha	Piraí	1ª comum, 2
717	Antônio Appolinário de Barros	Santo Antônio de Pádua	1ª comum, 2
723	Miguel Antônio P. Caldas	Sapucaia	1ª comum, 2
727	Laurindo Francisco Moreira	Valença	1ª comum, 2
731	Braz Marcondes de Toledo	Barra Mansa	1ª comum, 1
733	Manoel Luiz Garcia	Piraí	1ª comum, 2
734	João Gomes de Aguiar	Paraíba	1ª comum, 1
735	José de Sousa Aguiar	Sapucaia	1ª comum, 1
736	Comendador Luiz A. de Costa e Sousa	Piraí	1ª comum, 1
738	Francisco Bernardino de Barros	Santo Antônio de Pádua	1ª comum, 2
739	Antônio Xavier de Lima Junior	Resende	1ª comum, 1
740	Valentim Coelho Porto	Piraí	1ª comum, 1
741	Dr. José Gonçalves V. de Medeiros	Paraíba	1ª comum, 2
742	Comendador Antônio Lourenço Torres	Barra Mansa	1ª comum, 2
743	Estulano Ignácio Bittencourt	Piraí	1ª comum, 1
745	Manoel Corrêa Abraham	Paraíba	1ª comum, 1
746	Maria Clara Lopes Martins	Cantagalo	1ª comum, 1
748	Antônio Antunes Seabra	Vassouras	1ª comum, 1
750	Manoel Dias da Cunha	Piraí	1ª comum, 1
751	Antônio de Sousa L. Niquinho de Paula	Santo Antônio	1ª comum, 1
754	José Maria Machado	Vassouras	1ª comum, 1
756	Luiz Pereira Romêo	Paraíba	1ª comum, 2
757	Comendador Luiz José de Sá Cherem	São João do Príncipe	1ª comum, 1
758	Manoel Gomes L. do Nascimento	Barra Mansa	1ª comum, 1
759	José Antônio A. da Costa	Paraíba do Sul	1ª comum, 1



N. de ordem	EXPOSITORES	Distritos onde se encontram as	
		plantações	Qualidade
761	Philipp Ludolf	Carmo	1ª comum, 1
762	Estevão Pinto de Carvalho	São Fidélis	1ª comum, 2
763	João C. dos Reis & Cia.	Barra Mansa	1ª comum, 1
765	José Pedro Diniz	Cantagalo	1ª comum, 2
768	Jeronymo de Sousa Vieira	Carmo	1ª comum, 2
769	Jeronymo Alves da Serra	Santa Maria Madalena	1ª comum, 1
771	Manoel Antônio Tavares	Santo Antônio de Pádua	1ª comum, 2
775	Francisco de Assis R. dos Santos	São Fidélis	1ª comum, 1
777	Pedro Custódio de Oliveira	São Fidélis	1ª comum, 1
779	Manoel Thomaz de Aquino Leite	Santo Antônio de Pádua	1ª comum, 1
785	Miguel José Corrêa	Carmo	1ª comum, 1
787	Comendador Custódio Leite Ribeiro	Santo Antônio de Pádua	1ª comum, 2
788	José Martins do Couto	Sapucaia	1ª comum, 1
795	Francisco Pinheiro de Lacerda	Campos	2ª boa, 2
797	José Botelho F. Bezerra	Cantagalo	2ª boa, 1
799	Manoel Martins Esteves	Paraíba do Sul	2ª boa, 2
800	José Joaquim Muros	Macaé	2ª boa, 1
801	José Francisco Jorge	Santo Antônio de Pádua	2ª boa, 2
803	Antônio Paulino de Toledo	Santo Antônio de Pádua	2ª boa, 1
804	João Batista Soares Junior	Barra Mansa	2ª boa, 1
806	Francisco Jeronymo Jaggi	São Fidélis	2ª boa, 2
807	Diniz Junior, Irmãos e Quartim	Santa Maria Madalena	lavado moca, 3
809	José Tardim Junior	Cantagalo	2ª boa, 2
811	Manoel Polycarpo Vieira	Valença	2ª boa, 1
812	Maria Bussinger Bonn	Cantagalo	2ª boa, 1
813	João da Matta Lamas	Cantagalo	2ª boa, 1
816	Caetano Soares de Azevedo	Campos	2ª boa, 1



N. de ordem	EXPOSITORES	Distritos onde se encontram as	
		plantações	Qualidade
817	Bernardo de Araújo	Macaé	2ª boa, 2
820	Antônio Monteiro dos Santos Junior	Vassouras	2ª boa, 1
821	José Luiz da Silva	Cantagalo	2ª boa, 1
822	Bazilio Garcia Terra	São Fidélis	2ª boa, 1
825	Raphael Augusto da Fonseca	São Fidélis	2ª boa, 1
826	Manoel Corrêa Dias Lagoa	São Fidélis	2ª boa, 1
829	Manoel Matins Ramos Sobrinho	São Fidélis	2ª boa, 2
834	Marianno Leite & Genro	Valença	lavado 2º tipo, 2
836	Manoel José da S. Picanço	Santo Antônio de Pádua	2ª boa, 2
841	Maximiano José da Cunha	São Fidélis	2ª boa, 1
845	Antônio Luiz Machado	Sapucaia	2ª boa, 2
846	José Rodrigues Alves	Santo Antônio de Pádua	2ª boa, 2
847	Antônio Pedro de Lima Fernando	São Fidélis	2ª boa, 2
852	Antônio Muniz de Andrade	Cantagalo	2ª boa, 1
854	Francisco Ignácio da Silva Madalena	Santa Maria	2ª boa, 2
858	Francisco José Freire	Cantagalo	2ª boa, 2
862	Casal de Júlio Leite Ribeiro	Santo Antônio de Pádua	2ª boa, 1
867	Francisco Onofre de Carvalho	Paraíba	2ª boa, 1
871	José Maximiano da Silveira	Carmo	2ª boa, 2
873	Venâncio José Garcia	São Fidélis	2ª boa, 1
879	Lourenço Per.de Carvalho	São Fidélis	2ª boa, 1
880	José Ignácio Ferreira	São Fidélis	2ª boa, 1
881	Joaquim Carlos Carneiro	São Fidélis	2ª boa, 1
882	Manoel Garcia Pereira	São Fidélis	2ª boa, 2
886	José Francisco Jorge	São Fidélis	2ª boa, 2
887	Antônio Emílio de Abreu	Cantagalo	2ª boa, 2
889	Antônio Francisco de Andrade Sobr.	Cantagalo	2ª boa, 1



N. de ordem	EXPOSITORES	Distritos onde se encontram as	
		plantações	Qualidade
890	José Manoel Esteves	Cantagalo	2ª boa, 1
892	Theodoro José Soares	Paraíba do Sul	2ª boa, 1
895	Carlos da Costa Soares Irmão	Carmo	2ª boa, 1
896	Francisco de Paula Monteiro da Silva	Campos	2ª boa, 1
897	Francisco Jacintho da Silva	Santa Maria Madalena	2ª boa, 1
899	Plácido José A. de Almeida	Valença	2ª boa, 1
901	Antônio Vieira de Carvalho	São Fidélis	2ª comum
905	Rita Joaquim Ferreira Guedes	Macaé	2ª comum
906	Maria Cândida de Moura	Santo Antônio de Pádua	2ª comum
907	Manoel de Castro e Silva	São Fidélis	2ª comum
908	Antônio Francisco Alves Malveiro	Campos	2ª comum
913	Honório C. da Cunha	Valença	2ª comum, 2
916	Tobias Joaquim Rodrigues de Pádua	Santo Antônio	2ª comum
917	Comendador Francisco Leite Vidigal	Campos	2ª boa, 2
920	Manoel da Rosa Soares & Cia	São Fidélis	2ª comum
935	Arnold Bruger	Carmo	2ª regular, 2
937	Joaquim Luiz Pinheiro	Cantagalo	2ª regular, 2
938	Comendador Francisco Pereira da Silva	Resende	2ª regular, 2
939	Antônio Loureiro Caldas	Paraíba	2ª regular, 1
940	Francisco de Faria Salgado	Cantagalo	2ª regular, 2
941	Herculano G. B. S. Thiago	Vassouras	2ª regular, 1
943	Doutor José de Sousa Brandão	Sapucaia	2ª regular, 1
950	Francisco Theodoro das Chagas	Valença	2ª regular, 1
955	Herdeiros de Francisco José dos Reis	Cantagalo	2ª regular, 2
959	Comendador João Ablº Dias da Silva	Cantagalo	2ª regular, 1



N. de ordem	EXPOSITORES	Distritos onde se encontram as plantações		Qualidade
962	Pamplona Fortes	Valença		2ª regular, 2
963	Sebastien Luiz Pinheiro	Cantagalo		2ª regular, 1
964	José Batista Ferreira de Pinho	Santo Antônio de Pádua		2ª boa, 1
967	Joaquim de Araújo Padilha	Santo Antônio de Pádua		2ª boa, 1
970	Francisco Bernardes da Luz Figueira	Valença		2ª boa, 2
973	Joaquim Lourenço Sardemberg	São João da Barra		2ª boa, 2
974	José Francisco de Aguiar	São Fidélis		2ª boa, 2
975	João de Almeida Elvas	São Fidélis		2ª boa, 1
976	Cesar Augusto Ferreira Pinto	Cantagalo		2ª boa, 1
978	João Bueno Rangel	Resende		2ª comum, 2
979	Alexandre de Paula Zagge	Santo Antônio de Pádua		2ª boa, 1
983	Carlota Carolina de Resende Vieira	Campos		2ª boa, 2
984	Laurindo Januário Carneiro	São Fidélis		2ª boa, 1
985	Francisco Ventura Marinho	Sapucaia		2ª boa, 1
986	Cassiano José de Azevedo Santos	São Fidélis		2ª boa, 1
989	Manoel Joaquim Marques Melgaço	Sapucaia		1ª comum, 2
990	Antônio Nicolau da Silva	Valença		1ª comum, 1
997	José Machado Botelho	Cantagalo		1ª comum, 2

Província de São Paulo

5	Pedro de Sousa Aranha	Campinas		1ª regular, 1
6	Pereira de Barros & Filho	Taubaté		lavado regular, 1
8	Comendador Geraldo de Resende	Campinas		lavado moca, 2
10	Barão de Tremembé	Taubaté		lavado bom, 1
14	José de Lacerda Guimarães	Araras		lavado moca, 3
21	Manoel G. Vieira & Filho	Taubaté		lavado moca, 2



N. de ordem	EXPOSITORES	Distritos onde se encontram as	
		plantações	Qualidade
22	Francisco Pompêo do Amaral	Campinas	lavado moca, 3
23	Barão de Piracicaba	Rio Claro	lavado bom, 2
24	Joaquim F. de Camargo Junior	Araras	lavado regular, 1
25	Estanislau F. de C. Andrade	Campinas	lavado regular, 1
34	Conselheiro Antônio Moreira de Barros	Taubaté	lavado regular, 1
35	Dr. Raphael A. Paes de Barros	Pirassununga	lavado regular, 1
36	Visconde de Indaiatuba	Campinas	lavado moca sup., 2
38	Antônio A. Monteiro de Barros	Limeira	lavado regular, 2
39	José R. da Motta Paes	São Carlos do Pinhal	lavado regular, 2
42	Maria C. de M. Pereira	São José do Barreiro	lavado moca, 2
45	Joaquim J. da Silva Leme	Areias	lavado regular, 1
47	Comendador José Vergueiro	Limeira	lavado superior, 1
48	Barão de Piracicaba	Rio Claro	lavado bom, 2
49	Barão de Piracicaba	Rio Claro	lavado regular, 1
50	Comendador Geraldo de Resende	Campinas	lavado baixo
51	Barão de Itatiba	Campinas	lavado moca, 2
52	Comendador Geraldo de Resende	Campinas	lavado bom, 2
53	Antônio A. de Monteiro de Barros	Limeira	lavado regular, 1
61	Comendador Geraldo de Resende	Campinas	lavado regular, 1
62	Comendador José Vergueiro	Limeira	lavado moca, 2
65	Joaquim Vieira Teixeira Pinto	Lorena	lavado moca, 4
74	Antônio Augusto M. de Barros	Limeira	lavado baixo
75	Comendador Geraldo de Resende	Campinas	lavado bom, 2
86	Virgílio Rodrigues Alves	Guaratinguetá	lavado moca, 3
88	Maria Clementina M. Pereira	São José do Barreiro	lavado regular, 1



N. de ordem	EXPOSITORES	Distritos onde se encontram as	
		plantações	Qualidade
91	Dr. Laurindo José de Almeida	Bananal	lavado bom, 1
96	Comendador José Vergueiro	Limeira	lavado moca especial
97	Oliveira Garcez & Irmão	Queluz	lavado moca sup., 2
102	Dr. Antônio G. de Abreu Soares	Campinas	lavado moca, 2
110	Francisco de P. Lima	Casa Branca	lavado moca, 4
111	Joaquim P. Barbosa Aranha	Campinas	lavado moca, 3
113	Sebastião de Barros e Silva	Limeira	lavado moca, 2
115	Ângelo Penélope de Moraes	Amparo	lavado moca, 3
119	Luciana Teixeira Nogueira	Capivari	lavado moca, 4
120	José Manoel de Aguiar	Rio Claro	lavado moca, 3
124	Barros & Santos	Limeira	lavado moca, 3
126	Antão de Paula e Sousa	Amparo	lavado moca, 3
127	Barão de Romeiro	Pindamonhangaba	lavado moca, 3
129	José Leite de Figueiredo	Bananal	lavado moca, 3
130	Bicudo & Irmão	Campinas	lavado moca, 4
131	José G. de Araújo Bueno	São Carlos do Pinhal	lavado moca, 2
135	José Maria Aguirra	Rio Claro	lavado moca, 3
137	Anna C. de Salles	Rio Claro	1ª regular, 1
141	Visconde de Indaiatuba	Campinas	lavado moca 1
158	Izaías Pereira de Carvalho	Belém do Descalvado	lavado moca, 4
162	Antônio Chrispino de Abreu	Pirassununga	lavado moca, 4
164	Francisco Antônio da Costa Braga	Campinas	lavado moca, 2
165	Cândido Pereira Leite	Lorena	lavado moca, 1
183	José Leite de Figueiredo	Bananal	1ª boa, 1
184	João Carlos Nogueira de Sá	Lorena	1ª boa, 2
195	Barão da Joatinga	Bananal	1ª boa, 2
199	Barão de Ribeiro Barbosa	Bananal	1ª boa, 1
204	Barão de Tremembé	Taubaté	lavado bom, 1
206	Antônio A. Monteiro de Barros	Limeira	lavado moca, 3



N. de ordem	EXPOSITORES	Distritos onde se encontram as	
		plantações	Qualidade
209	Barão de Romeiro	Pindamonhangaba	lavado bom, 2
217	José Ferreira Leite da Silva	Areias	lavado regular, 2
219	José Francisco Ferreira Guimarães	Areias	lavado regular, 1
321	Dr. José M. Machado Cezar	Pindamonhangaba	1ª boa, 1
322	Dr. França Carvalho e Conselheiro L de Carvalho	Campinas	1ª boa, 2
327	Domingos da Silva Monteiro	Lorena	1ª boa, 2
329	José M. de Marcondes Romeiro & Cia.	Pindamonhangaba	1ª boa, 1
231	José Pereira de Faria	Paraibuna	lavado regular, 2
232	Dr. Laurindo José de Almeida	Bananal	lavado moca, 2
251	Dr. F. L. Ribeiro Guimarães	Pirassununga	envelhecido especial
271	Dr. F. L. Ribeiro Guimarães	Pirassununga	lavado Botucatu
275	Dr. F. L. Ribeiro Guimarães	Pirassununga	envelhecido especial
300	Barão de Piracicaba	Rio Claro	1ª boa, 2
337	Francisco de Paula Camargo	Amparo	1ª boa, 2
361	Barão de Itapura	Campinas	1ª boa, 2
382	Barão de Taubaté	Pindamonhangaba	1ª boa, 1
385	Joaquim de P. Sousa Carvalho	Amparo	1ª boa, 1
387	Francisco D. de Sampaio	São Carlos do Pinhal	1ª boa, 2
395	Manoel Carlos Aranha	Campinas	1ª boa, 2
328	Francisco J. de M. Marcondes	Pindamonhangaba	1ª boa, 1
401	Joaquim F. de C. Andrade	Campinas	1ª boa, 2
403	Francisco Nogueira de Carvalho	Casa Branca	1ª boa, 2
404	Visconde de Indaiatuba	Campinas	1ª boa, 1
407	Manoel Conrado Teixeira	Guaratinguetá	1ª regular, 1
413	José L. Vieira de Macedo	Paraibuna	1ª regular, 2
415	Domiciano M. de Vallim	Bananal	1ª regular, 2
417	França Carvalho e Cons. Leônio de Carvalho	Campinas	1ª regular, 1



N. de ordem	EXPOSITORES	Distritos onde se encontram as plantações	Qualidade
423	Antônio Pereira Baptista	Areias	1ª regular, 1
424	Saturnino Dias de Castro	Queluz	1ª regular, 1
448	Francisco Alves de Magalhães	São José do Barreiro	1ª regular, 1
462	Lúcio Brandino de Novaes	Queluz	1ª regular, 1
479	Comendador Antônio Paes de Barros	Pirassununga	1ª regular, 2
482	José Gonçalves de Sampaio	Limeira	1ª regular, 2
486	Joaquim V. de S. Meirelles	Pirassununga	1ª regular, 1
501	Soares Castilho e Novaes	São José do Barreiro	1ª regular, 2
502	José de Assis Alves	Paraibuna	1ª regular, 1
504	Luiz Teixeira de Barros	Pindamonhangaba	1ª regular, 1
505	Barão da Serra Negra	Piracicaba	lavado regular, 1
507	Antônio Manuel d'Arruda	Amparo	1ª regular, 1
522	José Pereira dos Santos	Amparo	moca, 4
523	Antônio Mendes da Costa	Limeira	1ª regular, 2
524	João Thomaz de Andrade	Casa Branca	1ª regular, 1
531	Francisco de Andrade Coutinho	Campinas	1ª regular, 1
539	José Quirino dos Santos Simões	Campinas	1ª regular, 1
546	José F. de Sampaio	Rio Claro	1ª regular, 2
550	Ribeiro Maximo de Souza	Bananal	1ª regular, 1
551	Barão da Serra Negra	Piracicaba	lavado regular, 1
552	Dr. Joaquim Ignácio de Moraes	Amparo	1ª regular, 2
554	Antônio Leme da Fonseca	Jundiaí	1ª regular, 1
563	Joaquim Vítor de Souza Meirelles	Pirassununga	1ª regular, 1
565	José Soares do Amaral	Araras	1ª regular, 1
568	Barão Antônio Corrêa da Silva	Campinas	1ª regular, 2
570	Joaquim Manoel Alves	São Carlos do Pinhal	1ª regular, 1
572	Antônio Crispim Abreu	Pirassununga	1ª regular, 2
573	Agostinho de Lemos Prado	Rio Claro	1ª regular, 1



N. de ordem	EXPOSITORES	Distritos onde se encontram as plantações	Qualidade
579	Antônio Alvares Leite Penteado	Casa Branca	1ª regular, 1
580	José de Souza Campos	Campinas	1ª regular, 1
588	José Guedes de Souza	Mogi-Mirim	1ª regular, 1
593	Dr. Henrique d'Almeida Regadas	Pirassununga	1ª regular, 1
594	Dr. Manoel Domingues de Castro	Guaratinguetá	1ª regular, 1
595	João Manoel d'Almeida Barboza	Campinas	1ª regular, 2
596	Joaquim Cândido de Almeida Leite	Belém do Descalvado	1ª regular, 2
598	Francisco Deocleciano Ribeiro	Pirassununga	1ª regular, 1
599	Dr. Martinho da Silva Prado	Casa Branca	1ª regular, 2
600	Dr. Martinho da Silva Prado	Casa Branca	1ª regular, 2
603	Camillo José Pires	Itatiba	1ª regular, 1
604	Antônio Crispim d'Abreu	Pirassununga	1ª regular, 1
606	Herdeiros do Comendador Francisco Teix. Villela	Pirassununga	[sic]
605	Vicente Moreira da Costa Matos	Taubaté	1ª regular, 2
608	Maria Brandina de Souza Aranha	Campinas	1ª regular, 1
611	Carlos Emydio de S. Aranha	Campinas	1ª regular, 1
612	Francisco Eugênio do Amaral	Pirassununga	1ª regular, 2
614	José Soares de Camargo	Itatiba	1ª regular, 1
617	Fabiano Martins Alves Porto Junior	Jacareí	1ª regular, 1
618	Dr. Cândido Ferr. da Silva Camargo	Campinas	1ª regular, 2
619	Barão de Piracicaba	Rio Claro	lavado bom, 2
620	Manoel de Freitas Novaes	Cruzeiro	1ª regular, 1
621	Barão de Mossoró	Taubaté	1ª comum, 1
623	Francisco da Costa Braga	Taubaté	1ª comum, 1
625	Custódio Vieira da Silva	Lorena	1ª comum, 1



N. de ordem	EXPOSITORES	Distritos onde se encontram as plantações		Qualidade
628	Manoel J. de Siqr. Mattos	Taubaté		1ª comum, 1
639	Maria Gertrudes d'Oliveira Monteiro	Guaratinguetá		1ª comum, 2
651	João Cândido H. de Azevedo	Pindamonhangaba		1ª comum, 1
652	Domiciano Maria A. Vallim	Bananal		1ª boa, 1
658	Ladislau de Barros Nogueira	Taubaté		1ª comum, 1
668	Antônio Carlos de Alvarenga	Taubaté		1ª comum, 1
693	José Augusto Vieira	Guaratinguetá		1ª comum, 1
969	Comendador Manoel Bicudo de S. Salgado	Pindamonhangaba		1ª comum, 2
705	Benjamim da Cunha B. & Cia.	Pindamonhangaba		1ª comum, 1
729	Joaquim Simões da Cunha	Areias		1ª comum, 1
752	Ignácio José P. Patrício	Guaratinguetá		1ª comum, 1
755	Firmino Rodrigues M. dos Santos	Guaratinguetá		1ª comum, 1
764	Antônio Joaquim P. de A. Vasconcellos	Areias		1ª comum, 1
767	Constantino Alves da Cruz	São José do Barreiro		1ª comum, 1
780	Antônio Celidônio G. dos Reis	São José do Barreiro		1ª comum, 1
783	Maria Rosa de Moraes	São José do Barreiro		1ª comum, 1
796	Rozendo Pereira Salgado	Pindamonhangaba		2ª boa, 1
818	Eduardo Ferreira de Abreu	Silveiras		2ª boa, 1
861	Comendador J. Nogueira de Mattos	Taubaté		2ª boa, 1
902	Dr. França Carvalho e Cons. Leôncio de Carvalho	Campinas		2ª comum, 1
933	Dr. França Carvalho e Cons. Leôncio de Carvalho	Campinas		escolha, bom
934	Oliveira Garcez & Irmão	Queluz		1ª regular, 2
936	Henrique Antônio Dantas da Gama	Pindamonhangaba		1ª regular, 2
948	Luiz Per. Leite	Bananal		1ª regular, 1



N. de ordem	EXPOSITORES	Distritos onde se encontram as plantações	Qualidade
954	Barão de Itapeba	Pindamonhangaba	1ª regular, 1
957	Coronel Maurício José de Oliveira e Costa	Taubaté	1ª regular, 2
987	Olímpio Alves de Magalhães	São José do Barreiro	1ª comum
988	Domingos Cerqueira Cesar	Caçapava	1ª comum, 1
995	Francisco Avelino do Nascimento	Pindamonhangaba	1ª comum, 1

Província de Minas Gerais

19	Dr. Thomaz de Aquino Leite	Juiz de Fora	lavado bom, 2
31	Dr. Manoel Simões de S. Pinto	Leopoldina	lavado regular, 1
51	Araújo Maia & Irmão	São João Nepomuceno	lavado moca, 2
57	Araújo Maia & Irmão	São João Nepomuceno	lavado regular, 1
59	Manoel José Monteiro da Silva	Mar de Espanha	lavado moca, 2
82	Francisco da Cunha N. d'Ayrosa	Mar de Espanha	lavado regular, 1
93	Eduardo Carneiro de Mendonça	Mar de Espanha	lavado regular, 1
95	Oscar Teixeira de F. Côrtes Além Paraíba	São José de	lavado baixo
103	Conde de Cedofeita	Juiz de Fora	lavado moca, 3
107	Teixeira Leite & Irmão	Leopoldina	lavado moca, 1
108	Salathiel de F. Lobato & Cia.	Mar de Espanha	lavado moca, 2
109	Antônio Ferreira de Assis	Leopoldina	lavado moca, 4
123	Modesto Henrique de Mattos	Mar de Espanha	lavado moca, 3
132	Anna da Cunha Ferreira Carneiro	Juiz de Fora	lavado moca, 1
136	Pedro José Henriques	Juiz de Fora	lavado moca, 2
145	Manoel J. da Rocha	Leopoldina	lavado moca, 2
166	Baronesa de S. José do Rio Preto	Juiz de Fora	1ª boa, 2
172	Joaquim Luiz de Sousa Breves	São José de Além Paraíba	2ª boa, 2



N. de ordem	EXPOSITORES	Distritos onde se encontram as	
		plantações	Qualidade
173	Carolina de Assis Isabel de Campos	Juiz de Fora	1ª boa, 2
174	Bernardo C. de Oliveira Araújo	São João Nepomuceno	1ª boa, 2
175	Lucas Soares de Gouvêa	Leopoldina	moca, 4
176	Maria Cândida Perpétua	Juiz de Fora	1ª boa, 1
180	Veríssimo Antônio da Silveira	São José de Além Paraíba	1ª boa, 2
182	Antônio Tertuliano Ribeiro	Juiz de Fora	1ª boa, 1
186	Dr. Joaquim Barbosa Castro	Mar de Espanha	1ª boa, 2
191	Manoel Alves & Cia.	Juiz de Fora	1ª boa, 2
192	Dr. Thomaz de Aquino Leite	Juiz de Fora	1ª boa, 2
193	Pedro Procópio R. Valle	Rio Novo	1ª boa, 1
194	José Luiz R. Horta	Juiz de Fora	1ª boa, 2
200	Dr. Thomaz de Aquino Leite	Juiz de Fora	1ª boa, 1
208	Severino José Henrique	Juiz de Fora	lavado regular, 2
211	Antônio Cardoso Brochado	Leopoldina	1ª comum, 1
223	Dr. João Batista de Carvalho	São José de Além Paraíba	lavado bom, 2
214	Dr. Francisco de Assis P. de Andrade	Mar de Espanha	lavado bom, 2
215	Eduardo Carneiro de Mendonça	Mar de Espanha	lavado regular, 2
223	Dr. Eugênio Teixeira Leite	Juiz de Fora	lavado regular, 2
224	Dr. Luiz de Mello Brandão	Juiz de Fora	lavado baixo
225	Francisco Ferreira de A. Fonseca	Juiz de Fora	lavado regular
244	Marcellino de B. Pereira de Andrade	Juiz de Fora	lavado regular, 2
250	Araújo, Maia & Irmão Nepomuceno	São João	côco
252	Rodolpho das Chagas Andrade & Cia.	Mar de Espanha	superior 1
257	São João Nepomuceno Nepomuceno	São João	casquinha
262	José B. de Leite	Juiz de Fora	superior 2



N. de ordem	EXPOSITORES	Distritos onde se encontram as plantações		Qualidade
264	Francisco Mariano Halfeld	Juiz de Fora		superior 2
265	Fazenda da Fortaleza	Juiz de Fora		superior 2
270	Barão de Santa Leocádia	Rio Novo		superior 2
272	Luiz Gomes Braza	Juiz de Fora		superior 2
274	Thomas J. Cândido Laranja	Juiz de Fora		superior 1
279	D. Anna da Cunha Ferreira Carneiro	Juiz de Fora		superior 2
301	Bernardo B. Soares de Sousa	São José de Além Paraíba		1ª boa, 1
302	Barão de Juiz de Fora	Juiz de Fora		1ª boa, 2
304	Antônio Tertuliano Ribeiro	Juiz de Fora		1ª boa, 1
305	Barão de Juiz de Fora	Juiz de Fora		1ª boa, 1
318	Esmeria Cândida de Barros	Juiz de Fora		1ª boa, 1
323	José Augusto de Resende	Rio Novo		1ª boa, 2
324	João Paulo de Castro	Rio Novo		1ª boa, 1
326	Carolina de A. Isabel de Campos	Juiz de Fora		1ª boa, 2
347	Teixeira Leite & Irmão	Juiz de Fora		1ª boa, 1
348	Carlos José Ribeiro	Pomba		1ª boa, 1
350	Valério Corrêa Netto	Leopoldina		1ª boa, 1
351	Rodolpho das C. Andrade & Cia	Mar de Espanha		1ª boa, 2
352	José Guedes da Costa	Leopoldina		1ª boa, 1
353	Francisco Mariano Halfeld	Juiz de Fora		1ª boa, 2
356	Visconde de Mesquita	Leopoldina		1ª boa, 2
358	José Manoel Pacheco	Juiz de Fora		1ª boa, 1
360	Carlos J. das Chagas & Cia	Juiz de Fora		1ª boa, 1
362	José Custódio Ferreira	Rio Novo		2ª boa, 1
365	Antônio Ferreira de Assis	Leopoldina		1ª boa, 2
366	Francisco de Assis Teixeira	Leopoldina		1ª boa, 1
367	Belchior Dutra de Moraes	Mar de Espanha		1ª boa, 2
371	Júlio Cezar de M. M. de Barros	Leopoldina		1ª boa, 1
372	Josué Leite Ribeiro	Juiz de Fora		1ª boa, 2
373	Albino de Cerqueira Leite	Juiz de Fora		1ª boa, 1
375	Antônio Manoel Pacheco	Juiz de Fora		1ª boa, 2



N. de ordem	EXPOSITORES	Distritos onde se encontram as plantações		Qualidade
376	Salatiel de Faria Lobato & Cia	Mar de Espanha		1ª boa, 1
383	Silvino de Oliveira Serra	Mar de Espanha		2ª boa, 1
384	Dr. José Cesário de Faria Alvim	Ubá		1ª boa, 1
389	João Alves Constantino	Rio Novo		1ª boa, 1
391	Júlio Cezar de Castro	Rio Novo		1ª boa, 1
394	Barão de Itatiaia	Juiz de Fora		1ª boa, 1
396	Comendador Joaquim de Campos Negreiros	Leopoldina		1ª boa, 2
399	Dr. Antero J. de Lage Barbosa	Juiz de Fora		moca, 3
405	João Carlos de Araújo Moreira	Ubá		1ª boa, 2
406	Antônio Furtado de Campos	Pomba		1ª regular, 1
409	João Domingos dos Santos	Juiz de Fora		1ª regular, 2
414	Araújo, Maia e Irmão Nepomuceno	São João		1ª regular, 1
418	José Cesário de F. Côrtes	Leopoldina		1ª regular, 2
419	Dr. Hippólito Dornellas de A. Mello	Juiz de Fora		1ª regular, 2
420	Joaquim Vieira R. e Silva	Cataguazes		1ª regular, 1
421	José Augusto de Figueiredo Côrtes	São José de Além Paraíba		1ª regular, 1
435	João Moreira Fortes	São João Nepomuceno		1ª regular, 1
436	Marciano Furtado de Mendonça	São João Nepomuceno		1ª regular, 2
438	Dr. Francisco Antônio de A. e Cunha	São José de Além Paraíba		1ª regular, 1
441	Francisca da Cunha N. de Arrosa	Juiz de Fora		lavado, regular, 1
443	Elvira Rabello Portes	São João Nepomuceno		1ª regular, 2
446	Antônio Vicente R. Guerra	São João Nepomuceno		2ª boa, 2
449	João Loureiro de Albuquerque	Juiz de Fora		1ª regular, 1
452	Dr. Joseph Lynch	Ubá		1ª regular, 2



N. de ordem	EXPOSITORES	Distritos onde se encontram as plantações	Qualidade
455	Augusto Mendes Teixeira	Rio Novo	1ª regular, 1
456	Thomé Dias dos Santos Brandão	Rio Preto	1ª regular, 1
466	José F. Leal Braga	São João Nepomuceno	1ª regular, 2
468	Barros & Filho	Juiz de Fora	1ª regular, 1
475	Anna Joaquina Machado	Mar de Espanha	1ª regular, 2
476	Gervásio A. Monteiro de Castro	Leopoldina	1ª comum, 1
478	Leôncio Figueiredo Côrtes	Leopoldina	1ª regular, 1
481	Balduino Joaquim de Menezes	Rio Preto	1ª regular, 1
483	Cypriano Gomes Figueira	Leopoldina	1ª regular, 1
485	Herdeiros de Maria L. de Jesus	Mar de Espanha	1ª regular, 2
491	Antônio Teixeira Marinho (Comendador)	Mar de Espanha	1ª regular, 2
493	Manoel Gonçalves de F. Côrtes	Leopoldina	1ª regular, 2
495	Viúva e herdeiros de José M. M. M. da C. Reis	Leopoldina	1ª regular, 2
496	Oscar Teixeira de F. Côrtes	Leopoldina	1ª regular, 2
498	José Cesário de F. Côrtes	S. José de Além Paraíba	1ª regular, 2
500	Justino de Mesquita Pereira	Rio Preto	1ª regular, 1
503	Joaquim José Lizardo Rodrigues	Rio Preto	1ª regular, 2
508	Carlos José Pereira	Juiz de Fora	1ª regular, 1
513	Dr. H. Gomes de Penna Coutinho	Leopoldina	1ª regular, 1
521	Antônio Theodoro da Silva	Muriaé	1ª regular, 2
525	Francisco Justino de Barros	Juiz de Fora	1ª regular, 1
526	Arthur Custódio Ferreira	Rio Novo	1ª regular, 1
529	Tenente-coronel Pedro José Pires	Rio Novo	1ª regular, 1
532	João Cândido Nogueira	Mar de Espanha	1ª regular, 1
534	Manuel Honório de Campos	Juiz de Fora	1ª regular, 2



N. de ordem	EXPOSITORES	Distritos onde se encontram as	
		plantações	Qualidade
537	Francisco José de Oliveira Braga	Juiz de Fora	1ª regular, 2
538	Custódio Rabello Teixeira	São João Nepomuceno	1ª regular, 1
541	Antônio Tertuliano Ribeiro	Juiz de Fora	1ª regular, 2
547	Dr. Antero Lage Barboza	Juiz de Fora	1ª regular, 1
548	Marciano Teixeira Marinho	Leopoldina	1ª regular, 2
549	Comendador Gervásio Ant. Monteiro da Silva	Juiz de Fora	1ª regular, 2
564	Coronel Joaquim Martins Ferreira	Leopoldina	1ª regular, 1
566	Maria Eufrásia Monteiro de Bastos	Mar de Espanha	1ª regular, 1
567	Cap. José Custódio de Assis Vieira	Juiz de Fora	1ª regular, 1
569	Esméria Cândida de Barros	Juiz de Fora	1ª regular, 1
571	Maria José de Nazareth	Juiz de Fora	1ª regular, 1
583	Martins Ferreira & Irmãos	Mar de Espanha	1ª regular, 1
589	Francisco Ribeiro de Magalhaens	Juiz de Fora	1ª regular, 1
591	Joaquim Cândido Guimarães	Rio Preto	1ª regular, 1
602	José Ribeiro Junqueiro	Leopoldina	1ª regular, 1
610	José Baptista Guimarães	Leopoldina	1ª regular, 1
613	Manoel Lobato Galvão de S. Martinho	Leopoldina	1ª regular, 2
616	Modesto Henrique de Mattos	Mar de Espanha	1ª regular, 2
623	João Panfiro	Juiz de Fora	1ª regular, 2
629	Modesto Henrique de Mattos	Mar de Espanha	1ª regular, 1
630	Anna de Pontes França & Irmão	Juiz de Fora	1ª regular, 2
632	Antônio Luiz de Carvalho & Silva	Mar de Espanha	2ª boa, 2
636	Joaquim Antônio dos Santos	Mar de Espanha	1ª comum, 1
638	Alfredo Ascoly	Mar de Espanha	1ª comum, 2
643	Francisci Jerônimo Bittencourt de Castro	Leopoldina	1ª comum, 2



N. de ordem	EXPOSITORES	Distritos onde se encontram as	
		plantações	Qualidade
650	Casimiro Antônio Vidal	Leopoldina	1ª comum, 1
653	Emerenciano Fabiano Alves	Juiz de Fora	1ª comum, 2
654	Manoel Rodrigues Medeiros	Juiz de Fora	1ª comum, 2
657	Sousa & Filhos	Leopoldina	1ª comum, 1
662	Anna Joaquina de Jesus	Mar de Espanha	1ª regular, 2
663	Antônio J. dos Santos Nazareth	Juiz de Fora	1ª regular, 1
669	Ver. Pe. Francisco J. dos Santos	São José de Além Paraíba	1ª regular, 2
670	O filho menor do Com. J. Anastácio da Costa Lima	Juiz de Fora	1ª regular, 2
672	Francisco Machado de Magalhaens	Porto Novo	1ª regular, 2
678	Brandão & Cia.	Rio Preto	1ª comum, 1
683	Dr. Henrique C. de Souza Vaz	Juiz de Fora	1ª comum, 2
684	José Moreira Alfenas	Ubá	1ª comum, 1
687	Dr. Felicissimo M de M. de Barros	Ubá	1ª comum, 1
688	Francisco da Silva Leite & Irmão	São José de Além Paraíba	1ª comum, 1
691	Severino Martins Ramos	São José de Além Paraíba	1ª comum, 1
692	José Ambrósio Ribeiro	Mar de Espanha	1ª regular, 1
694	Joaquim Dutra Nicasso	São João Nepomuceno	2ª comum, 1
697	Domingos Eugênio Pereira	Mar de Espanha	2ª comum, 2
698	Cândido da Silva Ladeira	São João Nepomuceno	2ª comum, 2
703	Marinho & Irmão	Cataguazes	2ª comum, 2
708	Comendador Firmino François Alibert	Mar de Espanha	2ª comum, 1
710	Francisco Celidônio Gomes dos Reis	Leopoldina	2ª comum, 2
711	Francisco M. Kennitz de Lima	Juiz de Fora	1ª comum, 2
715	Daniel de Moraes Sarmiento	Rio Novo	1ª comum, 1



N. de ordem	EXPOSITORES	Distritos onde se encontram as	
		plantações	Qualidade
718	Francisco C. de F. Côrtes Junior	Leopoldina	1ª comum, 1
719	Manoel Joaquim da Rocha	Leopoldina	1ª comum, 2
720	Carlota Martins de Oliveira	Mar de Espanha	1ª comum, 2
721	Arthur Custódio Ferreira	Rio Novo	1ª comum, 2
722	Francisco Cesário de F. Côrtes	Mar de Espanha	1ª comum, 1
724	Anna Cândida de Mendonça Medina	São João Nepomuceno	1ª comum, 1
725	Herdeiros de João A. Alves Pinto	Mar de Espanha	1ª comum, 2
728	Barão do Lourical	Mar de Espanha	1ª comum, 1
730	Barão da Leopoldina	Leopoldina	1ª comum, 2
732	José Joaquim Monteiro de Castro	Leopoldina	1ª comum, 1
737	Salathiel de Faria & Chagas Filho	Rio Novo	1ª comum, 2
744	Elisa Josephina A. de C. Monteiro	Leopoldina	1ª comum, 2
747	Dr. Arthur Teixeira Leite	Leopoldina	1ª comum, 1
749	Elydio Cesário de F. Côrtes	Leopoldina	1ª comum, 1
753	Francisco José Bastos de Campos	Mar de Espanha	1ª comum, 2
760	Francisco Gabriel de Lacerda	Cataguazes	1ª comum, 2
766	Manoel José Pêres	Rio Novo	1ª comum, 1
770	Antônio Carlos Pereira	Leopoldina	1ª comum, 1
772	Francisco Antônio Pereira	Leopoldina	1ª comum, 1
773	Augusto Barbosa de Castro Nepomuceno	São João	1ª comum, 2
774	Dr. Antônio R. Monteiro Manso	Leopoldina	1ª comum, 2
776	José Corrêa Pinto	Mar de Espanha	1ª comum, 2
778	Firmino Dias Tostes	Mar de Espanha	1ª comum, 2
781	Antônio G. da Fonseca Teixeira	Leopoldina	1ª comum, 2
782	Maria do Carmo & Filhos	Leopoldina	1ª comum, 2



N. de ordem	EXPOSITORES	Distritos onde se encontram as	
		plantações	Qualidade
784	João Evangelista T. de Barros	Leopoldina	1ª comum, 1
786	Antônio Ferreira Martins	Mar de Espanha	1ª comum, 2
789	José Virgilino da Trindade	Ubá	1ª comum, 2
790	Francisco J. de Andrade Goulart	Mar de Espanha	1ª comum, 1
791	Francisco Herculo C. da Siqueira	São João Nepomuceno	1ª comum, 2
792	Cândido Rodrigues de Oliveira	Rio Novo	1ª comum, 1
793	Jerônimo Pereira dos Santos	Mar de Espanha	2ª boa, 1
794	Joaquim Ramos da Cruz	Mar de Espanha	2ª boa, 1
798	Tristão Correia Dias	Leopoldina	2ª boa, 2
802	Francisco Carlos Rauthier Duarte	Mar de Espanha	2ª boa, 1
808	José Gualberto Damasceno Ferreira	Leopoldina	2ª boa, 2
810	João Batalha Rodrigues	Muriaé	2ª boa, 1
814	Anacleto Dias da Costa	São José de Além Paraíba	2ª boa, 1
815	Antônio Gonçalves Ferreira	Leopoldina	2ª boa, 1
819	Ignácio Gomes de Assumpção	São José de Além Paraíba	2ª boa, 2
821	Manoel Dutra de Moraes	Mar de Espanha	2ª boa, 1
827	José Silvestre Rauthier Duarte	Mar de Espanha	2ª boa, 2
830	José Baptista Guimarães	Leopoldina	2ª boa, 2
831	Comendador J. José Medeiros	São João Nepomuceno	2ª boa, 1
832	João G. Coelho	Rio Novo	2ª boa, 1
833	Vitorino J. Monteiro	Muriaé	2ª boa, 2
837	Cel. Manoel Furtado Ribeiro	Cataguazes	2ª boa, 1
838	Marcelino Dias Fortes	Mar de Espanha	2ª boa, 2
839	Jacintho de G. Arruda	Leopoldina	2ª boa, 1
840	Francisco Pedro Monteiro da Silva	Juiz de Fora	2ª boa, 1
842	Pedro Dutra Nicacio	Cantagalo	2ª boa, 2
843	Modesto Rodrigues Pereira da Silva	Ubá	2ª boa, 1



N. de ordem	EXPOSITORES	Distritos onde se encontram as	
		plantações	Qualidade
844	J. Marciano Pereira da Silva	Ubá	2ª boa, 1
849	Marcelino J. da Costa	Mar de Espanha	2ª boa, 2
850	Cap. Gustavo de P. Villas Boas	Leopoldina	2ª boa, 2
851	Francisco de Paula Coutinho	Pombal	2ª boa, 2
853	José Pedro Martins d'Almeida	Rio Preto	2ª boa, 1
855	Marcelino G. Fer. da Silva	Pombal	2ª boa, 2
856	Carlos Augusto Monteiro de Barros	Muriaé	2ª boa, 1
857	Araújo Maia & Irmãos	São João Nepomuceno	1ª boa, 1
859	Barão de Santa Helena	Juiz de Fora	2ª boa, 1
860	José G. de Resende	Mar de Espanha	2ª boa, 1
863	Antônio Paulino d'Assis Abreu	Pombal	2ª boa, 2
864	Antônio Jorge de Pimentel Carvalho	Rio Preto	2ª boa, 2
865	Herdeiros do Dr. J. Joaquim	São José de Além Paraíba	2ª boa, 2
866	Antônio Ferreira Netto	Leopoldina	2ª boa, 1
868	Anna C. de Mand. Medeiros & Filhos	São João Nepomuceno	2ª boa, 1
869	Antônio J. Monteiro de Resende	Leopoldina	2ª boa, 1
870	Nominato Teix. Ervilha	Ubá	2ª boa, 2
872	Marciano R. da Silva	Muriaé	2ª boa, 2
874	Rachel & Banho	Leopoldina	2ª boa, 1
875	José Joaquim Per. Ramos	Cataguazes	2ª boa, 1
876	Domiciano Esteves dos Santos	Cataguazes	2ª boa, 2
878	J. Antônio da Costa Corindra	Cataguazes	2ª boa, 2
883	Christóvão José de Souza	Mar de Espanha	2ª boa, 2
884	Comendador Lucas Antônio Monteiro de Barros	Mar de Espanha	2ª boa, 1
885	J. Maria de Carvalho	Leopoldina	2ª boa, 1
891	Manoel da Silva Ferraz	Pombal	2ª boa, 2
893	Antônio J. dos Santos Resende	Leopoldina	2ª boa, 1



N. de ordem	EXPOSITORES	Distritos onde se encontram as plantações		Qualidade
898	Manoel José Pereira Torres	São José de Além Paraíba		1ª regular, 1
900	Leandro José d'Almeida	Mar de Espanha		2ª boa, 1
901	Francisco Antônio Pereira Bravo Filho	Muriaé		2ª comum
909	Luiz Bonifácio d'Araújo	Mar de Espanha		2ª boa, 1
911	Ezequiel Roiz Fortes	Rio Novo		2ª comum
912	Val. Coelho dos Santos Monteiro	Leopoldina		2ª comum
914	Araújo Maia & Irmão	São João Nepomuceno		2ª comum
919	Barboza de Oliveira & Cia.	Leopoldina		2ª comum
932	Luiz Holsmeister	Espírito Santo		capitania
942	Baronesa de São João Nepomuceno	Juiz de Fora		1ª regular, 2
944	Tomé Ignácio Botelho	Juiz de Fora		1ª regular, 2
945	Innocêncio Luiz M. de Avellar	Rio Preto		1ª regular, 1
946	Theóphilo Fer. Henrique	Juiz de Fora		2ª regular, 2
947	Dr. Antônio Pedro C. da Costa Reis	Juiz de Fora		1ª regular, 2
949	Antônio Alves Pinto da Cruz	Rio Preto		1ª regular, 2
951	Antônio Furtado de Campos	Pombal		1ª regular, 2
952	Coronel Joaq. Martins Ferreira	Leopoldina		1ª regular, 2
953	Elias Ventura da Costa Marinho	Cataguazes		1ª regular, 1
956	Joaq. Cândido Guimaraens	Rio Preto		1ª regular, 2
958	Fortunato J. Pereira de Sousa	Rio Novo		1ª comum, 1
960	Joaq. Roiz de Aquino Leite	Juiz de Fora		1ª regular, 1
961	Pedro Maria Halfeld	Juiz de Fora		1ª regular, 2
965	Domingos Ferreira Netto	Leopoldina		2ª boa, 1
966	Augusto Eugênio de Resende	Rio Novo		2ª boa, 1
968	Pedro Lopes da Costa	Cataguazes		2ª boa, 1
969	Maximiano Gonçalves Lamas	São João Nepomuceno		2ª boa, 1
972	Damaso Dias Ladeira	Rio Novo		2ª boa, 1



N. de ordem	EXPOSITORES	Distritos onde se encontram as plantações	Qualidade
980	Francisco de Paula Ladeira	Cataguazes	2ª boa, 1
981	José Caetano Gonçalves	Leopoldina	2ª boa, 2
991	Dr. Bernardo F. C. da Costa Reis	Cataguazes	1ª comum, 2
992	Ananias José de Andrade	Juiz de Fora	1ª comum, 1
993	Francisco de Paula Ferreira de Resende	Leopoldina	1ª comum, 2
994	Valeriano Manso M. da Costa Reis	Leopoldina	1ª comum, 1
996	Felipe F. de Paula	Leopoldina	1ª comum, 2
<i>Província do Ceará</i>			
929	Luiz Ribeiro da Cunha	Ceará	moca
930	Singlehurst & Cia.	Ceará	moca
931	Luiz Ribeiro da Cunha	Ceará	especial
<i>Província do Espírito Santo</i>			
359	Luiz Francisco de Carvalho	Cachoeiro de Itapemirim	2ª boa, 1
726	José Gomes Pinheiro	Cachoeiro de Itapemirim	1ª comum, 1
805	Herdeiros de Manuel Gomes Silveira e Sousa	Cachoeiro	1ª comum, 2
823	José Antônio Torres	Cachoeiro de Itapemirim	1ª comum, 1
835	José Francisco Furtado de Mello	São José do Calçado	1ª comum, 2
848	Joaquim José de Almeida Ramos	Cachoeiro de Itapemirim	1ª comum, 1
877	José da Rosa Machado	Cachoeiro de Itapemirim	2ª boa, 1
888	Manoel Bernardo de Oliveira	Cachoeiro de Itapemirim	2ª boa, 1
894	Jerônimo Francisco Ascenso Duraens	São Mateus	2ª boa, 1

N. de ordem	EXPOSITORES	Distritos onde se encontram as plantações	Qualidade
903	Matheus H. Mont. Nog. da Gama	Cachoeiro de Itapemirim	2ª comum
910	José Alves de Sousa Coutinho	Cachoeiro de Itapemirim	2ª comum
915	Franc. de Salles Ferreira	Cachoeiro de Itapemirim	2ª comum
918	Manoel Gomes da Fonseca	São José do Calçado	2ª comum
921	Cafés das Colônias 2º território	Espírito Santo	2ª boa, 1
922	Cafés das Colônias no 4º território	Espírito Santo	1ª comum, 2
923	Café da Colônia de Castelo	Espírito Santo	2ª boa, 1
924	Café das Colônias 1º território	Espírito Santo	1ª comum, 2
925	Café da Colônia Sta. Izabel	Espírito Santo	2ª boa, 2
926	Café das Colônias 3º território	Espírito Santo	2ª boa, 1
927	Café da Colônia de Sta. Leopoldina	Espírito Santo	1ª comum, 2
928	Café das Colônias 5º território	Espírito Santo	1ª comum, 2
971	Francisco de Souza Monteiro	Itapemirim	2ª boa, 1
977	João Bernardes de Souza	Itapemirim	2ª boa, 1
982	Bernardo José da Silveira	Itapemirim	2ª boa, 1
998	Café da Colônia de Castelo	Espírito Santo	1ª comum, 2
999	Café da Colônia de Sta. Izabel	Espírito Santo	1ª comum, 2
1000	Café da Colônia de Rio Novo	Espírito Santo	1ª comum, 2



ARTIGOS DIVERSOS

Expositores

Aguiar, Furquim e Werneck, no Rio de Janeiro	Creme de café
Haritoff (Maurice), um russo, no Rio de Janeiro e em Bela Aliança (Piraí), província do Rio de Janeiro	Aguardente laranjinha
Colônia Silveira Martins, província do Rio Grande do Sul	Vinho Trigo Centeio Seda bruta Linho Fumo de rolo
Haritoff (Maurice), no Rio de Janeiro e em Bela Aliança (Piraí), província do Rio de Janeiro	Charutos
Haritoff (Maurice)	Pé de café
Araújo Maia e Irmão, no Rio de Janeiro	2 pés de café Alguns espécimes de minerais do Brasil dos quais alguns são diamantíferos.
Marc Ferrez, fotógrafo da Marinha Imperial, no Rio de Janeiro	Várias fotografias, paisagens do Brasil.
Diretor da Estrada de Ferro D. Pedro II	Álbum contendo 41 vistas de estações, pontes e obras de arte.
Centro da Lavoura e do Commercio	Vários mapas geográficos do Brasil.
Hartoff (Maurice)	Quadro representando sua fazenda (estabelecimento rural) de Bela Aliança, distrito de Piraí, província do Rio de Janeiro.







VII.
ANEXO

2ª EDIÇÃO DE UMA BROCHURA
EM RUSSO E EM FRANCÊS

DISTRIBUÍDA AOS VISITANTES
DA
EXPOSIÇÃO BRASILEIRA
DE
SÃO PETERSBURGO

1884







“É você, divino café, cujo amável licor,
Sem alterar o pensamento, alegra o coração!
Assim que senti seu vapor perfumado,
Repentinamente o calor penetrante de seu clima,
Despertou todos os meus sentidos; sem perturbação, sem caos,
Meus pensares mais fecundos acorrem em grandes ondas,
Minha imaginação que era triste, árida, seca,
Ri, surge ricamente vestida,
E acredito, experimentando o despertar do gênio,
Beber em cada gota um raio de sol.”

(Delille)

O CAFÉ DO BRASIL

Exposição dos cafés do Brasil
em São Petersburgo
1884

A exposição dos cafés do Brasil em São Petersburgo foi inaugurada em 5/17 de maio de 1884, ao mesmo tempo que a Exposição Internacional de Horticultura.

A exposição foi organizada pela associação *Centro da Lavoura e do Commercio* do Rio de Janeiro.

Essa associação se propõe a estabelecer relações diretas de comércio entre os impérios da Rússia e do Brasil.

Informações sobre o Brasil e um *Catálogo*, escritos em francês, serão enviados a qualquer pessoa que faça o pedido, no pavilhão brasileiro do picadeiro Michel.

PRODUÇÃO DO CAFÉ

O Brasil produz por ano: 360.000.000 quilos ou 22.000.000 de *puds*.
Todos os outros países
reunidos: 300.000.000 quilos ou 18.000.000 de *puds*.

660.000.000 quilos ou 40.000.000 de *puds*



O Brasil fornece, portanto, mais da metade da produção do globo. Em 1800, só exportava 5 *puds*. Em 1840, já produzia 3.000.000 de *puds*. Hoje, produz 22.000.000 de *puds*.

O café

Sua produção

O imenso desenvolvimento da cultura do café no Brasil e a rapidez do movimento, especialmente em um país onde os braços são tão raros, estão entre os fenômenos econômicos mais impressionantes de nosso século. (Agassiz, *Viagem ao Brasil*)

O cafeeiro, ou o pé de café, originário da Arábia, se aclimatou em grande número de países e principalmente no Brasil, onde encontrou um clima e terras para cultura excepcionalmente favoráveis.

A produção anual do mundo inteiro está avaliada em 40 milhões de *puds*; entretanto, desse total, os cafés brasileiros aparecem com 22 milhões de *puds*. Vê-se, portanto, que o Brasil sozinho fornece mais da metade da produção total do globo. Acrescentemos que a cultura do café se estende e cresce rapidamente no Brasil, enquanto decresce em quase todos os outros lugares.

Há vinte anos os agricultores brasileiros têm tido o maior cuidado em plantar somente as melhores linhagens de cafeeiro, em empregar os processos de cultivo mais aperfeiçoados, em escolher as máquinas mais perfeitas. Esses inteligentes esforços foram recompensados com a excelente qualidade dos produtos. Em mais de vinte exposições, que ocorreram no curso dos três últimos anos, os cafés brasileiros foram preferidos aos de todas as outras procedências e obtiveram em toda parte as mais altas distinções, medalhas de ouro e diplomas de honra.

Em resumo, o Brasil é, de longe, o maior produtor de café, em quantidade e em qualidade.

Sua utilidade

Coffee, which makes the politician wise,
And see through all things with his half shut eyes.⁶⁵ (Pope)

65 Café, que torna o político sábio e o faz perceber todas as coisas com os olhos semi-cerrados. (M.G.P.)



O café fornece, não uma bebida de luxo, mas uma bebida sadia, tônica e antifebril, que regulariza a digestão, equilibra e mantém as forças do corpo, ao mesmo tempo em que desperta e aguça os sentidos.

Nos países de clima quente, o consumo do café é enorme, porque neles o café substitui completamente todas as bebidas alcoólicas, cujo abuso seria mortal.

Nas regiões frias, o consumo do café aumenta e se propaga cada vez mais, porque o café aquece e fortifica como a aguardente, sem que se tema pelo seu abuso. Bem ao contrário, consumido com aguardente, auxilia o efeito útil do álcool e atenua as terríveis consequências que acompanham o abuso dos licores alcoólicos.

A experiência das últimas guerras confirmou os efeitos úteis do café e demonstrou o imenso recurso que seu emprego oferece para a alimentação das forças armadas em campanha.

O café está destinado a ocupar um lugar cada vez mais amplo no consumo de todos os povos e o Brasil, que possui mais de 3.000.000 km² apropriados à cultura do café, sempre poderá aumentar sua produção para colocá-la no mesmo nível do consumo.

Preparação do café

Como eu amo preparar teu néctar precioso!
Que ninguém se aproprie em minha casa, dessa tarefa deliciosa.
(Delille)

Não falaremos aqui dos cuidados a serem tomados pelo produtor na colheita e na manipulação dos grãos até seu ensacamento e seu envio ao mercado.

Queremos somente dar ao consumidor as indicações que lhe são indispensáveis para adquirir um bom café.

É muito importante saber que o café *verde*, quer dizer, ainda não torrado, pode ser conservado, com grande vantagem para sua qualidade, contanto que seja colocado em lugar seco. *O café se apura ao envelhecer, como o vinho em garrafas.* Mas, também, ao envelhecer, ele se desidrata, perde seu peso e aumenta de preço, de modo que só se encontram no comércio cafés muito jovens, cujo aroma ainda não atingiu seu completo desenvolvimento.

É preciso, portanto, aconselhar aos afortunados apreciadores, ter café no sótão, como têm vinho na adega, de modo a poder oferecer



aos seus convidados uma xícara de café de seis anos, de oito anos ou ainda mais.

Quanto à espécie a escolher, a mistura a fazer das diferentes espécies, depende do gosto e da apreciação de cada um, mas devemos lembrar aqui que o Brasil aclimatou em seu imenso território todas as variedades conhecidas, antigas ou novas, e que mais da metade dos cafés vendidos sob o nome de Moca, Java, Martinica, Bourbon, etc., são na realidade cafés brasileiros.

O café, uma vez alcançado o grau de envelhecimento desejado, deve ser *torrado*. Essa é uma operação delicada, que exige muita atenção e muito cuidado. Se for mal conduzida, poderão acontecer os seguintes inconvenientes: ou bem o grão não está suficientemente torrado, e conserva um gosto desagradável de verde; ou bem o grão está demasiadamente torrado, o aroma se perde e parte do café se transforma em carvão; ou bem a torrefação é mal executada, o exterior fica muito torrado e carbonizado enquanto o interior permanece cru; ou finalmente a torrefação é desigual em diversos grãos, sendo alguns muito torrados, enquanto outros não o são suficientemente.

Para evitar todos esses inconvenientes, basta ter a precaução de instalar o torrador de café em um fogo que não seja muito forte, a fim de que o calor tenha tempo de penetrar no interior do grão e torrá-lo, sem carbonizar o exterior, mexer o torrador em um movimento contínuo e regular, para que o calor se reparta e torre por igual toda a porção do café; e finalmente, abrir o torrador de tempos em tempos para se assegurar do grau de torrefação. Assim que o grão atingir a cor marrom escuro, a operação está terminada e o café está torrado.

O café torrado deve ser consumido imediatamente, ou pelo menos não deve ser conservado por mais de dois ou três dias. Além desse tempo, libera um óleo essencial, que se oxida em contato com o ar e fica rançoso como a manteiga. Também aconselhamos às pessoas que torram o café em casa, de só fazer pequenas quantidades de cada vez, e àquelas que comprem o café torrado no negociante, de só se dirigirem às casas que têm grande comercialização e nunca vendem café velho e queimado.

Se o café não deve ser torrado com muita antecedência, maior razão ainda para só ser *moído* exatamente no momento necessário, pois uma vez em pó, perde rapidamente seu aroma. Aliás, jamais se deve comprar café moído no merceiro, não somente por causa da perda do aroma, mas também e principalmente por causa das falsificações de todo tipo a que se prestam os cafés em pó. É preciso que cada família



tenha um pequeno moedor de café e só moer de cada vez a quantidade que quiser usar.

Para *fazer o café*, pode-se usar qualquer tipo de cafeteira, mas deve-se preferir aquelas em porcelana, em faiança, em prata ou em metal inglês.

O café em pó deve ser colocado no filtro ou no coador de modo que a superfície superior fique bem nivelada, de outro modo a água não atravessará igualmente todo o pó e não captará toda sua força. A água deve ser despejada fervente, aos poucos e sucessivamente, até a quantidade suficiente, a fim de que o pó tenha tempo de se embeber e deixar na água todos os princípios solúveis que constituem a força e o aroma do café.

Isso feito, o café está pronto para ser servido.

É preciso tomar cuidado para que *o café não ferva*, pois perderia todo seu sabor. Se não for bebido imediatamente, enquanto está quente, aconselhamos, mesmo, não requeitá-lo, é preferível bebê-lo frio.

Opinião de alguns especialistas sobre o café

Este licor, tão caro ao poeta,

Que fazia falta a Virgílio e que Voltaire adorava.

(Delille)

— Quis me assegurar dos fatos relativos à cultura do café no Brasil a partir de 50 anos atrás. O imenso desenvolvimento desse ramo da indústria e a rapidez do movimento, principalmente em um país em que os braços são tão raros, fazem parte dos fenômenos econômicos mais impressionantes de nosso século. Graças a sua perseverança e às condições favoráveis resultantes das condições do solo, os brasileiros alcançaram uma espécie de monopólio do café. *Mais da metade do que se consome no mundo é de origem brasileira*. E, no entanto, o café do Brasil tem pouca reputação e é mesmo cotado a um preço inferior. Por quê? Simplesmente porque grande parte das melhores espécies produzidas nas *fazendas* brasileiras é vendida sob o nome de Java, de Moca, de Martinica ou de Bourbon. Entretanto, a Martinica exporta por ano 600 sacos de café; Guadalupe, cujo produto é conhecido no comércio sob o nome da ilha vizinha, colhe 6.000, insuficiente para abastecer o mercado do Rio de Janeiro por 24 horas⁶⁶; a ilha de Bourbon não fornece

66 O Brasil produz por ano 6.000.000 de sacos de 60 quilogramas



muito mais. Quase todo o café vendido sob essas denominações, algumas vezes mesmo sob a de Java, provêm do Brasil, e o assim chamado *Moca* frequentemente nada mais é que os pequenos grãos redondos dos cafeeiros brasileiros.

Professor Agassiz, dos Estados Unidos da América do Norte (*Viagem ao Brasil*).

– O café do Brasil supera os cafés das mais diversas procedências pela proporção de cafeína que ele contém.

Dr. E. Ludwig, chefe do Laboratório de Química da Faculdade de Medicina de Viena.

– Todos os higienistas estão hoje em dia de comum acordo ao reconhecer as propriedades saudáveis e estimulantes do café, e ao desejar que ocupe um lugar cada vez mais importante na alimentação. A experiência das últimas guerras, e especialmente a de nosso exército na África, mostraram tantas vantagens no emprego dessa substância tônica, que seu uso tornou-se regulamentar nas forças armadas, quando o soldado está exposto à fadiga ou a situações especiais de insalubridade. Já o uso do café como bebida da manhã, felizmente se expande entre as populações operárias e aí tende a substituir com grande vantagem para a saúde, o funesto hábito de beber, antes de ir trabalhar, a aguardente que age de maneira fatal sobre o organismo...

(...) Em resumo, além dos cafés da Arábia, da Martinica e da Reunião, que juntos, na realidade, só entram com menos de 6,04 do consumo na França, *são os cafés do Brasil que merecem a preferência de nosso comércio, não somente por causa do cuidado com que são colhidos, mas também por sua boa qualidade.*”

General Morin, diretor do Conservatório de Artes e Ofícios de Paris (*Annales du Conservatoire des Arts et Métiers*).

– O café brasileiro é sem contestação um dos melhores... A especulação recorreu ao subterfúgio e enriqueceu com o café brasileiro, que fez vender tanto sob o nome de Moca e Martinica quanto sob o de Ceilão, Java, Reunião. O expediente teve êxito, pois as qualidades do produto se prestavam a isso maravilhosamente, e o que fala ainda mais em seu favor, é que foi com vantagem, disputar terreno, mesmo com o café do Iêmen, no coração de sua produção e até de seu comércio...”

Senhor Calliman, economista francês.



– A popularização do café é, portanto, um elemento de civilização. E pode-se julgar a temperança dos habitantes de um país pela quantidade de café que se consome como bebida. Por que não tornar obrigatório nos estabelecimentos educacionais, o uso do café preto após as refeições? Bebida sadia e com um perfume delicioso, de sabor muito agradável, a infusão do café é, por seus elementos hidrocarbonatos, um excelente estimulante respiratório. Por seus princípios nitrogenados, a cafeína, sem ser positivamente alimentícia, levanta o organismo, excita e ajuda poderosamente as funções digestivas. O café jamais tem os efeitos depressivos, hipostenizantes secundários dos alcoólicos...”

Dr. Teresópolis (Discurso no *Congresso Internacional de Higiene e Demografia*, em Genebra, 1883).

– A supressão do álcool só pode ser decidida se for substituída por um líquido que goze das mesmas propriedades e que não apresente os mesmos resultados funestos. O café é verdadeiramente indispensável às tropas, não somente para sustentá-las, excitá-las e aquecê-las, mas também para preservá-las ou curá-las de uma doença frequente na campanha ou na marcha, a diarreia... O café é o melhor agente terapêutico preventivo...

Doutor Lucien Martin (*Journal d'Hygiène Pratique*).







ARTIGOS







Mensagem da Senhora Presidente da República,
por ocasião da Sessão Solene de Abertura do Ano do
Centenário de Morte do Barão do Rio Branco,
em 10 de fevereiro de 2012

Dilma Rousseff

Ao se completarem, hoje, cem anos da morte de José Maria da Silva Paranhos, o barão do Rio Branco, a melhor maneira de homenageá-lo é recordar seu legado para o país.

Rio Branco, com pragmatismo e sensibilidade política, desenhou as fronteiras do Brasil pela via da negociação e da arbitragem. Sua obra é a confirmação da vocação pacífica do Brasil e da nossa crença na força do Direito e da persuasão.

Uma vez estabelecidas nossas fronteiras, e já como chanceler, Rio Branco pôde lançar as bases de uma política externa baseada no diálogo e na cooperação. No plano regional, esboçou iniciativas de aproximação com a América do Sul. Em escala global, soube reagir de forma construtiva às transformações internacionais em curso, sempre buscando ampliar nossos espaços de autonomia.

No momento em que aprofundamos a integração regional e consolidamos uma diplomacia de alcance global, a memória de Rio Branco nos inspira a olhar para o futuro com crescente confiança.

Brasília, 10 de fevereiro de 2012.







Palavras do Senhor Ministro de Estado das Relações
Exteriores, por ocasião da Sessão Solene de Abertura do
Ano do Centenário de Morte do Barão do Rio Branco,
em 10 de fevereiro de 2012

Embaixador Antonio de Aguiar Patriota

Quero estender minhas boas-vindas a todos os colegas e amigos que se associam a nós para recordar o legado do barão do Rio Branco.

É uma honra contar com a presença de familiares de Rio Branco, assim como de ex-chanceleres, ex-secretários-gerais do Itamaraty e ex-diretores do Instituto Rio Branco.

Também muito estimulante é ver, na plateia, tantos jovens diplomatas. Vocês, que são o futuro da instituição a que por vezes nos referimos como a “Casa de Rio Branco”, constituem parte essencial das celebrações do centenário de José Maria da Silva Paranhos Júnior, às quais tenho o prazer de dar início hoje.

Cumprimento o embaixador Manoel Gomes Pereira, que, sob a orientação do senhor secretário-geral, embaixador Ruy Nogueira, vem coordenando, com dedicação e profissionalismo, os esforços de organização dessas celebrações – esforços coletivos, que envolvem vários órgãos do Executivo, representantes do Legislativo e entidades como a Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Agradeço a todos o empenho.

Há cem anos falecia, em seu gabinete de trabalho no Itamaraty do Rio de Janeiro, o barão do Rio Branco. Uma morte que, como é frequentemente lembrado, adiou o carnaval carioca – o que, como nós brasileiros sabemos avaliar, dá bem a medida do reconhecimento e do prestígio que Rio Branco logrou obter em vida.

Passado um século, o Brasil e o mundo atravessaram – e seguem atravessando – transformações profundas.

Depois de períodos de regimes autoritários, de descontrole macroeconômico e de agravamento de iniquidades sociais, somos hoje – apesar dos desafios que persistem em diferentes campos – uma democracia madura, uma economia estável e uma sociedade cada vez mais inclusiva.



Após duas guerras mundiais e um longo período de bipolaridade, vivemos, neste início de século XXI, um sistema internacional de intensa efervescência geopolítica. Em meio a Primaveras Árabes e a dificuldades econômicas de impacto global, ganha força um processo de desconcentração de poder, que aponta para alguma forma de multipolaridade.

Um turbilhão de acontecimentos nos separa, portanto, do momento em que Rio Branco foi chanceler. Em 1912, só para que tenhamos uma ideia, eram pouco mais de 50 os Estados independentes. E, no entanto, a obra e o exemplo do Barão permanecem como referência necessária para o Itamaraty e para o Brasil.

É essa atualidade que nos reúne hoje.

Não pretendo estender-me sobre as várias facetas de Paranhos Júnior. Muito já se disse sobre o diplomata, o estudioso da história e da geografia do Brasil, o jornalista, o deputado. A figura do Barão será abordada, hoje, pelo embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, com sua conhecida erudição. Faço apenas breves comentários.

O tempo não apaga o significado decisivo da configuração pacífica de nossas fronteiras; nem a capacidade de compreender as redefinições em curso no cenário mundial e a elas reagir de forma eficaz.

O tempo não apaga o alcance estratégico da ação diplomática de Rio Branco, que, superadas as pendências fronteiriças, esboçou as bases para uma agenda de cooperação sul-americana e, em escala mais ampla, para uma atuação voltada à conquista de espaços de crescente autonomia para o Brasil.

Em outro plano, tampouco passa despercebido, aos biógrafos, o Barão boêmio. Ou, por que não dizê-lo, o Barão que revelava valores e mesmo preconceitos típicos do século XIX, no qual cresceu e se formou.

Aspecto de especial significado, na trajetória de Rio Branco, é sua índole de estadista capaz de colocar-se além de interesses setoriais e localizados.

Seu compromisso era com o Brasil.

Monarquista, Rio Branco foi chanceler da República. Na República, esteve à frente do Itamaraty durante os mandatos de quatro presidentes consecutivos.

Alguns observadores poderiam identificar, aí, uma aptidão incomum para ajustar-se às cambiantes circunstâncias políticas. Mas, a própria biografia de Rio Branco permite uma interpretação distinta.



A força política do Barão parece tributária, acima de tudo, de uma dedicação inabalável ao Brasil.

A atenção aos detalhes, que o caracterizou no trato das questões diplomáticas, em particular as de limites; a coragem de, em busca de entendimentos equilibrados, propor concessões justas; a preocupação em influenciar a opinião pública, por meio da imprensa, em favor do que considerava ser os melhores interesses do país – tudo isso reflete enormes qualidades intelectuais e rara capacidade de ação na defesa do Brasil, na promoção dos seus direitos e na construção de um entorno de cooperação; tudo isso revela um estadista na mais pura acepção da palavra.

Assim, é também o Rio Branco homem de Estado que proponho celebrarmos neste centenário.

O Rio Branco que, em discurso às vésperas da posse no Itamaraty, afirmou: “Não venho servir a um partido político; venho servir ao nosso Brasil, que todos desejamos ver unido, íntegro, forte e respeitado.”

Senhoras e Senhores,

Rio Branco está também associado ao instituto que leva seu nome e, por extensão, ao recrutamento de novos diplomatas e à formação do quadro de profissionais do Itamaraty ao longo de suas carreiras.

Foi o responsável pela introdução, em seu momento, de novos padrões de profissionalismo em nossa chancelaria, preparando-a para os desafios das primeiras décadas do século XX.

Permito-me, assim, concluir com o pensamento voltado para a importância que continuamos a atribuir à capacitação profissional e ao aperfeiçoamento de nossa instituição pela via da meritocracia.

Para um país com 226 postos no exterior – entre os quais 138 embaixadas – e relações diplomáticas com 193 Estados, o dimensionamento de nossos recursos humanos e seu preparo para responder aos desafios contemporâneos têm de ser necessariamente distintos daqueles de 1912.

Mas, em certo sentido podemos nos situar no mesmo espírito que inspirou Rio Branco: precisamos ser cada vez mais sul-americanos e cada vez mais sintonizados com o momento vivido pelo conjunto da comunidade das nações. Como às vezes afirmo, mais ancorados em nossa região e, ao mesmo tempo, mais multipolares. Com tudo o que isso implica em termos de conhecimento das realidades econômicas, políticas e culturais de nossa vizinhança e de um cenário global em aceleradas transformações.



Conversei recentemente com o diretor do Instituto Rio Branco, embaixador Georges Lamazière, sobre como refletir, no programa de nossa academia diplomática, esse duplo objetivo. Trata-se de tarefa que, adaptada às circunstâncias de um Brasil mais próspero, justo e democrático, não deixa de inscrever-se em uma tradição passível de ser ligada ao trabalho e à visão de mundo do Barão.

Caros amigos,

Rio Branco conhecia como poucos o entorno sul-americano e a ele dedicou-se largamente, sem nunca deixar de abrir-se ao mundo.

Agiu sempre com pragmatismo, ajustando o instrumento de ação à especificidade de cada situação com que se defrontava, não se limitando por conceitos rígidos ou por especulações infundadas.

É esse o patrono a cuja memória novamente rendemos homenagem.

Cem anos após sua morte, o Brasil tem o direito de se orgulhar das conquistas alcançadas.

Temos pela frente, claro, importantes desafios, seja no plano doméstico, seja no internacional.

Mas avançamos a passos largos no projeto de integração regional, em suas várias vertentes, que incluem o MERCOSUL, a UNASUL e a CELAC. Desenvolvemos intensas relações bilaterais com todos os países da região e mundo afora. Criamos novas instâncias de coordenação, que nos permitem atuar e oferecer uma contribuição em todos os cenários mundiais. Temos uma mensagem a difundir sobre democracia, desenvolvimento sustentável, equidade, defesa dos direitos humanos, cooperação e paz.

Sob a liderança da presidenta Dilma Rousseff, podemos estar certos de que o pragmatismo, o profissionalismo e o apego aos interesses nacionais que orientaram Rio Branco – e até hoje nos unem – seguirão possibilitando conquistas de novos espaços, com coerência, criatividade e – como diz a presidenta da República em sua mensagem alusiva ao centenário do Barão – com crescente confiança.

Muito obrigado.

Brasília, 10 de fevereiro de 2012.



O barão do Rio Branco no centenário de sua morte: memória, inspiração, legado

Luiz Felipe de Seixas Corrêa*

Graças à inspirada iniciativa do senhor ministro de Estado e do Senhor secretário-geral, hoje nos reunimos no Palácio Itamaraty para dar início às comemorações do centenário da morte daquele que se tornou o patrono desta Casa: o barão do Rio Branco.

Itamaraty. Casa. Duas palavras que significam muito para nós. A sede da diplomacia brasileira é o palácio que deu o nome pelo qual nosso serviço exterior é conhecido no Brasil e no mundo: Itamaraty. Mas a nossa Casa, nossa sede espiritual, leva o nome de Rio Branco. A Casa de Rio Branco. Usamos a imagem do Palácio Itamaraty quando tratamos de formalidades, eventos, posturas ou linhas que seguimos. Utilizamos a expressão “a Casa” para nos referirmos a uma determinada cultura que nos singulariza; um certo modo de fazer o que nos compete; um certo jeito plural de encarar o Brasil, o mundo, o Brasil no mundo e o mundo no Brasil. Como o Barão o via: imenso, singular na sua complexidade. Um país em busca de seu destino. Uma síntese das três culturas que nos formaram: a europeia, a africana e a indígena.

Seria impossível pensar o Brasil de hoje – tanto o Brasil real, quanto o Brasil imaginário – sem Rio Branco. Teríamos, certamente, menos território e, possivelmente, maior dificuldade de nos inserirmos na nossa região e no mundo como um todo. Rio Branco, de certo modo, atualizou a possibilidade de um Brasil ainda inseguro de sua própria personalidade, entre o europeísmo da Monarquia e o incipiente atlantismo da República. Encarnou a transição. Trouxe à sociedade brasileira o orgulho da nacionalidade, que se definia à medida que se consolidavam as fronteiras do país, o nosso espaço nacional.

Poucos estadistas e intelectuais brasileiros terão sido capazes de aliar um sentimento profundo do Brasil, uma visão de grandeza, um conhecimento amplo da História, a uma invulgar capacidade de operação, de mobilização de pessoas em torno de idéias e objetivos concretos. Poucos terão sido, ao mesmo tempo, tão judiciosos, tão eficazes e tão astutos.

* Palavras do embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, por ocasião da Sessão Solene de Abertura do Ano do Centenário de Morte do Barão do Rio Branco, em 10 de fevereiro de 2012.



Seu trabalho de consolidação das fronteiras do país, por meio de recurso à arbitragem internacional ou de negociações diretas com nossos vizinhos, permanece ainda hoje como a mais relevante obra da diplomacia nacional. A evolução pacífica de nossas relações com os vizinhos sul-americanos ao longo do século XX, assim como os atuais processos de integração, são, em boa medida, consequência do trabalho de estadista levado a cabo por Rio Branco.

Era profundamente conservador. Destacava-se pela sobriedade. Ao mesmo tempo, tinha perfeita noção da importância simbólica da pompa em cerimônias públicas. Austero e de caráter reservado, não se vangloriava nem apregoava vitórias. Em um país de bacharéis, tinha aversão à retórica. De temperamento pragmático, herdou do pai o culto pela precisão das ideias e conceitos. Não era dado a análises rebuscadas ou à escritura de ensaios. Seu forte era o relato, a narrativa, a recuperação da História tal como ocorrida, a argumentação jurídica, a controvérsia, o convencimento, a “razão de Estado”. A paixão de toda a sua vida foram os estudos de história diplomática e militar do Brasil. Escreveu diversos textos esparsos, entre os quais, as importantíssimas “Efemérides Brasileiras”. Sobressaía pela imponência do seu físico, por seu modo de ser afável, por seu gosto pelos prazeres da boa mesa, pela certeza com que expunha suas visões e afirmava suas convicções.

Sua dedicação ao trabalho permaneceu lendária. Serviu ao país com espírito de desprendimento. Filho de um dos maiores estadistas do Império, ele próprio ministro de Estado por quase dez anos, morreu sem deixar patrimônio pessoal. Apesar de suas simpatias monarquistas, trabalhou com irrestrita lealdade para a República.

Nosso Barão foi um dos personagens que melhor compreendeu a importância do contexto externo para a formação e a afirmação do Brasil. De forma inteiramente original, mas coerente com a tradição histórica, estabeleceu matrizes de ação e de pensamento, adiantou-se a seu tempo, dominou sua época, encarnou a visão do passado e projetou o futuro do Brasil no mundo em transição entre os séculos XIX e XX. Acabou transformando-se num mito: através de sua imagem, reinventou-se e fortaleceu-se um Brasil que, diante da ruptura formal entre a monarquia e a república, andava inseguro sobre o seu passado, desconfiado do seu presente e temeroso do seu futuro.

Viveu intensamente o seu tempo e as suas circunstâncias. Para a diplomacia brasileira, celebrar Rio Branco é, portanto, de certa forma,



dialogar consigo mesma, indagar a própria memória, medir-se com a promessa do passado e a expectativa do futuro.

Seu nome permanece associado a um tipo ainda não totalmente ultrapassado de diplomacia – a de fixação de fronteiras e da posse de territórios. A ele atribui-se a expressiva afirmação de que “território é poder”. Mas sua obra foi muito além da definição de nossos limites. Em sua gestão no Ministério das Relações Exteriores, o Barão lançou as bases das diretrizes de política externa que se mantiveram ao longo do século XX, e continuam a orientar a “cultura” do Itamaraty.

São diversas as leituras que se podem fazer da sua vida e da sua obra, uma essencial e indissolivelmente ligada à outra. Personagem complexo, nele conviveram extremos de comportamento e de atitudes. Já se escreveu muito sobre o Barão, cujos papéis pessoais permanecem no Arquivo Histórico do Itamaraty, como relíquias da nossa personalidade coletiva. Poucos ângulos de suas atividades terão deixado de ser esquadrinhados. Tudo se conhece sobre o personagem e, no entanto, quanto mais se o estuda, mais se imagina que pode estar faltando alguma coisa para a exata compreensão de todas as suas dimensões. Um não sei quê de insuficiência que se apossa de quem rebusca as biografias, os escritos, as análises existentes sobre o Barão. Como se algo ainda estivesse escondido. Como se faltasse uma peça, um dado, algum elemento fugidio que, descoberto, pudesse trazer novas e originais re-visões do personagem. Assim são os grandes homens. Deixam para a posteridade o dom de suas próprias contradições, de suas próprias ambiguidades, do que foram, do que não foram e do que poderiam ter sido. São mistérios em claro; enigmas a descoberto; monumentos às suas próprias grandezas.

Talvez a principal de suas grandezas tenha sido a de encarnar a continuidade dentro da transformação, de atenuar a ruptura entre a ordem monárquica e a republicana. Sua imagem, sob este aspecto, é a imagem da sociedade brasileira que tem conseguido se transformar ao longo do tempo e ao longo dos acontecimentos, sem perder o controle de seus próprios interesses e o espaço de sua convivência transitiva. Rio Branco reconcilia a República com a Monarquia e, pela afirmação nacionalista, identifica o patriciado brasileiro com os valores permanentes da sociedade. Prolonga no tempo a imagem plástica da ordem social brasileira e estabelece, na consciência coletiva, o respeito pela dignidade austera e sábia do governante. Através de Rio Branco, perpetua-se, no século XX, a sombra poderosa do mito do Imperador,



da benévola, paternal e erudita figura de d. Pedro II, tão viva até hoje ainda no imaginário brasileiro.

•

Recuperar o Barão pressupõe começar pelo princípio. E o princípio foi seu pai: José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco, um dos personagens mais importantes do período monárquico, por suas atividades tanto na política interna, quanto na política externa do Brasil.

Paranhos pai iniciou sua carreira pública pela mão de Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro marquês de Paraná e chefe do Gabinete da Conciliação, por ocasião de sua missão em Montevideu e Buenos Aires, na guerra contra Rosas (1850/1851). Foi então testemunha privilegiada e agente de um dos mais importantes momentos da diplomacia brasileira, em que se asseguraram as bases definitivas sob as quais viriam gradualmente a se consolidar os Estados da região na sua conformação atual.

Paranhos terá sido um dos responsáveis pela fixação, nas percepções das lideranças monárquicas brasileiras, de um paradigma que influenciou longamente as relações do país com seus vizinhos: a associação entre a forma republicana e a instabilidade e a fragmentação, por oposição à estabilidade e à unidade propiciadas pela monarquia.

Sua vida, daí para a frente, se caracterizaria pela interação permanente da diplomacia com a política. Foi, várias vezes, ministro. Chefiou o Gabinete de mais longa duração de todo o período monárquico.

Em 1860, sintetizaria, em discurso na Câmara, sua visão do estilo de diplomacia que o Brasil deveria seguir no Prata:

(...)porque temos consciência de nossa força, podemos ser moderados, benévolos e até generosos, tanto quanto estes sentimentos forem compatíveis com a dignidade nacional e com os direitos e grandes interesses do Império.

Poucas citações resumem de forma tão apropriada a essência da política platina então praticada pelo Brasil, uma visão matricial que o Barão mais adiante adaptaria aos novos tempos e que se transformaria em característica singular da diplomacia do Itamaraty.

•



Paranhos Júnior nasceu em 1845. Desde criança conviveu com os notáveis da época. Em sua mocidade, viveu o ciclo de atividades de seu pai, ora voltado para os negócios internos do país, ora – quase permanentemente – presente no teatro das decisões platinas. Quão importantes terão sido para a formação de sua visão do Brasil as sensações colhidas na convivência com um dos principais atores de um período de intensa atuação diplomática, de intervenções, de tramas secretas, de guerras, durante as quais o Brasil participou ativamente do processo de conformação e estabelecimento das nações platinas, ao mesmo tempo que resguardou a sua fronteira meridional?

Em 1864, o futuro Barão, terminados os estudos secundários, parte para São Paulo, onde cursaria a Faculdade de Direito. Lá o alcança a turbulência da guerra do Paraguai. Coleciona mapas, estuda as batalhas e faz anotações sobre a história militar e diplomática do Brasil. Participa de manifestações de apoio aos heróis da guerra e em celebrações de vitórias.

Da faculdade, passa ao jornalismo. Entre 1865 e 1870, escreve para *L'Illustration*, conhecida revista parisiense. Em 1867, concluídos os estudos, empreende sua primeira viagem à Europa. Visitou Portugal, França, Alemanha e Áustria.

Ao regressar ao Rio de Janeiro em 1868, elegeu-se para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e assumiu, brevemente, a cadeira de História e Corografia do Colégio Pedro II. Em 1869, tomara um assento de deputado. Revela, porém, confessadamente, escasso pendor para o debate político. Em sua personalidade, conviviam, sobretudo, o intelectual dedicado aos estudos e o boêmio, amante da boa mesa, das aventuras amorosas e das diversões noturnas.

Em 1870, exerce sua primeira missão diplomática, ao acompanhar o visconde seu pai como secretário em sua quinta missão ao Prata.

Durante o período em que o velho Rio Branco chefiou o gabinete (1871-1875), Paranhos Júnior manteve a cadeira na Câmara e atuou na imprensa como redator do jornal *A Nação*, criado para dar sustentação política ao gabinete. Escrevia sobretudo sobre as questões do Prata.

Trabalhou, ao mesmo tempo, sobre a obra escrita pelo alemão L. Schneider sobre a guerra do Paraguai. Fez no texto uma anotação sobre a política do Brasil no Prata, em que sintetiza sua visão:

O Brasil tem dado mais de uma prova de que não abriga os planos de



conquista que lhe têm sido atribuídos (...) O que desejamos sinceramente é que os nossos vizinhos nos deixem em paz. Território, temo-lo de sobra.

O ano de 1875 acabaria sendo um divisor de águas na vida de Paranhos. Tendo de enfrentar o preconceito do próprio Imperador e da princesa Isabel contra a união que contraíra com a artista belga Marie Stevens, pleiteia um posto diplomático na Europa. Meses se passariam até que, em maio de 1876, a princesa regente decidisse nomeá-lo cônsul em Liverpool. Ao partir, Paranhos iniciaria longa permanência no exterior, de mais de 25 anos.

A distância física não o afastaria espiritualmente do Brasil: *Ubique Patriae Memor* – “Onde estiver, lembro-me da Pátria” – diria o lema inscrito em seu brasão. Fez amplas pesquisas em fontes primárias, a exemplo dos arquivos históricos das potências coloniais, que viriam a ser fundamentais para explicar seu êxito posterior nas negociações para a definição das fronteiras nacionais.

Com o desaparecimento do pai em 1880, Paranhos Júnior viu-se privado de seu mentor. Estava pronto para empreender seu vôo solitário. Em 1888, quase ao apagar das luzes da Monarquia, seria feito barão por d. Pedro II, com o mesmo título do visconde seu pai.

Pouco a pouco, de Paris, onde viveu praticamente todo o tempo em que esteve à frente do consulado em Liverpool, passando pelos êxitos obtidos nas questões de limites com a Argentina e a França, construiu os fundamentos da obra que o conduziria ao ministério em 1902.

Proclamada a República em 1889, o governo empenhou-se em superar as desconfiças que por tanto tempo haviam mantido afastados o Império Brasileiro e as vizinhas repúblicas sul-americanas. A fixação definitiva das fronteiras tornou-se prioritária. Apenas com dois países – o Paraguai (1872) e a Venezuela (1859) – o Império fixara as fronteiras de modo definitivo.

A primeira das questões territoriais a ser encaminhada envolvia o território de Palmas, no oeste do atual estado de Santa Catarina, de pouco mais de 30.000 km², colocada sob a arbitragem do presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, após a rejeição pelo Congresso Nacional do acordo previamente assinado pelo Governo Provisório com a Argentina. Indicado em 1893 para defender a posição brasileira em Washington, Rio Branco entregou sua memória ao árbitro em fevereiro de 1894. O laudo do presidente Cleveland, dado ao conheci-



mento das partes um ano depois, reconheceria em toda a sua plenitude o direito do Brasil. Rio Branco começou, então, a tomar ares de herói nacional.

Em julho de 1895, deixaria o consulado-geral em Liverpool e passaria a preparar, em Paris, a defesa da posição brasileira na questão de limites com a Guiana Francesa, sobre a qual o Brasil e a França viriam a assinar um compromisso arbitral em abril de 1897. O governo suíço foi indicado como árbitro. O laudo, dado ao conhecimento das partes em dezembro de 1900, atendeu plenamente às posições nacionais. Praticamente todo o território em litígio ficou com o Brasil, a fronteira foi fixada no curso de água que identificávamos como sendo o Oiapoque e vedou-se à França o acesso à margem esquerda do rio Amazonas. O Brasil, pela mão de Rio Branco, havia obtido algo aparentemente impensável para a época: lograra ganhar uma causa contra uma grande potência. Seu prestígio no Brasil tornou-se imenso.

Com suas vitórias nas arbitragens de Missões e Palmas, o Barão, segundo o feliz achado de Rubens Ricupero, “legitimou” uma República que até então só tinha conhecido desastres: o encilhamento, os levantamentos militares, a turbulência da época de Floriano, a Revolução Federalista, a Revolta da Armada, Canudos.

Nomeado ministro plenipotenciário em Berlim, Rio Branco não resistiria muito aos apelos para que voltasse ao Brasil. Sua mulher havia falecido. Seus problemas financeiros haviam sido equacionados com a pensão votada pelo Congresso. Ainda assim, relutou, alegando razões de ordem funcional, pessoal, de saúde, financeiras, de família, ou falta de gosto pela política. Rodrigues Alves, porém, não aceitou suas ponderações, fazendo-lhe ver que não podia “negar ao país o sacrifício pedido”.

Havendo sido feito ministro de Estado, o Barão entregou a Joaquim Nabuco a defesa da causa brasileira na questão de limites da Guiana Inglesa, submetida ao arbitramento do rei da Itália por tratado assinado em novembro de 1901. O laudo do rei da Itália, divulgado em 1904, acabou sendo mais favorável aos interesses ingleses do que aos direitos brasileiros. Daí para a frente, o Brasil não mais utilizaria o recurso à arbitragem.

Logo ao assumir o cargo, Rio Branco defrontou-se com a necessidade de uma solução urgente para a questão explosiva do Acre. Havia adquirido sensibilidade especial para esse tema em Berlim, onde, com audácia e determinação, ainda que sem instruções precisas do Rio



de Janeiro, obstara a possibilidade de que capitais alemães participassem do Bolivian Syndicate, entidade privada composta de acionistas norte-americanos, ao qual o Acre havia sido arrendado pelo governo boliviano. O Sindicato pretendia transformar-se em companhia internacional, de maneira a assegurar o apoio das potências europeias aos seus projetos de extração da borracha. Circulavam rumores de que o governo alemão revelara-se disposto a considerar o assunto favoravelmente. O problema era grave, de vez que o território estava completamente povoado por agricultores brasileiros.

Por sua conta, mas em estreito contacto com Assis Brasil, ministro em Washington, e com Joaquim Nabuco, em Londres, o Barão realizou diversas gestões de alto nível em Berlim para que o governo alemão dissuadisse possíveis interessados em participar do negócio. Agiu efetivamente com firmeza, como comprovam os documentos da época, depositados no Itamaraty e nos arquivos alemães.

Rio Branco não se ateve apenas aos canais diplomáticos convencionais. Demonstrando a tenacidade e a modernidade de seus métodos de atuação, dirigiu-se diretamente também aos potenciais investidores. Redigiu nota a banqueiros em Berlim, Hamburgo, Colônia e Frankfurt e à imprensa alemã, na qual expôs as reais circunstâncias da questão do Acre, assim como a falta de sustentação do sindicato.

Os intensos contactos mantidos pelo Barão com seus interlocutores alemães, obtiveram os resultados esperados: nenhum banqueiro ou capitalista alemão comprometeu-se com o sindicato e o governo alemão não se envolveu na questão do Acre.

Rio Branco impediu, assim, que se configurasse um perigoso precedente e uma virtual anomalia na América do Sul: o controle praticamente soberano de uma parte do território continental por uma empresa privada norte-americana e europeia, um verdadeiro enclave imperialista na Amazônia. A importância por ele dada a esse tema durante sua gestão em Berlim e a sensibilidade que adquiriu para seu potencial de gravíssimos problemas de política externa certamente foram decisivas para a urgência que atribuiu, logo que assumiu o ministério, a uma solução para a questão do Acre. A experiência adquirida em Berlim terá sido determinante também para a estratégia extremamente sofisticada e pouquíssimo usual, na época, seguida pelo Barão ao conduzir as negociações no plano bilateral simultaneamente com a Bolívia e os EUA, atuando por canais laterais – inclusive a imprensa – e diretamente também, junto aos investidores.



Não se tratou, neste caso, diferentemente das questões anteriores, de esgrimir argumentos históricos e geográficos para defender a soberania brasileira sobre determinado território, mas, sim, de procurar uma solução política e diplomática para um problema de fato criado pela presença, em território boliviano, de uma população brasileira.

O Barão definiu desde logo como objetivo a aquisição negociada do território, o que se concretizou com a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903. Mediante uma indenização financeira e outros benefícios concedidos à Bolívia, atribuiu-se ao Brasil a soberania sobre um território de cerca de 191.000 km². De todos os entendimentos promovidos por Rio Branco, esse foi o único em que houve uma expansão territorial. Nos demais, o Brasil empenhara-se apenas pelo reconhecimento de direitos legítimos, decorrentes de motivos históricos e jurídicos. Essa foi, também, a única ampliação territorial do Brasil como nação independente.

Na gestão de Rio Branco, foram ainda assinados tratados de limites com a Holanda (Guiana Holandesa) em 1906, com a Colômbia em 1907 e com o Uruguai, assim como com o Peru, em 1909.

Entre 1893 – quando assumiu a defesa da posição brasileira na questão de Palmas – e 1909, Rio Branco esteve à frente de negociações que levaram ao reconhecimento definitivo da soberania brasileira sobre territórios de cerca de 900.000 km² (ou seja, mais de 1/10 da área atual do Brasil). Assegurava-se o Brasil, assim, de um patrimônio diplomático inestimável, que permitiu ao país eliminar qualquer hipótese de conflito decorrente de disputas territoriais. Encerrada essa etapa de seu trabalho, Rio Branco comentaria já ter “construído o mapa” do Brasil e que seu programa seria, então, o de contribuir para a união e a amizade entre os países sul-americanos”.

Rio Branco serviria a quatro presidentes: Rodrigues Alves, até 1906; Afonso Pena e Nilo Peçanha, entre 1906 e 1910; e Hermes da Fonseca, até a sua morte em 1912.

Sua gestão no Ministério das Relações Exteriores lançou as bases de diretrizes de política externa que se mantiveram vigentes desde então: o atlantismo, de um lado, ou seja, a ambição global da política exterior do Brasil, então expressa pela aproximação com a potência emergente, os EUA, e, de outro, o imperativo da aproximação e da cooperação com os vizinhos sul-americanos.

As relações com os países vizinhos viram-se ainda mais valorizadas com os entendimentos iniciados em 1909, ano em que Rio Branco



redigiu pessoalmente um projeto de “Tratado de Cordial Inteligência Política e de Arbitramento” entre Brasil, Argentina e Chile. Essa sua primeira tentativa de formação de uma espécie de “*entente cordiale*” entre as três maiores nações do Cone Sul viria mais tarde, após sua morte, a resultar na criação do chamado Pacto do ABC, em 1915, precursor remoto – não seria exagerado pensar – do Mercosul.

Em discurso pronunciado no Rio de Janeiro em 1905, perante o Congresso Científico Latino Americano, Rio Branco sintetizaria sua visão presciente da política regional do Brasil: “A nação brasileira só ambiciona engrandecer-se pelas obras fecundas da paz (...) e quer vir a ser forte entre vizinhos grandes e fortes (...) É indispensável que, antes de meio século, quatro ou cinco das maiores nações da América Latina cheguem, como a nossa grande e querida irmã do norte, a competir em recursos com os mais poderosos Estados do mundo”.

A morte do Barão, após penosa enfermidade, foi percebida instantaneamente como uma “grande perda nacional”, tal como estampado na primeira página do *Jornal do Brasil* em 11 de fevereiro de 1912. “O grande homem caíra para não mais se levantar”, lamentava a *Gazeta de Notícias* do mesmo dia.

O grande homem, segundo Nietzsche, concentra em si mesmo uma força enorme: torna-se capaz de se apropriar de uma época, pela simples razão de que acumulou forças por mais tempo e é mais forte do que os demais. O grande homem é uma culminação, um fim. Assume com indiferença o seu próprio interesse e entrega-se com fatalismo a uma ideia, a algo grande.

José Maria da Silva Paranhos Júnior foi um grande homem no sentido nietzschiano. Adiantou-se ao seu tempo, encarnou a visão do passado e projetou o futuro do Brasil de forma tão coerente com a tradição histórica, quanto inteiramente original.

Por ocasião do seminário promovido em agosto de 2002 pelo Itamaraty para comemorar o centenário da posse do Barão como ministro das Relações Exteriores, perguntava-me: Que diria de nós hoje o velho Barão se nos aparecesse em pessoa? A mesma pergunta faço-me hoje. Daria aproximadamente a mesma resposta. Creio que se orgulharia de ver que o seu legado principal permanece intocado, que o Brasil não deixou escapar um centímetro sequer de suas fronteiras à demarcação precisa e incontestável. Não deixaria de se encantar também com a



ocupação ampla e profunda do território nacional por uma gente perseverante, diversa, única em sua linguagem e plástica em sua adaptação ao meio. Seguramente nos chamaria a atenção por esta ou aquela insuficiência. Mas se sentiria orgulhoso da sua Casa, da perpetuação do seu nome e do seu estilo num Itamaraty respeitado no Brasil e no exterior.

Ficaria ainda mais satisfeito com a recuperação da autoestima dos brasileiros ocorrida nos últimos anos, em que a estabilidade macroeconômica, o crescimento e a redução das desigualdades propiciou ao país uma inserção mais afirmativa nos círculos decisórios internacionais.

E nós, que lhe diríamos?

Acho que simplesmente: Muito obrigado Senhor Barão! Continuamos e continuaremos fiéis à sua memória, à sua inspiração e ao seu legado!

Palácio Itamaraty, 10 fevereiro de 2012.





Celebração do primeiro centenário da morte do barão do Rio Branco

Manoel Gomes Pereira*

O Ministério das Relações Exteriores, com o apoio da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI) e do Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD), celebra, a partir de fevereiro de 2012, José Maria da Silva Paranhos Júnior, barão do Rio Branco e patrono da diplomacia brasileira, no primeiro centenário de seu desaparecimento.

Ao falecer, em 10 de fevereiro de 1912, quase 10 anos depois de ter assumido o ministério, Rio Branco deixou obra de grande importância, obtendo, para o Brasil, pela via arbitral e judicial, sem derramamento de sangue, área superior a 12% do território nacional. No entender de Álvaro Lins, poder-se-ia aplicar à diplomacia de Rio Branco o famoso conceito do Conselho de Estado do Império: “diplomacia inteligente, sem vaidade; franca, sem indiscrição; e enérgica, sem arrogância”.

Desde janeiro de 2011, por determinação do senhor ministro de Estado e sob a orientação do senhor secretário-geral, dediquei-me a preparar agenda de atividades que permita homenagear condignamente o Barão.

O apoio da FUNAG está sendo decisivo para o sucesso da celebração, ao ceder os recursos humanos e materiais necessários ao planejamento e à preparação do ano do centenário.

Os pesquisadores do CHDD têm levantado, no Arquivo Histórico, na Mapoteca e na Biblioteca Histórica do Itamaraty, bem como nos arquivos das instituições parceiras, documentos que serão apresentados na referida mostra e figurarão como anexos aos volumes das “Obras de Rio Branco”. Cópias desses documentos serão incorporadas, em 2012, ao Fundo Barão do Rio Branco, depositado no Arquivo Histórico, para enriquecê-lo.

Uma vez que o senhor ministro Antonio de Aguiar Patriota aprove a agenda, a organização da celebração do centenário estará a cargo de comissão, criada por decreto e composta pelos seguintes ministé-

* Artigo publicado no *Boletim da Associação dos Diplomatas Brasileiros* (ADB), ano XVII, n. 75, p. 13-15, out.-dez. 2011.

rios: Relações Exteriores, Defesa, Educação, Cultura, Comunicações e Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

Compõem-na, ainda, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e a Assessoria Internacional da Presidência da República. Outros órgãos e instituições participantes são a Biblioteca Nacional, a Casa de Rui Barbosa, o Arquivo Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Academia Brasileira de Letras.

A essa comissão caberá aprovar o projeto de programa destinado a comemorar o centenário, organizado por comitê executivo composto de representantes de seus membros.

As sugestões sobre o programa colocam seu início em fevereiro, coincidindo com o centenário do falecimento ou em data próxima.

A celebração seria aberta com palestra sobre o chanceler, no curso de sessão solene, focalizando sua vida e obra, bem como a importância de seu trabalho para o Brasil.

Pretende-se, nesse momento, inaugurar, com duração prevista de cinco a seis semanas, exposição sobre sua trajetória de vida, intitulada “Rio Branco: 100 anos de memória”, que apresentará documentos autógrafos e sobre o barão, livros anotados por ele, mapas em que estudou as questões de limites nas quais esteve envolvido como advogado do Brasil, além de alguns antigos instrumentos utilizados na demarcação de fronteiras.

O objetivo principal da mostra, a ser aberta no andar térreo do Palácio do Itamaraty em Brasília, é apresentar ao público uma visão abrangente da vida e da obra de Rio Branco, recordando-lhe o trabalho como diplomata e historiador na fixação das fronteiras do Brasil.

Na mesma ocasião, procurar-se-á concretizar a inscrição do nome de Rio Branco no Livro dos Heróis da Pátria, existente no Panteão da Liberdade e da Democracia Tancredo Neves, situado na Praça dos Três Poderes, em Brasília. Aprovado pelo Congresso, o respectivo projeto de lei já está aguardando sanção. Trata-se de justa homenagem a quem dedicou sua vida ao serviço da pátria e é unanimemente considerado herói nacional.

Outra exposição, que será apresentada no decorrer do ano do centenário, é a de caricaturas sobre o Barão e sua época, todas pertencentes ao arquivo que o chanceler organizou e que contém mais de mil imagens.

Como disse Gilberto Freyre, em *Ordem e Progresso*,



Caricaturadíssimos foram também nos primeiros anos do século XX, o Barão do Rio Branco (...). Do segundo Rio Branco se deve salientar que raramente as caricaturas publicadas nas revistas lhe foram desfavoráveis. O que se deve atribuir à grande popularidade que desfrutou como estadista suprapartidário que foi; mas também ao fato de ter sido o seu ministério amigo como nenhum dos jornalistas; e generoso protetor de homens de letras ligados ou não a jornais.

Sem dúvida, o Barão, por seu aspecto físico, alto, corpulento, calvo e de grandes bigodes, por suas qualidades intelectuais e pelo respeito e apreço que granjeou na opinião pública, foi óbvia fonte de inspiração para nossos caricaturistas.

Trata-se de exposição de indiscutível apelo popular, tanto mais que as caricaturas a serem apresentadas, cerca de 100, foram contextualizadas, de maneira que o visitante poderá entender facilmente os desenhos e diálogos do início do século XX.

A reedição das “Obras do Barão do Rio Branco” é outra iniciativa que se impõe. Publicados originalmente por ocasião do centenário do seu nascimento, no período 1945-1948, os nove volumes das “Obras” só são encontrados hoje em bibliotecas e em livrarias antiquárias.

Como se sabe, aquela edição contém os seguintes títulos: I – *Questões de Limites: República Argentina*; II – *Questões de Limites: Guiana Britânica*; III – *Questões de Limites: Guiana Francesa, 1ª Memória*; IV – *Questões de Limites: Guiana Francesa, 2ª Memória*; V – *Questões de Limites: Exposição de Motivos*; VI – *Efemérides Brasileiras*; VII – *Biografias*; VIII – *Estudos Históricos e*; IX – *Discursos*. Esses volumes foram precedidos da “Introdução às Obras do Barão do Rio Branco”, do embaixador A. G. de Araújo Jorge.

A reedição de 2012 difere, em alguns pontos, da anterior.

As memórias das questões de limites com a França e a Grã-Bretanha serão publicadas integralmente em português. Nos outros volumes, fez-se levantamento detalhado dos trechos em idiomas estrangeiros, com idêntica finalidade.

Cada tomo será precedido de introdução, destinada a apresentar ao leitor do século XXI os textos de há mais de cem anos. Em certos casos, como nos *Discursos*, sentiu-se a necessidade de contextualização, em benefício do leitor atual.

Para a reedição, foi criado um volume X, *Artigos de Imprensa*, que



não foi considerado na edição de 1945. Esse tomo adicional apresenta ao público nova faceta do Barão, a do jornalista.

Desde a juventude, Paranhos Júnior mostrou vocação para o jornalismo, nas páginas de *A Nação*, em que escrevia artigos sobre política externa ou em defesa do visconde, seu pai, então presidente do Conselho de Ministros.

Como chanceler, continuou a valer-se desse meio para expor suas posições em política exterior. Naquele momento, século XIX e início do XX, quando a prática internacional se inclinava para a diplomacia secreta – em que as negociações de tratados incluíam cláusulas que não seriam divulgadas, com consequências muitas vezes desastrosas para a paz –, Rio Branco decidiu publicar, com pseudônimos, artigos que tratavam das questões externas que interessavam ao Brasil. Menciono o problema do Acre, a crise da canhoneira *Panther* e as tensões com a Argentina, além do entendimento com os Estados Unidos e o pan-americanismo.

Encontrar-se-ão nesse volume artigos assinados por Nemo, Ferdinand Hex, J. Penn, J. Reporter, Ernesto Maurício e outros. Todos da lavra de Rio Branco. Muitos já foram publicados nos *Cadernos do CHDD*, graças às pesquisas orientadas pelo embaixador Alvaro da Costa Franco, então diretor do Centro. Outros, estão sendo publicados em livro pela primeira vez.

A reedição deverá ser incluída na biblioteca virtual de livros de autoria e sobre o Barão, de maneira a facilitar a consulta dos estudiosos.

Está sendo organizado, para maio de 2012, em conjunto com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, um seminário internacional de três dias sobre o chanceler. A parceria tradicional entre o MRE, a FUNAG e o Instituto, que vem proporcionando grande contribuição ao desenvolvimento dos estudos históricos e de interesse da diplomacia brasileira, patrocinará uma série de palestras de reflexão sobre a vida e a obra do Barão, cem anos depois do seu desaparecimento. Tal evento é particularmente caro a essa parceria, já que Rio Branco foi membro do Instituto por quase 45 anos e seu presidente de 1908 até a morte.

O seminário, que será realizado no Rio de Janeiro, em dias alternados, no Palácio Itamaraty e na sede do Instituto, contará também com o apoio do IPRI, instituição de larga experiência na organização e na realização desse tipo de atividade.

Paralelamente ao seminário, o Palácio Itamaraty abrigará a expo-



sição sobre a trajetória de vida do Barão, com as mesmas características da apresentada em Brasília em fevereiro de 2012.

Com o fim de estimular o conhecimento dos estudantes de ensino médio sobre a vida e a obra de Rio Branco, a FUNAG, em conjunto com o Ministério e a Academia Brasileira de Letras (ABL), lançou o concurso de redações “Barão do Rio Branco – 100 anos”, cujo edital está sendo divulgado nos sites do MRE, da Fundação e da ABL.

As inscrições irão até 25 de novembro de 2011; as redações deverão ser encaminhadas por correio ou via eletrônica à ABL até 10 de março de 2012. O resultado do concurso será tornado público até 30 de junho do próximo ano e a premiação será realizada até 28 de agosto de 2012, na sede daquela instituição, no Rio de Janeiro.

A iniciativa busca fixar, nas novas gerações, o conhecimento sobre Rio Branco como diplomata, como historiador e, principalmente, como cidadão e funcionário dedicado ao serviço do país. Serve, assim, para apresentá-lo como modelo à juventude.

Esse programa não exclui outras iniciativas, tanto do Ministério ou da FUNAG, como dos parceiros do Itamaraty. São bem-vindas ideias que possam enriquecer a celebração de Rio Branco no centenário de seu desaparecimento.







Entrevista do Embaixador Rubens Ricupero para a revista *Digesto Econômico*¹

Qual a importância do barão do Rio Branco para a diplomacia brasileira.

Rio Branco foi o verdadeiro *Founding Father* da diplomacia brasileira. Antes que ele se tornasse ministro das Relações Exteriores, em dezembro de 1902, a política externa do país independente já havia completado 80 anos e possuía uma respeitável tradição. Contudo, os problemas e as soluções da fase heroica da criação e consolidação do novo Estado – o reconhecimento da independência, as pressões britânicas contra o tráfico de escravos, a política das “intervenções” no Uruguai e na Argentina a partir de 1850, no início sob a orientação do visconde do Uruguai – se haviam esgotado após a Guerra da Tríplice Aliança contra o ditador paraguaio Solano López.

Coube a Rio Branco a tarefa de reinventar e modernizar a política exterior, tornando-se, nesse processo, o criador da moderna diplomacia brasileira. A começar pelo próprio instrumento da diplomacia, a chancelaria ou Secretaria de Estado, que era, em 1902, repartição acanhada, de duas dezenas de empregados, como eram chamados. É verdade que esse número não incluía as carreiras diplomática e consular, que permaneceriam separadas até 1934. Coube-lhe ampliar e profissionalizar os quadros, construir novas instalações, criar a biblioteca, a mapoteca, organizar os arquivos, dar ao ministério meios eficazes de trabalho.

Imensa foi a obra que executou em pouco mais de nove anos de gestão (dez. 1902 a fev. 1912) e que pode, de forma esquemática, ser resumida nas seguintes realizações:

1. A solução sistemática e completa de todos os problemas de limites herdados do passado.
2. A concepção e execução do primeiro paradigma abrangente de política externa para o Brasil, consistente numa espécie de “aliança não escrita” com os Estados Unidos, a potência hegemônica emergente. Essa aproximação era concebida pragma-

¹ Respondendo às perguntas de: OSSAMU, Carlos; SANTOS, José Maria dos. Um barão que valeu milhões. *Digesto Econômico*, São Paulo: Associação Comercial de São Paulo, ano LXVII, n. 466, p. 56-61, jan.-fev. 2012.



- ticamente como meio de utilizar a influência norte-americana em favor dos interesses brasileiros em relação às potências imperialistas europeias vizinhas, na zona das Guianas, e a fim de neutralizar manobras de eventuais rivais latino-americanos.
3. A construção de relações de cooperação concreta com os vizinhos latino-americanos, uma vez superados os conflitos limítrofes, recorrendo ao entendimento e coordenação entre as três principais potências do sul do continente, a Argentina, o Brasil e o Chile: o pacto do A.B.C., antecipação da atual política de integração sul-americana.
 4. A projeção do prestígio e dos interesses do país mais além dos limites da política hemisférica, buscando posição de reconhecimento nas esferas da grande política mundial, como ocorreu, por exemplo, na 2ª Conferência de Paz da Haia.

Quais foram as características pessoais que explicam esse sucesso?

Rio Branco desfrutou das duas condições que, segundo Maquiavel, são indispensáveis para o êxito do estadista: *virtù* e *fortuna*, isto é, competência e sorte. Em realidade, pode-se dizer que sua *virtù* é que tornou possível a sua boa fortuna. Após estudos de direito sem distinção particular e começo frouxo como promotor, professor e deputado em duas legislaturas, levou existência obscura, vivendo 26 anos esquecido na Europa, a maior parte do tempo como cônsul-geral em Liverpool. Só lembravam dele como filho do visconde do Rio Branco. Durante esse período, dedicou-se a suas paixões intelectuais: a história militar e naval do Brasil, a história colonial, a geografia colonial das Américas, o estudo dos mapas e de documentos de velhos arquivos. Acumulou, assim, a erudição assombrosa de especialista, que lhe serviu para vencer, em nome do Brasil, a questão de Palmas – ou Missões – com a Argentina, submetida à decisão arbitral do presidente Cleveland, dos EUA (1895).

De um dia para o outro, alcançou a notoriedade, quando tinha 50 anos, idade avançada para a época (só teria a viver ainda 17 anos). Sua reputação se consolidou com novo triunfo, contra a França dessa vez, na questão da fronteira do Amapá com a Guiana Francesa, entregue ao julgamento do presidente da Confederação Suíça, Walter Hauser (1900).



Essas vitórias sucessivas produziram efeito extraordinário no Brasil do começo da República, fase ingrata, marcada pelas intervenções militares: o Encilhamento na economia, as atrocidades de Canudos, a Revolta da Armada, a Rebelião Federalista, no Rio Grande do Sul. Quando parecia que o Brasil se tinha convertido em mais uma república sul-americana, instável e sujeita a caprichos de chefes militares, os sucessos do Barão restituíram aos brasileiros o sabor da vitória, a recordação do antigo prestígio dos dias do Império. Paradoxalmente, coube a um monarquista convicto, como Paranhos Júnior, fornecer os primeiros êxitos que legitimaram a República aos olhos dos contemporâneos. Essa constituiu a primeira razão da imensa popularidade que atingiria, a ponto de ser então considerado o “maior de todos os brasileiros”, ao que respondia sempre que o maior havia sido o Imperador d. Pedro II e o segundo, seu pai, o visconde do Rio Branco.

A reputação de vencedor, a prudência com que se manteve longe das disputas políticas internas, o fizeram o candidato natural a ministro quando o agravamento da questão do Acre havia convertido as relações internacionais num problema perigoso e imediato, no momento da inauguração do período de Rodrigues Alves. A maneira magistral com que conduziu a questão a um feliz desfecho acabou por consolidar sua fama e o Barão passou a ser visto como figura às vezes mais importante e indispensável até mesmo do que os presidentes sob cujas ordens teoricamente servia. Desse modo, enquanto viveu, era considerado ministro obrigatório em todos os governos, só deixando o Itamaraty por morte.

Como ele próprio era o primeiro a recordar, Rio Branco não possuía as qualidades brilhantes de orador, escritor e historiador de Joaquim Nabuco e outros. Havia, no entanto, acumulado erudição sólida nos domínios de sua especialidade. De acordo com os depoimentos de contemporâneos, era dotado de extraordinária capacidade de concentração, de inteligência analítica que esgotava todos os aspectos de uma questão, do poder de se dedicar a cada desafio com espírito sistemático e abrangente. Gostava de lembrar que muito do que sabia havia sido aprendido na sala de visitas do pai, político excepcional, que chefiou o gabinete de mais longa duração do Segundo Império. Foi o produto acabado da escola de estadistas da Monarquia, resultado da educação elitista que se ministrava aos integrantes da classe dirigente no Liceu D. Pedro II e nas academias de Direito de São Paulo e Recife, apesar de que nem o pai, nem ele jamais tiveram terras e fortuna, dependendo



essencialmente de empregos públicos para ganhar a vida e havendo constantemente enfrentado dificuldades financeiras.

Embora costumasse dizer que lhe faltavam as qualidades necessárias para a política interna, talvez o mais correto fosse afirmar que preferiu aplicar em outro campo, o das relações internacionais, as virtudes políticas herdadas e aperfeiçoadas. A historiografia brasileira exaltou com certo exagero o que se devia à erudição e ao conhecimento histórico nas suas vitórias. Com efeito, a afirmação é procedente no caso dos dois arbitramentos citados, o de Palmas e do Amapá. Em outras questões, muito mais complicadas e arriscadas, como a do Acre, por exemplo, a erudição desempenhou papel extremamente secundário. O fator decisivo nessas e na maioria das questões que valeram a Rio Branco a reputação de grande diplomata foi a competência magistral no manejo do poder político, aquilo que os anglo-saxões denominam de *political craftsmanship*, que não se confunde, de forma alguma, com o uso da força.

O Barão foi um mestre do que modernamente o professor Joseph Nye batizou de *soft power*, o poder brando ou suave, o recurso à negociação, à transação, à oferta de compensações, e de *smart power*, o poder inteligente, o poder que nasce da cultura, a superioridade oriunda do conhecimento, a soma dos quais, no fundo, corresponde à habilidade no uso da diplomacia para resolver conflitos, ganhar concessões e aumentar a influência sem a imposição pela força.

Além desses dotes políticos e intelectuais, sua personalidade sobressaía por outras virtudes diplomáticas: a prudência associada à firmeza (“suave na forma, enérgico no conteúdo”), o equilíbrio, o comedimento, a moderação, o horror à prepotência, à arrogância, ao excesso de ênfase e de retórica, o cuidado extremo de jamais cantar vitória, de não humilhar os adversários. Típicos do seu temperamento calculista e ao mesmo tempo generoso, eram traços como o de procurar invariavelmente apresentar todos os resultados, inclusive os das arbitragens, como vitórias dos dois lados, o esforço de minimizar seu próprio triunfo, frases como “há vitórias que não se devem comemorar”.

Houve algum outro que se tenha equiparado em habilidade diplomática?

Nenhum outro governo ou ministro chegou perto de realizar obra de



envergadura e importância comparável, antes ou depois, nem é provável que isso possa ocorrer de novo. O Barão dispôs para isso de tempo, tanto o tempo físico – a continuidade sob quatro presidentes (Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca) – quanto do tempo espiritual, isto é, as condições favoráveis de época em que se acreditava nas virtudes do arbitramento e a influência nefasta do nacionalismo exacerbado não tinha envenenado os espíritos, conforme ocorreria depois da Primeira Guerra Mundial.

Se vivo fosse, teria o Barão espaço na diplomacia atual?

Certamente, um homem com as qualidades de exceção de Rio Branco se distinguiria em qualquer época e quaisquer que fossem os problemas. Não gozaria hoje, entretanto, de uma vantagem que o favoreceu de maneira particular. No mundo em que viveu e atuou, era pouco frequente que os chefes de Estado ou de governo se envolvessem diretamente na diplomacia. Essa era domínio que se deixava de bom grado aos especialistas e profissionais. Em nossos dias, a diplomacia presidencial abre menos espaço aos ministros e, quanto mais poderoso o país, maior é a ingerência do círculo imediato do presidente na condução das grandes iniciativas da política exterior. O Barão, homem centralizador, seguro de si mesmo, pouco inclinado a sofrer interferências, não desfrutaria das condições ideais ao seu temperamento e, provavelmente, a glória quase exclusiva dos acertos não lhe seria atribuída tão facilmente.

O mapa do Brasil seria outro sem a atuação de Rio Branco?

Provavelmente, sim. Até a chegada do Barão, os governos e ministros que se sucederam reconheciam como boliviano o território do Acre e é bem possível que não tivessem tido a clarividência e a energia para aproveitar a rebelião chefiada por Plácido de Castro para reabrir e ganhar a questão. Também nos dois arbitramentos, contra a Argentina e a França, não é certo que o Brasil tivesse alcançado vitória tão completa com advogados de menor competência.

Alertado pelas dificuldades do problema acreano logo no início de sua gestão, Rio Branco decidiu resolver, um por um, todos os contenciosos existentes ou potenciais em matéria de fronteira. Tendo



contribuído decisivamente para definir a fronteira com a Argentina na questão de Palmas – ou das Missões (1895) – e com a França no Amapá (1900), prosseguiu essa obra pela assinatura do Tratado de Petrópolis com a Bolívia (1903); com o Equador, ressalvados os eventuais direitos peruanos (1904); com a Guiana Inglesa, pela arbitragem do rei da Itália (1904); com a Venezuela (1905); a Holanda-Suriname (1906); a Colômbia (1907); com o Peru (1909) e o tratado retificatório da fronteira com o Uruguai (1909). Como ele mesmo declarou, havia “construído o mapa do Brasil”. Trata-se de uma “das maiores realizações da história diplomática” de qualquer país, em qualquer tempo, conforme escreveu o embaixador Álvaro Teixeira Soares.

A afirmação não é exagerada. O Brasil ocupa posição rara: a de ter 10 vizinhos (que teriam podido ser 11, com o acréscimo do Equador). Poucas são as nações com número comparável de vizinhos, bastando pensar em países de grande extensão como o Canadá, os EUA, a Austrália, sem vizinhos ou com pouquíssimos. O que é notável na obra de Rio Branco é que todas as fronteiras foram definidas por negociações ou arbitramento, sem que houvesse o recurso a guerras e a violências. Se lembrarmos da tradição histórica belicosa da Rússia, Alemanha, França, China, Índia, apreciaremos melhor o caráter excepcional de tamanha façanha.

Qual o significado e a expressão da vitória no contencioso contra a França, levando em conta tratar-se de uma das grandes potências mundiais da época?

Rio Branco estava convencido de que, por ocasião dos choques armados nos garimpos do Calçoene, com mortos e feridos, a França não havia ocupado militarmente a zona litigiosa apenas por temer a eventual reação dos Estados Unidos, guardiães da Doutrina Monroe. Pouco antes do arbitramento sobre o Amapá, o presidente Cleveland, dos EUA, o mesmo que fora o juiz da questão de Palmas, se referira de forma quase ameaçadora à Grã Bretanha, que mantinha um dissídio de fronteira com a Venezuela na região do Essequibo, limite com a Guiana Inglesa. Os britânicos, envolvidos na Guerra dos Boers, na África do Sul, aceitaram submeter o problema a um tribunal arbitral, tendo posteriormente ganho a pendência.

Julgava também o Barão que os franceses receavam a interferên-



cia inglesa, pois era aguda naquele momento a rivalidade entre França e Grã-Bretanha na luta por colônias e por zonas de influência. Aliás, para que o leitor de hoje possa compreender na sua justa importância a gravidade das questões limítrofes contra potências europeias, como eram as vizinhas do Brasil, é preciso recordar que se estava no auge do imperialismo europeu, que não hesitava em recorrer à sua esmagadora superioridade militar para dividir a África entre diversos países da Europa, ao mesmo tempo em que impunha concessões humilhantes à China imperial, colonizava a Indochina e enfraquecia o Império Otomano.

Para Rio Branco, Joaquim Nabuco e seus contemporâneos, a ameaça ao Brasil não provinha dos Estados Unidos do presidente Teddy Roosevelt, o homem que brandia o *big stick*, o “cacetão”, na tradução de Oliveira Lima. Isso seria problema para o México, a América Central, o Caribe. Para o Brasil, longe dos EUA, mas vizinho territorial de possessões europeias, o perigo vinha da França e do Reino Unido. Daí a racionalidade da diplomacia de Rio Branco e Nabuco, ao buscar a aliança norte-americana como proteção contra potências extracontinentais. Para isso, estavam dispostos a oferecer a Washington o apoio do Brasil na política ianque no hemisfério, em especial na fundação da União Pan-Americana, início do pan-americanismo.

Qual a importância do litígio de Palmas com a Argentina? Em caso de derrota, o Brasil teria perdido Itaipu?

A importância da questão era, na época, não econômica, mas político-estratégica. Aliás, a tendência de querer perceber a motivação econômica nos problemas de fronteira é novidade de nossos dias. Fora exemplos excepcionais como o do Acre – onde já existia uma riqueza importante em exploração, a borracha –, na maior parte dos litígios, a disputa se feria quase sempre em torno de territórios desertos, só povoados por indígenas, ou quase desertos, como era a zona de Palmas.

O Barão não gostava de denominar a questão com o nome hispânico de Missões, por sustentar que a zona jamais havia feito parte das missões jesuíticas, patrimônio reclamado por paraguaios, argentinos e uruguaios. Estava convencido de que, se porventura pudesse existir algum direito, além da área propriamente dita, esse direito caberia aos paraguaios e nunca aos argentinos, que, em sua opinião, jamais haviam tido qualquer presença histórica nessas terras.



A extensão total do território em disputa era de menos de 40.000 km². O problema é que esse é o ponto onde mais se estreita o território brasileiro, onde menor é a distância que medeia entre a fronteira oeste do Brasil e o oceano Atlântico. Para se entender bem a intensidade do interesse e das paixões despertadas pela questão, deve-se ter presente a viva rivalidade que ainda separava o Brasil da Argentina. Cada um desses países olhava o outro como o inimigo estratégico tradicional. Os planos do estado-maior de um e outro previam um conflito brasileiro-argentino, razão que explica por que, até muito tarde, não se abriam estradas, nem se construíam pontes na região fronteiriça, a fim de não facilitar eventual invasão das tropas vizinhas. Ora, caso se perdesse a zona de Palmas, no extremo oeste dos estados do Paraná e de Santa Catarina, o território brasileiro ficaria reduzido a uma tira delgada na região, o que possibilitaria, em tese, em caso de conflito, cortar o Brasil em dois, isolando o Rio Grande do Sul do resto do país.

Na época, nem se sonhava com o aproveitamento hidroelétrico nos rios da zona. De qualquer modo, a área litigiosa se situa mais ao sul da confluência das três fronteiras da Argentina, do Brasil e do Paraguai, na região do Iguaçu.

O “excepcionalismo” do Acre

A questão do Acre apresenta singularidade que a distingue de todas as demais disputas de limites. A primeira delas é que se trata do único litígio em torno de um território onde já existia uma importante fonte de riqueza em pleno processo de exploração: a borracha. Seria quase o equivalente, nos dias atuais, a um território rico em petróleo.

A segunda especificidade é que o território era disputado não só por outro país – a Bolívia –, mas também pelo Peru (que pretendia chegar quase até Manaus!). Além disso, como a Bolívia havia cedido, por 30 anos, seus direitos a um consórcio de investidores internacionais, o Bolivian Syndicate, havia o risco – nada fantasista para os costumes da época – de envolvimento ativo dos países das nacionalidades dos investidores, dentre os quais os Estados Unidos e a Grã-Bretanha.

Diversamente dos demais litígios, o Acre havia sido colonizado e povoado por brasileiros, em grande parte provenientes do Nordeste, que chegavam talvez a 60.000 pessoas, contra um punhado insignificante de bolivianos. Não obstante essa maciça presença de brasileiros,



todos os governos do Brasil, da Monarquia e da República, tinham reconhecido como de soberania boliviana a maior parte do Acre, em decorrência da fronteira estipulada pelo Tratado de La Paz de Ayacucho, assinado em 1867, durante a Guerra do Paraguai, em momento no qual o Brasil buscava evitar fornecer razões para agravar a antipatia que lhe devotavam outros países hispano-americanos.

Excepcional foi também a história da contenda, já que, antes do envolvimento oficial do Brasil, a região tinha sido cenário de várias sublevações de seringalistas brasileiros, apoiados sub-repticiamente pelos governos estaduais de Manaus (não, porém, pelo governo federal), das quais as mais importantes foram as chefiadas pelo espanhol Gálvez e a de Plácido de Castro, esta última de consequências mais decisivas. Tal aspecto levou alguns escritores a comparar a questão do Acre à do Texas, entre os Estados Unidos e o México.

Finalmente, o Acre consistiu também em experiência singular para Rio Branco, tendo sido o primeiro desafio que enfrentou como chanceler e o mais difícil de todos, tanto pelas características resumidas acima, quanto pela intensa e expressiva oposição que teve de vencer no Congresso e na imprensa. A arma da erudição histórica e geográfica de pouco servia num caso precedido por longa tradição de reconhecimento da soberania boliviana pelo Brasil. O problema era essencialmente de natureza política e assim teria de ser resolvido. O Barão compreendeu isso perfeitamente, e desde o início, afirmou e repetiu que existia apenas uma razão para que o governo brasileiro desejasse adquirir o Acre: o fato de sua população ser totalmente brasileira.

No exemplo do Acre é que se manifesta, em toda a sua força, a maestria de Rio Branco no manejo legítimo do poder, isto é, de todos os elementos legais válidos para obter seu objetivo, exceto o uso da força militar em guerra de conquista. Para tanto, teve de continuamente dosar e alternar atitudes enérgicas com ofertas de concessão. Começou por se recusar a negociar com os adversários em conjunto, como pretendia o Peru. Separou, um por um, os contendores, concentrando-se, no princípio, no consórcio de investidores.

Desejava eliminar a possibilidade de intervenção americana ou inglesa e, para isso, renovou a proibição decretada pelo governo anterior (de Campos Sales) de navegação do rio Amazonas por parte do consórcio. Como essa era a única via de acesso ao Acre, a concessão passava a não ter nenhum valor para os investidores, obrigando-os a negociar. Embora a concessão fosse erro cometido pelo governo



boliviano, o Barão dispôs-se a pagar uma indenização para levar os investidores à desistência, o que aplacou os governos de origem dos especuladores.

Em seguida, voltou-se para a Bolívia, dispondo-se a adquirir o Acre. Ante a recusa de La Paz e ao anúncio de que o general Pando, presidente da Bolívia, e seu ministro da Guerra se preparavam para marchar contra os sublevados de Plácido de Castro à frente de forças importantes, Rio Branco obteve do presidente Rodrigues Alves a decisão de ocupar provisoriamente o território com tropas brasileiras, o que se fez em meio a inúmeras dificuldades, dado o nosso despreparo militar.

Sem tal atitude, é provável que os bolivianos continuassem a recusar a transação. Iniciada a negociação, ela rapidamente se concluiu com a assinatura do Tratado de Petrópolis, de novembro de 1903, pelo qual a Bolívia cedia o Acre ao Brasil, em troca de alguns pequenos trechos de terra em Mato Grosso, povoados por bolivianos, do pagamento de soma equivalente hoje a mais de 200 milhões de dólares e ao compromisso de construir a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que asseguraria à Bolívia uma saída para o Atlântico pelo rio Madeira.

Rio Branco sofreu, durante todo esse processo, violenta oposição no Congresso, onde se destacavam os opositores ao governo, liderados por Pinheiro Machado, e os parlamentares de Mato Grosso, contrários à perda de parte (insignificante) do seu território. Opositor perigoso foi o senador Rui Barbosa, que havia sido um dos plenipotenciários na negociação, mas renunciou por discordar também da cessão de terras. Rui Barbosa acreditava erroneamente que o Brasil teria maiores chances de vitória numa arbitragem. Apesar desse evidente engano (uma vez que o Brasil reconheceu durante décadas a soberania boliviana), o prestígio de Rui enfraquecia muito a posição de Rio Branco, que acabara de ser nomeado ministro e não adquirira ainda a projeção e influência que teria mais tarde. Também foram contrários os monarquistas, os positivistas, o *Correio da Manhã* e outros órgãos da imprensa.

Não obstante todos esses obstáculos, o tratado acabou sendo aprovado por expressiva maioria e se constituiu no maior galardão de toda a carreira de Rio Branco. Ele mesmo afirmou com frequência que tinha sido sua mais difícil e valiosa vitória, a única que representava verdadeira expansão territorial, pois, nas demais questões, apenas se revalidaram direitos brasileiros preexistentes.



Qual é o significado da política de fronteiras de Rio Branco no contexto mais amplo de sua diplomacia?

A definição das fronteiras, do espaço dentro do qual se exerce a soberania, é uma espécie de ato fundador da política externa. Países que não logram completar o processo de forma rápida e eficiente, permanecem reféns do problema por décadas e até séculos, como se pode ver dos inúmeros exemplos existentes no mundo e na América Latina. Igualmente conta, de maneira decisiva, a forma pela qual se efetua a definição do perfil territorial. Um dos méritos primordiais da orientação de Rio Branco foi o de ter levado avante o projeto de modo invariavelmente fiel à opção de resolver todas as questões por métodos pacíficos e jurídicos – negociações e arbitragens – sem o recurso à imposição pela força militar. Criou, assim, as condições para uma política de conteúdo positivo de colaboração, sem deixar ressentimentos, nem irredentismos.

A doutrina do Brasil em matéria de fronteiras não foi obra exclusiva do Barão, herdeiro de rica tradição desde a monarquia, com destaque para nomes como os de Duarte da Ponte Ribeiro, Miguel Maria Lisboa, visconde do Uruguai e seu pai, o visconde do Rio Branco, entre outros. Tal doutrina resultou de uma construção jurídica, como todas as orientações desse tipo, e correspondeu perfeitamente à situação concreta de um país nas condições do Brasil, para o qual era mais interessante valorizar a importância da ocupação efetiva do território do que os títulos jurídicos em si mesmos.

Estes, desde o Tratado de Tordesilhas e, mais tarde, os de Madri e, sobretudo, de Santo Ildefonso, haviam sido superados pela expansão brasileira secular e pelos acontecimentos. Daí a doutrina brasileira, segunda a qual os derradeiros tratados coloniais, Madri e Santo Ildefonso, não passaram de acordos provisórios, não seguidos pela demarcação completa no terreno e, de qualquer forma, anulados por eventos subsequentes. O mais relevante seria, portanto, a aplicação do princípio do *uti possidetis de facto*, isto é, a ocupação efetiva, com ou sem título jurídico.

Uma vez definido o perfil da fronteira, passaram a existir condições para políticas de cooperação, que dependiam, contudo, da disponibilidade de vias de transporte e do desenvolvimento das relações econômicas, o que apenas vai ocorrer progressivamente. Rio Branco era sensível à importância das considerações econômicas e comerciais.



Uma das razões que o levaram a criar em Washington, em 1905, a primeira embaixada do Brasil (até então, só tínhamos legações, chefiadas por ministros plenipotenciários) e, conforme declarou, “deslocar de Londres para Washington o eixo de nossa diplomacia” foi a constatação de que, desde 1870, os Estados Unidos se tinham tornado o maior mercado para as exportações brasileiras. Os americanos adquiriam praticamente metade do café exportado pelo Brasil e eram também os maiores compradores do cacau e da borracha nacionais. Os EUA chegaram a absorver 36% do total das exportações brasileiras (hoje a cifra oscila entre 10% e 11%). O Brasil ocupava, em 1905-06, o sexto lugar no intercâmbio total dos EUA, vindo logo após a Grã-Bretanha, Alemanha, França, Canadá e Cuba (açúcar) e nessa mesma época, atingiu o posto de terceiro maior fornecedor do mercado americano. Tratava-se de intercâmbio altamente favorável ao Brasil, que acumulou vultosos superávits.

Nesse tempo distante, o comércio entre o Brasil e a Argentina, ou com os demais latino-americanos, não alcançava nem de longe a envergadura do intercâmbio de cada um dos latinos com as nações altamente industrializadas do norte. O comércio dos países da América Latina era essencialmente um comércio sul-norte, concentrando-se na exportação de produtos agropecuários e minerais em troca da importação de artigos industriais. A industrialização do Brasil e da Argentina não passava de um sonho para um distante futuro, não existindo condições mínimas para se pensar em acordos de integração, como seria o Mercosul.

Aspectos curiosos de Rio Branco

O Barão deixou um vastíssimo conjunto de histórias pitorescas e é difícil distinguir o que corresponde aos fatos ou resultou da mitologia criada em torno do personagem. Na mocidade, teve fama de boêmio, mantendo uma ligação com atriz belga, Marie Philomène Stevens, com a qual teve vários filhos antes de desposá-la, muitos anos mais tarde. Foi justamente o nascimento de seu primeiro filho que o levou a solicitar nomeação para o posto rendoso de cônsul-geral em Liverpool (na época, o cônsul recebia parte dos emolumentos consulares). O Imperador d. Pedro II negou o pedido, devido à sua fama de “galanteador” como então se dizia. Foi preciso esperar a viagem do Imperador aos



Estados Unidos para que a princesa regente dona Isabel, que a princípio também recusou, finalmente assinasse o decreto. Isso apenas se fez por insistência de Caxias, presidente do Conselho de Ministros, do barão de Cotegipe, ministro dos Negócios Estrangeiros, ambos do Partido Conservador, colegas de partido e amigos do visconde do Rio Branco.

Ao chegar à Europa, instalou a família em Paris, cidade que visitava com frequência, vindo de Liverpool, em licença regular ou muitas vezes excedendo os prazos. Conta-se que, temeroso “das línguas afiadas da rua do Ouvidor”, cada vez que encontrava na rua por acaso algum brasileiro conhecido, tinha uma fórmula pronta para explicar sua presença na “Capital do século XIX”: “Cheguei ontem e volto amanhã...”

Viveu longe do Brasil mais de um quarto de século. Quando ganhou a arbitragem de Palmas e se tornou uma celebridade, da noite para o dia, grupos de patriotas desejavam que ele viesse ao Rio de Janeiro para receber as homenagens da pátria, alguns cogitando até de fazê-lo candidato a presidente da República. Prudentíssimo como sempre, o Barão escusou-se delicadamente, afirmando que a vitória tinha sido dos dois países e retornou à Europa diretamente. Antes, escreveu em seu diário esta frase de Hofmann: “A inveja é a sombra da glória”.

Regressou, afinal, ao Rio de Janeiro em 2 de dezembro de 1902, para tomar posse como ministro das Relações Exteriores do governo Rodrigues Alves. Nesse começo da República, a posse do novo governo era em 15 de novembro. Diziam os maledicentes que o Barão havia deliberadamente decidido chegar sozinho para colher a glória de suas vitórias passadas. O fato é que teve uma das maiores, se não a maior manifestação de triunfo jamais tributada pelos cariocas a um dos seus conterrâneos, como teria o mais consagrador dos enterros públicos. A festa foi deslumbrante, desde o transporte do navio na galeota real de d. João VI, conduzido por dezenas de remadores da Marinha de Guerra. Rio Branco escreveu: “Suei doze lenços” e tomou depois o trem para Petrópolis, pois receava pernoitar no Rio de Janeiro, devido ao perigo de febre amarela.

A partir de certo momento, o Barão passou a viver exclusivamente no seu gabinete de trabalho no Itamaraty, onde dormia num austero leito de ferro. Trabalhava de forma desordenada, mas intensa, dedicando-se às tarefas dia e noite. Cobria as mesas de papéis e livros, não permitindo que ninguém pusesse ordem na barafunda. Os colabo-



radores denominavam de “Mar Morto” a montanha de papéis que se acumulavam em Petrópolis. Quando uma das mesas se encontrava tão atulhada que já não podia ser usada, em vez de limpá-la, ele mandava vir outra. Dizem que, quando faleceu, eram mais de dez as mesas de diversos formatos que atravancavam o gabinete.

Ampliou e embelezou o Itamaraty, convertendo-o na sala de visitas do Brasil, onde recebia os visitantes ilustres em banquetes que preparava nos mínimos detalhes, chegando a desenhar a mesa e distribuir os lugares. Numa sociedade ainda acanhada e modesta, os gostos de Rio Branco e as despesas acarretadas davam azo a comentários escandalizados. Atribuía-se a seu principal colaborador em matéria administrativa, Pecegueiro do Amaral, frase que virou quase um bordão: Dinheiro haja, seu Barão!

Rio Branco afirmava desejar retirar-se das lides do governo para voltar a se ocupar dos amados estudos históricos, que deixara interrompidos nove anos antes. Seus repetidos protestos de desinteresse pelo cargo não convenciam, porém, os cétricos cariocas, que maliciosamente desconfiavam que seu verdadeiro lema era: “Do ministério para o cemitério!”. De fato, apenas deixou o cargo de ministro pela morte, que o surpreendeu em pleno gabinete de trabalho no Itamaraty, onde até hoje se pode ler em toda a volta do teto a inscrição de que ali morreu o Barão do Rio Branco, no dia 10 de fevereiro de 1902, às 9:10 horas. O jornal *A Noite* estampou manchete que resumia o sentimento do país: “A morte do Barão do Rio Branco é uma tragédia nacional!”.

Siena, 8 de fevereiro de 2012.



Barão do Rio Branco

Paulo Brossard*

Semana passada, dia 10, transcorreu o centenário da morte de José Maria da Silva Paranhos Jr., barão do Rio Branco. Era filho de José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco. O futuro visconde nascera em lar pobre, mas isto não o impediu de vir a ser deputado, senador, ministro de Estado, presidente do Conselho de Ministros, diplomata, jornalista; no Brasil escravocrata, logrou aprovar a Lei do Ventre Livre, dando início ao processo da abolição; também atuara com êxito em litígios externos, levando consigo como secretário Juca Paranhos, que viria a ser o Barão do Rio Branco, já então dado à História e à Geografia.

Desse modo, a iniciação de Juca Paranhos na seara diplomática se deu ao lado do pai e sob sua privilegiada orientação. Mais tarde, veio a ser nomeado cônsul em Liverpool, onde se encontrava quando, em França, se preparava a edição da *Grande Encyclopédia* do século XIX e seu nome foi indicado por amigos para colaborar na redação do verbete “Brasil.” Uma separata desse trabalho foi enviada a Rui Barbosa, que lhe fez caloroso elogio, e quando o velho litígio com a Argentina acerca das Missões foi submetido à arbitragem do presidente Cleveland, dos Estados Unidos, o barão veio a ser designado para defender a posição brasileira, o que fez com impressionante erudição. A sentença arbitral foi favorável ao Brasil.

Não demorou muito e novo processo de arbitramento seria submetido ao presidente da Confederação Suíça, por escolha da França e do Brasil, envolvendo a fronteira com a Guiana Francesa. Outra vez, amadurecidos estudos permitiram a Rio Branco apresentar o seu “trabalho monumental”, segundo Rui Barbosa, que assim resumia o bom sucesso: “Para esse tribunal, aquele advogado; para aquele advogado, esse tribunal”. Dizendo, noutro passo: “Hoje, literalmente do Amazonas ao Prata, há um nome que parece irradiar por todo o círculo do horizonte um infinito de cintilações: o do filho do emancipador dos escravos, duplicando a glória paterna com a de reintegrador do território nacional”.

* Jurista, ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal. Texto publicado em: *Zero Hora*, Porto Alegre, 3 fev. 2012. Artigos, p. 13.



Desse modo, ele entrava no século XX com duas vitórias espetaculares. Não estranha que Rodrigues Alves o tivesse convidado para ministro das Relações Exteriores ao organizar seu gabinete. O barão hesitou por vários motivos, inclusive porque estava preparando a sede da embaixada em Berlim, onde teria espaço para a sua livreria e documentos, e onde pretendia estanciar. Aceitou por fim, estimulado, entre outros, por Joaquim Nabuco. Ao chegar ao Rio, cruzando as ruas nas quais, fazia anos, deixara de andar em carro aberto, foi recebido triunfalmente.

No ministério, o caso do Acre o esperava. O Brasil tinha sustentado que o território era boliviano e que inexistia problema de fronteiras com a Bolívia. Esse não era o pensamento de Rio Branco, como não era o de Rui, nem o de Assis Brasil. Pouco depois de tomar posse, o ministro dirigiu nota ao governo boliviano declarando que o tratado de 1867 fora erroneamente interpretado e convidava o governo do país vizinho ao reexame do problema. Assim foi aberto o contencioso, que levaria ao Tratado de Petrópolis. Desse modo, com exceção da área do Acre meridional, então adquirida pelo Brasil, 900 mil quilômetros quadrados foram pacificamente reincorporados ao território nacional.

Dez anos o barão foi ministro e imprimiu ao palacete da rua Larga o perfil da sua individualidade, a ponto de o ministério, embora ocupado por tantos brasileiros eminentes, ter passado a chamar-se Casa de Rio Branco e esta a ser sinônimo de Itamaraty.

Para que não passasse em branco o centenário de seu passamento, nas limitações de um artigo, entendi de homenagear o saudoso servidor do Brasil, que adotou esta legenda: *Ubique patriae memor*. Mas não faltará quem pense que o fato recordado esteja a mostrar que em outros tempos não se faziam ministros para assegurar a maioria parlamentar e com ela usar o poder sem peias...



Pronunciamento do Senhor Ministro de Estado
das Relações Exteriores em sessão solene da
Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo,
alusiva ao centenário da morte do Barão do Rio Branco

Embaixador Antonio de Aguiar Patriota

É uma honra poder dirigir-me a Vossas Excelências desta tribuna.

Minhas primeiras palavras são para cumprimentar a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo pela iniciativa, tão oportuna, de realizar esta sessão solene em memória do centenário da morte de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco.

Agradeço especialmente ao deputado Itamar Borges, autor da moção que propôs a realização desta sessão.

Já há muitos anos, o Ministério das Relações Exteriores incorporou a seu trabalho a dimensão que denominamos “diplomacia federativa”. Procuramos ter presente, em nossos esforços diários, o engajamento com as diversas unidades da Federação, em suas vertentes executiva e legislativa.

Nesse sentido, participei, na tarde de hoje, da cerimônia de lançamento do plano de relações internacionais do governo do estado de São Paulo.

Minha participação nesta sessão solene se inscreve no mesmo espírito de cooperação e parceria.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores,

É significativo, para mim, como diplomata de carreira e como ministro das Relações Exteriores, que a primeira visita que tenho o prazer de realizar a esta casa seja em momento alusivo ao patrono de nossa diplomacia.

Quero valer-me desta oportunidade para recordar, com os Senhores, um pouco da obra e do legado de Rio Branco, da importância que teve – e continua a ter – para o Brasil.

Não é por acaso que o nome de Rio Branco está associado àquilo que normalmente se considera como sua maior realização: a solução, por meios pacíficos e dentro do respeito aos direitos legítimos do Brasil, das questões de fronteira que nosso país ainda tinha pendentes no final do século XIX e início do século XX.



Antes mesmo de ser designado chanceler, Rio Branco defendeu a causa brasileira em dois casos especialmente relevantes, ambos submetidos à arbitragem de autoridades estrangeiras: a chamada “questão de Palmas”, na qual se definiram os limites ainda pendentes entre Brasil e Argentina no trecho da fronteira de Santa Catarina, e a questão da fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa.

Como se sabe, o primeiro caso foi resolvido por laudo arbitral do presidente Grover Cleveland, dos EUA; o segundo teve como árbitro o governo suíço.

Nos dois casos, fator crucial para a prevalência das teses brasileiras foi o profundo conhecimento de Rio Branco dos elementos de geografia e história que fundamentavam os direitos do Brasil. Desde jovem, Paranhos tivera paixão pelos mapas, pelos documentos históricos, e isso em uma época na qual mapas e documentos não eram tão acessíveis como são hoje.

Depois de assumir o Ministério das Relações Exteriores, no governo de Rodrigues Alves – paulista de Guaratinguetá –, Rio Branco teve que enfrentar o que foi, naquele momento, a tarefa mais difícil para a diplomacia brasileira: a de encaminhar e solucionar a questão do Acre.

Também nesse caso a erudição histórica e geográfica, aliada ao talento diplomático do Barão, foi essencial.

É fácil lembrar essas realizações. Mais difícil, talvez, é avaliar seu significado.

De tão plenamente incorporado a nossa identidade nacional, o legado diplomático de Rio Branco, que contribuiu para o desenho do Brasil essencialmente como o conhecemos hoje, poderia chegar a passar despercebido, sobretudo para as gerações mais recentes.

E, no entanto, o estabelecimento das fronteiras é etapa fundamental para que um país possa se inserir na sua região e no mundo de forma mais afirmativa e confiante, pela cooperação e em favor da paz.

Rio Branco deixou-nos outro legado, talvez menos tangível, que foi um estilo de atuação.

Deixou-nos um exemplo de dedicação ao trabalho bem feito, bem planejado. Um verdadeiro exemplo de profissionalismo, que vem sendo transmitido através das gerações.

Decisivos para suas vitórias diplomáticas foram, invariavelmente, o estudo minucioso das circunstâncias específicas dos casos sobre o quais se debruçou, o exame detido das questões de Direito envolvidas



em cada um deles. Muito esforço, noites varadas na defesa do direito do Brasil.

Associou a atenção ao detalhe a uma percepção particularmente arguta da dinâmica internacional.

Assim é que, neste início de século XXI, Rio Branco se afirma, para além de seus demais atributos, como inspiração para os homens e mulheres que, nos setores público e privado, constroem o Brasil mais próspero e mais justo que todos almejamos.

Uma vez superadas as pendências fronteiriças, Rio Branco pôde voltar-se para a concepção de iniciativas de aproximação e associação com os vizinhos sul-americanos.

Esboçou o pacto Argentina-Brasil-Chile, que muitos consideram uma espécie de antecedente longínquo do Mercosul. Entendeu que a um Brasil forte interessava uma América do Sul coesa.

No plano global, soube apreender, como chanceler, as mudanças no cenário internacional daquele início de século XX e a elas responder de forma construtiva e com critério.

Diante da constatação de que o principal eixo de poder se deslocava da Europa para o Novo Mundo, em direção a Washington, reorientou nossas prioridades e reagiu de forma que contribuiu para fortalecer, dentro do espaço de possibilidades então vigente, a autonomia do Brasil.

Nesse, como em outros temas, Rio Branco revelou-se um pragmático, no melhor sentido da palavra.

Monarquista, não se furtou a colocar seus talentos a serviço da recém-proclamada República brasileira, pondo o Brasil acima de lealdades setoriais.

Condicionado, é certo, pelos paradigmas e premissas próprios do século XIX, em que nasceu e foi educado, não se deixou prender a dogmatismos nem a automatismos.

Em alguma medida, é sobre as realizações do chanceler, que articulou a ênfase sul-americana com uma política voltada para o conjunto do sistema internacional e que agiu sempre a serviço do que entendia serem os melhores interesses do Brasil, que procuramos, há cem anos, conceber e implementar nossa política externa.

Os tempos mudaram muito desde que Rio Branco chefiou o Itamaraty. O mundo mudou e o Brasil mudou.

Mas suas opções básicas – a América do Sul e a interação com as dinâmicas de tendência global –, estas guardam atualidade.



Guarda atualidade sua atitude de procurar catalisar movimentos de cooperação na região e, ao mesmo tempo, de compreender adequadamente as transformações em curso no cenário global e a elas reagir de modo a melhor posicionar o Brasil.

Em exercício especulativo, creio que Rio Branco veria com bons olhos a União das Nações Sul-Americanas, a UNASUL, assim como o empenho brasileiro em foros como o IBAS e os BRICS.

Rio Branco entenderia como, a nossa maneira, e um século depois, continuamos a privilegiar o entorno sul-americano e a buscar oportunidades abertas por um mundo em processo de aceleradas transformações.

É por isso que afirmei, na cerimônia em que lançamos, no Itamaraty, o ano de celebrações alusivas ao centenário do Barão, que, em certo sentido, podemos nos situar no mesmo espírito que o inspirou: precisamos ser cada vez mais sul-americanos e cada vez mais sintonizados com o momento vivido pelo conjunto da comunidade das nações.

Mais ancorados em nossa região e mais multipolares.

Com tudo o que isso implica em termos de conhecimento das realidades econômicas, políticas e culturais de nossa vizinhança e de um cenário global cambiante.

Com tudo o que isso implica, também, para as crescentes responsabilidades que assumimos no plano internacional.

Tornamo-nos a sexta maior economia do mundo. Avançamos em matéria de justiça social. Aprendemos que boas políticas de distribuição de renda, além de um imperativo ético, são também boa política econômica. Progredimos rumo a uma consciência ambiental cada vez mais arraigada.

Sem subestimar as dificuldades que persistem, nos projetamos no mundo, em muitos casos, pela força do exemplo.

O desafio que hoje enfrentamos, sob a firme liderança da presidenta Dilma Rousseff, é o de saber valer-nos das oportunidades que essas circunstâncias nos oferecem para promover nossos valores e interesses e, ao mesmo tempo, aportar nossa contribuição para um sistema internacional em que prevaleça a cooperação. Um sistema internacional com mecanismos de governança mais representativos e, portanto, mais legítimos e eficazes.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores,

Política externa, como sabemos, não se faz no vazio, mas a par-



tir das possibilidades abertas pelo sistema internacional e também das condições objetivas internas do país que representamos.

Um ponto que merece ser lembrado é que a jovem República brasileira, no tempo do barão chanceler, era um país de meios modestos, com o que seria um PIB *per capita* inferior ao de vários vizinhos na América Latina.

O êxito do Barão, quando temos presente essa perspectiva, torna-se ainda mais admirável.

É esse estadista extraordinariamente eficaz que recordamos hoje.

E é apropriado que o façamos nesta casa, que reúne os representantes do povo do estado de São Paulo.

Porque Rio Branco, embora nascido no Rio de Janeiro, teve o seu lado paulista e paulistano. E, embora diplomata, teve também sua experiência parlamentar.

São Paulo teve especial importância na trajetória de Rio Branco.

Foi na já então respeitada Faculdade de Direito do Largo do São Francisco – cujo diretor, professor Antonio Magalhães Gomes Filho, nos honra com sua presença – que o jovem Juca Paranhos cursou a maior parte de sua graduação.

Digo a maior parte porque seu pai, o visconde do Rio Branco, acabou decidindo enviá-lo a Recife para concluir seus estudos.

Comenta-se que o Visconde, com o cuidado de pai, considerava – já naquela época! – que São Paulo oferecia excessivas distrações para o jovem Juca, distrações que poderiam perturbar sua rotina de estudante.

E o velho Visconde, ainda que talvez excessivamente zeloso, tinha lá suas razões.

Juca Paranhos, como tantos outros estudantes em São Paulo, se instalou numa república de jovens.

E foi em São Paulo que começou a construir para si uma reputação que o acompanharia, de algum modo, até o fim da vida: a de amante da boa mesa, dos bailes, dos saraus.

Ao graduar-se em Recife, José Maria da Silva Paranhos Junior decidiu lançar-se candidato a deputado pela então província do Mato Grosso.

Eleito, cumpre reconhecer, demonstrou pouco interesse e mesmo certa resistência a dedicar-se ao dia-a-dia do debate parlamentar.

Mas não se intimidou. Foi ao encontro de sua vocação. Continuou a aprofundar seus conhecimentos de história e geografia.

Licenciou-se para acompanhar o pai nas negociações que se se-



guiram à Guerra do Paraguai. E o que aprendeu nas tratativas na Bacia do Prata contribuiria para o desempenho, mais adiante, de suas complexas missões diplomáticas.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores,

Se ressaltar aqui a dimensão humana de Rio Branco, é para afastá-lo da “mitificação” que tantas vezes tem pesado sobre seu nome ao longo dos últimos cem anos.

A monumentalização de Rio Branco, até certo ponto compreensível, acaba, paradoxalmente, por turvar a compreensão do seu real significado para o Brasil.

O exemplo e a obra do Barão são suficientemente eloquentes.

Está aí um personagem cuja memória, para permanecer relevante, prescinde de qualquer tentativa de idealização.

Mais do que patrono da diplomacia brasileira, um homem público que serviu, de maneira exemplar, ao Estado brasileiro, para além de interesses localizados.

Reitero, assim, a satisfação com que participo desta sessão alusiva ao centenário do chanceler, que se referia a São Paulo como o lugar em que passara alguns dos melhores anos de sua vida, e à Faculdade de Direito do Largo do São Francisco como sua *alma mater*.

Sinto-me privilegiado de poder unir-me aos Senhores nesta bela homenagem.

Muito obrigado.

São Paulo, 2 de abril de 2012.



O Barão do Rio Branco como historiador

Luís Cláudio Villafañe G. Santos*

Introdução

O primeiro trabalho de fôlego do jovem José Maria da Silva Paranhos Junior como historiador foi uma pequena biografia de José de Abreu Mena Barreto (1771-1827), o barão de Cerro Largo, escrita em 1865.¹ Paranhos, então com 20 anos de idade, cursava a faculdade de Direito, mas já dirigia seus interesses para a História. Na verdade, antes disso, havia publicado na revista do grêmio estudantil, sob o pseudônimo de “X”, um pequeno ensaio, intitulado “Episódios da Guerra do Prata”. Se este artigo no folhetim estudantil tinha lacunas, Paranhos escreveu uma sólida biografia de Mena Barreto, um militar gaúcho que combateu em todas as campanhas das tropas portuguesas e, depois, brasileiras, de 1801 a 1827, no que hoje é o Uruguai e morreu na batalha de Passo do Rosário, em 20 de fevereiro de 1827. Viana Filho comenta sobre este trabalho que, “seguramente informado de seu assunto, senhor de copiosa documentação, o autor, ao narrar os feitos do biografado, ia pondo as coisas em seus lugares”. Acrescenta Viana Filho que Paranhos “não se eximiu sequer de apontar alguns erros de Varnhagen e Pereira da Silva, na ocasião os mais reputados historiadores do Brasil”.²

Ao contrário de Oliveira Lima, Paranhos não teve uma educação acadêmica como historiador. Cursou Direito, iniciando os estudos em São Paulo e, como era comum na época, os concluindo no Recife.

* Historiador e diplomata. Autor de vários livros sobre a história da política externa brasileira, entre os quais, *O dia em que adiaram o carnaval* (São Paulo: UNESP, 2010). Texto publicado em: *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, fase VII, ano XVIII, n. 69, p. 11-44, out.-dez. 2011.

1 Em novembro de 1866, Paranhos Júnior foi proposto para membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. No ano seguinte, com apenas 22 anos, ele foi aceito, tendo apresentado para sua admissão seu “Esboço Biográfico do General José de Abreu, Barão do Cerro Largo”, publicado em 1868 na *Revista do IHGB*, vol. XXXI, parte segunda, p. 62-135, 3º trimestre. O trabalho de Rio Branco pode ser lido, ainda hoje, no sítio da revista. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/rihgb.php>>. Acesso em: 9 out. 2012.

2 VIANA FILHO, Luís. *A vida do Barão do Rio Branco*. 8. ed. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008. p. 34.



Nessa cidade, ele começou a unir aos estudos de História uma outra vocação que o acompanharia por toda a vida, ainda que ambas tenham acabado obscurecidas por seu sucesso estrondoso como diplomata e estadista. Sua inteligência banhada de luz tinha, desde cedo, muitas facetas. Em Pernambuco, começou a auxiliar o monsenhor Pinto de Campos na edição do hebdomadário *O Vinte Cinco de Março*, que nessa época publicou, em partes, um longo ensaio de nome “Estudo sobre a política do Brasil no Prata”, cuja autoria certamente foi do futuro barão. Essa atividade jornalística, engajada na defesa da visão brasileira sobre a guerra, extravasava as fronteiras nacionais e o jovem Paranhos colaborou também na imprensa europeia. Ele enviou informações, artigos e, mesmo, desenhos sobre a guerra do Paraguai para revista francesa *L'Illustration*.

Depois, como deputado e já tendo participado como secretário de seu pai em duas missões diplomáticas no Prata, em 1873, Paranhos assumiu junto com seu amigo jornalista Gusmão Lobo a direção do jornal *A Nação*, porta-voz da opinião do Partido Conservador, ao qual ele pertencia. Os dois mantiveram-se à frente do jornal até 1875, época em que Paranhos dedicou-se também a anotar e criticar o livro publicado por L. Schneider, *A Guerra da Tríplice Aliança contra o governo da República do Paraguai*, que trazia uma versão antibrasileira e permeada de erros. Em pouco tempo, antes de sair do Brasil em 1876, havia impresso dois volumes de sua edição comentada, e faltava apenas o terceiro³. Depois, em 1891, Rio Branco voltaria a escrever regularmente na imprensa, no *Jornal do Brasil*, de seu amigo Rodolfo Dantas. Nele, o então já barão do Rio Branco manteve uma coluna regular, “Efemérides Brasileiras”, pequenos artigos que comentavam fatos históricos que aniversariavam na data em que saíam publicados os comentários.

Essa indissociação entre o historiador, o jornalista, o publicista e o agente político é, desde logo, uma das marcas de Rio Branco. Mas, vale dizer, trata-se também de uma característica de seu contexto histórico. Como relembra Alonso,⁴ no “Brasil da segunda metade do XIX

3 Essa situação assim permaneceu, pois na bibliografia do *D. Pedro II, Imperador do Brasil*, de 1889, consta a observação de que a obra de Schneider estava “anotada por J. M. da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco. 1º e 2º volumes, Rio de Janeiro, 1875-1876; 3º volume, Paris, 1889. Esta tradução ainda não foi terminada”. Luís Viana Filho (op. cit., p. 200, nota 12) afirma que se concluiu a impressão do terceiro volume, mas que “dele não se conhece um só exemplar”. Para ele, trata-se de “um dos enigmas da bibliografia brasileira”.

4 ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 30.



não havia um grupo social cuja atividade exclusiva fosse a produção intelectual”. Inexistia, portanto, uma separação clara entre o campo intelectual, cultural e a política. Mesmo na Europa essa especialização era um processo ainda em curso e, no Brasil, essa separação só vai deslanchar com a expansão do sistema universitário, já bem avançado o século XX.

A atuação parlamentar do jovem Paranhos foi discreta, ainda que tendo exercido duas legislaturas como deputado e uma delas ao tempo em que seu pai era o presidente do Conselho de Ministros. Mais do que discreta, portanto, pode-se mesmo dizer apagada, nas circunstâncias. No entanto, sua atividade intelectual, como historiador, publicista e jornalista, teve bastante mais solidez. Na verdade, sua trajetória política e diplomática só começará a ganhar relevo depois de ter sido escolhido, em 1893, para substituir o advogado indicado originalmente para defender a causa brasileira na arbitragem sobre a região de Palmas, Aguiar de Andrade. Oliveira Lima⁵ atribuiu essa escolha a uma sugestão de Joaquim Nabuco, por meio do conselheiro Dantas. Já Raul do Rio Branco⁶ informou ter sido uma indicação do ministro em Londres, João Arthur Sousa Correia. De onde quer que tenha partido a feliz indicação, a decisão final certamente coube ao então presidente, Floriano Peixoto.

Parece algo surpreendente que Floriano se tenha fixado em Rio Branco, um monarquista convicto, em tempos de jacobinismo republicano. Quando era ainda major, o presidente havia conhecido Paranhos, quando Juca acompanhou seu pai em sua missão diplomática no Prata. Ademais, no governo de Deodoro da Fonseca, Paranhos havia enviado a Floriano, então ministro da Guerra, seus comentários sobre o livro de Schneider.⁷ A erudição já notória de Paranhos, sua capacidade como historiador e intelectual, certamente jogou um papel transcendente nessa escolha, que vai ser a chave para a posterior carreira do Barão. Assim, pode-se dizer que o historiador precedeu e, de certa forma, criou o diplomata brilhante e o estadista.

5 OLIVEIRA LIMA, Manuel de. *Memórias: estas minhas reminiscências...* Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1937. p. 184.

6 RIO BRANCO, Raul do. *Reminiscências do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1942. p. 146.

7 Luís Viana Filho (op. cit., p. 200) relata que, “por intermédio de Homem de Melo, chegou até a remeter, em junho [de 1891], um exemplar ao gen. Floriano Peixoto, ministro da Guerra, cuja figura misteriosa começava a crescer entre os republicanos. Rio Branco o conhecera ao tempo do Paraguai, quando, não passando de um obscuro major, tivera a oportunidade de prestar-lhe pequenos obséquios”.



Aliás, as duas defesas apresentadas nas arbitragens dos litígios com a Argentina e com a França, bem como seus subsídios para a arbitragem do Pirara, são documentos de grande densidade histórica. O diplomata, o advogado e o historiador confundem-se nessas argumentações, que se iriam traduzir em grandes vitórias diplomáticas nos casos de Palmas e da Guiana Francesa.

Depois, já como chanceler, Rio Branco escreveria diversos artigos, comentários e discursos, alguns como ministro das Relações Exteriores, outros sob pseudônimos diversos. Nesses textos, seu ponto de vista é quase sempre defendido e sustentado com forte base histórica. Assim, vai firmar-se no Brasil uma tradição, que persiste de certa forma até hoje, de envolver o discurso sobre a política externa em bases históricas, ao realçar (ou mesmo inventar) continuidades e processos evolutivos. Em alguma medida, é inevitável que o discurso de política externa – e o discurso político de forma geral – utilize-se de argumentos históricos. São poucos os momentos, ainda que os haja, em que se propõe que a política e a história estejam começando *ab ovo*. Mesmo os discursos que buscam se legitimar pela ruptura, como caminho para a superação de uma situação mostrada como injusta, prendem-se a uma análise sobre uma história anterior.

Rio Branco era, em termos políticos, um conservador, mas não um reacionário. Viveu, intensamente e de forma muito próxima, a tentativa comandada por seu pai de reforma conservadora da ordem saquarema⁸ durante o gabinete Rio Branco (1871 a 1875). Favorável à abolição, parecia preferir sua extinção progressiva, no espírito da Lei do Ventre Livre, obtida por seu pai.⁹ Dentro do espírito saquarema, preservava a memória das lutas e a percepção de desordem e de risco vivida

8 MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

9 Álvaro Lins comenta: “Abolicionista ele o era com certeza, desde os tempos acadêmicos, desde a época do gabinete de 7 de março, como colaborador do pai, mas achava que fora incompleta e precipitada a solução do problema nos termos lacônicos da Lei de 13 de maio [de 1888]. Ao seu temperamento conservador, as mudanças radicais pareciam sempre germes de reação ou revolução, e por isso julgava mais sábia a Lei de 28 de setembro [de 1871], pelo que continha de prudência e objetividade. Por que não se fala, em toda essa campanha de princípio de [18]88, no problema da indenização dos proprietários? Que providências vai tomar o Estado para fazer a integração dos escravos na sociedade livre pela educação e pelo trabalho? Era o que ele indagava ao pensar que o direito da escravidão era um direito imoral, mas contudo em vigência na legislação brasileira. *A lei de 13 de maio tomou assim aos seus olhos o caráter de medida generosa e nobre, sob o ponto de vista humano, mas de erro sob o ponto de vista social e político.*” (LINS, Álvaro. *Rio Branco*. Biografia. São Paulo: Alfa-Ômega; Brasília: FUNAG, 1996. p. 155-156. Grifo nosso).



durante as regências e abominava o federalismo, sentimento que não superou, mesmo depois de proclamada a República. Em grande medida, seu sucesso no novo regime espelhou a superação do jacobinismo da etapa inicial. O Barão foi incomparável como chanceler da “república dos conselheiros”, inaugurada após Afonso Pena, mas é mais difícil imaginá-lo no torvelinho dos anos de Floriano, por exemplo.

A obra historiográfica

O trabalho de Rio Branco como historiador propriamente dito, ainda que indissociavelmente amarrado a suas convicções e projetos políticos, encerrou-se quando ele aceitou sua nomeação como ministro das Relações Exteriores. Um dos argumentos esgrimidos para não aceitar o cargo, inclusive, foi seu desejo de publicar seus sonhados trabalhos sobre a história militar e diplomática do Brasil,¹⁰ que acabaram não sendo escritos. Uma perda para a historiografia brasileira, não há nenhuma dúvida, mas certamente compensada pela obra do diplomata e estadista. A partir daí, em todas as suas manifestações – ainda que os argumentos históricos estejam presentes, ainda que sob pseudônimo –, é a voz do estadista que se escuta mais forte.¹¹

Portanto, para entender a visão de Rio Branco como historiador, o foco deve estar em três obras, todas escritas no correr de 1888 e 1889, que consolidaram sua fama como erudito e conhecedor da história do Brasil. O contexto específico merece ser realçado. Por essa época, Paranhos se viu, finalmente, plenamente reconciliado com d. Pedro II, a quem tinha acompanhado no trajeto entre o Brasil e a Europa na última viagem do Imperador antes de seu exílio. Os conservadores haviam voltado ao poder desde 1885 e, em março de 1888, inclusive, um velho amigo seu e discípulo político do visconde do Rio Branco, o conselheiro João Alfredo Correa de Oliveira assumiu a chefia do Conselho de Ministros. Logo em seguida à proclamação da Lei Áurea, Paranhos recebeu o título de barão do Rio Branco.

Por um lado, estava superado o relativo distanciamento do po-

10 Paranhos tinha planos de escrever uma História da guerra do Paraguai, em francês, nos moldes do *História da guerra do Pacífico*, de Barros Arana, que dava a versão chilena daquela guerra. Depois disso, viria a projetada *História militar e diplomática no Rio da Prata*, desde a fundação de Colônia até a separação da Cisplatina em 1828.

11 O que, em si, não invalida a análise das proposições de seu discurso em termos conceituais, vale dizer.



der a que esteve condenado por sua relação com Marie Stevens, com quem só se casaria formalmente em 1889. Por outro, no entanto, essa reconciliação vinha em um momento em que a Monarquia já estava claramente em crise. A escravidão praticamente desmoronou por si e o ato assinado a 13 de maio apenas deu um golpe de graça na terrível instituição, já moribunda. Custou, no entanto, o apoio dos setores mais reacionários, sem produzir o efeito desejado de dar à princesa – e, portanto, à continuidade da dinastia – o reconhecimento dos amplos setores que lutavam por modernizações, entre as quais (mas, é necessário frisar, não apenas) o fim do trabalho escravo.

O Imperador havia chegado a receber a extrema-unção no início de 1888, em sua viagem à Europa para tratamento de saúde, mas recuperou-se e voltou ao Brasil. De todo modo, não escapava a ninguém a possibilidade de que não resistisse a nova crise. A continuidade da Monarquia dependia, portanto, do carisma de uma princesa casada com um estrangeiro, a quem se quis popularizar no comando das tropas na Guerra do Paraguai, depois do conflito já ter sido declarado terminado por Caxias. O jubileu do reinado de d. Pedro, em 1890, seria, portanto, uma grande ocasião para celebrar o Imperador e mostrar à população as virtudes da Monarquia, do velho Imperador, da jovem princesa e, se possível, até de seu príncipe consorte.

Paranhos, um fervoroso monarquista, participou com empenho nesse esforço para combater o progressivo descrédito da Monarquia, em um momento em que sua situação pessoal junto ao regime mostrava-se especialmente promissora. Assim, aceitou prontamente a oferta de Émile Levasseur para colaborar na elaboração do verbete relativo ao Brasil na *Grande Encyclopédie*. Ademais de Rio Branco, também participaram da obra o visconde de Ourém,¹² Eduardo Prado, Henri Gorceix, Paul Maury, E. Trousserat e Zaborwski. O trabalho também foi publicado em uma separata, sob o título de *Le Brésil*, sob os auspícios da Comissão Franco-Brasileira para a Exposição Universal de Paris de 1889. Essa edição esgotou-se antes mesmo do encerramento da exposição e uma nova edição foi impressa. Nesse esforço, Rio Branco, segundo a apresentação de Levasseur à primeira edição da separata:

(...) não é somente o autor dos capítulos sobre a história, a imprensa, as belas-artes e da maior parte do capítulo de antropologia, mas pelas pesquisas de erudição a que se dedicou, com numerosas notas que redi-

12 José Carlos de Almeida Arcias (1825-1892).



giu, e pela correção que fez, diversas vezes, nas provas, tem uma grande participação também na composição de toda esta obra.¹³

Também para a Exposição Universal de Paris, a Comissão Franco-Brasileira patrocinou a publicação do livro *Le Brésil en 1889*, coordenado pelo jornalista e historiador Frederico José de Santana Nery,¹⁴ para o qual Rio Branco escreveu o capítulo sobre a história do Brasil, que acabou sendo publicado também em separata sob o título *Esquisse de l'histoire du Brésil*. Da obra de Santana Nery participaram também, além de Paranhos e de Santana Nery, vários outros autores (Ladislau Neto, MacDowell, Leitão da Cunha, Eduardo Prado, Ferreira de Araújo, Gorceix, Fávila Nunes, Barão de Tefé).

O *Esboço da história do Brasil* foi, segundo Rio Branco, preparado em pouco mais de 15 dias. A despeito da extensão razoável do trabalho e de sua grande qualidade, é bastante plausível que a redação do trabalho tenha sido feita em espaço tão curto de tempo. O Barão tinha por método dedicar-se a extensas e aparentemente desordenadas pesquisas, preparar notas dispersas sobre os temas mais variados e deixar a redação final de seus textos já para perto do prazo final, um pouco à maneira dos jornalistas espremidos pela pressão do prazo de fechamento da edição. Assim foi, também, com as defesas que preparou para as duas arbitragens em que foi o advogado brasileiro. Ademais, o *Esboço* aproveita generosamente as ideias e, mesmo, trechos inteiros do capítulo sobre história do Brasil da *Grande Encyclopédie*. Assim, o *Esboço* basicamente ampliou e detalhou a pesquisa feita para a *Encyclopédie*.

Um caso bastante distinto foi, no entanto, a biografia de d. Pedro II, assinada por Benjamin Mossé, grande rabino de Avignon. O livro foi encomendado a Mossé pelo camarista do Imperador, conde de Nioac. O rabino era então um escritor de algum renome na França, o que facilitaria a divulgação e daria maior credibilidade à obra. Uma boa biografia, em francês, a língua internacional de então, seria um meio inestimável de divulgação da monarquia brasileira no exterior e, certamente, também repercutiria favoravelmente no Brasil. A dificuldade imposta pelo pouco conhecimento que Mossé tinha do Brasil e de seu biografado foi contornada por Nioac, com a solicitação a Rio Branco para que “auxiliasse” Mossé na redação do livro. A qualidade e o detalhamento das informações, especialmente as relativas aos temas

13 LEVASSEUR, Émile et al. *O Brasil*. Rio de Janeiro: Letras & Expressões, 2001. p. 10.

14 Barão de Santa Anna Néry (1848-1901).



diplomáticos e militares, deixam claro que Paranhos foi “o verdadeiro autor desse livro”,¹⁵ fato reconhecido pelo próprio Mossé¹⁶.

Com alguma malícia, Viana Filho comenta que a parceria se desenvolveu em “perfeito entendimento, pois, enquanto um se preocupava com os proventos que devia perceber, o outro se comprazia em divulgar as próprias ideias”.¹⁷ O Barão, em correspondência pessoal, deixou bem claro o grau de liberdade que teve na preparação desse texto. Ao referir-se a Mossé, ele esclarece que “o homem é, pois, um testa-de-ferro de que me servi para dizer à nossa gente o que penso com mais liberdade, e não ficar com a fama de incensador de poderosos”.¹⁸ Sua pluma estava, certamente, muito mais livre do que nos dois outros trabalhos dessa época. Em primeiro lugar, não estava submetido à rigidez do formato exigido para textos que vão compor verbetes de enciclopédias ou folhetins de divulgação em uma exposição internacional. Ademais, no caso da *Grande Encyclopédie*, Rio Branco reconhece que Levasseur tinha “a *haute-main* em tudo” e não deixava de modificar, cortar e emendar os textos a ele submetidos. Mas Paranhos resistia. Ele conta que, em alguns casos, reescreveu alguns trechos “mais de dez vezes”, pois só assim pôde “restabelecer o que escrevi e evitar asneiras”.¹⁹

D. Pedro II, Imperador do Brasil pode ser considerado, portanto, a melhor expressão do pensamento de Rio Branco como historiador, mas, como se verá, também como publicista. O livro revela muito claramente o posicionamento do Barão frente à conjuntura política brasileira do Brasil imediatamente após a abolição. Essa obra será analisada em conjunto com os textos da *Grande Encyclopédie* e o *Esboço da história do Brasil*, mas, pelas razões já apontadas, o foco estará na biografia do Imperador. Como os dois textos anteriores, o *D. Pedro II* foi escrito, primordialmente, para o público francês e, neste caso, em tese, por um francês – Mossé. Assim, além de, quando fala da França, referir-se à “nossa” pátria e outras formas similares, há uma grande ênfase nas relações entre o Brasil e a França e algumas comparações entre os dois

15 VIANA FILHO, op. cit., p. 173.

16 Em carta de Mossé a Rio Branco, cujo original está preservado no Arquivo Histórico do Itamaraty (Coleção do Barão do Rio Branco. Lata 831, maço 2, pasta 21), pode-se ler: “vous constituant le véritable auteur de ce livre”.

17 VIANA FILHO, op. cit., p. 169. Mossé, ademais, esperava ganhar pontos “junto das principais autoridades do judaísmo francês” (p. 173), pois d. Pedro II dedicava-se aos estudos judaicos e, inclusive, dominava o hebraico, sendo, portanto, de se destacar o caso de um soberano católico que se mostrava tão aberto e tolerante.

18 VIANA FILHO, op. cit., p. 169.

19 Ibidem, p. 174.



países, além da conversão de valores para francos franceses e outros pequenos detalhes deste gênero.

O *Esboço*²⁰ repete longos trechos do texto publicado na *Enciclopédia*,²¹ mas muitas vezes acrescidos de notas explicativas que não estão presentes na *Enciclopédia*, inclusive pelo estilo adotado nesta última. Nessas notas, Rio Branco mostra estar corrigindo informações publicadas em outras obras, brasileiras e estrangeiras, e contradiz e emenda muitas informações dadas por Varnhagen e pelo francês Paul Gaffarel,²² entre outros. Esse esforço de retificar informações de outros autores, além de mostrar a erudição de Rio Branco, serve para combater ou reforçar posições em temas sob discussão, como os limites do Amapá com a Guiana Francesa, ainda não definidos naquele momento. Assim, o Barão regozija-se de ter incluído na *Enciclopédia* argumentos favoráveis à posição brasileira endossados pelo francês Levasseur.

O foco de Rio Branco está claramente na história política. Verifica-se, por exemplo, que dos 16 capítulos do *Esboço*, apenas um, “O comércio do Brasil nos séculos XVI, XVII e XVIII”, de duas páginas, é claramente dedicado a temas econômicos. Um historiador ao estilo de Varnhagen, o Barão traz em seus relatos abundante informação factual, mas análises não muito extensas, o que também se explica pelo objetivo a que estavam dirigidos seus textos, em especial, os da *Enciclopédia* e do *Esboço*. O *D. Pedro II*, como veremos, é um caso um pouco diferente. Em todo caso, há sempre algumas interpretações importantes.

No caso da gênese do sistema de partidos do Segundo Reinado, por exemplo, o tema é bem desenvolvido e chega a uma conclusão que se repetirá, nos três textos estudados: “A partir de 1836, a história política do Brasil se resume na luta entre os dois grandes partidos cons-

20 RIO BRANCO, Barão do (José Maria da Silva Paranhos Júnior). *Esboço da História do Brasil*. Brasília: FUNAG, 1992.

21 LEVASSEUR, Émile. et al. *O Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Letras & Expressões, 2001.

22 O livro de Gaffarel, *Histoire du Brésil français au seizième siècle* (Paris: Maisonneuve et Libraires, 1878), insere-se no contexto de um debate, não por simples acaso travado na época dos imperialismos do século XIX, sobre a precedência da descoberta do Brasil. Ao lado das pretensões portuguesas e espanholas, começaram a aparecer também “pretensões francesas”. Gaffarel defende que Jean Cousin teria antecedido Cabral e mesmo Colombo, ao aportar em terras brasileiras em 1488. Rio Branco simplesmente ignora essa hipótese (que já havia sido refutada por Capistrano de Abreu), não dando margem para o debate, mas dedica-se a corrigir outros erros no livro citado do autor francês, o que serve para, de certo modo, desqualificar a obra como um todo.



titucionais, o Conservador e o Liberal”.²³ Note-se que, publicada em 1889, essa conclusão parece ignorar a existência do Partido Republicano, fundado em 1870 e que já contava com (poucos, é verdade) deputados na Câmara. A afirmação pode induzir o leitor à ideia de que o Partido Republicano não seria “constitucional”, o que, a rigor, não era verdade. Do mesmo modo, evidentemente, reduzir a “história política do Brasil” desde 1836 à disputa entre os dois partidos é a tentativa de projetar uma imagem da política brasileira centrada na disputa bastante “cavalheiresca” e “civilizada” dos debates nos espaços privilegiados do parlamento na corte carioca, longe da violência e do mandonismo dos senhores regionais e das lutas das classes subalternas.

Do mesmo modo, tanto a seção sobre história do Brasil da *Enciclopédia* (p. 68) como o Esboço concluem, praticamente, com as mesmas palavras, em que Rio Branco faz um balanço do reinado de Pedro II com um claro sabor de celebração e de consolidação dessa imagem de progresso e civilização, em contraste com a desordem projetada nos anos das regências:

Nos últimos quarenta anos, pacificado no interior, o Brasil fez grandes esforços, sob a direção do Imperador Dom Pedro II, para difundir a instrução, melhorar o nível do ensino, para desenvolver a agricultura, a indústria e o comércio, tirando partido das riquezas naturais do solo pela construção de ferrovias, o estabelecimento de linhas de navegação e a concessão de estímulos aos imigrantes. Os resultados obtidos, depois de encerrado o período revolucionário, são já consideráveis. Em nenhuma parte do continente americano, salvo nos Estados Unidos e no Canadá, a marcha do progresso tem sido mais firme e mais rápida.²⁴

Nos dois casos, o objetivo explícito dos textos é projetar uma imagem positiva do Brasil e da Monarquia para as audiências europeias, seja por meio do prestígio da *Grande Encyclopédie*, seja na Exposição Universal de Paris. A imagem que se desejava fixar era de um país moderno, de grande potencial econômico, com terras férteis e d. Pedro I, por sua vez, “era porém, jovem, ardoroso, e inexperiente” e os

23 Ver página 111 do *Esboço*. Na *Enciclopédia* (p. 65), o texto é quase idêntico. No *D. Pedro II*, a redação dada é bastante diferente (p. 38): “Depois disto, até os nossos dias, como na Inglaterra os *tories* e os *whigs*, liberais e conservadores se alternaram no poder”. As referências ao partidos Conservador e Liberal como os “grandes partidos constitucionais” também existe, mas está em outro contexto.

24 RIO BRANCO, op. cit., 1992, p. 131.



adversários do Imperador “eram também inexperientes como ele na prática do regime parlamentar”.²⁵ O tratamento dado à d. Pedro I é, naturalmente, cuidadoso e apoiou-se em Saint-Hilaire para definir o fundador da dinastia brasileira:

D. Pedro I – escreveu nosso sábio compatriota [de Mossé] Augusto de Saint-Hilaire – deixou o Brasil a 13 de abril de 1831. Fez ingratos e talvez seja lamentado por isso. O que mais o prejudicou foi ter nascido na Europa e conservar para com os seus compatriotas uma inclinação muito natural, sem dúvida, mas que devia sacrificar a seus súditos americanos. Foi mal assistido. A experiência e a instrução sempre lhe faltaram, algumas vezes, a energia. Mas a boa vontade não o desamparou jamais.²⁶

Talvez, para contrabalançar essa dura análise de Saint-Hilaire, Rio Branco termina seu capítulo sobre o Primeiro Reinado com uma nota claramente alegre sobre o pai de Pedro II: “Foi rei, foi rei... mas rei da liberdade!” – disse de d. Pedro I, um dos mais afamados poetas do Brasil”.²⁷

Um dos temas caros à historiografia do Segundo Reinado e um dos pilares ideológicos da ordem saquarema estará muito presente nos textos de Rio Branco: a desordem e os riscos de desintegração do Império durante as regências. Em suas palavras, o período “mais agitado de sua história, o mais perigoso para a vida nacional”.²⁸ A preservação da integridade territorial estava na base desse discurso sobre a nacionalidade, que confundia nação e território:

Se a energia patriótica de alguns homens de Estado, sustentada pelo devotamento da grande maioria da nação, não o tivesse preservado de um golpe homicida, teria o Império se fracionado em diversas repúblicas rivais, sem força e sem prestígio. Outro mal sério para a unidade era a indisciplina das tropas, resultado da ignorância e dos maus exemplos de alguns chefes militares.²⁹

Nessa visão, as revoltas – como no Pará (1835), que começou

25 MOSSÉ, Benjamin. *D. Pedro II, Imperador do Brasil*. São Paulo: Edições Cultura Brasileira, 1890. p. 23).

26 MOSSÉ, op. cit., p. 24-25.

27 Ibidem, p. 26.

28 MOSSÉ, op. cit., p. 32.

29 Ibidem, p. 33.



“pelo assassinato e o saque”, com “atos de banditismo e ferocidade”, e no Maranhão (1838-1841), que “teve o mesmo aspecto selvagem e a mesma crueldade”³⁰ – eram equacionadas com a ação descontrolada e sem maior sentido de alguns.

Outros movimentos, como na Bahia (1837-38) e no Rio Grande do Sul (1835-45), foram qualificados por Rio Branco como “revoluções políticas, republicanas e separatistas”. Este era o maior risco, a situação indesejável que aproximaria o Brasil dos vizinhos hispano-americanos: “o federalismo degenerava em separatismo, no Brasil como em toda a América espanhola, do golfo do México ao Prata, com exceção do Chile e do Paraguai”.³¹

A experiência compartilhada pelos construtores da ordem saquarema do “despotismo” do Primeiro Reinado e da “anarquia” das regências moldou as representações que os ideólogos da monarquia brasileira dela faziam. “Ainda que reduzida à cabeça do regime, às regiões economicamente mais importantes e aos postos chave do poder central, a ordem imperial prezava-se superior à ‘desordem’”³² que a antecederia. Em contraste, consolidou-se uma cultura política que abominava as mudanças, concordando apenas com as reformas que fossem consideradas inevitáveis, mas sempre executadas de forma prudente, lenta, moderada e consensual, sendo esse consenso naturalmente entendido como a anuência de um restrito círculo de políticos e oligarcas. A discussão de eventuais mudanças devia ser mantida nos estreitos limites das instituições-chave do Império: o ministério, as duas câmaras (mas, principalmente, o Senado vitalício) e o Conselho de Estado.

Desde o início com uma visão centrada na dinâmica parlamentar, até como um elemento que aproximava o Brasil dos países “civilizados”, ao comentar a vida política do período regencial, Rio Branco fará breves comentários sobre os partidos do Primeiro Reinado (Liberal Moderado, Liberal Exaltado e Restaurador) e apresentará o Ato Adicional como produto de “todas as concessões razoáveis” dos moderados.³³ Projetando no passado um debate que era crucial no momento em que escrevia, Rio Branco dará grande ênfase ao “bom senso” demonstrado ao não terem as reformas descentralizadoras, consubstanciadas no Ato Adicional, permitido a eleição dos presidentes das províncias, que continuaram a ser indicados pelo Rio de Janeiro.

30 MOSSÉ, op. cit., p. 34.

31 MOSSÉ, op. cit., p. 35.

32 ALONSO, op. cit., p. 55-56.

33 MOSSÉ, op. cit., p. 37.



A importância do tema se reflete não só no fato de estar discutido nos três textos publicados em 1889. No *D. Pedro II*, há uma extensa nota,³⁴ em que ele expressa, sem rodeios e atribuindo diretamente a si, e não a Mossé, sua opinião sobre essa questão, um tema candente em 1889. Trata-se de uma longa nota de rodapé, mas que merece ser citada na íntegra:

Em *Le Brésil* (monografia já citada) lemos com prazer a passagem seguinte do capítulo “Histoire”, com a assinatura do barão do Rio Branco e de E. Levasseur: “Para satisfazer aos liberais monarquistas, partidários da autonomia provincial, foram votadas, em 1834, reformas constitucionais (Ato Adicional). Os federalistas pediram então que os presidentes de províncias fossem eletivos ou escolhidos pelo governo central mediante listas apresentadas pelas assembleias provinciais. Mas a maioria teve o bom senso de repelir (12 de julho) as propostas que quebrariam a unidade nacional e se tornariam a causa de lutas semelhantes àquelas que têm entravado o progresso de muitos estados hispano-americanos”. Expressamos ao barão do Rio Branco o desejo de conhecer sua opinião sobre esta questão de autonomia provincial. A seleção de cadeiras feitas a partir de listas apresentadas pelas províncias, nos disse o sr. Rio Branco, tem ainda mais inconvenientes do que a eleição desses funcionários. Primeiro, a lista pode ser composta por nomes que não merecem a confiança do governo central. Em segundo lugar, aqueles que não são nomeados, muito provavelmente, se tornarão adversários e desafetos da autoridade central nas províncias, com grande prejuízo para a unidade nacional. Os presidentes eleitos certamente criarão conflitos entre o governo central e governos provinciais. Cada presidente, homem de partido, não garantiria a oposição e sempre prepararia a eleição do seu sucessor. A oposição teria apenas um meio de vencer: seria pela revolta. O barão do Rio Branco louva muito a autonomia provincial, mas entende que ela já existe nas províncias mais ricas e populadas, sendo sobretudo a organização federal das possessões inglesas o que conviria imitar e que isto se pode fazer nos limites do Ato Adicional. Em sua

34 As notas de rodapé do *D. Pedro II* são especialmente interessantes para a compreensão das ideias e objetivos de Rio Branco. Nelas, ele elogia seus amigos, ressalta as qualidades e atos de pessoas (como a condessa de Barral) queridas de d. Pedro, seu “leitor privilegiado”, e transmite diversos recados: a febre amarela não seria tão severa como se dizia na Europa, a cafeína (e o café, principal produto de exportação) teria, inclusive, qualidades medicinais, etc. Mais importante, essas notas são, em muitos casos, onde suas opiniões políticas estão mais claramente expressas.



opinião é bastante criar nas províncias mais importantes duas câmaras e o governo parlamentar. Seria o presidente nomeado sempre pelo poder central, por um período de quatro anos. Governaria com os ministros provinciais (Interior e Instrução Pública, Comércio, Agricultura e Obras Públicas, Finanças), tirados da maioria parlamentar. O presidente poderia ser substituído antes da expiração do prazo governamental, se as duas câmaras de província ou os dois terços da Câmara dos Deputados o pedissem ao governo central. Os senadores seriam eleitos, porém inamovíveis. O presidente teria o direito de dissolver a Câmara dos Deputados. Na Colonial Office List, livro publicado anualmente na Inglaterra, achar-se-iam instruções muito precisas sobre a organização especial de cada possessão britânica.³⁵

Ademais de recorrer, mais uma vez, ao contraste com um “outro” indesejável – as repúblicas hispano-americanas – e de reforçar seu argumento com a citação de Lefebvre (quando na verdade está citando um texto seu), o trecho transcrito traz uma clara proposta de reforma interna de um tema de crucial importância na voz do próprio Rio Branco, algo que é bastante incomum e revela, talvez, o escopo de suas ambições políticas naquele momento.

Rio Branco prossegue, no *D. Pedro II*, abordando a transformação dos partidos do período regencial e a gênese dos partidos Conservador e Liberal. Ele aponta os esforços de “pacificação” das revoltas regionais, dando grande (e, na verdade, merecido) destaque a Caxias, amigo da família. Esse cenário permitiu a declaração da maioria de d. Pedro II, que aceitou “corajosamente, à hora do perigo”.³⁶

No capítulo intitulado “Um pouco de geografia física e política do Brasil”, Rio Branco descreveu o sistema político com ênfase na estabilidade proporcionada pela Monarquia e fez descrições generosas sobre o potencial do país, certamente também dirigidas a tranquilizar os receios de possíveis imigrantes e incentivar a vinda de mão de obra europeia. Ele, por exemplo, enfrenta o problema da péssima fama do Rio de Janeiro, onde a febre amarela era endêmica desde 1849, com a publicação das estatísticas a respeito, mostrando que, de 1850 a 1884 teria havido cerca de 34.000 casos em uma população de 350.000 ha-

35 MOSSÉ, op. cit., p. 54-56, nota 7. A transcrição da nota na versão em português de 1890 está truncada. O texto foi restabelecido com base na versão francesa de 1889.

36 Ibidem, p. 42.



bitantes. Para Rio Branco, isso demonstraria que na “Europa foram muito exagerados os surtos de febre amarela. *São principalmente os agentes de emigração, a serviço de um país vizinho do Brasil, que fazem na Europa a campanha de descrédito*”.³⁷

Outro dos grandes temas da ordem saquarema será abordado detidamente por Rio Branco: a conciliação e o consenso sobre a ordem interna. Com o esmagamento da revolta no Maranhão, em 1841, outra vez por Caxias, assiste-se ainda a uma nova revolta contra o governo central, em São Paulo e Minas, também vencida por Caxias na batalha de Santa Luzia, em 1842, e, finalmente, em 1849, esmaga-se a Praieira, em Pernambuco. O historiador Rio Branco não discute as causas ou contextos das diversas revoltas regionais, apresentando-as sempre do ponto de vista de ameaças à ordem e à integridade nacional. Para ele, o fim da “anarquia” será dado pela inauguração da política de “conciliação” pelo gabinete do marquês de Paraná, em 1853.

Essa “conciliação” teria sido possível porque “as vitórias da lei e da unidade nacional foram sempre seguidas de anistia geral”. O Barão atribuiu ao jovem Imperador essa diretriz, como forma de legitimá-la e de ressaltar as virtudes do rei e da monarquia:

Perseguições ou execuções capitais jamais foram permitidas por d. Pedro II. Perdoava sempre os crimes políticos. Persuadia-se, com razão, de que o rebelde da véspera seria o servidor mais dedicado do dia seguinte, quando agraciado. Fez, aliás, experiência desta verdade governamental, que tão poucos soberanos têm o bom senso de compreender e a habilidade de praticar. Não via no rebelde senão um desencaminhado que devia voltar à razão.³⁸

Naturalmente, a conciliação estava restrita às disputas internas das elites e a violência continuava a ser a norma nas disputas locais e no trato das classes subalternas, no marco de uma sociedade escravista e hierarquizada. O historiador Rio Branco, como aliás seria de se esperar, repete o mantra da historiografia conservadora do Império. Também nessa linha, ele prossegue sua análise com uma comparação do estado de “civilização e progresso” do Brasil entre o fim da Regência e aqueles anos que se aproximavam do jubileu do reinado de d. Pedro. O resultado não poderia ser mais claro: “Que admirável transformação!

37 MOSSÉ, op. cit., p. 49, nota 3, grifo nosso.

38 MOSSÉ, op. cit., p. 62-63.



Dir-se-ia que um sopro mágico passou sobre o país”.³⁹ Acima de tudo, haviam sido superadas as tendências separatistas, graças a uma visão “nacional” dos líderes monarquistas: “As vistas largas desses homens (...) não se limitavam ao círculo restrito de uma província. Havia de-sejado construir um Brasil e não Guatemalas e Costas Ricas”.⁴⁰

Política externa e temas militares

A obra historiográfica de Rio Branco é especialmente interessante quando ele trata dos temas militares e da política externa, que merecem três capítulos específicos no *D. Pedro II*: “A guerra de 1851 a 1852”, “Política externa” e “A guerra do Uruguai e do Paraguai”. O Barão, por seus laços familiares e de amizade, teve um acesso privilegiado aos principais atores brasileiros (militares, diplomatas e estadistas) das relações internacionais do Segundo Reinado. Seu pai foi um dos mais influentes estadistas e diplomatas da época. Caxias era um dos grandes amigos dos Paranhos, pai e filho, a quem o duque trata carinhosamente de “meu Juca”. Seu tio, Antônio Paranhos, esteve na frente de batalha. Desde cedo, o jovem Rio Branco se correspondeu com muitos dos participantes dos eventos e, por meio dessas cartas, colheu dados, corrigiu informações, obteve depoimentos exclusivos. Buscou e consultou com grande empenho os relatórios e outras fontes primárias impressas. Também teve cuidado com as fontes secundárias e não se limitou às publicações brasileiras. Um bom exemplo é seu trabalho em comentar e refutar as informações que considerava parciais ou incorretas na obra de Schneider sobre a guerra do Paraguai. O resultado, em todos seus textos, é uma narrativa sempre rica em detalhes, fatos, números e seu trabalho persiste como uma fonte primária de grande valor até hoje.

As análises de Rio Branco são, sem sombra de dúvida, parciais. A justificativa das intervenções brasileiras gira sempre em torno da defesa de sua “honra e interesses” e de sua “missão civilizadora”.⁴¹ Os inimigos, Rosas e López, são bárbaros e seus motivos sempre derivados do ódio e da ambição. Em sua análise não há, no entanto, espaço para o xenofobismo, racismo⁴² ou para ataques aos argentinos e aos paraguaios enquanto nacionalidades ou pessoas: “essas guerras não foram dirigidas contra povos, mas contra tiranos da pior espécie que ousavam

39 Ibidem, p. 80.

40 MOSSÉ, op. cit., p. 82.

41 MOSSÉ, op. cit., p. 66.

42 Naturalmente, não é de se esperar que o discurso e as práticas de Rio Branco estejam isentos de referências raciais. Ele certamente partilhava valores e usos de seu extrato

intitular-se governadores ou presidentes de repúblicas imaginárias”.⁴³ A crítica recorrente é contra o sistema político das repúblicas vizinhas (que, por aí, se distinguiriam da “civilizada” monarquia brasileira):

Nas repúblicas hispano-americanas, os partidos da oposição não têm senão um meio de chegar ao poder: a revolução, a guerra civil. Não há possibilidade de vencer um governo nas eleições e o presidente, que é sempre um homem de partido, prepara a eleição de seu sucessor.⁴⁴

A defesa da civilização não se faz, portanto, em bases raciais e as deficiências do “outro” estão concentradas no sistema político, na anarquia que suas instituições e seus líderes provocam. Fazer dessa contraposição base do discurso sobre as relações exteriores servia, também, para alertar para os perigos do republicanismo, do federalismo e realçar a ordem, a conciliação interna e a civilização do Império, afinal vitorioso em seus embates internacionais contra os inimigos assolados por esses males.

As guerras serviam também para reforçar o patriotismo e o sentido de unidade do Império. As narrativas são, nesse diapasão, épicas e o conflito é palco para a ação dos heróis da nacionalidade: Osório, Tamandaré, Caxias, mas também o conde d’Eu, que assumiu o comando das tropas brasileiras na fase final da guerra. A campanha militar é detalhada em suas manobras e batalhas. Os exércitos nos dois lados são descritos em número de combatentes e os encontros, nos detalhes de mortos, feridos, armamentos conquistados, posições tomadas. Depois, a historiografia republicana iria minimizar e, mesmo, ridicularizar a participação do conde d’Eu, mas Rio Branco esforçou-se por realçá-la. Francês de nascimento, o conde era o consorte da futura Imperadora,

social e momento histórico. De fato, por exemplo, ao explicar o sucesso dos Estados Unidos, uma república e uma federação como os países hispano-americanos, ele atribui que o “segredo da prosperidade dos Estados Unidos da América do Norte se encontra na energia, no senso prático deste povo e na grande corrente emigratória que desde muito se dirige para aquele país” (MOSSÉ, op. cit., p. 35, nota 4). São muitas, também, as referências aos cabelos louros, olhos claros, etc. de d. Pedro II, obviamente com intenção de sinalizar com algum tipo de superioridade pessoal. O ponto aqui, no entanto, é outro: a alteridade com os países hispano-americanos, elemento muito importante na construção da identidade que se pretendia, não se baseava em argumentos raciais, muito comuns na época, mas em aspectos políticos.

43 MOSSÉ, op. cit., p. 92.

44 Ibidem, p. 104-105.

Isabel. Era urgente a tarefa de popularizá-lo e o Barão não deixou de elogiá-lo em sua narrativa:

O conde d'Eu não se preocupou com as dificuldades de sua missão. Soube desenvolver, a serviço do país que o adotara e lhe confiava a sorte de seu exército, preciosas qualidades de administração e bravura que justificaram plenamente a escolha do Imperador e seu governo.⁴⁵

Rio Branco tampouco deixou de informar seus leitores que o conde d'Eu seria o responsável pela abolição da escravidão no Paraguai, quase duas décadas antes do Brasil, pelas pressões que teria feito sobre o governo provisório paraguaio nesse sentido. Além de herói militar, o príncipe consorte estaria em sintonia desde cedo com os sentimentos abolicionistas, que estavam em alta em 1889, quando o livro foi publicado.

Discutindo a abolição

A abolição, pela sua atualidade e importância política, foi o tema de nada menos que seis capítulos no *D. Pedro II*: “A emancipação dos escravos, começo da reforma”, “A abolição completa”, “Depois da abolição”, “Papel de D. Pedro II e da Princesa Isabel na reforma emancipadora”, “Os protestos” e “Banquete francês comemorativo da emancipação dos escravos”. Não estavam claras ainda as consequências políticas e sociais da abolição e seus efeitos sobre a Monarquia. A modernização da agricultura, a pressão dos setores abolicionistas e a crescente resistência dos escravos já haviam tornado insustentável sua manutenção. Ainda que d. Pedro II tivesse, desde a Fala do Trono de 1867, expressado muitas vezes sua preocupação com a “questão servil”, a participação da Coroa no processo era vista por muitos como tímida e tardia. Os setores mais reacionários, por sua vez, consideravam-se traídos pela monarquia e exigiam ser indenizados pelo Estado pela libertação de seus escravos. Vendiam a ideia de que a abolição seria a ruína da principal atividade produtiva do Brasil, com a desorganização da produção agrícola, e fonte de rebeliões e anarquia, a ser promovida pelos libertos e outros grupos subalternos.

No *D. Pedro II*, Rio Branco procurou enfrentar todas essas ques-

45 MOSSÉ, op. cit., p. 139.



tões e enquadrar suas respostas a essas indagações na perspectiva da continuidade da Monarquia, inclusive para além da existência física do velho monarca. A abolição era uma causa fortemente popular, no Brasil e no exterior. O ponto mais importante era, portanto, associar a libertação dos escravos a d. Pedro e, principalmente, a sua herdeira Isabel e a seu marido, o conde d'Eu⁴⁶. Se possível, sem alienar o apoio dos setores mais reacionários, que foram contrários à abolição até o final, mas seriam fiéis à Monarquia.

A perspectiva de Rio Branco sobre a questão parte da constatação de que a escravidão era um legado histórico, indesejável, da colonização portuguesa. Um problema que deveria ser enfrentado, dentro da perspectiva da ordem saquarema, de forma gradual, cuidadosa, por meio de sucessivos consensos. O Barão explica que, “como o trabalho da lavoura, a grande riqueza do Brasil, era confiado aos escravos, seria necessário realizar esta reforma com prudência para não arruinar a agricultura e o país”.⁴⁷ Ele realçou o caráter gradual desse processo: a Lei Eusébio de Queiroz (1850), que extinguiu o tráfico; a Lei Rio Branco (1871), que decretou a liberdade dos recém-nascidos; a Lei dos Sexagenários (1885), que libertou os maiores de 60 anos; e, finalmente, a Lei Áurea, de 13 de maio de 1888.

D. Pedro e a Monarquia são sempre descritos como favoráveis e preocupados com a abolição, mas “não sendo, porém, um rei absolutista, não podia decretá-la com uma simples penada. O que se podia fazer era empregar todo o seu prestígio e encorajar os esforços dos políticos que trabalhavam nesse sentido”.⁴⁸

Antes de mais nada, Rio Branco procura esclarecer seus leitores que as condições a que eram submetidos os escravos no Brasil não eram tão ruins. Utiliza-se (como muitas partes do livro) do testemunho de um francês⁴⁹ para dar credibilidade a suas afirmações e argumentar que. “no Brasil, o preconceito de raça não existe” e que o escravo “é um trabalhador preso ao solo, em condições às vezes mais suaves que

46 Rio Branco foi, inclusive, mais além. Na nota n. 1, complementar ao corpo do *D. Pedro II*, ele relata que os netos do Imperador mantinham um pequeno jornal, onde “os sentimentos abolicionistas dos jovens príncipes, marcados do mais puro liberalismo, “ressaltam bem antes da promulgação da grande lei de 13 de maio de 1888, a propósito da libertação dos escravos da cidade de Petrópolis” (MOSSÉ, op. cit., p. 314).

47 MOSSÉ, op. cit., p. 148.

48 Ibidem, 148-149.

49 No caso, ele usou o livro do dr. Louis Couty, *L'esclavage au Brésil*, publicado em 1881. Rio Branco conhecia detalhadamente a bibliografia publicada sobre o Brasil na Europa, em especial na França, e a utilizou com maestria em apoio a seus argumentos.



as de muitos assalariados na Europa”.⁵⁰ Rio Branco prossegue, na sua voz de Benjamin Mossé, e complementa que:

Desde a supressão do tráfico [em 1850], o escravo no Brasil passou a ser bem alimentado, bem alojado e bem vestido pelos lavradores. O trabalho a que se submetia era moderado, encontrando, por parte dos senhores, solicitude e proteção. O lavrador tinha mesmo interesse em ser humano, para poupar e prolongar a existência desses homens-máquina. Uma lei proibia então a separação dos membros de uma família de escravos. Um negro casado, tendo filhos, só podia ser vendido com todos os seus.

Depois da emancipação total, decretada em 1888, quase todos os escravos quiseram continuar nas propriedades rurais onde tinham passado a mocidade e constituído família.⁵¹

Com a dupla vantagem de reforçar o caráter gradual e negociado do processo de abolição e homenagear seu pai, o Barão dá grande destaque à lei de setembro de 1871 que declarou livres os recém-nascidos, conhecida como a Lei do Ventre Livre, à qual ele se refere como Lei Rio Branco. Ele chega a deixar implícito que o problema estaria resolvido ao associar-se essa lei com a extinção do tráfico. A escravidão acabaria paulatinamente, pois já não seriam escravos os nascidos no Brasil e não podiam ser importados outros escravos da África. É certo. Mas, assim, a escravidão no Brasil poderia ter se prolongado até bem avançado o século XX. De todo modo, a argumentação de Rio Branco é no sentido de que a lei de 1871 “preparou” o Brasil para que a abolição completa pudesse ser feita sem sangue ou desordem.

Quando discute a campanha abolicionista, o Barão vai-se centrar na ação dos ativistas mais próximos da Monarquia e, muitas vezes, de seus amigos pessoais. Joaquim Nabuco tem um papel fulcral nessa narrativa, mas não estão esquecidos seu querido amigo Gusmão Lobo e tampouco João Alfredo Correa de Oliveira e Antônio Prado, membros do gabinete de 1888. Nabuco é citado em diversas ocasiões, com muita propriedade, pois suas credenciais abolicionistas eram impecáveis; seu discurso encaixava-se perfeitamente no projeto de associar a Monarquia ao esforço de abolir a escravidão, interpretação que estava longe de ser consensual. Ademais, era uma oportunidade para dar realce a

50 MOSSÉ, op. cit., p. 152.

51 MOSSÉ, op. cit., p. 151.



seu querido amigo e aliado, que ele próprio, na voz de Émile Levasseur na *Grande Enciclopédia*, proclamou como o Buxton⁵² brasileiro. O capítulo intitulado “Papel de d. Pedro II e da princesa imperial na reforma emancipadora” é quase literalmente uma longa citação do *Abolicionismo*, de Nabuco, com ênfase na tese da lei de 1871 como preparação para abolição e na ação pessoal de d. Pedro e da princesa, com a clara conclusão de que a “parte que cabe ao Imperador em tudo que se executou pela causa da emancipação, é muito grande, é essencial”.⁵³

Mas, se era importante associar a Monarquia à abolição, era crucial também não perder o apoio dos setores mais reacionários, que figuravam, até então, como seu mais forte sustentáculo. As questões da esperada indenização aos antigos senhores, da possível desorganização da lavoura, da possibilidade de anarquia e desordens promovidas pelos ex-escravos foram enfrentadas no texto de Rio Branco de modo a preservar a Monarquia e mostrar a reforma como inevitável.

O Barão descreve o crescente movimento abolicionista como uma tendência irresistível, com crescentes vagas de alforrias espontâneas por parte dos senhores. A família Prado de São Paulo (de seu íntimo amigo Eduardo) foi tomada como exemplo. Os escravos estariam, também, deixando as fazendas por sua conta e, nessa narrativa idílica, ao confrontar-se com polícias e soldados que tentavam detê-los, eles responderiam altivamente:

Atirai sobre nós, se quiserdes; não temos armas e não queremos nos defender. Mas somos homens como vós e queremos que nos restituam a liberdade que todo homem recebe de Deus. Vamos procurar trabalho onde nos receberem como homens livres!⁵⁴

Ou seja, a mudança era irreversível, mas os antigos escravos, de forma pacífica e ordeira, buscariam apenas adaptar-se às novas condições de trabalho e, no limite, se a “nação” tivesse decidido em contrário, os escravos poderiam ter sido coagidos a permanecer em sua condição de cativos. Assim, de forma algo contraditória com a ideia da inevitabilidade da reforma, Rio Branco também acena com

52 Sir Thomas Fowell Buxton (1786-1845), abolicionista inglês.

53 MOSSÉ, op. cit., p. 205.

54 Ibidem, p. 180.



a interpretação da abolição como uma concessão feita graciosamente pelos senhores.⁵⁵

O caráter ordeiro da transformação foi também realçado pela ênfase no debate parlamentar sobre a Lei Áurea, que é descrito em nada menos de sete páginas do *D. Pedro II*, onde a resistência dos escravagistas, liderada pelo conselheiro Paulino de Souza foi digna, mas vencida pela vontade geral da “nação”, em uma discussão marcada pelo cavalheirismo e a altivez. Reforçava a ideia da abolição como uma dádiva, produto de um debate de ideias e valores, uma evolução natural da civilização desconectada das lutas concretas dos próprios escravos e de outros setores.

Sobre a possível desorganização da produção com o fim do trabalho escravo, Rio Branco respondeu com cifras e dados concretos:

Ora, os libertos não deixaram de trabalhar, e as grandes culturas não se perderam. Os embarques de café, no Rio e em Santos, foram mais consideráveis neste ano do que no ano precedente (discurso do presidente do Conselho na Câmara dos Deputados, a 27 de agosto de 1888); os títulos brasileiros são cotados acima do par; o câmbio subiu rapidamente, foi além do par e atingiu a uma taxa que não se conhecia há muito tempo, e o Império pôde contrair, em Londres, um empréstimo mais vantajoso do que todos os que tinham sido feitos anteriormente. Há mais, ainda. A corrente de emigração para o Brasil aumentou de tal sorte que o número de 1888 é seis vezes maior do que a média dos anos

55 Em carta aos bispos brasileiros, depois da abolição, o Papa Leão XIII deu os seguintes “conselhos” aos escravos, que Rio Branco citou como mais uma forma de tranquilizar seus leitores contra o perigo de desordens ou incompreensão dos ex-escravos sobre o “benefício” recebido: “Que eles guardem religiosamente o sentimento de gratidão e se esforcem para prová-lo com cuidado àqueles a quem devem a liberdade. Que não se tornem jamais indignos de tão grande benefício e que não confundam nunca a liberdade com a licença de paixões; que usem dela, como convém a cidadãos honestos, para o trabalho de uma vida ativa, para o progresso e para o bem da família e do Estado. Que cumpram sempre o dever de respeitar a majestade dos príncipes, de obedecer aos magistrados e observar as leis, não pelo medo, mas pelo espírito da religião. Que se abstenham de invejar a riqueza e a superioridade dos outros, porque é muito para se lamentar que grande número de pobres se deixem dominar pela inveja, origem de tanto mal”.



procedentes.⁵⁶

O tema melindroso, ainda que claramente conjuntural, da exigência de uma indenização do Estado em favor dos senhores que reclamavam terem sido expropriados de seus escravos foi tratado com muito cuidado e em diversos planos.

O Barão começa admitindo que a “verdade histórica obriga-nos, porém, a reconhecer que, recentemente, *e sobretudo em 1871*, houve lavradores que gritaram bem alto que estavam sendo despojados de uma propriedade legítima”.⁵⁷

O questionamento moral da escravidão em si é o ponto de partida da argumentação, temperado pela avaliação de que, com seu trabalho não remunerado, o escravo teria pago rapidamente o valor pago por sua compra. Com base na quantidade de sacas colhidas e no preço do café, Rio Branco calculou que dois anos de trabalho seriam mais do que suficientes para repor o capital dispendido na compra do escravo.

Com uma longa exposição, baseada em uma cuidadosa e detalhada pesquisa, Rio Branco dedicou-se também a refutar a afirmação de que em todos os países onde a escravidão foi abolida teriam sido pagas indenizações. Repassou o caso de todos os países da América e de diversos países europeus e concluiu que, nas ocasiões em que foi efetivamente paga uma indenização (Dinamarca, Suécia, Holanda, Inglaterra e França) o dinheiro gasto “não foi ajudar a agricultura; caiu quase inteiramente nas mãos dos corretores do Havre, de Paris, de Londres e de Liverpool”.⁵⁸

A questão do pagamento de indenizações aos senhores estava nas mãos do Congresso e Rio Branco argumentava que “não haverá jamais um Parlamento, no Brasil, capaz de votar semelhante indenização, isto é, impor ao povo tão pesado tributo”.⁵⁹ Com um comentário que cer-

56 MOSSÉ, Benjamin. Op cit, pp. 197-198.

57 Ibidem, p. 210, grifo nosso. A insistência de Rio Branco em mencionar sempre que possível a reforma de 1871 explica-se pelo empenho de ressaltar o trabalho de seu pai e pela conveniência ideológica de apresentar a abolição como um longo processo, mas também se deve ter em mente que ele foi, como deputado e como filho do presidente do Conselho de Ministros, testemunha privilegiada dos debates, argumentos e contra-argumentos, sobre a Lei do Ventre Livre. Quando da proclamação da Lei Áurea, Paranhos já estava há muitos anos na Europa, de modo que é natural que tenha recorrido aos debates que conhecia em primeira mão para ilustrar suas teses.

58 MOSSÉ, op. cit., p. 222.

59 Ibidem, p. 224.



tamente está na medida para preservar o Imperador em relação a esse tema tão espinhoso, Rio Branco acrescenta que:

Entretanto, se uma indenização, que, a nosso ver, seria grande injustiça, fosse votada pelos representantes do povo brasileiro, d. Pedro II não recusaria sanção à lei; porque, já o dissemos, ele nunca usou do direito de veto. Conhece muito bem, como a princesa, o papel de um soberano constitucional. Certamente eles não manifestarão sua opinião, favorável ou contrária à indenização. Concorde, em todo caso, com a vontade do povo.⁶⁰

Rio Branco, inclusive, arriscou uma proposta sua, pela voz de Mossé, para resolver a questão:

Cremos que a única lei razoável e justa neste assunto seria a que concedesse uma compensação aos antigos senhores de escravos comprados depois da lei de 28 de setembro de 1885, desde que ficasse provado que esses escravos não eram africanos importados depois da lei de 4 de novembro de 1831.⁶¹

O fim da escravidão era uma questão crucial na política interna, mas tinha também reflexos importantes no plano externo, em uma perspectiva muito cara a Rio Branco: a questão da imagem internacional do Brasil. Nesse sentido, ele argumenta sobre a necessidade de fazer essa reforma conhecida na Europa, pois ela marcaria “o fim da escravidão no mundo civilizado”. Assim, prossegue Rio Branco, “agora é para a África, para a Turquia e para a Pérsia que os abolicionistas de todos os países devem voltar os olhos”.⁶² A noção do Brasil como parte da “civilização” europeia e, inclusive, mais civilizado que nossos vizinhos hispanos, pela presença da monarquia, era uma das ideias básicas da identidade que as elites brasileiras criavam para si. Terá sido, portanto, um grande alívio deixar de ser o único país “civilizado” a manter a escravidão.

A repercussão internacional, em especial na França, da abolição da escravidão foi mostrada em um capítulo sobre um banquete que os abolicionistas franceses e brasileiros ilustres residentes em Paris reali-

60 MOSSÉ, op. cit., p. 224.

61 MOSSÉ, op. cit., p. 224.

62 Ibidem, p. 229.



zaram para comemorar o evento. O centro da narrativa está no realce que teria sido dado ao papel de d. Pedro II, que foi representado na cerimônia por seu neto Pedro Augusto. A repercussão na imprensa foi destacada e Rio Branco encontrou um momento para comentar que seu dileto amigo Eduardo Prado havia reunido uma coleção de mais de 400 artigos de imprensa sobre o fim da escravidão, que enviou à Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro. Certamente, a menção foi mais derivada da amizade que os unia do que à importância do feito. Mas, nesse sentido, também é curiosa a menção feita ao seu outro amigo, este então bastante jovem, Domício da Gama, como exemplo de brasileiro bem educado, que fala bem francês e conhece literatura. O Barão não deixava de dar provas de amizade.

Fé na continuidade da Monarquia

Os dois últimos capítulos do *D. Pedro II*, “O devotamento de d. Pedro II a seu povo” e “Atividades fecundas de d. Pedro II – suas viagens” são um panegírico que recolhe os testemunhos de muitas personalidades (príncipe Adalberto da Prússia, Alexandre Herculano, F. Wolf, Louis Pasteur, Louis Agassiz, Longfellow, Charles Darwin, Alexandre Dumas Filho, Lamartine, Victor Hugo) sobre as qualidades pessoais do Imperador, seu amor à ciência e às artes, e sua preocupação com o bem-estar dos brasileiros. Suas viagens ao exterior, que recebiam críticas no Brasil, eram explicadas e louvadas pela boa imagem que o Imperador deixava junto aos estrangeiros, como um instrumento de promoção do Brasil.

Após narrar os elogios de Lamartine e Victor Hugo ao velho Imperador, o texto de Rio Branco/Benjamin Mossé se encerra com uma previsão que logo se revelou errônea: “dentro de um ano, a 23 de julho de 1890, os brasileiros e todos os admiradores estrangeiros desse grande príncipe, celebrarão o jubileu de seu reinado glorioso”. O livro termina com uma expressão de confiança do julgamento da posteridade sobre o reinado de d. Pedro II:

A História, na sua justiça imparcial, consagrará plenamente o juízo que dele fizeram os dois maiores gênios poéticos venerados pela França; e a posteridade bendirá, para sempre, esse imperador incomparável que é um filantropo, um sábio, um amigo da justiça, da verdade e da liberdade,



esse soberano filósofo, que se utiliza do poder apenas para a felicidade e para a glória do povo brasileiro.⁶³

Conclusão

Será sempre um pouco artificial a separação de Rio Branco como historiador de suas outras facetas – estadista, diplomata, jornalista, publicista. No entanto, os três trabalhos em que se centrou esta análise serão, certamente, a melhor expressão de sua visão particular da história do Brasil e de seu estilo e metodologia. Não há dúvidas de que os textos, em especial o *D. Pedro II*, estão condicionados por questões conjunturais e por intenções políticas, mas deixam claro os valores que orientavam suas pesquisas e sua reflexão como historiador.

Rio Branco mostra, em seus textos, uma extraordinária capacidade para reunir e organizar dados, estatísticas e informações factuais diversas e organizá-las de modo inteligente e produtivo, com o auxílio de um amplo leque de fontes secundárias que ele demonstrou conhecer e dominar. O resultado é um texto fluido, de argumentação sólida, escrito em um estilo atraente e muito rico em fatos e datas. Não há dúvida de que, mesmo hoje, serve de importante fonte de referências e dados primários.

Sua visão da história era, sem dúvida, pragmática e tinha implícito o objetivo de projetar uma determinada imagem do Brasil, que confirmava e validava os valores e as práticas da ordem saquarema na qual foi criado e socializado politicamente. Uma história conservadora, centrada na diferenciação entre o Brasil e seus vizinhos em vista da suposta superioridade, em termos de grau de civilização, conferida pela monarquia, que nos aproximava do modelo europeu e nos distanciava da América republicana. Uma monarquia parlamentar em que prevaleceria o consenso e a conciliação, traduzidos na ordem e na obediência às hierarquias e valores tradicionais.

Socializado no contexto da ordem saquarema, da qual seu pai foi um dos mais influentes personagens, Rio Branco foi um historiador que refletiu esses valores e essa cosmovisão, com grande competência, uma sólida base factual e uma narrativa sempre inteligente. Em termos de metodologia, temas e interpretações, ele não inovou e, antes, refletiu fielmente a historiografia corrente no Segundo Reinado. Nesse sentido,

63 MOSSÉ, op. cit., p. 311.



é ilustrativa a proximidade de Paranhos com o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), principal instituição científica brasileira da época, do qual Rio Branco era sócio desde os 22 anos. Em 21 de novembro de 1907, ele assumiu a presidência do instituto, posição que manteve até sua morte.

Em seus textos, podem-se reconhecer as recomendações de Von Martius, que, em 1845, publicou na *Revista do IHGB* seu importante ensaio “Como se deve escrever a história do Brasil”:

A história é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente. Ela pode difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo. Uma obra histórica sobre o Brasil deve, segundo a minha opinião, ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência; em uma palavra, todas as virtudes cívicas. O Brasil está afeto em muitos membros de sua população de ideias políticas imaturas. Ali, vemos republicanos de todas as cores, ideólogos de todas as qualidades. É justamente entre estes que se acharão muitas pessoas que estudarão com interesse uma história de seu país natal; para eles, pois, deverá ser calculado o livro, para convencê-los, por uma maneira destra, da inexequibilidade de seus projetos utópicos, da inconveniência de discussões licenciosas dos negócios públicos, por uma imprensa desenfreada, e da necessidade de uma monarquia em um país onde há um tão grande número de escravos. Só agora principia o Brasil a sentir-se como um Todo Unido. Ainda reinam muitos preconceitos entre as diversas províncias: estes devem ser aniquilados por meio de uma instrução judiciosa; cada uma das partes do Império deve tornar-se cara às outras; deve procurar-se provar que o Brasil, país tão vasto e rico em fontes variadíssimas de ventura e prosperidade civil, alcançará o seu mais favorável desenvolvimento, se chegar – firmes os seus habitantes na sustentação da Monarquia – a estabelecer, por uma sábia organização entre todas as províncias, relações recíprocas. [...] Justamente na vasta extensão do país, na variedade de seus produtos, ao mesmo tempo em que os seus habitantes têm a mesma origem, o mesmo fundo histórico, e as mesmas esperanças para um futuro lisonjeiro, acha-se fundado o poder e a grandeza do país. Nunca esqueça, pois, o historiador do Brasil, que para prestar um verdadeiro serviço à sua



pátria deverá escrever como autor monárquico-constitucional, como unitário no mais puro sentido da palavra.⁶⁴

O historiador Rio Branco estava ciente do cânone proposto por Von Martius e pelo IHGB. Seu trabalho, certamente, seguiu o modelo de um autor “monárquico-constitucional” e de um “unitário no mais puro sentido da palavra”. As interpretações do passado, então como sempre, serviam também às lutas políticas de seu tempo. O Rio Branco como historiador, bem como em suas atividades jornalísticas e políticas, refletiu sua socialização no âmago da ordem saquarema e expressou, de modo claro, os valores e cosmovisão dessa ordem. Sua contribuição historiográfica deve ser vista dentro dessa moldura, com o realce necessário aos valiosos elementos factuais aportados por seu trabalho, fruto de pesquisa dedicada e constante, bem como com o reconhecimento de sua sintonia metodológica e política com a visão histórica então prevalecente e que seria projetada, com pequenas variações, sobre as primeiras décadas da era republicana.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- FERREIRA, Gabriela Nunes et al. ‘O Brasil em 1889’: um país para consumo externo. *Lua Nova*, São Paulo, n. 81, p. 75-113, 2010.
- LEVASSEUR, Émile et al. *O Brasil*. Rio de Janeiro: Letras & Expressões, 2001.
- LINS, Álvaro. *Rio Branco* (Biografia). São Paulo: Alfa-Ômega; Brasília: FUNAG, 1996.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- MOSSÉ, Benjamin. *D. Pedro II, Imperador do Brasil*. São Paulo: Edições Cultura Brasileira, 1890.
- OLIVEIRA LIMA, Manuel de. *Memórias: estas minhas reminiscências...* Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1937.

64 VON MARTIUS, Carlos Frederico. “Como se deve escrever a história do Brasil”. *Jornal do Instituto Histórico Geográfico*, tomo VI, n. 24, p. 401-402, 1845. Grifo nosso.



RIO BRANCO, Barão do (José Maria da Silva Paranhos Júnior). *Esboço da História do Brasil*. Brasília: MRE/FUNAG, 1992.

RIO BRANCO, Raul. *Reminiscências do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1942.

SANT'ANNA NERY, E. J. *Le Brésil en 1889*. Paris: Librairie Charles Delagrave, 1889.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *O dia em que adiaram o carnaval: política externa e a construção do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2010.

VIANA FILHO, Luís. *A vida do Barão do Rio Branco*. 8. ed. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008.

VON MARTIUS, Carlos Frederico. Como se deve escrever a História do Brasil. *Jornal do Instituto Histórico Geográfico*, tomo VI, n. 24, p. 381-403, 1845.





Barão do Rio Branco: cem anos depois

Murilo Melo Filho*

Completaram-se, no último dia 10 de fevereiro de 2012, nada menos de 100 anos da morte, ocorrida no Rio de Janeiro, de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o nosso barão do Rio Branco, nascido também no Rio, 67 anos antes, em 1845, e enterrado ao lado do túmulo de seu pai.

Quando morreu o paraibano fundador da ABL, J. M. Pereira da Silva, na segunda vaga então aberta na Academia, justamente na cadeira 34, o secretário-geral da ABL, Joaquim Nabuco, sugeriu a Machado a candidatura do Barão para preenchê-la, justificando:

– Será o reconhecimento da Academia ao admirável trabalho do nosso chanceler, um grande vitorioso nas nossas questões fronteiriças, que aumentou o território brasileiro sem dar um tiro sequer.

Machado contra, inicialmente

Não foi uma tarefa muito fácil para Nabuco, porque Machado não era inicialmente muito favorável ao Barão, argumentando que ele não era um escritor propriamente dito: não tinha um só livro publicado e ainda por cima era famoso por sua desorganização familiar e por sua desordem funcional, com processos, papéis, jornais, documentos e anotações em seu tumultuado gabinete. Mas Nabuco insistiu:

– Você, Machado, já se imaginou na presidência de uma reunião da Academia, tendo um homem da importância e da estatura do Barão lá no meio dos acadêmicos, como um dos seus presididos?

Uma posse em carta

Realmente desorganizado, o Barão candidatou-se à sucessão de Pereira da Silva e conseguiu eleger-se unanimemente para a cadeira 34. Foi praticamente uma aclamação, pois não houve adversários na eleição, que

* Ocupante da cadeira 20 na Academia Brasileira de Letras. Texto publicado em: *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, fase VIII, ano I, n. 70, p. 7-12, jan.-mar. 2012.

se processou no dia 1 de outubro de 1898, um ano depois da fundação da Academia.

Sua posse foi a segunda que se realizou na instituição, logo em seguida à posse de João Ribeiro, que foi a primeira. Mais do que isto, inovou também na posse, que se realizou através de uma carta, porque o novo acadêmico nem tão cedo podia ausentar-se do seu posto de cônsul do Brasil na cidade de Liverpool. Só podia vir ao Rio nos intervalos das várias batalhas diplomáticas na defesa dos direitos brasileiros em suas fronteiras.

Pai e filho

José Maria Júnior, o Barão, era filho de José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, patrono da cadeira 40 na nossa Academia, que também foi ministro do Exterior no gabinete do visconde de Itaboraí e presidente do próprio Conselho de Ministros.

O barão do Rio Branco participava das reuniões da Academia sempre que estava no Rio, exercendo as suas funções de chanceler ao longo dos vários governos de Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca.

Nos debates acadêmicos, tinha uma gesticulação toda especial, que mais parecia um cacoete. Costumava levantar o braço, apontando com o dedo em riste para o alto e explicando-se:

– Ao perceber que as minhas opiniões não estavam conseguindo convencer muito, eu resolvía suspendê-las na ponta dos dedos.

Boêmio e notívago

Em sua mocidade, o jovem Juca foi um boêmio notívago, frequentador da Lapa e da sua boate Alcazar, na qual conheceu uma *crooner*, de nome Marie Philomène Stevens, uma bailarina belga, de 23 anos, muito bonita, pela qual se apaixonou e com a qual viveria durante vários anos, tendo cinco filhos: Raul, Clotilde, Paulo, Amélie e Hortênsia.

Casou-se com ela, no dia 20 de setembro de 1889, no civil, num cartório em Londres e, no religioso, numa capela da Sardenha, distrito de Saint Giles, com um ofício celebrado pelo padre Delaney.



Tempos depois, pesquisando sobre a vida do Barão, para escrever a sua biografia, o biógrafo Luís Viana Filho conseguiu uma certidão desse último casamento, que nunca usou, em respeito ao seu sigilo e à sua discrição.

A política e o jornalismo

A política nunca havia sido a profissão ideal do moço José Maria. Ainda chegou a tentá-la, quando se elegeu e se reelegeu como deputado provincial em Mato Grosso.

Porém, mais cedo do que imaginava, desiludiu-se e afastou-se dela, logo depois que seu pai renunciou à presidência do conselho ministerial, chefiado pelo visconde de Itaboraí.

Também com relação ao jornalismo, limitou-se a uma ou duas colaborações esparsas, sem nenhuma importância.

Resolveu, então, abraçar a carreira diplomática, que o consagraria depois para sempre. Iniciou-a no cargo de cônsul brasileiro na cidade de Liverpool, cumulativamente com o escritório de Imigração em Paris.

Escreveu então um livro sobre os problemas fronteiriços do Brasil com a Argentina.

Problemas agravados

Esses problemas iriam agravar-se sempre pelos anos afora, desde quando Quintino Bocaiúva era o chanceler brasileiro, no gabinete provisório do governo republicano de Deodoro.

O litígio chegou a um ponto de tanta preocupação que ensejou a assinatura de um tratado, com a assinatura do Barão e de Estanislao Zeballos, o ministro argentino.

Mas a radicalização continuou tão perigosa, que as chancelarias brasileira e argentina recorreram a Cleveland, o presidente americano. Rio Branco empenhou-se a fundo na questão, assessorado, entre outros, pelos acadêmicos Domício da Gama e Salvador de Mendonça.

Trabalhava dia e noite, sem descanso, redigindo um extenso Memorial para a decisão de Cleveland, que encerrou a questão comunicando o seu laudo, inteiramente favorável ao Brasil.



O Barão vencia o primeiro dos vários outros embates diplomáticos, que enfrentaria adiante.

Mais 5 mil km²

Mas esta seria apenas o começo de várias outras vitórias. Pois, logo a seguir, aconteceria a questão do Amapá, reivindicado pela França, com os olhos voltados para as suas imensas riquezas de ouro, numa área de 5 mil km².

Terminava o governo de Campos Sales e começava o quadriênio de Rodrigues Alves, que convidou Rio Branco para o Ministério do Exterior e teve de insistir muito para o seu convite ser aceito.

Sua equipe, constituída pelo almirante Guilhobel e por Domício da Gama, era substancialmente reforçada por mais três membros: Graça Aranha, Hilário de Gouveia e Joaquim Nabuco.

Transferindo sua residência para Berna, Rio Branco desdobra-se em gestões importantes e prepara a defesa dos interesses brasileiros em seis alentados volumes, até que é convidado para ir à Villa Trautheim e aí ouvir do Departamento Político a leitura do laudo francês que reconhecia os direitos brasileiros sobre a área do Amapá.

Mais duas questões

Mal havia triunfado sobre essa área, o chanceler brasileiro já tinha de voltar suas atenções para a questão do Acre. Tratava-se de uma enorme área reivindicada pela Bolívia, mas defendida pelo brasileiro Plácido de Castro, à frente de pelotões armados e dispostos a todos os sacrifícios.

Tratava-se de um território de 47.800 km², que Rio Branco conseguiu simplesmente comprar pelo preço de 2 milhões de libras esterlinas e pelo compromisso de construir a ferrovia Madeira-Mamoré.

A capital desse território, posteriormente transformado em estado, foi batizada com o nome de Rio Branco, em homenagem ao seu grande defensor. Restava resolver uma última questão de fronteira, a do Peru, ocupado pelo Exército peruano, que simplesmente achava urgente a guerra contra o imperialismo do Brasil.

O nosso Barão teve, antes de mais nada, de sobrepor-se às exigências de chefes militares brasileiros, que defendiam posições radicais



e se opunham ao pacifismo do Itamaraty, finalmente vitorioso. Em 1907, dá total apoio às posições de Rui na Conferência da Paz, em Haia.

Um inteligente diplomata

O Juca bonacheirão e desorganizado não tinha hora certa para dormir ou para alimentar-se, fumando diariamente dezenas de cigarros, com um corpanzil que pesava mais de 100 quilos, logo ameaçados pelos sintomas de uma grave meningite. Mas era no fundo um inteligente diplomata, cuja habilidade transou durante vários anos entre as rivalidades sul-americanas de argentinos, paraguaios, uruguaios, bolivianos e guianenses.

Lutador, competente e respeitado por diplomatas europeus, asiáticos e americanos, partidários da diplomacia na boca do canhão e na esteira dos tanques, o barão do Rio Branco foi um dos maiores chanceleres que o Brasil já teve até hoje, com uma valiosa herança, merecedora de ser muito defendida e honrada.







Percepções e ações do barão do Rio Branco na perspectiva histórica de nossos dias

Rubens Barbosa*

A vida, a obra e o legado do barão do Rio Branco têm sido examinados por diversos ângulos, cada um deles ressaltando um aspecto das percepções e das ações do Patrono da Diplomacia brasileira.

Não seria o caso de repetir em detalhe, neste trabalho, o que os biógrafos e analistas escreveram sobre sua influência sobre o Itamaraty. Definidor de valores nacionais; paradigma para a política externa, representando a continuidade dentro da transformação; propugnador da modernização do Brasil e da atualização da agenda brasileira; principal negociador dos problemas de fronteira do país são algumas das suas qualidades mais ressaltadas.

Então “o único grande homem vivo desta terra”, no dizer de Euclides da Cunha, Rio Branco era um homem público pragmático, com extraordinária visão geopolítica. Uma das suas principais linhas de atuação – senão a principal – foi sua resoluta atuação dando primazia sempre para o interesse nacional. Nunca serviu a um partido político, mas ao Brasil.

O presente artigo resume apresentação feita em encontro realizado em São Paulo, em junho de 2012, em comemoração dos 100 anos da morte do barão do Rio Branco. Procuro, na perspectiva dos dias de hoje, buscar ângulos pouco explorados e ressaltar algumas percepções e ações que indicam, de maneira eloquente, a sintonia do Barão com os interesses brasileiros em seu tempo.

Baseado em informações levantadas por especialistas sobre o Barão do Rio Branco, como Luis Viana, Álvaro Lins, Rubens Ricupero e em dados incluídos em textos apresentados no Seminário “Rio Branco – A América do Sul e a Modernização do Brasil”, o trabalho chama a atenção para quatro momentos da vida de Rio Branco.

Projetadas para os dias de hoje, as ações e percepções de Rio Branco nesses quatro episódios surgem com grande atualidade e deveriam merecer uma reflexão maior por todos que se interessam pela

* Embaixador. Exposição feita em 20/06/2012, no seminário dedicado ao centenário do falecimento do barão do Rio Branco, patrocinado pelo Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), de São Paulo.



política externa brasileira. São fatos conhecidos, de grande repercussão histórica, focalizados sob a ótica e os valores dos dias que correm.

Dentro dessa perspectiva, analiso brevemente o Barão do Rio Branco como precursor da promoção comercial, como defensor da modernização e equipamento das forças armadas, como incentivador da integração regional tendo o Brasil como líder e propugnador da defesa intransigente do Brasil.

Precursor da promoção comercial

A primeira ação de Rio Branco que ressaltos é a atividade que desempenhou algumas décadas antes de assumir o Itamaraty, como cônsul-geral do Brasil em Liverpool na Inglaterra.

Depois de acompanhar seu pai, nas negociações da Missão do Rio da Prata e nas conversações no final da Guerra do Paraguai, em 1876, foi nomeado cônsul-geral em Liverpool pela princesa Isabel. D. Pedro II sempre se opôs a essa nomeação talvez por fazer restrições ao que considerava ser uma vida boêmia de Rio Branco. Foi necessária a interferência política do duque de Caxias, chefe do governo e ministro da Guerra, e do barão de Cotegipe, então ministro da Fazenda e dos Negócios Estrangeiros, para que ocorresse a nomeação para o cobiçado posto de Liverpool.

Liverpool, importante porto por onde passava a quase totalidade do comércio com o Brasil, era considerado um posto relevante na carreira diplomática. O movimento de navios que levavam e traziam produtos de exportação e importação propiciava uma boa renda consular que revertia em favor do cônsul-geral, segundo as regras da época. Durante seu tempo em Liverpool, Rio Branco elaborou trabalhos baseados em pesquisa cuidadosa sobre o comércio internacional e sobre as relações comerciais do Brasil. Rio Branco, contudo, desfrutava bem o seu tempo e vivia parte de sua temporada europeia em Paris.

Em 1884, a convite do ministro da Agricultura, Afonso Pena, foi designado comissário da Exposição Internacional de São Petersburgo e da Feira Internacional Nidgi Novgorod, Rússia. Preparou e distribuiu qualificados estudos sobre o café e, sob sua supervisão, foi montado o pavilhão brasileiro. De forma criativa fez a promoção comercial do café brasileiro por meio de publicidade e de muitos eventos sociais, com enorme sucesso na sociedade local. Pode-se mesmo dizer, a partir



dos relatos da época, que nunca antes, qualquer exposição brasileira teve tanta repercussão no exterior. Pelos resultados positivos da exposição internacional para o Brasil, Rio Branco foi nomeado conselheiro do Império (na época, teria dito que preferiria ser condecorado com a Ordem da Rosa). Pouco depois, em 1888, recebeu o título de barão. Ao deixar o posto em 1891, Rio Branco foi nomeado superintendente do Serviço de Imigração na Europa, com sede em Paris.

Quando exerci a chefia da Comissão de Comércio para os países do Leste Europeu (Coleste), entre 1976 e 1983, encontrei perdido nos arquivos do Itamaraty, um exemplar do panfleto elaborado por Rio Branco, divulgando e promovendo o café brasileiro na Exposição de São Petersburgo. Simples, mas atraente, tratava-se de uma página com um ramo de café e a bandeira brasileira.

Não seria exagero afirmar que, por sua atividade como responsável pela organização do pavilhão brasileiro em São Petersburgo, o barão do Rio Branco pode ser considerado como o primeiro exemplo da diplomata caixeiro-viajante e como o precursor da promoção comercial do Itamaraty, que tantos resultados positivos trouxe, na área externa, para o Brasil.

Defesa do Brasil

As circunstâncias que cercaram a disputa territorial do Brasil com a Bolívia mostram, de forma eloquente, como o barão do Rio Branco soube defender os interesses brasileiros desde a primeira grande questão que teve de enfrentar ao assumir a direção da diplomacia brasileira em 1903.

Pelo tratado de 1867, o governo do Império, seguindo uma política generosa para com os vizinhos, reconhecia o traçado da linha de fronteira de acordo com pretensão da Bolívia. Com a crescente migração interna, proveniente do Nordeste, sobretudo do Ceará, atraída pelo *boom* da plantação e produção da borracha, um número cada vez maior de brasileiros passou a ocupar o território contestado. Embora com vinculação afetiva e política natural com o Império, o barão do Rio Branco, ministro da República, mudou a interpretação do referido tratado e passou a defender, sem hesitações, uma visão alinhada com nossos interesses. A Bolívia, sem condição política e militar de ocupar o território contestado, decidiu ceder parte de seu território a uma com-



panhia anglo-americana, o Bolivian Syndicate - apoiado pelo governo de Washington – para ocupar e explorar as terras onde se instalaram os brasileiros. Modificando a posição defendida pelos governos do Império, Rio Branco procurou, em primeiro lugar, separar o Bolivian Syndicate do governo da Bolívia e, depois, não permitir que o sindicato se consolidasse na fronteira brasileira, por meio de sua aquisição por 110 mil libras esterlinas. Por outro lado, demonstrou firmeza nas conversações com La Paz: não desarmou os acreanos como queria o governo da Bolívia e enviou contingente militar para o território contestado. A assinatura de um novo acordo entre o Brasil e a Bolívia, o Tratado de Petrópolis, em novembro de 1903, no governo de Rodrigues Alves, evitou a criação de um enclave na fronteira brasileira, mediante uma compensação territorial (menor do que ficou definitivamente com o Brasil) e pecuniária (2 milhões de libras esterlinas) à Bolívia, além do compromisso de construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré.

Como mais um exemplo de ação concreta e visão de longo prazo, o barão do Rio Branco, antes da negociação direta com o governo da Bolívia, tomou uma decisão importante, contrariando as leis internacionais e confrontando o governo dos EUA: manteve fechado o rio Amazonas para a navegação internacional, a fim de impedir que o Bolivian Syndicate tivesse acesso pelo Brasil às terras contestadas. Apesar dos protestos do governo dos EUA, o chanceler brasileiro manteve a interdição e ganhou espaço para concluir as negociações com o governo boliviano e resolver a questão.

A divergência com os EUA nesse episódio ocorreu no início da guinada política do Brasil em relação a Washington. Rio Branco antecipou as grandes transformações por que passava a ordem internacional com a emergência dos EUA como a nova superpotência e a gradual substituição da Inglaterra como nação líder no mundo. Superado o período de rivalidade com a Argentina, na segunda metade do século XIX, o governo brasileiro apressou a definição da nova política em relação aos EUA, por alguns historiadores descrita como a “aliança não escrita”, que fez com que, na prática, começasse a ser deslocado o eixo de nossos interesses da Europa (Londres) para os EUA. Pelos valores e percepções de hoje, com essa decisão, Rio Branco seria certamente considerado como um entreguista ou, pela linguagem adotada nos últimos anos, como subserviente aos interesses do Império.

Além de contrariar os interesses dos EUA, que, na terminologia de hoje, seriam vistos como um parceiro estratégico, inclusive pela



transgressão da lei internacional da livre navegação, Rio Branco não hesitou em manter-se firme contra a Bolívia, cujo peso relativo era então ainda menor do que hoje. A atitude do barão de Rio Branco na defesa do interesse nacional teria sido certamente bastante diferente daquela adotada pelo governo brasileiro em maio de 2006 no episódio da expropriação manu militari, pelo governo boliviano, de duas refinarias da Petrobras.

Modernizar e equipar as forças armadas

Os efeitos negativos da Guerra com o Paraguai e as dificuldades do processo de integração sul-americana influíram nas percepções do barão do Rio Branco sobre o papel do Brasil e tiveram impacto nas suas ações como ministro do Exterior.

Rio Branco não teve uma participação direta nos acontecimentos que levaram à guerra com o Paraguai, nem desempenhou qualquer papel no seu desenrolar. Jovem de 25 anos, seu contato com o conflito ficou limitado à assistência que deu ao pai, Visconde de Rio Branco, nas negociações ao final da guerra.

Tendo tido essa vivência, pôde avaliar a extrema precariedade dos recursos bélicos durante o conflito e as consequências da guerra, não somente humanas, mas também em termos de endividamento público e das limitações do equipamento que restaram às forças militares. Certamente concordava com Cotegipe, que a qualificou de “guerra maldita”, porque iria atrasar o país 50 anos, ou com o barão de Mauá, que considerava a herança da guerra um peso que iria afundar o Brasil.

Primeiro historiador da Guerra do Paraguai, Rio Branco fez em 1882 anotações no trabalho de L. Schneider sobre A Guerra da Tríplice Aliança e publicou Comentários sobre a História da Guerra do Paraguai de Schneider e Apontamentos sobre a História Militar do Brasil. Certamente não passaram despercebidos ao Barão do Rio Branco os diferentes rumos tomados pela indústria no Brasil e nos EUA, depois da Guerra do Paraguai (1865/70) e da Guerra Civil nos EUA (1860/65). Enquanto nos EUA todo o material bélico era produzido localmente, impulsionado pela revolução industrial, no Brasil, sem uma indústria nascente que se beneficiasse dos avanços tecnológicos da época, o momento foi perdido e todo material bélico utilizado pelo Brasil era importado da Inglaterra.



Desde cedo, Rio Branco passou a se interessar pela modernização e profissionalização das forças armadas brasileiras. Teve a clara percepção de que, depois de 20 anos de “descuido” – como denominou o período após a guerra do Paraguai, em que as prioridades da defesa foram relegados a um segundo plano –, era tempo de organizar e equipar as forças militares daquele momento. O estado de nossa defesa era o mais lastimável possível, na visão de Rio Branco. As questões territoriais do Acre, em 1903, e do Peru, em 1904, reforçaram sua convicção da importância de uma força dissuasória para a defesa de nosso território e para não temer o poderio bélico de nossos vizinhos.

Coerente com essa visão, Rio Branco empenhou-se junto aos presidentes Rodrigues Alves e Affonso Pena para que recursos e políticas fossem definidos visando à modernização da esquadra no contexto de um robusto programa naval. Como ministro do Exterior, apoiou fortemente os ministros Júlio Noronha e Alexandrino de Alencar, no período 1904/06, no tocante ao reaparelhamento da Marinha.

Apesar de seus esforços, até 1908 nada foi feito. A Marinha continuou em situação deplorável e o Exército, esquecido, continuou mal organizado, mal instruído e mal pago.

Embora favorável ao reforço do poderio militar brasileiro, Rio Branco sempre foi contra o militarismo, inexistente no Império, pela ausência pronunciamentos públicos até os acontecimentos que levaram à questão militar.

Rio Branco tinha clara percepção da importância do poder militar para respaldar a política externa, como ficou transparente na questão do Acre. Em certo sentido, o chanceler brasileiro intuiu a diferença entre o que hoje chamamos de *soft power* e *hard power*. O chanceler brasileiro teve a clara percepção de que, à medida que o país ganhasse peso no cenário internacional, a política externa teria de ser apoiada por um poder militar equipado e moderno. A defesa de nossas fronteiras terrestres, vulneráveis pela ameaça dos crimes transnacionais, e marítimas, com as descobertas de riquezas minerais em nossas costas, tornam atualíssimas as preocupações do barão do Rio Branco em prol de maiores recursos financeiros para as forças armadas.

Integração regional

No tocante à integração regional (Argentina e vizinhos), Rio Branco



tinha nítida percepção de que o Brasil era diferente dos demais países na América do Sul, sobretudo pensando na instabilidade política e insolvência financeira que afligia a quase totalidade dos demais países. Nesse sentido, Rio Branco procurou atuar com vistas a diferenciar o Brasil, mas não isolá-lo do seu entorno geográfico.

O Brasil tinha virado a página da política de intervenções (1851-70) sobretudo no Prata, baseada na teoria do equilíbrio de poder e da defesa de nossas fronteiras, prevalecente nos tempos da colônia e do Império. Com a República, a prioridade passou a ser o movimento de integração regional. Liquidados os contenciosos territoriais com nossos vizinhos, a política externa voltou-se para o esforço de buscar a união dos países sul-americanos, no que alguns historiadores chamaram de “separação amistosa”.

Rio Branco tinha a percepção das rivalidades e reservas, em relação ao Brasil, mantidas pelos vizinhos, especialmente da Argentina. Os continuados esforços do Barão visando à modernização e ao rearmamento da Marinha e do Exército, e a iniciativa de aproximação com os EUA, por ele patrocinada, reforçaram as desconfianças contra o Brasil. Essa percepção vinha sobretudo da Argentina, que considerava a política externa brasileira como imperialista e favorável a uma hegemonia delegada pelos EUA, a principal potência hemisférica. Apesar disso, Rio Branco manteve sua firme visão dos interesses brasileiros e levou adiante as principais linhas de sua atuação no sentido da maior aproximação com nossos vizinhos. O grau de desconfiança era tanto que a Argentina liderou a formação da Liga das Repúblicas Hispano-Americanas contra os EUA, para fazer frente à aproximação do Brasil contra Washington.

Como um gesto positivo em relação a nossos vizinhos, Rio Branco aceitou iniciar a negociação do Pacto ABC, com a Argentina e o Chile, com vistas a uma “influência compartilhada” na região. O pacto, que acabou nunca tendo sido formalizado, poderia ter caracterizado o que, nos tempos atuais, se convencionou chamar de parceria estratégica. Influência compartilhada e parceria estratégica são rótulos vistosos, que pouco significam na prática. No fundo, o que Rio Branco desejava era que o Brasil não fosse perturbado pelos nossos vizinhos.

Ao contrário do que tem caracterizado a política externa brasileira nos últimos anos, Rio Branco não só tinha a percepção, como atuava no sentido de reforçar a posição do Brasil, sobretudo por considerá-lo diferente dos demais países da América do Sul. Por isso, procurou



executar uma política afirmativa na defesa de nossos interesses, em uma época em que a situação era bastante diferente, pois o Brasil tinha menos peso e menor força relativa. Hoje pela diferença de poder econômico e político é ainda mais justificável seguir o exemplo das linhas de atuação política sul-americana de Rio Branco.

Antecipando-se aos acontecimentos, Rio Branco manteve o Brasil na dianteira dos demais países da região e não abriu espaço para que nosso país ficasse atrelado ou a reboque de decisões dos demais. Mostrou paciência estratégica quando requerida e não deixou que as assimetrias econômicas ou de outra natureza fossem utilizadas para flexibilizar posições brasileiras. Durante seu período à frente do Itamaraty, exerceu expressiva liderança regional e defendeu os interesses do Brasil, até com respaldo da força, quando necessário.

Interesse nacional

Rio Branco tinha uma visão muito clara do interesse brasileiro. Desde sua passagem de ator importante no regime monárquico para o alto cargo de ministro do Exterior na República, transitando pelos episódios descritos sumariamente, mas, sobretudo, pelo trabalho na demarcação de nossas fronteiras e na luta para fortalecer o poderio bélico do país, Rio Branco sempre colocou os interesses do país acima dos interesses da Monarquia e dos interesses partidários. Jamais os interesses do grupo político a que se filiava prevaleceram sobre os interesses do país.

Nos episódios comentados, fica claro, nas suas ações e percepções, o exemplo e a inspiração de Rio Branco.

Em seus escritos, encontrei uma afirmação de grande atualidade que deveria inspirar todos os formuladores de nossa política externa, sobretudo em relação à Argentina: “A política externa não se faz propriamente de sentimentalismos, mas sobretudo se inspira nos interesses nacionais”.

Sentimentalismo hoje pode ser traduzido pelos conceitos de generosidade e solidariedade de nossa política externa, como formulada nos últimos anos. A expropriação das refinarias da Petrobras, ocupadas militarmente pela Bolívia, e as discriminações argentinas contra produtos e empresas brasileiras nos últimos anos, contrariando a letra e o espírito do Tratado do Mercosul, acodem logo à memória como exemplos de visões equivocadas, que certamente o barão do Rio Branco não teria endossado na defesa do interesse das empresas brasileiras.

Rio Branco e a memória nacional

Celso Lafer*

- I -

Escrivi dois textos com alguma ambição sobre Rio Branco. Evidentemente, não foi por acaso, como ficará claro mais adiante, que foram elaborados nas duas ocasiões em que chefei o Itamaraty.

O primeiro data de 1992. É o prefácio a uma edição daquele ano ao *Esboço da História do Brasil* - que data de 1889 - publicado, sob os auspícios do Itamaraty, pela FUNAG e pelo IPRI. Foi elaborado por instigação do embaixador Synesio Sampaio Goes Filho, meu amigo e colega desde os bancos acadêmicos da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, que, na época, era meu chefe de gabinete. Resultou do nosso diálogo em torno da concepção de história do grande chanceler e, em alguma medida, sobre como a erudição previamente acumulada foi relevante para a ação diplomática.

Trata-se, em síntese, de uma reflexão sobre Rio Branco historiador, que, como tal, se preocupou essencialmente com a acurada apuração dos fatos . Não é por acaso que se dedicou à elaboração das *Efemérides brasileiras*. O prefácio explicitava o que diferencia Rio Branco, no campo da história, do Joaquim Nabuco de *Um estadista do Império* e do Oliveira Lima de *D. João VI no Brasil* - seus ilustres contemporâneos. Destacava o extraordinário domínio que tinha dos fatos históricos e geográficos do nosso país, domínio que era admirado por um historiador tão rigoroso como foi Capistrano de Abreu. Concluía chamando a atenção, a propósito do desafio do intelectual confrontado com a ação, sobre como a competência de erudito de Rio Branco foi da maior relevância no encaminhamento das questões de fronteiras das quais se ocupou com grande sucesso, primeiro como advogado do Brasil e, depois, como chanceler.

Aprimoraria hoje o que disse no prefácio, observando que Rio Branco, como historiador, estava interessado em lidar minuciosamente

* Versão revista da exposição feita em 20/06/2012, no seminário dedicado ao centenário do falecimento do barão do Rio Branco, patrocinado pelo Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), de São Paulo.

com os fatos, para responder às perguntas do *who* (quem), *how* (como), *where* (onde), *when* (quando). Estas questões são as da sua *forma mentis* de historiador, que subsequentemente foram fundamentais para a sua atuação como chanceler. São distintas das inquietações filosóficas voltadas para os *whys* (perguntas) e *wherefores* (quais motivações) que, como aponta Paul Johnson no seu livro de 2009 sobre Churchill, explica a diferença entre as narrativas de historiadores voltados para os fatos e os voltados para lidar com as questões filosóficas sobre o sentido da história.

O segundo texto data de 2002. É o discurso de abertura do Seminário “Rio Branco, América do Sul e a Modernização do Brasil”, patrocinado pelo Itamaraty na minha segunda gestão, para comemorar o primeiro centenário da posse de Rio Branco na pasta das Relações Exteriores.

É uma reflexão em torno do sugestivo fato de que, basicamente, os ministros que se seguiram a Rio Branco, seguindo o paradigma iniciado por Lauro Müller, entenderam que o sucediam sem substituí-lo. Lembro que *Os sucessores do Barão* é o título dos dois livros de 2001 e 2006 do embaixador Fernando de Mello Barreto, dedicados a examinar as relações exteriores do Brasil, respectivamente nos períodos 1912-1964 e 1964-1985.

Identifiquei, nesta reiterada postura, a avaliação, por parte dos sucessores do Barão, que ele era o clássico da nossa diplomacia, preenchendo os três requisitos de um clássico propostos por Bobbio:

- (i) É não só representativo, mas um intérprete autêntico e bem sucedido do potencial da diplomacia do seu tempo e, como tal, imprescindível para o conhecimento da sua época – época diplomaticamente importante, que levou à definitiva consolidação das fronteiras do Brasil.
- (ii) É sempre atual, posto que cada geração sente a necessidade de uma releitura própria da exemplaridade da sua obra e atuação
- (iii) E, finalmente, é o elaborador e criador de categorias gerais de compreensão diplomática, aplicáveis a distintas realidades daquelas das quais se originaram.

É por isso que no volume II da coletânea de textos da minha gestão, organizada em torno de tempos, este meu texto sobre Rio Branco está qualificado como pretérito perfeito.



Lembrei, na ocasião, para explicar a continuidade do seu papel de pretérito perfeito na vida diplomática brasileira, o conceito arendtiano de autoridade – de *autoritas*, que vem de *augere*, aumentar – para apontar que os sucessores do Barão entenderam que cabia a eles acrescentar algo de significativo à sua obra – a de um clássico – para ir construindo e consolidando a autoridade institucional do Itamaraty. Daí a ideia da política externa brasileira como uma obra aberta – à maneira de Umberto Eco – que vem sendo construída no correr dos tempos, numa dialética, como diria Miguel Reale, de mútua implicação e polaridade entre tradição e inovação, tendo Rio Branco como referência paradigmática.

Aponte que o caráter fundacional da gestão de Rio Branco está vinculado ao fato de que ele logrou converter o Itamaraty num *lieu de mémoire* da diplomacia brasileira, na linha dos estudos sobre os locais de memória de Pierre Nora na França. Nora diferencia a história – uma representação (uma narrativa) do passado que não conhece senão o relativo – da memória, um espaço de absolutos, que escolhe, seleciona e celebra. É, dizia eu, o caso de Rio Branco, cujas comemorações instigadas pelo respeito, são vividas no presente, com a preocupação de futuro.

- II -

A reflexão sobre o papel da memória, tanto a individual quanto a coletiva, o alcance da memória transgeracional, que assegura a transição entre história aprendida e memória viva, o tema dos quadros sociais da memória, o pertinente registro de que há várias memórias coletivas, vem ocupando a atenção dos estudiosos.

Vou, assim, retomar as minhas reflexões anteriores e, inspirado pelo grande livro de Paul Ricoeur, *A memória, a história, o esquecimento*, explicitar que Rio Branco integra três vertentes da memória coletiva brasileira, a memória nacional, a memória patrimônio e a memória fundadora. Estas, em conjunto, explicam a continuidade da sua ressonância, que estamos hoje celebrando no centenário do seu falecimento, e tem a sua razão de ser na perspectiva da história, da teoria das relações internacionais e do papel que construiu para o Itamaraty no âmbito do Estado brasileiro.



- III -

Começo com a memória nacional, apontando que Rio Branco, na perspectiva da história, completou na República a obra do Império. Pela ação dos seus estadistas, o Império, dando sequência à obra da Colônia, que foi a da ocupação do que é basicamente hoje o território do Brasil, construiu, no plano interno, a unidade nacional. Rio Branco a assegurou no plano externo, por meio da conclusiva definição pacífica das fronteiras do país. Desta maneira, resolveu o primeiro item da agenda de qualquer Estado independente, que é o de poder demarcar, com reconhecimento internacional, aquilo que é o interno de uma nação e o que é o externo do mundo.

Com efeito, Rio Branco, como advogado do Brasil, teve sucesso nas arbitragens internacionais de Palmas, inapropriadamente chamada Missões (1895, limites com a Argentina) e do Amapá (1900, limites com a Guiana Francesa). Subsequentemente, como chanceler, conduziu a grande operação diplomática que, dosando poder e concessões negociadas, equacionou a questão do Acre com a Bolívia por meio do Tratado de Petrópolis (1903). Na sua gestão como Chanceler, solucionou os demais itens pendentes das fronteiras nacionais (Venezuela, 1905; Guiana Holandesa, 1906; Colômbia, 1907; Peru, 1909; Uruguai, 1909) e faleceu depois de legar ao país o mapa definitivo do Estado brasileiro. É por isso que Rui Barbosa o qualificou como o *Deus Termi-nus* da nossa integridade nacional.

Lembro que o Brasil é um país com dez vizinhos e mais de 16 mil km² de fronteiras terrestres. Tem, no plano internacional, escala continental, como a China, a Rússia, a Índia – que integram os BRICs – e os EUA, que George Kennan qualificou como o conjunto dos países “monstros”. Rússia, China e Índia são países com problemas de fronteiras que afetam, até hoje, a sua política externa. As fronteiras dos EUA são um caso particular: em primeiro lugar, resultam de um alargamento que se fez às expensas do México; depois, na condição de grande potência pós-Segunda Guerra Mundial, o país passou a ter a percepção de que as suas fronteiras são o mundo como um todo.

Synesio Sampaio Goes Filho observa que Rio Branco não só fez a história das fronteiras do Brasil, como também a escreveu. Aponta, neste sentido, que a historiografia brasileira está lastreada no que Rio Branco escreveu nos documentos oficiais dos dois arbitramentos que conduziu, no estudo inicial para o terceiro, que Joaquim Nabuco che-



fiou, e nas suas exposições de motivos sobre questões de fronteiras que redigiu como Ministro. Isto passa até pelo uso de “fases e frases” que empregou para explicar os conflitos fronteiriços e as soluções alcançadas. Registra que os historiadores brasileiros da matéria – Helio Viana, Delgado de Carvalho, Teixeira Soares – tiveram toda a razão para fazê-lo, porque não há nada melhor do que os fatos apurados por Rio Branco e o conjunto de argumentos por ele articulado para apresentar, do ponto de vista brasileiro, a formação do nosso território. Registra, igualmente, que a perspectiva do outro, dada pela historiografia dos países sul-americanos nossos vizinhos, não questiona basicamente os fatos nos quais Rio Branco se apoiou, ainda que a eles dê distinta interpretação. Esta não veio a prevalecer no âmbito regional, posto que países que tiveram problemas de fronteiras com o Brasil tiveram contenciosos fronteiriços mais graves com outros vizinhos.

Em síntese, a narrativa histórica brasileira contribui para a consolidação da memória nacional de Rio Branco, ajuda a continuidade da sua reputação e explica, pelo registro da qualidade de sua atuação, porque não há uma contramemória de formação de nossas fronteiras. Lembre-se que, para contrastar com nossa história, há, no Continente, em muitos países, o que já se chamou de “síndrome do território minguante”. A inexistência desta síndrome e de seus desdobramentos explica porque Rio Branco é um legítimo herói nacional e um raro e quase único caso de um diplomata reconhecido como herói nacional do seu país. Vale a pena apontar, neste contexto, como faz Synesio Sampaio Goes Filho que, num levantamento recente realizado no nosso continente, foram identificadas 11 disputas fronteiriças, envolvendo todos os países da América do Sul, menos um, o Brasil.

A política territorial pacífica e não violenta, concluída por Rio Branco, moldou a personalidade internacional do Brasil como, nas suas palavras, um país “que só ambiciona engrandecer-se pelas obras fecundas da paz, com seus próprios elementos, dentro das fronteiras em que se fala a língua dos seus maiores e quer vir a ser forte entre vizinhos grandes e fortes”.¹

1 Discurso pronunciado em 6 de agosto de 1905, na sessão inaugural do Terceiro Congresso Científico Latino-Americano (RIO BRANCO, Barão do (José Maria da Silva Paranhos). *Obras completas do Barão do*. vol. IX. Discursos. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Imprensa Nacional, 1948. p. 76).



- IV -

Observa Rubens Ricupero que Rio Branco, ao definir o espaço territorial do Brasil, definiu também um modo de inserção do país no mundo. Por isso, sua obra integra não apenas a memória nacional de suas realizações, mas a memória patrimônio de um legado diplomático que retém a atualidade da visão de um estadista empenhado em descortinar novos horizontes para o futuro do Brasil, de maneira ao mesmo tempo muito firme e muito sóbria. Esta memória patrimônio de um legado é um dos ingredientes que dele faz, como aponte, um clássico da diplomacia brasileira, que instiga a releitura da sua obra e a reflexão sobre as modalidades de sua atuação como chanceler.

Este legado de uma memória patrimônio provém de uma prática diplomática que leva em conta a existência dos conflitos, mas diligência na identificação do potencial de sociabilidade que permite explorar construtivamente espaços de cooperação e abrir caminhos para uma crescente presença do Brasil no mundo. São componentes desta prática, na atuação de Rio Branco, uma avaliação realista dos condicionantes do poder, uma compreensão precisa do papel das negociações e do Direito num sistema internacional, na sua época, constitutivamente interestatal e intergovernamental. Foi, ademais, um pioneiro no reconhecimento da relevância daquilo que hoje se denomina de *soft-power*. Soube valer-se da imprensa, da publicidade, da importância de uma atuação na construção da pauta da opinião pública interna e internacional, como foi o caso da Conferência da Paz da Haia, de 1907 e do significado de obter prestígio na sociedade – faceta realçada por Gilberto Freyre em *Ordem e Progresso* – para assegurar a sustentabilidade da sua política externa.

Foi na linha do potencial que denominei, em *A Identidade Internacional do Brasil*, de uma leitura grociana da realidade internacional, que Rio Branco criticou os que se entregam à loucura das hegemonias ou ao delírio das grandezas; defendeu a paz como “uma condição essencial ao desenvolvimento dos povos”, argumentou que “o nosso Brasil do futuro há de continuar invariavelmente a confiar acima de tudo na força do Direito e do bom senso”² e sustentou que “o dever do esta-

2 Discurso pronunciado em 20 de abril de 1909, quando da homenagem que lhe prestaram por motivo do seu sexagésimo aniversário (RIO BRANCO, op. cit., p. 190-191).



dista e de todos os homens de verdadeiro senso político é combater as propagandas de ódios e rivalidades internacionais”.³

Foi com esta perspectiva organizadora que buscou a convergência e o entendimento com os nossos vizinhos na América do Sul e trabalhou uma aproximação com os EUA – na época da sua gestão, a potência emergente – a fim de criar espaços adicionais para o Brasil na interação com as então potências hegemônicas da Europa. Estas tinham presença na América do Sul com as três Guianas e, não custa lembrar que, no início da primeira República, ocorreu a ocupação da Ilha de Trindade pelos ingleses, que dela se retiraram com a mediação de Portugal.

- V -

Concluo com a memória fundadora. No Império, política interna e política externa foram as duas faces de um mesmo processo: o da constituição e consolidação do Estado imperial, na precisa avaliação de Gabriela Nunes Ferreira. Por essa razão, os grandes estadistas do Império sempre se ocuparam da política externa, chefiaram missões diplomáticas, em especial no Prata, e o processo decisório da política internacional passava pelo Imperador, pelo Conselho de Estado, pelo Congresso e pelos partidos na vigência de uma monarquia de regime parlamentar. Era dentro deste contexto circunscrito que atuava o ministro. Basta lembrar que o ministro dos Negócios Estrangeiros atuava não só à sombra do Imperador, mas que, dos 72 membros do Conselho do Estado nomeados pelo Imperador, no período de 1842 a 1889, 29 foram Ministros dos Negócios Estrangeiros, sete desses por mais de uma vez. Assim, a atuação do titular da pasta era, em larga medida, controlada por seus pares, como apontou Pandiá Calógeras.

Este dado de natureza institucional desapareceu com a República, que Rio Branco contribuiu para legitimar, como aponta Rubens Ricupero, com o sucesso de sua política externa. Esta foi fruto do seu pendor analítico transformado em uma vasta capacidade sintética, que dele fizeram não apenas um especialista de relações internacionais, mas um homem de Estado, para recorrer à avaliação de Calógeras.

3 Discurso pronunciado em 27 de agosto de 1906, por ocasião da Terceira Conferência Pan-Americana (RIO BRANCO, op. cit., p. 97).





O sucesso de Rio Branco liberou os homens públicos brasileiros para se concentrarem no desenvolvimento do espaço nacional permitindo que, ao fazer do Itamaraty um *lieu de mémoire* da diplomacia brasileira, construísse uma instituição do Estado brasileiro, respeitada internacionalmente e dotada de autoridade própria na condução da política externa. É por isso mesmo que foi, e a Casa da diplomacia brasileira reconhece no seu patrono, o grande *institution-builder* do Itamaraty, que continua haurindo força na memória fundadora da sua notável atuação.





O ufanismo vai cedendo nos cem anos de Rio Branco

Matias Spektor*

RESUMO

Figura maior da diplomacia brasileira, José Maria Paranhos Jr., o barão do Rio Branco (1845-1912), morreu ungido por tal unanimidade que só começou a ser visto sem ufanismo nas últimas décadas. Este ensaio esquadrinha criticamente a trajetória do chanceler e os mitos que há um século se forjam em torno dele.

•

Toda nação vive, em parte, de seus mitos. Poucos têm tanta força entre nós quanto o do barão do Rio Branco, morto há cem anos.

Ele merece seu lugar no panteão, porque expandiu o território nacional sem recurso às armas e sem grandes alianças. O país que representava estava enfraquecido, desarmado e isolado, e sua performance fez toda a diferença.

Mais, Rio Branco fez de si o elo entre o Império derrotado e a República vitoriosa. Com pai ministro, senador, diplomata e chanceler de d. Pedro II, ele assistiu à queda da Monarquia, mas evitou o exílio típico de muitos de sua classe e serviu a quatro presidentes, como ministro das Relações Exteriores, sem compunção (1902-12).

Sua adesão à República foi total: pôs a política externa a serviço dos novos-ricos da burguesia agroexportadora e não hesitou em entrar para a vitrine da nova ordem, a Academia Brasileira de Letras. Mas, com estilo todo próprio, manteve o título de barão e fomentou a mitologia segundo a qual a diplomacia republicana bebia da fonte de um suposto passado imperial de glórias.

Habilidoso jogador para uns, inescrupuloso camaleão para outros, enfrentou desafetos e inimigos. Para os monarquistas, era um traidor. Para os republicanos, potencial líder da restauração monarquista. Sua política externa foi fustigada na Câmara, no Senado e na imprensa. Mais de uma vez a boataria previu sua queda. Só virou unanimidade depois de morto.

* Colunista da *Folha de São Paulo*. Texto publicado em: *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 jul. 2012. Ilustríssima.



Sobreviveu a quatro trocas de governo em grande parte por seu talento de jornalista e sua rara capacidade de manipular a imprensa. Escreveu prolificamente sob pseudônimos. Leitor compulsivo de jornais, não hesitou em pautar editores, nem a eles queixar-se de coberturas desfavoráveis.

Alimentou calculadamente a imagem de excêntrico. Eram proverbiais a desordem de seu gabinete, a humilde cama instalada em seu despacho no Itamaraty, a caça aos mosquitos com uma vela, a mania de jogar água fria nos gatos que perambulavam pelo ministério e a fobia de elevadores.

O barão também teve sorte. Nos dez anos anteriores a sua posse, o Brasil afundou em hiperinflação e crise política. Revoltas pipocaram no Sul, em Mato Grosso e no Nordeste. Na Revolta da Armada, o porto do Rio foi bloqueado e bombardeado. Em 1897, houve um atentado contra o presidente. Em três anos, Floriano Peixoto teve oito ministros do Exterior. Assumindo o Itamaraty em 1902, Rio Branco encontrou debelada a inflação e as crises, num respiro para a política externa.

Ao morrer de complicações de saúde, ainda ministro, aos 67 anos, em 1912, detinha mais capital político que os presidentes aos quais servira. Estima-se que tenham ido ao enterro 300 mil pessoas, um quarto da população carioca.

Biografias

Em muitos países, uma figura desse naipe seria objeto de ricas e divergentes biografias. Não aqui. A literatura sobre o barão é escassa, ignora a farta documentação disponível sobre ele em arquivos estrangeiros e mantém-se irritantemente laudatória.

Álvaro Lins, Jarbas Maranhão, Afonso de Carvalho e Renato Sêneca Fleury lançaram hagiografias no centenário de seu nascimento (1945). Quinze anos depois, Luis Viana Filho publicou trabalho um pouco mais rigoroso. O conjunto faz do barão um herói irretocável. Nos anos 2000, começou a aparecer algum questionamento, ainda que tímido. Rubens Ricupero, em seu *Rio Branco, o Brasil no Mundo* (2000), abre avenidas de investigação em brevíssimas 70 páginas. Cristina Patriota faz o mesmo no também breve *Rio Branco, a Monarquia e a República* (2003).



Ler a respeito de Rio Branco ainda é frustrante. Do conjunto das obras existentes, aprende-se que ele era “coerente”, “seguro”, “inovador”, “singelo”, “lúcido”, “despretensioso” e, curiosamente, conseguia ser “tímido” e “extrovertido” ao mesmo tempo. Como se tivesse poderes do além, “não falhou em nada que empreendeu”.

Um sopro de lucidez é o novo livro do diplomata e historiador Luís Cláudio Villafañe G. Santos, *O Evangelho do Barão* (2012). Corretivo necessário, põe em perspectiva o que houve de incoerente, inseguro e pretensioso na trajetória do Barão, sem reduzir a genialidade do homem e de seu projeto político. Como *O dia em que adiaram o carnaval* (2010), do mesmo autor, trata-se da melhor leitura, ainda que analítica, não propriamente biográfica.

Fica para o futuro a tarefa de desmontar dois mitos persistentes a respeito do Barão: a suposta busca da liderança regional no entorno sul-americano e a suposta “aliança não escrita” com os EUA.

Equilíbrio

Rio Branco era devoto da teoria do equilíbrio de poder. Entendia que todo protagonismo brasileiro levaria os vizinhos do Prata e do Amazonas a formar uma coalizão antibrasileira. Chegou a confidenciar a um interlocutor que “nenhum país de língua espanhola é bom e nenhuma pessoa de sangue espanhol é confiável”.

Não era à toa. A Argentina, antiga rival, encontrava-se em franca ascensão. O Brasil de Rio Branco era relativamente fraco. Em 1906, por exemplo, nossa dívida pública era o dobro da argentina; o comércio exterior, metade; assim como a rede de linhas telegráficas. A Argentina tinha 21.600 km de trilhos; o Brasil, para um território muito maior, apenas 16.800 km. A força naval argentina era bem superior.

Em 1908, o barão estava seriamente preocupado com um ataque militar argentino. O governo de lá era, disse ele, “tresloucado”. Ainda jovem, escrevera: “Não temos esquadra, não temos torpedos, não temos Exército; e os argentinos têm tudo isso”. Pediu recursos para armar o Brasil, sem sucesso.

Assim, em posição de fraqueza relativa, Rio Branco fez três movimentos. Primeiro, acelerou a negociação das fronteiras, para evitar que possíveis conflitos militares ganhassem vulto – o Brasil não tinha condições de vencer.



Segundo, construiu um edifício conceitual calcado nos princípios de não intervenção, satisfação territorial e negociação de diferenças sem recurso à força. Fez isso porque o país não tinha alternativa.

Terceiro, Rio Branco propôs um acordo de “cordial inteligência” entre Argentina, Brasil e Chile, o ABC. Tratava-se de um modelo para mitigar a competição e criar canais de comunicação entre seu rival (Argentina) e o rival de seu rival (Chile). Esse “condomínio” para manter a região estável – o Brasil não podia se dar ao luxo da guerra – permitiria limitar efeitos negativos da ascensão argentina.

Buenos Aires descartou o ABC. Os dois países logo entrariam em uma corrida por poder, prestígio e influência, que só se resolveria, em favor do Brasil, 60 anos mais tarde.

EUA

Todo manual de história diplomática – e todo livro sobre Rio Branco – repete a mesma tese: o chanceler teria feito dos Estados Unidos o principal aliado do Brasil republicano. Foi o historiador americano E. Bradford Burns quem desenvolveu o conceito, em seu *A aliança não escrita: Rio Branco e as relações do Brasil com os EUA*, de 1966.

A tese está equivocada: nem Rio Branco aliou-se aos EUA, nem os americanos fizeram do Brasil um aliado. A aproximação foi intensa, mas não menos parcial, conflituosa e frustrante para os dois países.

O barão não tinha ilusões. “Prefiro que o Brasil estreite as suas relações com a Europa a vê-lo lançar-se nos braços dos EUA”, escreveu antes de assumir. Quem pedia uma “aliança tácita, subentendida” era Joaquim Nabuco, seu embaixador em Washington.

Rio Branco não evitou rotas de colisão. Em 1906, frustrado com a falta de cooperação dos EUA na III Conferência Pan-Americana, no Rio, provocou seu chanceler Elihu Root: “[A Europa] nos criou, ela nos ensinou”. Tensão maior ocorreria em 1907, em Haia.

Uma consulta aos arquivos diplomáticos de Washington revela desconfiança em relação ao Brasil, preocupação em não hostilizar ou isolar a Argentina e, sobretudo, boa dose de indiferença. Do ponto de vista americano, não havia aliança, nem nada parecido.

Rio Branco usou o vínculo instrumentalmente e com vistas a tirar vantagens para o Brasil e para si mesmo. Mostrar-se como um aliado



de Washington rendia frutos políticos internos, pois a república brasileira se identificava com o federalismo americano (“Somos da América e queremos ser americanos”, diz o manifesto de 1870). De quebra, na Revolta da Armada, os EUA apoiaram Floriano Peixoto contra os monarquistas.

O chanceler também usou os EUA como escudo. Ele temia que a expansão neocolonial europeia se espraiasse em áreas de fronteira malculadas, como Amapá, Roraima e o rio Amazonas.

Quem poderia nos ajudar?

As definições da política externa norte-americana são feitas – explicava ele, em 1905 – sem ambiguidades, com arrogante franqueza, sobretudo quando visam os mais poderosos governos da Europa, e o que acontece é que estes não protestam nem reagem, antes acolhem bem as intervenções americanas.

Usos e abusos

Há cem anos, o nome do Barão é usado e abusado. Nas palavras de Villafañe, trata-se de uma verdadeira “santificação de Rio Branco na religião laica do nacionalismo”.

Seus sucessores, por exemplo, justificaram políticas controversas apelando para o patrono. Nos anos 1940, Oswaldo Aranha o usou para convencer o público a aceitar lutar, junto aos EUA, na Segunda Guerra Mundial. Na década de 1960, Mário Gibson Barboza invocou-o para explicar a expansão do mar territorial brasileiro em 200 milhas.

Nos anos 1990, Celso Lafer ancorou nele a decisão de fazer concessões à Argentina. Nos 2000, Celso Amorim viu nele as sementes da Unasul. Agora, Antonio Patriota afirma que a aproximação do Barão aos EUA – naquele momento uma potência periférica – inspira a proximidade atual aos Brics (China, Índia, Rússia e África do Sul).

Nada disso surpreende. O Barão, quando chanceler, também forjou mitos para justificar-se. Seus sucessores, ainda que sem o seu estilo, não fizeram mais do que segui-lo.





Um barão pra presidente

Bruno Graça Simões*

A Presidência dele seria de um tipo novo e ainda inteiramente desconhecido. Acredito que, graças à boa estrela, ele a pudesse levar até ao fim entre aplausos universais, mas the 'good time' acabaria com ele e a sucessão seria pesada e triste por muito tempo. Com ele, acabaria o encantamento. É um grande mágico!
– Joaquim Nabuco¹

“**P**refiro ser fuzilado!” – disparava o barão do Rio Branco contra quem perguntasse sobre sua candidatura à sucessão do presidente Afonso Pena. Seu envolvimento nas disputas que antecederam as eleições presidenciais de 1910, episódio pouco lembrado quando se fala da vida do Barão, merece ser revisitado. A efeméride do centenário de sua morte apenas contribui para justificar a necessidade de refletir sobre os feitos do patrono de nossa diplomacia. Sua memória, apropriada e desapropriada ao sabor das conveniências, repousa serenamente entre a mitologia e o esquecimento².

Chanceler desde 1902, José Maria da Silva Paranhos Júnior reunia credenciais para ser presidente dos Estados Unidos do Brasil por qualquer critério que se empregasse. Conhecedor absoluto da política externa brasileira, que conduziu sob Rodrigues Alves e sob Afonso Pena, o Barão era uma das estrelas maiores da República dos Conselheiros, que marcou o Brasil dos primeiros anos do século XX.

* Diplomata (turma de 2010-12). Bacharel em Direito (2006) e mestre em Direito Internacional (2010) pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Texto publicado em: *Juca*: revista dos alunos do Instituto Rio Branco, Brasília, ano 5, n. 5, p. 18-25, 2011.

1 *Apud* Álvaro Lins, “De Washington, em carta a um amigo”, p. 419, sem referências detalhadas. Vide nota abaixo.

2 O presente ensaio se baseia nos dois mais importantes relatos biográficos da vida de Rio Branco, o de Álvaro Lins, *Rio Branco* (3. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1996), e o de Luís Viana Filho, *A vida do Barão do Rio Branco* (8. ed. São Paulo: EdUFBA/UNESP, 2008), cujas edições originais já completaram algumas décadas de publicação. Não se tem aqui a pretensão de superá-los ou negar seu mérito. Busca-se apenas retomar um aspecto pouco recordado da trajetória do Barão, fazendo uso das fontes e interpretações desses dois biógrafos como referências principais.

Igualmente, a capacidade política para questões internas restava inconstrastável. Rio Branco demonstrara-a inúmeras vezes ao longo dos governos a que serviu. Foi decisiva, por exemplo, a sua intervenção em fevereiro de 1908 para apaziguar uma querela parlamentar surgida entre o bloco situacionista, liderado pelo senador gaúcho Pinheiro Machado, e a numerosa bancada mineira da Câmara dos Deputados, liderada pelo jovem deputado Carlos Peixoto. Era o prelúdio da “sucessão pesada e triste”, profetizada por Joaquim Nabuco.

Os políticos mineiros estavam em movimento para assegurar a preponderância de seu estado no comando da República. Os vitoriosos da eleição de 1906 organizavam-se agora para lançar a candidatura presidencial de João Pinheiro, presidente das Minas Gerais. A iniciativa esbarrava nos planos de outras lideranças estaduais, que se viam igualmente habilitadas para o jogo sucessório. Entre os mais incomodados, estava o todo-poderoso Pinheiro Machado. Militar veterano das campanhas gaúchas na Revolta da Armada, Pinheiro Machado era o principal representante de uma tradição política de inspiração autoritária e positivista, da mesma linhagem de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros.

Os mineiros tinham o jovem Carlos Peixoto como porta-voz. Junto dele, um grande grupo de parlamentares ditos progressistas, dispostos a viabilizar a candidatura presidencial de João Pinheiro com o apoio de Afonso Pena. Devido à relativa juventude do grupo, seus rivais os chamavam “jardim da infância”. Etapa preliminar dessa ambição seria a eleição de Carlos Peixoto para a presidência da Câmara dos Deputados. Ora, o grupo situacionista de Pinheiro Machado obstava essa eleição, enquanto o presidente da República se inclinava em favor de seus conterrâneos.

Para desfazer o nó político, Pena escalou o desatador-geral da República, Rio Branco. Feita a paz de compromisso entre as duas facções, os observadores da política brasileira daquele momento visualizavam uma disputa presidencial acirrada, na qual esses dois grupos políticos duelariam por suas próprias razões. O presidente e seu “jardim da infância”, com João Pinheiro representando a continuidade da hegemonia política mineira no comando da República; e Pinheiro Machado e sua “velha guarda”, imaginava-se, com o senador Rui Barbosa, da Bahia, que regressara triunfante da Conferência de Paz da Haia de 1907. Opções marginais seriam os dois ministros politicamente mais



expressivos do gabinete de Afonso Pena: o barão do Rio Branco, ou o marechal Hermes da Fonseca, da pasta da Guerra.

A morte de João Pinheiro, em outubro de 1908, alterou o cenário. Sem o candidato oficial, as articulações se embaralharam, com os nomes de Rui, Rio Branco e Hermes entre os mais falados. Pinheiro Machado, dizia-se, apoiaria Rui Barbosa, mas o senador baiano recusou-se, naquele momento, quase dois anos antes do pleito, a apresentar seu nome para a disputa.

Reservando para si o direito de indicar um sucessor, Afonso Pena optou por David Campista, seu ministro da Fazenda. A escolha de Campista surpreendeu a todos, uma vez que o jovem ministro da Fazenda de Pena nunca disputara eleições e apresentava um perfil discreto. Embora fosse indiscutivelmente culto e preparado para as funções que exercia, não era popular e tampouco tinha experiência no pesado jogo político que caracterizava a Velha República brasileira. Rapidamente, Campista colheu seu primeiro “veto”, o de Rui Barbosa.

Senador desde o início da República, nome sempre lembrado para disputar a presidência, Rui Barbosa detinha as qualidades morais para recusar apoio a qualquer candidato de Afonso Pena e dispunha de força política para articular uma candidatura alternativa. Sua escolha recaiu sobre Rio Branco e sua dedicação à eleição de Paranhos tomou força com o lançamento da candidatura de Campista.

Alas politizadas do Exército, remanescentes dos jacobinos de Floriano Peixoto e os chamados “militaristas” já esboçavam, por sua vez, a candidatura majoritária de Hermes da Fonseca, tido até então como um bom candidato a vice-presidente. Um dos primeiros a falar abertamente sobre a candidatura militar fora o senador catarinense Lauro Müller. Também o vice-presidente Nilo Peçanha parecia pender a favor de Hermes. Pinheiro Machado testava as águas, sem apoiar ninguém e mandando acenos para Rui, para Afonso Pena e para os militares.

O marechal Hermes, em verdade, reunia todos os predicados para uma candidatura militar. Era sobrinho do fundador da República, o marechal Deodoro, de quem fora ajudante-de-campo. Seu pai, também marechal e também Hermes, ocupara cargos públicos, chegando a governar a província do Mato Grosso nos últimos anos de dom Pedro II. Hermes se destacara durante o governo Rodrigues Alves devido ao vigor com que reprimira a Revolta da Vacina.



Convidado por Afonso Pena para ocupar a pasta da Guerra, assumiu o cargo em 15 de novembro de 1906 e se notabilizou por esforços, muitas vezes em sincronia com Rio Branco, para promover a modernização do material bélico e do treinamento do Exército Brasileiro. É obra de Hermes, na pasta da Guerra, a criação do serviço militar obrigatório. Ao regressar da Alemanha, em novembro de 1908, onde fora acompanhar manobras militares como convidado do imperador Guilherme II, Hermes já era o nome de consenso entre os militaristas. Faltava apenas convencer os civis.

Para os civis, no entanto, a hipótese de uma candidatura militar era vista com muita reserva, devido ao retrospecto negativo dos governos militaristas de Deodoro e Floriano, momentos de fragilidade institucional inéditos para os brasileiros vivos naqueles dias. Para Rui, Rio Branco seria a candidatura nacional, de consenso, apaziguando as diversas facções governistas nos estados.

De fato, a candidatura de Paranhos se apresentava como a única de caráter genuinamente nacional, uma vez que o Barão exercera cargos públicos em que representava o interesse do país, e não os interesses deste ou daquele estado federado. Embora tivesse sido eleito deputado pela longínqua província do Mato Grosso no distante ano de 1869, permanecia afastado das disputas regionais e era muito apreciado pelas camadas urbanas, especialmente na capital federal. Quando participava da política interna, fazia-o com o objetivo de desdramatizar as agendas políticas que poderiam minar a estabilidade do governo.

Gozava ainda de prestígio intelectual junto à classe política e também entre os militares. Estudioso da história militar e diplomática do Brasil, herói nacional, conhecedor das vicissitudes da política interna e da política externa, não havia na jovem república brasileira alguém com tão elevado perfil. Por um capricho da história, o homem mais preparado para a presidência da República era monarquista.

O componente monarquista de suas convicções políticas, a propósito, não o impedia de exercer suas funções na República com o pragmatismo da lealdade à nação, mas parece ter sido um dado importante no comportamento do Barão em face da iminente candidatura à Presidência. Essa condição de seu pensamento político, essa aparente lealdade ao regime caído, pode ser a justificativa da falta de entusiasmo pessoal quando sua candidatura ganhou força.

Em 20 de abril de 1909, por exemplo, comemorando seu sexagésimo quarto aniversário, viu-se o barão do Rio Branco surpreendido



por expressiva manifestação popular. A coincidência da efeméride com as paixões acirradas para a sucessão presidencial tornou o aniversário do Barão um pretexto para manifestações públicas de apoio. Foram grandes as demonstrações, segundo as descrições colhidas pelos biógrafos do Barão. Diante de tamanha aclamação popular, Rio Branco pronunciou um discurso de agradecimento que tocava na questão da sucessão presidencial.

Há trinta e quatro anos separei-me das lides da política interna, sem dúvida das mais belas e nobres quando só inspiradas pelo ideal da felicidade e grandeza da pátria. E afastei-me porque, ensaiando-me nelas obscuramente, pude logo verificar que me faltavam as aptidões e qualidades brilhantes que se requerem nos combatentes dos partidos políticos. Entreguei-me desde então ao serviço do país nas suas relações exteriores porque, ocupando-me, na serenidade do gabinete, com assuntos ou causas incontestavelmente nacionais, eu me sentiria mais forte e poderia habilitar-me a merecer o concurso das animações de todos os meus concidadãos. Não me arrependo da resolução que tomei na mocidade e, sem quebra, tenho mantido, no posto em que sucessivamente me colocaram dois presidentes da República.³

De longe, interlocutores privilegiados do Barão reagiam com preocupação à movimentação política interna. Embora o admirassem e reconhecessem suas virtudes cívicas, viam a possibilidade de uma disputa eleitoral como um desgaste desnecessário que só viria a macular a reputação de que gozava em todo o país. Um dos colaboradores mais próximos do Barão, Domício da Gama, manifestava-se contrário à candidatura e explicava que a posição de Rio Branco como unanimidade nacional era única e deveria ser conservada⁴.

Ao longo do mês de maio de 1909, uma sucessão de acontecimentos viria a atropelar Rui Barbosa em seu intento de lançar a candidatura de Rio Branco. Ainda em 1908, Rui incumbira Pinheiro Machado de levar o nome de Rio Branco a Afonso Pena. Do encontro com o presidente, o senador gaúcho retornara alertando que Pena “ve-

3 *Jornal do Commercio*, 21 abr. 1909 (apud VIANNA FILHO, op. cit., p. 492).

4 “Tenho gostado de vê-lo apontado por todos como o presidente normal do Brasil. Mas não se deixe convencer e eleger presidente. A sua posição é única: conserve-a.” (Domício da Gama, em Carta de Buenos Aires, 21 maio 1909. Inédita. Arquivo Rio Branco. Apud VIANNA FILHO, op. cit., p. 493).



tara” o nome de Rio Branco. A manobra desastrada de Pena, apoiando o pouco expressivo David Campista, parecia corroborar a tese de que o presidente reservava para si o direito de fazer seu sucessor e que a candidatura natural de Rio Branco não contava com o apoio de seu chefe de Estado. Descobriu-se depois que Rio Branco não fora vetado por Afonso Pena, mas que o nome do Barão já fora apresentado como inviável por Pinheiro Machado a Afonso Pena, o que parece ter motivado o presidente a optar por seu ministro da Fazenda⁵.

O cenário era composto por duas candidaturas. A de David Campista, bancada por Afonso Pena e por seu grupo político, sem muito entusiasmo. A de Rio Branco, bancada por Rui Barbosa. O marechal Hermes entrou oficialmente na disputa por ocasião do seu aniversário, em 12 de maio de 1909, quando partidários do militarismo organizaram expressivas manifestações de apoio à sua candidatura. Foi esta a primeira demonstração pública a favor de Hermes. Dois dias depois, em despacho com o presidente, o marechal tratou de sua candidatura, apresentando a seguir a sua renúncia à pasta. Demovido pelo presidente, Hermes retirou a renúncia, mas não retirou a candidatura.

A relação entre o marechal Hermes e o presidente Afonso Pena, aliás, não era das mais afetuosas. O marechal já tentara renunciar em 1908, semanas depois de um atentado contra sua vida, por ressentir-se com o fato de não ter recebido qualquer gesto de consideração por parte do presidente da República. Dotado de uma personalidade dócil e influenciável, Hermes voltara atrás graças à intervenção de Rio Branco. Agora, instado a concorrer, renunciava novamente e, chamado à razão pelo presidente, tornava a recuar⁶.

O jogo sucessório ganharia contornos decisivos em 17 de maio. Naquela data, chegava a Afonso Pena correspondência do novo presidente das Minas Gerais, Wenceslau Braz, informando, com o tato característico da prática política mineira, que encontrara dificuldades e resistências ao nome de David Campista, o que significava o mesmo que vetar o nome do ministro da Fazenda. Na mesma noite, Pinheiro Machado recebeu algumas lideranças parlamentares em seu espaçoso palacete do Morro da Graça, nas Laranjeiras. Entre os presentes, republicanos históricos, como Quintino Bocaiúva e Francisco Glicério. O próprio senador gaúcho assim narraria o encontro:

5 LINS, op. cit., p. 413.

6 Ibidem, p. 414. VIANNA FILHO, op. cit., p. 495 et seq.



Reunidos esses amigos, aclarei-lhes que urgia tomarmos uma resolução, escolhendo um nome que merecesse o apoio da maioria dos diretores da política nacional que conosco comungavam. Interrogado por um circunstante qual a minha opinião, respondi-lhe que, estando eu à testa do movimento, seria simplesmente um coletor da expressão da maioria. Esquivei-me propositadamente de mostrar preferências por um nome, porque eu desejava que aquela reunião tivesse o cunho da maior liberdade, da maior sinceridade na expressão da vontade de cada um dos circunstantes, não desejando absolutamente que a minha opinião pudesse constranger as manifestações dos meus amigos.⁷

Entre os amigos presentes em casa de Pinheiro Machado, não constavam Rui Barbosa e Rio Branco. Os dois estadistas participavam, naquela mesma noite, de sessão solene na Academia Brasileira de Letras, na qual Rui, presidente da Academia, pronunciava sua saudação ao escritor francês Anatole France, que visitava o Rio de Janeiro na ocasião. O resultado do conclave de Pinheiro Machado foi anunciado pelo anfitrião nos seguintes termos:

Mas a verdade é que, na ocasião, não reunindo os nomes então lembrados do ilustre senador pela Bahia e do barão do Rio Branco, mais do que dois ou três votos, o nome que teve a maioria dos sufrágios foi o do marechal Hermes.⁸

O marechal Hermes, tendo a candidatura à Presidência oferecida pelos aliados de Pinheiro Machado, condicionou sua aceitação ao beneplácito de Rio Branco e de Rui Barbosa. Mais uma vez, a habilidade política de Pinheiro Machado prevaleceu. Na tarde de 18 de maio, Pinheiro Machado e o senador Francisco de Sales, de Minas Gerais, estiveram com Rio Branco, pedindo que persuadissem o marechal Hermes a aceitar a candidatura. O veto de Rui Barbosa era inevitável. O sentido do pedido não visava ao convencimento de Hermes, mas à capitulação política do único que poderia deter sua candidatura: Rio Branco.

Tamanho era o prestígio de Rio Branco que, tendo Hermes da Fonseca condicionado sua candidatura à concordância dos dois estadistas, bastou-se o marechal com a concordância do Barão para se “convencer” a disputar a eleição na qual acabaria enfrentando o pró-

7 SILVA, Cyro. *Pinheiro Machado*. Brasília: UnB, 1982. p. 92.

8 Ibidem.



prio Águia da Haia. Este certamente recusaria qualquer apoio a Hermes, a qualquer preço, em qualquer cenário, e insistiria no nome de Rio Branco. Sem o apoio de Afonso Pena, confundido que fora o presidente por Pinheiro Machado quanto à viabilidade de seu nome, o Barão recebera sinais favoráveis somente da Bahia e de São Paulo. Muito pouco, para quem era aclamado como um herói nacional.

Uma candidatura não consensual de Rio Branco dependeria de um grande dispêndio de dinheiro, muitas viagens pelo país, confrontando não apenas o próprio Hermes, mas também as oligarquias locais que o apoiavam, e correndo o sério risco de perder a eleição. Se, para Rui Barbosa, a perspectiva de uma acirrada campanha eleitoral soava como música, para Rio Branco era preferível, já o dissemos, o pelotão de fuzilamento. Republicano de primeira hora, jurista, político e diplomata, Rui estava comprometido até a medula com a política interna. Jamais fugia à refrega, como demonstrava sua trajetória política, mesmo para causas perdidas. Quixotesco, campearia até o fim pela candidatura de Rio Branco.

Para o fatigado chanceler, por outro lado, doente de problemas circulatórios, dizendo-se com dificuldades financeiras, afastado da família, monarquista desinteressado da política partidária, parecia mais simples, mais sensato, mais pragmático apoiar Hermes da Fonseca, que lhe devotava grande respeito, e trabalhar para contrabalançar as influências nefastas de Pinheiro Machado ao pé do ouvido do marechal presidente. Ademais, Hermes da Fonseca parecia convencido a renovar os equipamentos das Forças Armadas e a capacidade de defesa nacional, projeto antigo de Rio Branco, que um candidato não militar talvez pudesse considerar menos prioritário.

O dado da volubilidade do marechal era conhecido de todos. “Um bom ministério poderá salvá-lo; um mau corrilho o perderá”, pontificava Rui Barbosa⁹. Na noite de 18 de maio, Rio Branco anotou em seu caderno de notas: “Questões de sentimentalismo não devem prevalecer sobre as conveniências da defesa nacional e os interesses políticos da nação”¹⁰. Era a capitulação. Rio Branco aceitara a candidatura de Hermes e parecia estar disposto afastar o mau corrilho.

Alheio ao pensamento do Barão, mas informado do que se passara na mansão do Morro da Graça, Rui redige um importante documento político em que tenta, pela última vez, lançar a candidatura de

9 Apud LINS, op. cit., p. 416.

10 Ibidem, loc. cit., nota de rodapé 713.



Rio Branco contra a candidatura de Hermes. A carta, endereçada a Francisco Glicério e Antônio Azeredo, vem a público em 19 de maio. Nela, Rui exalta as qualidades pessoais do marechal Hermes, mas condena o sentido político de sua candidatura e do movimento militarista que a acompanhava, contrapondo-a a um movimento civilista. Ao falar de Rio Branco, Rui oferece verdadeiro panegírico do Barão:

Esse nome, apresentei-o eu, ultimamente, como solução nacional. E era. Um nome universal; uma reputação imaculada; uma glória brasileira; serviços incomparáveis; popularidade sem rival; qualidades raras; o hábito de ver os interesses nacionais do alto, acima do horizonte visual dos partidos; extremoso patriotismo; ardente ambição de grandes ações; imunidade a ressentimentos políticos, dos quais teve a fortuna de se preservar; uma entidade, em suma, a todos os respeitos singular para a ocasião, para o caso, para a solução providencial do problema. Era uma candidatura que seria recebida nos braços da nação e levada por ela em triunfo à Presidência.¹¹

Com elegância, Rio Branco respondeu a Rui Barbosa em 22 de maio. Já havia sido procurado, em sigilo, pelo genro de Rui Barbosa, no princípio do mês de maio, e já havia transmitido sua recusa. Agora, por escrito, buscava fundamentar sua decisão:

Se o plano ideado por V. Exa., pudesse ter surtido efeito na primeira quinzena deste mês, dando-se no nosso mundo político uma unanimidade de sentimento, que era e há se ser sempre impossível, em torno de qualquer sugestão deste gênero, certo é que eu teria sido forçado ao grande sacrifício que se me pedissem. Posso dizê-lo agora que o perigo – imenso para mim e para os meus – está de todo passado, e bem passado, porque, se eu não podia prestar-me a ser competidor do meu colega e amigo dr. David Campista, também não posso concordar em que se oponha o meu nome ao do meu amigo e colega Hermes da Fonseca. E penso já ter provado que sou capaz de sacrificar comodidades e interesses pessoais meus. Os que me conhecem mais de perto sabem que não foi pequeno o sacrifício que fiz aceitando em 1902 o posto de ministro de Estado e mantendo-me nele com grande e irreparável prejuízo material para mim e minha família.¹²

11 Apud LINS, op. cit., p. 415.

12 Ibidem, p. 416.



No mesmo 22 de maio, Pinheiro Machado fazia aclamar a chapa Hermes-Wenceslau, costurando, assim, um apoio com Minas Gerais que isolava Afonso Pena. Em 25 de maio, a despeito das vontades dos donos do poder, nova manifestação popular a favor de Rio Branco revelou a dimensão das expectativas populares em torno de sua candidatura. Rio Branco descera de Petrópolis, a pedido de Pena, para convencer Hermes a deixar a pasta da Guerra, uma vez que sua candidatura agora era oficial. Um novo ministro da Guerra poderia aplinar o caminho para David Campista, supunha o alienado presidente. Tendo almoçado com o marechal, Rio Branco retomou seus afazeres até ser surpreendido pelas reações da população carioca. Jornais da época indicam que cerca de dez mil pessoas acompanharam o automóvel do Barão desde o Brahma, onde jantava, ao Itamaraty, com gritos de “viva o candidato do povo” e “viva o presidente do povo”¹³.

De fato, a candidatura de Rio Branco parecia surgir espontaneamente, a despeito da promoção do nome do marechal Hermes pelas oligarquias estaduais. Os motivos parecem óbvios: Hermes era o legatário da República da Espada, até por laços de sangue; Rio Branco era o continuador da República dos Conselheiros. À República da Espada, associam-se o golpe de Estado que depôs o Imperador, a crise econômica, as revoltas da Armada fustigando a capital federal. À República dos Conselheiros, associam-se a recuperação da estabilidade econômica e política do país, o opulento ciclo da borracha, a reurbanização do Rio de Janeiro e as vitórias diplomáticas do barão do Rio Branco.

Em 14 de junho de 1909, uma nova reviravolta abalou o cenário pré-eleitoral: aos 61 anos, Afonso Pena faleceu no Rio Janeiro. A saúde do presidente há muito vinha frágil. Sintoma dessa fraqueza física era o total descontrole do processo político que envolvia a sua sucessão, insistindo de maneira insensata na candidatura de David Campista.

- 13 Conta-nos Rio Branco em seu diário: “Jantei no restaurante Brahma. Comigo, Ernesto Sena, Araújo Jorge e meu sobrinho Gastão. Manifestação no restaurante em favor da minha candidatura. Ao sair, iguais manifestações na Avenida. Segui na direção da Avenida Beira-Mar. Perto do Teatro Municipal, encontro com Quintino Bocaiúva, recém-chegado. Voltando para a Secretaria, procurei evitar parte da Avenida. O automóvel tomou a Rua da Carioca. Havia muita gente. Seguimos na direção do Largo de São Francisco de Paula. Foi pior. Procuramos ganhar depressa a Rua do Teatro. Os estudantes, operários e outras pessoas que ali estavam correram a cercar o automóvel e, cercado pelo povo, foi levado pela Rua da Carioca, Avenida Central e Rua Floriano Peixoto até o Itamarati. Vários oradores se fizeram ouvir. Respondi agradecendo e afirmando de novo que não sairia do círculo que me tracei, só me ocupando de questões de política exterior.” (Apud VIANNA FILHO, op. cit., p. 498).



Com seu desaparecimento, o vice-presidente Nilo Peçanha assumiu o governo da República. Nilo era um ex-presidente do Rio de Janeiro, homem ligado ao jacobinismo, que não via motivos para negar apoio ao marechal Hermes. Para Rio Branco, já não se tratava de disputar a Presidência, senão de preservar seu cargo e a estabilidade de sua gestão do Itamaraty. Nilo Peçanha, porém, sequer cogitou demitir o Barão¹⁴.

Sem Afonso Pena, estando Rio Branco neutralizado, Hermes em campanha aberta, com o apoio do novo presidente, e Pinheiro Machado controlando as forças políticas da nação com indiscutível habilidade, a candidatura de David Campista foi definitivamente sepultada. Tendo ao seu lado apenas as bancadas de São Paulo e da Bahia, Rui Barbosa se viu instado a agir. Lançou a Campanha Civilista, encabeçando a candidatura presidencial que recusara a Pinheiro Machado em dezembro de 1908, e deu início à maior campanha eleitoral que o Brasil vira até então. Vencido, manteve-se no Senado e exerceu dura oposição ao desastrado governo de Hermes e seu mau corrilho.

Rio Branco já decaía fisicamente. Desinteressado das disputas internas, dedicava-se ao Pacto ABC. Guardava *in pectore* outro candidato a presidente. Em diálogo relatado por seu médico pessoal, dr. Pinheiro Guimarães, o chanceler confidenciara: “Se eu pudesse indicar realmente um candidato à Presidência, ele não seria Hermes da Fonseca nem Rui Barbosa: seria Joaquim Nabuco”. Joaquim Nabuco faleceria em janeiro de 1910, meses antes das eleições que sagrariam Hermes vencedor, sem parecer jamais ter sido cogitado como candidato a presidente¹⁵.

Mantido na pasta das Relações Exteriores, Rio Branco passava cada vez mais tempo no Itamaraty, devido aos seus problemas de saúde, que pouco a pouco se agravavam, e se via incapaz de influenciar decisivamente o marechal. A volta da Espada trouxe consigo os excessos autoritários, em episódios lamentáveis como a Revolta da Chibata, com os encouraçados – tão desejados por Rio Branco – voltando seus canhões para a capital federal; o caso do Satélite, em que marinheiros rebeldes foram chacinados e jogados no mar por ordem do governo federal; e a política das salvaçãoes, que depunha e impunha lideranças políticas nos Estados.

Manipulado, indeciso e inseguro, o presidente Hermes se comportava de maneira errática. A República dos Conselheiros sucumbiu

14 Apud VIANNA FILHO, op. cit., p. 499.

15 Apud LINS, op. cit., p. 416.



aos golpes da Espada. Rio Branco faleceu em princípios de 1912, amargurado e profundamente decepcionado com as atitudes de Hermes, que determinara o bombardeio de Salvador no contexto das salvaçãoes. Tentara renunciar por discordar de Hermes, mas o marechal-presidente declarou que também ele renunciaria caso Rio Branco deixasse a pasta. Rio Branco deixou-se ficar e definhou até falecer, às vésperas do carnaval. O governo determinou o adiamento dos folguedos para alguns dias depois da Semana Santa.

O povo, nada bestializado diante do que ocorria no Catete, comemorou o duplo entrudo com uma pitada de humor negro¹⁶:

Com a morte do Barão,
Tivemos dois carnavá!
Ai que bom!, ai que gostoso!,
Se morresse o marechá!

Brasília, 12 de outubro de 2011.

16 O registro da marchinha é mencionado em vários relatos. Lins e Viana Filho curiosamente o omitem, mas a referência pode ser encontrada em: SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. *O dia em que adiaram o carnaval: política externa e a construção do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2010. p. 265.



O barão do Rio Branco e o projeto da América do Sul

Clodoaldo Bueno*

1. A visão do estadista

Rio Branco considerava o Brasil como o “diferente” da América Latina – à sua época, palco de intermináveis convulsões políticas. Por isso, às vésperas da República, temia que a introdução da presidência eletiva fizesse com que o país viesse a representar “o triste papel de Venezuela, do México, da Colômbia e todas essas ridículas repúblicas hispano-americanas que quiseram macaquear os Estados Unidos da América, sem se lembrarem que hispano-americanos ou portugueses-americanos não são ingleses”.¹ As nações, para ele, distinguiam-se pelo grau de cultura, nível de “civilização” e honestidade de seus governos.

Admirador, embora com reserva, dos Estados Unidos, antes mesmo de lá ter estado por um período de quase dois anos para defender o Brasil na questão de Palmas (Missões),² o futuro chanceler mantinha opinião semelhante à dos outros monarquistas brasileiros sobre as repúblicas hispano-americanas, chegando mesmo a se referir às do Prata com desdém: “presidentes de repúblicas imaginárias (...) pretensa república do Paraguai”.³ O estado crônico de convulsão da ordem pública trazia a vergonha e a desconsideração para a América espanhola. O Chile era a única exceção, mas esse país não era república federativa.

* Professor titular da Universidade Estadual Paulista – *campus* de Assis. Texto publicado em: CARDIM, Carlos Henrique; ALMINO, João. *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. Prefácio, Fernando Henrique Cardoso. Rio de Janeiro: EMC, 2001. p. 359-392.

- 1 Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), Rio de Janeiro. Carta de Rio Branco ao barão Homem de Mello, 13 set. 1889.
- 2 BURNS, E. Bradford. *The unwritten alliance: Rio Branco and the Brazilian-American relations*. Columbia: University Press, 1966. p. 547. LOBO, 1952, p. 163. Em 1896, na minuta de carta a Sousa Correia, Rio Branco afirmou: “Eu prefiro que o Brasil estreite as suas relações com a Europa a vê-lo lançar-se nos braços dos Estados Unidos.” (Apud e cf. LINS, Alvaro. *Rio Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945. p. 213-4, que ainda informa que a frase foi riscada).
- 3 Joaquim Nabuco, logo após o advento da República, desabafou: “Estamos sob um governo verdadeiramente paraguaio (...) Nunca eu pensei ver o Brasil rebaixado a um Paraguai, Uruguai, Equador, Argentina ou o que quiserem”. (AHI, Rio de Janeiro. 34.6/I, maço 74, pasta 1. Nabuco a Rio Branco. Paquetá, 31 jul. 1890).



Os pronunciamentos e as guerras civis acarretavam descrédito para a América Latina, permitindo que na Europa e nos Estados Unidos se fizessem referência às “turbulentas repúblicas da América do Sul”.⁴ A Monarquia fizera o Brasil “unido, grande, próspero e livre”, invejado pelos “súditos de Gusmões Blancos e Porfírios Dias”.⁵

Na concepção de Rio Branco, a melhor maneira de se proteger contra atentados à soberania era garantir a estabilidade política da região. É ilustrativa a troca de ideias, em 1904, com o ministro plenipotenciário argentino no Rio de Janeiro, Gorostiaga, “sobre a conveniência de um tratado de arbitramento geral entre o Brasil e a República Argentina, e sobre a utilidade de algum acordo entre as duas repúblicas e a do Chile”, tendo em vista o fim das revoluções no Cone Sul. As agitações, segundo o chanceler, desacreditavam os latino-americanos e punham em risco parte do continente. Assim, os signatários do eventual tratado deveriam, na hipótese de guerra civil, “concorrer, quanto possível, para o restabelecimento da ordem ou pacificação, sem desprestígio do governo legal, e impedir que do território das três repúblicas sejam prestados auxílios aos revolucionários.” Os fundamentos que deu à sua proposta são a chave para a compreensão de atitudes assumidas ao longo da gestão:

É do interesse de todos nós concorrer para que se encerre a era das revoluções nesta parte da América do Sul. Tão frequentes agitações e desordens desacreditam na Europa e nos Estados Unidos todos os latinos ou latinizados da América, retardam ou paralisam o progresso de países que, pelas obras da paz, poderiam em pouco tempo ser ricos e fortes, e constituem um verdadeiro perigo para grande parte do nosso continente em futuro não muito remoto. Quando as grandes potências da Europa não tiverem mais terras a ocupar e colonizar na África e na Australásia, hão de voltar os olhos para os países da América Latina, devastados pelas guerras civis, se ainda assim o estiverem, e não é provável que os ampare a chamada doutrina de Monroe, porque na América do Norte também haverá excesso de população, política imperialista e já ali se sustenta o direito de desapropriação, pelos mais fortes, dos po-

4 CENSURAS platinas. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 18 jan. 1905. Editorial que, pelos seus termos, identificamos como sendo da autoria de Rio Branco. Foi publicado, também, no *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 19 jan. 1905, “A Pedido”. Veja-se, também: CONDURU, Guilherme Frazão. *A política externa de Rio Branco: os tratados do ABC*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 1998. p. 83.

5 AHI, Rio de Janeiro. Carta de Rio Branco ao barão Homem de Mello, 13 set. 1889.



vos incompetentes. Ao mesmo tempo, devemos pensar que não é só nos países vizinhos que lavra o espírito revolucionário, mas também no Brasil, desde alguns anos, e na República Argentina até certo ponto. É, portanto, prudente que os dois governos, na previsão de possíveis insurreições no seu território, pensem em adotar resoluções que tornem impossíveis ou dificultem qualquer proteção ou apoio a revolucionários no território de outro.⁶

Ao passar estas impressões para o ministro plenipotenciário do Brasil em Buenos Aires, Rio Branco informa que, embora não tivesse ainda formulado uma convenção no sentido apontado, remetera a Gorostiaga o projeto do tratado de arbitramento.

Sempre que possível, Rio Branco procurava diferenciar o Brasil do grupo latino-americano de nações, em geral identificado com crises políticas e insolvência financeira. Diferenciá-lo, mas não isolá-lo. Assim, buscou a consolidação e ampliação da amizade brasileira com os países da América espanhola, até mesmo com aqueles que não tinham vínculos com o Brasil, como os da América Central. Em 1906, o governo acreditou o ministro do Brasil no México também junto ao governo da Guatemala. Na oportunidade, foi criada uma legação com ministro acreditado junto aos governos de Costa Rica, Nicarágua, Salvador, Honduras, Panamá e Cuba, tendo sido nomeado Fontoura Xavier para o novo posto. Em razão da inexistência de interesses imediatos, a medida só pode ter sido ditada pelo desejo de acentuar a presença brasileira no espaço latino-americano.⁷

Rio Branco, ao praticar uma política de prestígio, encontrou sérios competidores na Argentina. O rearmamento da esquadra brasileira, os sucessos do chanceler no remate de velhas questões lindeiras e a íntima aproximação com os Estados Unidos despertaram ciúme na república vizinha do Prata, manifestados na imprensa, sobretudo no *La Prensa*, em matérias inspiradas pelo rival de Rio Branco na questão de Palmas, Zeballos.⁸

É no âmbito da competição pelo prestígio que se deve situar a polêmica que o rearmamento naval brasileiro suscitou em Buenos Aires. Da mesma forma deve ser vista a elevação da representação do Brasil

6 AHI, Rio de Janeiro. Despacho para Buenos Aires, 22 nov. 1904.

7 AHI, Rio de Janeiro. Despacho para Washington, 19 dez. 1906.

8 MIL millones de reis. *Sarmiento*, Buenos Aires, 27 ago. 1907. EL BRASIL en el continente. *La Prensa*, Buenos Aires, 15 jan. 1905.



em Washington à categoria de embaixada, acompanhada de ato recíproco e simultâneo do governo norte-americano, em 13 de janeiro de 1905.

A concepção de um Brasil diferenciado no espaço latino-americano comportava o entendimento de que lhe cabia exercer um papel de liderança. Segundo Rio Branco, o Brasil deveria procurar imitar, no segmento sul do continente, os Estados Unidos. Para isso, era necessário o estreitamento da amizade com a Argentina e o Chile, pois “somente pelas vitórias fecundas da paz que poderemos um dia imitar a nossa poderosa irmã e aliada do norte e alcançar um dia, a seu lado, a influência que ela já tem sabido conquistar no mundo”.⁹

A intenção do chanceler era alargar o horizonte internacional do Brasil e fazê-lo ingressar na *grande politique*, pois possuía os elementos que o habilitavam a reivindicar o *status* de potência. Escrevendo no *Journal do Commercio*, sem assinar a matéria, afirmou que o Brasil, no tempo em que a América do Sul esteve entregue a si mesma, no período embrionário de sua formação convulsionada,

(...) interveio no Prata (...) para dirimir pelas armas e pela diplomacia dissensões sangüinárias (...); foi o agente de paz e de liberdade e à sombra da aliança com o Brasil, realizou Mitre seu grande sonho político, que é a unidade nacional da República Argentina. Quando se acabou a sua missão histórica no Prata, o Brasil deixou ali nações organizadas e o nosso território não foi aumentado pela fácil incorporação de províncias des-governadas. (...) Há muito a nossa intervenção no Prata está terminada. O Brasil nada mais tem que fazer na vida interna das nações vizinhas (...). O seu interesse político está em outra parte. É para um ciclo maior que ele é atraído. Desinteressando-se das rivalidades estereis dos países sul-americanos, entretendo com esses Estados uma cordial simpatia, o Brasil entrou resolutamente na esfera das grandes amizades internacionais, a que tem direito pela aspiração de sua cultura, pelo prestígio de sua grandeza territorial e pela força de sua população.¹⁰

Sabia Rio Branco que o Brasil encontrava resistências no espaço latino-americano:

Por não sermos países de língua espanhola, houve sempre na América espanhola grandes preconceitos e desconfianças, e que pela nossa parte

⁹ AHI, Rio de Janeiro. Rascunho de carta de Rio Branco a Nabuco, 23 jul. 1902.

¹⁰ Apud VIANA FILHO, Luiz. *A vida do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. p. 393.



procuramos ir modificando pela cordura e pela longanimidade com que suportamos alguns dos nossos vizinhos, fazendo tudo para conquistar o seu afeto e confiança. Com essa política tem aumentado a nossa influência, como com a política pan-americana de Roosevelt e Root aumentou a influência americana. Seria uma pena perder o fruto do trabalho de tantos anos. As ofensas ao amor-próprio nacional de um povo dificilmente podem ser esquecidas.¹¹

Logo após assumir o ministério, o Barão imprimiu um novo estilo à diplomacia republicana. Em Buenos Aires, a capital hispano-americana onde mais se observava os atos da chancelaria do Rio de Janeiro, sua ação, segundo Joaquim Francisco de Assis Brasil, foi vista como um retorno à “orientação do Império, a de Cotegeipe, que simboliza aqui o elemento brasileiro invasor e astuto”.¹²

O realismo e a concepção de que uma nação necessita de poder militar para impor respeito explicam o fato de Rio Branco ter insistido no aumento da esquadra brasileira. Não há consenso entre os estudiosos a respeito de uma eventual influência de leituras diretas de obras de geopolíticos da época, em especial de Ratzel, Mahan, Mackinder e Kjellén.¹³ O chanceler brasileiro pensou e agiu como um geopolí-

- 11 AHI, Rio de Janeiro. Telegrama para Washington, 22 nov. 1909 (apud VIANA FILHO, op. cit., p. 421).
- 12 AHI, Rio de Janeiro. Carta de J. F. de Assis Brasil a Rio Branco. Buenos Aires, 24 jul. 1905. Na Argentina ainda existe a visão de que a gestão de Rio Branco foi um prolongamento do Império em plena República. Veja-se: FERRARI, Gustavo. *La Argentina y sus vecinos*. In: _____; GALLO, Ezequiel (Comp.). *La Argentina del Ochenta al Centenario*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1980. p. 65.
- 13 Heinsfeld afirma que “de fato, em momento algum Rio Branco, seja em seus escritos ou em pronunciamentos verbais, fez qualquer referência aos pensadores geopolíticos. No entanto, (...) dos quatro próceres do pensamento geopolítico – Ratzel, Mahan, Mackinder e Kjellén –, somente deste último não temos fortes indicativos de que Rio Branco tenha entrado em contato direto com seus escritos ou suas ideias”. (HEINSFELD, Adelar. *As ações geopolíticas do Barão do Rio Branco e seus reflexos na Argentina*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000. p. 22. Vejam-se, ainda, p. 16, 42-3, 52, 48-9, 81 e 195). Miyamoto sustenta que não se encontrou nos escritos de Rio Branco “referências explícitas sobre o papel da geopolítica. Outro motivo que pode corroborar essa afirmação é que, sendo a geopolítica ainda tão recente, o barão do Rio Branco certamente mal tivera tempo de conhecê-la, concebida como tal, pois encerrou suas atividades no Ministério das Relações Exteriores em 1912. Além disso, Kjellén, Ratzel e Mackinder elaboravam ainda suas teorias”. (MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas: Papirus, 1995. p. 47). Segundo Backheuser, senão o maior, dos geopolíticos brasileiros, pois que mais do [que] qualquer outro cidadão dilatou conscientemente o ‘espaço’ de sua Pátria.” (BACKHEUSER, E. Rio Branco, geógrafo e geopolítico. *Revista da Sociedade de Geografia*, n. 52, 1945, p. 28).



tico, mas nunca citou autores da moda ou tentou adaptar a realidade à teoria. Foi, antes de tudo, um pragmático¹⁴ e ateu, e agiu guiado pelo bom senso, instinto, faro político e pela sua própria leitura do contexto internacional. Historiador e geógrafo, Rio Branco fazia suas análises a partir das fontes e apegava-se à concretude dos fatos e ao devir histórico. Não procurou traduzir para seus atos de política externa ideias então em circulação no Ocidente, como a defesa de um Destino Manifesto, a superioridade da raça ou a importância da guerra como elemento de coesão nacional. Nesse aspecto, o chanceler diferia do argentino Estanisláo Zeballos e de seus conterrâneos Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, homens de pensamento, ávidos leitores de autores da época.

Afinado com seu tempo, Rio Branco tinha ideias próprias de como manter a paz, defender e expandir o território nacional e preservar-lhe a soberania. Realista acima de tudo, entendia que a influência do Brasil no Cone Sul deveria ser compartilhada com a Argentina e o Chile. Apesar do seu prestígio e influência, não levou a efeito uma política externa agressiva e arrogante, escudada em ideais de projeção nacional.

2. Argentina: lógica comercial *versus* lógica política

A Argentina já era um dos principais países vendedores de gêneros alimentícios para o Brasil, sobretudo trigo em grão e farinha. As relações comerciais entre os dois seguiam um fluxo praticamente invariável, com saldos amplamente favoráveis ao país do sul. Se pouca coisa mudava naquelas relações, o mesmo não ocorria nas de natureza política, como que a contrariar a lógica econômica. Houve, no período em tela, momentos de aguda rivalidade, entremeados por aqueles de cordialidade.

No início da gestão Rio Branco, as relações do Brasil com a Argentina foram cordiais. O general Julio Roca, ao concluir sua segunda gestão presidencial, em outubro de 1904, deixou as relações da Argentina num elevado nível de concórdia com o vizinho.¹⁵ A troca de visitas (1899-1900) entre ele e o presidente Campos Sales legara um saldo de simpatia nas relações entre os dois países.

14 Magnoli afirma que o pan-americanismo de Rio Branco “decorria de considerações pragmáticas” (MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria – imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo, 1996. p. 217).

15 FRAGA, Rosendo. *Roca y el Brasil*. Buenos Aires: Editorial Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría, 1994. p. 45.



A rivalidade, todavia, permanecia latente e aflorou quando da discussão e aprovação do projeto brasileiro de rearmamento naval, em 1904, e da elevação das legações dos Estados Unidos e do Brasil no Rio de Janeiro e Washington à categoria de embaixada. Outro foco de rivalidade residia nas relações dos dois países com os demais da bacia do Prata. As aproximações, afastamentos e reaproximações do Paraguai e Uruguai em relação ao Brasil e à Argentina eram acompanhadas nesses dois países sempre com uma preocupação de fundo: a eventual aspiração de hegemonia do rival.

O espírito de rivalidade recrudesceu na Argentina quando o vice-presidente Figueroa Alcorta assumiu a presidência, no início de 1906, em virtude do falecimento do titular Manuel Quintana, e designou Estanisláo Zeballos para, pela terceira vez, chefiar o Ministério das Relações Exteriores, onde ficaria até junho de 1908.¹⁶ A tensão chegaria a tal ponto que a paz entre os dois países ficou ameaçada.

Com a queda de Zeballos, as relações entre os dois países melhoraram sensivelmente. Roque Sáenz Peña, na condição de presidente eleito, visitou o Brasil em 1910 (portanto, ainda durante a gestão Rio Branco); Lauro Müller, seu sucessor, foi a Buenos Aires em 1915 e negociou o pacto do ABC (Argentina, Brasil e Chile), na esteira da atuação conjunta desses três países na crise das relações mexicano-norte-americanas, materializando, assim, uma antiga aspiração tanto de Rio Branco quanto de Sáenz Peña.¹⁷

2.1. *A questão alfandegária*

O mercado brasileiro, desde longa data, desempenha papel expressivo no funcionamento da economia argentina. Segundo dizia-se, o general Mitre afirmava que “el Brasil es una nación que Dios ha puesto donde está, para enriquecer la Argentina”.¹⁸ Mesmo assim, e apesar de os produtos procedentes da Argentina figurarem nas primei-

16 FRAGA, op. cit., p. 49.

17 BURNS, op. cit., p. 390-4.

18 Informação dada por *El Diario* (de Buenos Aires), que acrescentava: “Y luego agregaba [o general Mitre]: es claro, el Brasil necesita y consume todo quanto produce la Argentina, y la provee, a precios modicos, de lo que no puede producir. El fondo de verdad sana y real de tales conceptos, pertenece hoy al dominio publico (...)”. (LA BUENA política. 5 ago. 1910). Recentemente, o analista argentino das relações internacionais Carlos Escudé afirmou: “(...) el Brasil es nuestra gallina de los huevos de oro (...)”. (*Clarín*, 19 jul. 1997, apud ONUKI, Janina. Mercosul: crise e futuro. *Carta Internacional*, n. 84, fev. 2000, p. 5).



ras posições no rol das importações brasileiras no começo do século XX, os vizinhos do Prata sempre lutaram a favor do incremento das suas vendas no Brasil. Significativo foi o debate que se travou em junho de 1906, na imprensa portenha, a respeito das relações comerciais, suscitado pela manutenção da redução alfandegária brasileira que beneficiava a farinha de trigo importada dos Estados Unidos. O tratado de reciprocidade comercial desejado pela imprensa e governo argentinos, defendido (até por razões de natureza política) por Assis Brasil, ministro plenipotenciário do Brasil em Buenos Aires, não teve acolhida no governo brasileiro, ou, mais precisamente, de Rio Branco.¹⁹

Depois de tantas manifestações na imprensa, e mesmo sem clima político propício, em razão da presença de Zeballos no primeiro escalão do governo, a Argentina sugeriu, em 1907, a assinatura de um tratado de comércio com o Brasil, como já o fizera em 1904, com a finalidade de obter a redução de 20% na taxa de importação de alguns produtos, invocando favores idênticos concedidos aos Estados Unidos e a disposição de isentar de direitos alfandegários a entrada de café.²⁰

Rio Branco não se deixava impressionar pela maré montante dos jornais portenhos. O arrazoado que, segundo todas as indicações, foi publicado no *Jornal do Commercio* sem o seu nome, repetia alguns dos argumentos expostos em despacho para Buenos Aires e era, assim, uma resposta às pretensões argentinas.

O chanceler, além de revelar simetria de atitudes no que dizia respeito às relações comerciais do seu país com a Argentina e Estados Unidos, demonstrava que não havia por quê ter um relacionamento preferencial com a Argentina que, em razão do seu limitado mercado consumidor, não tinha condições de atender às necessidades brasileiras decorrentes do contínuo crescimento da produção cafeeira.

Após qualificar como imaginação de repórteres o eventual acordo aduaneiro que estaria sendo negociado por Assis Brasil e Zeballos (noticiado por *A Tribuna*, do Rio Janeiro), Rio Branco definiu essas notícias como má política, pois a expectativa geraria frustrações que ensejariam mais uma campanha de ataques ao Brasil por parte de certa imprensa portenha, já habituada a fazê-los.²¹

Segundo o Barão, o pensamento do Ministério das Relações Exteriores fora torcido quando foi noticiado que a redução de 20% nos

19 AHI, Rio de Janeiro. Ofícios de Buenos Aires, 6 e 27 dez. 1906.

20 LINS, Alvaro. *Rio Branco*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1965, p. 395-6.

21 AHI, Rio de Janeiro. 34.6, A-7, G-3, M-1. Vejam-se, por exemplo: *El Diario*, Buenos Aires, 16 jan. 1907. *La Prensa*, Buenos Aires, 27 dez. 1906.



direitos de importação a certos produtos norte-americanos²² deveu-se à livre entrada do café brasileiro nos Estados Unidos. Ou melhor, esta não teria sido a razão principal. Se assim fosse, o Brasil deveria estender iguais vantagens à Holanda e à Bélgica, países que também davam livre entrada ao produto brasileiro. O fundamento da redução decorria do fato de os Estados Unidos comprarem a metade da produção anual do país. Não bastava a qualquer país suprimir os direitos de importação que incidissem sobre o café para pleitear o mesmo tratamento preferencial; seria necessário que comprasse café em proporções que ao menos se aproximassem daquelas que eram adquiridas pelos Estados Unidos. Não era o caso da Argentina, que importava 120.000 sacas por ano contra 6.100.000 dos Estados Unidos, 2.000.000 da Alemanha, 748.000 da França, 400.000 da Holanda e 300.000 da Bélgica. Nenhum desses países, à exceção dos Estados Unidos, gozavam da redução de 20% na taxa alfandegária de suas exportações para o Brasil. Como, pois, conceder isenção à Argentina, que importava do Brasil apenas “bastante mate – cuja introdução, entretanto, tem ultimamente procurado embarçar –, algum café e muitas bananas”?²³

O mercado argentino era muito limitado para os produtos brasileiros em razão da pouca população e da falta de uma indústria fabril que demandasse matéria-prima nos mesmos níveis daquela da Europa e dos Estados Unidos. Situação inversa representava o mercado brasileiro para a produção argentina:

A Argentina, pelo contrário, tem no Brasil o principal, ou antes, o único mercado para as suas farinhas e (...) vai nele ganhando terreno todos os dias, a ponto de haver suplantado completamente as farinhas americanas. Cabe, portanto, à Argentina que nos vende muito e compra pouco, fazer concessões aduaneiras ao Brasil sem nos pedir favores em troca.²⁴

Rematando o argumento, aduziu que, no momento em que a Argentina suprimisse os direitos que então cobrava sobre o café, o mate, o açúcar e o cacau do Brasil, e o consumo desses produtos atingisse ní-

22 A redução de 1904 foi renovada em 30 de junho de 1906. Abrangeu: farinha de trigo, leite condensado, manufaturas de borracha, relógios, tintas (exceto as de escrever), vernizes, máquinas de escrever, caixas frigoríficas, pianos, balanças, moinhos de vento. (Decreto n. 6.079, de 30 jun. 1906. *Coleção de Leis dos Estados Unidos Brasil, 1906*. v. 1. p. 705).

23 AHI, Rio de Janeiro. 34.6, A-7, G-3, M-1.

24 Idem.



veis comparáveis aos dos Estados Unidos e de alguns países europeus, poderiam os argentinos pleitear algum favor comercial. Tais acordos, dizia ainda o documento, “são sempre objeto de demorados e refletidos exames” e “nenhum país se deixa levar nestes assuntos pelo sentimentalismo ou por espírito de camaradagem. Todos procuram atender aos seus interesses”. O fato de o Brasil ser e desejar ser sempre bom amigo da Argentina não poderia ser levado em consideração. A amizade não entraria em conta em questões de intercâmbio comercial. Finalizou de maneira clara e enfática: “Não é o Brasil que tem de dar compensações ao fraco comprador que é para nós a República Argentina: é ela que deve dar compensações ao grande comprador de produtos argentinos que é o Brasil”.²⁵

2.2. *A disputa naval*

A rivalidade naval que existiu entre os dois maiores países da América do Sul mostra o quanto foi custosa a política de imitação, o querer acompanhar o ar da época e transpor para o Cone Sul princípios e condutas vigentes noutras partes do mundo. Ambos os países já tinham definido entre si as fronteiras. Suas trocas comerciais eram expressivas, em decorrência da complementaridade de suas economias. Além disso, a história dos dois países, apesar da rivalidade, era tendente para a união. O Brasil interveio na Argentina contra Rosas, mas fora seu aliado na desgastante Guerra da Tríplice Aliança. A única questão séria de limites entre os dois países fora solucionada por meio de arbitramento em 1895. No entanto, contrariando tudo isso, os dois países entregaram-se a uma corrida pelos armamentos, confirmando que as ideias do tempo, nascidas em territórios de potências imperialistas, tiveram sua versão sul-americana.

Enquanto Julio Roca ocupou a Presidência não houve disputa naval entre Brasil e Argentina. Segundo Rio Branco, o próprio presidente argentino, por meio do ministro plenipotenciário do Brasil em Buenos Aires, chegou a indicar ao governo brasileiro “a boa oportunidade” para a aquisição de “dois excelentes couraçados em construção”, que seriam vendidos pelo Chile para cumprir os Tratados de Mayo. O governo brasileiro agradeceu, mas preferiu aguardar o voto do Congresso sobre o plano naval que a Marinha tinha em estudo.²⁶

25 AHI, Rio de Janeiro. 34.6, A-7, G-3, M-1.

26 BRASIL-Chile-Argentina. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 24 out. 1909.



Quando Rio Branco assumiu o Ministério das Relações Exteriores, a marinha de guerra do Brasil, presença marcante durante o século XIX na América do Sul, estava reduzida tanto nos seus efetivos quanto no número de navios, em razão das convulsões políticas do início da República, sobretudo da Revolta da Armada (1893-4) contra Floriano Peixoto.²⁷ Entre os brasileiros era então generalizada a opinião segundo a qual o país necessitava rearmar-se no oceano, por razões de prestígio e por precaução contra eventuais agressões extracontinentais ou mesmo contra possíveis afrontas ao amor próprio nacional, oriundas do contexto sul-americano.

Sete dias após a posse do almirante Alexandrino Faria de Alencar como ministro da Marinha, na inauguração da gestão Afonso Pena (15 de novembro de 1906), o programa naval de 1904 foi substituído pelo constante do Decreto n. 1.567.²⁸ O Congresso Nacional autorizara o presidente da República, em 16 de novembro de 1906, a modificar o contrato de construção de navios de guerra. Pelo novo programa, aumentava-se o deslocamento dos couraçados (de 14.000 para 19.280 toneladas) e contratorpedeiros (*destroyers*); substituíam-se os cruzadores couraçados por cruzadores ligeiros, e o navio-carvoeiro e o navio-escola por um navio mineiro e um pequeno navio para o serviço de hidrografia e de exploração da costa.²⁹ Os couraçados estariam entre os mais possantes e modernos do mundo.³⁰ O plano naval brasileiro

- 27 Carvalho afirma que a reorganização da marinha começou a ser pensada no governo Rodrigues Alves, “certamente com a finalidade implícita de novamente usá-la como contrapeso ao exército” (CARVALHO, J. M. de. *As forças armadas na República: o poder desestabilizador*. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Difel, 1977. p. 225).
- 28 Cf. MARTINS, Hélio Leôncio; COZZA, Dino Willy. Poderes combatentes. In: BRASIL. *História naval brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, 1997. v. 5. tomo I B. p. 80-3. O deputado Pandiá Calógeras afirmou, em 1911, que a modificação do plano naval fora feita pelo presidente Pena e o ministro almirante Alexandrino de Alencar, sem participação de outros ministros. Rio Branco, assim, não influíra na aquisição dos *dreadnoughts*, citados a seguir. (CALÓGERAS, Pandiá. *Ideias políticas de Pandiá Calógeras*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987. p. 384-5).
- 29 *Anais do Senado Federal*, sessões de 12, 13 e 16 nov. 1906. Informações mais detalhadas podem ser obtidas em: MARTINS & COZZA, op. cit., p. 83, 99, que oferecem um quadro comparativo dos programas navais de 1904 e 1906.
- 30 Tanto era assim que na própria Inglaterra, onde se construíam as belonaves, houve quem se preocupasse, não só por razões de interesse técnico, mas também pelo destino ulterior das mesmas. O representante francês em Londres que passava essas informações observou ainda que os “jingoos” insinuavam que o Brasil poderia servir de intermediário da Alemanha. Tal opinião não tinha fundamento e não era a das “pessoas do *métier*”; mas [estimava-se] geralmente que o Brasil poderia talvez ceder seus couraçados



deu origem à Esquadra de 1910, que teve mais efeito de demonstração do que poder real, devido às carências de manutenção e de elemento humano adequado para guarnecer os modernos navios de guerra. Uma decorrência das deficiências em termos de pessoal foi a Revolta dos Marinheiros (22 a 25 de novembro de 1910), cujo núcleo estava exatamente nas três mais poderosas belonaves incorporadas à Marinha nacional naquele ano, os *dreadnoughts Minas Gerais* e *São Paulo* e o cruzador leve *Bahia*.³¹

Ao mesmo tempo em que se cuidava da Armada, tratou-se da reorganização do Exército. Tanto esta quanto o programa naval foram considerados abaixo das necessidades do país, tendo-se em conta o número de portos, a extensão do seu litoral e a vastidão do território. Além disso, os *dreadnoughts* estavam impossibilitados de atuar no rio da Prata por causa das suas dimensões.³² De qualquer forma, no exterior formou-se a ideia de que as novas unidades estariam acima da posição do Brasil no concerto mundial. A Inglaterra, tradicional potência naval, só tinha, em 1910, encomendado um *dreadnought*.³³

O projeto naval brasileiro era um desafio para a Argentina, que se via como a primeira potência da região. O seu desejo de se rearmar atendia a razões defensivas em face dos armamentos brasileiros, e obedecia a desígnios imperialistas de uma nação orgulhosa de si ao completar cem anos de vida independente.³⁴ Em 1908, decidiu-se pela compra de dois *dreadnoughts*,³⁵ após intenso debate interno.

Nos anos de 1904 a 1908, parte da imprensa de Buenos Aires desenvolveu forte campanha a favor do rearmamento naval, tendo como contraponto o projeto brasileiro. O influente Estanisláo Zeballos pediu a denúncia do pacto de equivalência naval firmado entre Argentina e Chile, e conseguiu do Congresso de seu país a decisão de encomendar-se a construção de dois *dreadnoughts*, além de barcos menores.³⁶

em construção se recebesse ofertas vantajosas”. Do ponto de vista legal, o governo inglês tinha dispositivos que garantiam os interesses da defesa nacional. (Archive du Ministère des Affaires Étrangères (AMAE), Paris. Cópia de ofício de Manneville ao MAE, Londres, 28 jul. 1908. Tradução nossa).

31 MARTINS & COZZA, op. cit., p. 85-6.

32 Cf. LINS, op. cit., 1965, p. 399-400.

33 MARTINS, Hélio Leôncio. A Revolta dos Marinheiros. In: BRASIL. *História naval brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, 1997. vol. 5. tomo I B. p. 160.

34 ETCHEPAREBORDA, Roberto. *Historia de las Relaciones Internacionales argentinas*. Buenos Aires: Pleamar, 1978. p. 85.

35 TULCHIN, Joseph S. *La Argentina y los Estados Unidos, historia de una desconfianza*. Buenos Aires: Planeta, 1990. p. 87.

36 Cf. ETCHEPAREBORDA, op. cit., p. 39.



As manifestações de Rio Branco e do Senado sobre a natureza pacífica da reorganização da esquadra não foram suficientes para aplacar a reação de parte da imprensa portenha. Usava-se o projeto brasileiro como argumento para defender o projeto naval argentino. Para a imprensa alinhada a Zeballos, o governo brasileiro, ao pretender elevar a esquadra do seu país ao nível das maiores congêneres europeias, obedecia a critérios imperialistas e à aspiração de adquirir a preponderância naval no continente.³⁷

As posições do *La Prensa* tiveram resposta do próprio Rio Branco, por meio de editorial d'*O Paiz*, publicado também na seção "A Pedido" do *Jornal do Commercio*, ambos do Rio de Janeiro. Merece realce o fato de o chanceler ter desenvolvido a ideia de hegemonia compartilhada no Atlântico sul-americano:

No Pacífico, ela pertence inquestionavelmente aos nossos amigos do Chile, cuja esquadra nunca se há de unir a outra para combater a do Brasil, como imaginou há dias certo jornal de Buenos Aires. *Na parte do Atlântico, teremos sempre prazer em dividir com a República Argentina, se assim se pode dizer, a parte de hegemonia que nos cabe.*³⁸ (Grifo nosso).

No que se referia à posição do Brasil, Rio Branco arrolou dados geográficos, invocou a soberania brasileira e classificou a matéria do *La Prensa* de impertinente:

Não sabemos se a atitude do *La Prensa* corresponde a alguma corrente de opinião no seu país; mas (...) é preciso reconhecer de modo categórico que essa atitude é positivamente impertinente. Não agimos senão estritamente dentro das nossas faculdades de nação soberana; e qualquer que seja a preeminência que *La Prensa* reivindique para a República Argentina, forçoso lhe será reconhecer que ela ainda não chega ao extremo de nos ditar a lei dentro de nossa casa.³⁹

O *La Prensa* era reiterativo na afirmação de que Rio Branco era imperialista, continuador da política exterior do Império e que teria imposto soluções favoráveis nas questões de limites com a Bolívia e

37 LA PREPOTENCIA naval. *La Nación*, Buenos Aires, 9 set. 1906. LOS ARMAMENTOS navais. *La Nación*, Buenos Aires, 12 set. 1906. AHI, Rio de Janeiro. Ofício de Buenos Aires, 6 mar. 1907.

38 CENSURAS platinas. *O Paiz*, 18 jan. 1905. *Jornal do Commercio*, 19 jan. 1905.

39 Idem.



o Peru. A elevação da legação brasileira em Washington à categoria de embaixada, juntamente com o plano de aquisição de navios, fariam parte de um projeto diplomático, cujo objetivo seria transformar o Brasil na primeira potência da América meridional.⁴⁰

Segundo Rio Branco, a amizade que o Brasil deveria cultivar com todas as nações do continente, em especial com a Argentina e o Chile, não excluía a necessidade de o país ter um mínimo de respaldo militar para, numa eventualidade, sustentar posições adotadas no plano internacional. Rio Branco não escapava de seu tempo e se identificava com o setor da opinião nacional que defendia o rearmamento, até mesmo por razões de prestígio.

Estudioso da história diplomática e militar brasileira, estava convicto da necessidade do reaparelhamento do Exército e, sobretudo, da Marinha, em razão do lugar que o país ocupa no continente. O equipamento das forças armadas juntamente com a educação cívica e militar do povo eram necessários para a garantia da soberania e da paz nacionais, na medida em que evitavam eventuais afrontas ao amor-próprio nacional e campanhas desastrosas. O rearmamento – insistia – recolocaria a Marinha na posição de preeminência na América do Sul que ocupara no Império, perdida na República devido às discórdias civis e à agitação política interna. Embora a nação não tivesse qualquer intuito bélico e só alimentasse sentimentos de concórdia internacional, a paz dependia “também e principalmente da vontade de numerosos vizinhos que nos cercam”. Assim, para evitar que estes se animassem “a dirigir-nos afrontas, a ferir os nossos brios e os nossos direitos” era preciso que estivéssemos “preparados para imediata e eficaz repulsa”, o que levava à necessidade de estarmos “aparelhados com todos os elementos necessários à defesa nacional”.⁴¹ De modo contundente, argumentava que o diplomata deveria ter o apoio do soldado, pois ambos são sócios, “colaboradores que se prestam mútuo auxílio. Um expõe o direito e argumenta com ele em prol da comunidade; o outro bate-se para vingar o direito agredido, respondendo à violência com a violência”.⁴² Para o chanceler, a guerra era a continuação da diplomacia.⁴³

40 EL PENSAMIENTO del Brasil. *La Prensa*, 2 fev. 1905.

41 RIO BRANCO, Barão do. Obras completas do barão do Rio Branco. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1948. p. XVI-XVII, 243, 279.

42 RIO BRANCO, op. cit., p. 104.

43 Apud CALÓGERAS, Pandiá. *Estudos históricos e políticos (Res nostra...)*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. p. 233.



A altivez e a preocupação em não permitir o mínimo arranhão no prestígio nacional foram constantes em Rio Branco, durante a administração da pasta. Não seria diferente no relativo aos armamentos.

O que o chanceler desejava, de qualquer forma, era o aumento rápido da Armada brasileira até atingir nível superior ao da Argentina, para resguardar seu país de eventual e premeditado insulto. Rio Branco foi reiterativo na afirmação de que o anseio pela paz não implicava deixar o país desarmado, uma vez que os meios de defesa eram anteparo a afrontas e humilhações. Mesmo Estados neutros, como a Suíça e a Bélgica – dizia –, não descuidavam da defesa para fazer face a eventuais complicações internacionais. O Brasil, com seu extenso litoral, requeria uma esquadra reorganizada para cuidar da segurança e da dignidade nacionais.⁴⁴ Mas o discurso de Rio Branco, salvo poucas exceções, normalmente era a favor da diluição de receios e prevenções que o rearmamento despertava em países vizinhos, aos quais lembrava que a superioridade de forças do Brasil nunca lhes fora um perigo. O Brasil nunca fizera guerra de conquista e muito menos faria então, pois a Constituição da República a proibia de maneira expressa. As questões de limites eram sempre resolvidas de modo amigável, sem que se levasse “tão longe quanto a nossa antiga mãe-pátria as pretensões do Brasil”.⁴⁵

Embora não tivesse concorrido para a formulação do plano naval em execução, Rio Branco era de parecer que, uma vez adotado, deveria ser seguido até o fim. Depois de “tanta barulheira” na imprensa brasileira e das ameaças argentinas, recuar ou modificar os planos em andamento significaria desastre irreparável para o prestígio brasileiro. Por esta razão, entender-se-ia com o presidente, a fim de conjurar o que se lhe afigurava verdadeiro perigo para a soberania brasileira.⁴⁶ Rio Branco jamais admitiu discutir qualquer sugestão relativa à equivalência naval.

2.3. Sáenz Peña e a distensão das relações

Segundo Lins, na presidência de Sáenz Peña as relações entre o Brasil e a Argentina entraram numa nova fase.⁴⁷ A posse do novo

44 AHI, Rio de Janeiro. Carta de Rio Branco a Domício da Gama, 15 dez. 1908. Discurso proferido no Clube Militar, em 15 de outubro de 1911 (RIO BRANCO, op. cit., p. 279).

45 RIO BRANCO, op. cit., p. 103.

46 RIO BRANCO, op. cit.

47 LINS, op. cit., 1965, p. 415.



presidente argentino foi aguardada ansiosamente, tanto no seu país quanto no Uruguai e no Brasil.⁴⁸ Na condição de mandatário eleito, Sáenz Peña deteve-se no Rio de Janeiro no seu retorno da Europa para Buenos Aires, a fim de afrouxar a tensão que existiu entre os dois países no período Alcorta/Zeballos e assinalar a intenção de melhorar as relações. Isso ia ao encontro do desejo do governo brasileiro.⁴⁹ Roque Sáenz Peña chegou ao Rio de Janeiro em 19 de agosto de 1910, ocasião em que o então presidente eleito da Argentina usou a frase: “Tudo nos une, nada nos separa” como mote do discurso pronunciado em seguida ao de Rio Branco, no banquete que este lhe ofereceu no Itamaraty dia 23, véspera de sua partida.⁵⁰ O chanceler brasileiro teve razões para acreditar que seu país teria um amigo na presidência do país vizinho, conforme ele mesmo disse ao representante norte-americano no Brasil, Dudley.⁵¹

O Legislativo brasileiro fez sua parte. A Câmara dos Deputados incumbiu a Comissão de Diplomacia e Tratados de levar a saudação e os votos de boas vindas ao presidente eleito da Argentina. A proposta, feita pelo deputado Seabra, líder da maioria, foi aprovada por unanimidade. Barbosa Lima, que era da minoria, além de apoiar, observou que Rio Branco, naquele momento, tinha a unanimidade da Câmara.⁵²

A imprensa portenha deu ampla cobertura à visita. A Câmara dos Deputados da Argentina aprovou por unanimidade projeto de resolução pela qual se autorizava seu presidente a telegrafar ao presidente da Câmara brasileira para agradecer as demonstrações amistosas tributadas pelo governo do Brasil ao presidente eleito.⁵³ Na ocasião, o deputado Mugica fez longo discurso, afirmando, já no primeiro parágrafo, que as demonstrações amistosas a Sáenz Peña tinham “excepcional magnitude e importância (...) porque contribuem numa forma honrosa

48 AHI, Rio de Janeiro. Ofício de Buenos Aires, 7 abr. 1910 (Souza Dantas a Rio Branco).

49 National Archives and Records Administration (NARA), Washington. Dudley ao Secretário de Estado, Petrópolis, 25 e 27 ago. 1910.

50 Frase parecida pronunciara Julio A. Roca na sua visita a São Paulo, em 1907: “Nada nos divide y todo nos aproxima”. (RUIZ MORENO, Isidoro. *Historia de las relaciones exteriores argentinas, 1810-1955*. Buenos Aires: Editorial Perrot, 1961. p. 91. FRAGA, op. cit., p. 53).

51 NARA, Washington. Dudley ao Secretário de Estado, Petrópolis, 27 ago. 1910. SMITH, Joseph. *Unequal giants: diplomatic relations between the United States and Brazil, 1889-1930*. University of Pittsburgh Press, 1991. p. 67.

52 *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessões de 20 e 22 ago. 1906. (A Comissão de Diplomacia e Tratados desincumbiu-se da missão no dia 21).

53 República Argentina. *Diario de Sesiones* – Câmara de Deputados, 22 ago. 1910.



e eficiente para dissipar por completo as desconfianças ou receios que em um e outro país despertou uma prédica pouco sensata, desprovida por fortuna de todo fundamento e de toda explicação racional”.⁵⁴ O Senado argentino, por sua vez, na sessão de 23 de agosto de 1910, votou moção de agradecimento ao congênere brasileiro pela recepção a Sáenz Peña.⁵⁵

Para a posse de Sáenz Peña, Rio Branco encarregou, em 25 de setembro de 1910, Alberto Fialho, então ministro do Brasil na Itália, mas que estava no Rio de Janeiro em gozo de licença, para, como embaixador especial, apresentar “as congratulações e os votos do governo e povo do Brasil”. Além do embaixador especial, o governo brasileiro enviou uma divisão de cruzadores (*Bahia*, *Tymbira* e *Tamoyo*), sob o comando da capitão de mar e guerra Manoel Inácio Belfort Vieira.⁵⁶

Em novembro de 1910, o governo argentino retribuiu, enviando Montes de Oca, como embaixador especial, para prestigiar a posse do novo presidente brasileiro. A embaixada especial chegou a bordo de uma divisão naval, composta pelos navios *Buenos Aires* e *Pátria*, e em 19 de novembro foi homenageada pelo governo brasileiro com um banquete no Palácio do Catete.⁵⁷

A gestão de Sáenz Peña teve início em 12 de outubro de 1910, ano em que o Brasil recebeu os dois *dreadnoughts* (*Minas Gerais* e *São Paulo*).⁵⁸ Quando o Brasil encomendou o terceiro *dreadnought*, o que iria romper de novo o equilíbrio naval no Atlântico Sul, a Argentina encomendou também um terceiro. Nesse contexto, Sáenz Peña, segundo Fraga (1994), procurou sustar a corrida armamentista e assim, em 1911, promoveu, com êxito, uma iniciativa diplomática em duas frentes: uma oficial, a cargo de Montes de Oca, e outra particular, para

54 República Argentina. *Diario de Sesiones* – Cámara de Diputados, 22 ago. 1910 (tradução nossa).

55 AHI, Rio de Janeiro. Ofício de Buenos Aires, 10 set. 1910 (Souza Dantas a Rio Branco).

56 AHI, Rio de Janeiro. Ofício de Buenos Aires, 21 out. 1910 (Domício a Rio Branco). MOITREL, Mônica Hartz Oliveira. Comissões de destaque – sinistros marinhos. In: BRASIL. História naval brasileira. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, 1997. v. 5. tomo I B. p. 236-7. (Antes de comparecer à posse, a divisão de cruzadores representara o país no centenário da independência do Chile).

57 CON EL DOCTOR Montes de Oca. *Tribuna*, Buenos Aires, 26 nov. 1910. LA TRANSMISIÓN del mando en el Brasil. *La Gaceta de Buenos Aires*, 26 nov. 1910. AHI, Rio de Janeiro. Cópia de nota de Mario R. de los Llanos, subsecretário de Relações Exteriores, a Souza Dantas, anexa ao ofício de Buenos Aires, 12 nov. 1910 (Souza Dantas a Rio Branco).

58 FRAGA, op. cit., p. 56.



a qual foi encarregado Ramón J. Cárcano, seu amigo.⁵⁹ Embora Rio Branco recusasse a proposta de equivalência naval, concordou em desistir do terceiro *dreadnought* (o *Rio de Janeiro*), caso a Argentina fizesse o mesmo.⁶⁰ A corrida armamentista foi suspensa por acordo de cavaleiros, a fim de que a desistência do terceiro encouraçado aparecesse como um ato independente e espontâneo de ambos os governos, não se ferindo a soberania dos países concorrentes.⁶¹ De qualquer forma, não se pode perder de vista a interpretação interna, segundo a qual o governo brasileiro desistira do *Rio de Janeiro*, vendendo-o à Turquia, por razões financeiras.⁶²

O término efetivo da corrida armamentista entre os dois países deu-se em 1914. Em 1915, a Argentina incorporou à sua frota o *Moreno* e o *Rivadavia*, encouraçados de 27.000 toneladas cada um, restabelecendo-se, assim, o equilíbrio naval no Atlântico Sul.⁶³

3. O triângulo ABC e a noção de influência compartilhada

O aprofundamento da amizade Brasil-Estados Unidos não decorria somente das demandas do setor agroexportador. Rio Branco via, na potência mundial do hemisfério, um neutralizador contra eventuais intervenções e um reforço da posição do país nas negociações destinadas a solucionar os ainda pendentes problemas de fronteira.⁶⁴ Tanto é assim que convidara Nabuco para ocupar o novo cargo de embaixador em Washington porque, segundo observou em carta pessoal a Graça Aranha, “necessitava” dele no posto “por causa da questão do Peru (bons ofícios, mão forte ao Brasil)”.⁶⁵

A aproximação do maior país da América do Sul à potência hegemônica do Novo Mundo provocava inquietação. O diário argentino *La Nación* registrou que na imprensa da Europa se previa que a reorganização naval do Brasil e sua aproximação aos Estados Unidos dariam

59 FRAGA, op. cit., p. 57-86.

60 Cf. ETCHEPAREBORDA, op. cit., p.41. LINS, op. cit., 1965, p. 463.

61 FRAGA, op. cit., p. 60-1.

62 MARTINS & COZZA, op. cit., p. 100.

63 ETCHEPAREBORDA, op. cit., p. 98. FERRARI, Gustavo. Esquema de la política exterior argentina. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1981. p. 68. FRAGA, op. cit., p. 67.

64 Veja-se, a propósito, LINS, op. cit., 1945, p. 491-2

65 Carta de Graça Aranha a Nabuco, apud VIANA FILHO, op. cit., p. 355..



início a “uma diplomacia imperialista, uma hegemonia a ser partilhada entre o Brasil e a Norte América, prestando-se o primeiro a ser agente do segundo em suas ambições de domínio continental”.⁶⁶

Parte da imprensa do Prata via o Brasil como garante do monroísmo na América do Sul.⁶⁷ Para o *La Nación*, o rearmamento naval brasileiro inseria-se num quadro por demais nítido: a aproximação brasileiro-norte-americana fazia-se em virtude de um pacto, segundo o qual:

(...) o Brasil exerceria a hegemonia sul-americana por delegação norte-americana, assim como esta a exercia sobre todo o continente, a pedido e exortação das grandes potências em conflito com algumas republiquetas.⁶⁸

Rio Branco, tanto quanto o secretário de Estado Root, procuraram desfazer esse quadro, a fim de afastar prevenções.⁶⁹ O chanceler brasileiro, mais pelo que projetou do que efetivamente realizou, era favorável a um condomínio oligárquico a ser exercido pelas nações mais expressivas da América do Sul, com o respaldo dos Estados Unidos. Ao aproximar o Brasil das principais nações do segmento sul do continente, buscava também isolar forças e impedir que qualquer uma delas viesse a exercer liderança ou jogar sua influência a favor de outras repúblicas de fala espanhola que tinham pendências com o Brasil.

O chanceler estava convencido de que contra o Brasil, do mesmo modo do que com respeito aos Estados Unidos, havia “na América Espanhola antigas prevenções, que só o tempo poderá talvez modificar”.⁷⁰ Por isso mesmo, sempre que possível, procurava demonstrar que a política exterior do Brasil não incluía qualquer veleidade de hegemonia, como lhe era frequentemente imputado pelas chancelarias hispano-americanas.⁷¹ Foi o que fez, por exemplo, quando do encerramento da Terceira Conferência Pan-Americana, realizada no Rio de Janeiro em 1906.

66 PROYECTOS navales brasileños. *La Nación*, 19 jan. 1905.

67 EL CONGRESO Panamericano. *La Prensa*, Buenos Aires, 25 e 26 mar. 1906. EN RÍO de Janeiro. *La Nación*, Buenos Aires, 26 jul. 1906.

68 LA DIPLOMACIA brasileña. *La Nación*, Buenos Aires, 13 nov. 1906.

69 Sobre a missão de Root na América Latina, veja-se: *O Paiz*, Rio de Janeiro, 10 dez. 1905.

70 Apud LINS, op. cit., 1965, p. 352.

71 AHI, Rio de Janeiro. Despacho para Washington, 14 out. 1907.



Álvaro Lins define com poucas palavras a linha geral da política externa brasileira de Rio Branco em relação à Argentina e ao Prata: a busca do “equilíbrio da América do Sul contra quaisquer sonhos imperialistas ou projetos de hegemonia” e o desejo de manter com a Argentina e o Chile “uma política de cordial inteligência”.⁷² De fato, o que Rio Branco pretendia era o exercício de uma influência compartilhada. Em original de seu próprio punho (do ofício ao ministro plenipotenciário do Brasil em Buenos Aires, datado de 22 de novembro de 1904), o chanceler formulou claramente seu pensamento a respeito e sugeriu a criação, pelos três principais países da América do Sul, de um instrumento legal que levasse a atitudes voltadas para a paz e a ordem na região.⁷³

A aproximação das três maiores repúblicas sul-americanas era aspiração antiga de Rio Branco, manifestada já nos primeiros anos da sua gestão. Em rascunho de correspondência a Joaquim Nabuco, registrou, provavelmente em 1902: “Faço votos para que seja eterna, e cada vez mais estreita, a amizade entre a Argentina, o Brasil e o Chile”.⁷⁴

Na Argentina, o presidente Julio Roca foi também um defensor da atuação conjunta das três maiores repúblicas da América do Sul, o que se chamava na época de “triângulo ABC”. Em 1904, ele e seu chanceler, José A. Terry, estabeleceram, como uma das condições para o reconhecimento do novo Estado do Panamá, que o ato fosse conjunto, realizando-se, assim, conforme afirmou Fraga, a primeira ação concreta do ABC.⁷⁵

No ano seguinte, em carta a Manuel Gorostiaga, então ministro da Argentina no Rio de Janeiro, o chanceler brasileiro afirmou que estava “cada vez mais convencido de que uma cordial inteligência entre a Argentina, o Brasil e o Chile seria de grande vantagem para cada uma das três nações, e teria influência benéfica dentro e fora dos nossos países”. Essa maneira de ver as relações entre os três países seria uma posição já tradicional da diplomacia brasileira, pois afirmou, em seguida, que aqueles eram “também os sentimentos do nosso atual

72 LINS, op. cit., 1965, p. 415. (Este trecho encontra-se à p. 613 da edição de 1945).

73 AHI, Rio de Janeiro. Ofício de Buenos Aires, 22 nov. 1904.

74 AHI, Rio de Janeiro. 34.6-I, A-4, G-1, M-74. Veja-se, também, CONDURU, op. cit., p. 96.

75 FRAGA, op. cit., p. 44. Salvador de Mendonça criticou o ato de Rio Branco: “(...) Pois o sr. Rio Branco não reconheceu com aodamento a independência da República do Panamá, que ele sabia tão bem como o Sr. Roosevelt, haver sido roubada à Colômbia?”. (MENDONÇA, Salvador. *A situação internacional do Brasil*. Rio de Janeiro; Paris: Garnier, 1913. p. 29).



presidente, como foram os dos seus predecessores e dos estadistas do Segundo Reinado”.⁷⁶

Ao propor uma influência compartilhada, Rio Branco agia sobretudo com pragmatismo. A amizade entre as três nações manteria o equilíbrio, impediria intervenções de uma delas em república de menor expressão, bem como deixava o Brasil mais à vontade no contexto sub-regional. Em despacho para Washington, afirmou: “(...) a estreita amizade entre o Brasil e o Chile tem servido para conter as suas [dos argentinos] veleidades de intervenção franca no litígio chileno-peruano, no que tivemos com a Bolívia e no que ainda temos pendente com o Peru”.⁷⁷ Com efeito, a aproximação das três nações adquiria um ar de *entente* do sul e provocava receios, sobretudo nos peruanos, conforme informou, de Washington, Joaquim Nabuco.⁷⁸

Em 20 de outubro de 1907, em Santiago, Puga Borne (ministro das Relações Exteriores do Chile) e Lorenzo Anadón (representante da Argentina naquela capital) redigiram um projeto de tratado para regular as relações entre os países do ABC. O esboço feito por Puga Borne e Anadón, embora contemplasse a regulamentação da imigração e a adesão de outros países, tinha caráter de aliança militar e até previa uma “discreta equivalência” nas forças navais dos três. O assunto não prosperou, sobretudo em razão da tensão então existente nas relações Brasil-Argentina.⁷⁹

A conjuntura das relações bilaterais com a Argentina era diferente daquela que se observara ao tempo de Roca. Rio Branco não via possibilidade de cordialidade entre Brasil, Chile e Argentina enquanto Zeballos, que teria “veleidades de hegemonia e intervenção em negócios alheios”, fosse ministro. Nesses termos, informou a Nabuco em Washington, em janeiro de 1908:

Sobre a falada tríplice aliança defensiva, nada há de concluído. Há trabalho de Zeballos nesse sentido, mas com a intenção de nos levar a

76 Apud LINS, op. cit., 1965, p. 391. Em Lins consta que a carta é de 1904. Trata-se, evidentemente, de um lapso, comum em obras desse porte. *El Diario*, de Buenos Aires (23 out. 1905), transcreveu a citada carta de Rio Branco a Gorostiaga, datada de Petrópolis em 3 set. 1905.

77 AHI, Rio de Janeiro. Despacho reservado para Washington, 31 mar. 1906. (Parte desse despacho foi transcrita por COSTA, 1968, p. 249-50).

78 AHI, Rio de Janeiro. Despacho reservado para Washington, 29 dez. 1907 (transcrição do telegrama).

79 Cf. CONDURU, op. cit., p. 106-10.



reduzir as encomendas navais, cousa que não admitiríamos. Se se chegar a concluir algum acordo, estaremos em maioria o Brasil e o Chile e isso só serviria para conter por conselho as continuadas imprudências argentinas e veleidades de hegemonia e intervenção em negócios alheios. Não há cordialidade possível entre o Brasil e o Chile, de um lado, e a Argentina, de outro, enquanto Zeballos for ministro influente. Conhecemos o sentimento dele para conosco e seus projetos, e temos até provas escritas (...).⁸⁰

Mesmo quando Zeballos estava prestes a cair do poder, Rio Branco prometia examinar, mais adiante, o assunto relativo à *entente*, “com tempo e calma” e de modo a não prejudicar “a nossa intimidade com o governo americano”, que era grande. Na oportunidade, reiterou o desejo de estreitar “cada vez mais, acima de tudo a nossa amizade com o Chile e os Estados Unidos”.⁸¹

Em 13 de fevereiro de 1909, Rio Branco recebeu a minuta de um projeto de pacto de cordial inteligência de Puga Borne, ex-ministro das Relações Exteriores do Chile, quando de passagem pelo Brasil em direção à Europa, a fim de ocupar a representação de seu país em Paris.⁸² Rio Branco formulou outro e o entregou, no dia 21 do mesmo mês, ao referido diplomata, mas preferia que a proposta fosse apresentada à Argentina pelo Chile.⁸³ Segundo Conduru, o projeto de Rio Branco preservou, no artigo 1º, a fórmula do projeto Puga Borne ao declarar que havia entre os três países “a mais perfeita harmonia” e que desejavam “mantê-la e robustecê-la, procurando proceder sempre de acordo entre si em todas as questões que se relacionem com os interesses e aspirações comuns e nas que se encaminhem a assegurar a paz e estimular o progresso da América do Sul”.⁸⁴ Ricupero afirma que o “foco do acordo estava no seu artigo 1º”.⁸⁵ Pelo artigo 2º do projeto, as partes

80 Apud CONDURU, op. cit., p. 77-8.

81 Telegrama para a legação do Brasil em Santiago, 19 jun. 1908, apud CONDURU, 1998, p. 78.

82 Para mais esclarecimentos sobre o projeto de Puga Borne, veja-se: CONDURU, op. cit., p. 110-2.

83 Cf. CONDURU, op. cit., p. 75, 84. BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973. p. 179. LINS, op. cit., 1945, v. 2, p. 770-1.

84 CONDURU, op. cit., p. 112. O texto completo do projeto do Tratado do ABC encontra-se em: LINS, op. cit., 1965, p. 520-3.

85 RICUPERO, Rubens. Um personagem da República. In: _____; ARAÚJO, J. H. P. *José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995. p. 95.



obrigavam-se a “submeter a arbitramento os desacordos de qualquer natureza que ocorrerem entre elas e que não tenham podido resolver-se por via diplomática, contanto que tais questões nada envolvam que entenda com os interesses vitais, a independência, a soberania ou a honra dos Estados contratantes”. O artigo 6º previa regras a serem observadas pelos contratantes na hipótese de desinteligência grave entre eles que não comportasse recurso a juízo arbitral. A preocupação de Rio Branco com a ordem e a estabilidade da região está refletida nos artigos transcritos a seguir, que dão forma a pensamento seu, exposto em correspondência de 1904:

ARTIGO 9 – Cada uma das três altas partes contratantes obriga-se a impedir, por todos os meios a seu alcance, que no seu território se armem e reúnam imigrados políticos ou se organizem expedições para promover ou auxiliar desordens ou guerras civis no território de alguma das outras duas ou no de qualquer Estado não signatário do presente acordo.

ARTIGO 10 – No caso de insurreição contra o governo de uma das três repúblicas contratantes, as outras não consentirão nenhuma espécie de comércio com os insurgentes e, sem faltar aos deveres de humanidade e aos que lhes ditem tanto as suas instituições livres como a sua própria dignidade, tratarão de colocar os insurgentes que entrarem ou se asilarem no território de cada uma delas em posição inteiramente inofensiva, desarmando-os, se estiverem armados, e entregando as armas e quaisquer elementos de guerra ao governo legal que eles estejam combatendo ou tenham combatido.

ARTIGO 11 – Sempre que se dê qualquer perturbação da ordem pública, insurreição política ou levante militar em país que confine com alguma das três repúblicas contratantes, tratarão elas, imediatamente, de assentar entre si as providências a tomar, de acordo com os princípios de Direito Internacional, combinando sobre as instruções que devam mandar às suas autoridades civis e militares na fronteira, assim como aos seus representantes diplomáticos, cônsules e comandantes de navios de guerra no país em que tais perturbações se produzirem, de modo a que se evitem atritos ou desinteligências entre os seus respectivos agentes no teatro dos acontecimentos.⁸⁶

Na correspondência de Rio Branco a Domício da Gama, datada de 26 de fevereiro de 1909, portanto, dias após receber a minuta de

86 LINS, op. cit., 1965, p. 522-3.



Puga Borne, desvenda-se, de maneira cristalina, como o chanceler via as relações do Brasil com os outros dois mais importantes países da América do Sul. Depois de recordar que “a ideia de uma possível e razoável inteligência política” entre os três países era por ele “afagada” há muitos anos, e que de fato existira “sem convenção alguma escrita” quando era presidente da Argentina o general Júlio Roca, “que, longe de ter prevenções e desconfianças contra o Brasil, desejava vê-lo mais forte e em 1903 aconselhou-nos até a adquirir dois poderosos encouraçados, em construção, de que o Chile ia dispor”, Rio Branco expunha seu pensamento:

Se pudéssemos contar, como naquele tempo, com a confiança e a sincera amizade do governo argentino, um acordo dessa natureza daria os melhores frutos, assegurando nesta parte do mundo uma política de verdadeira concórdia, sumamente vantajosa para as três Repúblicas. Infelizmente, a situação na Argentina, no que diz respeito ao Brasil, está muito modificada depois da ativa e violenta propaganda ali feita contra nós pelo mal entendido patriotismo de alguns e pela *auri sacra fames* de outros, interessados nas grandes compras de armamentos.

Depois da falta de respeito com que na imprensa fomos tratados e impudentemente caluniados por vários defensores do presidente Figueroa Alcorta, não nos fica bem dar passos para uma aproximação a que parece infensa parte da opinião nesse país, fortemente abalada por esses agitadores de má-fé. Mas esse mesmo presidente, impressionável e volúvel, que se deixara seduzir pelo sr. Zeballos em 1906, confiando-lhe, com espanto de todos os homens sensatos, a pasta das Relações Exteriores, acabou por conhecê-lo, sustentou contra ele o ex-senador Anadón, ministro no Chile, e desembaraçou-se de tão perigoso auxiliar em junho do ano passado. Determinado quem em Santiago prosseguisse a negociação para uma aliança da Argentina com o Chile e o Brasil, como entendia o Sr. Anadón, e não somente da Argentina com o Chile, como queria o sr. Zeballos, aquele Presidente mostrou claramente querer desviar-se do rumo para que o ia levando o seu Ministro. Estou informado de que ele dirigiu uma carta do seu punho ao Presidente Montt interessando-se pelo êxito da negociação de um acordo dessa natureza com o Chile e o Brasil.

É evidente que, estando ainda tão recente a escandalosa campanha do Sr. Zeballos, não contrariada de frente ou publicamente pelo atual governo argentino, devemos continuar a manter a atitude reservada e



digna que temos guardado. Esse governo já terá percebido, pela firmeza com que procedemos no caso da pretendida equivalência naval, que não perdemos a calma nem nos intimidamos com as ameaças dos seus partidários e sustentadores na imprensa. Tal atitude, porém, não nos impede de acolher, sem precipitação, mas também sem esquecimento dos grandes interesses dos três países, os temperamentos ou soluções que nos sejam amigavelmente propostos e se conformem com um plano ou pensamento político que, todos sabem, é muito nosso, manifestado por escrito e publicamente desde 1905, muito antes da tempestade de insultos, mentiras e falsificações levantada em Buenos Aires por desafetos nossos e por uma chusma de vis ganhadores.

Pois bem, o que os nossos amigos do Chile nos propõem neste momento não é o tratado que o sr. Zeballos imaginara pensado arrancar-nos, a chamada equivalência naval, ou separar o Chile do Brasil. O que eles nos propõem e à Argentina é a *entente cordiale*, ou pacto de cordial inteligência que havíamos concebido e insinuado para assegurar a paz e as boas relações entre os três países, evitando possíveis desinteligências e conflitos oriundos de interesses ou intrigas de outros vizinhos.

Se o atual governo argentino quiser aceitar o projeto brasileiro apresentado como proposta chilena, teremos todos a ganhar, e muito especialmente o Chile e o Brasil, porque assim impedimos que, despeitada, a Argentina busque de novo a aliança do Peru, país com que o Brasil e o Chile têm de resolver proximamente questões da máxima importância. É melhor que, mais ou menos ligada pelo projetado acordo, a Argentina se conserve neutra e não procure embarçar-nos na questão do Território do Acre nem ao Chile na de Tacna e Arica.

Suponhamos que o atual governo argentino não deseje o acordo ou que, aceitando-o, o não execute lealmente. Nesse concerto das três potências estaremos sempre em maioria o Brasil e o Chile. Procedendo com tato, poderemos talvez, pelo conselho amigável, conter sempre ou quase sempre os desvios inamistosos que premedite o governo argentino. Na pior das hipóteses, com a negociação do tratado – promovida pelo Chile e não por nós –, ou com a desleal execução do mesmo pela Argentina, teremos a vantagem relativa de ir ganhando tempo para reconstituir as nossas forças de terra e mar e colocar-nos em um pé respeitável de defesa.

O nosso amor-próprio nacional deve estar e sente-se ofendido com os insultos e provocações de tantos argentinos nestes últimos tempos; mas cumpre atender a que o governo argentino nos não dirigiu, até aqui,



ofensa ou provocação alguma nas suas relações oficiais conosco ou em documentos seus públicos. Do próprio ministro Zeballos não temos motivo de queixa no trato oficial que conosco manteve, pois, apesar das suas fanfarronadas póstumas na imprensa – se assim posso dizer – mostrou-se sempre muito acomodado, quando ministro, sem fazer reclamação alguma e sem tirar partido de incidentes como o do vapor *San Lorenzo*, apesar de instigado a intervir por alguns jornais, inclusive o próprio *El Diario*, que o acusou de indiferença e fraqueza.

Sempre houve na Argentina fortes correntes de opinião contrárias ao Brasil e à política brasileira, falsificada em escritos tendenciosos, mesmo no tempo em que éramos efetivamente aliados, protegendo e defendendo o nosso exército e a nossa esquadra o seu território, então mal povoado e de mui escassos recursos. Nesse tempo, como agora, se ali tínhamos adversários rancorosos, também contávamos amigos dedicados e defensores convencidos da aliança brasileira-argentina. Não devemos confundir os nossos inimigos de hoje, nem mesmo o seu governo atual, com a nação argentina, da qual fazem parte tantos homens esclarecidos e de boa vontade, que na imprensa e no Congresso espontaneamente se bateram, contra os nossos detratores, pela causa das boas relações entre os dois países. Tratemos de contribuir para que se apaguem pouco a pouco as malquerenças despertadas pelo recente esforço dos promotores de discórdias internacionais e, sem quebra da nossa dignidade, procuremos trabalhar serena e firmemente para que estes dois países possam sair da desagradável e perigosa situação em que se acham colocados.

Estou certo de que nesse sentido se dirigem também cordialmente os votos de V. Exa. a quem reitero os protestos da minha estima e distinta consideração.⁸⁷

Convém reiterar que o projeto do ABC, na concepção de Rio Branco, não incluía equivalência naval, a qual veementemente descartava, e que a aproximação Argentina-Brasil-Chile não se destinava a contrabalançar a influência norte-americana. Ricupero interpretou, com propriedade, que o ABC seria uma projeto complementar à aliança não escrita com os Estados Unidos.⁸⁸

O fato de o eventual tratado do ABC frequentemente aparecer no contexto do rearmamento naval permite perceber que Rio Branco se

87 AHI, Rio de Janeiro. Despacho reservado para Buenos Aires, 26 fev. 1909. Rio Branco a Domício da Gama.

88 RICUPERO, op. cit., p. 93. Veja-se, também, CONDURU, op. cit., p. 94.



utilizava da projetada *entente* como um argumento a mais para derrubar as objeções aos projetos brasileiros, partidas das nações concorrentes na sub-região, e, sobretudo, para ganhar tempo. Esse pragmatismo não contradiz o entendimento de que o ABC embutia a ideia de um condomínio oligárquico de nações, em benefício da paz na América do Sul. Já em julho de 1906, por ocasião da referida Conferência Internacional Americana, em rumorosa entrevista, opinara que, se houvesse um acordo entre Argentina, Chile e Brasil, estas, pelo fato de serem as nações “mais fortes e progressistas (...) exerceriam influência sobre as demais, evitando as guerras tão frequentes em alguns países”. Além disso, era impossível um acordo entre as 21 repúblicas: “Pensamos que um acordo no interesse geral, para ser viável, só deve ser tentado entre os Estados Unidos da América, o México, o Brasil, o Chile e a Argentina. Assim estaríamos bem, os Estados Unidos e o Brasil”. O Brasil, particularmente, só poderia exercer alguma influência sobre o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia, desde que atuasse de acordo com a Argentina e o Chile. Dos demais vizinhos, em razão da falta de comunicações, o Brasil estava distante.⁸⁹

A ideia de que o Brasil, a Argentina e o Chile devessem apoiar -se reciprocamente aparece também em documento de Joaquim Nabuco.⁹⁰ Assis Brasil, da mesma forma, não emprestava caráter anti-norte-americano à eventual *entente* que, além de aumentar o prestígio das três nações sul-americanas, contribuiria para afastar as tentativas imperialistas da Europa.⁹¹ A documentação é reiterativa na demonstração de que havia consenso de que o ABC não se faria por oposição aos Estados Unidos.

Rio Branco reafirmou a importância do ABC a Ramón Cárcano, enviado pelo presidente Sáenz Peña em missão particular. Em face da resposta de que seria difícil ao governo argentino firmar um tratado, em razão, sobretudo, das eventuais desconfianças do Peru e da repercussão desfavorável nos Estados Unidos, Rio Branco respondeu:

Peça ao meu eminente amigo Sáenz Peña que subscreva o ABC, e o Brasil garante que não haverá discórdia na América do Sul, nem protestos do Peru, e que o presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt, e seu ministro, mr. Root, convidarão especialmente os presidentes do

89 *La Nación*, Buenos Aires, 26 jul. e 9 ago. 1906. AHI, Rio de Janeiro. Despacho para Washington, 10 mar. 1906, apud LINS, op. cit., 1945, p. 757-61.

90 AHI, Rio de Janeiro. Carta de Joaquim Nabuco ao Dr. Cardoso. Roma, 20 mar. 1904.

91 AHI, Rio de Janeiro. Ofício de Buenos Aires, 19 abr. 1906. (Assis Brasil a Rio Branco).



ABC para que os acompanhem com a sua presença na próxima inauguração do Canal do Panamá. A realidade do ABC apareceria, assim, como um corpo vivo, apresentada pelo presidente da grande república do norte como a mais alta plataforma que naquele momento se lançará ao mundo.⁹²

Mesmo não se concretizando, a possibilidade dessa eventual aliança já era motivo de preocupação para as nações menores, que tinham alguma pendência com algum dos integrantes do ABC.⁹³ Os peruanos, especialmente, temiam o peso da influência dessa eventual aliança, pois, conforme informou Nabuco, tinham a questão de Tacna e Arica com o Chile e a de limites com o Brasil.⁹⁴

O ABC, ao tempo de Rio Branco, não passou da fase preliminar de negociações. Mesmo assim, houve uma tentativa de atuação concertada entre as três nações, quando da Quarta Conferência Internacional Americana, que se realizou em 1910, em Buenos Aires. O Brasil tomou a iniciativa de estabelecer secretamente um entendimento prévio com os outros dois países em torno de uma fórmula de resolução em apoio da Doutrina Monroe, redigida por Joaquim Nabuco pouco antes de sua morte.

4. Conclusão

A política externa de Rio Branco não se esgota na aproximação dos Estados Unidos. Além dos esforços destinados à consolidação e ampliação das fronteiras nacionais, houve movimentos impostos pela defesa da soberania e a prática de uma política de prestígio, tendo o país assumido atitudes próprias de uma potência regional.

No que se refere especificamente às relações com a Argentina, a primeira observação a fazer é a de que a lógica política nem sempre seguia a lógica do comércio, quando não a contrariava. Brasil e Argentina, depois de terem resolvido de modo pacífico e sem ressentimentos sua antiga pendência de limites relativa à região de Palmas, não tinham nenhuma questão específica e suficientemente forte para, sequer, rom-

92 Apud LINS, op. cit., 1965, p. 461-2. Veja-se, também: FRAGA, op. cit., p. 59-60.

93 AHI, Rio de Janeiro. Ofício confidencial de Francisco Xavier da Cunha a Rio Branco. Montevidéu, 20 dez. 1907.

94 AHI, Rio de Janeiro. Despacho para Washington, 29 dez. 1907.



per a cordialidade. Ambos os países são contíguos, mas territorialmente satisfeitos. As relações de Estado a Estado, desde a inauguração da República no Brasil, sempre foram cordiais e, nos momentos difíceis, corretas. As economias de ambos os países eram complementares, o que se traduzia no intenso fluxo comercial da Argentina para o Brasil. Apesar de tudo, ambos os países faziam pesadas e custosas aquisições navais, supondo-se, em ambos os lados, como inimigo provável justamente o cordial e amigo vizinho. O porquê dessa hoje aparente irracionalidade em boa parte é explicável pelo espírito de imitação dos defensores do armamentismo, que raciocinavam olhando o espetáculo proporcionado pelas grandes potências, as europeias sobretudo.

O humor das relações Brasil-Argentina foram oscilantes. As fases de aproximação eram sucedidas pelas de receio, em que voltavam à tona antigas rivalidades, facilitadas pelo contexto hobbesiano que caracterizou o período anterior à Primeira Guerra Mundial.

A título de síntese, pode-se afirmar que a política externa de Rio Branco para a América do Sul fundava-se em premissas, cujo encaixe teórico pertence à geopolítica, uma vez que a diplomacia brasileira esforçou-se para evitar embaraços no contexto contíguo, seja para manter a paz, seja para evitar o surgimento de hegemonias, seja para a consolidação do *statu quo* territorial. Cumpre, finalmente, observar que não se incluía a pretensão de hegemonia entre os objetivos brasileiros relacionados à vertente atlântico-platina, mas sim de influência compartilhada com a Argentina.

REFERÊNCIAS

1. Fontes manuscritas e datilografadas

AMAE (Archive du Ministère des Affaires Étrangères), Paris. Correspondência diplomática: Assunção, Berlim, Buenos Aires, Rio de Janeiro, Santiago.

AHI (Arquivo Histórico do Itamaraty), Rio de Janeiro. Correspondência diplomática de Assunção, Buenos Aires, Montevideu, Washington, Santiago.

_____. Arquivo particular do barão do Rio Branco.



AHI (Arquivo Histórico do Itamaraty), Rio de Janeiro. Maços referentes a I e III conferências internacionais americanas.

AN (Arquivo Nacional), Rio de Janeiro. Fotogramas do National Archives and Records Administration (NARA) – Washington.

2. Fontes impressas

ANAIS da Câmara dos Deputados (ACD), 1902, 1906, 1910, 1914.

ANAIS do Senado Federal (ASF), 1905, 1906, 1912.

COLEÇÃO de Leis dos Estados Unidos do Brasil, 1906, v.1.

3. Jornais

Buenos Aires: *El Diario*, *La Gaceta de Buenos Aires*, *La Nación*, *La Prensa*, *Sarmiento*, *Tribuna*.

Rio de Janeiro: *Jornal do Commercio*, *O Paiz*.

4. Livros (autores da época)

BARBOSA, R. *Cartas de Inglaterra*. 2. ed. São Paulo: Livraria Acadêmica, 1929.

CALÓGERAS, Pandiá. *Estudos históricos e políticos (Res nostra...)*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

CALÓGERAS, Pandiá. *Idéias políticas de Pandiá Calógeras*. Introdução, cronologia, nota bibliográfica e textos selecionados por Francisco Iglesias. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987.

MENDONÇA, Salvador. *A situação internacional do Brasil*. Rio de Janeiro; Paris: Garnier, 1913.

RIO BRANCO, Barão do. *Obras completas do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1948.



5. Bibliografia

- BACKEUSER, E. Rio Branco, geógrafo e geopolítico. *Revista da Sociedade de Geografia*, n. 52, p. 5-25, 1945.
- BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- BESOUCHET, Lidia. *Rio Branco e as relações entre o Brasil e a República Argentina*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1949.
- BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior*. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília: IPRI, 1995.
- BURNS, E. Bradford. *The unwritten alliance: Rio Branco and the Brazilian-American relations*. Nova York-; Londres: Columbia University Press, 1966.
- _____. As relações internacionais do Brasil durante a primeira República. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1977, t. 3, v. 2, p. 375-400.
- CARVALHO, J. M. de. As forças armadas na primeira república: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, B. *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Difel, 1977. v.2 tomo III.
- CONDURU, Guilherme Frazão. *A política externa de Rio Branco os tratados do ABC*. Brasília: Universidade de Brasília (dissertação-mestrado), 1998.
- COSTA, João Frank da. *Joaquim Nabuco e a política exterior do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1968.
- ETCHEPAREBORDA, Roberto. *Historia de las relaciones internacionales argentinas*. Buenos Aires: Pleamar, 1978.
- FAUSTO, Bóris. Expansão do café e política cafeeira. In: FAUSTO, Bóris (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1975. t. 3, v. 1, p. 193-248.
- FERRARI, Gustavo. La Argentina y sus vecinos. In: FERRARI, G. & GALLO, E. (Comp.). *La Argentina del Ochenta al Centenario*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1980, p.671-694.
- _____. *Esquema de la política exterior argentina*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1981.
- _____. & GALLO, Ezequiel (Comp.). *La Argentina del Ochenta al Centenario*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1980.



- FRAGA, Rosendo. *Roca y el Brasil*. Buenos Aires: Editorial Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría, 1994.
- _____. & CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. *Argentina Brasil. Centenário de 2 visitas*. [Buenos Aires]: Editorial Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría, 1998.
- HEINSFELD, Adelar. *As ações geopolíticas do barão do Rio Branco e seus reflexos na Argentina*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- LAFER, Celso; PEÑA, Felix. *Argentina e Brasil no sistema das relações internacionais*. São Paulo: Duas Cidades, 1973.
- LINS, Alvaro. *Rio Branco*. Rio de Janeiro; São Paulo: José Olympio, 1945, 2 v.
- _____. *Rio Branco*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1965.
- _____. *Rio Branco e o arbitramento com a Argentina, a questão do Território de Palmas, também chamado das Missões*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.
- MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da Pátria – imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo, 1996.
- MARTINS, Hélio Leôncio. A Revolta dos Marinheiros. In: BRASIL. *História naval brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, Serviço de Documentação da Marinha, 1997. vol. 5. tomo I B. p. 101-227.
- _____. COZZA, Dino Willy. Poderes combatentes. In: BRASIL. *História naval brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, Serviço de Documentação da Marinha, 1997. vol. 5. tomo I B. p. 77-100.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas: Papi-rus, 1995.
- MOITREL, Mônica Hartz Oliveira. Comissões de destaque – sinistros marítimos. In: BRASIL. *História naval brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, Serviço de Documentação da Marinha, 1997. v. 5. tomo I B. p. 229-255.
- MORÉL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1959.
- ONUKI, Janina. Mercosul: crise e futuro. *Carta Internacional*, n. 84, p. 5, fev. 2000.



OTERO, Delia del Pilar. *La política ABC: un fenómeno recurrente en los proyectos de concertación regional del cono sur latinoamericano*. *Res Gesta*, n. 37, p. 105-124, 1998-99.

RICUPERO, Rubens. Um personagem da República. In: _____; ARAÚJO, J. H. P. (com a colaboração de JOPPERT, R.). *José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995.

_____. *Rio Branco: o Brasil no mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto/Petrobrás, 2000.

ROMERO, Luis Alberto. *Breve historia contemporánea de la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1994.

RUIZ MORENO, Isidoro. *Historia de las relaciones exteriores argentinas (1810-1955)*. Buenos Aires: Editorial Perrot, 1961.

SMITH, Joseph. *Unequal giants, diplomatic relations between the United States and Brazil, 1889-1930*. University of Pittsburgh Press, 1991.

TULCHIN, Joseph S. *La Argentina y los Estados Unidos, historia de una desconfianza*. Buenos Aires: Planeta, 1990.

VIANA FILHO, Luiz. *A vida do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1959.





Memórias sobre Rio Branco

Álvaro Lins*

Quem houvesse de se encontrar pela primeira vez com a vida cultural brasileira logo sentiria a falta de documentos pessoais, daqueles livros ou papéis que servem para estudar um homem ou uma obra nas suas fontes mais originais. Esta seria a ausência mais sensível, e se refere tanto aos escritores como aos homens de Estado. Uns e outros morrem sem nada deixar além das obras que lançaram ou realizaram; quase nunca deixam aqueles documentos íntimos que muito serviriam para a compreensão dos seus atos. Em qualquer assunto, em qualquer sentido, nada existe de mais raro no Brasil do que a documentação. Principalmente a documentação de ordem pessoal. Não temos nem o gosto, nem o hábito da correspondência, do diário, do volume de memórias, das notas profissionais. E estes papéis são os que constituem, mais tarde, aqueles livros de documentação: os mais necessários para os estudos e as exegeses.

Mas, a maior vigilância não será excessiva quando estamos em face de volumes dessa espécie. Há sempre o perigo de se tomar por um documento natural aquilo que foi conscientemente preparado para a posteridade. E um livro de memórias ou um diário que alguém escreveu com o propósito de causar “efeito”, com um propósito de qualquer natureza que não seja de escrever para si mesmo, sem pensar em mais ninguém – um livro destes não apresenta mais nenhum valor como documento pessoal. Pode constituir até uma importante realização literária, mas perderá todo o seu interesse como fonte original de estudo de personalidade. A propósito de memórias, diários e correspondências – devemos sempre distinguir o que tem caráter literário e o que tem caráter simplesmente documentário.

Os de caráter documentário são os mais raros no Brasil, são aqueles que mais falta têm feito para o estudo e a compreensão de algumas figuras nacionais. Imagine-se o que representaria o conhecimento de um diário íntimo ou de um volume de memórias para a maior compre-

* Quarto ocupante da cadeira 17 na Academia Brasileira de Letras. Texto publicado em: *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, fase VII, ano XVIII, n. 69, p. 293-307, out.-dez. 2011.

ensão de um espírito tão misterioso e complexo como o de Floriano Peixoto, na categoria de homem de Estado, ou como o de Raul Pompeia, na categoria de escritor.

Confesso que tenho uma invencível predileção por esses livros documentários que não têm literatura, nem arte. O que me causa horror é a confusão ou a falsificação, de um lado ou do outro: o livro de literatura que se apresenta como um documento espontâneo, ou o livro simplesmente de documentação que se apresenta como uma obra de arte literária. E este último caso é o que se repete com mais insistência. Nada seria mais útil ou mais oportuno do que o reconhecimento de vocação e possibilidades em todos os homens. Estimo por isso os autores que logo reconhecem que não está na literatura, como construção artística, o seu destino. Aqueles que não se sentem escritores – no sentido estrito e rigoroso da palavra – e dedicam o seu gosto de escrever aos livros que estão mais de acordo com as suas tendências: os de documentação, as memórias, os diários, as notas íntimas, as cartas. A leitura de livros dessa espécie me dá sempre um prazer especial, ao lado da utilidade que encontro nas suas páginas. Toda literatura precisa desses livros que não de literatura. Ao Brasil não faria mal nenhum se tivéssemos menos poetas, menos romancistas, menos ensaístas, contanto que fossem substituídos por alguns memorialistas, por alguns autores de diários e correspondências. Mas, devemos repetir: todos esses autores de documentos naturais, e não autores falsificados pela literatice. As qualidades de um livro desta ordem devem ser a naturalidade, a espontaneidade, a veracidade. Já fiz uma vez o elogio do que chamei os livros nus, isto é: os livros que têm sentimentos, ideias ou imaginação, mas no seu estado primitivo e virgem, sem os recursos da arte literária.

Uma obra dessa espécie, por exemplo, foi a que realizou o sr. Julio Bello com as suas *Memórias de um senhor de engenho*. Outra obra dessa espécie é o livro de reminiscências – o livro de memórias, podemos dizer – do embaixador Raul do Rio Branco sobre o seu pai.¹ Representa este livro, por todos os motivos, o tipo exato do documento. Nada mais é do que um documento íntimo, e nada pretende além desse fim, que muito o recomenda ao nosso interesse. Nessa simplicidade está a sua significação, está o seu mérito. Vê-se logo que o seu autor não se apresenta como um escritor; que o seu livro não tem outra pretensão além do seu título. O sr. Raul do Rio Branco teve a inteligência e o

1 RIO BRANCO, Raul do. *Reminiscências do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1942.



senso de tirar do que escreveu qualquer possibilidade de confusão com a arte literária. Este reconhecimento não vem apenas da declaração que faz no prefácio, o que poderia ser o sinal de uma falsa modéstia. Vem da leitura do livro, onde não se sente nenhum sinal de falsificação, onde não se sente nunca o propósito de fazer literatura. É um dos livros mais naturais, mais espontâneos, mais ingênuos – no bom sentido da palavra – que conheço. E somente não gostarão da sua leitura os que estiverem muito intoxicados de arte literária, os que forem incapazes de reconhecer interesse nos documentos simples e puros. Dir-se-ia que nem se destinavam à publicação estas *Reminiscências do Barão do Rio Branco*. Elas não têm estilo, nem construção literária: são observações e lembranças do barão do Rio Branco escritas num à vontade de quem está em família. Dir-se-ia relatório de caráter privado, numa linguagem de intimidade. Nem lhe falta, nos assuntos mais sérios, um certo acaianismo em ideias e expressões, até às vezes atribuídas ao Barão; em outros aspectos, a ingenuidade revela-se enorme, o que dá ao leitor o sabor de um contato direto com a realidade. Dessa maneira é que se pode apreciar bem esse livro do sr. Raul do Rio Branco, sem colocar na sua leitura qualquer exigência literária ou artística. Deve ser apreciado, antes de tudo, sob um critério de utilidade, desde que o seu caráter é o de documento. Tem, assim, um inegável valor, e acho que todos os filhos de homens ilustres ou representativos deveriam seguir este exemplo. O seu fim foi o de contribuir para o estudo e o conhecimento da personalidade do barão do Rio Branco; e apresentou um documento auxiliar que terá sempre a sua significação para todos aqueles que desejem conhecer a figura principal do Itamaraty; que desejem conhecer o barão do Rio Branco em alguns dos seus aspectos mais íntimos, como o observava o seu próprio filho. As *Reminiscências*, do sr. Raul do Rio Branco, com efeito, não têm um caráter biográfico, não se destinam mesmo a apresentar um retrato completo do Barão ou uma reconstituição em bloco da sua vida pessoal ou de homem de Estado. Elas se limitam a certos aspectos isolados, a certos episódios que mais se fixaram na memória. Têm uma natureza fragmentária, arbitrária, pessoal. E todas as páginas vêm realmente das reminiscências exclusivas do seu autor, que escreveu longe dos arquivos, dos papéis e dos livros com os quais trabalhou o seu pai. Toda essa documentação se encontra no Itamaraty. De qualquer forma, o livro do sr. Raul do Rio Branco tem o dom de nos transmitir uma visão do barão do Rio Branco; e esta visão sugere que lembremos algumas linhas principais da vida desse grande



homem de Estado, sobretudo pela atualidade de haver situado a sua ação naquele plano de vida em que o Brasil joga hoje seu destino, como todos os países: o da política internacional.

Para falar sobre Rio Branco num artigo de jornal, tenho a vantagem de o estar estudando para um livro. Tenho comigo muitos cadernos com as notas que me foram sugeridas pelos estudos que estou realizando sobre a sua figura e a sua obra, ao lado de uma documentação que não poderia resumir ou utilizar em páginas tão rápidas. Tomo o partido de escrever agora sobre Rio Branco sem recorrer aos cadernos, aos livros, a qualquer elemento mais poderoso de documentação. Escreverei de memória, procurando me limitar às sugestões que o livro do sr. Raul do Rio Branco apresenta a qualquer leitor, somente citando dos documentos de que disponho algumas cartas que possam completar ou sustentar certas afirmações, menos conhecidas, destas *Reminiscências*.

E a sugestão inicial vem logo a ser a da importância do Barão do Rio Branco como assunto de estudo. Já dissera o sr. Gilberto Amado, numa conferência, que era este “o maior assunto do Brasil”. E por que este assunto não foi até hoje estudado e revelado? Fiz esta pergunta a mim mesmo logo que o ministro Oswaldo Aranha me honrou com um convite para escrever a história do barão do Rio Branco. Examinando a documentação, encontrei alguns artigos e ensaios excelentes, mas nenhum estudo completo sobre a vida e a sua obra. Logo depois pude compreender onde estava a dificuldade fora do comum que tem assombrado todos aqueles que se sentem tentados pelo “maior assunto do Brasil”. Dificuldade que não decorre somente da extensão e da complexidade dessa obra; que decorre, antes de tudo, do seu caráter especializado, dos seus aspectos técnicos. Para compreender os seus atos no Itamaraty e os volumes e documentos que elaborou ou reuniu para as questões de limites do Brasil, será necessário acompanhar o barão do Rio Branco em conhecimentos científicos e técnicos, a cujo domínio ele chegou através de uma vida inteira de estudos: os de direito internacional, os de história, os de geografia. Conhecimentos profundos, além de minuciosos, e quase inacreditáveis no patrimônio intelectual de um só homem. Acho-me hoje animado de uma verdadeira humildade no estudo destas questões em que Rio Branco foi um mestre, acho-me na certeza de que, nesses temas técnicos da sua especialidade, somente caberá ao seu biógrafo a tarefa de resumir e expor o que ele realizou de maneira completa. O que existe de novo, por exemplo, sobre a questão



do Amapá, que se possa acrescentar às “memórias” que escreveu como delegado do Brasil?

Rio Branco representa, entre nós, o que se pode chamar, com toda a exatidão, uma vitória exclusiva da competência. Não utilizou outro recurso que não fosse este: o de conhecer realmente as tarefas que vieram ao seu encontro. A seu respeito não será lícito falar em sorte, em audácia, em qualquer circunstância fortuita. Ele foi um objetivo e toda a sua vida se explica num plano de objetividade. Preparou-se sempre para um destino que, afinal, lhe veio imprevisivelmente. As tarefas lhe foram surgindo umas depois das outras, sem que as desejasse, sem que as solicitasse; o que se sabe, ao contrário, é que tudo fez para não ser ministro das Relações Exteriores.

Não há, talvez, em nossa história um homem de Estado que se tenha mostrado mais livre de qualquer ambição. Ele tinha uma certa febre de servir o seu país, mas como cidadão, sem nada exigir em troca do seu trabalho. Somente um cargo Rio Branco solicitou do governo imperial: o de um modesto consulado na Europa. E este único cargo que ele pediu foi aquele que obteve com maior dificuldade. Havia sido já deputado, professor, promotor, jornalista, historiador, mas d. Pedro II receava colocar em uma representação no estrangeiro aquele boêmio, a cujo respeito lendas de extravagâncias começavam a circular na cidade. Foi uma ausência do Imperador que tornou possível a sua nomeação para o consulado de Liverpool. Esse mal-entendido não teve forças, no entanto, para alterar os sentimentos de Rio Branco em face do velho Imperador. Acabaram amigos, o que se vê bem da correspondência que se encontra no Itamarati, além dos conhecidos serviços prestados pelo Barão a d. Pedro II. Diz o dr. Raul do Rio Branco que o Imperador [não] nomeou logo o seu pai para Liverpool porque tinha horror ao nepotismo, porque receava ser acusado de favorecer a carreira do filho do visconde do Rio Branco. Parece-me que verdadeira é a versão mais conhecida: o austero Imperador, que não conhecera a mocidade, não tinha muita simpatia por aquele rapaz boêmio, que vivia ardentemente a sua juventude.

Não se devem esconder estes aspectos alegres, e até pitorescos, da mocidade de Rio Branco. Aliás, em outro capítulo, diz o sr. Raul do Rio Branco que, estudante em São Paulo, o seu pai dividia os dias entre os prazeres e os estudos: “dois a três dias e noites dedicava-se aos prazeres e às distrações mundanas; e duas três semanas ao trabalho, não admitindo, então, que quem quer que fosse o desviasse dos estudos políticos ou literários ou, ainda, das pesquisas históricas da sua



predileção”. Esta vida haveria de parecer irregular ao austero Pedro II, o que determinou que Rio Branco quase perdesse a paciência de tanto esperar por um consulado na Europa.

E por que desejava tanto este consulado um filho do visconde do Rio Branco, aquele que se veria acolhido em qualquer carreira, pela simples sugestão do seu nome ilustre? Penso que um sentimento misterioso já o estava chamando para o recolhimento, para a solidão, para o estado de vida onde melhor se prepararia para o seu destino. Representou o consulado o instrumento que lhe permitiria a aquisição daquela competência que explica todo o seu êxito de homem de Estado. Na Europa, no ambiente *gris* de Liverpool, Rio Branco se preparara como os homens antigos que faziam uma estada no deserto antes de empreender a sua missão. A quem lhe perguntasse o que iria fazer com tantos livros especializados, com tantos mapas, com documentos históricos – talvez que ele mesmo não o soubesse responder. Não se recorda o sr. Raul do Rio Branco de lhe haver notado outra ambição que não fosse a de escrever alguns livros sobre a história do Brasil. Ele se dividia todo entre o consulado, a sua família em Paris e os seus estudos de história e geografia. É verdade que se correspondia com os seus amigos do Rio, sobretudo com Gusmão Lobo, sobre a política do Império, mas era este um interesse de cidadão sem outro fim que não fosse o de acompanhar a vida do seu país.

Não era destituído, porém, de intuição e qualidades políticas, como demonstraria mais tarde. Nesse tempo, chegou a prever a próxima queda do Império, num momento em que não era esta a opinião dos que tinham a ciência do mecanismo político da Monarquia, como lembra o sr. Raul do Rio Branco, no que se acha apoiado pela correspondência e papéis de seu pai. Mas Rio Branco permaneceu sempre fiel ao velho Imperador, embora somente na República viessem as oportunidades através das quais se realizaria a vocação da sua personalidade. Ficou muitos dias indeciso no limiar da República, com o pensamento, que se renovaria em outras ocasiões, de se tornar um simples lavrador em São Paulo. Pode-se imaginar o seu sentimento ao escrever, em dezembro de 1889, estas palavras a Rui Barbosa, então ministro da Fazenda: “Que o novo regime consiga manter a ordem e assegurar, como o de ontem, a integridade, a prosperidade e a glória do Brasil, e ao mesmo tempo consolidar as liberdades que nos legaram os nossos



país — é o que sumamente desejo” (Arquivo do Barão do Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores).

Ao escrever estas palavras, Rio Branco não poderia imaginar que iria encontrar a sua glória nesse novo regime, cujo advento estava recebendo com visível desconfiança. Pode-se dizer, aliás, que em 1889 já o Barão do Rio Branco estava inteiramente preparado para a realização da sua obra. A seu respeito já observara Eduardo Prado que se tratava do maior conhecedor das coisas do Brasil. O conhecedor mais minucioso e mais documentado da nossa história e da nossa geografia. Era assim considerado na Europa por todos aqueles que se interessavam pelos assuntos da América Latina. Fora o principal colaborador da enciclopédia de Levasseur no capítulo “Le Brésil”; escrevera a *Esquisse de l'histoire du Brésil*; fizera a biografia de Pedro II para Benjamin Mossé; enriquecera a obra histórica de Schneider com as suas anotações. Capistrano de Abreu considerava sua autoridade em assuntos históricos como a de “mestre”. Achava que Rio Branco conhecia mais questões do Sul do Brasil do que Varnhagen, acrescentando: “Por minha parte, nunca até hoje estudei as questões do Sul, a espera de V. Exa.”. Em outra carta, de 1886, declara Capistrano: “Houvesse dez brasileiros como V. Exa. em diversos pontos da Europa, que em 10 anos a nossa história mudaria de feição.” (Arquivo do Barão do Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores).

Rio Branco julgava que todos os seus conhecimentos iriam ser utilizados nos livros que projetava escrever sobre a história do Brasil. A missão de Washington, porém, iria dar ao seu destino um rumo inesperado. A sua competência, construída para um fim, acabou sendo empregada em outra direção diferente. E acredito que essa nova e definitiva direção, a inesperada, era a mais propícia ao seu feito e às suas verdadeiras tendências. Os seus livros revelam que ele era mais um conhecedor da história do que um escritor dessa mesma história. Mais um erudito da história do que um historiador. Veja-se o seu estilo. Ele tem a sobriedade, a dignidade, a austeridade de um estilo de homem de Estado. E homem de Estado é a verdadeira categoria do barão do Rio Branco. Mas somente na maturidade penetrou nesse seu autêntico caminho. Não era, aliás, muito conhecido no Brasil, a não ser nas classes sociais mais elevadas. Tinha desdenhado sempre de todos os recursos de exibição, enquanto permaneceu, durante quase 30 anos, ausente do seu país. De repente, a missão de Washington coloca a figura de Rio



Branco em plena luz. Inicia-se afinal a sua carreira de homem de Estado. Até a missão de Washington, fora a fase de preparação; a partir desse momento, começa a fase da realização. Vamos acompanhar, em outro capítulo, as linhas principais dessa ascensão. E pode-se logo acrescentar que ela se explica pelo encontro de uma perfeita competência com certas tarefas que necessitavam da sua aplicação.

Há nessa vida um encontro misterioso. Tudo o que Rio Branco aprendeu destinava-se a uma obra diferente da que realizou; as tarefas que vieram ao seu encontro – tarefas com que nunca sonhara – estavam exigindo justamente o que ele aprendera e sabia. Rio Branco estava, de um lado, acumulando os seus conhecimentos sobre o Brasil; do outro lado, evoluíam certos problemas cuja solução iria depender desses mesmos conhecimentos. Um lado acumulava e o outro lado evoluía sem qualquer comunicação direta. A obra de homem de Estado do barão do Rio Branco foi, afinal, uma consequência do encontro inesperado desses dois lados.

- II -

Rio Branco foi um homem de Estado a quem o seu país fez a justiça de retribuir, em glória e prestígio, as vitórias que conquistou para o Brasil. Ele obteve, ainda em vida, um reconhecimento exato e unânime para os seus serviços. Mas acho que bem melhor se pode avaliar a sua obra, nas questões territoriais, utilizando um processo dialético inverso, isto é: imaginando o que resultaria de uma derrota. A respeito do problema das Missões [*Palmas*] e Amapá não se dirá que o Brasil tinha em vista apenas um acréscimo do seu território, mas a salvaguarda de um direito secular, com a importância de definir, de uma maneira lógica, natural e histórica, [*sua*] configuração geográfica.

A chamada questão das Missões não era complicada em si mesma, em face da clareza do direito do Brasil; mas, ao chegar às mãos de Rio Branco, havia se tornado difícil e complexa. E como se transformara de uma causa simples em uma causa complicada? Pelo acúmulo de negociações, de argumentos, de sofismas, de mapas, de papéis que se acumulavam de um lado e do outro. O que a causa do Brasil, ainda neste caso, estava a exigir de Rio Branco era o exercício da sua competência. Era a capacidade de fazer surgir os elementos verdadeiros que se achavam em mistura com inúmeros outros elementos duvidosos ou falsos; a tarefa de entregar ao julgador uma argumentação e uma



série de documentos que fossem capazes de excluir a dúvida ou o erro. Vê-se bem que este foi o propósito com que Rio Branco se dedicou ao trabalho através do qual o presidente dos Estados Unidos decidiu em favor do Brasil a questão das Missões. Salvou, assim um território que se achava quase perdido por uma série de negociações falhadas. Em 1891, Sílvio Romero, com um sentimento de revolta, mostrava em artigo de jornal as cores negras do problema. Dizia, naquela ocasião:

Os argutos espanhóis, tendo à frente geógrafos como Oyarvide, e discutidores como Rossio e Albear, emaranharam os portugueses numas sofisticarias enganadoras, engenhosas, a ponto de conseguirem protrair por um século uma questão simplíssima e quase evidente.

Depois, chegara o Brasil, durante o Império, a concordar numa divisão do território em litígio, continuando sempre em transigências que chegaram ao máximo com a solução de Quintino Bocaiuva, a respeito da qual escrevia Sílvio Romero: “Quanto à solução do sr. Quintino, julgo-a também de todo inaceitável. Se passar no Parlamento – é caso para tomar a nação luto por 50 anos (...)”. Estima-se ainda mais a vitória de Rio Branco em Washington, quando se sabe, assim, em que estado se encontrava a questão que ele dominou inteiramente com a sua energia e com a sua competência.

A outra questão territorial, a do Amapá, não tinha aspectos muito diferentes. Tinha, no entanto, a dificuldade de estar emaranhada em sofismas de advogados hábeis. Ao advogado do Brasil caberia identificar uma linha de fronteira que se havia tornado duvidosa. Dizia Joaquim Nabuco que um simples olhar sobre o mapa logo transmitia uma ideia de perigo, a ideia de “gravidade que uma sentença desfavorável teria para nós, e da responsabilidade portanto do defensor a quem foi confiada a nossa causa”. E acrescentava Joaquim Nabuco:

O árbitro era obrigado a dar ao Brasil ou tudo ou nada, e ao barão do Rio Branco devemos o ter-nos sido dado tudo (...) Foi um risco enorme, um perigo imenso em que tivemos, mas saímos dele com todo o nosso território ileso, graças à escolha do nosso representante.

E Rio Branco vencía as suas causas sem empregar qualquer recurso que não estivesse de acordo com as normas mais rigorosas e mais limpas da diplomacia. Deixou, por isso, em Washington, como



em Berna, uma impressão excelente de si mesmo e do Brasil. Ainda em 1909, ao entregar Graça Aranha as suas credenciais de chefe da legação do Brasil em Berna, o então presidente da Suíça recordou a figura de Rio Branco com a maior afetividade, pedindo ao nosso representante que o cumprimentasse não só oficialmente, mas em caráter particular.

Lembra o sr. Raul do Rio Branco que o seu pai empregava na vitória “social” das suas causas todo o pessoal da representação brasileira e até a sua própria família. Não se descuidava de qualquer detalhe “social” que fosse capaz de tornar mais simpática ou mais fácil a sua missão. Procurava resguardar, no entanto, a sua própria pessoa dos compromissos mundanos, transmitindo a impressão, aliás exata, de alguém que se entrega todo ao seu trabalho. Informa a este propósito o sr. Raul do Rio Branco que o lema de trabalho do Barão era “mãos à obra lentamente”. Parece-me um engano, embora seja perigoso contrariar uma observação neste sentido de quem foi um dos seus colaboradores diretos. Mas há uma série de fatos indicando, ao contrário, que Rio Branco trabalhava desordenadamente, apesar daquelas exigências de método e paciência que eram bem próprias da natureza dos seus estudos. Ele costumava trabalhar dias e noites sucessivos, ser obrigado a parar pelo invencível cansaço. Era enorme esta sua resistência, que ele colocava em prova constantemente. Numa carta a Joaquim Nabuco, nas véspera do Natal de 1889, contava:

Não tenho podido responder às suas cartas porque ainda estou debaixo da ressaca das noites mal dormidas e da agitação do último mês. O Raul passou comigo sem dormir as noites de três e quatro. No dia cinco fiquei com medo de arriar a carga de uma vez. A fadiga cerebral pôs-me, então, incapaz mesmo de rever provas. Falando ou escrevendo, eu trocava as palavras, invertia as sílabas. Consultei o Hilário sobre isso. (Arquivo de Joaquim Nabuco, Ministério das Relações Exteriores).

Também discorda o sr. Raul do Rio Branco da verdadeira lenda de desordem pessoal que corre a respeito do Barão. Mas tenho a impressão de que essa desordem existia realmente, pelo menos no sentido em que esta palavra costuma ser usada. É certo, por outro lado, que havia uma ordem no trabalho de Rio Branco, sem a qual teria sido impossível a sua obra, mas era uma ordem especial e particularmente sua, uma ordem que era desordem para todos os outros.

No dia seguinte ao de sua morte, estavam perplexos os seus pró-



prios colaboradores. Rio Branco havia montado uma grande máquina política e administrativa no Itamaraty, mas só ele mesmo conhecia todos os seus segredos, somente ele sabia determinar seu movimento. Uma circunstância esta que talvez explique que um homem de Estado de tanta personalidade como o barão do Rio Branco não tenha deixado entre os seus discípulos alguém que fosse propriamente um continuador da sua obra. Ver-se-ia que nem mesmo Domício da Gama, o mais próximo, conseguiria ser mais do que um auxiliar e um discípulo. Parece-me, por outro lado, que o sr. Raul do Rio Branco, em certos aspectos, transmite a ideia de um certo simplismo do espírito do seu pai, o que talvez seja uma injustiça, com as melhores intenções deste mundo. Vemos assim um Rio Branco comunicando à criada parisiense que o governo imperial o fizera barão, não sendo, portanto, o criminoso que ela imaginava ao vê-lo sempre fechado no seu gabinete... Vemos um Rio Branco que, desejando escolher uma universidade para os seus filhos, logo excluiu as inglesas, porque “a prática dos desportos ocupava lugar demasiado preponderante no preparo da mocidade britânica”, e as alemãs, porque “a cerveja tinha igualmente parte excessiva na vida da juventude”...

Mas não devemos estranhar muito estes trechos das *Reminiscências*, como vários outros semelhantes. Estamos, como já disse, em face de um documento auxiliar da história, e não de uma obra literária. Havendo necessidade de escolher uma tradição na nossa língua, na qual fosse inserido este volume, dever-se-ia sugerir a forma dos *chronicons*, isto é: a do relatório simples e direto. Neste caso, um relatório de observações pessoais. Pode-se apenas lamentar que o sr. Raul do Rio Branco, com o seu conhecimento pessoal e a autoridade do seu testemunho, não tenha se estendido em muitos outros aspectos menos conhecidos da vida de seu pai. Também se deve notar que as suas observações não se completam com a existência do Barão no Itamaraty. Lembro, pois, por mim mesmo, algumas linhas dessa última fase da sua vida.

Rio Branco não só estava longe de cogitar da sua nomeação para o Ministério das Relações Exteriores como tudo fez com o fim de se escusar dessa nova missão. Nas vésperas da decisão de Berna no caso do Amapá, em março de 1900, Rio Branco ainda escrevia a Nabuco sobre as incertezas do seu futuro na carreira diplomática. Depois da vitória, foi-lhe dado escolher a nossa representação em Berlim ou em Lisboa. Escolheu Berlim, realizando instalações que indicavam o seu propósito de uma longa ou definitiva permanência na Europa. Mas o



convite de Rodrigues Alves, em 1902, veio dar nova forma à sua obra de homem de Estado; era uma nova etapa que se abria – como as outras – inesperadamente. A sua correspondência dessa época revela que empregou todos os argumentos e todos os recursos para se ver dispensado do convite. Não era uma manobra, uma recusa estratégica, mas escrevia a todos os seus amigos como quem pede socorro contra um perigo. Dava razões de todas as espécies: as de saúde, as de dinheiro, as de família, as da sua ausência de gosto pela atividade política. Receava sobretudo a luta de uma organização nova para o Itamaraty, cujo estado conhecia através de uma exposição particular que lhe fizera Carlos de Carvalho. A sua ideia era de ver Joaquim Nabuco no ministério como um caminho para a Presidência da República, conforme lhe escrevia, em [carta] de 1902, depois de receber o convite de Rodrigues Alves:

Você é que deve ser o ministro das Relações Exteriores na nova administração. É o homem mais completo que temos para a pasta, não só pela preparação especial, mas também pelas qualidades brilhantes que possui e pela coragem de reformador. Tem, demais, amor à vida política, e nessa posição, pelos serviços que sem dúvida prestaria, subiria no fim do quadriênio ao posto em que poderia fazer muito mais pela nossa terra. (Arquivo de Joaquim Nabuco, Ministério das Relações Exteriores).

Mas, afinal, desembarcou um dia o Barão para assumir o ministério, com uma carga de 32 enormes volumes, quase todos de livros, mapas e papéis. Nunca mais se realizaria o seu velho sonho de ser um lavrador no interior do Brasil. Durante quase 10 anos, não teve mais vida pessoal; a sua vida se fundiu com a vida do Itamaraty. Seria hoje impossível saber o que lhe pertencia particularmente e o que pertencia ao serviço do Estado. Disse-me uma vez a sra. Hortensia do Rio Branco que nenhum objeto do Barão passou para a família, que tudo permaneceu no Ministério. Mas que ninguém conclua por isso que o Barão se tenha tornado um tipo “oficializado”, sempre transbordando de importância e de empatia; um daqueles tipos de altos funcionários que colocam toda a segurança dos seus cargos na compostura exterior. Rio Branco manteve sempre a naturalidade dos seus velhos tempos; embora sob uma elegância e uma dignidade que têm sido acentuadas por todas as pessoas do seu conhecimento.

Chesterton escreveu nas suas memórias que diante de um homem político na vida particular acabava conhecendo duas pessoas: a do ho-



mem particular e a do homem público, quase sempre diferentes. Rio Branco uniu as duas personalidades numa existência comum dentro do Itamaraty. Mas, apesar disso, ou talvez por esse motivo, eram muito raros os momentos que não dedicava aos serviços do ministério, desde o estudo de grandes questões diplomáticas até a organização de banquetes e festas, uma vez que tudo dirigia pessoalmente. Por isso, ainda hoje há no Itamaraty uma presença permanente da sua figura, aquela “presença” a que se referia o sr. Aluísio Napoleão em livro recente. Domício da Gama confessa que somente temia uma atitude do Barão: o olhar distraído e distante que lançava quando ele se dispunha a uma conversa que fosse estranha ao serviço público. Pôde, assim, oferecer soluções definitivas aos nossos problemas territoriais, a todas aquelas questões que se haviam tornado as da sua especialidade. Podemos hoje avaliar a sabedoria com que resolveu o problema do território do Acre, contrariando o parecer de Rui Barbosa, que sem dúvida nenhuma tinha razão de um ponto de vista estritamente jurídico. Definiu, depois, outras fronteiras que se poderiam tornar duvidosas no futuro. E de tal modo que a sua legenda ficou sendo a do brasileiro que estabilizou e deu segurança ao mapa do Brasil.

Afirmou uma vez Ramon Carcano que a sua presença no Itamaraty constituía uma garantia para a paz sul-americana. Diante de um mundo, como o de hoje, conflagrado pelo apetite de territórios, é que se sente bem a atualidade do nome e da obra de Rio Branco. Outra atualidade de Rio Branco está na política de aproximação com os Estados Unidos que realizou em harmonia com Joaquim Nabuco. E tanto mais se deve acentuar essa atitude quando se sabe que não foi a consequência de uma espontânea ou antiga simpatia pela civilização norte-americana. Ao contrário. Ele se achava animado de algumas prevenções e desconfianças que muito se firmaram em certos círculos do Império. Ainda em 1896, a sua opinião era a de que o Brasil devia se ligar mais à Europa do que aos Estados. Mas a experiência direta do Itamaraty modificou a visão de Rio Branco, determinando aquela linha de política internacional que é hoje a do Brasil. Viu-se, mais uma vez, que os seus quase 30 anos de Europa não tiveram forças para corromper ou descaracterizar o seu sentimento brasileiro. Nenhum dos seus atos deixa de ter um fundamento de ordem nacional. Depois das questões territoriais, dos tratados de limites e de comércio, da criação do cardinalato brasileiro, do êxito de Rui Barbosa em Haia, do sucesso da Terceira Conferência Internacional Americana no Rio, do prestígio





internacional do Itamaraty, do espírito com que colocava a defesa do Brasil num engrandecimento das suas forças armadas – a obra política de uma aproximação realista e segura com os Estados Unidos (num plano de igualdade, porém, pois uma das suas atitudes características no Ministério das Relações Exteriores era a de discutir de igual para igual com os representantes dos mais poderosos, tendo mesmo ficado famoso um seu rápido e áspero diálogo com o ministro da Alemanha no Rio) constitui um coroamento da carreira de homem de Estado do barão do Rio Branco. Pode-se dizer que constitui a última vitória do seu conhecimento do Brasil e da América sobre os seus sentimentos ou as ideias de ordem pessoal.

4 e 11 de julho de 1942.







Editora Executiva

Maria do Carmo Strozzi Coutinho

Projeto Gráfico, Editoração e Revisão

Natalia Costa das Neves

Capa

Ingrid Erichsen Pusch

C122

Cadernos do CHDD. – Ano XI, n. especial (dez. 2012)- . Rio de Janeiro: CHDD; FUNAG, 2012.
v.; 23 cm.

Semestral.

ISBN: 978-85-7631-416-5

1. História diplomática. 2. Brasil. 3. José Maria da Silva Paranhos Junior - Barão do Rio Branco. I. Centro de História e Documentação Diplomática. II. Fundação Alexandre de Gusmão.

CDU: 341.7(81)(0.91:05)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Talita Daemon James – CRB-7/6078

Direitos de publicação reservados à Fundação Alexandre de Gusmão
Impresso no Brasil – 2012

*Esta publicação foi elaborada com as fontes Garamond,
Georgia, Myriad Pro e Trajan Pro, versões open type.*

